

ANAIS ELETRÔNICOS



ISBN: 978-85-7822-205-5

Universidade Federal de Sergipe – 29 e 30 de outubro de 2014 – PET História/UFS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Encontro de Pesquisadores Iniciais das Humanidades – IH!
2014 (4. : 2014, : São Cristóvão, SE)

E56a Anais [recurso eletrônico] : IV Encontro de Pesquisadores
Iniciais das Humanidades : 29 a 30 de outubro de 2014, São
Cristóvão, SE. – São Cristóvão : Universidade Federal de
Sergipe, Programa de Educação Tutorial, 2014.

528 p. : il.

Disponível em: <www.pethistoriaufs.org>

ISBN

1. Ciência e humanidades. I. Título.

CDU 3(04)

Apresentação

O *IV Encontro de Pesquisadores Iniciais das Humanidades da UFS* é uma proposta que possibilita a pesquisadores iniciantes no campo das Ciências Humanas a apresentação dos trabalhos de pesquisa por eles desenvolvidos e o intercâmbio entre as diferentes áreas de pesquisa. Este evento é organizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de Sergipe, com o apoio do próprio Departamento de História.

O evento busca contribuir para o aperfeiçoamento das pesquisas de graduandos e mestrands na área de Ciências Humanas através do intercâmbio de metodologias e resultados, estimulando a produção acadêmica e colaborando para a formação de quadros de excelência em pesquisa. Com abrangência interdepartamental, congrega pesquisadores iniciantes dos departamentos de História, Letras-Estrangeiras, Letras-Vernáculas, Comunicação Social, Educação, Geografia, Relações Internacionais, Psicologia, Ciências Sociais, Música, Museologia, Arqueologia e Filosofia.

Tendo a sua primeira edição realizada em 2010, o **IH!** ocorre anualmente, no segundo semestre letivo, sempre propondo a troca e a difusão de trabalhos de pesquisadores iniciantes, de forma a contribuir tanto com o aperfeiçoamento dos participantes, por meio do debate e contato com outros pesquisadores, quanto com a divulgação de seus trabalhos junto aos públicos acadêmico e não acadêmico.

Comissão organizadora

- Prof.Dr. Dilton C. S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)
- Ailton Rodrigues (PET/FNDE/MEC)
- Andrey Augusto (PET/FNDE/MEC)
- Caroline Acioli (PET/FNDE/MEC)
- Cassiano Celestino (PET/FNDE/MEC)
- Crislane Dias (PET/FNDE/MEC)
- Edla Tuane (PET/FNDE/MEC)
- Franciele Amaral (PET/FNDE/MEC)
- Gabriela Resendes (PET/FNDE/MEC)
- Guilherme Borges (PET/FNDE/MEC)
- Keline Pereira (PET/FNDE/MEC)
- Talita Emily (PET/FNDE/MEC)
- Thaís Tenório (PET/FNDE/MEC)
- Thamyres Suélen (PET/FNDE/MEC)

PROGRAMAÇÃO

GT 1: Auditório do Departamento de Geografia, 29/10 - 14h

Coordenadores:

Edla Tuane Monteiro

Adson do Espírito Santo

- **A APOLOGIA AO CORPO NO ESTADO NOVO: ESPORTE, POLÍTICA E EUGENIA EM ARACAJU**
Adson do Espírito Santo
Edla Tuane Monteiro
- **DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE (1895-1897): INVENTÁRIO E ANÁLISE CRÍTICA DO ACERVO DIGITALIZADO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE (APES)**
Edla Tuane Monteiro Andrade
Adson do Espírito Santo
- **“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1827)**
Damilis Silveira Viana
- **SOBRE UM NOVO OLHAR: APLICABILIDADE E CONTRIBUIÇÕES DA PALEOGENÉTICA À ARQUEOLOGIA**
Madson de Souza Fontes
- **O ESPAÇO TAMBÉM EDUCA: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS PRESENTES NO BERÇÁRIO DE UMA CRECHE MUNICIPAL DE ARACAJU/SE**
Viviane dos Reis Silva
Emily Maise Feitosa Aragão
- **PORTUGAL E INGLATERRA: O APARECIMENTO DA SIMPATIA PORTUGUESA PELOS INGLESES**
José Augusto Batista dos Santos
João Luís dos Santos Meneses
- **O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: UMA VOZ SEM NOME?**
Albaney Dias de Santana
- **O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**
Maria Aline Matos de Oliveira

GT 2: Sala de Reunião do Departamento de Filosofia, 29/10 - 14h

Coordenadoras:

Gabriela Resendes Silva

Thaís da Silva Tenório

- **DESERTORES DE WEHRMACHT: OS MOMENTOS FINAIS DA II GUERRA NA OBRA DE GARTH ENNIS**
Thaís da Silva Tenório
- **O GRUPO CLARÍN E O CONTROLE DA MÍDIA ARGENTINA**
Gabriela Resendes Silva
- **A REPRESENTAÇÃO DE ANTONIO CONSELHEIRO NA OBRA DE MANUEL PEDRO DAS DORES BOMBINHO “CANUDOS, HISTÓRIA EM VERSOS”**
Alison Oliveira da Silva
- **O BRASIL PERANTE O CONFLITO COLÔMBIA-VENEZUELA-EQUADOR.**
Marcos Rogério Vieira de Araújo Filho
- **O BRASIL E O ESPAÇO CIBERNÉTICO**
Lidiane Pascoal da Silva
- **ENTRE SAIAS JUSTAS E JOGOS POLÍTICOS: NOTA SOBRE AS DIFICULDADES E CONFLITOS NO TRABALHO ETNOGRÁFICO DO CAMPO POLÍTICO**
Jonatha Vasconcelos Santos
- **REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BEBÉ TIÚBA – ARACAJU/SE**
Erick Feitosa Araújo
Polyana Lacerda Santos
- **A GEOGRAFIA DE FRIEDRICH RATZEL NO CONTEXTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE**
José Danilo Santos Cavalcanti de Araújo

GT 3: Auditório do CECH, 29/10 - 14h

Coordenadoras:

Carolline Acioli Oliveira Andrade

Jaqueline dos Santos Nascimento

- **A MULTIFUNCIONALIDADE DO “ASSIM” NA ESCRITA**
Jaqueline dos Santos Nascimento
- **A ÚLTIMA ASTRONAVE E O TERROR DA GUERRA NUCLEAR**
Carolline Acioli Oliveira Andrade
- **O CONCEITO DE ESPAÇO NA GEOGRAFIA, UMA BREVE ANÁLISE**
Thaís Moura dos Santos
Jonas Emanuel da Rocha Antão
- **ETIQUETAGEM DE CORPUS ITNET COM RELAÇÃO AO ASPECTO VERBAL**
Rebeca Rodrigues de Santana
- **GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDADE MODERNA À LUZ DOS ILUMINISTAS: HOMOSSEXUALIDADE**
Leandro Augusto Oliveira de Melo
- **HUMANIDADES DIGITAIS: PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DO PORTAL II GUERRA MUNDIAL**
Katty Cristina Lima Sá
- **REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**
Guilherme Sousa Borges
- **FREUD E BENJAMIN: SOBRE INCONSCIENTE, EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA**
Daniel Francisco dos Santos

GT 4: Auditório do Departamento de Educação, 29/10 - 14h

Coordenadores:

Raquel Anne Lima de Assis

Cristiano A. Diniz Guerra Silvestre

- **UMA HISTÓRIA DIGITAL DA II GUERRA**
Raquel Anne Lima de Assis
- **CLIO EM CLIQUES: A INTERNET NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.**
Manoel Messias Cardoso da Silva Moura
Raquel Anne Lima de Assis
- **DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA DEFESA NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO SOB A VISÃO DEMOCRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO E DA PUBLICIZAÇÃO**
Cristiano A. Diniz Guerra Silvestre
- **DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO PARQUE GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO SANCRISTOVENSE**
Anderson Felipe Góes
Jullyvan da Paixão Santos
- **A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E O TRABALHO NA MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA**
Jullyvan da Paixão Santos
- **OS FATORES DE FORMAÇÃO DOS SOLOS E A DINÂMICA AMBIENTAL NA ESTRUTURA DA PAISAGEM**
Isabela Santos de Melo
Bruna Leidiane Pereira Santana
- **O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR (PIBIC JR) EM SERGIPE: RUMOS E CONTRIBUIÇÕES**
Cristiane Tavares Silva Barreto
Adriana de Andrade Santos
- **LÍNGUA, IDENTIDADE E GÊNERO: O ESTUDO DE NÓS/ A GENTE EM COMUNIDADES DE PRÁTICAS SERGIPANAS**
Cristiane Conceição de Santana

GT 5: Auditório do Departamento de Geografia , 29/10 - 19h

Coordenadores:

Edvaldo Alves de Souza Neto

Denise Maria de Souza Bispo

- **CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO EM SERGIPE**
Denise Maria de Souza Bispo
- **THOMPSON E O PROTAGONISMO POLULAR: ALGUNS ASPECTOS IGNORADOS PELA ANÁLISE ESTRUTURALISTA**
Edvaldo Alves de Souza Neto
- **O PROJETO BRASILEIRO PARA A AMÉRICA DO SUL: ANÁLISE DO DISCURSO DIPLOMÁTICO**
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha
- **AS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NO CINEMA BRASILEIRO (1910-1940)**
Keline Pereira Freire
- **A REVISTA SEMANAL ÉPOCA E O CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA.**
Maria Cristiane Santos
- **MAPEAMENTO DOS TERREIROS EM ARACAJU/SE: AS MÚSICAS CANTADAS PELOS PRETOS-VELHOS**
Mateus Tayslan Andrade de Carvalho

GT 6: Auditório do CCSA, 29/10 - 19h

Coordenadoras:

Crislane Dias Santana

Maíra Ielena Cerqueira Nascimento

- **O CORDEL NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**
Crislane Dias Santana
- **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA NOS EUA (1980-1990)**
Maíra Ielena Cerqueira Nascimento
- **PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS /T/E /D/ ANTECEDIDA DA SEMIVOGAL /Y/ NAS COMUNIDADES DE PRÁTICA SERGIPANA**
Valéria Santos Sousa
- **ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COLÔNIA DE ASSENTAMENTO MANUEL DIONÍSIO CRUZ**
Tatiane Santos da Cruz
Izabella Santos de Macedo Carvalho
- **ASPECTOS DA DINÂMICA AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE**
Izabella Santos de Macedo Carvalho
Tatiane Santos da Cruz

GT 7: Auditório do CECH, 29/10 - 19h

Coordenadores:

Andrey Augusto Ribeiro dos Santos

Paulo Roberto Alves Teles

- **PASSADO COMO CONTESTAÇÃO DO PRESENTE: AS MEDIEVALIDADES EM O SENHOR DOS ANÉIS**
Andrey Augusto Ribeiro dos Santos
- **REACIONÁRIOS VIRTUAIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO AUTORITÁRIO ATRAVÉS DA PÁGINA “CANAL DA DIREITA”**
Paulo Roberto Alves Teles
- **A PRÁTICA MUSICAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SERGIPE**
Lindiane de Santana
- **DESAFIOS A INVESTIGAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA**
Jonatas Ribeiro Marques Barbosa
- **NOVA ONDA DO HEAVY METAL BRASILEIRO: O METAL NA LÍNGUA DE CAMÕES (1974-1990)**
Felipe Trindade de Souza
- **O PROJETO “IMPrensa CRISTÃ E ARTIGOS DE CRISTÃOS NOS JORNAIS LAICOS SERGIPANOS”: NOTAS PARA UM DEBATE**
Ailton Rodrigues Rocha Santos

GT 8: Auditório do Departamento de História , 29/10 - 19h

Coordenadoras:

Carla Darlem Silva dos Reis

Josilene de Jesus Mendonça

- **RECURSOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: REFERÊNCIA GENÉRICA**
Josilene de Jesus Mendonça
- **RADIALISTAS/POLÍTICOS: A RADIODIFUSÃO E A AÇÃO POLÍTICA EM SERGIPE (1950-1960)**
Carla Darlem Silva dos Reis
- **O ESPAÇO ARACAJUANO EM "OS CORUMBAS" - UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO INÍCIO DO SÉC. XX**
Tereza Raquel Muniz de Paulo
- **USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS E A PRODUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS**
Bárbara Carolina Rodrigues Figueiredo
- **REDEMOCRATIZAÇÃO E REPARAÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL E ARGENTINA (1973- 1985): COMPARAÇÕES A PARTIR DOS RELATÓRIOS NUNCA MAIS**
Thaíse dos Santos Silva
- **AS EXTREMAS DIREITAS COLOMBIANA E VENEZUELANA NA INTERNET, UMA ANÁLISE COMPARATIVA (2005-2013)**
Anailza Guimarães Costa

GT 9: Auditório do CCSA, 30/10 - 8h

Coordenadores:

Diego Leonardo Santana Silva

Ana Cláudia de Arthur Jucá

- **O REVISIONISMO HISTÓRICO NA WEB: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SITE METAPÉDIA**
Diego Leonardo Santana Silva
- **PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A ESPACIALIDADE E CRONOLOGIA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS TUPI EM PERNAMBUCO**
Ana Cláudia de Arthur Jucá
- **MONOTONGAÇÃO DOS DITONGOS /AY/, /EY/ E /OW/ NA ESCRITA DE ALUNOS DOS ANOS FINAIS DA PRIMEIRA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL: INFLUÊNCIA DA FALA NA ALFABETIZAÇÃO**
Evando Marcos do Santos
José Humberto dos Santos Santana
- **REFLEXÕES INICIAIS SOBRE DITADURA E EDUCAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA NA DÉCADA DE 70**
Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva
- **A LIDERANÇA BRASILEIRA NO CDS E AS RELAÇÕES BRASIL, ARGENTINA E VENEZUELA**
Luan Vieira Pimentel
- **A MAÇONARIA DESCRITA NA LITERATURA FICCIONAL: O SÍMBOLO PERDIDO DE DAN BROWN**
Nilton Bruno Feitosa Santana
- **O TEATRO NEGRO NO BRASIL**
Thamyres Suélen Sobral Lopes

GT 10: Auditório do Departamento de Geografia , 30/10 - 8h

Coordenadores:

Dércio Cardoso Reis

Talita Emily Fontes da Silva

- **O CRUZEIRO DO SUL: OBSERVAÇÕES SOBRE O INFORMATIVO DA FEB (1945)**
Dércio Cardoso Reis
- **DIANTE DO "MORTO ILUSTRE": AS VISITAS DE GRACILIANO RAMOS E JORGE AMADO AO TÚMULO DE LENIN**
Talita Emily Fontes da Silva
- **SERGIPE DEL REY ATRAVÉS DOS MAPAS (SÉCULO XVII)**
Fidel Silva Santos
- **ROBERT KING HALL E AS MISSÕES CULTURAIS NORTE-AMERICANAS NO BRASIL NOS ANOS 1940**
Adriana Mendonça Cunha
- **A CATEGORIA MODALIDADE NA ETIQUETAGEM DE VERBOS DO PORTUGUÊS**
Flávia Regina de Santana Evangelista
- **QR CODE CULTURAL/SE: MEMORIAL DE SERGIPE E CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE.**
Valéria Oliveira Barbosa
Sérgio Dário Silva da Rocha
- **VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A ESCOLA, NAS VOZES DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES DA CIDADE DE ITABAIANA/SE: COMO OS ALUNOS VÊM A ESCOLA?**
Islan Bispo de Oliveira
- **O NORDESTE E A SEGUNDA GUERRA: ESTUDO DO COTIDIANO DE ARACAJU**
Caroline de Alencar Barbosa
Mônica Porto Apenburg Trindade
- **A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU: O USO DOS ESPAÇOS DE LAZER**
Mônica Porto Apenburg Trindade
Caroline de Alencar Barbosa

GT11: Auditório do CECH, 30/10 - 8h

Coordenadores:

Irla Suellen da Costa Rocha

Ruzilane Rabelo dos Santos

- **DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OFICINAS DO DICIONÁRIO VÉRITAS MOSEION PARA INSTITUIÇÕES CULTURAIS**

*Irla Suellen da Costa Rocha**Adirany da Silva dos Reis*

- **ÁFRICA E AFRODESCENDENTES: REVISTA ÁFRICA (2004/2013)**

Ruzilane Rabelo dos Santos

- **CONCORDÂNCIA E PERTENCIMENTO EM DUAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS EM SERGIPE**

Thaís Regina Conceição de Andrade

- **A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DA PAISAGEM E NA QUALIDADE DE VIDA**

Maria Heluiza de Carvalho

- **AÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO EM SERGIPE**

Amanda Marques dos Santos

RESUMOS

GT 1:**A APOLOGIA AO CORPO NO ESTADO NOVO: ESPORTE, POLÍTICA E EUGENIA EM ARACAJU****Autor: Adson do Espírito Santo**

Graduado em História – UFS

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET)

adson@getempo.org

Coautor: Edla Tuane Monteiro Andrade

Graduanda em História – UFS

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFS)

Integrante do Grupo de Pesquisa (GPCIR/CNPq/UFS)

edlahistoriadora@gmail.com

Orientador: Prof.Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

Durante o Estado Novo (1937 – 1945) o pensamento e práticas eugenistas eram voltadas à saúde, elaboração de dietas alimentares, campanhas de educação física, visando a construção de um “novo Homem brasileiro” apto a desfrutar da “nova democracia social” que se buscava introduzir. Diante dessa conjuntura, instituições como o Governo estadual, o clero, clubes esportivos, além das instituições sanitaristas e médicas, promulgavam o modelo do corpo, e ditavam o estilo de vida a ser seguido pela sociedade aracajuana. Partindo da análise de três jornais - *O Nordeste*, *Correio de Aracaju* e *Folha da Manhã* -, o presente projeto de pesquisa visa analisar a utilização dos desportos sergipanos como componentes da política eugenista e disciplinadora do poder local, alinhando-se à política nacional estadonovista, entre 1939 e 1942. Procuramos observar as contradições em tal projeto político; além das formas de resistência a ele adotadas pela população aracajuana. Para a realização de tal análise utilizaremos como arcabouço teórico as ideias de Alcir Lenharo, Norbert Elias, Francisco Carlos Teixeira da Silva, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo; Eugenia; Esportes; Aracaju.

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE (1895 – 1897): INVENTÁRIO E ANÁLISE CRÍTICA DO ACERVO DIGITALIZADO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE (APES)

Autora: Edla Tuane Monteiro Andrade

Graduanda em História – UFS

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFS)

Integrante do Grupo de Pesquisa (GPCIR/CNPq/UFS)

edlahistoriadora@gmail.com

Co- autor: Adson do Espírito Santo

Graduado em História – UFS

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET)

adson@getempo.org

Orientador: Profº. Dr. Claudefranklin Monteiro (DHI/UFS)

RESUMO

São poucos os trabalhos em torno da historiografia sobre a imprensa em Sergipe. Afora alguns trabalhos acadêmicos servem como referência textos de Acrísio Torres de Araújo (1993), Sebrão Sobrinho (1947) Armindo Guaraná (1913). O Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) está desenvolvendo a digitalização de parte do acervo do Diário Oficial de Sergipe. Uma análise preliminar revelou uma série de possibilidades de pesquisa no campo da historiografia sergipana. Longe de ser apenas um veículo propagador de ações de Estado, o Diário Oficial de Sergipe revela facetas importantes da História e da Cultura de Sergipe. O período digitalizado (1895-1910) torna-se especial por ser de transição entre dos regimes de governo: Monarquia e República; e podem revelar coisas importantes no campo da pesquisa histórica. Tendo em vista que, um diário oficial fala da cultura da localidade em que se edita. Fala de seus interesses locais retrata a vida social, focaliza a indústria, o comércio, a lavoura, seja nos anúncios, órgãos públicos (judiciário, legislativo e executivo) nas notícias, nas simples referências. É repositório dos acontecimentos do passado, como de pequenos contornos. Portanto, para isso é preciso que o pesquisador tenha a capacidade de filtrar as informações com olhar clínico de historiador, fazendo uma confrontação com uma história especializada.

PALAVRAS-CHAVES: Diário Oficial de Sergipe, Imprensa, APES.

“EXCELLENTISSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1827)**Autora: Damilis Silveira Viana**Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
damilislveira92@gmail.com**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)****RESUMO**

No presente estudo pretende-se analisar as atas do Conselho de Governo da província de Sergipe do período de 1824 a 1827, a fim de analisar de que forma a elite local da província, através de sua participação no Conselho, enfrentou as questões de ordem econômica e encaminhou a resolução destes no Primeiro Reinado. No aspecto metodológico, será utilizada a análise documental das atas, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em se tratando dos referenciais teóricos, a pesquisa será conduzida sobre o olhar da Nova História Política e suas implicações na historiografia. Ao concluir a pesquisa proposta, espera-se colaborar para o esclarecimento do processo de formação do Brasil, enquanto Estado-Nação, sob o viés das questões econômicas regionais, na Província de Sergipe Del Rey, perante os percalços do estabelecimento de uma nova conjuntura política. Desta forma, a proposta é contribuir para o conhecimento sobre as questões aqui expostas, visto a lacuna historiográfica presente nessa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Governo da Província; Brasil Império; Sergipe Del Rey.

SOBRE UM NOVO OLHAR: APLICABILIDADE E CONTRIBUIÇÕES DA PALEOGENÉTICA À ARQUEOLOGIA.

Autor: Madson de Souza Fontes

Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe
msf.1989@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olívia Alexandre de Carvalho (DARQ/UFS)

RESUMO

A Paleogenética é o ramo das Ciências da Vida que aplica princípios da Biologia Molecular e da Genética de Populações no estudo do passado, quer seja em amostras humanas, animais de modo geral ou em plantas. Desta forma, este trabalho tem como propósito realizar uma discussão sobre a aplicabilidade da Paleogenética em material osteológico humano, oriundo de sítios arqueológicos pré-históricos e as suas contribuições com dados que somados à cultura material possibilitarão ao arqueólogo reconstituir e interpretar as práticas funerárias recorrentes em grupos pretéritos. A importância da associação de estudos bioarqueológicos, em restos humanos provenientes de sítios arqueológicos, com estudos já em andamento sobre DNA antigo, encontrado em tais materiais, auxilia na interpretação de fatos e hipóteses sobre o estilo de vida, quais patologias apresentavam, como eram nossos primeiros ancestrais e como viviam. Por fim, a Arqueologia com sua essência interdisciplinar, tem buscado fontes de informação e metodologias em outras ramificações das ciências para complementar com dados a interpretação sobre o comportamento das sociedades por meio da materialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paleogenética; Genética de Populações; Paleoantropologia.

O ESPAÇO TAMBÉM EDUCA: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS PRESENTES NO BERÇÁRIO DE UMA CRECHE MUNICIPAL DE ARACAJU/SE

Autora: Viviane dos Reis Silva

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
viviannerays@hotmail.com

Co-autora: Emily Maise Feitosa Aragão

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
emily-dahora@live.com

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tacyana Karla Gomes Ramos (DED/UFS)

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar quais as concepções pedagógicas explícitas na organização do espaço físico do agrupamento etário denominado Berçário, em uma creche municipal da cidade de Aracaju/SE. Partimos da seguinte problemática: Como os espaços do Berçário estão organizados? Essa organização proporciona a autonomia da criança? As crianças participam de tal organização? O ambiente é desafiador e seguro? Qual a concepção de criança e de educação existente? Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se de fotografias e anotações em diários de campo como instrumentos de produção de dados. Evidenciamos que o Berçário investigado precisa organizar-se de maneira desafiadora, pois a estrutura física da sala observada não promove aprendizagens significativas para os bebês. Nesse sentido, a organização de tal espaço requer o comprometimento dos educadores, cujo foco pedagógico busque planejar arranjos espaciais onde as crianças possam criar e recriar situações lúdicas e investigativas. Para isso, se faz necessário que o adulto profissional organize os espaços do Berçário atento às descobertas, interesses, necessidades e motivações das crianças de forma a propor desafios ajustados ao alcance dos bebês. Espera-se que o presente estudo possa contribuir para reflexões sobre a relevância de pensar o espaço da creche também como educador. Portanto, ele precisa ser articulado a concepções pedagógicas que prezem pelo desenvolvimento da criança de modo seguro e desafiador.

PALAVRAS-CHAVE: Berçário; Educação Infantil; Organização do espaço.

**PORTUGAL E INGLATERRA:
O APARECIMENTO DA SIMPATIA PORTUGUESA PELOS INGLESES**

Autor: José Augusto Batista dos Santos

Graduando em Letras Inglês pela Universidade Federal de Sergipe
josegugak7@hotmail.com

Coautor: João Luís dos Santos Meneses

Graduando em Música pela Universidade Federal de Sergipe
joaoluismeneses92@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (DLES/UFS)

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa de iniciação científica, já concluída, intitulada O Mito da Inglaterra em Portugal que teve como objetivo identificar e analisar as origens da anglofilia em Portugal, num período que se estende do ano de 1386, ano em que é assinado um importante tratado entre essas nações, o qual perdura até atualidade, e 1640, momento em que ocorre a suspensão da aliança entre as duas nações em virtude da União Ibérica. Para esse efeito, além do estabelecimento de coordenadas históricas e teórico-metodológicas para se pensar esse fenômeno em Portugal, foi realizado um levantamento documental onde foram incluídos vários tipos de fontes, tais como livros, dissertações, mapas, teses, entre outros. Tal levantamento foi conduzido na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em Lisboa, num período de vinte dias. Nesse sentido, propomos aqui a tornar conhecido à comunidade científica os resultados a que chegamos nesta investigação, apontando os possíveis desdobramentos que o presente trabalho pode gerar.

PALAVRAS-CHAVE: Anglofilia; Portugal; Inglaterra.

O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: UMA VOZ SEM NOME? (ARACAJU/SE)

Autor: Albaney Dias de Santana

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe

Pesquisador IC, bolsista PICvol/UFS

albaneysantana@yahoo.com.br

Orientadora: Profª Drª Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros (DLEV/UFS)

RESUMO

Neste trabalho, pesquisamos o ensino da Gramática Normativa nas escolas de ensino fundamental e médio, em Aracaju/SE, como objeto prevalente nas aulas de Língua Portuguesa. Buscamos, então, entender por que os professores de Língua Portuguesa costumam utilizar a Gramática Normativa como objeto dominante do ensino. Discutimos essa problemática na perspectiva da Análise do Discurso, tendo como norte as seguintes perguntas: há um modelo de ensino de Língua Portuguesa institucionalmente marcado? Qual a representação que o professor de LP faz do ensino? Qual a relação entre o ensino de GN e a manutenção dos corpos disciplinados (FOUCAULT, 1997)? Para a coleta de dados, elegemos a entrevista narrativa, uma vez que o professor (sujeito da pesquisa) narra os acontecimentos, observando o que o motivou a escolher a carreira de docência. Contamos com os postulados de Foucault (1997, 2003), Orlandi (2007), Gnerre (1991). No que diz respeito à coleta dos dados, apresentamos alguns recortes. Para a transcrição, utilizamos algumas convenções propostas por Marcuschi (1986). Finalmente, nas considerações finais, fazemos uma reflexão acerca do aporte teórico tentando relacioná-lo ao ensino de LP.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino da Gramática Normativa. Disciplinarização. Relações de poder.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**Autora: Maria Aline Matos de Oliveira**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID/CAPES

aline_hist2010@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise sobre o movimento Feminino pela Anistia no estado de Sergipe, que contou com a formação de um comitê composto por mulheres em 1978, que eram esposas de presos políticos do período ditatorial brasileiro. Retratar a luta das mulheres Sergipana, contribuindo para o estudo da memória dos familiares e presos políticos desse período. Inicialmente, pretende-se discutir a formação do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, fundado por Therezinha Godoy Zerbini em 1975, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, que teve seus direitos políticos cassados com a repressão da ditadura. O movimento se expandiu pelo Brasil formando em alguns estados comitês femininos em prol da Anistia. Em seguida, analisar o papel da mulher na política sergipana com a formação do comitê, como também a contribuição da luta dessas mulheres no contexto nacional. Por fim, o trabalho se propõe a fomentar uma discussão e reflexão a respeito do objetivo principal do comitê, o que ele representava, quais eram os ideais, princípios, medos e anseios vivenciados pelo gênero feminino em plena Ditadura Civil-Militar.

PALAVRAS-CHAVE: Anistia; Movimento Feminino; Ditadura Militar.

GT 2:**DESERTORES DA WEHRMACHT: OS MOMENTOS FINAIS DA II GUERRA
NA OBRA DE GARTH ENNIS****Autora: Thaís da Silva Tenório**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/FNDE/MEC).
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)
thais@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

O século XX foi palco de grandes acontecimentos que mudaram o curso da história da humanidade. Devido a sua importância, conflitos como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial se tornaram um dos principais temas abordados na historiografia. Diversas são as produções que exploram tais fatos, entre elas estão as Histórias em Quadrinhos – conhecidas popularmente como HQs – as histórias em quadrinhos são produções culturais que instigam reflexões sobre linguagem verbal e visual, sendo fundamental compreender tais registros como relevantes fontes a serem trabalhadas na história do tempo presente. Sendo assim, o presente trabalho propõe uma análise da história *Johann's Tiger*, que se encontra na HQ *War Stories* (2002), escrita por Garth Ennis, acerca da abordagem dos últimos momentos da II Grande Guerra na ótica de um grupo de desertores da *Wehrmacht*. Buscaremos entender como este é retratado, levando em conta para isso tanto as imagens, quanto o tema, a contextualização e a caracterização do determinado período.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo Presente, Segunda Guerra Mundial, Histórias em Quadrinhos.

O GRUPO CLARÍN E O CONTROLE DA MÍDIA ARGENTINA

Autora: Gabriela Resendes Silva

Graduanda em História (UFS)

Bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de História (PET/UFS)

Integrante do GET (UFS/CNPq)

E-mail: gabriela@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMO

Este trabalho reflete sobre o poder da mídia no tempo presente argentino, a partir da análise do Grupo Clarín, grupo que mais possui autoridade no debate e na formulação da agenda político-econômica da Argentina – dono de um verdadeiro monopólio na área de comunicação, o *Clarín* constitui-se como o representante maior dos interesses dos grandes grupos econômicos. Diariamente seu posicionamento frente à política interna e externa do país aparece estampado nos seus sites, jornais, rádios, revistas e telejornais – o grupo por muitos anos vem sendo “a voz da Argentina”. Desta forma, ao analisarmos o Grupo Clarín, temos por objetivo compreender como se deu seu processo de expansão e a sua conturbada relação com o poder vigente ao longo da sua história, principalmente com o governo de Cristina Fernández de Kirchner após a promulgação da Lei de Mídia em 2009. Para tanto, utilizaremos as reflexões de autores como Peter Burke e Asa Briggs, Luis Alberto Romero, René Rémond e Tania Regina de Luca.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina, Mídia, Grupo Clarín.

**A REPRESENTAÇÃO DE ANTONIO CONSELHEIRO
NA OBRA DE MANUEL PEDRO DAS DORES BOMBINHO
“CANUDOS, HISTÓRIA EM VERSOS”**

Autor: Alison Oliveira da Silva

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
alisonhistoriaufs@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra de Manuel Pedro das Dores Bombinho “Canudos, história em versos”, uma literatura histórica, escrita a partir das memórias dos soldados que participaram das três primeiras expedições para a Guerra de Canudos e a memória do autor que participou da quarta expedição, como testemunha ocular dos acontecimentos no campo de batalha, estudando as representações sobre Antônio Conselheiro, que sai em uma peregrinação pelos estados de Sergipe e Bahia construindo igrejas e cemitérios e arrastando uma multidão de devotos para o sertão da Bahia, onde ele dizia ser Canaã (terra prometida por Deus) e lá construiria Canudos, terra que de tudo dava, e todos viveriam feliz sobre as ordens de Deus e do Bom Jesus, se tornado um estado independente dos interesses da república, que não satisfeitos manda quarta expedições para acabar com os sonhos dos revoltosos, dando início a uma batalha cruel contra o povo sofrido do sertão, que só queria um lugar para mora e criar sua família, longe dos impostos do governo, que já tinha tomado tudo deles.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, memória, representação, Biografia.

O BRASIL PERANTE O CONFLITO COLÔMBIA-VENEZUELA-EQUADOR**Autor: Marcos Rogério Vieira de Araújo Filho**

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PICVOL (COPE/UFSE)

marcosrvaf@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érica Cristina Alexandre Winand (DRI/UFSE)**RESUMO**

Um dos desafios à cristalização da América do Sul como uma zona de paz e “comunidade de segurança” é a problemática com as FARC e com o narcotráfico, que criada dentro das fronteiras colombianas tem repercussões fora das mesmas, atingindo assim países como Equador, Venezuela e até mesmo o Brasil. Nesse cenário, a participação dos Estados Unidos é notória, dada a sua proximidade com a Colômbia e a sua ingerência sobre a atuação dos narcotraficantes. Contudo, essa aproximação do governo colombiano com o norte-americano vai em contramão às propostas da Venezuela, que vem defendendo veemente a autonomia da região em relação às potências extrarregionais, principalmente os Estados Unidos. Assim, o narcotráfico transformou-se num gatilho da fragmentação da defesa e da segurança da América do Sul, na qual as diferentes respostas a essa problemática resultaram em 2008 na crise Colômbia-Venezuela-Ecuador. Nessa perspectiva, a seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a posição do Brasil perante esse conflito, tendo como metodologia o estudo do posicionamento brasileiro, em perspectiva histórica, perante a conflitos anteriores relacionados ao mesmo grupo de países; e o estudo do fluxograma das relações do Brasil com cada um dos países envolvidos para quantificar e qualificar atos internacionais relacionados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Conselho de Defesa, UNASUL, Colômbia, Venezuela e Equador.

O BRASIL E O ESPAÇO CIBERNÉTICO

Autora: Lidiane Pascoal da Silva

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
lidianepascoal@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Júlio C. Rodriguez (DRI/UFS)

RESUMO

Este artigo pretende demonstrar como o Brasil, a partir do Governo Lula (2002-2010), percebe estrategicamente o espaço cibernético como fator de Segurança e Defesa Nacional. Argumenta-se que dentre as novas ameaças que os Estados tiveram que enfrentar no período pós Guerra Fria, tem-se também o fator cibernético como algo que pode facilmente desequilibrar um Estado. O trabalho consiste num estudo de caso sobre o Brasil, com a limitação temporal do período Lula e o foco analítico na política nacional relacionada à cibernética. A metodologia, logo será um estudo de caso. Portanto, será uma investigação qualitativa, que pretende explorar uma temática pouco abordada nas relações internacionais do país. Para fundamentação teórica, utilizar-se-á as correntes realista e liberal das Relações Internacionais, bem como os Estudos de Segurança Internacional. Conclui-se neste artigo que nas relações internacionais contemporâneas no tocante à ampliação da agenda internacional há uma modificação na percepção de ameaças, sobretudo provenientes do avanço tecnológico. Desta forma, o espaço cibernético torna-se relevante para o Brasil no que toca à Segurança e Defesa do país e tal relevância começa a ser destacada a partir do Governo Lula.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais, Espaço Cibernético, Brasil.

ENTRE SAIAS JUSTAS E JOGOS POLÍTICOS: NOTA SOBRE AS DIFICULDADES E CONFLITOS NO TRABALHO ETNOGRÁFICO DO CAMPO POLÍTICO

Autor: Jonatha Vasconcelos Santos

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista de Iniciação Científica CNPq
Vasconcelos.jonatha@globomail.com

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (DCS-UFS)

RESUMO

A presente comunicação apresenta as dificuldades da atividade etnográfica do campo político, tendo como principal referência o andamento exploratório da monografia sobre Juventudes Partidárias em Aracaju/SE que se enquadra em uma temática mais ampla dos movimentos sociais e do engajamento militante. Os procedimentos utilizados foram a análise etnográfica dos repertórios organizacionais e do processo de engajamento e a aplicação de entrevistas profundas. Até o momento já foram observados eventos, formação política e rodas de conversas realizadas pelas juventudes e realizadas cinco entrevistas. As entrevistas foram construídas a partir de três eixos temáticos: a história das juventudes, a estrutura organizacional e a trajetória militante. São as dificuldades apresentadas na inserção e contínuo trabalho etnográfico nas observações e na realização das entrevistas que é o principal ponto de debate do artigo, partindo do princípio de que a reflexão sobre o trabalho etnográfico que envolve relação entre o pesquisador e o objeto também é revelador do campo de pesquisa. Os resultados da análise das dificuldades na relação do pesquisador com o campo, em especial as juventudes partidárias, revelam dimensões do ambiente de pesquisa como o conflito e a interação entre as juventudes e os partidos políticos e as juventudes entre si.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia; Juventudes Partidárias; Conflitos;

**REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR:
A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BEBÉ
TIÚBA – ARACAJU/SE**

Autor: Erick Feitosa Araújo

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
erick.pedagogia@gmail.com

Coautora: Polyana Lacerda Santos

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
polyana_lacerda@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Lourenço de Azevedo (DED/UFS)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bebé Tiúba como se realiza o planejamento considerando as questões da inclusão escolar. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa com inspiração etnográfica, realizada através de entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, diálogos tidos com a coordenação pedagógica e observações relatadas no caderno de campo. Após a coleta de dados, foi feita uma análise dos mesmos à luz da bibliografia lida, fazendo uma reflexão sobre como a Escola Municipal Bebé Tiúba trata a Educação Inclusiva em seu planejamento escolar. Percebeu-se que o planejamento da escola corresponde em certa medida à inclusão escolar, observaram-se avanços nos que se refere à educação dos seus alunos com deficiência, porém ainda existem uma série de limitações estruturais, políticas e pedagógicas para que de fato a escola seja inclusiva. Este artigo é resultado da conclusão do trabalho de estágio na disciplina Estágio Supervisionado I da Universidade Federal de Sergipe, ministrada pela professora Dra. Ana Maria Lourenço de Azevedo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Planejamento; Inclusão Escolar.

A GEOGRAFIA DE FRIEDRICH RATZEL NO CONTEXTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE

Autor: José Danilo Santos Cavalcanti de Araújo

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Voluntário do Programa de Iniciação Científica - PICVOL

danilogeoufs@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (DGE/UFS)

RESUMO

O pensamento moderno firmou-se como pilar da sociedade no século XVIII, a partir das ideias iluministas, tendo maior abrangência no século XIX, quando a ciência passou a ser aclamada de forma prestigiosa como recurso para a compreensão e explicação do mundo. A modernidade rompeu com as estruturas da sociedade pretérita, ocasionando mudanças como a substituição da fé pela razão e transformações no campo econômico, político, social e científico. Nesse contexto, a presente pesquisa visa compreender a importância da obra de Friedrich Ratzel para a sistematização e desenvolvimento da Geografia que se estabeleceu enquanto ciência neste período. Tal artigo fomenta a necessidade de conhecer os pilares teórico-metodológicos desta ciência, a partir da obra de Ratzel, e destacar sua contribuição para o devenir da mesma. O método que orientou esta análise é a filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin. Como procedimento metodológico foi realizado levantamento bibliográfico, com base em livros, artigos e periódicos que abordam a obra de Ratzel, a modernidade e o positivismo enquanto método de investigação científica. Nesta perspectiva, constatou-se que as explicações da relação sociedade-natureza deste geógrafo, embasadas no método positivista, culminou no paradigma do determinismo geográfico. Além disso, observou-se que o caráter geopolítico de sua obra, com a discussão de território e espaço vital, é resultante do seu contexto histórico.

PALAVRAS-CHAVES: Friedrich Ratzel, Modernidade, Ciência Geográfica.

GT 3:

A MULTIFUNCIONALIDADE DO “ASSIM” NA ESCRITA

Autora: Jaqueline dos Santos Nascimento

Mestranda em Letras – Universidade Federal de Sergipe
jaquelinesnascimento@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko. Freitag (DLEV /UFS)

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Leilane Ramos da Silva (DLEV /UFS)

RESUMO

O presente trabalho parte dos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, que compreende a língua de forma dinâmica, caracterizada pela maleabilidade do seu sistema estrutural. A concepção de gramática aqui defendida, então, baseia-se numa visão de linguagem como instrumento de interação social, dando vez à avaliação de fenômenos linguísticos a partir de uma dada situação de uso. À luz desse entendimento, o objetivo deste estudo é apresentar, tomando como referência a classificação estabelecida por Martins (2008), o comportamento do item lexical *assim*, em textos narrativos, produzidos por alunos do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Murilo Braga. As narrativas selecionadas fazem parte do banco de dados denominado *Banco de dados de escrita: textos narrativos e opinativos*. De acordo com a análise realizada, o item *assim* apresenta, entre outras múltiplas funções na escrita dos textos em avaliação, as seguintes: i) *dêitico discursivo do contexto resumitivo*; ii) *dêitico discursivo do contexto resumitivo bidirecional*; iii) *dêitico discursivo do contexto temporal*; iv) *dêitico discursivo do contexto inclusivo*; e v) *dêitico discursivo de memória especificador*. Esse caráter multifuncional do item *assim* revela, entre outras, a liberdade que os usuários de uma língua têm para selecionar os elementos atribuindo novas funções, segundo suas necessidades comunicativas.

PALAVRAS-CHAVE: Assim. Função. Escrita.

A ÚLTIMA ASTRONAVE E O TERROR DA GUERRA NUCLEAR

Autora: Carolline Acioli O. Andrade

Graduanda em História da Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET/História/UFS (MEC/Fnde)

cah.acioli@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Matos Antonio (DHI/UFS)

RESUMO

É fato constatado a influência da música enquanto um tipo de discurso que tem a capacidade tanto de propagar quanto de desconstruir visões de mundo e opiniões sobre determinado tema. Ela é uma produção cultural que fala de uma determinada sociedade, mas que também é apropriada pela própria sociedade para refletir e identificar a si mesma. Assim como a própria obra de história, uma produção musical é “filha do seu tempo”, e fala sobre um determinado momento histórico, expressando sentimentos, valores, preconceitos, opiniões, medos e ansiedades. Este breve trabalho tem como objetivo refletir acerca da relação entre a canção *Eva* (1984) e o período da Guerra Fria, demonstrando como esta música revela a tensão deste momento histórico e descreve o pavor causado pela iminência de uma guerra nuclear de proporções avassaladoras entre os dois grandes “impérios” do pós segunda guerra – Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Também buscamos destacar a potencialidade da música enquanto ferramenta pedagógica. Além de promover dinamismo e constituir uma forma diferente e didática de apresentação do conhecimento histórico, ela pode levar os alunos a uma reflexão acerca do que a música pode não apenas revelar sobre a época que a produziu, mas também o que pode nos dizer sobre o tempo em que vivemos.

PALAVRAS-CHAVE: História e Música; Ensino de História; Guerra Fria.

O CONCEITO DE ESPAÇO NA GEOGRAFIA, UMA BREVE ANÁLISE**Autora: Thaís Moura dos Santos**

Graduanda em Geografia Literatura pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC/Voluntaria
thaissou14@hotmail.com

Coautor: Jonas Emanuel da Rocha Antão

Graduando em Geografia Literatura pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC
jonasemanuel96@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (DGE/UFS)**RESUMO**

O presente trabalho objetiva analisar o conceito de espaço, sua dinâmica, produção e reprodução no âmbito da ciência geográfica. O espaço geográfico surge na geografia como produto da técnica aplicada à natureza que passa a estar, sempre em constante modificação com o intuito de atender as necessidades humanas. No entanto, o espaço geográfico não deve apenas ser visto como produto passível de troca, na sociedade, mas como um ambiente onde ocorrem as relações entre seres humanos e, nesse sentido passa a chamado de espaço social. Nosso intento nesse artigo é fazer uma reflexão de como a produção espacial torna-se resultado da ação humana desenvolvida através do trabalho de cunho produtivo e social. Nessa direção, os procedimentos metodológicos adotados para direcionar as análises desse artigo, de cunho bibliográfico, baseiam-se na leitura e interpretação de textos, livros, revistas e periódicos de autores como David Harvey, Henri Lefebvre e Ana Fani A. Carlos, enquanto contribuição ao pensamento geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Geográfico, Sociedade, Natureza.

ETIQUETAGEM DO CORPUS ITNET COM RELAÇÃO AO ASPECTO VERBAL**Autora: Rebeca Rodrigues de Santana**

Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora PIBITIVOL

rebeca.rodrigues.17@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)**RESUMO**

Etiquetar um *corpus* consiste em delinear um segmento de texto e atribuir-lhe um rótulo ou etiqueta. Objetivamos desenvolver etiquetas para verbos quanto à categoria verbal aspecto. Para tanto, realizamos a normatização e a conversão para o formato txt das 22 produções textuais que compõem o Banco de Dados de Escrita Culta – corpus Itnet e elaboramos, por meio do software *Systemic Coder*, uma árvore de decisão contendo etiquetas de tempo, modalidade e aspecto verbal. Em seguida etiquetamos manualmente o *corpus* de treino e por meio do cálculo do percentual de uso das etiquetas, realizamos sua validação. Como resultados, temos um *corpus* revisado, convertido e etiquetado, que subsidiou o desenvolvimento da árvore de decisão para as etiquetas de aspecto e também de tempo e modalidade para as formas verbais do português, que foi testada no *corpus* de treino. Concluímos que o desenvolvimento desse trabalho é de grande relevância para o processamento automático do português, pois dotar uma ferramenta eletrônica de descrições linguísticas é capacitá-la a reconhecer a língua, de forma otimizada, apesar de suas especificidades.

PALAVRAS CHAVES: Etiquetagem; Aspecto verbal; Processamento de linguagem natural.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDADE MODERNA À LUZ DOS ILUMINISTAS: HOMOSSEXUALIDADE

Autor: Leandro Augusto Oliveira de Melo

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista voluntário PIBIC(MEC/CAPES)

lelele.melo@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)

RESUMO

A presente pesquisa desenvolverá uma investigação relacionada a discussão da construção de conceitos de sexualidade e homossexualidade no pensamento da ilustração do século XVIII. A pesquisa justifica-se por ser observado que foi nesse contexto que se elaborou conceitualmente uma divisão entre os sexos e importantes concepções sobre sexualidade fundamentadas num discurso científico de racionalidade. O presente texto discorrerá acerca de alguns escritos dos filósofos iluministas com a finalidade de analisar a atenção dispensada por eles no tocante ao assunto de gênero e sexualidade. Assim, verificaremos se houve uma preocupação dos escritores enciclopedistas em desmitificar a homossexualidade como algo decorrente do mal, anormal e transgressor dos gêneros aceitos como naturais naquela configuração social. Levantaremos indagações com a intenção de respondê-las. O presente texto em andamento é fundamental por trabalhar uma temática pouco investigada no campo histórico e certamente no seu término contribuirá para o conhecimento do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; homossexualidade, ilustração.

HUMANIDADES DIGITAIS: PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DO PORTAL II GUERRA MUNDIAL

Autora: Katty Cristina Lima Sá

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBITI/ CNPq

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)

katty@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMO

A proposta que será apresentada pretende dar continuidade ao projeto “Portal da Segunda Guerra” aprovado no Edital PIBITI 2011, este que objetivou a construção um memorial virtual sobre a Segunda Guerra Mundial (memoriasegundaguerra.org) no formato de um ambiente eletrônico. O enfoque deste ambiente está nos torpedeamentos ocorridos na costa de Sergipe, porém sem a restrição da escala regional, usando esse fato para a realização uma reflexão geral sobre conflito. O procedimento metodológico adotado no início desse projeto consiste na pesquisa bibliográfica sobre os seguintes temas: Segunda Guerra Mundial, História Digital e Cibercultura, sendo que a partir disso serão realizadas as produções de ensaios, fichamentos, verbetes e planos de aula pelos bolsistas. A ideia desse projeto é divulgar e alimentar o site com um acervo diversificado que incluirá os materiais produzidos pela equipe executora, como também outros documentos - áudios em mp3, entrevistas, vídeos etc., formando um espaço destinado tanto para acadêmicos quanto para o público geral. Deste modo, visamos criar espaço de excelência sobre a II Guerra Mundial e seus desdobramentos no Brasil, preenchendo a lacuna historiográfica existente sobre o assunto. Nessa comunicação realizaremos a apresentação das considerações iniciais sobre o projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Humanidades Digitais; História; Internet; Ensino; Pesquisa; Inovação.

REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**Autor: Guilherme Sousa Borges**

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa de Educação Tutorial

Membro do Laboratório de Estudos de Paz e Conflito

E-mail: Guiga.borges94@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Cristina Nascimento França (DRI/UFS)**RESUMO**

Tendo atingido a marca dos 100 anos de seu início, a Primeira Guerra Mundial mudou o funcionamento das relações sócio-políticas, deixando suas marcas não só no âmbito diplomático como também no imaginário humano. Até 1914, nenhum conflito havia chegado a essa proporção, contando com a participação direta e indireta de dezenas de países e colônias e tendo tantas baixas. Esse estudo objetiva o entendimento de como esse conflito é representado pelas produções culturais após o seu fim, como romances, filmes, músicas e jogos eletrônicos. A metodologia usada para a realização desse trabalho será um levantamento das principais produções nesses grupos citados, fazendo uma análise de sua repercussão no ano de lançamento e público alvo. A partir dessa análise inicial pretendo discutir como essas obras produzem um discurso histórico, transmitindo como as pessoas da época em que foram lançadas enxergavam o conflito. É fundamental compreendê-las como relevantes fontes a serem trabalhadas na história.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira Guerra Mundial, Cultura, Concepção

FREUD E BENJAMIN: SOBRE INCONSCIENTE, EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA**Autor: Daniel Francisco dos Santos**Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe
francisco.daniel58@yahoo.com.br**Orientador: Prof. Dr. Everaldo Vanderlei de Oliveira (DFL/UFS)****RESUMO**

O presente texto propõe analisar a relação entre os conceitos de inconsciente e história. Tal análise se dará com o objetivo de responder a uma pergunta, a saber, como a filosofia da história de Walter Benjamin pode ser perpassada pelo conceito freudiano de inconsciente? O ponto nodal da ligação entre tais pensadores ocorre a partir da concepção filogenética que é imanente ao conceito freudiano de inconsciente, em especial, na “Interpretação dos sonhos” (1900-1901). Sonhos típicos são aqueles cujos símbolos têm o mesmo sentido para todos, com significado permanente e fixo em todas as épocas e para todos os povos. Aqui emerge o interesse de Walter Benjamin. Ao perceber que a concepção filogenética freudiana apontava para a possibilidade de acesso a elementos do passado coletivo e individual por meio dos sonhos típicos, o filósofo alemão vislumbra uma concepção da história com base em sua teoria da experiência, que se propõe a resgatar tais elementos sobrepujados pela ascensão do capitalismo no final do século XIX, elementos de uma experiência autêntica que unem na memória conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo, tal como se lê em “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo” (1939). Com efeito, temos tanto em Freud quanto em Walter Benjamin, uma teoria da experiência que se vincula a uma concepção de história, podendo-se falar de uma filosofia da história benjaminiana com a marca do conceito freudiano de inconsciente.

PALAVRAS-CHAVE: Inconsciente; História; Freud; Walter Benjamin.

GT 4:**UMA HISTÓRIA DIGITAL DA II GUERRA****Autora: Raquel Anne Lima de Assis**

Graduanda em História pela UFS

Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)

Bolsista PIBIC do projeto Clio em cliques: a internet nos livros didáticos de História

Email: raquel@getempo.org

Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

Este texto tem como objetivo investigar a abordagem histórica da Segunda Guerra Mundial em Objetos Educacionais Digitais (OEDs). Os objetos são multimídias complementares aos livros didáticos que passaram a integrar o ensino a partir de 2014 com a aprovação do Edital PNLD em 2012. São oferecidos infográficos, vídeos, jogos e hipermídias para serem utilizados em sala de aula ou individualmente pelo aluno. Sendo assim, esta pesquisa é uma tentativa de observar o diálogo entre o ensino de história e a cibercultura, parte cotidiana do universo dos alunos. Estes recursos são oferecidos pelo Governo Federal por meio da avaliação e distribuição realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em todo território brasileiro. Trabalharemos com História do Tempo Presente, *Digital History* e História Comparada. Esta última é aplicada na metodologia do trabalho quando comparamos alguns aspectos dos OEDs e assim encontramos semelhanças e diferenças entre os variados objetos. Apresentaremos alguns aspectos do ensino de história digital sobre a Segunda Guerra Mundial através de Objetos Educacionais Digitais.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino de história; OEDs; Segunda Guerra Mundial.

CLIO EM CLIQUES: A INTERNET NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**Autor: Manoel Messias Cardoso da Silva Moura**

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe.

Integrante do GET (Grupo de Estudos do Tempo Presente).

Bolsista voluntário PIBIC.

e-mail: manoel@getempo.org

Coautora: Raquel Anne Lima de Assis

Graduanda em História pela UFS

Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)

Bolsista PIBIC do projeto Clio em cliques: a internet nos livros didáticos de História

Email: raquel@getempo.org

Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

Esta pesquisa se dispõe a identificar, catalogar e analisar os sítios eletrônicos indicados ou presentes nos livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2014. São materiais a serem utilizados por alunos nos anos finais do ensino fundamental. Assim, temos a meta de realizar uma análise das principais estratégias que têm sido utilizadas para a incorporação da internet aos livros didáticos de história aprovados por esse programa. Somando a esses objetivos, a pesquisa também deverá comparar as orientações transmitidas aos docentes por meio do Manual do Professor – item exigido pelo PNLD, através de seus editais – quanto aos procedimentos adotados no livro do aluno; alimentar um banco de dados em rede desenvolvido especialmente para a pesquisa e proceder sínteses históricas tais como artigos, relatórios e textos de divulgação científica para divulgar os resultados do projeto. Desta forma, a pesquisa visa esclarecer questões sobre a interação do ensino de história (com os livros) e a internet.

PALAVRAS-CHAVE: *Digital History*; sítios eletrônicos; livros didáticos; ensino de história.

DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA DEFESA NO BRASIL PÓS-DEMOCRATIZAÇÃO SOB A VISÃO DEMOCRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO E DA PUBLICIZAÇÃO

Autor: Cristiano A. Diniz Guerra Silvestre

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
Pesquisador do COPEDE-GEDES
cadgs@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érica C. A. Winand (DRI/UFS)

RESUMO

Propomos debater a compreensão brasileira de Defesa e como ela se instrumentaliza sob a perspectiva democrática. Tornam-se importante, para nós, conceitos como publicização, controle civil sobre o tema e participação para discorrermos como se dão essas políticas, os atores envolvidos e o porquê de sua condução ser submetida ao debate coletivo é fundamental, não só para a sua legitimidade e sustentabilidade, como para o pleno desenvolvimento da democracia. Metodologicamente este trabalho se debruça no elencamento de conceitos que partem desde Defesa, perpassando Defesa Nacional e Segurança, até os constituintes da Democracia, como participação e publicização. Desta feita, concluímos com o debate de como anda essa abordagem sob a realidade brasileira. Busca-se expor a questão supracitada, visando alargar o debate da Defesa em nível interdisciplinar, plural e abrangente, como em realidade deve se dar o debate e, por conseguinte, o direcionamento das políticas públicas, da Defesa Nacional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Defesa, Democracia, Brasil, Controle Civil.

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO PARQUE GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO SANCRISTOVENSE

Autor: Anderson Felipe Goes

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
anderson_11juv@hotmail.com

Coautor: Jullyvan Santos da Paixão

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
jullyvvan@gmail.com

Orientador: Prof. Antonio Carlos Campos (DGE/UFS)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a dinâmica socioespacial da “Bica dos Pintos” desde sua utilização enquanto fonte de água potável até a criação do Parque Governador João Alves Filho no município de São Cristóvão- SE. A discussão da sua relação com a população San Cristovense como espaço de lazer e referência ambiental da cidade se fundamenta na análise da formação histórica do espaço – lugar a partir das interpretações de Y-Fu Tuan (1992), Côrrea (1991) e Santos (1999) como subsídio para compreensão dos processos que influenciam a estrutura urbana da sede do referido município. Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados para no decorrer desta pesquisa são: levantamentos bibliográficos; coleta de material cartográfico e iconográfico junto aos órgãos municipais e, entrevistas com usuários e moradores das áreas vizinhas ao Parque. Esta investigação se constitui na primeira parte do processo de construção monográfica que tem a perspectiva de subsidiar estudos sobre a relação com o Rio Paramopama e a Área de Proteção Permanente Privada que dá sentido a área de lazer da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: dinâmica socioespacial; espaço público, lugar; Parque.

A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E O TRABALHO NA MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA

Autor: Jullyvan da Paixão Santos

Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Jullyvvan@gmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Rosana Batista (DGE/UFS)

rostosgeo@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir o conceito de trabalho, enquanto fundamento ontológico do Ser na mediação sociedade-natureza. Quando o Ser não compreende que o trabalho humano que é realizado sobre a natureza representa uma condição de existência, impossibilita seu reconhecimento enquanto natureza. Com isso, o homem passa a ser alienado pelo próprio trabalho, já que o distanciamento do entendimento do trabalho enquanto “pôr teleológico”, afasta-o simultaneamente da natureza, tornando-o ideologicamente em um não-ser. Essa construção do Ser afastado da compreensão ontológica, pela alienação, aprisiona-o numa estrutura ideológica dominante contribuindo com a degeneração da relação sociedade/trabalho/natureza, sobretudo, porque leva o homem a questionamentos que duvida da sua própria condição de existência, enquanto Ser. Esse artigo apoia-se nas Obras de G. Lukács com a teoria da ontologia do Ser social. Os procedimentos metodológicos adotados para direcionar as análises desse artigo, de cunho bibliográfico, fundamentam-se na leitura e interpretação de textos, livros, revistas e periódicos de autores que comungam com a teoria Lukacsiana como: *Anti-Düring* de F. Engels; *Maxismo e Natureza* de M. G. Silva e *A Produção Dialética do Conhecimento* – E. Carvalho.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho, ontologia do Ser, natureza.

OS FATORES DE FORMAÇÃO DOS SOLOS E A DINÂMICA AMBIENTAL NA ESTRUTURA DA PAISAGEM

Autora: Isabela Santos de Melo

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista voluntária do Programa Institucional de Extensão Universitária (PIBIX)
isabela_santosdemelo@yahoo.com

Coautora: Bruna Leidiane Pereira Santana

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa Institucional de Extensão
Universitária(PIBIX)bruna.leydiane@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Barbosa da Silva

Departamento de Geografia/UFS
deborabars@ig.com.br

RESUMO

O solo é um dos elementos que integra a organização do meio ambiente cujas propriedades são primordiais para a manutenção do equilíbrio ambiental, além de constituir um recurso essencial ao desenvolvimento das atividades econômicas e à qualidade de vida. Este trabalho analisa a influência dos fatores de formação dos solos na dinâmica de organização espacial a partir dos princípios sistêmicos da análise integrada da paisagem. A execução deste estudo foi pautada em procedimentos metodológicos como discussões teóricas, pesquisas bibliográficas, reflexões de artigo e trabalho de campo. O presente artigo aborda as interdependências existentes entre os fatores de formação dos solos como o clima, o relevo, os organismos, a litologia e o manejo das atividades humanas nas características físicas e químicas dos solos e nos processos de equilíbrio ambiental. Os componentes ambientais que estruturam a paisagem influenciam na produtividade das atividades realizadas, principalmente, no espaço rural, bem como, nas características socioeconômicas, interferindo na qualidade de vida e nos processos da dinâmica espacial responsáveis pela configuração da paisagem.

PALAVRAS-CHAVES: Solos; Dinâmica ambiental; Paisagem.

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR (PIBIC JR) EM SERGIPE: RUMOS E CONTRIBUIÇÕES

Autora: Cristiane Tavares Silva Barreto

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista FAPITEC-SE

cristianetavares2013@bol.com.br

Coautora: Adriana de Andrade Santos

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista FAPITEC-SE

drikaduda1996@hotmail.com

Orientadora: Prof^a Dr^a Eva Maria Siqueira Alves (DED/UFS)

RESUMO

O presente trabalho está inserido no Projeto de Pesquisa “O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR (PIBICJR) EM SERGIPE” financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec-SE) aprovado por meio do EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 13/2012 NAPs, tendo por objetivo “avaliar os indicadores, a gestão e os resultados do programa operacionalizado pela FAPITEC-SE no período de 2003 a 2013”. O Programa de Iniciação Científica Junior (PIBIC JR), é um projeto financiado pelo CNPq em parceria e patrocínio das FAP’S, presente na maioria dos Estados brasileiros. Tem por objetivo despertar nos alunos da Educação Básica das instituições de Ensino Público Municipais, Estaduais e Federais o interesse pela pesquisa científica ou tecnológica, orientadas por pesquisadores em instituições de ensino superior ou institutos de pesquisas. Nesta perspectiva, o estudo em questão tem como objetivo analisar as contribuições apresentadas pelo PIBICJR no estado de Sergipe, tendo em vista que os resultados parciais obtidos mostram que os ex-bolsistas desse programa tornam-se professores das redes de ensino nas disciplinas nas quais participaram dos projetos, bem como em continuar no campo da pesquisa participando dos cursos de Mestrado e Doutorado. Os procedimentos metodológicos adotados foram levantamentos bibliográficos e dados junto a Fapitec-SE, além identificar os coordenadores, bolsista e questionários dos sujeitos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Básica; PIBIC JR; Sergipe.

LÍNGUA, IDENTIDADE E GÊNERO: O ESTUDO DE NÓS/ A GENTE EM COMUNIDADES DE PRÁTICAS SERGIPANAS

Autora: Cristiane Conceição de Santana

Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora PIBIC-CNPQ

criscc.santana@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO

A sociolinguística analisa o comportamento linguístico de um ponto de vista social, envolvendo questões que influenciam na linguagem do indivíduo, além de aspectos ligados à sociedade. Partindo dessa perspectiva o presente trabalho visa analisar a realização das formas *nós/a gente* em função do sexo/gênero e da escolaridade dos membros de duas comunidades de práticas que segundo Eckert e McConnell-Ginet (1992) é um conjunto de pessoas agregadas em razão de um mesmo ideal. Para tanto, selecionamos dois grupos: “Mãe da Divina Graça” do município de Lagarto, e o “PIBID de matemática” da UFS. Realizamos visitas, gravações das reuniões; elaboramos um roteiro de entrevista composto por perguntas do cotidiano, questões sociais e de gênero dentro do protocolo da sociolinguística variacionista, que utilizamos para a realização das entrevistas individuais. Os resultados obtidos por meio da análise estatística das ocorrências de *nós* e *a gente* na fala dos membros das duas comunidades de práticas analisadas, com relação à escolaridade e ao sexo/gênero, apontaram que quanto maior o grau de escolarização do informante maior o uso da forma variante e que, embora esperássemos que as mulheres fizessem o maior uso da forma *a gente* por serem mais inovadoras, foram os homens que o fizeram, esse resultado pode ser explicado pelo fato de os líderes das duas comunidades serem do sexo masculino e se referirem muitas vezes ao grupo inteiro, por meio da forma inovadora.

PALAVRAS-CHAVE: Variação; Comunidades de prática; Escolaridade; Gênero/sexo.

GT 5:**CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO EM SERGIPE****Autora: Denise Maria de Souza Bispo**Mestranda do Programa de Pós-graduação em História – UFS
denisebispo@yahoo.com.br**Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues. (DHI/UFS)****RESUMO**

O texto em tela propõe discutir o Centenário da Abolição no estado de Sergipe por meio de fontes, em especial jornais, encontradas durante a pesquisa para o desenvolvimento do segundo capítulo da dissertação que desenvolvo no Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe sobre *Os antecedentes da lei 10639/03 no estado de Sergipe* tendo como delimitação temporal os anos de 1980 - 2003. Este trabalho apresenta o protagonismo dos movimentos sociais negros, bem como às iniciativas colocadas na década de 1980 para reconhecer o mito da democracia racial e os problemas ligados a população negra os quais fomentou as críticas as comemorações do Centenário da Abolição. Neste contexto a discussão aponta as movimentações dos sujeitos para contestar as comemorações ao 13 de maio de 1988 em Sergipe e outros estados no sentido de colocar os implicativos do racismo e da discriminação ocasionados principalmente pelas permanências do processo de escravidão ocorrido e ainda não abolidos no Brasil de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Centenário da Abolição, história, racismo.

THOMPSON E O PROTAGONISMO POPULAR: ALGUNS ASPECTOS IGNORADOS PELA ANÁLISE ESTRUTURALISTA

Autor: Edvaldo Alves de Souza Neto
Mestrando em história pelo PROHIS/UFS
edvaldo.asn@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Petrônio Domingues (DHI/UFS)

RESUMO

Nascido na Inglaterra em 1924, o historiador inglês Edward Palmer Thompson desenvolveu uma nova concepção de história que acabou suscitando debates nas mais diversas áreas do conhecimento histórico. Ao conceber o saber histórico a partir de uma relação íntima entre teoria e empiria, cuja complexidade do contexto não pode ser explicada através de um único viés social preponderante, Thompson promoveu uma revisão nos paradigmas até então vigentes na História Social, a princípio na Inglaterra e em seguida, em outras localidades. O objetivo dessa comunicação é refletir sobre a influência dos estudos de Thompson na criação de uma nova abordagem que contemple a experiência do protagonismo popular, na chamada história “vista de baixo”. A nossa intenção é discutir alguns aspectos teórico-metodológicos da abordagem desse historiador em contraponto ao estruturalismo e, tecer uma breve consideração a respeito da sua influência no Brasil, contemplando principalmente, o uso dos seus conceitos nos estudos sobre o pós-abolição.

PALAVRAS-CHAVE: Protagonismo popular; E. P. Thompson; Pós-abolição.

O PROJETO BRASILEIRO PARA A AMÉRICA DO SUL: ANÁLISE DO DISCURSO DIPLOMÁTICO

Autor: Felipe Ferreira de Oliveira Rocha

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
fferreira135@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (DRI/UFS)

RESUMO

Este artigo busca entender a forma com as quais os interesses por trás da atual tendência de sul-americanização da Política Externa Brasileira são enunciados regionalmente pelo discurso diplomático. Para tanto, através de uma Análise de Discurso de inspiração Foucaultiana e do construtivismo de Nicholas Onuf, deseja-se decompor e categorizar as constelações de enunciados pertinentes à formação discursiva brasileira para a sua Política Externa. Objetiva-se, assim, apreender o processo de conformação, distribuição e consumo dessa retórica. Desse modo, constrói-se ciência acerca de fenômenos como as reuniões de cúpulas de presidentes da América do Sul (ocorridas a partir de 2000 em Brasília) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) – transformada em 2008 na União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Portanto, compreender-se-á a lógica argumentativa e retórica diplomática para a justificativa da América do Sul como um elemento essencial à identidade internacional brasileira que antes tinha como centro a noção de América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira; América do Sul; Diplomacia e Crítica Acadêmica.

AS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NO CINEMA BRASILEIRO (1910-1940)**Autora: Keline Pereira Freire**

Graduanda em História da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/FNDE/MEC).
Integrante do Laboratório de Pesquisa e Produção Audiovisual (LAPPA/UFS)
kelinepereira1@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Ângela Farias Gomes (DCOS/UFS)**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar as representações da região Nordeste e dos nordestinos feitas pelas produções cinematográficas da década de 1910 até a década de 1940. Desde que a região foi instituída no final da década dez, num contexto de busca de um novo conceito de nacionalidade e regionalismo por parte do grupo dominante brasileiro, características quase sempre estereotipadas são adotadas para a distinguir o Nordeste bem como os seus habitantes. A imagem de uma área tomada pela seca e pela pobreza, povoada por pessoas igualmente pobres, violentas, pouco inteligentes e promíscuas é frequentemente difundida pelos meios de comunicação da época, obras literárias, produções musicais e pelo objeto ao qual busca-se analisar neste artigo: o cinema. Pretende-se fazer uma breve exposição de dados que atestem como teria ocorrido o que Durval Muniz de Albuquerque Jr. chamou de *A invenção do Nordeste*, seguida de um levantamento de obras cinematográficas do período de 1910 a 1940 que tenham utilizado o Nordeste como objeto de representação, analisando as impressões que estes filmes fazem perceber da região.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Nordeste; Representações.

A REVISTA SEMANAL ÉPOCA E O CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA**Autora: Maria Cristiane Santos**

Graduando em Comunicação Social

Hab. Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe

marie.csanthos@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Matos Antonio. (DHI/UFS)**RESUMO**

No Brasil, nos últimos 10 anos, ocorreu um processo de aumento da renda das famílias, motivado por fatores sociais e pela estabilidade monetária resultante da política social e econômica do governo Lula que contribuiu para um cenário econômico que alterou a renda das famílias brasileiras surgindo uma nova “classe média”. Os efeitos, ganhos e problemas advindos dessa nova realidade tem sido alvo de muitas interpretações dos estudiosos, o que confirma sua importância e complexidade. Relaciona-se com o fato de que o cenário econômico que permitiu a mudança na renda das famílias brasileiras e a ampliação de sua capacidade de compra tem adquirido um significado profundo no desenvolver das questões sociais no Brasil. A ascensão e importância que a nova classe média assumiu no Brasil fundamenta o interesse em pesquisar como os meios de comunicação específicos, relevantes e tradicionais formadores de opinião, vêm tratando deste assunto tão complexo e novo. É importante questionar e refletir como a mídia brasileira vem abordando o crescimento da Classe C. O jornalismo apresenta particularidades e através dele o leitor tem um aprofundamento do tema, pois os textos são elementos ativo portador de ideologia e percepções de um grupo social ou interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Classe C, jornalismo, ideologia.

MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE ARACAJU/SE: AS MÚSICAS CANTADAS PELOS PRETOS-VELHOS

Autor: Mateus Tayslan Andrade de Carvalho

Graduando em Música pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa de Iniciação à Docência – Pibid/Música

Bolsista da Biblioteca Nacional

mateusufsmusica@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mackely Ribeiro Borges (DMU/UFS)

RESUMO

O presente estudo, do Edital de Pesquisador Negro da Biblioteca Nacional, busca realizar um mapeamento da Umbanda de Aracaju e conhecer a música dos Pretos-Velhos. É consenso de que a Umbanda é brasileira, nascida no Rio de Janeiro na década de 1920. Seu culto apresenta elementos de matrizes culturais como o Africanismo (candomblé), Cristianismo (uso de imagens e orações) e Indianismo (Pajelança). Da matriz negra, os Pretos-Velhos são os espíritos de escravos que foram trazidos ao Brasil e aqui sofreram de todas as formas: a perda da sua cultura, religião, parentes e, principalmente, a liberdade. Diante desta trajetória, estas entidades são reconhecidas pelos umbandistas como os espíritos que “descem” nos terreiros para dar conselhos, mostrar o caminho do bem e ensinar curas com base nas plantas medicinais. Na Umbanda, assim como nas demais religiões de matriz africana, a música desempenha um papel primordial e se faz presente em praticamente todas as cerimônias. É por meio dela que as entidades vêm ao terreiro para “trabalhar” no atendimento aos fiéis e para ministrar seus ensinamentos. Além disso, é por meio da música que as entidades expressam sua identidade cantando sua personalidade e suas histórias. A fim de conhecer a prática umbandista em Aracaju, por meio da atuação e prática musical dos Pretos-Velhos, esta pesquisa se estrutura no levantamento bibliográfico e na pesquisa de campo, onde buscaremos identificar e mapear os terreiros seguindo a toada dos Pretos-Velhos.

PALAVRAS-CHAVES: Umbanda; Pretos-Velhos; Música; Aracaju.

GT 6:**O CORDEL NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE****Autora: Crislane Dias Santana**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET (MEC/FNDE)

crislayne_santana19@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marizete Lucini (DED/UFS)**RESUMO**

O presente trabalho se propõe a realizar um levantamento de pesquisas acadêmicas desenvolvidas na Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre a temática Literatura de Cordel nos últimos oito anos (2005-2013), em especial as monografias e dissertações realizadas por pesquisadores vinculados aos Departamento de História (DHI) e Letras (DLEV). Essa revisão de literatura objetiva conhecer o que tem sido pesquisado, quais as metodologias utilizadas e os principais resultados alcançados nas referidas pesquisas. Intenta-se assim, refinar nosso objeto de pesquisa monográfica sobre a Literatura de Cordel e o Ensino de História. Como metodologia nos situamos no campo da pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento destas produções acadêmicas dos últimos oito anos, monografias e dissertações, as quais se encontram na Biblioteca Central do Campus da UFS(BICEN) no Setor de Documentação Sergipana e análise do conteúdo dessas produções. Com o resultado deste levantamento espera-se conhecer as pesquisas cuja temática seja Literatura de Cordel, identificando-se objeto, metodologia e resultados obtidos, bem como o significado cultural deste gênero no âmbito das pesquisas acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de Literatura; Literatura de Cordel; Ensino de História.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA NOS EUA (1980-1990)

Autora: Máira Ielena Cerqueira Nascimento

Mestranda em Educação pelo PPGED/UFS

Bolsista CAPES

mairaielena@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)

RESUMO

No ano de 1983, o relatório federal *A Nation at Risk* (Uma Nação em Risco) indicava uma grave crise no sistema educacional dos EUA, de tradição descentralizadora. Esta crise era atestada pela queda vertiginosa do país nos exames internacionais e nacionais. Segundo o ANAR, a melhoria da educação passaria pela reforma ampla dos currículos e programas vigentes – e a nacionalização dos mesmos. Assim sendo, este artigo analisa as prescrições nacionais voltadas ao ensino de história nos EUA produzidas entre as décadas de 1980 e 1990, a saber, *Building a History Curriculum: Guidelines for Teaching History in Schools* (Construindo um Currículo de História: Diretrizes para o Ensino de História nas Escolas), editado em 1988, e o *National History Standards* (Parâmetros Curriculares Nacionais de História), cuja polêmica publicação deu-se entre os anos de 1994 e 1996. Para tanto, além da análise de conteúdo das fontes primárias, é necessária também a pesquisa bibliográfica. Por fim, conclui que esses documentos inovam ao prescrever o estudo da História Mundial e das ditas “habilidades historiadoras” aos estudantes da escolarização básica dos Estados Unidos da América.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Estados Unidos da América; Parâmetros curriculares nacionais.

PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS /t/ e /d/ ANTECEDIDA DA SEMIVOGAL /y/ NAS COMUNIDADES DE PRÁTICA SERGIPANA

Autora: Valéria Santos Sousa (UFS)

Graduanda em Letras- Português pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista FAPITEC (UFS/SE).
valeriawinxs@live.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO

Diversos estudos realizados em torno da palatalização das oclusivas dentais antecedidas da semivogal /y/ apontam resultados sociais diferenciados, considerando a natureza heterogênea e variável da língua. Com o objetivo de identificar as variáveis sociais condicionadoras de tal fenômeno em duas comunidades de práticas sergipanas: *praesidium* “Mãe da Divina Graça”, situado no povoado Açuzinho, município de Lagarto-SE (zona rural), e “PIBID de Matemática”, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal de Sergipe (zona urbana), analisamos a realização dos fonemas /t/ e /d/ antecedidos de /y/ com relação à escolaridade, sexo/gênero e zona de residência dos indivíduos que compõe os dois grupos. Definidas as comunidades desenvolvemos anotações de campo e um estudo detalhado sobre estas, posteriormente realizamos as gravações das reuniões, com duração 2 horas e quarenta minutos cada. Dessa forma realizamos as gravações e transcrições de 24 entrevistas, sendo 12 de cada comunidade e acompanhamos 5 reuniões, 2 do “PIBID de Matemática” e 3 da “Mãe da Divina Graça”. Por fim, analisamos estaticamente os dados das ocorrências do fenômeno em estudo por meio do software *Goldvarb X*.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades de prática; variação linguística; Palatalização.

ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COLÔNIA DE ASSENTAMENTO MANUEL DIONÍSIO CRUZ

Autora: Tatiane Santos da Cruz

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Extensão
tatiane.cruzz@hotmail.com

Coautora: Izabella Santos de Macedo Carvalho

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação Científica
izamace@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dra. Neise Mare de Souza Alves (DGE/UFS)

neisemare@ufs.br

RESUMO

Este artigo é o resultado parcial da pesquisa desenvolvida no Projeto de Extensão: ANÁLISE AMBIENTAL E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NA COLÔNIA DE ASSENTAMENTO MANUEL DIONÍSIO CRUZ, que tem a finalidade de alcançar a Colônia de Assentamento Manuel Dionísio Cruz com ações socioeducativas e conhecer o modo de vida, as características da paisagem traçando o perfil socioeconômico da comunidade assentada. Este estudo objetiva analisar as relações socioeconômicas estabelecidas no espaço geográfico do assentamento em questão, a partir da análise e discussão do perfil traçado das famílias assentadas. Como procedimentos metodológicos foram realizados: pesquisa bibliográfica pertinente à temática, com base em livros, artigos e periódicos, seguidos de uma análise reflexiva, trabalhos de campo, aplicação de questionários e coleta de dados primários que posteriormente foram analisados e tabulados. Na etapa em que se encontra o estudo constatou-se que os resultados parciais indicam que no assentamento os lotes pertencem exclusivamente às mulheres e a fonte de renda dos assentados é proveniente, principalmente da agricultura, destacando-se o cultivo da palma, pecuária extensiva, além das políticas públicas - Bolsa Família, Aposentadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Colônia de Assentamento Manuel Dionísio Cruz, perfil socioeconômico, assentamento.

ASPECTOS DA DINÂMICA AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE**Autora: Izabella Santos de Macedo Carvalho**

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PICVOL)
izamace@yahoo.com.br

Coautora: Tatiane dos Santos Cruz

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão
tatiane.cruzz@hotmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Neise Mare de Souza Alves (DGE/UFS)

neisemare@ufs.br

RESUMO

Atualmente, as pesquisas referentes ao meio ambiente se desenvolvem necessariamente sob a ótica sistêmica. Os estudos integrados da paisagem possibilitam compreender a sua organização a partir da dinâmica dos elementos naturais associada aos componentes social e econômico em um determinado espaço geográfico. Este estudo se propõe a realizar a análise da dinâmica ambiental dominante da paisagem no município de Brejo Grande, Sergipe. O desenvolvimento desta proposta apoia-se nos princípios e métodos da geomorfologia, e, segundo os princípios da concepção sistêmica, com base na Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1973) associada aos Geossistemas (Bertrand, 2004). A metodologia aplicada abrange: levantamento bibliográfico, leitura e fichamentos de textos, teses e artigos virtuais; levantamento do acervo cartográfico e documental, interpretação de aerofotos e imagens de satélites, e trabalhos de campo. Na etapa em que se encontra este estudo foi possível identificar que a dinâmica da paisagem do município resulta da interação entre os processos fluviais e oceanográficos, condicionados pela intervenção antrópica, com barramentos de pequenos tributários do rio São Francisco, retirada da mata ciliar, propiciando a atuação de processos erosivos nas margens, tendo como consequências mais graves o desaparecimento do povoado do Cabeço e da antiga área da comunidade da Barra da Costinha.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmica ambiental, Brejo Grande, paisagem.

GT 7:**PASSADO COMO CONTESTAÇÃO DO PRESENTE: AS MEDIEVALIDADES EM O SENHOR DOS ANÉIS****Autor: Andrey Augusto Ribeiro dos Santos**

Graduando em História – UFS

Bolsista PET História – UFS

Integrante do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievalo (Núcleo Nordeste)

e-mail: andrey_long@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI-UFS)**RESUMO**

Neste trabalho pretendemos abordar as chamadas Medievalidades, representações do Medievalo que aparecem costumeiramente nos produtos da indústria cultural, presentes em *O Senhor dos Anéis* do autor britânico John Ronald Reuel Tolkien. Em nossa análise, levaremos em conta uma perceptível aproximação entre o mundo fictício apresentado nos livros e o período convencionalmente conhecido como Idade Média, além do enorme apelo comercial e influência que a obra possui dentro do mercado de entretenimento. Como fontes, utilizaremos, além da trilogia de livros já citada, a biografia do autor e uma compilação de 350 cartas resgatadas dos arquivos do mesmo. Através disto buscamos demonstrar o que a escolha deste fundo medieval pode nos dizer sobre Tolkien e seu tempo, já que temos como pressuposto que ela se configura numa espécie de contestação de sua época para o autor devido ao seu forte posicionamento contra as políticas e transformações que ocorriam durante o século XX, representadas a seu ver na imagem da Máquina e da Tecnologia principalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Medievalidades, Século XX, História e Literatura.

REACIONÁRIOS VIRTUAIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO AUTORITÁRIO ATRAVÉS DA PÁGINA “CANAL DA DIREITA”

Autor: Paulo Roberto Alves Teles

Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFS
pauloteles_aju@hotmail.com

Orientador: Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMO

Sim, somos reacionários; nossa reação é contra tudo que não presta. O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso autoritário apresentado pela página brasileira *Canal da Direita* exibida através da Rede Social Facebook e que tem a frase acima como slogan de abertura de sua página. Auto-definida como organização política, o *Canal da Direita* apresenta posturas autoritárias e revisionistas, além de postagens caracterizadas pela defesa de comportamentos presentes em manifestações do fascismo ressurgente discutido por Robert Paxton (2007). O artigo selecionou algumas postagens encontradas nessa página para a análise e discussão sobre as opiniões políticas apresentadas por ela. De acordo com Maynard (2011), a utilização da internet como ferramenta para a propagação de ideias fascistas é presente desde os anos 1990. Por isso, selecionamos a página *Canal da Direita*, a qual consta atualmente com 38 mil 836 curtidas (dados fornecidos pelo próprio Facebook) por ser um exemplo de utilização da rede como canalizador de opiniões autoritárias e fascistas.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo Presente, Fascismo, Internet.

A PRÁTICA MUSICAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SERGIPE

Autora: Lindiane de Santana

Graduanda em Música pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/2013-2014)

Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid/Música

lindyrion@gmail.com

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª.Mackely Ribeiro Borges (DMU/UFS)

RESUMO

O objetivo deste estudo gira em torno do conhecimento da presença e importância da música produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe. Dessa forma estruturamos a pesquisa visando, a partir da gênese e da natureza do MST, investigar o forte significado político e social da música neste contexto. Para o movimento, a experiência musical é muito mais que um elemento expressivo, mas também um elemento construtor de identidades, pois é através dela que o MST expressa as suas lutas e esperanças. Por fim, constatamos que no MST em Sergipe a música assume o papel de mediadora no processo de formação da identidade coletiva através da memória histórica, educação, sensações de pertencimento, das emoções e da mística que a prática musical provoca nos militantes. A importância deste estudo perpassa também a construção de um material original a respeito da música e sua utilização no contexto de uma luta política e social no Estado de Sergipe. A fim de conhecer a prática musical do MST em Sergipe, esta pesquisa se estruturou no levantamento bibliográfico e na pesquisa de campo, onde buscamos conhecer alguns músicos, compositores e educadores musicais ligados ao movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Identidade; MST; Sergipe.

DESAFIOS A INVESTIGAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Autor: Jonas Ribeiro Marques Barbosa

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID (CAPES/UFS) PICVOL (CNPQ/UFS)

jonatasmquestb@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Núbia Dias dos Santos (DGE/UFS)

RESUMO

O contexto atual requer um olhar apurado sobre as transformações em curso na vida do trabalhador do campo as quais refletem no conjunto da sociedade, pois geram uma série de impactos sociais e econômicos que (re) criam novos arranjos espaciais. A industrialização no campo resulta em mudanças de ordem sócioespacial e afeta a qualidade das relações estabelecidas entre distintos sujeitos e agentes sociais os quais implicam na expropriação da terra ou na exploração da força de trabalho camponesa. Analisa-se quais as contradições e paradoxos norteadores do debate sobre a importância do camponês na/para a sociedade e sua resistência. Averiguam-se os principais desafios à investigação do espaço do homem camponês, assim como os impactos do seu modo de vida e produção sobre o sistema econômico vigente. Com base nesta investigação constata-se o paradoxo e as contradições inerentes a complexa relação do camponês com o Estado, a Sociedade e o Mercado e suas diversas e instigantes implicações para a compreensão da formação socioespacial brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Camponês; Estado; Espaço do Homem; Estratégias; Reprodução Social.

NOVA ONDA DO HEAVY METAL BRASILEIRO: O METAL NA LÍNGUA DE CAMÕES (1974-1990)

Autor: Felipe Trindade de Souza

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID (CAPES)

piatrindade@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI/UFS)

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar um estudo de representações coletivas nas canções e nas capas dos primeiros álbuns de heavy metal cantado em português no Brasil. Por meio desta pesquisa será possível promover um grande painel com as temáticas mais recorrentes das canções e das capas de álbuns destas bandas. Posteriormente o trabalho também terá como objetivo descrever como esses temas são abordados nas obras e relacioná-los com a cultura brasileira do período. As bandas que vão compor esse estudo são provenientes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com uma única exceção do grupo paraense Stress que é atribuída com o título da primeira banda de heavy metal do Brasil. As escolhas das bandas foram feitas de acordo com o reconhecimento que elas tiveram junto ao grande público. Tomo como marco inicial o ano de 1974 quando a banda Stress foi formada e vou até o fim da década de 1980 no ano de 1990. Nesta comunicação pretende-se expor um pequeno quadro das primeiras observações já realizadas, tendo em vista que a pesquisa está em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Heavy Metal; Representação; Brasil.

O PROJETO “IMPREENSA CRISTÃ E ARTIGOS DE CRISTÃOS NOS JORNAIS LAICOS SERGIPANOS”: NOTAS PARA UM DEBATE.

Autor: Ailton Rodrigues Rocha Santos

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET (MEC/FNDE)

ailton.historia@outlook.com

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa (GPCIR/DHI/UFS)

RESUMO

O cristianismo exerceu e exerce uma considerável influência na formação da sociedade brasileira. No que se refere ao estado de Sergipe, essa religião também transmitiu o seu legado, que pode ser notado em diversos aspectos, seja nos edifícios eclesiásticos, festas alusivas a santos padroeiros de diversos municípios ou de outras maneiras. Parte dessas práticas culturais de divulgação do cristianismo se processou via publicações de artigos e notícias nos jornais impressos. O projeto “Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos” busca a digitalização desses jornais que se tornaram veículos de divulgação das ideias cristãs na sociedade sergipana. Espera-se que através dos produtos desse projeto muitos dos pesquisadores tenham acesso às informações referente à atuação de cristãos na imprensa sergipana dos séculos XIX e XX. A presente comunicação aponta notas sobre esse projeto de pesquisa a partir de quatro perguntas: o que é esse projeto? Como ele funciona? Quais os “produtos” produzidos por ele durante um ano de sua existência, de setembro de 2013 a setembro de 2014? Qual a importância do mesmo para a sociedade?

PALAVRAS-CHAVE: Cristãos; Imprensa; Jornais, digitalização.

GT 8:

RECURSOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: REFERÊNCIA GENÉRICA

Autora: Josilene de Jesus Mendonça (UFS)

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista CAPES

mendoncajosilene@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO

A indeterminação do sujeito consiste em uma função semântico-pragmática de que o falante dispõe para atender aos seus propósitos comunicacionais. Por não conhecer ou não desejar identificar o sujeito, o falante utiliza-se de recursos sintáticos e/ou lexicais para indeterminar o seu referente. Alguns estudos como Milanez (1982), Setti (1997), Godoy (1999), Carvalho (2010) e Assunção (2012) têm demonstrado que a codificação de tal função comunicativa ocorre por meio de diferentes recursos, sendo que a interpretação do valor genérico da referência é vinculada ao contexto. Nesse sentido, objetivamos identificar quais são as estratégias de indeterminação utilizadas por falantes universitários de Itabaiana/SE. A sociolinguística nos embasa teoricamente, pois consideramos que a heterogeneidade e dinamicidade são características inerentes ao sistema linguístico ((LABOV, 2008); (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006)). A partir de uma perspectiva descritivo-explanatória, fazemos o levantamento das estratégias de indeterminação utilizadas na amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE* (ARAUJO; SANTOS; FREITAG, 2014). As estratégias de indeterminação encontradas na amostra foram **ØV3PP**, construções com **se**, **ØV3PS**, **infinitivo**, **você**, **a gente**, **eles**, **nós**, **eu**, **a pessoa** e **o cara**, sendo que a forma **você** foi a mais recorrente.

PALAVRAS-CHAVE: Indeterminação do sujeito; Referência genérica; Sociolinguística.

RADIALISTAS/POLÍTICOS: A RADIODIFUSÃO E AÇÃO POLÍTICA EM SERGIPE (1950-1960)

Autora: Carla Darlem Silva dos Reis

Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista CAPES/CNPq

carlareisufs@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

RESUMO

A *Rádio Liberdade* se configura como a primeira emissora radiofônica privada de Sergipe e nasceu para auxiliar a propagandear a União Democrática Nacional (UDN), em 1953. Seus mais diversos radialistas e programas serviam para propagar notícias positivas sobre os candidatos dos partidos aliados e ao mesmo tempo serviam a difamar a oposição. O rádio, enquanto um meio de comunicação das massas procurava influenciar a sociedade a partir do que era transmitido, seja em relação ao consumo, aos gostos políticos ou ao entretenimento, pois era uma maneira de reiterar os moldes da estrutura sociopolítica daquele momento. Por tal motivo analisaremos aqui a trajetória de dois importantes radialistas sergipanos: Silva Lima e Santos Mendonça. Ambos foram escolhidos, pois após se destacarem na rádio sergipana, candidataram-se aos cargos públicos e possuíram uma votação expressiva, ocupando o cargo de vereador, elucidando a maneira com a qual o espaço público se intermeava com o privado e mostrando a influência dos meios radiofônicos na escolha política.

PALAVRAS-CHAVE: Radiodifusão, Política, Sergipe.

O ESPAÇO ARACAJUANO EM "OS CORUMBAS" - UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO INÍCIO DO SÉC. XX

Autora: Tereza Raquel Muniz de Paulo

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Agente de Pesquisa e Mapeamento (IBGE/MPOG)

trmp.raquel@gmail.com

Orientador: Prof. Msc. Christian Jean-Marie Boudou (DGE/UFS)

RESUMO

A Geografia, enquanto ciência que tem por horizonte o entendimento da realidade através do espaço geográfico e suas referidas transformações, que resultam de processos inerentes da relação sociedade-natureza, é fundamental para entender as transformações da contemporaneidade. Transformações estas que são (des)construídas e percebidas cotidianamente pelos seres humanos. Obras literárias, por sua vez, não raro, apresentam aspectos de uma determinada realidade no espaço-tempo, com a miscelânea do cotidiano onde sujeitos sociais estão envolvidos objetivamente (sócio-politicamente e economicamente) bem como subjetivamente (cultura, valores e anseios). Todos esses fatores que permeiam as relações humanas, são retratados em tais obras, que apresentam além dos aspectos da vida coletiva de um determinado lugar (cidades, bairros, zonas rurais), versam sobre como se procede as relações interferindo na organização espacial. Por esta perspectiva de Geografia, o presente trabalho pretende analisar as relações sócio-espaciais próprias da década de 30 da cidade de Aracaju a partir da rica e realista obra de Amando Fontes, romancista industrial de "Os Corumbas", em diálogo com autores da Geografia, buscando trazer aspectos e contradições daquela crescente cidade da virada do séc. XX.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Espaço Aracajuano, Os Corumbas.

USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS E A PRODUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

Autora: Bárbara Carolina Rodrigues Figueiredo

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista Voluntária do Programa de Iniciação Científica (PIBIC)
carolgeoline@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Barbosa da Silva (DGE/UFS)

RESUMO

A produção e organização do espaço através do uso e ocupação das terras é alvo das demandas de planejamento e ordenamento territorial, pois impulsionam a geração de diversos tipos de conflitos. Este trabalho tem como objetivo a análise da produção de conflitos ambientais a partir do uso e ocupação das terras, principalmente, no espaço rural. Para tanto, se faz necessária a realização de pesquisas bibliográficas, reflexões de artigos acerca da temática, além de trabalho de campo. Os agentes de produção do espaço rural e urbano são os principais responsáveis pela dinâmica das características econômicas, sociais e ambientais. Portanto, a análise da espacialização e das características das atividades produtivas permite compreender a complexidade da organização da paisagem pela sociedade, concretizando feições e processos espaciais resultantes de modificações, muitas vezes, desordenadas empreendidas pelos sistemas de uso e ocupação das terras. No espaço rural, os conflitos são originados em razão de discordâncias existentes entre o que dispõe as leis ambientais e o uso atual das terras. De modo geral, diversos conflitos ambientais decorrentes do desenvolvimento de atividades produtivas que repercutem nos processos ecológicos que estruturam o sistema ambiental, necessitam da mediação do Poder Público que, nem sempre é eficaz, para assegurar o direito comum à qualidade ambiental e à qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos; Espaço rural; Uso e ocupação das terras.

**REDEMOCRATIZAÇÃO E REPARAÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL E
ARGENTINA (1973- 1985): COMPARAÇÕES A PARTIR DOS RELATÓRIOS
NUNCA MAIS**

Autora: Thaíse dos Santos Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID (Capes/UFS)

Integrante do Grupo de Pesquisa Poder e Relações Sociais na História (PROHIS- CNPq-
UFS)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

RESUMO

Os regimes ditatoriais das décadas de 60 e 70, ancorados na ideologia (ou doutrina) de Segurança Nacional, espalharam-se por vários países, sendo a América Latina, um dos seus terrenos mais férteis e duradouros. Brasil e Argentina, entre outros, enfrentaram vários momentos de cerceamento de sua liberdade e da impossibilidade de exercer sua cidadania, principalmente na década de 70, até a redemocratização, em meados dos anos 80. Esses regimes ditatoriais tiveram como mola motor o desrespeito aos direitos humanos, fato que marcou a história de ambos os países. Estes tiveram como primeira publicação referente ao assunto os Relatórios Nunca Mais, produzido no calor da redemocratização, em meados da década de 80, sendo esta primeira produção com teor de denúncia sobre todos os desrespeitos à pessoa humana pelos quais passaram. A partir desses relatórios, cuja própria produção já é bastante elucidativa é possível perceber porquê e como a verdade e a justiça para com os perseguidos políticos tomaram caminhos tão diferentes em países vizinhos.

PALAVRAS- CHAVE: Ditadura- Redemocratização- Justiça

AS EXTREMAS DIREITAS COLOMBIANA E VENEZUELANA NA INTERNET, UMA ANÁLISE COMPARATIVA (2005-2013)

Autora: Anailza Guimarães Costa

Graduanda em História (UFS)

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

anailza@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMO

O presente trabalho investiga a apropriação da internet pela extrema-direita para divulgar suas ideias intolerantes entre os anos de 2005-2013. Para tanto, selecionamos dois sítios sul-americanos: o colombiano *Terceira Fuerza: Herencia - Tierra- Comunidad* (<http://www.tercerafuerzanacion.org/>) e blog venezuelano *Grupo Nacional Socialista pro liberación de Venezuela* (<http://nacionalsocialismovenezuela.blogspot.com.br/>). Analisamos estes sites através da História Comparada por nos permitir ver como um mesmo problema – a ressurgência de organizações fascistas na América do Sul e as relações desses com a cibercultura – atravessa duas realidades distintas. Os métodos de pesquisa empregados incluíram levantamento, visitação, classificação, catalogação, arquivamento e análise dos sites. O estudo sobre extrema-direita através dos sites selecionados, nos proporcionou ver que o fascismo ressurgiu de forma adaptada, com novos símbolos e discursos que se adequam a realidade de cada país. Além disso, percebemos que estes grupos se apropriam das facilidades que a internet proporciona – anonimato, baixo custo, rapidez – para divulgarem seus ideais intolerantes.

PALAVRAS-CHAVE: Neofascismo – Intolerância - Internet

GT 9:**O REVISIONISMO HISTÓRICO NA WEB: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SITE METAPÉDIA****Autor: Diego Leonardo Santana Silva**

Graduando em História pela UFS

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)

diego@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

Este trabalho busca analisar aspectos da Segunda Guerra Mundial apresentados pelo portal revisionista Metapédia. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um dos acontecimentos mais importantes do século XX. Devido à sua magnitude, é comum serem produzidos documentários, revistas, filmes, livros e outros materiais que abordem aspectos deste conflito que é um dos fatos que mais geram produções historiográficas na atualidade. Em meio a essa diversidade de produções em variadas mídias, é comum encontrar a elaboração de conteúdos de cunho revisionista que, em sua maior parte, não condizem com os fatos apresentados pela historiografia reconhecida institucionalmente. A criação de páginas na Internet tem se tornado uma alternativa encontrada pelos revisionistas que, se apropriando das facilidades e potencialidades da rede visam obter visibilidade para si e para suas causas. É o caso do portal Metapédia (www.metapedia.org), que se autocalifica como uma *Enciclopédia Alternativa* e se tornou referência deste tipo de produção na rede.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial, Revisionismo, Internet.

PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A ESPACIALIDADE E CRONOLOGIA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS TUPI EM PERNAMBUCO

Autora: Ana Cláudia de Arthur Jucá

Mestranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista CAPES

anaclaudiajuca@gmail.com

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Jobim de Campos Mello (DARQ/UFS)

RESUMO

A presente pesquisa propõe compreender e apresentar o estado d'arte do conhecimento sobre os sítios relacionados a populações falantes do Tronco Tupi no estado de Pernambuco. Englobando análise da distribuição espacial, profundidade cronológica dos sítios arqueológicos e apresentação das cerâmicas nas coleções que apresentam vasilhas destes sítios. A pesquisa dará ênfase a coleta e organização de considerável gama de informações disponíveis na bibliografia arqueológica sobre os sítios Tupi em Pernambuco, através do levantamento em fontes documentais e iconográficas primárias e secundárias, sistematizando os trabalhos de arqueologia que envolvam os sítios das populações Tupi, sendo consultadas em publicações e nos arquivos e bibliotecas de Pernambuco e nacionais, assim como na análise de coleções arqueológicas e etnográficas associadas a estas populações. A proposta de trabalho se justifica pela necessidade de uma visão regional dos dados disponíveis para os sítios Tupi, com o intuito de aperfeiçoar e refinar os modelos existentes, já que um grande número de novas informações foram coletadas durante décadas de pesquisas acadêmicas e recentemente pela arqueologia de contrato. Assim, tal visão regional dos dados disponíveis atualmente permitirá, com sua manipulação e interpretação, comparar a variabilidade dos conjuntos espacialmente e cronologicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Cerâmica Tupiguarani; Pernambuco.

**MONOTONGAÇÃO DOS DITONGOS /ay/, /ey/ E /ow/ NA ESCRITA DE ALUNOS
DOS ANOS FINAIS DA PRIMEIRA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL:
INFLUÊNCIA DA FALA NA ALFABETIZAÇÃO**

Autor: Evando Marcos dos Santos

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – Campus prof. Alberto Carvalho
Bolsista PIBIC (CNPq)
evandovascao@hotmail.com

Coautor: José Humberto dos Santos Santana

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – Campus prof. Alberto Carvalho
Voluntário PICVOL.
humbertosantana88@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariléia Silva dos Reis (DLI/UFS)

RESUMO

Esta pesquisa, que consiste na Etapa 2 de uma proposta de iniciação científica, trata da descrição dos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a presença/apagamento das semivogais /y/ e /w/ dos ditongos orais decrescentes /ay/, /ey/ e /ow/, em textos escritos por alunos da primeira etapa do Ensino Fundamental de escolas periféricas de Itabaiana (SE), com base na Teoria da Variação e Mudança Linguísticas, em conformidade com a Sociolinguística de William Labov (2008 [1972]). A monotongação, que consiste na redução de um ditongo em uma vogal simples, trata de um processo fonológico não estigmatizado recorrente no português brasileiro, e, por conseguinte, na fala e escrita de crianças. Os procedimentos metodológicos adotados, nesta etapa, são a coleta e o cômputo dos dados. Nesta comunicação, pretende-se expor os resultados alcançados, correlacionando os dados aos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o referido processo. Os resultados evidenciam que a variável dependente controlada é condicionada pelos fatores independentes de natureza extralinguística: faixa etária, escolaridade, sexo e localidade geográfica; bem como pelos fatores independentes de natureza linguística: contexto fonológico posterior e classe de palavra. Espera-se que tais evidências auxiliem na aceleração do processo de autocorreção natural e espontânea.

PALAVRAS-CHAVE: Monotongação na escrita; Influência da fala; Sociolinguística.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE DITADURA E EDUCAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA NA DÉCADA DE 70

Autora: Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID/CAPES

tais.historia-ufs@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

RESUMO

O presente trabalho propõe a partir do discurso ideológico utilizado durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964 realizar uma reflexão sobre sua influência e consequência no processo educacional do país nos anos 70. Com base na abordagem da disciplina educação moral e cívica, pretende-se questionar sobre o aparato repressivo do governo, procurando através de uma breve análise possibilitar o conhecimento de uma possível forma de dominação e poder que se instaurou, tendo por finalidade conter as manifestações ideológicas e contrárias ao regime dentro das salas de aula. Por fim, procura fomentar uma discussão sobre o efeito de imposições na vida do estudante, em sua construção como indivíduo e somar aos estudos de temas nos campos da história da educação, história da educação brasileira e história política. Os procedimentos teórico e metodológico adotados para este estudo resultam da pesquisa bibliográfica a fim de coletar informações que ajudem na construção da questão, uma vez que a pesquisa encontra-se em fase inicial.

PALAVRAS-CHAVE: História; Educação; Ditadura Militar.

A LIDERANÇA BRASILEIRA NO CDS E AS RELAÇÕES BRASIL, ARGENTINA E VENEZUELA

Autor: Luan Vieira Pimentel

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBIC/Voluntário

luanvpimentel@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érica Cristina Alexandre Winand (DRI/UFS)

RESUMO

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), primeira instituição especializada em deliberar no âmbito da América do Sul, sobre assuntos de Defesa é, assertivamente, uma iniciativa brasileira que coincide com o novo status brasileiro de potência emergente. Enquanto líder, o Brasil deverá estar apto a negociar soluções para crises regionais, promover intercâmbios, promover a indústria de Defesa nacional e regional, de modo transparente e dialógico, entre outros. Para isso o Brasil tenta manter suas capacidades estruturais, tais como estabilidade política e econômica e também suas capacidades simbólicas, tais como a projeção de sua liderança e legitimidade frente à região. A capacidade de liderança do Brasil é uma questão que instiga muito de seus vizinhos, sobretudo a Argentina, com quem a liderança foi disputada historicamente. Este artigo se prestará a estudar a capacidade de liderança brasileira e coloca-la em perspectiva com a capacidade de liderança argentina. Não podendo-se esquecer também da Venezuela, país de grande relevância regional e que tem um grande papel na definição da arquitetura securitária da região juntamente com o Brasil e a Argentina. Este artigo se focará em diagnosticar a dinâmica do eixo Brasil-Argentina-Venezuela a partir de suas características nacionais, interestatais e extrarregionais (principalmente com os Estados Unidos).

PALAVRAS-CHAVE: CDS; Brasil; Argentina; Venezuela

A MAÇONARIA DESCRITA NA LITERATURA FICCIONAL: O SÍMBOLO PERDIDO DE DAN BROWN

Autor: Nilton Bruno Feitosa Santana

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBIC.

nbrunofs@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)

RESUMO

A pesquisa concentra-se na análise histórica da obra de Dan Brown, autor norte-americano que obteve seu lugar de sucesso na literatura ficcional por meio de livros como “O Código Da Vinci” e “Anjos e Demônios”. Suas obras causam impacto por trazerem visões heterodoxas de assuntos conhecidos, e, dessa forma, causando enorme polêmica e debates. Em seus livros desenvolve uma narração envolvente e sedutora, sendo a obra analisada nesta pesquisa um claro exemplo disso. O Símbolo Perdido tem como tema central a maçonaria, e interessa-nos a sua abordagem indicando o relacionamento dessa organização com práticas do misticismo judaico, isto é, a Cabala. Será analisada a observação do autor sobre a organização, afim de que se possa fornecer indícios que levem a Cabala, e observar como esse misticismo compõe a maçonaria. Para tanto, é necessário analisar obras historiográficas que abordem o mesmo tema central da literatura de Dan Brown, em outras palavras, aprofundar-se cada vez mais do assunto através do rigor da compreensão e crítica histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Maçonaria, Literatura, Cabala

O TEATRO NEGRO NO BRASIL

Autora: Thamyres Suélen Sobral Lopes

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET (MEC/FNDE)

thamyres_suelen@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues (DHI/UFS)

RESUMO

A pesquisa está em fase inicial e tem como base, a união de notícias e entrevistas sobre a história do teatro negro no Brasil, traçando a trajetória dos atores, dos espetáculos, dos enredos, dos grupos, das linguagens dramatúrgicas e das propostas político-ideológicas durante a década de 1950 até o tempo presente. Esse estudo mostra uma temática quase ausente dos cânones oficiais da história artística e cultural do país. Mesmo existindo uma grande experiência no teatro negro do século XX, pelo Teatro Experimental Negro- TEN (presente na década de 1940 e 1950) podemos observar o esquecimento dessa obra que enfocou a trajetória do teatro negro brasileiro. Existem algumas exceções, mas nada que seja tão animador, pois mesmo os autores abordando sobre a temática, ainda não seria o suficiente para esclarecer a história do teatro negro. É importante refletirmos sobre como foi construída essa cultura afro-brasileira em nosso país, para que possamos conhecer um pouco mais sobre a identidade cultural do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro Negro; TEN; Cultura Afro-brasileira.

GT 10:

O CRUZEIRO DO SUL: OBSERVAÇÕES SOBRE O INFORMATIVO DA FEB (1945)

Autor: Dércio Cardoso Reis.

Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: dercio@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMOS

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conjunto de 34 números do jornal “O Cruzeiro do Sul”, produzido pelo Serviço Especial da Força Expedicionária Brasileira. Produzido de 03 de janeiro a 31 de maio de 1945, foi considerado o jornal oficial da FEB, pois a edição era feita por expedicionários de todos os postos e patentes. Circulou exclusivamente na Itália, suas páginas traziam notícias do Brasil, da Guerra, do mundo além de textos de correspondentes de guerra que acompanhavam a FEB. É importante salientar que o Cruzeiro do Sul não foi a única publicação de iniciativa dos combatentes. O próprio jornal na primeira edição traz uma pequena nota sobre o jornalzinho ***E a cobra fumou*** editado numa das unidades de infantaria em operações. Outro Jornal que ganha uma pequena nota é ***So penas*** na quinta edição, número mimeografado que consegue unir notícias úteis e piadas. O jornal ***O camelo***, ganha nota na oitava edição. A principal diferença entre esses dois jornais e o Cruzeiro do Sul é manifestada do caráter oficial deste, enquanto os outros dois têm uma maior liberdade de criação.

A pesquisa observa como o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi apresentado nas páginas deste periódico, qual a visão foi produzida sobre a Itália, e, principalmente, que imagem a FEB produziu de si mesma através deste jornal.

PALAVRAS-CHAVE: FEB, Cruzeiro do Sul, Segunda Guerra Mundial.

DIANTE DO “MORTO ILUSTRE”: AS VISITAS DE GRACILIANO RAMOS E JORGE AMADO AO TÚMULO DE LENIN

Autora: Talita Emily Fontes da Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET História (UFS)

Integrante do GETS (Grupo de Estudos em Teoria Social)

E-mail: talifontes@yahoo.com.br.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI/UFS)

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise de duas narrativas encontradas nos livros *O Mundo da Paz*, de Jorge Amado; e *Viagem: Tcheco- Eslováquia – URSS*, de Graciliano Ramos, referentes a experiência de ambos os escritores na visita que realizaram ao túmulo de Lenin, situado em Moscou, nos anos de 1951 e 1952, durante excursões promovidas pelo Partido Comunista.. Publicadas ainda na década de 1950, estas obras são um reflexo dos investimentos do regime stalinista no âmbito da propaganda, num período de acirramento dos conflitos ideológicos da Guerra-Fria (1945-1989). A metodologia deste trabalho consiste em um exame individual de ambos os trechos, para em seguida realizar-se uma comparação. Ao fim, pretendo expor de que maneira cada autor visualizou o Monumento a Lênin e as manifestações populares ali concentradas; quais seriam os principais aspectos convergentes de cada narrativa; discutir de que forma podemos encontrar nestes trechos vestígios da política stalinista de propaganda, e consequentemente, de controle das massas; e acentuar a importância deste tipo de literatura no período denominado Guerra-Fria como um veículo de construção de uma imagem positiva das nações comunistas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Comunismo; Guerra-Fria

SERGIPE DEL REY ATRAVÉS DOS MAPAS (SÉCULO XVII)**Autor: Fidel Silva Santos**

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBIC.

fidel1741.1780@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva (DHI/UFS)**RESUMO**

Buscamos nesta pesquisa fazer uma análise toponímica de Sergipe d'El Rei com base na produção cartográfica ibérica e flamenga sobre o Brasil no século XVII. Nesse período, espanhóis (1580-1640), holandeses (1630-1654) e portugueses disputaram esse espaço que se consolidou como Capitania de Sergipe. A cartografia produzida por essas nações tinha por objetivo o conhecimento do espaço e posterior conquista territorial. Esse trabalho possibilita-nos a partir dessas produções, perceber como essa cartografia identificou, representou e nomeou lugares, rios, vilas, povos e povoações. Sabemos que as representações, por meio dos desenhos, símbolos, nomes e imagens são formas de construção do "real". A questão que colocamos nessa investigação é de tentar perceber as diferentes formas de conhecimento elaboradas por esses cartógrafos portugueses, espanhóis e holandeses. O método consistirá na análise minuciosa dos mapas em confronto com a historiografia, buscando compreender como que essas três nações representaram e construíram esse espaço territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia; Mapas; Sergipe; Colônia.

ROBERT KING HALL E AS MISSÕES CULTURAIS NORTE-AMERICANAS NO BRASIL NOS ANOS 1940

Autora: Adriana Mendonça Cunha

Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares (CNPq/UFS).
E-mail: drica_deutsch@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (DHI/UFS)

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a atuação do professor norte-americano, especialista em Educação Comparada, Robert King Hall, no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950. King Hall era, na época, professor do King's College, da Universidade de Columbia, e foi enviado a diversos países em missões culturais, representando o governo norte-americano. Atuou no Japão e na América Latina, vindo ao Brasil oito vezes em missões de pesquisa e estudo sobre a educação brasileira. No final dos anos 1940 colaborou com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) na elaboração de um projeto modelo para criação de escolas rurais no Brasil. Utiliza-se como fontes para a pesquisa, jornais brasileiros da época que divulgaram as viagens de Hall ao Brasil e textos produzidos por ele relatando suas pesquisas sobre a educação brasileira. A justificativa para analisar a atuação do professor King Hall se encontra no fato de que, embora tenha sido amplamente divulgada em jornais e ele tenha produzidos trabalhos sobre o Brasil, a atuação deste professor no país ainda não foi pesquisada e discutida. Assim, este trabalho pretende analisar as viagens deste pesquisador ao país dentro do contexto de colaboração entre os governos norte-americano e brasileiro no pós-Segunda Guerra com a vinda de pesquisadores estadunidenses ao Brasil, e entender como tal pesquisador interpretava a situação educacional brasileira da época.

Palavras-chave: Educação Brasileira; Educação Comparada; Missões Culturais.

A CATEGORIA MODALIDADE NA ETIQUETAGEM DE VERBOS DO PORTUGUÊS

Autora: Flávia Regina de Santana Evangelista

Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBITI/UFS

flysantana@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (DELEV/UFS)

RESUMO

A anotação de *corpus* se caracteriza, basicamente, em demarcar um segmento de texto e atribuir-lhe um rótulo ou etiqueta, atendendo ao propósito da anotação. Tivemos como objetivo neste plano de trabalho o desenvolvimento de etiquetas semântico- discursiva para os verbos do português, tomando os traços modais desta categoria como foco da etiquetagem. Para tanto, normatizamos ortograficamente e convertimos para o formato .txt as 22 produções do Banco de Dados de Escrita Culta – corpus Itnet, bem como procedemos à elaboração de uma árvore de decisões, com etiquetas de tempo, aspecto e modalidade, que possibilitou a anotação do *corpus*. Em seguida, realizamos o cotejamento e a validação das etiquetas. Como resultados, temos um *corpus* revisado e etiquetado pronto para o treinamento de softwares que processam linguagem natural, os percentuais obtidos a partir da anotação e uma árvore de decisões, que funciona como uma rede sistêmica, contemplando os traços semânticos- discursivos das categorias verbais do português. As etiquetas semântico- discursivas possibilitam um aprimoramento no processamento automático dos verbos, contribuindo para a captura das minúcias linguísticas desta complexa categoria, e nossa pesquisa vem colaborar no desenvolvimento e crescimento de trabalhos na área de PLN.

PALAVRAS CHAVES: Etiquetagem de verbos; Processamento automático; Traços modais.

QR CODE CULTURAL/SE: MEMORIAL DE SERGIPE E CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE

Autora: Valéria Oliveira Barbosa

Graduando em Museologia e História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos em Memória e Patrimônio de Sergipe (GEMPS, CNPq/UFS)
PIBITI-GEMPS/CNPq 2013-2014 (COPES-UFS)
lela.crazy@hotmail.com

Coautor: Sérgio Dário Silva da Rocha

Graduando em Museologia e História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos em Memória e Patrimônio de Sergipe (GEMPS, CNPq/UFS)
Pesquisador 2014 (Voluntário-UFS)
sergio.tiger18@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)

RESUMO

O Centro de Memória Eleitoral Desembargador José Antônio de Andrade Goes (CEMEL) foi instalado no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) tendo como objetivo recuperar, preservar e divulgar seu acervo histórico-cultural, registrando a evolução do processo eleitoral no Brasil e em Sergipe. O roteiro da exposição de longa duração compreende: a Justiça eleitoral, o organograma do Poder Judiciário, os diplomas, as urnas, a votação, a cronologia, o direito do voto, os títulos, a Galeria dos Presidentes, o voto feminino e a evolução das sedes. Assim, o plano de trabalho busca desenvolver aplicativos geradores de QR Codes para leitura por telefonia móvel, tablets e notebooks relacionados às instituições Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e Centro de Memória do TRE, buscando conferir a acessibilidade tecnológica da comunidade aos seus acervos, memórias e histórias.

PALAVRAS-CHAVES: Tecnologia; Museu; QR Code; Comunicação; Poder Judiciário.

**VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A ESCOLA, NAS VOZES DE
ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES DA CIDADE
ITABAIANA/SE: COMO OS ALUNOS VÊM A ESCOLA?**

Autor: Islan Bispo de Oliveira

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – Campus prof. Alberto Carvalho
Bolsista PIBIC (COPES)
islan43@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni (DLI/UFS)

RESUMO

Esse trabalho utiliza os fundamentos teórico-metodológicos da análise do discurso de linha francesa, e faz parte de um projeto de iniciação científica em que foram feitas análises de sequências discursivas, a fim de compreendermos os discursos dos alunos a respeito do atual sistema de ensino público e privado em geral, e mais de perto, como vêem a escola em que estudam. Desse modo, o projeto desenvolvido teve como principal objetivo compreender a ideologia pertencente aos alunos de determinadas escolas de Ensino Médio da cidade de Itabaiana/SE, sobre o ensino no Brasil, como também, toda problemática que envolve a precariedade e deficiência do atual sistema, levando muitos ao *fracasso escolar*. Considerando a análise do *corpus* de nossa pesquisa, dando ênfase na observância nas conjunções adversativas presentes em grande número nos dados coletados, constatamos que tanto os alunos de instituições públicas quanto os alunos de instituições particulares possuem discursos semelhantes em relação aos problemas das escolas no Brasil, o que nos levou a constatação de que temos ideologias disseminadas por grupos e classes sociais de todos os tipos, não havendo, portanto, uma ideologia específica dos alunos de escola privada e outra dos alunos de escola pública.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Escola; Alunos.

O NORDESTE E A SEGUNDA GUERRA: ESTUDO DO COTIDIANO DE ARACAJU**Autora: Caroline de Alencar Barbosa**

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PICVOL do projeto O Nordeste e a Segunda Guerra Mundial
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: caroline@getempo.org

Coautora: Mônica Porto Apenburg Trindade

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PIBIC do projeto O Nordeste e a Segunda Guerra Mundial
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: monica@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)**RESUMO**

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) influenciou significativamente o cenário global, como também produziu um grande número de mortos, frutos dos combates entre os países do Eixo e Aliados. Investigamos nessa pesquisa os impactos desse evento no cotidiano sergipano, devido aos torpedeamentos a navios mercantes brasileiros entre os mares da Bahia e Sergipe, em 1942, focando sobretudo no tratamento dispensado aos estrangeiros e integralistas, considerados "inimigos" do país. O estudo desenvolveu-se a partir da observação de processos-crimes, e relatórios encontrados no Arquivo do Judiciário de Sergipe. Também foram verificados tanto a repercussão dos torpedeamentos nos jornais locais, quanto o posicionamento destes em relação aos estrangeiros e ex-integralistas declarados. Através da análise da documentação pretendeu-se traçar um perfil dos prováveis suspeitos envolvidos no ocorrido, identificando os possíveis adeptos da Quinta Coluna em Sergipe, procurando entender se as suspeitas eram pertinentes, ou se não passavam de xenofobia e perseguição política.

PALAVRAS CHAVE: Segunda Guerra Mundial, Sergipe, Suspeitos.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU: O USO DOS ESPAÇOS DE LAZER

Autora: Mônica Porto Apenburg Trindade

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PIBIC do projeto “Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra”
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: apenburg@getempo.org

Coautora: Caroline de Alencar Barbosa

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PICVOL do projeto “Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra”
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: caroline@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)

RESUMO

O projeto "Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra" propõe um levantamento de alguns dos principais locais de sociabilidade em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para tanto, enfocaremos os cafés, cabarés, praças, restaurantes, bares e clubes da capital sergipana diminuindo a lacuna significativa existente em nossa historiografia no que se refere aos usos da cidade neste período. A documentação utilizada comporta fontes impressas (jornais, revistas, boletins, processos) obtidas em arquivos públicos locais, virtuais ou até mesmo orais (depoimentos). Desta maneira, pretende-se produzir sínteses históricas a partir da documentação analisada, procurando estabelecer relações entre a ocupação do espaço urbano no período e a percepção que os registros jornalísticos construíram dos locais que serão estudados.

PALAVRAS CHAVE: Segunda Guerra Mundial, Aracaju, Cotidiano.

GT 11:**DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: OFICINAS DO DICIONÁRIO VÉRITAS MOSEION PARA
INSTITUIÇÕES CULTURAIS****Autora: Irla Suellen da Costa Rocha**

Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIX (UFS)
irlasuellen@gmail.com

Coautora: Adirany da Silva dos Reis

Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIX (UFS)
adirany15@bol.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello (NMU/UFS)**RESUMO**

O Vértas Mouseion nos últimos anos tem contribuído para a pesquisa interdisciplinar de ciência, inovação e tecnologia no âmbito das ciências humanas, sociais e aplicadas com o desenvolvimento do primeiro dicionário terminológico eletrônico em língua portuguesa no Brasil. Utilizando-se do arcabouço teórico da linguística e dos conhecimentos da museologia, o projeto vem conquistando espaço em diferentes campos do saber. Pretendemos realizar neste trabalho uma breve apresentação do projeto de extensão desenvolvido pelo Vértas: com o intuito de promover o desenvolvimento de atividades de envolvimento direto com a comunidade museal. Através de oficinas pretende-se oferecer uma formação continuada sobre terminologia museológica para os funcionários e monitores de instituições culturais. A partir desta ação busca-se estimular essas comunidades sobre a terminologia museológica para que os mesmos possam atuar com mais conhecimento sobre termos técnicos específicos, proporcionando um melhor serviço às instituições e usuários. Para o desenvolvimento deste projeto de extensão temos na Educação Patrimonial um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999)

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial; dicionário terminológico; extensão universitária

ÁFRICA E AFRODESCENDENTES: REVISTA ÁFRICA (2004/2013)**Autora: Ruzilane Rabelo dos Santos**

Graduada História pela Universidade Federal de Sergipe

Membro do Grupo de Pesquisas sobre Ensino de História (GPEH/DED/UFS)

ruzilane@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)**RESUMO**

Os debates acerca da legislação e inclusão da história da África e afrodescendentes nos currículos ganharam mais respaldo com a aprovação de duas leis. A primeira delas é a lei 9.394 de dezembro de 1996, que incluía a história da África e dos afrodescendentes. A segunda, a lei 10.639 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. A pauta de temas transversais na educação brasileira e no ambiente escolar é preocupação desde os PCNs de 1996 e tudo indica que a discussão dos PCNs sobre Pluralidade Cultural foi o precursor da lei 10.639/03. O artigo se debruçará sobre a análise dos recentes trabalhos vinculados aos afro-brasileiros e o movimento da negritude no Brasil, além de verificar qual o seu espaço na revista *África*, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Além disso, mostremos o que a literatura acadêmica vem debatendo sobre a África nesses últimos anos ao promover a construção de uma nova historiografia sobre a África e os afro-brasileiros. Constatamos que apesar dos debates acerca da lei, a revista, em suas últimas publicações, não trouxe a temática do ensino de África nas escolas. A lei 10.639 completou 10 anos em 2013, e é nítido que ainda precisamos avançar na divulgação dos estudos africanos e afro-brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/03; Revista *África*; Afrodescendentes;

CONCORDÂNCIA E PERTENCIMENTO EM DUAS COMUNIDADES DE PRÁTICAS EM SERGIPE

Autora: Thaís Regina Conceição de Andrade

Graduanda em Letras Português vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBIC (UFS)

thayssrandrade@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

RESUMO

Na sociolinguística, gênero/sexo e faixa etária são fatores sociais que permitem identificar inovações e diferenças linguísticas, tanto com o do passar do tempo, quanto pelas assimetrias existentes entre a fala de homens e mulheres. Neste trabalho analisamos a aplicação da regra da concordância verbal em sujeitos pronominais explícitos de 1^a, 2^a e 3^a pessoas do plural. A metodologia adotada para a constituição do *corpus* se pautou na coleta realizada por meio de entrevista sociolinguística e observação de base etnográfica em duas comunidades de práticas, o grupo universitário PIBID de Matemática e o grupo religioso Mãe da Divina Graça. Fizemos 24 entrevistas, sendo 12 de cada comunidade de práticas e acompanhamos 5 reuniões, 2 do PIBID e 3 da Mãe da Divina Graça, que após gravadas e transcritas, passaram a incorporar o acervo do banco de dados Falares Sergipanos. Os dados foram submetidos à análise estatística, a partir da qual constatamos que na variação da concordância verbal as variáveis que mais influenciaram na aplicação da regra foram a escolaridade e o tipo de coleta, apontadas como estatisticamente significativas em relação à aplicação da regra de concordância. O gênero/sexo e a faixa etária foram variáveis secundárias. Os resultados indicam que indivíduos mais escolarizados e em situações de maior monitoramento linguístico tendem a aplicar com maior frequência a concordância verbal.

PALAVRAS- CHAVE: Comunidade de Prática, Faixa Etária, Gênero, Variação

A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DA PAISAGEM E NA QUALIDADE DE VIDA

Autora: Maria Heluiza de Carvalho

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista COPES/UFS

heluizastatus2010@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Barbosa da Silva (DGE/UFS)

RESUMO

A produção do espaço e a configuração das paisagens refletem as características climáticas predominantes, pois interferem tanto os processos da dinâmica ambiental quanto na ocupação humana. Este estudo tem a finalidade de analisar a influência dos elementos do clima como a temperatura e a precipitação pluviométrica na organização espacial e na qualidade de vida. Para executar este trabalho foram adotados alguns procedimentos metodológicos como pesquisa bibliográfica, discussões de artigos, além de trabalho de campo, embasados a partir de contribuições teóricas fundamentadas na análise integrada da paisagem. A esculturação das paisagens é resultante de processos impulsionados pelas interações entre os elementos e fatores espaciais, destacando-se as características climáticas que influenciam na realização das atividades econômicas. A escassez pluviométrica e a irregularidade da distribuição das chuvas constituem os principais componentes da dinâmica climática que condicionam o manejo das atividades produtivas tanto no espaço rural quanto urbano, pois interferem na produtividade dos agroecossistemas e na dinâmica econômica que estrutura estes espaços. Na tentativa de contornar os efeitos da irregularidade pluviométrica, algumas atividades e práticas de manejo adotadas nas atividades rurais contribuem para desencadear processos de degradação ambiental refletindo na produção econômica, na qualidade de vida e nas transformações das paisagens.

PALAVRAS-CHAVE: Clima; Paisagem; Qualidade de vida.

AÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO EM SERGIPE**Autora: Amanda Marques dos Santos**Graduanda em História da Universidade Federal de Sergipe
amandamarques.ufs@gmail.com**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFMS)****RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo descrever e analisar a oposição à Ditadura Militar em Sergipe, tendo como principal foco de pesquisa a AP (Ação Popular). A Ação Popular foi um grupo que atuou na oposição à ditadura no Brasil, e teve uma ramificação em Sergipe, sendo inicialmente um dos maiores grupos do Estado. Originou-se do movimento da esquerda católica em 1962, e foi composta basicamente por estudantes. Pretendo analisar a sua importância como também entender um pouco sobre seus membros. Esse trabalho será desenvolvido basicamente a partir dos textos de Ibarê Dantas que tratam desse aspecto. Foi possível concluir que a AP apesar de ter se desestruturado no Estado de Sergipe seus membros continuaram se articulando, como uma forma de lutar contra a ação dos militares. Dessa forma, tiveram uma grande importância nessa luta em Sergipe. A partir desse estudo foi possível concluir ainda que em Sergipe houve sim grupos que atuaram em oposição ao regime vigente, fato que algumas pessoas desconhecem.

ARTIGOS

GT 1:**DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE (1895 – 1897): INVENTÁRIO E ANÁLISE CRÍTICA DO ACERVO DIGITALIZADO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE (APES)****Autora: Edla Tuane Monteiro Andrade**

Graduanda em História – UFS

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFS)

Integrante do Grupo de Pesquisa (GPCIR/CNPq/UFS)

edlahistoriadora@gmail.com

Co- autor: Adson do Espírito Santo

Graduado em História – UFS

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET)

adson@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro (DHI/UFS)**Introdução**

No Brasil, a imprensa surgiu tardiamente e sua gênese está intrinsecamente ligada à vinda da corte para o Brasil em 1808. A partir daí foi surgindo concomitantemente a necessidade em se imprimir os atos do Governo e divulgar as notícias que interessavam a Coroa Portuguesa, portanto iam sendo implantados as atividades tipográficas mediante o aval Régio, destacando a criação do primeiro periódico brasileiro *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Ultimamente, se tem notado o desenvolvimento de grandes estudos sobre a história da imprensa no Brasil e que partem de diversas áreas como Comunicação, Ciências Sociais, Arquivologia e principalmente História.

Claro que essas novas produções não substituem e não desconsideram trabalhos clássicos como o do historiador Nelson Werneck Sodré escrito em meados da década de 60 o qual traz uma síntese da história da imprensa no Brasil. Quando se estuda sobre este tema, as possibilidades de abordagens são múltiplas. Dessa forma, este material impresso pode ser visto como uma imensa fonte documental sendo muito útil para o surgimento de novas indagações e abordagens políticas, culturais, sociais contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre uma determinada situação histórica e sobre uma dada realidade. Nesta perspectiva deve-se fazer uma ressalva ao pensamento de Lúcia Neves.

Já na segunda metade do Século XIX intensificavam-se as lutas travadas entre monarquistas e republicanos que criticavam o autoritarismo e defendiam o liberalismo. A partir de 1870 percebe-se uma mudança no cenário nacional com a ampliação das discussões

em torno da questão republicana e da causa abolicionista que era defendida principalmente pela elite cultural do país como, jornalistas, intelectuais e escritores. É evidente que o Brasil vivia um momento conturbado por causa da transição de regime. Já em meados de 1880, verifica-se um efervescente debate político, causador de várias agitações populares. Nesse contexto de discussões políticas, a imprensa, como força social ativa através dos jornais de várias tendências políticas, teve papel primordial para influenciar a orientação da opinião pública com seus discursos durante esse período de transformações políticas.

Entretanto, devemos frisar que nesse período de transição da Monarquia para a República era também um momento de “busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação.” (CARVALHO, 2008, p.32). Isso nos faz perceber que, segundo Sodré, “a exaltação política da época está integralmente retratada na imprensa” (SODRÉ, 1999, p.263). A Proclamação da República que foi resultante da Questão Militar, pois estes estavam descontentes com o Governo, promoveram um golpe em 15 de Novembro de 1889 que derrubou a Monarquia e instalou o regime Republicano no país.

A partir do ano de 1895 verifica-se uma mudança no cenário do jornalismo impresso onde inovações técnicas pouco a pouco fazem os jornais assumirem uma estrutura empresarial, isto é, uma transição entre a fase artesanal e a fase industrial da imprensa a qual demandava capitais e uma avançada organização capitalista. Dessa forma, a produção que não se adaptar á forma capitalista, a qual não adota os equipamentos e práticas modernas (rotativas, telégrafo, trabalho assalariado e divisão de tarefas) será excluído e poderá desaparecer.

Uma exceção, quanto ao surgimento de novos instrumentos no período foi a criação, em 1891, do *Jornal do Brasil*, um diário já estruturado como empresa e que trazia inovações importantes para a época: distribuição em carroças, correspondentes estrangeiros como, Joaquim Nabuco, e que aos poucos vai se formando um jornal de grande prestígio. Esse é um primeiro aspecto de transição do período. Fazendo uma comparação em escala nacional, a imprensa em locais como o Rio de Janeiro era variada e numerosa, pois se deve considerar a importância de outros jornais como: *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Correio da Tarde*, entre outros. É neste período que o “jornal tornou-se um produto de consumo corrente” (ALBERT E TERROU, 1990, p.51).

Metodologia e Resultados

Optou-se neste trabalho pela pesquisa documental e por uma análise preliminar do conteúdo veiculado no Diário Oficial procurando através das páginas deste resgatar e reconhecer aspectos da sociedade Sergipana particularizando no período compreendido entre os anos de 1895 a 1900, que tem como marco político a Proclamação da República. Além disso, este trabalho surgiu da necessidade em se dar maior ênfase às pesquisas relacionadas ao jornalismo sergipano e principalmente levantar reflexões sobre a nossa imprensa ao mostrar o papel que a mesma tinha na sociedade. Para servir de base teórica para a realização pesquisa utilizamos a historiografia sobre a história da imprensa bem como produções acadêmicas mais recentes representadas pela obra de Marialva Barbosa com “*História Cultural da Imprensa: Brasil-1900-2000*”. No entanto, a pesquisa ainda não foi concluída, pois a análise dos jornais não foi feita em todo o período delimitado.

A imprensa em Sergipe tem sua origem através da ação de Monsenhor Antonio Fernandes da Silveira, cujo possui o ilustre posto de fundador da Imprensa Sergipana, dando nome a seu jornal de Recopilador Sergipano. Foi ele que em meio às dificuldades enfrentadas no período regencial, funda na independente província de Sergipe Del-Rey o primeiro jornal, que foi publicado na Vila Constitucional da Estancia em Setembro 1832, possibilitando assim, a abertura de um novo meio de transmissão de informações que modificaria o cenário da comunicação em Sergipe. Então, surge a necessidade de se criar uma imprensa que assuma um caráter oficial frente às ações do governo sobre o Estado, uma imprensa de caráter moderno e que se preocupa a divulgação do progresso moral e material de Sergipe.

Este novo instrumento de informação que se forma em Sergipe, assumirá um papel muito importante, que vai desde o seu “Diário Oficial”, uma vez que este termo “diário” possui um significado de modo popular, entendido como um objeto que tem por função manter uma relação diária de descrever e informar fatos que ocorreram no dia. Considerando a ideia de que o veículo de comunicação mais importante no final do século XIX e início do Século XX era a imprensa escrita, Em suma, em meio às lutas políticas o Diário era um órgão republicano e uma “arma” com o qual o Estado poderia lutar.

A Imprensa Oficial em Sergipe foi criada através de uma autorização concedida pela Lei nº 54 de 05 de Agosto de 1894 durante o governo do Presidente de Estado Manoel Presciliano de Oliveira Valladão. Após um ano, o decreto nº 141 de 24 de Agosto de 1895 regulamentava os fins da imprensa Oficial em Sergipe, como por exemplo, a publicação do Diário Oficial, o qual entrou em circulação pela primeira vez no dia 1º de Setembro de 1895.

Com o Diário inaugurado, a imprensa sergipana começa a dar seus primeiros passos na divulgação diária de fatos, a qual assume uma responsabilidade de ser um veículo que descreva os atos e feitos do Governo, como também refletir a ação da sociedade, e servir como um meio de se fazer propagandas de empreendimentos, que visavam ser conhecidos pela região.

O primeiro exemplar do Diário Oficial foi editado com oito páginas e além de trazer no texto o objetivo principal do novo órgão, o Diário estruturava-se da seguinte forma: Como veiculador de atos administrativos e normativos, nas primeiras páginas verifica-se um espaço destinado aos decretos, telegramas oficiais que eram enviados ao Presidente de Estado, cargo que equivale ao Governador nos dias de hoje. Através da sua essência, este jornal oficial vem a ser encarado como um preenchimento dos espaços deixados em branco na administração do Estado e a difundir a ideologia voltada para o progresso.

A inauguração dos trabalhos do diário foi vista como um ato comemorativo do progresso da Pátria Sergipana. Estavam presentes diversas autoridades como o representante do Estado, o Coronel Oliveira Valladão, além de representantes dos jornais da *Notícia*, do *Paiz* (um dos jornais mais vendidos do Rio), da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (um jornal que estava em ascensão e que reunia os melhores elementos das letras e do jornalismo brasileiro) e do *Jornal de Notícias* da Bahia.

O corpo de trabalho do jornal era composto por um administrador que era ao mesmo tempo redator e diretor do Diário, um escriturário que desempenhava as funções de almoxarife e arquivista, dois revisores, um amanuense-caxeiro, um porteiro contínuo, três serventes (sendo um maquinista e dois distribuidores), um mestre da oficina de composição, três compositores de 1ª classe, um mestre de encadernação, dois encadernadores, entre outros. Inicialmente, as três *Officinas* que compunham Diário Oficial faziam trabalhos de impressão, encadernação eram montadas á máquinas Marinoni que era sem dúvida o sistema mais moderno implantado juntamente com a República, a partir de 1889. Com a virada do Século, essas inovações tecnológicas que incluíam também o gramofone, o cinematógrafo e principalmente o serviço telegráfico, possibilitavam o aumento da tiragem, maior qualidade e maior rapidez na impressão evidenciando assim a transição para a etapa empresarial da imprensa sergipana através de uma estrutura relevante dotada de equipamentos gráficos que supriam a necessidade para a realização das funções do jornal.

Mas, cabe aqui pontuar que essas inovações não se restringiram somente aos aperfeiçoamentos gráficos, mas também no que diz respeito à uma nova linguagem jornalística que vai suprimindo as relações do jornalismo com a linguagem rebuscada de

outrora baseada na literatura, ou seja, percebe-se uma objetividade ao se noticiar algo. Nesta fase de superação do jornalismo artesanal, temos também a introdução das fotografias e das ilustrações nos jornais. Todas as oficinas que o Diário Oficial instalara, estavam localizadas na capital do Estado, Aracaju.

Em um anúncio encontrado na primeira edição verificamos uma descrição importante do equipamento que as oficinas do Diário possuíam: “A officina possui igualmente machina apropriada para lithographar, estando assim habilitada a tirar qualquer peça de musica com o necessário asseio”. (Diário Oficial, p.07, 01 de Setembro de 1895). Nos seus primeiros anos de funcionamento a assinatura do diário custava na capital, 14\$000 réis anuais, 7\$000 réis semestrais e 3\$000 réis trimestrais. Os valores das assinaturas variavam no interior do Estado sendo custando anualmente o valor de 16\$000 réis e semestralmente 8\$000 réis. Quem quisesse assinar o Diário teria que se deslocar ao próprio escritório do Jornal ou recorrer às Estações Fiscais do interior. Os empregados estaduais poderiam ter o abatimento da assinatura em até 25% caso seus vencimentos anuais não excedessem 1:000\$000 réis e o abatimento de 20% para quem ganhasse mais que isso.

Isso nos leva a concluir que o Diário Oficial desde o início apresentava um eclético conteúdo com atos oficiais, boletins eleitorais, Editais, Notas de comércio (preços de produtos da seção de arrecadação) além de anúncios relacionados aos transportes oferecidos pelas companhias de navegação, como pode se observar no recorte abaixo:



Figura 01

Fonte: Diário Oficial, 11 de Outubro de 1896, página 08.

Os Paquetes eram grandes navios de luxo a vapor de grande velocidade, que faziam o transporte de passageiros e cargas. Nos jornais encontramos várias linhas e companhias que

ofereciam o serviço como a Empresa Esperança Marítima, Companhia Bahiana, Companhia Pernambucana, etc. Entre os registros de importância no decorrer da sua história, a Imprensa Oficial noticiou a Guerra de Canudos em 1896 e 1897, com atualizações diárias sobre o acontecimento. Isso nos mostra o quanto a Imprensa Oficial se preocupava em relatar acontecimentos que envolvia a sociedade e como ela reagia diante de tais fatos. Para os contemporâneos desta época, a criação do Diário significava muito, pois a imprensa elevaria os sergipanos no conceito dos povos civilizados fazendo uma alusão assim a prosperidade do “futuro Estado”.

Aspectos da Sociedade Sergipana através do Diário Oficial do Estado de Sergipe

O Século XIX foi marcado por profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais do Brasil, e Sergipe, também passa por algumas mudanças que não mexeram somente com as estruturas, mas também com os detalhes da vida cotidiana. A sociedade sergipana se deparou com novos questionamentos, novas situações, novos desafios e consequentemente novas experiências. Esta sociedade no final do século XIX sofrera fortes pressões nacionalistas que estão sendo impostas por todo o Brasil, devido a uma iniciativa de se ter uma identidade nacional, ou seja, acabar com todas as divisões provinciais, e formar o ideal de ser “brasileiro”. Desse modo, a imprensa servira como veículo fomentador deste sentimento nacionalista para todos os cidadãos e aqui na província de Sergipe isso não será diferente, pode-se observar nos fatos descritos no Diário Oficial, que mostram e convidam o cidadão a assumir e abraçar o seu país, formando assim a idéia de se ter uma identidade nacional.

À medida que o regime republicano avançava, pouca coisa mudou no cenário jornalístico Sergipano, pois segundo Acrísio Torres, em Sergipe, o abuso da liberdade de imprensa levou, sobretudo na República, os grandes, males-terras de jornais, foi também terra de jornalismo rude, agressivo. (ARAÚJO, 1993, p. 19). Sendo assim, é importante ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos meios de comunicação, entre eles, os jornais, pois, a escrita e o saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, e os papéis da sociedade dentro do meio em que ela vive.

Como já foi dito anteriormente, este período o qual estamos nos debruçando, foi marcado pela tentativa de legitimação do regime, de centralização do poder, de construção da nacionalidade Brasileira, um momento da redefinição da identidade coletiva bem como do

patriotismo, registramos passagens no Diário Oficial em que se observa uma aclamação patriótica ligada não só à figura, à autoridade do Presidente da República que em 1895 era Prudente de Moraes, mas também à Nação Brasileira.

Essas aclamações ao novo sistema de governo eram destinadas principalmente aos grandes personagens da história do Brasil, mais especificamente aos militares que participaram do processo de Proclamação da República e que nos primeiros anos do novo regime estiveram no governo. E para comprovar que em Sergipe esta mentalidade também se fez presente, a redação do Diário Oficial possuía retratos devidamente aureolados de figuras importantes para a época como o do fundador da imprensa oficial Coronel Oliveira, do Marechal Floriano Peixoto, do Marechal Deodoro da Fonseca e de Saldanha Marinho. Além disso, a salão de honra do palácio do Governo possuía um retrato do Presidente da República que estava governando.

O Diário nos revela muitas informações importantes sobre vários aspectos sobre a sociedade sergipana dentre eles administração, economia, política, educação, transportes, saúde pública entre outros. Além de conter atos normativos e administrativos oficiais do Governo também fazia referências a artigos publicados em jornais da Capital Federal como é o caso de jornais de grande circulação como o Jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, além de noticiar fatos ocorridos no âmbito internacional como a Revolução de Cuba em 1895.

O Diário em seu formato já é em si um veículo administrativo, pois tal serve como o fio condutor na transmissão dos feitos do Estado para sociedade sergipana, possibilitando assim que esta fique a par de fatos como as movimentações feitas nas *Caixas do Tesouro de Sergipe*, podendo ser analisadas através de balancetes no que se compõe o *caixa geral*, os *depósitos públicos*, *depósitos diversos*, *estampilhas*, *monte-pio(o total)*, observando estas caixas, pode-se jogar um olhar já sobre a economia da província neste período. A cada dia saía em seus números, o preço dos produtos que circulavam no comércio sergipano, sendo que os preços destes eram controlados e determinados pelo Governo Federal, sendo repassado pelo Governo Estadual

Em se tratando de notícias nacionais, o diário tinha um serviço especial em Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro. Durante muitos números o diário dá destaque aos acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1895. A sociedade Sergipana foi informada deste combate (que ficou conhecido como Revolução Federalista) através de telegramas que chegavam diretamente de Porto Alegre. Os anúncios publicados diariamente abrem espaço para a divulgação de produtos e serviços e dizem muito sobre o as

mudanças cotidianas oriundas da urbanização da cidade destacando entre elas o consumo, uma marca da “civilização e do progresso”.

ANNUNCIOS

COMPRA-SE
Sabugo ou capuco de milho

O sabugo do milho era coisa sem nenhuma applicação neste Estado; entretanto agora acaba de ser estabelecida por Azevedo & Comp. uma fabrica a vapor para o preparo de

FARELLO DE SABUGO DO MILHO

que será de grande preferencia, por quanto o sabugo do milho tem grande quantidade de assucar, de amido e outras materias alimenticias.

São agentes compradores:

Na capital: — No armazem de secos e molhados da rua de Japarutaba n. 39 e o sr. José Firmino, rua de Laranjeiras n. 29.

Em Laranjeiras: — O sr. Pedro Vieira.

Figura 02

Fonte: Diário Oficial, 23 de Setembro de 1896, página 07.

PIANO

Domitilla de Sant'Iago recebe chamados para ensinar piano.
Trata-se a Praça Mendes de Moraes n.º 4.

Figura 03

Fonte: Diário Oficial, 04 de Outubro de 1896, página 07.

Além destes, outros tipos de anúncios movimentavam as páginas do diário como vendas de Bilhetes de Loteria, estabelecimentos como a Tabacaria Bahiana, trapiches, eventos como leilões, vendas de terras e etc. No âmbito político, para se analisar a história das eleições em Sergipe neste período verifica-se que o Diário trazia os resultados das eleições para intendentes municipais cargo que hoje, equilave à prefeitura municipal. Passando a analisar os aspectos econômicos, Sergipe torna-se reflexo do que acontece no Nordeste, que passava por uma retração econômica que ocorre em função da decadência do algodão, do açúcar e do tabaco. No setor agrícola sergipano, estas crises provocam a queda dos produtos e a diminuição nas vendas por causa do excesso de produção como nos diz uma notícia do

diário: “compreende-se que esta situação tenha rompido o equilíbrio, dando lugar a depressão formidável de preços que afflige os productores.” (Diário Oficial, 05 de Setembro de 1895, p.).

Os Engenhos que ainda estavam em atividade eram de pequeno porte, mais conhecidos como Banguês e que vendas destes Engenhos ainda freqüentavam as páginas como, por exemplo: “Vende-se o Engenho Itaporanga do termo do mesmo nome montado a vapor e com grande quantidade de terra adaptavel á culturas de canna.” (Diário Oficial, 03 de Setembro de 1896, p. 07).

Assim como em Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco o Estado de Sergipe possuía no início da República a maior área no total de médias propriedades. Nesse contexto, é crucial lembrar também que Sergipe destacava-se nacionalmente com a produção e o comércio do sal, este oriundo principalmente das Salinas do Rio do Sal localizadas no município de Nossa Senhora do Socorro e que tinham como cessionário de todos os terrenos em 1895, José Rodrigues Bastos Coelho. As Salinas eram a fonte de renda de muitos pequenos e médios proprietários rurais, pois o sal era a riqueza econômica de Sergipe e tinha um valor significativo.

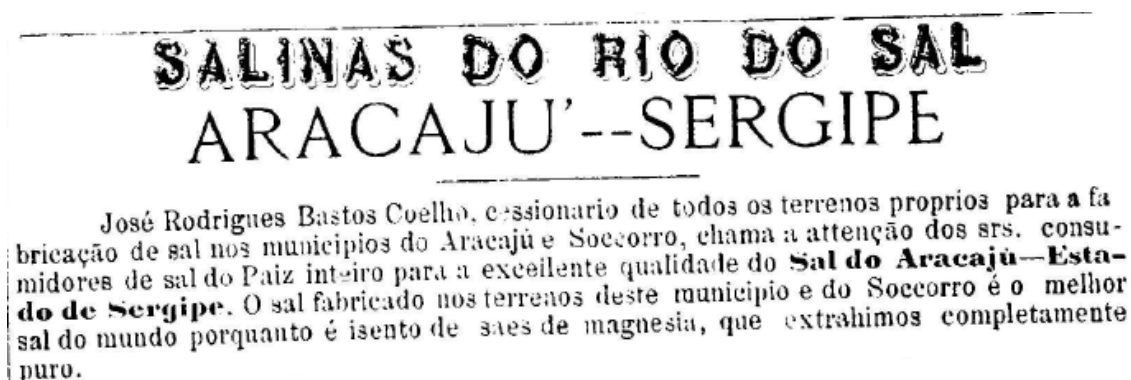


Figura 04

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 27 de Setembro de 1896, nº 307, pág. 08.

Ainda no final do Século XIX, a economia brasileira era predominantemente agrícola, mas a produção industrial avançava e vinha crescendo continuamente desde 1880. Em Sergipe, nesse período, merece destaque as atividades industriais têxteis exercidas pela indústria de fiação e tecido, Cruz e Cia ou Fábrica Sergipe Industrial. Esta apresentava uma

produção bem diversificada que ia de sacos para a indústria de açúcar a brins, Bulgarianas, estopa, e etc.



Figura 05

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 13 de Setembro de 1895, nº 10, pág. 07.

Ao longo do Século XIX, a epidemia da varíola foi uma das principais preocupações das autoridades sanitárias de vários países e do Império por causa da alta mortalidade provocada em função da doença em várias cidades e vilas brasileiras. No Diário encontramos passagens em que a Inspectoria de Higiene do Estado de Sergipe, instituição responsável pela área da saúde pública, faz observações sobre o Lazareto de Variolosos de Aracaju que servia para isolamento e remoção de todos os doentes. Além do Lazareto na capital do Estado, também existiam Lazaretos em cidades como Estância e Itabaiana. A doença teve epidemias graves em Sergipe principalmente no começo do Século XX, sendo Laranjeiras um dos locais mais afetados pela peste das Bexigas.

Considerações Finais

Fica claro pelas questões aqui expostas que, embora preliminar, a análise do conteúdo veiculado no Diário Oficial de Sergipe, entre os anos 1895 e 1900, pode demandar uma gama de informações que dão conta de mostrar, explicar e entender diversos aspectos da sociedade sergipana.

Desse modo, reiteramos a importância desse tipo de fonte na pesquisa histórica sergipana. É fato que ao longo do projeto, cuidar-se-á ainda mais de filtrar as informações, vistas que são oficiais, para não se incorrer no risco de tê-la como a única versão da realidade.

O confronto com outras fontes do tipo e de outros, com trabalhos de memorialistas (se for o caso) e principalmente com a historiografia sergipana será o grande desafio das próximas etapas.

Ao final, pretendemos contribuir com o trabalho de pesquisa e salvaguarda da memória sergipana por meio da história da imprensa, levada a cabo pelo Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES), através dos números do Diário Oficial de Sergipe no período de 1895 a 1910.

Entre os resultados esperados, destaque para: a realização de um inventário analítico do Diário Oficial de Sergipe; uma mobilização de colegas da UFS na realização de pesquisas com o conteúdo Diário Oficial de Sergipe; a redação e publicação de trabalhos diversos na área acadêmica a respeito da temática (como este que agora se apresenta) e a publicação de material de referência para os pesquisadores do APES (livro-catálogo).

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: gráfica do Senado, 1993.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa – Brasil – 1900- 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARONE, Edgar. **A República Velha I: Instituições e classes sociais (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Difel, 4ª Edição, 1978.

COSTA FILHO. **O fundador da imprensa sergipana**. Aracaju: Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 5, 1920

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo, Unesp, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Referências Eletrônicas

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, Século XIX. Ciência da Informação. Volume 25, número 03, pág. 01-05, 1996. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume35/ATT06511.pdf>> Acesso em 09 de novembro de 2011.

“EXCELLENTISSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1827)**Autora: Damilis Silveira Viana**Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
damilisviana92@gmail.com**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)****Introdução**

Em 12 de outubro de 1824, D. Pedro I é aclamado Imperador do Brasil e seu governo será marcado pela dicotomia entre dois grupos que atuaram na independência: os chamados “coimbrãos”, constituído por pessoas de maior idade, com larga experiência política no Império luso-brasileiro, cujo nome remete àqueles que passaram pela Universidade de Coimbra-Portugal; e, do outro lado, os “brasilienses”: composto por pessoas mais jovens, sem grandes experiências políticas, acostumados com a realidade da corte portuguesa no Brasil.

Os primeiros eram representados pela figura de José Bonifácio de Andrada e Silva e tinham tendências mais conservadoras. Almejavam um poder centralizado, inspirados nos ideais monárquicos e com a manutenção dos privilégios que a classe mais alta da sociedade obtinha durante o período colonial. Não defendiam a abolição da escravidão ou qualquer alteração na ordem vigente que colocasse em xeque a situação desta classe.

Já os segundos defendiam ideias mais liberais, nas quais D. Pedro I seria representante do povo e seu poder emanando destes e, eram representados por Joaquim Gonçalves Ledo. Para esse grupo seria necessário a convocação de uma Assembleia Constituinte e, conseqüentemente, a aprovação de uma Carta Magna que definisse os meios de representação do povo e limitasse o poder do imperador.

No entanto, é importante esclarecer que nenhum desses grupos tinha posição radical e D. Pedro I negociou com os dois para definir seu projeto de liderança. É nesse contexto político que D. Pedro I dissolve a Assembléia Constituinte e outorga uma constituição marcada pela tendência centralizadora. Nas palavras de Lúcia Maria Bastos P. Neves e Humberto F. Machado:

Embora, a Carta que viria a ser outorgada em 25 de março de 1824 não diferisse em muito da proposta discutida pelos constituintes na Assembléia, antes de sua dissolução, ela continha uma diferença fundamental: não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano. (1999, p.93).

Desta feita, se por um lado a Constituição consolidou a centralização do poder, reforçando a unidade nacional, pois D. Pedro I teria poder de decisão a partir do Poder Moderador, e também do Poder Executivo e indicava o presidente da província, por outro criou espaços de atuação dos poderes regionais com a criação dos Conselhos da Presidência, órgãos responsáveis pela administração das províncias, seguindo ordens do governo central, e cuja nomeação dos presidentes era feita pelo imperador. Outro mecanismo político instituído pela Carta Magna foram os Conselhos Gerais da Província, neste caso, eram órgãos consultivos, ou seja, sua função era auxiliar o presidente da Província em suas atividades e, seus membros eram indicados por meio de eleições. A criação desses órgãos tornara-se necessária para a organização e estruturação da máquina administrativa do Estado brasileiro, isto é, precisavam ser delimitados os organismos e suas funções nas esferas executivas, legislativas e judiciais.

Sergipe Del Rey, recentemente reconhecida como província, não fugiu à regra. Nesta também foram instituídos o Conselho Geral da Província e Conselho da Presidência. De acordo com a conjuntura política, econômica e social do momento, os representantes desses órgãos faziam parte da elite local, associadas à posse da terra e escravos. Os quais ficaram incumbidos de gerir os conflitos políticos e necessidades da região.

O estudo, que será aprofundado, fundamenta-se nas discussões historiográficas atuais sobre o nascimento do Brasil independente e intenta colaborar para o esclarecimento do processo de formação do Brasil, enquanto Estado-Nação, sob o viés das questões econômicas regionais perante os percalços do estabelecimento de uma nova conjuntura política. Além desta motivação, ao aprofundar a leitura sobre Sergipe durante o Primeiro Reinado, fica claro que a historiografia é escassa. Poucas são as obras que se dedicam a esse tema e intervalo de tempo, em se tratando de Sergipe.

Outro estímulo para pesquisar e produzir trabalhos referentes a essa temática, é a necessidade de desconstrução do olhar historiográfico que persiste localmente, até os dias de hoje, definindo o posicionamento da elite sergipana como antilusitano e, conseqüentemente, contrário ao governo de D. Pedro I. Tal visão é perceptível, por exemplo, na obra de Maria Thetis Nunes:

Cabia a Manuel Fernandes da Silveira administrar uma Província “que nunca teve governo, e que, composta de proprietários ricos, mas pouco amigos da independência do Brasil, que nunca sentiram a influência da Lei, somente desejavam dirigir-se segundo sua vontade (1978, p.84-85).

Como fica visível na citação acima, a historiografia existente sobre Sergipe durante o Primeiro Reinado necessita de maiores reflexões e problematizações, para que se possa melhor compreender o posicionamento da classe política, de seus problemas econômicos e como a forma como esta se comportava e os solucionavam.

Elites e Poder no Império

Os Conselhos de Governo da Província e da Presidência foram órgãos de governo frutos de um momento em que grandes transformações eram operadas na estrutura governamental do Brasil, cujas consequências atingiram cada província de maneira particular e, em geral, em todo o Império.

Para a compreensão desse processo, é necessário destacar como era o poder local no período colonial e qual o papel deste. Com a necessidade de colonização surgiu, também, a necessidade de sistematização administrativa da colônia e, naturalmente, esta ficaria ao encargo das elites locais, que detinham não só poder econômico, mas também grande influência política nas regiões. Diferentemente de Portugal, a elite que se formou na Colônia não advinha de linhagem real e nem de famílias abastadas e tradicionais, mas sim do processo de acumulação de riquezas da aurora colonial. Esta acumulação se deu através do comércio de escravos, da detenção de grandes porções de terra e da exploração de negros e índios e, posteriormente, com a consolidação da agricultura açucareira, comércio no mercado interno e extração aurífera.

Sobre esse aspecto, em se tratando da província de Sergipe Del Rey pode-se afirmar que as elites locais estavam ligadas à agricultura do açúcar, algodão, arroz e fumo e a pecuária; mas, principalmente ligados à função de entreposto comercial, abastecendo a Bahia e Pernambuco. Nas palavras da historiadora Edna Maria Matos Antonio:

A capitania destinava seus gêneros a duas frentes: as vilas do sul, próximas ao Rio Real, como as de Santa Luzia do Itanhhy e Estância, tinham seus produtos basicamente direcionados ao mercado baiano; a região do baixo São Francisco, mais especificamente Vila Nova, enviava seus produtos de Sergipe para a capitania de Pernambuco. (2012, p.31)

Foram os representantes dessas elites que, no momento da instalação dos Conselhos, assumiram os cargos e receberam a responsabilidade de gerir a província em consonância com as determinações da Constituição de 1824 e adaptar a realidade da região aos ditames do imperador.

Neste contexto, torna-se relevante esclarecer o projeto político adotado por D. Pedro I após a Independência. Para a gestão do Brasil com seu amplo território, com diferenças regionais e, principalmente, com crescente descontentamento em relação à monarquia portuguesa, o Imperador concordou se submeter a uma constituição e, conseqüentemente, se submeter à leis e “aceitar a condição de governante” (ANTONIO, 2012, p.82). Inclui-se neste processo, a organização do poder local como representante de cada província para auxiliar D. Pedro I na formação e consolidação da nação que surgia.

Uma vez comprometido com a missão de aprovar uma constituição, em 1823 D. Pedro convoca uma Assembleia Constituinte para elaboração da Carta Magna. Era perceptível que mudanças drásticas precisariam ocorrer em todas as províncias e em todas as instâncias de poder, assim sendo, os projetos que foram apresentados na Constituinte, de certa forma, expressavam essa realidade. A Constituinte de 1823 foi permeada pelo debate político entre diversos projetos e ideias políticas, com cada projeto representando o interesse político de um determinado setor da sociedade.

As disputas ocorriam, também, em nível ideológico, entre aqueles que defendiam às práticas coloniais e os adeptos das novas ideias advindas do pensamento oitocentista. Tais conflitos traziam à superfície a real contradição em que se encontrava o Brasil recém-independente, cujas práticas políticas oscilavam entre o retrocesso e o avanço. D. Pedro I, inicialmente, usou da diplomacia ao negociar com as duas ideias antagônicas (conservadorismo e liberalismo), contudo, posteriormente tentou centralizar o poder de forma contundente, resultando num confronto. A solução se deu de forma mais autoritária possível: D. Pedro I dissolveu a Constituinte e outorgou uma Constituição, em 1824, na qual o poder era estava centralizado na figura do Imperador que operava através do Poder Executivo e do Poder Moderador.

Apesar das divergências e confrontos político-ideológicos durante a atuação da Assembleia Constituinte, o período pós-outorga é marcado por inegáveis transformações, o aparato político fora solidificado pela criação de diversos órgãos e cargos para auxiliar o Imperador na tarefa de gerir um território amplo e tão diversificado. Tal fato fica explícito na

análise de Renata Silva Fernandes quando esta defende que "A criação de instituições foi um dos caminhos encontrados para a operacionalização das mudanças alavancadas por novas demandas diante da transformação vigente." (2012, p.1).

A criação de tais instituições representava também a delimitação legal do papel das províncias e, conseqüentemente, das elites locais, no plano nacional. Ainda em Fernandes: "O poder "regional" gradativamente assumia contornos através da criação de um aparato administrativo que atuaria como "intermediário" no diálogo entre os poderes locais, que até então desfrutavam de ampla autonomia, e o poder central." (2012, p.2). É interessante destacar que tais reformas ocorridas nas províncias foram fruto de mudanças graduais que tiveram início nos primeiros anos do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil.

No bojo dessas mudanças pode-se inserir o processo que levou Sergipe Del Rey a deixar de ser comarca da Bahia para ser elevada à Província, tal iniciativa partiu de parte da elite sergipana que defendia a autonomia da região. Contrariamente a este grupo, havia aqueles que defendiam a permanência dos laços com a Bahia. Havia um grupo que acreditava que a independência de Sergipe em relação a Bahia era necessária para o desenvolvimento real daquela. Sendo Comarca, Sergipe continuaria fornecendo seus produtos, sem garantir autonomia, com seu povo subjugado à administração baiana. Por outro lado, haviam pessoas, como o baiano Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo que defendia a continuidade da situação sergipana frente à Bahia. O processo que levou à independência de Sergipe foi paralelo ao da independência do Brasil, apesar de suas particularidades. Foi, também, permeado de lutas políticas e ideológicas que a historiografia tradicional costumou encaixar na dualidade liberalismo *versus* absolutismo, contudo há a necessidade de descortinar esta visão, como Edna M. M. Antônio defende em seu livro:

A constatação da vigência de posicionamentos variados que envolviam a defesa de conteúdos políticos de essência liberal, por um lado, e de conservação das estruturas "absolutistas", por outro, nos remete a necessidade de explorar os significados desses alinhamentos naquele contexto, em Sergipe. Tal análise requer uma revisão matizada acerca da tradicional forma de se identificar os grupos políticos pelo binômio liberais *versus* absolutistas e sua evidente oposição calcada pela natureza antagônica dos regimes políticos a que cada conceito alude. (2012, p. 215)

Analisar a independência de Sergipe é de fato interessante para a presente pesquisa, pois alguns personagens que entraram em cena neste momento peculiar reaparecem nas atas do Conselho de Governo da Província, reafirmando o papel das elites locais frente aos acontecimentos e decisões políticas que ocorreram em Sergipe. É como resultado deste

processo complexo e cheio de percalços, que surgem os Conselhos de Presidência e Geral da Província, com o intuito de auxiliar D. Pedro I no decurso da formação do Brasil enquanto Estado-Nação.

Considerações Finais

Ao iniciar um estudo com tal recorte temático e temporal pretende-se analisar de que forma a elite local da província de Sergipe, através de sua participação nos Conselhos Geral e da Presidência da Província, manifestou seus interesses e atuou na formação política da dita província. Com o avançar dos estudos, deveriam ser identificadas as necessidades econômicas que foram encontradas pelos administradores da Província e suas resoluções manifestadas nas atas; como, também, conhecer o funcionamento destes órgãos provinciais que deveriam gerir e solucionar os problemas encontrados na província.

Com a finalização da pesquisa não há a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise e compreensão sobre o tema em questão. Se tratando, apenas, de uma contribuição ao conhecimento sobre as questões aqui expostas, visto a lacuna historiográfica presente nessa temática.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acessado em: 22 de jul. 2014.

Atas da sessão do conselho de governo da província. De 1824 a 1827. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, ano II, 1914, fasc. 3 e 4, v.II.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da Independência: a Capitania de Sergipe.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44, vol. 01 Dossiê "História e Culturas políticas", p. 107-125, 2014.

____. **A Independência do Solo que Habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império. Sergipe (1750-1831).** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DINIZ, Diana Maria de Faro (Coord.). **Textos para a História de Sergipe.** Aracaju, UFS/Banese, 1991.

FERNADES, Renata Silva. **O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província "Na Letra da lei" (1823-1828).** Monografia de bacharelado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe.** Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial-Volume II: 1831-1870.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MOTT, Luiz. **Sergipe d'El Rey - População, Economia e Sociedade.** Aracaju, FUNDESC, 1986

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820.** Rio de Janeiro: editora Cátedra/MEC, 1978.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia: 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SOBRE UM NOVO OLHAR: APLICABILIDADE E CONTRIBUIÇÕES DA PALEOGENÉTICA À ARQUEOLOGIA

Autor: Madson de Souza Fontes

Mestrando em Arqueologia - PROARQ/UFS

Bolsista do CNPq

msf.1989@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olívia Alexandre de Carvalho (DARQ – UFS)

INTRODUÇÃO

A Arqueologia tem traçado, com base em seus achados, as possíveis migrações populacionais ocorridas ao longo da história. Porém, com o surgimento da Genética, no início do século XX, lançou-se um novo olhar sobre a evolução humana. Por meio do estudo das proteínas que compõem o DNA e, a partir da década de 70, com análises do próprio DNA, a Genética aliou-se à Arqueologia na busca pela identidade dos ancestrais das populações do mundo e do próprio homem.

Enquanto associada ao pensamento antropológico, a Arqueologia tem-se debruçado, sobretudo nas últimas décadas à reconstituição das sociedades pretéritas, enfatizando os aspectos da estrutura e organização social, subsistência e estilo de vida (BINFORD e BINFORD, 1968; LEROI-GOURHAN e BREZILLON, 1972; JOCHIM, 1976, CLARKE, 1977; YELLEN 1977; NEVES, 1980).

A utilização das técnicas analíticas das ciências naturais tem fornecido à Arqueologia um arcabouço relevante para uma interpretação contextual cada vez mais consistente e estruturalmente fundamentada. A análise dos caracteres bióticos e abióticos constitui a base elementar de uma ramificação da Arqueologia, denominada Bioarqueologia.

Em suma, os estudos bioarqueológicos têm permitido cada vez mais inferir tanto no comportamento social como em fatores bioculturais, por meio de análises realizadas em vestígios arqueológicos de caráter orgânico e inorgânico.

A Antropologia Biológica pré-histórica, por sua vez, só recentemente começou a contribuir de forma sistêmica para a recuperação de padrões de comportamento nas sociedades humanas.

Tradicionalmente a Antropologia Biológica ateve-se à tipologia e classificação do aspecto físico do homem (NEVES, 1984).

Desta forma, este trabalho tem como propósito realizar uma discussão sobre a aplicabilidade da Paleogenética em material osteológico humano, oriundo de sítios arqueológicos pré-históricos e as suas contribuições com dados que somados à cultura material possibilitarão ao arqueólogo interpretar os aspectos recorrentes em grupos pretéritos.

O conceito de genética está interligado ao estudo da hereditariedade e de tudo o que esteja correlacionado com a mesma (SILVA, 2002). O conceito também faz referência àquilo que pertence ou que é relativo à gênese ou origem das coisas. Como tal, a genética analisa a forma como a hereditariedade biológica é transmitida de uma geração para a seguinte, e como é efetuado o desenvolvimento das características que controlam os respectivos processos.

O termo epigenética origina-se do prefixo grego *epi*, que significa “acima ou sobre algo” e estuda as mudanças herdadas nas funções dos genes, observadas na genética, mas que não alteram as sequências de bases nucleotídicas da molécula de DNA. Os padrões epigenéticos são sensíveis a modificações ambientais que podem causar mudanças fenotípicas que serão transmitidas aos descendentes (EGGE, et al., 2004). Segundo Tang e Ho (2007), a epigenética é definida como as mudanças herdáveis na expressão do gene que não alteram a sequência do DNA, mas que são herdáveis pela mitose e ao longo das gerações.

Feinberg (2001) define a epigenética como modificações no genoma que são herdadas durante a divisão celular e que não estão relacionadas com a mudança na sequência do DNA. Existem algumas características que distinguem a epigenética dos mecanismos da genética convencional: a reversibilidade, os efeitos de posicionamento, a habilidade de agir em distâncias não esperadas maiores do que um único gene.

Existem dois mecanismos principais envolvidos na epigenética: alterações nas histonas e padrão de metilação do DNA, que envolve modificações na estrutura das ligações covalentes do DNA. Esses mecanismos atuam modificando a acessibilidade da cromatina para a regulação da transcrição localmente ou globalmente, pelas modificações no DNA e pelas modificações ou rearranjos dos nucleossomos (D’ALESSIO; SZYF, 2006). Além desses principais mediadores epigenéticos, há também a presença de RNAs não codificadores, que podem atuar interferindo na transcrição de genes (LUND; LOHUIZEN, 2004).

Por fim, a Arqueologia com sua essência interdisciplinar, tem buscado fontes de informação e metodologias em outras ramificações das ciências para complementar com dados a interpretação sobre o comportamento das sociedades por meio da materialidade.

AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PALEOGENÉTICA À ARQUEOLOGIA

A observação dos caracteres descontínuos

Com Kerkring, em 1670, iniciaram-se os estudos de variabilidade anatomo-morfológica no crânio, sendo então os caracteres discretos tidos como anomalias (SILVA, 2002). Tal manteve-se até meados do século XX, quando estes caracteres foram estudados em ratos por Grüneberg, originando a sua utilização em estudos genéticos e a noção da quasi-continuidade destes traços morfológicos (SILVA, 2002). Após este estudo, seguiu-se a aplicação à avaliação de distância biológica em populações humanas. Ainda assim, este conhecimento foi questionado pela investigação, que põe em causa o determinismo genético de algumas características (SILVA, 2002).

O estudo dos caracteres discretos surge após a origem da genética de populações, com estudos de famílias e gêmeos, dada a sua relevância na investigação desta área (ALT et al., 1998). Na consequência da adoção generalizada da “síntese moderna” pela Antropologia, o artigo de Lasker (1950, apud IRISH e NELSON, 2008): “*Genetic analysis of racial traits of the teeth*”, marca a mudança duma análise morfológica de classificação para uma abordagem do ponto de vista genético dessa mesma variação. Nos últimos 40 anos os caracteres não-métricos contribuíram para a avaliação de dinâmicas populacionais e interpretações para a evolução sociocultural de populações do passado.

Os caracteres discretos ou pontos epigenéticos que são também designados por traços morfológicos descontínuos (OSSENBERG, 1969, apud BUIKSTRA e UBELAKER, 1994) ou variantes epigenéticos (BERRY e SEARLE, 1963, apud BUIKSTRA e UBELAKER, 1994) constituem a variação não métrica que se pode observar nos ossos e nos dentes. Estes caracteres morfológicos de pequena variação descontínua dividem-se em quatro categorias: variação numérica dos ossos, variação dos *foramina*, variações hiperostóticas e variações numéricas dos dentes (BUIKSTRA e UBELAKER, 1994). Estas variações não métricas diferem no formato, no tamanho e no número de cúspides, raízes, tubérculos, processos, *foramina* e facetas articulares, entre outros (TYRRELL, 2000; WHITE, 2000).

Estes, por sua vez, obedecem à lei do tudo ou nada, presença ou ausência, variando a sua frequência entre populações (SAUNDERS, 1989; TYRRELL, 2000; WHITE, 2000) o que permite individualizar no seio de uma população subgrupos de indivíduos que possuem um ou mais destes caracteres (CRUBÉZY, 1992). Os caracteres discretos apresentam a vantagem de poderem ser observados em material fragmentado, visto ocuparem uma área reduzida do osso (BUIKSTRA e UBELAKER, 1994; SAUNDERS, 1978).

Em muitos destes caracteres existe uma forte influência genética. Por outro lado o seu desenvolvimento pode também ser influenciado pelo meio ambiente e por certas práticas culturais (FINNEGAN e RUBSON, 1984, apud GALERA et al., 1995; TYRRELL, 2000), pelo que a maioria dos caracteres não métricos resultam da interação contínua e inextricável de fatores intrínsecos e extrínsecos.

A variação não métrica pode ser a expressão da interação do genótipo com o meio ambiente (CRUBÉZY e SELIER, 1990). A sua observação pode permitir analisar a distância biológica das populações e demonstrar que a organização de uma necrópole não é aleatória (CRUBÉZY, 1992), possibilitando a descoberta de zonas de enterramentos familiares num espaço sepulcral (CUNHA et al., 1990).

Tyrrell (2000) aborda os problemas relacionados com os caracteres morfológicos, especificamente os que se referem à sua hereditariedade, dado que já o trabalho de Grüneberg (1963), mas, sobretudo Falconer (1960), sugere que a presença de determinado caractere corresponde à realização do potencial genético polimórfico, sujeita às condições que afetam o desenvolvimento da área do esqueleto e da expressão do caractere, em cada indivíduo.

Um indivíduo com presença de dado caractere estaria, assim, para lá do ponto de cisão existente para tal caractere na sua população a partir da manifestação deste, ainda que esta fosse pouco desenvolvida. Para evitar que a assunção da dependência genética dos caracteres leve a conclusões erradas no estudo das distâncias biológicas, o autor sugere que se tenha em consideração apenas os pontos menos afetados pela formação dos tecidos moles e pela morfologia funcional causada pela atividade, sublinhando a importância dos caracteres cranianos. Estes são, por vezes, sujeitos a remodelação após a ontogênese, pelo que tal deve ser também considerado (TYRRELL, 2000).

Os pontos epigenéticos são uma solução que apresenta vantagens, nomeadamente a aplicação em fragmentos ósseos, a menor correlação entre os diversos caracteres, a pouca relevância de fatores exógenos ou biológicos, como o sexo ou a idade (SILVA, 2002).

Os avanços da Genética Molecular

A aplicação dos estudos genéticos em contexto arqueológico possibilitou a criação de um novo seguimento neste tipo de pesquisa, a Paleogenética. E, tem sido de interesse dos pesquisadores deste ramo, desde o início do século XIX o estudo de caracteres fenotípicos para aferir as relações biológicas entre populações, bem como a sua movimentação e mistura com outros grupos (SILVA, 2002).

A genética pode usar duas estratégias: resgatar o DNA humano de múmias e ossadas arqueológicas para reconstituir a estrutura genética de populações antigas ou estudar as atuais e comparar os resultados com eventos já datados por meio de dados paleontológicos e marcação radioativa, por exemplo.

Desde o início, os arqueólogos tem tomado ciência das limitações do trabalho de campo, e, portanto, a falta de respostas quando abordados aspectos fundamentais da cultura que não podem ser encontrados nos registros arqueológicos, nem inferidas por meio de extrapolações de modelos históricos ou contemporâneos. E mesmo a Arqueologia apresentando-se, em muitos casos, como uma ciência muito consolidada em modelos teórico-metodológicos tradicionais, tem desenvolvido um oportunismo salutar e persistente em busca de novas tecnologias que irão avançar na tentativa de possíveis caminhos de interpretação para os traços culturais que resistem desde os tempos antigos.

Como sabemos, o clima tem uma forte influência sobre os processos de degradação da matéria orgânica, climas úmidos e especialmente quentes com alta umidade são certamente o mais fatais para a conservação dos restos orgânicos. Mas apesar dessas dificuldades de conservação do material orgânico, sobretudo, os enterramentos, estes continuam a ser um dos elementos arqueológicos mais óbvios sobre os quais prosseguem novas interpretações. E mesmo que contraditório, os mortos podem nos fornecer informações tanto sobre si mesmos, quanto sobre os vivos que lhes rodeavam.

Este interesse não é novo, as inumações foram, desde os tempos antigos, o tema de estudo de pesquisadores americanos que sempre se sentiram curiosos para descobrir como era

o homem pré-histórico do Novo Mundo. Mas, até recentemente, as investigações conduzidas pela Bioantropologia, bem como pela Bioarqueologia, concentraram-se em aspectos biológicos como sexo, idade, deformações cranianas, modificações dentárias e diversas patologias. São informações valiosas e absolutamente necessárias, porém limitadas. Somente em tempos mais recentes, arqueólogos e antropólogos começaram a abordar aspectos nutricionais, e passaram a considerar as pesquisas relacionadas à análise de DNA de indivíduos pré-históricos.

É necessário levarmos em conta que ao trabalharmos com amostras arqueológicas nos deparamos com numerosas dificuldades, já que os restos orgânicos sofrem um enorme processo de degradação natural, e, dessa forma, segundo Iglesias (2001), os procedimentos atuais destinados à recuperação de cadeias de DNA antigo (DNAa) e a realização de comparações deparam-se com quatro tipos de dificuldades:

1. A recuperação de DNA autenticamente antigo, livre de DNA exógeno contemporâneo. Isto é de grande relevância, já que ao tratar-se de análises muito recentes, grande parte dos arqueólogos em seus trabalhos de campo não tem aplicado métodos de precaução que tendam a evitar a contaminação do DNAa durante a manipulação no processo de escavação, de limpeza e de acondicionamento. Salientando que a contaminação mais frequente dar-se em laboratório, todas as vezes que a amostra já está em análise molecular.
2. Podemos encontrar danos moleculares no DNAa recuperado causados, sobretudo, por fatores ambientais.
3. A presença de inibidores dos compostos moleculares derivados dos solos em que se conservavam os restos orgânicos, ou também de processos bioquímicos degradantes que ocorreram após a morte do indivíduo.
4. Um outro problema que limita atualmente um marco de atuação é que podemos ter uma maior possibilidade de êxito se trabalharmos com o DNA mitocondrial (mtDNA), já que dentro de uma célula só existe um núcleo, porém possui uma quantidade significativa de mitocôndrias que são utilizadas na fecundação do óvulo. Isto supõe que neste caso trabalhamos fundamentalmente com a linhagem feminina, ainda que em casos de uma boa amostra o DNA nuclear (nDNA) é perfeitamente possível de análise.

Diferentes abordagens de estudos paleogenéticos morfológicos resultam em interpretações distintas sobre a proximidade e distância biológicas de diversos grupos pré-históricos (NEVES, 1982, 1988). Assim, dados de variáveis não-métricas e anomalias congênitas apontam para uma similaridade consanguínea significativas entre grupos. Acusa também uma homogeneidade morfológica intragrupo, permitindo assim comparações entre esses mesmos grupos, que acabam demonstrando que a proximidade morfológica é maior entre grupos próximos geográfica e temporalmente (FILIPPINI; EGGERS, 2006).

Uma outra abordagem advinda das ciências naturais que tem proporcionado uma gama de informação dentro das pesquisas arqueológicas é a genética de populações. Esta, por sua vez, dedica-se ao estudo da distribuição de frequências gênicas e de caracteres hereditários normais e patológicos nas populações humanas, bem como aos fatores que mantêm ou, em oposição, alteram as frequências gênicas ou genotípicas nessas populações.

Com base na genética de populações é possível estabelecer um modelo que permita determinar o grau de consanguinidade em uma população. Entretanto, os alelos perdidos pela ação da seleção podem ser contrabalançados pela migração de indivíduos de populações vizinhas. Sendo assim, uma vez que esteja estabelecida a taxa de migração nestas populações, esse novo componente pode ser utilizado para aumentar a precisão de modelos utilizados para explicar a dinâmica evolutiva desse grupo.

Ao utilizar meios da genética de populações, as pesquisas embasadas na paleogenética podem identificar fatores genéticos relacionados às segregações de grupos humanos através da deriva genéticas, que corresponde à variação do fundo genético, ao acaso, de geração em geração. Geralmente esta situação ocorre em populações cujo efectivo reprodutor é inferior a 100 indivíduos. Este problema pode resultar da separação de populações maiores devido a barreiras geográficas, climáticas, dentre outros. Deste modo, é fácil prever que cada uma dessas pequenas populações não contém uma amostra total do fundo genético da população original.

CONCLUSÃO

A importância da associação de estudos Paleogenéticos, em restos humanos provenientes de sítios arqueológicos, com estudos já em andamento sobre DNA antigo, encontrado em tais materiais, auxilia na interpretação de fatos e hipóteses sobre o estilo de vida, quais patologias apresentavam, como eram nossos primeiros ancestrais e como viviam.

Os achados e as possibilidades de análise hoje em Arqueologia vão muito além dos fragmentos cerâmicos, dos artefatos líticos, das representações rupestres. Análises de componentes microscópicos e mesoscópicos vão além da estrutura anatômica que vemos à vista desarmada.

Ainda no tocante à Paleogenética, o esforço para manter integradas as informações produzidas dentro de campos muito especializados e distintos, conciliar os discursos e as possibilidades de interpretação de tantos saberes, e construir modelos que de fato sejam úteis aos pré-historiadores é um grande desafio. Muito estimulante, mas também difícil, e é claro, uma prática interdisciplinar em construção.

A Paleogenética vem crescendo e contribuindo cada vez mais com a interpretação arqueológica. Oferece um grande arsenal de informações portadas pelos corpos, pela sua construção celular e pelo ambiente. Segundo Prous (1992): "Arqueologia e Genética formam um conjunto, onde deve haver um diálogo permanente.". Por fim, a Arqueologia com sua essência interdisciplinar, tem buscado fontes de informação e metodologias em outras ramificações das ciências para complementar com dados a interpretação sobre o comportamento das sociedades por meio da materialidade.

BIBLIOGRAFIA

ALT, K. W.; BRACE, C. L.; TURP, J. C. **The History of Dental Anthropology**. In: ALT, K. W.; RÖSING, F. W.; TESCHLER-NICOLA, M. (eds.). *Dental anthropology : fundamentals, limits, and prospects*. Wien, Springer: 15-39, 1998.

BINFORD, S. R.; BINFORD, L. R. **New Perspectives in Archeology**. Aldine Press, Chicago, 1968.

BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. **Standards – For data collection from human skeletal remains**. 44º Fayetteville: Arkansas Archeological Survey Research Series, 1994.

CLARKE, D. **Spatial Archeology**. Academic Press, London, 1977.

CRUBÉZY, E. **Sternal Foramina**: Problems arising from the study of a family, *International Journal of Physical Anthropology* 7: 1-7, 1992b.

CRUBÉZY, E.; SELLIER, P. Caractères **discrets et organisation des ensembles sépulcraux**. *Bull. Mém. Soc. Anthropol. Paris* t.2 (3/4): 171 - 178. 1990.

CUNHA, E.; VAN VARK, G. N. **Cálculo de funções discriminantes para a diagnose sexual do crânio**. Antropologia Portuguesa, 8: 17-37, 1990.

D'ALESSIO A. C.; SZYF. M. **Epigenetic tête-à-tête**: the bilateral relationship between chromatin modifications and DNA methylation. Biochem Cell Biol. 84:463-76. 2006.

FALCONER, D. S. **Introduction to Quantitative Genetics**. Oliver & Boyd, Edinburgh/London. 1960.

FEREMBACH, D. **Recommandation pour déterminer l'âge et le sexe sur les squelettes**. Bull. et Mém. de la Soc. d'Anthropol. de Paris, série 13, 7-45, 1979.

FILIPPINI, J.; EGGERS, S. Distâncias biológicas entre sambaquieiros fluviais (Moraes – Vale do Ribeira – SP) e construtores de Sítios Litorâneos (Piaçaguera e Tenório – SP e Jabuticabeira II-SC). Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 15-16: 165-180. 2006.

GALERA, V.; GARRALDA, M. D.; CASAS, M. J.; CLEUVENOT, E.; ROCHA, M. A. **Variabilidad de los tori orales en la población de Coimbra (Portugal) a principios del siglo XX**. Antropologia Portuguesa, 13: 121-138, 1995.

GRÜNEBERG. H. **The pathology of development**: a study of inherited skeletal disorders in animals. Wiley, London. 1963.

IGLESIAS. M. J.; ANDRÉS. C.; EDUARDO. A.; JESÚS. A.; SARA. A. **Aplicaciones de la antropología molecular a la arqueología Maya**: El caso de Tikal. En XIV Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala. Museo Nacional de Arqueología y Etnología, Guatemala (versión digital). pp.919-938. 2001.

IRISH, J. D.; NELSON. G. C. (eds.). **Technique and application in Dental Anthropology**. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

JOCHIM, M. A. **Hunter-Gatherer subsistence and settlement**: pre dictive model. Academic Press, New York, 1976.

LEROI-GOURHAN, A.; BREZILLON, M. **Fouilles de Pincevent essai d'interpretation d'un habitat megdalénien**. CNRS, Paris, 1972.

LUND, A. H.; VAN LOHUIZEN, M. **Polycomb complexes and silencing mechanisms**. Curr. Opin. Cell Biol. 16(3): 239--246. 2004.

NEVE, W. A. **Análise dos Moluscos do Sambaqui do Buracão**. Ciência e Cultura, 32, 1980.

NEVES, W. A. **Variação métrica nos construtores de sambaqui do litoral sul do Brasil**: primeira aproximação multivariada. Revista de Pré-História 4: 83-108. 1982.

NEVES, W. A. **Incidência e distribuição das osteoartrites em grupos coletores do litoral do Paraná**: uma abordagem osteobiográfica. Clio (Série Arqueológica), 6: 47-62. 1984.

NEVES, W. A. **Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil: “Paraná e Santa Catarina”**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 213pp. 1988.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Editora UnB. 1992.

SILVA, A. M. Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final-Calcolítico. Tese para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002.

SAUNDERS, S. **The development and distribution of discontinuous morphological variation of human infracranial skeleton**. Dossier 81: National Museum of Man, Mercury Series. 1978.

TANG W. Y.; HO S. M. **Epigenetic reprogramming and imprinting in origins of disease**. Rev Endocr Metab Disord. 2007;8:173-82.

TYRRELL, A. **Skeletal non-metric traits and the assessment of inter- and intra-population diversity: past problems and future potential**. In: Cox, M.; Mays, S. (eds.) Human osteology in archaeology and forensic science. London, Greenwich Medical Media: 289-306. 2000.

WHITE, T. D; FOLKENS, P. A. **Human Osteology**. Academic Press. New York, 563, 2000.

YELLEN, J. **Archeological Approaches to the Present**. Academic Press, London, 1977.

O ESPAÇO TAMBÉM EDUCA: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS PRESENTES NO BERÇÁRIO DE UMA CRECHE MUNICIPAL DE ARACAJU/SE

Autora: Viviane dos Reis Silva

Coautora: Emily Maise Feitosa Aragão

Graduandas em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe

viviannereys@hotmail.com

emily-dahora@live.com

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tacyana Karla Gomes Ramos (DED/UFS)

Introdução

As crianças são dotadas de magnitudes e especificidades, cada uma com seu jeito particular. Não há como falar em espaço e não lembrar-se do primeiro espaço habitado pela criança - o ventre de sua mãe -, lugar aconchegante, com paredes revestidas de sentidos para que esteja exatamente ali, repleto de tudo que uma criança necessita para desenvolver-se em sua plenitude.

São alguns meses de extremo conforto e segurança. Os bebês encontram-se em um lugar quentinho e escuro, a claridade dos primeiros instantes de vida os assombra, mas logo depois ao deparar-se com um mundo novo, repleto de cores e novos sentidos, os espaços os inspiram, eles são portas de entrada para as crianças experimentarem e vivenciarem situações de interação. O espaço da criança é constituído de tudo o que seus olhos conseguem ver, tocar, sentir. Os espaços vão muito além dos metros quadrados que possui, eles denotam noções de pertencimento, ocasionado pelas rotinas do dia a dia, seja em casa, no parquinho próximo à sua casa, na creche, entre outros espaços que fazem parte de sua vida.

Existem muitos estudos referentes às concepções pedagógicas que os espaços físicos das creches exprimem. O espaço é organizado e reestruturado levando em consideração o conjunto de práticas pedagógicas que irão acontecer cotidianamente naquele ambiente. A quantidade de materiais dispostos, a forma como móveis estão distribuídos na sala, à maneira como o espaço está organizado refletem como as crianças são percebidas e quais práticas são realizadas na rotina pedagógica (GUIMARÃES; KRAMER, 2009).

Compreendendo que a forma como o espaço da creche está organizado expõe o trabalho realizado com as crianças que fazem parte deste ambiente, esta pesquisa busca analisar quais as concepções pedagógicas explícitas na organização do espaço físico do agrupamento etário denominado Berçário, em uma creche municipal da cidade de Aracaju/SE. Reconhecemos que o espaço físico pode ser percebido como um educador, pois a forma como o ambiente pedagógico é organizado, poderá desencadear no desenvolvimento de aprendizagens significativas para as crianças. Diante desta defesa, fomos guiadas pelos seguintes questionamentos: Como os espaços do berçário estão organizados? Essa organização proporciona a autonomia das crianças? As crianças participam de tal organização? O ambiente é desafiador e seguro? Qual concepção de criança e de educação existente?

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se de fotografias e anotações em diário de campo como instrumento de produção de dados. O Berçário em questão atendia 14 (quatorze) crianças, com faixa etária entre 01 ano e quatro meses a 02 anos e quatro meses.

Evidências pedagógicas presentes na organização espacial do Berçário

Ao chegar à porta da sala do berçário investigado, observamos a seguinte organização interna: há um espaço com tapetes emborrachados coloridos, logo ao lado desses tapetes há um berço onde os bebês menores dormem e outro onde são guardados alguns colchonetes. Há ainda dois armários em um canto da sala e um banheiro próximo ao armário. As paredes possuem alguns murais e o teto têm alguns móveis pendurados.

A sala é ampla, possibilitando o deslocamento das crianças sem impedimentos. Um ponto positivo presente encontra-se na quantidade de berços que o espaço disponibiliza: apenas dois. A quantidade de berços é adequada, pois os bebês precisam de espaços amplos. Apesar da amplitude da sala, evidenciamos que tal organização não propicia o desenvolvimento da autonomia das crianças, pois não foi possível observar no ambiente pesquisado uma organização espacial que permita o desenvolvimento motor dos bebês, nem tampouco cantos organizados com intenções pedagógicas explícitas, mas sim espaços que não valorizam o estímulo à fantasia e as criações das crianças.

Nesse sentido, a sala investigada necessita da presença de móveis ajustados ao estímulo de desafios, onde as crianças possam explorar o ambiente e desenvolver sua autonomia motora. Portanto, encontramos em nossas observações um ambiente pedagógico que não valoriza as necessidades e motivações dos bebês, pois oferece às crianças um espaço vazio, desprovido de convites à exploração.

Concordamos com Dornelles e Horn (1998), cuja defesa consiste em organizar espaços desafiadores, onde as crianças desenvolvam sua autonomia ao passo que exploram os objetos que o compõem. Desta forma, defendemos um ambiente pedagógico cujo foco esteja voltado para a criança, pois ela deve ser considerada o centro do planejamento curricular.

As escolhas e disposição da mobília e dos materiais contribuem para determinar a qualidade do ambiente educativo em relação a um uso confortável e seguro, à oferta de uma pluralidade e continuidade de oportunidades de experiência, à criação de um contexto harmônico que possa assumir para a criança uma conotação familiar e previsível (BONDIOLI; GARIBOLDI, 2012, p. 29-30).

Os arranjos espaciais dos berçários traduzem possibilidades de aprendizagens. Espaços organizados com cores e objetos convidativos a exploração representam concepções pedagógicas que valorizam a relevância do uso da ludicidade no desenvolvimento de aprendizagens. Em contrapartida, ambientes esvaziados de objetos a serem explorados desconsideram as oportunidades imaginativas e criativas que espaços bem organizados podem propor.

Nessa perspectiva, notamos que o ambiente investigado revela carência em relação ao reconhecimento da importância que a organização dos espaços que constituem a educação infantil possui no desenvolvimento das aprendizagens das crianças. Faz-se necessário em tal ambiente pedagógico o entendimento de que ao organizar um espaço para as crianças é essencial aliar os aspectos físicos aos imaginativos. A estrutura física refere-se ao que é relevante ter, por exemplo, os brinquedos se encaixam nessa categoria, já os aspectos imaginativos diz respeito à capacidade de criação, invenção, ressignificação que a organização e disposição dos aspectos físicos poderão entusiasmar (GUIMARÃES, 2009).

Borba (2008) defende que os ambientes pedagógicos da educação infantil precisam influenciar a constituição de uma criança que seja autora do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, os espaços que englobam essa modalidade educacional devem

valorizar as diversas manifestações infantis, pois é por meio delas que as crianças expressam seus aprendizados e a necessidade de futuros desafios.

[...] as concepções que o adulto tem sobre as capacidades da criança em cada idade e os objetivos que seleciona para o seu desenvolvimento vão influenciar não apenas sua forma de estabelecer relações com a criança, como também maneira como organiza o ambiente em que esta se encontra (OLIVEIRA et. al. p. 39).

Nessa trilha de proposições, para organizar tal ambiente é necessário estar atento às descobertas de cada criança. Isso exige do adulto um posicionamento analítico a respeito das capacidades que as crianças possuem. É através de tal análise que pode-se reorganizar o espaço com foco no estímulo às ações dos pequenos e concomitantemente propor-lhes novos desafios (COUTINHO, 2013; FERREIRA, 2014).

Infelizmente, o berçário pesquisado não oferece desafios às crianças. Um ambiente desafiador é aquele que os espaços estão organizados de maneira sensível e mobilizadora para exploração e criação de situações imaginárias pelas crianças. A organização de tais espaços requer o comprometimento do educador a fim de estruturar ambientes nos quais as crianças possam criar e recriar situações lúdicas e investigativas (GUIMARÃES, 2009).

Um exemplo de espaços que possibilitam a exploração e entusiasma a criação refere-se à organização de cantos. Esses espaços podem ser organizados tendo como ponto de partida uma temática determinada. Vale ressaltar que os temas que os cantos receberão dependerão da realidade cultural de cada contexto específico, pois tais espaços permitirão que as crianças recriem situações vivenciadas por elas cotidianamente, transformando o vivido em manifestações das culturas infantis.

Em relação à exposição do trabalho realizado com as crianças do berçário pesquisado, a única exibição visível de atividade vivenciada por elas refere-se a um cartaz que contém os pés e nomes de cada criança. O cartaz encontra-se em uma altura imprópria, dificultando a visualização e exploração do mesmo. O espaço possui ainda, fixado nas paredes, uma bandeira do Brasil, um mural com as figuras geométricas, outro mural com intuito de expor os nomes dos aniversariantes do dia e um painel com a presença de duas crianças em um ambiente com flores, árvore, joaninhas, borboletas, nuvens e sol. A sala possui também um quadro com a gravura de um palhaço e o nome primavera feito com E.V.A.

A partir dos murais expostos na sala é possível interpretar que a concepção de criança existente refere-se a alguém que não é levada em consideração na hora da organização do planejamento pedagógico. Chegamos a tal conclusão por entender que os bebês não possuem maturidade suficiente para entenderem os significados das figuras geométricas expostas na sala. Esse tipo de informação é desnecessário, pois não representa às reais necessidades que esse agrupamento etário possui. A presença de tal conteúdo exposto de forma clara expõe uma concepção de educação infantil atrelada à ideia de preparação para o ensino fundamental.

As escolas de educação infantil têm na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário (HORN, 2004, p. 61).

Ficou evidente que as crianças não participam da organização do espaço físico da creche, pois esses espaços não demonstram terem sido organizados com foco nas necessidades e interesses delas, visto que, os mesmos não explicitam intencionalidades pedagógicas atreladas à faixa etária que se destina.

As crianças devem ser reconhecidas como atores sociais competentes. Suas mais diversas expressões devem ser acolhidas e estimuladas desde a mais tenra idade. Os bebês conseguem explicitar seus interesses e motivações apesar das suas limitações motoras e linguísticas. Para entender suas “vozes”, cabe ao adulto aguçar a sensibilidade para entendê-las. Seus gestos, balbucios, olhares, palavras, movimentos, exprimem as reais necessidades que este agrupamento etário possui, pois demonstram os reais interesses existentes (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2004; BRASIL, 2009).

Nesse sentido, organizar e perpetuar uma educação infantil que preze pela qualidade do atendimento oferecido às crianças requer uma postura atenta e sensível do educador para as demandas que cada faixa etária possui. Educar crianças demanda educar o próprio olhar para conseguir notá-las e interpretá-las por meio dos menores detalhes oferecidos. Como nos orienta Guimarães (2009, p. 93-94) “[...] educar é escutar o outro-criança, mobilizando ampliações de suas possibilidades de exploração do mundo.”.

Conclusão

Evidenciamos que o Berçário investigado precisa organizar-se de maneira desafiadora, pois a estrutura física da sala observada não promove aprendizagens significativas para os bebês. Nesse sentido, a organização de tal espaço requer o comprometimento dos educadores,

cujo foco pedagógico busque planejar arranjos espaciais onde as crianças possam criar e recriar situações lúdicas e investigativas. Para isso, se faz necessário que o adulto profissional organize os espaços do Berçário atento às descobertas, interesses, necessidades e motivações das crianças de forma a propor desafios ajustados ao alcance dos bebês.

Diante de tais considerações, acreditamos que a organização dos espaços da creche vai além das questões relacionadas à estética do ambiente, seus espaços representam e refletem as intencionalidades pedagógicas existentes. (HORN, 2004).

O ambiente físico exerce uma grande influência sobre a maneira como as pessoas que trabalham em creches percebem o seu trabalho, e também sobre a qualidade das experiências que elas são capazes de oferecer às crianças. Prédios espaçosos e mais bem planejados tornariam a vida mais fácil para todos (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2006, p. 33).

Não basta erguer paredes, mas pensar e fazer espaços regados de sentidos para o universo infantil, as crianças precisam ser percebidas diante as necessidades e desejos que expressam. O professor é o grande responsável por perceber as especificidades, buscando por meio das observações feitas durante a rotina pedagógica aperfeiçoar seu trabalho, organizar o ambiente com intuito de estimular as aprendizagens das crianças.

O trabalho realizado com as crianças na creche deve ser uma tarefa de extrema parceria, as crianças necessitam ser percebidas como ponto de chegada e saída para organização pedagógica, assim como para a estruturação dos espaços que compõem toda a arquitetura da instituição.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir para reflexões sobre a relevância de pensar o espaço da creche também como educador. Portanto, ele precisa ser articulado a concepções pedagógicas que prezem pelo desenvolvimento da criança de modo seguro e desafiador.

Referências Bibliográficas:

- BONDIOLI, Ana; GARIBOLDI, Antônio. A vida cotidiana na creche. In: BECCHI, Egle et. al. **Ideias orientadoras para a creche:** a qualidade negociada. Campinas, SP: Autores associados, 2012.
- BORBA, Angela Meyer. As culturas da infância no contexto da educação infantil. In: VASCONCELLOS, Tânia de (organizadora). **Reflexões sobre Infância e Cultura.** 1ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008.

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. CNE/CEB. Parecer n. 20/2009. Brasília, 2009.
- COUTINHO, Angela Scalabrin. A prática docente com bebês. **Pátio** – Educação Infantil. Porto Alegre. Ano XI, n. 35. p. 8-11, abr/jun 2013.
- DORNELLES, L. V.; HORN; M. G. S. A organização das atividades no tempo: rotina. In: CRAIDY, C. M. (Org.). **O educador de todos os dias**: convivendo com crianças de 0 a 6 anos. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- FERREIRA, Ana Rachel. Bebês são capazes de aprender muito: para isso, precisam ser estimulados e desafiados a encarar novas vivências. **Revista Nova Escola**, ano 29, n. 273. p. 33-41, Junho/Julho, 2014.
- GOLDSCHIED, Elinor; JAKSON. **Educação de 0 a 3 anos**: o atendimento em creche. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GUIMARÃES, Daniela. A Educação infantil: espaços e experiências. In: CORSINO, Patrícia (org.) **Educação infantil**: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- _____; KRAMER, Sônia. Nos espaços e objetos das creches, concepções de educação e práticas com crianças de 0 a 3 anos. In: KRAMER, Sônia (Org.). **Retratos de um desafio**: crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Ática, 2009.
- HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes; MELLO, Ana Maria; VITORIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Creches**: crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- SOARES, Natália Fernandes; SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina. **Investigação da infância e crianças como investigadoras**: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal. p. 16-20, agosto, 2004.

O ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA UMA VOZ SEM NOME? (ARACAJU/SE)

Autor: Albaney Dias de Santana

Graduado em Letras/UFS

Graduando em Pedagogia/UFS

Pesquisador IC, bolsista PICvol/UFS

albaneysantana@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros
(PPGL/DLEV-UFS)

Introdução¹

Devido aos problemas que têm permeado o ensino de Língua Portuguesa (doravante LP), nesta pesquisa, buscamos investigar esse ensino na concepção da Análise do Discurso (doravante AD), a fim de entendermos por que os professores dessa disciplina continuam elegendo como eixo e norte a Gramática Normativa (doravante GN). Para a coleta de dados, escolhemos a pesquisa qualitativa fenomenológica, uma vez que transfere o pesquisador para um ambiente familiar, tendo como técnica a entrevista narrativa. Esta se faz a partir do relato de experiência dos sujeitos investigados, no que diz respeito à escolha da carreira de docência. Foram realizadas entrevistas narrativas com professores que lecionam no município de Aracaju/SE.

Durante a realização deste trabalho, tentamos responder às seguintes perguntas norteadoras: *há um modelo de ensino de Língua Portuguesa institucionalmente marcado? Qual a representação que o professor de LP faz do ensino? Qual a relação entre o ensino de GN e a manutenção dos corpos disciplinados* (FOUCAULT, 1997)?

O aporte teórico deste trabalho está pautado nos postulados de Foucault (1997), para quem a escola é uma instituição que disciplina os sujeitos, a fim de torná-los corpos dóceis, nesse aspecto, a escola corrobora a formação da docilidade. A partir de Câmara Júnior (1975), observamos o início do estudo do *certo* versus o *errado*; conforme Bourdieu (1996), estudamos a legitimação da língua, numa perspectiva da sua relação com o poder; Gnerre

1- É importante ainda mencionar que contamos com a colaboração Nicaelle Viturino dos Santos de Jesus que participou do nosso grupo de estudos como voluntária. Agradecemos, portanto, a valiosa participação neste trabalho.

(1991), por sua vez, aborda as relações de poder quanto à língua e à escrita; Foucault (2003) investiga os procedimentos de controle dos discursos. Também contamos com a contribuição de Orlandi (2007), para quem o silêncio é fundante; o silenciamento, fruto de práticas políticas e ideológicas. Mariani (2001) que, na relação linguagem-historicidade, relata-nos o processo da constituição de uma memória (do Brasil) produzida a partir da ótica portuguesa, uma inobservância da língua e realidades brasileiras e um apagamento das línguas indígenas, da língua geral, do ‘português brasileiro’. Cria-se uma memória da língua portuguesa no Brasil, a fim de evitar (utilizando o português da metrópole) fuga de sentidos que fere as normas portuguesas.

1. A legitimação da língua na sociedade

Câmara Júnior (1975), historiando os estudos acerca da linguagem, postula que a invenção da escrita constituiu uma nova atitude social que fez com que o pensamento humano começasse a se interessar pelas maneiras como o ser humano fala e pelos mecanismos da linguagem. O advento da escrita foi, portanto, primordial para que o homem buscasse estudar a linguagem. Assim surgiu um novo clima na vida social em relação à linguagem. Ainda segundo esse linguísta, vários fatores sociais e culturais marcavam a observação acerca dos vários falares existentes. Inicialmente, a diferenciação de classes, de linguagem colaborou para tal marcação, uma vez que consistia em uma marca do *status* social. Logo, as classes sociais "superiores" tentaram preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes "inferiores". Os traços das elites são, então, considerados “*corretos*”; passa a existir um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Enquanto os traços das classes subalternas² são considerados “*errados*”. Nesse contexto, o estudo da linguagem surgiu a fim de conservar-se inalterada a linguagem “*correta*” das classes "superiores" em seu contato com os outros modos de falar dentro dessa sociedade. Sucedeu-se, com efeito, o estudo tradicionalmente chamado de *gramática*, ou seja, *o estudo do certo e errado*.

Bourdieu (1996), quando analisa a questão da norma, adota o ponto de vista que insere a linguagem nas relações de poder vigentes numa dada realidade. Afirma, então, que existe uma *língua oficial*, a qual está baseada na gramática normativo-prescritiva, aceita por um conjunto de “*sujeitos falantes*”. Isso ocorre porque essa língua se beneficiou das condições institucionais necessárias para que houvesse a sua codificação, a sua imposição, reforçando a autoridade que fundamenta sua dominação. Nesse caso, a língua é “um código, no sentido de

² Termo utilizado por MOITA LOPES, em “Oficina de Linguística Aplicada”. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

cifra que permite estabelecer equivalências entre sons e sentidos mas também na concepção de sistema de normas que regem as práticas linguísticas.” (BOURDIEU, 1996, p. 31-32) Essa língua oficial, legítima, no dizer de Bourdieu (1996, p. 35), é legitimada por instituições, quais sejam a família, a escola. Nesse contexto, o mestre-escola se constitui o mestre do falar e do pensar, pois ensina uma mesma língua para alunos que só a conhecem de modo confuso e, dessa forma, constroem a consciência comum da nação. E acrescenta:

“Contudo, o papel mais determinante na desvalorização dos dialetos e na instrução da nova hierarquia dos usos linguísticos é exercido pela relação dialética entre a escola e mercado de trabalho, ou melhor, entre a unificação do mercado escolar (e linguístico), (...), e a unificação do mercado de trabalho (...). (BOURDIEU, 1996, p. 36)”

Gnerre (1991, p. 10), por seu turno, advoga: “[...] a língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade”. No que concerne ao ensino de línguas, a Gramática Normativa cria um esqueleto mais forte e homogêneo. Ainda consoante Gnerre (1991, p. 20): “[...] a Gramática Normativa é o elemento privilegiado nesta linha direta de poder absoluto”. O referido autor, então, defende que a sistematização aparece quando há a dominação de um pensamento autoritário. Os dicionários, por seu turno, considerados inventários de signos legitimados, fornecem aos vocábulos uma existência abstrata dos signos. São instrumentos centrais no processo de legitimação, pois o *corpus* de uma língua é construído na medida em que sanciona a aceitação de itens lexicais já realizados na própria língua. Gnerre (1991) continua ressaltando que o poder da palavra está presente na sociedade, através de um conjunto de crenças, de valores aceitos, *codificados pelas classes dominantes*. Nesse aspecto, a língua constitui um *arame farpado mais poderoso para bloquear* o acesso ao poder. Contrariando essa perspectiva, temos que levar em conta os conhecimentos extralinguísticos (históricos, sociopolíticos, ideológicos) para o acesso à compreensão, à produção de sentido. Com relação aos aspectos abordados, é importante pensarmos que a instituição escola é responsável por divulgar tanto a GN, considerada por Gnerre (1991) a *corporificação do poder absoluto*, como os valores *codificados pelas classes dominantes*.

1.2. A Institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII

A língua legítima não tem poder de garantir a sua própria perpetuação. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma criação continuada, uma produção especializada. Essas são capazes de assegurar a permanência da língua legítima, de seu valor. Tais produções podem ser afirmadas por escritores, com o propósito de expressar a arte de escrever; por instituições, organizadas para essa finalidade; pelo sistema escolar.

Guimarães (1996) considerando fatores de ordem política e institucional subdivide a gramatização brasileira. Recorre ao recorte histórico que considera, não unicamente as datas, mas a produção de sentido (historicidade) enquanto fator delimitativo. Nesse sentido, dividem-se os estudos acerca do português no Brasil em dois grandes blocos: no primeiro recorte, os estudos são direcionados buscando uma distinção entre o português do Brasil e o de Portugal. Destarte, as ideias linguísticas no Brasil defendem o embasamento da escrita a partir da oralidade dos falantes do Português do Brasil. Inclui-se, também nesse período, a criação da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), enquanto uma ação governamental, objetivando uma unidade terminológica para as gramáticas escolares no Brasil. No segundo recorte, situam-se os estudos que buscam nos textos clássicos a norma gramatical. Destaca-se aí a posição adotada, tendo em vista a unificação da língua nos países que falam o Português. Atentamos aqui para a questão política embutida na questão da unidade da língua escrita.

Mariani (2001) citando (ORLANDI, 1996) e sobre a política pombalina, nos conta que a reforma pombalina atua como censura, pois modifica a relação com uma diferença existente no dizível da brasilidade que se firmava. O Diretório intervém na formação da identidade linguística brasileira, já que visa impedir a brasilidade de enunciar-se de dentro da formação discursiva que lhe é própria. De qualquer forma, as raízes desse português-brasileiro continuaram resistindo e produzindo efeitos no dizível possível.

Por fim, Guimarães evidencia, então, que a reflexão sobre a gramatização do português no Brasil, teve início a partir da segunda metade do século XIX. O movimento de gramatização no Brasil surge como um procedimento de independência de Portugal e está associado a uma militância, seja em defesa da diferenciação ou do purismo do português. Assim, percebe-se que tal movimento é de cunho contraditório no sentido de que no Brasil a língua portuguesa é deturpada e não se fala corretamente.

As relações poder/saber ficam evidenciadas no processo de institucionalização da Língua Portuguesa, pois a institucionalização lembra à norma e a norma nos encaminha à disciplina.

1.3. Disciplinarização dos corpos dóceis na instituição escolar

Foucault (1997) discute as formas de penalidades, instauradas pela sociedade do direito, na sociedade disciplinar, no sentido de punir, corrigir. Tais penalidades ocorrem, inclusive, na instituição escolar, a partir dos castigos, no exame. Toda essa história nos possibilita situar a escola também como uma instituição que transforma os indivíduos em corpos dóceis, a partir do poder disciplinador. Nessa perspectiva, convém citar o regime imposto nos Colégios - espaço e tempo são determinados para todos os alunos de todas as classes, em um regime rígido. O exame, por fim, é considerado o resultado de todas as técnicas disciplinares: reúne a vigilância, a sanção, o controle de tempo, de espaço, enfim, uma forma de classificar, punir e corrigir. A escola, enquanto uma instituição em que há disciplina, vigilância e punição, controla o corpo, o tempo, o exame. Ou seja, utiliza-se de todas as técnicas para tornar os estudantes *corpos dóceis*, obedientes às ordens. Esses métodos formam, segundo Foucault (1997), uma política de coerções.

1.4 O discurso: poder e silenciamento

Para Foucault (2003), na sociedade, a produção do discurso é controlada. Consequentemente, há delimitação do funcionamento do discurso; haja vista o jogo de poder e do desejo relacionado a ele. Citamos, aqui, a *interdição*, a proibição da palavra, uma vez que o referido filósofo defende que nem todos podem enunciar quaisquer discursos em qualquer lugar. Com efeito, o discurso é *interditado* para alguns sujeitos. Isso tem a ver também com outro procedimento de fechamento do discurso: a busca do discurso *verdadeiro* (a oposição entre o *verdadeiro* e o *falso*). Somente a alguns é delegado o direito de enunciar o discurso *verdadeiro*.

A disciplina consiste em um conjunto de verdades e é veiculada institucionalmente. Nesse caso, chamamos a atenção para a transformação do português, língua de circulação, em disciplina, a Língua Portuguesa. Consequentemente, ela é convertida em um conjunto de verdades, corporificada pela GN. Essa transformação, por sua vez, é considerada como verdade absoluta, corroborando o discurso acerca do *certo* e do *errado*.

Para o referido filósofo, há ainda um grupo de controle dos discursos. Nesse grupo, encontra-se o que ele denomina de *sociedade do discurso*, cuja função é preservar e controlar os discursos. Com relação a esse grupo, entendemos que os professores de LP compõem uma *sociedade de discurso*, com a função de preservar a LP, enquanto um *conjunto de verdades*, uma disciplina uma vez que, de certa forma, “propagam” as normas gramaticais (GN) como se estas constituíssem uma verdade absoluta acerca da língua. Nesse contexto, há o silenciamento dos estudantes, na medida em que têm que repetir esse *conjunto de verdades*. Consequentemente, esses profissionais negam as características da língua: histórica e dialógica. Destarte, essa perspectiva de ensino silencia as vozes dos sujeitos partícipes da educação, no caso, o estudante, negando-lhe a criatividade e impondo-lhe o mesmo. Finalmente, trazemos à tona o argumento de Foucault (2003, p. 44) sobre a educação: “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Por conseguinte, admitimos que o sistema de educação exerce um poder sobre os discursos nele circulados.

1.5. As formas do silêncio e silenciamento

No movimento dos sentidos, o silêncio desvela a ilusão referencial da linguagem. Pois, conforme Orlandi (2002, p. 33): “[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é. Pensar o silêncio é pensar a descentração do verbal. Sendo assim, o silêncio é condição para a significação, para a produção de sentido”. Consideramos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível. Pois não se busca sua aparição direta, através das marcas, mas pistas, traços, conjecturados no cerne da história. Só é possível observá-lo indiretamente através de métodos (discursivos) históricos, críticos, des-constructivistas (ORLANDI, 2002, p.47).

Orlandi (2007) procura explicitar os sentidos do silêncio enquanto linguagem. O silêncio fundante, a política do silêncio/o silenciamento no discurso. Consoante Orlandi (2007), o primeiro é a matéria prima, a parte fundamental do discurso, uma vez que tem primazia sobre as palavras. O silêncio não está disponível visivelmente. O silêncio significa. Os sentidos, por sua vez, são reproduzidos em forma de silêncio, estão carregados de outros sentidos possíveis, porém não ditos. Em relação ao segundo (a política do silêncio, o silenciamento), a autora o define como a censura, como a proibição de certos discursos impedindo o sujeito de circular em determinadas regiões do dizer nas diferentes ordens

sociais: política, moral, estética, religiosa entre outros. O silêncio imposto significa uma interdição no nível de circulação e elaboração histórica dos sentidos, impossibilitando o processo de identificação dos sentidos do sujeito e seu processo histórico.

2 Metodologia

Conforme os objetivos da pesquisa, investigamos a imposição da Gramática Normativa na escola, observando-a sob a perspectiva da interdição, no *domínio do historicamente não-dizível; o da constituição* (ORLANDI, 2007). Em outras palavras, investigamos se o ensino da GN está interdiscursivamente demarcado; uma voz sem nome (FOUCAULT, 1997b, 2003) que interdita outros objetos de ensino como centrais, no lugar da GN. Quando nos debruçamos para uma investigação cujo questionamento está pautado no interdiscurso (o já dito e esquecido), entendemos que os sentidos / os discursos produzidos na atualidade (intradiscurso) decorrem de constantes retomadas discursivas acionadas por uma *memória discursiva*. Nesse contexto, compreendemos a história sob a perspectiva da produção dos sentidos; é mediante o discurso que a história deixa de ser cronologia e passa a ser sentido. Como bem esclarece Orlandi (2008, p. 42):

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos.

Com base na referida linguísta, entendemos que, para compreendermos os processos de significação referentes ao discurso acerca da Gramática Normativa, precisamos conhecer quais dizeres dão sustentação a sua formulação no contexto atual, ou seja, quais discursos constituem o imaginário da nossa sociedade no que concerne ao ensino da gramática. Em outras palavras, é necessário remetermos a materialidade discursiva ao interdiscurso, “[...] lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio da memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito” (ORLANDI, 2008, p. 49).

Para a coleta de dados, empregamos a entrevista narrativa. Nela os professores explanam a experiência em sala de aula, os métodos utilizados. Quanto à transcrição dos *corpora*, utilizamos os estudos de Marcuschi (1986).

3 Análise dos corpora

Como citado anteriormente, realizamos entrevistas narrativas com os professores que lecionam em Aracaju- SE.

Para analisarmos discursivamente as suas falas, observaremos as perguntas norteadoras, quais sejam: há um modelo de ensino de LP institucionalmente marcado? Em que medida os discursos acerca da GN interferem no ensino de LP? Qual a representação que o professor de LP faz do ensino? Qual a relação entre o ensino de GN e a manutenção dos *corpos disciplinados* (FOUCAULT, 1997a)?

/.../ e justamente com língua portuguesa (+) incluindo redação (+) e:h língua portuguesa no caso gramática e literatura (+) /.../

Notamos na fala do professor uma associação de língua portuguesa como as normas gramaticais, separando em apartados distintos o ensino de literatura e redação. Guimarães (1996) menciona que a institucionalização da língua nacional brasileira foi como uma ação que primava pelo ensino metalinguístico e homogeneizador.

/.../ PARÓDIAS que ai já trabalho o texto na intertextualidade NÉ" que a paródia é um um exemplo da intertextualidade e dentro dessa intertextualidade tinha justamente esse tema da importância do voto (+) e foi (+) e:h robolation (+) que seria a paródia do Léo Santana que é na linguagem deles/.../

Ao mencionar o tipo de linguagem, sem especificação, e associar a linguagem da paródia “robolation” à linguagem dos seus alunos, verificamos como a docente matem uma posição disciplinadora em relação aos mesmos. É perceptível que a posição ocupada pela professora lhe confere um saber/poder linguístico diferenciado do utilizado pelos alunos e a paródia “robolation”. Em Foucault (2003), deparamos com o “poder e silenciamento”. Ao cercear a linguagem dos alunos, compreendemos que nem todos podem enunciar quaisquer discurso em qualquer lugar. Com isso, o discurso é interditado para alguns sujeitos.

/.../ a gramática dentro do texto por exemplo (+) anúncio publicitário ou então (++) essa semana eu dei uma aula sobre variedade linguística (+) pra isso eu trouxe (+) algumas músicas du du (+) daqui do Nordeste (+) e algumas situações vivenciadas lá no sudeste eles tiveram que fazer uma comparação (+) de algumas palavras que eles conhecem aqui no nordeste mas que não conhecem (+) lá no sudeste (+) então eu tive trouxe um slí:de ((slA:ide)) dizendo todas expressões (+) juntamente com a música bem nordestina (+) na a valorização da cultura popular (+)/.../

A práxis da professora em sala de aula, não é legítima. Ao solicitar aos alunos que através da intertextualidade comparem a linguagem nordestina e à da região sudeste, a professora evoca o já dito e esquecido. Orlandi (2002) citando M. Pêcheux (1975), relata-nos que o esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento, chamada de

“ilusão referencial”; assim, faz-nos acreditar que existe uma relação direta entre o pensamento e a linguagem do mundo. Entretanto, há um esquecimento que nos afeta pela ideologia e este nos permite pensar que somos a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. A “valorização da cultura nordestina”, no discurso da docente, revela-nos esse esquecimento ideológico. E ao ensinar língua portuguesa através dessa prática, a professora aciona o seu interdiscurso, ou seja, como diz Coutrine (1984) fala uma voz sem nome.

/.../Atualmente de uns cinco ano/ anos para cá eu ando trabalhando com tecnologia até porque a escola oferece (+)todo um aparato com o mundo digital tablets aparelhos celular e como nós somos professores de língua portuguesa a gente sabe que:: nós temos um leque para trabalhar então eu tenho essa facilidade de trabalhar por exemplo música e:h filmes a eh publicidade em rela/ DENTRO dentro dessas desses textos a gente trabalha a gramática (+)e:h eu trabalho assim dessa forma /.../

As instituições escolares vivem uma era de revolução, são dotadas de aparatos tecnológicos que podem auxiliar na aquisição do conhecimento. Esse compartilhamento do saber através da tecnologia, apresenta-nos uma nova visão, afastando-nos daquela velha ordem tradicionalista. Na verdade nos enganamos, ao discursar sobre o uso das tecnologias em sala de aula, o docente em questão nos deixa evidente que a metodologia, utilizada em sala de aula continua a mesma, apenas houve uma nova forma de (como apresentar) o ensino de língua portuguesa. Notamos que o discurso sobre o ensino de língua portuguesa não se modifica. O que ocorre é um ludibriamento, uma mascaração do velho através novo ensino de língua portuguesa. Orlandi (2002) comenta que os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Numa outra abordagem, comenta que não há discursos que não se relacione com outros. Dessa forma, o ensino de língua portuguesa tem corpo, tem voz, mas não tem nome.

4 Considerações finais

Contamos com as ideias de Foucault (1997, 2003), no que se refere à disciplinarização dos corpos, ao controle dos discursos, o silenciamento. Observamos que a escola, enquanto uma instituição em que há disciplina, vigilância e punição, controla o corpo, o tempo, o exame. Ou seja, utiliza-se de todas as técnicas para tornar os estudantes *corpos dóceis*. A escola ainda é responsável por divulgar tanto a GN, considerada por Gnerre (1991) a *corporificação do poder absoluto*, como os valores *codificados pelas classes dominantes*. É

nesse ponto que tentamos inter-relacionar os postulados desse pesquisador com os de Foucault (2003).

Os professores de LP, por sua vez, compõem uma *sociedade de discurso*, com a função de preservar a LP, enquanto um *conjunto de verdades*, uma disciplina. Consequentemente, eles negam as características da língua: histórica e dialógica. Nesse contexto, há o silenciamento dos estudantes, na medida em que têm que repetir esse *conjunto de verdades*. O ensino da gramática é defendido por um determinado sujeito, em um determinado momento, com a semicompreensão deste. As normas/regras reproduzidas, antes, já foram esquecidas e são acionadas pelo sujeito enunciador segundo as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa está institucionalmente marcado, sendo constantemente mascarado por novas metodologias.

Referências bibliográficas

BARROS, M. E. de R. de A. B. **As marcas da polifonia na produção escrita de estudantes universitários**. Tese (doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 2007.

BAUER, Martin & JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: Bauer, Martin & Gaskell, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Trad. de Sergio Miceli (*et ali*). São Paulo: Edusp, 1996.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1975, p. 9 - 14.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997b.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Almeida Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 2003.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, poder e discriminação**. In:___ Linguagem, escrita e poder. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. P (org). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: editora Pontes, 4ª edição, 2002.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: editora da UNICAMPI, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)

Autora: Maria Aline Matos de Oliveira

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID/CAPES

aline_hist2010@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

I- INTRODUÇÃO

Instaurada a Ditadura Civil- Militar no Brasil – 1964, retirar-se o direito de liberdade da sociedade Brasileira em diversos aspectos: Com a proibição e organização dos partidos políticos, censura à imprensa, repressão aos movimentos sindicais e estudantis. Segundo Ana Rita Fonteles “A implantação da nova ordem veio seguida de prisões, torturas e suspensão de garantias legais como o habeas Corpus” (2012:54).

Contrapondo ao sistema vigente, grupos de esquerda influenciados pelas Revoluções de Cuba e Vietnã se mobilizaram contra o regime ditatorial e formaram no Brasil a ação Libertadora Nacional (ALN), O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o partido Comunista do Brasil, entre outros. Esses grupos foram duramente perseguidos e reprimidos, principalmente com a Instauração do AI-5(Ato Institucional número 5), foi um período com altos índices de desaparecidos, exilados, torturados e mortos.

A luta pela redemocratização do País tem maior ênfase na década de 1970, com o apoio da Comunidade Eclesial de Base (CEB's) da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil, e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Esses movimentos sociais estavam unidos em prol da liberdade na política Brasileira. Diante desse contexto surge em São Paulo o Movimento Feminino Pela Anistia em 1975, fundado por Therezinha Godoy Zerbini esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, que teve seus direitos políticos cassados com a repressão do regime. O movimento se expandiu pelo Brasil formando em alguns estados comitês femininos. Essas mulheres que ousaram lutar contra o regime ditatorial formaram em Sergipe o Comitê feminino pela Anistia em 1978. José Carvalho do Nascimento publicou no blog café história, uma análise sobre os 30 anos da Anistia. Segundo ele, o MDB em Sergipe se organizou articulando-se com a Bahia, mediada pela professora Universitária Núbia Marques que mantinha contato com o sociólogo Joviniano Carvalho Neto principal líder do núcleo de Salvador. Dessa forma surge em abril de 1978 o Comitê feminino pela Anistia em Sergipe, composto por mulheres, esposas de presos políticos, como Ana Cortes, Ada Augusta

Celestino Bezerra, Laura Marques, Josefa Naide Barbosa, Giselda Moraes, Zelita Correia Núbia Marques.

Ao selecionar o *Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe* como pesquisa histórica, utilizo como base teórica os usos de memória representada por Le Goff. Resgatar a memória das mulheres sergipanas que formaram o comitê feminino pela anistia. É o que propõe essa pesquisa. Demonstrando com o auxílio da memória e história oral acontecimentos e fatos que foram importantes para a história política e social sergipana. As principais fontes do trabalho serão as entrevistas feitas com as integrantes do comitê feminino pela anistia e o jornal Gazeta de Sergipe em 1978. Por meio destes que pretendemos construir a pesquisa, buscando explicitar o papel da mulher na política Sergipana, o objetivo principal da formação do comitê, e os medos e anseios sofridos por elas, visto que estava vivenciando na época uma ditadura civil-militar.

II- ANISTIA, EM BUSCA DA LIBERDADE.

A origem da Anistia segundo Glenda Mezarroba (2006), remota na história desde a Grécia antiga. O primeiro registro é datado de 403 a.c, na cidade de Atenas concedida aos envolvidos na Guerra Civil do Paloponos. Derivado do substantivo grego *amnestia*, anistia significa esquecimento e redenção. Mezarroba afirma que a anistia é

Comumente definida como ato pelo qual se extinguem as consequências de um fato punível e, em resultado, qualquer processo sobre ele, em sentido político e inspirado em razões de estado a anistia é ordinariamente adotada para a pacificação dos espíritos após motins e revoluções ou para por fim a guerras civis e revoluções (2006:11).

Em diversos conflitos e insurreições da história mundial a anistia foi utilizada como um “remédio” para acalmar os ânimos. No Brasil não foi diferente, ela foi utilizada em momentos importantes da história nacional. “a tradição foi inaugurada com a anistia de 1654, quando nativos e portugueses que colaboraram com a ocupação holandesa na capitania de Pernambuco foram beneficiados” (MEZAROBBA, 2006:12).

Em 1822 Dom Pedro I anistiu todos os presos ou em processos logo após a Independência do Brasil. No Governo Provisório de Getúlio Vargas em 1930, todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram nos movimentos revolucionários foram anistiados. Em diversos momentos da história do Brasil a lei da Anistia foi recorrida. Mas uma das principais manifestações da sociedade a favor dessa lei foi na década de 1970, com movimentos sociais que lutaram em prol da democracia e da libertação do Brasil da ditadura

civil-militar. “a princípio, a anistia de 1979 assemelha-se a várias outras promulgadas no decorrer da história brasileira, no entanto, guarda algumas diferenciações em relação aos demais. Uma delas como fruto de uma ditadura militar que já duravam duas décadas, nenhuma outra situação de exceção no Brasil do século XX durou tanto tempo e nem teve a mesma repercussão social” (GONÇALVES, 2009:32).

Há uma diferença imensa na lei da anistia de 1979, a sociedade brasileira juntamente com o movimento feminino, o comitê nacional pela anistia, OAB (ordem dos advogados do Brasil) e outros órgãos de atuação, lutaram a favor da redemocratização do Brasil e em prol de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

A temática da história de gênero pesquisada por historiadores surgiu principalmente com a história cultural, Segundo Rachel Soihet “a história cultural preocupada com as identidades coletivas, escravos, pessoas comuns, pluralizam-se os objetos da investigação histórica nesse bojo, as mulheres são alçadas a condição de objetos e sujeitos da história” (1997:399). A nova História possibilita uma análise inovadora de diversos temas comuns e as mulheres tornaram-se objetos de estudo.

Ana Rita Fonteles em seu livro *Jogos de Memória: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará*, aborda o contexto da luta das mulheres no movimento pela anistia.

O movimento esteve na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa aberta dos presos políticos, na sua luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, além de dar aporte jurídico e apoio a familiares, na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos. (2012:23)

O movimento feminino pela Anistia teve um papel fundamental no processo de redemocratização do Brasil, com o apoio de diversos grupos sociais foram às ruas em todo o Brasil com faixas e protestos exigindo a liberdade aos presos políticos exilados e uma lei da anistia ampla e geral.

Therezinha Godoy Zerbini, esposa do General Euryale de Jesus Zerbini atingido pela repressão do Golpe Militar, funda em 1975 na cidade de São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, composto por mulheres que estiveram na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa dos presos políticos, dando apoio aos familiares na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos. Inicialmente o movimento é formado por 10 mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. Depois se espalha por diversas capitais brasileiras e formam movimentos

femininos em prol da Anistia em Minas Gerais, Ceara, Salvador, Sergipe, Rio Grande do Norte.

A primeira ação do Movimento foi à elaboração de manifesto em defesa da anistia. “o manifesto serviu de espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país” (FONTELES 2012:62). Foram enviadas cartas com o texto do manifesto convidando as mulheres para participarem dessa campanha. Segundo Ana Rita Fontelles:

Zerbini idealizadora do Movimento participou ativamente dos momentos de implantação, está presente na condução política do MFPA, na fundação dos núcleos e influencia na escolha de dirigentes na escolha de atos públicos e na redação de periódicos e documentos (2012:63).

O movimento feminino tem características próprias, elas podiam ficar mais a vontade para desenvolver atividades autônomas ganharia credibilidade por sua neutralidade e ausência de objetivos políticos. Fundado no ano internacional da mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculina. Segundo Fontelles a ação política do movimento foi pautada em alianças com Igreja Progressista e o contato com os núcleos estaduais do MFPA³, visita a câmaras municipais e assembleias, o acolhimento dos políticos e a repercussão do movimento eram sempre registrados em documentos e boletins.

Com o movimento Feminino em prol da anistia, houve uma repercussão nacional, as mulheres garantiam a ligação dos presos com o mundo exterior, auxiliavam nas discussões políticas, tornavam-se portadoras de memórias clandestinas. “isso não implicou, no entanto em liberdade total de ação, como foi visto, elas também foram vítimas de vigilância e perseguição de diferentes maneiras” (FONTELES, 2012:258).

III- MEMÓRIA E REPARAÇÃO, A LUTA FEMININA PELA ANISTIA EM SERGIPE.

O Movimento feminino pela anistia em Sergipe surgiu no ano de 1978, mediado pela Professora Universitária Núbia Marques, que mantinha contato com o sociólogo Joviniano Carvalho Neto principal líder do núcleo de Salvador. O movimento foi formado por mulheres, esposas, familiares de presos políticos, destacamos as personagens dessa luta como Ana Cortes, Ada Augusta Celestino Bezerra, Laura Marques, Josefa Naide Barbosa, Giselda Moraes, Zelita Correia e Núbia Marques.

³ MFPA- Movimento Feminino Pela Anistia

Retratar a memória dessas mulheres que lutaram pela liberdade dos presos políticos e na verdade um acerto de contas com o passado. A utilização da memória não significa simplesmente uma narração de fatos ocorridos no passado. Ela representa a busca e a construção dos fatos históricos vivenciados pelos protagonistas, cujo valor não está somente no ontem, mas também, no presente. Segundo Le Goff, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar a identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (2003:57).

Ao deslocar o olhar para o passado, estando no presente à memória busca relatar os fatos e acontecimentos como forma de preservar ou construir identidades, culturas, como também buscar justiça. “A memória, onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (Le Goff, 2003:477).

Segundo Michael Pollak a memória é a sobrevivência de lembranças traumatizantes, que esperam o momento durante tempos confinados ao silêncio e transmitidos de uma geração a outra oralmente. A história oral dialoga com diversas esferas das ciências sociais como a antropologia, sociologia, psicologia, apresentando um caráter interdisciplinar. “a história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma escrita não apenas subjetiva, mas, sobretudo literária”. (POLLAK, 1989:210). A história oral não consiste em narrar um simples relato de vida, mas, principalmente funda-se em produzir conhecimento histórico e científico.

Segundo Cleidson Vieira em entrevista realizada com uma das Protagonistas do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, Zelita Correia afirma, que tudo começou quando Giselda e Ada Augusta voltaram do Congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ao chegar a Sergipe convidaram essas mulheres para se juntarem a luta nacional com a formação de um comitê Feminino em prol da Anistia e em apoio aos outros comitês formados nos outros estados.

Ela relata que a organização do Comitê no estado se caracterizou por reuniões fechadas geralmente eram realizadas nas casas dos membros do movimento, eram discutidas as condições dos presos políticos em instituições carcerárias. As reuniões de certa forma eram

restritas, pois elas não poderiam fazer qualquer tipo de manifestação ou chamar a atenção da sociedade livremente, visto que estavam vivenciando uma ditadura civil-militar.

Era uma coisa meio que intimista, pois não tinha como se reunir num local fixo, às vezes eram na minha casa, outras na casa de Núbia, e discutíamos muito o dia a dia do que o nosso pessoal estava sofrendo nas prisões.⁴

Zelita Correia Afirma que certa vez, elas foram à câmara Municipal para se reunir e os policiais as colocou para fora, mesmo assim continuaram na luta pegando assinaturas de vereadores e Deputados em favor da anistia. O Comitê tinha o apoio do Deputado Federal Jackson Barreto, Tertuliano Azevedo (Deputado Federal), Passos Porto (Senador).

A luta das mulheres era tudo muito incerto, visto que estavam passando por uma ditadura civil-militar, mas elas não ficaram de mãos atadas sendo meras espectadoras da história de sofrimento e dor causada pelas prisões dos seus familiares. Elas organizaram um evento no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com o tema “Anistia”, com o apoio de Maria Thetis Nunes que cedeu o espaço físico, o Evento contou com a Participação de Carlos Alberto Nunes (presidente da OAB), Gilson Vasconcelos (Advogado), Paulo Sergio Pinheiros e Paulo Cavalcante. O comitê era responsável por fazer os cartazes, pela divulgação na imprensa, tinha também o apoio do Movimento estudantil- Cultarte (Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe). o Evento durou uma semana onde foram discutido a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, as condições dos presos políticos e outros temas que buscavam a redemocratização do Brasil.

Era um anseio se organizar em torno da anistia, eu tinha sido liberada da prisão, mas a mancha continuava no nome, e os meninos ainda estavam presos ou exilados, Bosco Rollemberg estava fazendo greve de fome em Itamaracá, Wellington Mangueira estava abalado psicologicamente, Gil Natureza estava em São Paulo Clandestino, Pascal havia sido condenado, mas foi liberado.⁵

O comitê Feminino também conseguiu colocar a pauta da Anistia no Festival de Arte e Cultura de São Cristovão, foi muito importante à discussão do tema nesse evento, o comitê era inovador e articulado, essas mulheres iam à busca dos seus ideais e não tinham medo de serem reprimidas.

⁴ Zelita correia participou do Comitê Feminino em Sergipe, Entrevista realizada Por Cleidson Vieira a Zelita Rodrigues Correia dos Santos em 20 de setembro de 2011, Aracaju-se.

⁵ Zelita correia participou do Comitê Feminino em Sergipe, Entrevista realizada Por Cleidson Vieira a Zelita Rodrigues Correia dos Santos em 20 de setembro de 2011, Aracaju-se.

No contexto Nacional o movimento feminino em Sergipe contou com o apoio de Parlamentares Sergipanos que enviaram 16 emendas ao Congresso, visando modificações no projeto do governo que colocava a anistia não de forma ampla e geral e sim restrita. Destacamos Tetuliano Azevedo com quatro emendas, Passos Porto com oito emendas e Jackson Barreto com quatro emendas. Apesar de toda a luta da sociedade a Lei da Anistia não beneficiou a todos que foram perseguidos, torturados ou mortos com o sistema ditatorial, a lei 6.683 de 28 de Agosto de 1979 foi promulgada de forma injusta, irrestrita.

Em relação à reparação Danyelle Nilin afirma “os atos de reparação, analisados com base em elementos de ordem moral, remetem não só ao tema da liberdade, mas a contabilidade das perdas, nunca capazes de serem compensados” (GOLÇALVES, 2009:13). O benefício recebido pelas famílias em dinheiro com a lei da anistia de 1979, não pagará o sofrimento causado à família que assistiu sem entes queridos torturados ou mortos. O papel dos Familiares na luta pela anistia atrelada a outros movimentos sociais que buscavam uma lei justa e ampla foi legítimo.

O movimento feminino em prol da Anistia em Sergipe e em vários estados do Brasil teve um papel importante na luta pela liberdade do nosso país. Mulheres que deixaram a “casa” de lado e foram questionar com eventos, panfletos, formação de comitês, elas não deixaram de correr atrás dos seus objetivos.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres Sergipanos em prol da anistia teve um papel social importante no processo de redemocratização no Brasil. Elas buscavam a liberdade dos seus familiares que estavam presos, como também questionavam o sistema ditatorial. Buscavam com a formação do comitê uma lei da anistia ampla. O Movimento Feminino representou a força e a coragem de mulheres guerreiras, ao realizar o evento da Semana da Anistia no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e ao colocar em pauta o tema da Anistia no festival de Artes de São Cristovão, mostravam o seu papel de debate e questionamento em apoio aos comitês nacionais que lutavam pela anistia. Essa pesquisa propõe Retratar a luta das mulheres Sergipanas na formação do Comitê feminino pela Anistia em 1978. Contribuindo para o estudo da memória dos familiares e presos políticos desse período, visto que a ditadura civil-militar deixou um rastro de dor e sofrimento que não deve ser apagado da mente da sociedade Sergipana e Brasileira.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/ SP: UNICAMP, 2003.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: A anistia e suas Consequências: um estudo do caso brasileiro**. - São Paulo: Associação Editorial Humanistas; FAPESP, 2006.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. (Ed.). *Domínios da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DUBY, Georgy & PERROT, Michelle. **História das Mulheres do Ocidente: o século XIX**. Porto: edições Afrontamento, 1994.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**. 2ªed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, Vol 2, Nº 3, 1989. P. 3-5.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, Vol 5, Nº 10, 1992. P. 200-2012.

PORTELLE, Alessandro. O que faz a História oral diferente. *Proj. História*: São Paulo, (14) Fev, 1997.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe: 1964-1984**. RJ, Tempo Brasileiro, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos de Memória: o movimento feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964 visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. São Paulo, UNICAMP, 1997.

GOLÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado: Anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. São Paulo, Expressao Popular, 2009.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. SP, Cia das Letras, 2003

PAES, Simões Maria Helena. **A Década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Atica, 1992.

DORIA, Seixas João. **Eu, Réu sem Crime**. 5ed Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

-TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO Jorge. **Anistia em Sergipe 30 anos depois**. Disponível em

<<http://cafehitoria.ning.com/group/historiadesergipe/forum/topics/anistia-em-sergipe-30-anos>> Acesso em 24 de julho de 2014.

PRIORY, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. UNESP, 2000.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: A Problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

HALBWACHS, Maurice; SIDOU, Beatriz (Trad.). **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos e Abusos da história Oral**. Amada, Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOZANO, José Eduardo Aceves. **Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ACHARD, Pierre. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unep, 1992

BORGES, Nilson. “A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Tempo da ditadura: regime Militar e movimentos sociais em fins de século XX** (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.13-42

CARDOSO, Lucileide. **Criação da Memória: Defensores e Críticas da Ditadura** (1964-1985). Cruz das Almas, Ed. UFRB, 2012.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. **Anistia: Das disputas institucionais às mobilizações da sociedade civil organizada (1975-1982)**. Sergipe: UFS, 2011.

GT 2:

DESERTORES DA WEHRMACHT: OS MOMENTOS FINAIS DA II GUERRA NA OBRA DE GARTH ENNIS

Autora: Thaís da Silva Tenório

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/FNDE/MEC).
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)
thais@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

INTRODUÇÃO

Os grandes conflitos do século XX, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial se tornaram um dos principais temas abordados na História do Tempo Presente. Diversas são as produções que exploram tais fatos, uma delas são as Histórias em Quadrinhos que por sua vez destacam-se com uma abordagem que mistura a linguagem textual e visual.

Garth Ennis, autor do HQ *War Stories* leva para os leitores uma visão não muito explorada da Segunda Grande Guerra. Em *Johann's Tiger* – a primeira de 4 histórias que constam nesse volume – Ennis busca retratar a partir da perspectiva do soldado o que foram os últimos instantes da Segunda Guerra Mundial, e como tal fato afetou a vida dos cidadãos normais, aqueles que estavam longe dos holofotes e jogos de poder.

Sendo assim, faremos uma breve análise de personagens alemães na HQ *Johann's Tiger* – contida no volume I da revista *War Stories* de Garth Ennis -, para assim analisar de que forma a Segunda Guerra Mundial é retratada, observando os aspectos iconográficos, textuais e visuais, estes que ajudam o leitor a compor em seu imaginário o que foi a Guerra para aqueles que estavam no front.

A SEGUNDA GRANDE GUERRA

Insatisfeita com as medidas estabelecidas após a Primeira Guerra Mundial, arrasada econômica e moralmente, a Alemanha nutriu em seu seio o desejo de vingança. Usando de sua boa oratória, Adolf Hitler reaviva nos alemães um nacionalismo exacerbado, e o sentimento de supremacia da raça ariana. Em tais condições, somadas à melhoria econômica e social que o Estado Germânico obteve durante seu governo, Hitler conquista o apoio e o

carisma da população, conduzindo-os assim para a Guerra com o intuito de conquistar o que seria *Lebensraum* (seria o espaço vital para os alemães), a superioridade da raça ariana, como também o estabelecimento da hegemonia alemã na Europa. (TOTA 2006).

No dia 1º de setembro de 1939, a primeira de um total de 60 divisões de tropas atravessa a fronteira do Terceiro Reich com a Polônia. O exército alemão confrontou os poloneses com uma vantagem avassaladora. (EVANS,2012). Contando que a invasão fosse contida pelos franceses e pela Grã-Bretanha, a Polônia retardou a mobilização de suas Forças Armadas até o último minuto, de modo que elas não se encontravam preparadas para resistir à súbita invasão germânica, levando-os assim a rendição. Esse novo modo de Guerra que ficou conhecido como *Blitzkrieg* (guerra relâmpago). A partir da invasão da Polônia, começa a Segunda Guerra Mundial.

Mobilizando mais de 100 milhões de militares, o grande confronto dividiu o mundo em dois grupos: os Aliados, que era composto por França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética; e as potências do Eixo, composto por Itália, Japão e Alemanha. A Segunda Grande Guerra foi uma guerra total no sentido literal da palavra.

Os alemães com sua ideologia de raça superior, sua política nazista de ódio e extermínio aos judeus, o *Holocausto* – o que para eles se tratava da “solução final” – avançavam com consecutivas vitórias no território europeu, declarando Guerra a todos as nações que se opusessem a colaborar com o Terceiro Reich, bem como com aqueles que discordavam da sua ideologia e da visão de futuro que o Führer tinha para a Alemanha na Europa.

Entretanto, apesar de suas consideráveis vitórias em território europeu, em meados de 1940 as tropas alemãs começam a sentir o impacto da resistência dos exércitos Aliados, sofrendo a partir de 1944 sucessivas derrotas. Nesse momento da Guerra já contabilizavam mais de 4 milhões de soldados alemães mortos, e toda a propaganda de Goebbels começava a perder o efeito com a população alemã.

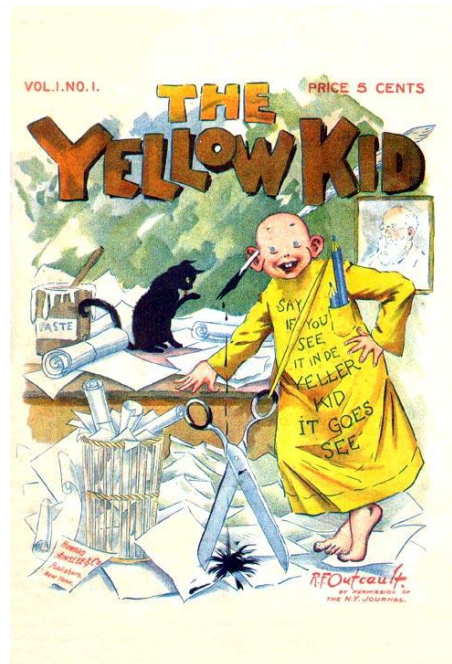
O conflito chega ao fim pouco tempo depois, com a derrota das nações do Eixo, seguindo-se da criação da ONU (Organização das Nações Unidas). Estima-se que a Segunda Guerra Mundial tenha acarretado a morte de, aproximadamente, setenta milhões de pessoas (aproximadamente 2% da população mundial da época), sendo a maior parte composta por civis, os quais lutavam para defender os interesses de sua nação. A Segunda Guerra Mundial é considerada o maior e mais sangrento conflito bélico da história da humanidade.

SOBRE AS HQS

Falar sobre o surgimento das Histórias em Quadrinhos é complicado, pois diversas são as opiniões que divergem acerca do assunto, no que diz respeito sobre qual deve ser considerada a primeira obra de HQ. Grande parte dos pesquisadores e aficionados por este tipo de arte considera o personagem *Yellow Kid* de autoria de Richard Felton Outcault como a primeira História em Quadrinhos na forma como é conhecida atualmente. As origens de tal, porém, são mais antigas. Pode-se sustentar que as Histórias em Quadrinhos são herdeiros de uma linhagem evolutiva precedida pelas pinturas rupestres, passando por desenhos de artistas como Goya, entre outros.

De um modo geral, pode-se dizer que os HQs começaram a ser produzidos em meados de 1827, com um professor suíço chamado Rudolf Töpffer, que fez as primeiras histórias ilustradas, o escritor e pensador Goethe escreveu a respeito. Ele afirmou que só as imagens não teriam efeito sobre os leitores, assim como também só as legendas não teriam sentido. Para Goethe os dois elementos (texto e imagem) precisavam estar juntos para assim fazer algum sentido. Devido a suas contribuições, ele foi considerado o primeiro crítico de História em Quadrinhos. Já no Japão, por intermédio do artista Katsushita Hokusai, foram criadas algumas histórias em quadrinhos em rolos, que se chamaram Hokusai Mangá. Assim nasceu a ideia que temos hoje, de os quadrinhos japoneses se chamarem Mangá. (MOYA, 2007).

Entretanto, a ideia de popularização dos quadrinhos veio dos Estados Unidos, a partir de 1895, momento de desenvolvimento da imprensa americana. Ao notar que o público gostava de ilustrações, os jornalistas William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer começaram a publicar dominicalmente suplementos coloridos. Ganhando maior destaque, *O menino amarelo* de Richard Felton Outcault: A história consistia em um personagem como o Menino Amarelo, que aparecia todos os domingos, onde já era notável o uso da fragmentação da imagem e os balões, a onomatopeia, etc.



Capa da revista Yellow Kid -1897

Hoje, as histórias em quadrinhos estão presentes nos mais variados países, com diversos autores, e suas publicações circulam com uma enorme variedade de títulos e tiragens que, às vezes, atingem até milhões de exemplares, que são consumidos, principalmente, por um público composto de crianças e jovens.

HQS NA SEGUNDA GUERRA

Pode-se dizer que a guerra foi boa para os quadrinhos. As revistas sendo em sua maioria grossas e coloridas, eram o passatempo preferido dos soldados quando estavam em uma base ou no navio. Um dado que comprova tal afirmação, é que até o final de 1942, de todo o material impresso que era enviado aos acampamentos militares, mais de trinta por cento foram gibis.

Revistas como *Capitão Marvel*, *Superman* chegavam a vender dois milhões de cópia por edição. Até o final da Guerra o universo dos *comic books* já tinham deixado de ser um território desconhecido, se tornando uma indústria bem estabelecida e controlada por poucos. Apesar disso, os HQs ainda não tinham o respeito da sociedade, sendo concebidas como *arte marginal* e indigna a pessoas de alto intelecto. Quando a imprensa quis retratar o gângster Dukey Maffetore como alguém mentalmente abaixo do normal, bastou dizer que ele era leitor do HQ *Superman*.

Entretanto, com o desenrolar da guerra um fenômeno tomou conta da sociedade da época, a disseminação de ideias através de desenhos, cartazes e principalmente através das

histórias em quadrinhos. Apesar da escassez de material devido ao fornecimento para a Guerra, as HQs ganharam total atenção nesse momento, onde começou-se a produzir heróis de guerra, modelos a serem seguidos, estereótipos de um bom cidadão etc.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FONTES HISTÓRICAS

As últimas décadas do século XX manifestaram uma revolução no campo da historiografia, com a inclusão de novas ferramentas conceituais e metodológicas de outras áreas do conhecimento, como a linguística; a crítica literária; a comunicação; a sociologia; a antropologia; a ciência política e a psicanálise, que ampliaram o campo de trabalho do historiador, surgindo novos temas e objetos.

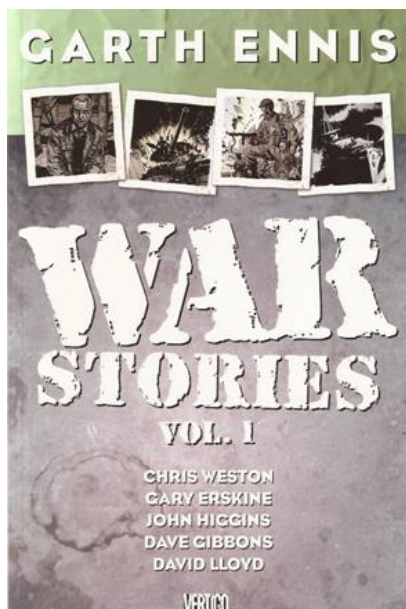
Peter Burke, em seu livro *Testemunha Ocular – História e Imagem* discorre acerca do uso das imagens na compreensão da história, de que forma o historiador assim como aqueles que fazem parte de um grupo podem entender aspectos de sua sociedade no passado a partir da compreensão e manuseio das imagens:

O uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à “evidência” no sentido estrito do termo (...). Deve-se também deixar espaço para o que Francis Haskell denominou “o impacto da imagem na imaginação histórica”. Pinturas, publicações e assim por diante permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não-verbais ou o conhecimento de culturas passadas. (BURKE, 2004, p.16)

Compondo as produções da Indústria Cultural/Cultura de Massa, as Histórias em Quadrinhos (HQ's) são em sua grande maioria uma expressão do imaginário de uma época. Podendo assim, a partir de servir como resposta a desejos e expectativas coletivas ou como modelos ideológicos e comportamentais. Sua importância se dá pelo fato de que toda expressão artística traz um reflexo do momento histórico em que atua. É no mínimo, incorreto, para não dizer ingênuo, pensar que toda obra em quadrinhos é voltada essencialmente ao público infantil ou que seria uma literatura inferior a outras formas narrativas.

Partindo então do pressuposto de que tanto narrativas textuais quanto imagens podem servir como um passo na identificação de visões de mundo, de interesses de um ou outro grupo que controla diversas formas de poder em sociedade, não é absurdo pensar então nas HQs como um potente e eficaz meio de disseminação de ideias, crenças e modelos, sobretudo em momentos de intensa crise política e/ou econômica, como nos anos 1930 e 1940, nos EUA e na Europa. Porém, tais formas variam muito de cultura para cultura, sem perder o objetivo e o efeito final.

WAR STORIES



Capa da revista War Stories, 2002

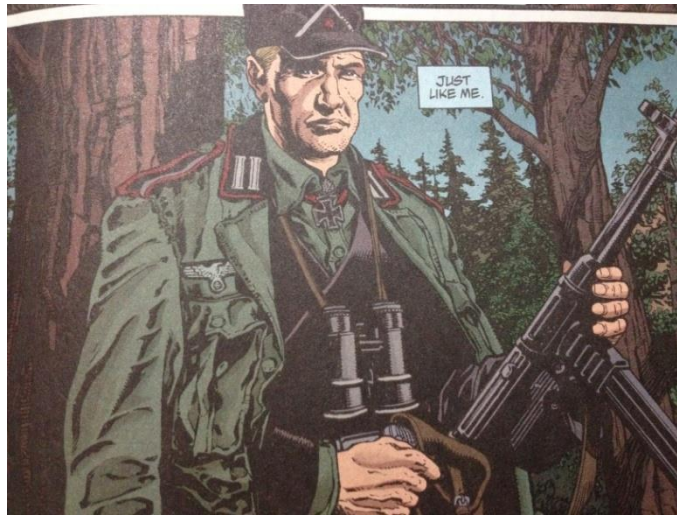
War Stories é uma série de quadrinhos escrita por Garth Ennis e ilustrada por uma série de cartunistas – os mesmos autores de trabalhos sobre personagens como Batman e a *graphic novel* *V de Vingança* – que tende a levar para o leitor um retrato do que foram algumas das Guerras que fizeram parte do século XX. Constituída de dois volumes, cada um tendo quatro HQs com histórias distintas, começaram a ser impressas em novembro de 2001 e a segunda a partir de janeiro 2003. Cada revista é composta por 4 narrativas independentes que se passam principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, procurando assim retratar o horror da guerra vivida por aqueles na linha de frente.

O HQ é escrito por Garth Ennis, um roteirista inglês fascinado pela temática da guerra, conhecido por seu texto corrosivo em séries como “*Preacher*”, “*Hitman*” e “*Justiceiro*”. Famoso por suas histórias inquietantes e personagens que buscam retratar a uma determinada realidade, Ennis leva o leitor de *War Stories* para o universo do soldado na Guerra, e não para o costumeiro contexto onde os líderes das potências envolvidas no conflito aparecem em destaque.

JOHANN’S TIGER

Contando com a colaboração de dois cartunistas Chris Weston e Gary Erskine, Ennis dá forma a HQ *Johann’s Tiger*, esta se encontra juntamente com mais três histórias no volume

I da revista *War Stories*, lançado em 2001 pela editora Vertigo. Usando recursos como imagem – que na versão em inglês é produzida com cor, diferentemente da versão em português, onde a revista sofre graves alterações em seu formato e conteúdo – Ennis tenta transmitir para o leitor o desespero e a luta pela sobrevivência vivida pelos soldados nazistas nos últimos anos de Guerra.



Fonte: ENNIS, 200, p. 7.

A história se passa nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, onde um comandante do exército nazista tenta salvar seus soldados tentando convencê-los a desertar para que assim eles possam se render ao exército americano antes de serem mortos lutando contra os soviéticos.

Ao aproximar-se o fim da Segunda Guerra, Johann, comandante alemão, e sua tropa aspiram apenas uma coisa: serem capturado pelas tropas americanas em vez dos russos, que iriam eliminá-los sem piedade. Partindo sem permissão, tendo apenas uns aos outros, Johann e o que restou de sua tropa, agora composta por quatro soldados, tentam evitar encontros tanto com o exército russo quanto com o exército de seu próprio país – Isso se deve ao fato de que uma vez tido como desertores, seriam vistos como traidores do país, logo sofreriam rigorosa punição.



Fonte: ENNIS, 2001, p. 25.

A arte dos cartunistas Chris Weston e Gary Erskine complementa a história, especialmente nas expressões faciais evocativas, que são importantes para transmitir emoção ao leitor. Johann, assombrado pelos crimes de guerra que cometeu, considera-se maldito: ele espera alcançar alguma salvação através da apresentação de sua equipe – os quais ele considera “homens de bem” – com a segurança antes de morrer. No entanto o destino da Guerra toma outros planos, e ao final Johann se depara em um inferno pior do que qualquer outro que ele poderia ter imaginado. *Johann's Tiger* é por muitos considerado o conto mais sombrio do volume I da HQ *War Stories*, apresentando um final sem heroísmo, apenas horror.

Garth Ennis por meio de sua obra com elementos que tendem a transportar o leitor para o momento vivido na narrativa, consegue remontar o que seria o cenário dos últimos dias do segundo grande conflito do século XX. Não fazendo isso da maneira convencional como abordam livros e documentos da época, Ennis leva ao expectador uma nova concepção dos acontecimentos, a partir da ótica do comandante e dos soldados o leitor consegue simular como foram concebidos os últimos dias da Guerra pelos mesmos, o que fizeram, como reagiram, o que aspiravam para o fim.

CONCLUSÃO

Segunda Guerra está presente nos quadrinhos, não só nas produções explanadas acima, assim como em outras obras do Tempo Presente. Deste modo, a pesquisa que ainda se encontra em fase inicial propõe analisar as Histórias em Quadrinhos que procuram remontar a

Segunda Guerra Mundial, fugindo dos padrões de super-heróis e líderes políticos, as revistas analisadas se voltam para o universo do soldado, pretendendo assim entender o que seria a realidade no front, assim como as questões ideológicas e morais que rondavam aqueles que deram suas vidas em nome de uma causa, de um país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Léopold Benjamin, **‘Apologia da História, ou o Ofício do Historiador’**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter, **“A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929/1989)”**, São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

CKVALHEIYRO, **Julius. Guerra 1939-1945**. São Paulo. v. Único. (Mês), 2011. Conrad.

CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 16, 1996.

DORFMAN, Ariel & MATTELART, Armand. **Para Ler o Pato Donald**: Comunicação de Massa e Colonialismo. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ENNIS, Garth. **War Stories**. New York. v. 1, 2002. Vertigo.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler**: o povo alemão e o Holocausto. 2ª ed. Trad. Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARCEM, René Gomes Rodrigues. **História das Histórias em Quadrinhos**. Revista: História, Imagens e Narrativas. Nº5, ano 3 /2007. In: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/06-historia-hqjarcem.pdf>

MAGNOLI, Demétrio (Org) **Historia das Guerras**. 3. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

MOYA, Álvaro de. **Shazam!**. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. **“Os quadrinhos criaram a mitologia do século XX”**. História em Quadrinhos, São Leopoldo/RS, v. VII, n. 243, 2007. Disponível em: < http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1472&secao=243>. Acesso em: 29 Outubro 2013.

TOSH, J. **A busca da História**: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

O GRUPO CLARÍN E O CONTROLE DA MÍDIA ARGENTINA

Gabriela Resendes Silva

Graduanda em História (UFS)

Bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de História (PET/UFS)

Integrante do GET (UFS/CNPq)

E-mail: gabriela@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

A imprensa desempenha um papel significativo na sociedade. Desde o século XIX, como mostraram Peter Burke e Asa Briggs⁶, a imprensa vem exercendo um papel de grande influência na vida das pessoas, ela informa, entretém, educa e interfere na opinião pública. Na atualidade, a mesma ocupa espaço tanto no campo da historiografia, como também no âmbito da política⁷. O que seria das relações de poder contemporâneas sem a “interferência” dos meios de comunicação?

A partir da década de 1970⁸ a história política sofre grandes transformações. Deixa de ser a “história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”⁹, passando a estar, cada vez mais, presente na mídia – que tomara para si o papel singular de “formadora da opinião pública”.

Segundo Marilena Chauí, o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa pode ser focalizado sob dois aspectos: o econômico e o ideológico. Para a autora, os meios de comunicação, por deterem um forte poderio econômico, interferem na formação ideológica da

⁶BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia**: de Gutenberg à internet. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

⁷Por muito tempo, no Brasil, o uso da imprensa na pesquisa histórica não era visto com bons olhos. Para muitos historiadores do século XIX e metade do XX, utilizar jornais como fonte era abrir mão da verdade dos fatos, pois, segundo eles, os periódicos continham registros fragmentados do presente, eram realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões – havia muita influência do positivismo nesse momento. É somente a partir da década de 1970 – com a renovação da História Política, a ascensão da História do Tempo Presente e a mudança na concepção de documento –, começa-se a quebrar com esses paradigmas. Os historiadores passam a utilizar cada vez mais os impressos – enxergando, mesmo com receio, o seu potencial na pesquisa histórica. Assim, ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. Ver mais em: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). – São Paulo: Contexto, 2005, pp.111-153.

⁸Na década de 1970 começou um processo de “desconstrução” e renovação metodológica da história política, sendo este processo marcado principalmente pela aproximação da história política das outras esferas – a psicologia, a sociologia, a estatística, a antropologia – para que a mesma voltasse a ser “bem vista” como campo de estudo dos historiadores contemporâneos. Ver mais em: CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.37-54.

⁹ RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.18),

população¹⁰. Assim, a mídia acaba sendo para sociedade contemporânea uma faca de dois gumes, ela tanto pode ser favorável quando prejudicial. Pois seu bom ou mal relacionamento com o poder vigente, muita das vezes, interfere no que é e no que não é noticiado, influenciando assim, a compreensão da população acerca de determinados acontecimentos – isso ocorre com frequência na imprensa sul-americana, que desde suas origens, possui relações vitais com o poder¹¹.

Desta forma, cabe ao historiador analisar sua própria fonte. Segundo Tania Regina de Luca, o pesquisador deve:

*Identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, [...] inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.*¹²

Ao se trabalhar com os periódicos, se torna fundamental analisar, além da materialidade e do conteúdo, aspectos que necessariamente não estão explícitos, mas que são fundamentais na compreensão do que é e do que não é noticiado. A mídia não é isenta de valores, nem de subjetividade, e como toda fonte histórica, deve ser analisada, problematizada. Luca, em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, aponta para:

*Um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.*¹³

E é justamente isso que nos propomos a fazer ao analisar o Grupo Clarín. Objetivamos compreender sua história assim como também identificar suas relações de poder na sociedade argentina.

Por seu poder de formadora da opinião pública, a mídia se tornou uma grande ferramenta política, e vem influenciando cada vez mais a conjuntura política de diversas

¹⁰ CHAUI, Marilena. O poder da Mídia. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed710_o_poder_da_midia Acesso em: 23/07/2014.

¹¹ SILVEIRA, Mauro César. Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín. **Faces da História**, São Paulo, V.1, nº1, jan.-jun., 2014, p.6-23. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/faces/article/view/59/116> Acesso 05/07/2014.

¹² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). – São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

¹³ Idem, p. 141.

sociedades, como é o caso do *Clarín* – o periódico portenho que há muitas décadas possui autoridade no debate e na formulação da agenda político-econômica da Argentina. Em sua página na internet, o Grupo Clarín (www.grupoclarin.com) se apresenta a população como um líder midiático:

*El Grupo Clarín es el grupo de medios de comunicación líder de la Argentina y uno de los más importantes de habla hispana. De origen, capital mayoritario y gerenciamiento nacionales, el Grupo tiene presencia en medios escritos, radio, televisión, Internet y en la industria del cable. Los medios trabajan para asegurar niveles de calidad y credibilidad que cumplan con sus estándares profesionales. A lo largo de todos estos años, el Grupo vivió todas las transformaciones del sector de los medios y del país, adaptándose a los cambios, innovando y apostando a las nuevas tecnologías y los nuevos escenarios de la comunicación. La estrategia editorial y empresarial de los medios de Clarín está sustentada en la independencia económica y periodística, el pluralismo, la innovación, la cercanía con la gente y el compromiso con el país.*¹⁴

Fundado em 28 de agosto de 1945¹⁵, pelo jornalista e ex-ministro Roberto J. Noble¹⁶, o *Clarín* é, há mais de cinquenta anos, o jornal diário de maior circulação na Argentina. Marcado pelo conservadorismo¹⁷, o periódico, desde seu início, vem sendo protagonista de uma complexa relação com o poder. Seu fundador, ao criar o jornal, tinha por objetivo tornar-se presidente. No entanto, com o passar dos anos, descobriu que poderia fazer melhor, poderia, “em suas palavras, ‘fazer presidentes’”¹⁸.

Ainda nos primeiros anos de sua fundação, o periódico ora estava a favor da política de Perón, ora estava contra, sendo um dos grandes críticos ao peronismo na década de 1950. A relação de Noble e Perón foi de amor e ódio, ambos buscavam interferir e formular a opinião do povo argentino – Perón a partir de seus discursos e Noble com o que era noticiado diariamente em seu periódico.

¹⁴“O Grupo Clarín é o grupo de meios de comunicação líder na Argentina e um dos mais importantes de língua espanhola. Com capital de origem majoritário e gerenciamiento nacional, o Grupo está presente na indústria de mídia impressa, rádio, televisão, Internet e TV a cabo. Trabalha com a mídia de acordo com os padrões profissionais para garantir o nível de qualidade e credibilidade. Ao longo de todos esses anos, o Grupo presenciou todas as transformações do setor midiático e do país, adaptando-se aos mercados, inovando e apostando nas novas tecnologias e nos novos cenários da comunicação. A estratégia editorial e empresarial da mídia Clarín está sustentada na independência econômica e jornalística, no pluralismo, na inovação, na proximidade com as pessoas e o compromisso com o país”. Ver: Grupo Clarín – Institucional. Disponível em: <http://www.grupoclarin.com/institucional/institucional> Acesso em: 30/07/2014. [Tradução nossa]

¹⁵Ver: Grupo Clarín – Origen y Evolución. Disponível em: <http://www.grupoclarin.com.ar/institucional/origen-evolucion> Acesso: 25/07/2014.

¹⁶Noble fora Deputado do Partido Socialista Independente e ex-ministro de Governo do conservador Manuel Fresco, na década de 1930.

¹⁷SILVEIRA, Mauro César. Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín. **Faces da História**, São Paulo, V.1, nº1, jan.-jun., 2014, p. 16.

¹⁸SIVAK, Martin. **Clarín – El Gran Diario Argentino: Una Historia**. Buenos Aires: Planeta, 2013.

No ano de 1963 o *Clarín* já era o jornal de maior circulação na capital argentina, com uma tiragem de 347 mil. Quatro anos mais tarde, com o fechamento do pioneiro *El Mundo*, a tiragem do *Clarín* saltaria para 424 mil exemplares – nesse momento o periódico tornava-se pioneiro ao lançar a primeira revista semanal como encarte de um jornal diário¹⁹.

Em 1969, com a morte de Noble, a presidência do *Clarín* passa para as mãos de sua esposa, Ernestina Herrera de Noble, que por sua vez manteve o ritmo de expansão do grupo. Essa foi uma época de maior aproximação com o poder vigente, principalmente com o então presidente militar Jorge Rafael Videla. A senhora Noble, dispondo da amizade e do respeito do presidente, conseguiu aumentar, de maneira significativa, as licenças midiáticas do *Clarín*. Foi uma época de silêncio, conformismo e passividade. O periódico calou-se perante as atrocidades da Ditadura Militar Argentina.

Para auxiliá-la na administração do grupo, Ernestina contou com a colaboração de Héctor Horacio Magnetto, vice-presidente e atual acionista. Aos poucos, com as habilidades da senhora Noble e de seu vice-presidente, o monopólio midiático do *Clarín* começava a tomar forma.

Na década de 1990, juntamente com o *La Nación*, o *Clarín* se tornou dono da *Papel Prensa* – grande empresa produtora de celulose na Argentina – e em 1991 se constituiu enquanto sociedade anônima, formando o Grupo Clarín. A década de 1990 foi o momento no qual o Grupo verticalizou sua produção e horizontalizou sua participação na mídia argentina – nesse momento, é lançado o diário esportivo *Olé* e o site jornalístico *Clarín.com*²⁰.

Atualmente o *Clarín* é um dos maiores grupos de comunicação em língua espanhola do mundo, possuidor de vinte e seis empresas. O conglomerado possui canais de TV aberta, canais fechados, emissoras de rádio AM/FM, outros diários nacionais, provedores de internet, telefonia móvel e o periódico *Olé* (primeiro e único boletim esportivo da Argentina). As possessões do *Clarín* são muitas, seu poder na sociedade argentina foi se solidificando década após década. Desde 2007, o Grupo possui ações nas bolsas de valores de Londres e de Buenos Aires²¹.

A parceria e o bom relacionamento com as esferas do poder sem dúvida foram a “formula mágica” que ajudou o grupo a ser o que é hoje. Mas essa boa relação com o poder

¹⁹SILVEIRA, Mauro César. Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín. **Faces da História**, São Paulo, V.1, nº1, jan.-jun., 2014, p. 16.

²⁰O Grupo, a fim de aumentar seu poder de abrangência, passa a utilizar a mais nova e eficaz ferramenta política, a Rede Mundial de Computadores (Internet). A partir de sua liberação para fins comerciais em 1995, a internet vem sendo utilizada para os mais diversificados fins.

²¹Ver: Grupo Clarín – Origen y Evolución. Disponível em: <http://www.grupoclarin.com.ar/institucional/origen-evolucion> Acesso: 25/07/2014.

foi fortemente abalada na primeira década dos anos 2000. Após ter dedicado apoio à candidatura e ao primeiro mandato de Néstor Kirchner, o Grupo, por ser contrário às medidas econômicas estabelecidas por Cristina Fernández de Kirchner, esposa e sucessora de Néstor, rompeu relações com o poder vigente no país.

O aumento dos impostos nas exportações rurais e as estatizações promovidas por Cristina corroboraram para que o *Clarín* se tornasse um dos maiores críticos da política da presidenta. De 2009 para cá, a Argentina vem sendo palco de batalhas judiciais entre o Grupo e o governo, principalmente pela promulgação da Ley de Medios.

Por manter fortes vínculos com a elite argentina, o *Clarín* constitui-se como o representante maior dos interesses dos grandes grupos econômicos do país²². Dono de um verdadeiro monopólio, o grupo por muitos anos vem sendo “a voz da Argentina”. Diariamente seu posicionamento frente à política interna e externa do país aparece estampado nos sites, jornais, rádios, revistas e telejornais.

Durante muito tempo o *Clarín* foi hegemônico na produção de notícias. Alguns acreditavam, por sua forte relação com as esferas do poder, que sua supremacia era imbatível. No entanto, o que se acreditou ser indestrutível, hoje demonstra suas fragilidades perante a Ley de Medios (Lei da Mídia), promulgada pelo governo de Cristina Kirchner em 2009.

Tudo começou após o rompimento do atual governo com o grupo. Indo de encontro aos interesses da elite do país – elite que é representada pelo *Clarín* –, Cristina Kirchner passou a sofrer forte oposição do periódico. Assim, após se opor ao governo de Cristina e virar seu principal crítico, o Grupo Clarín vem travando uma árdua batalha judicial com as esferas do poder.

Com a promulgação da *Ley de Medios*, a mídia argentina passa por uma reorganização/redistribuição. Por muito tempo, mais da metade das licenças de audiovisual esteve em posse do *Clarín* – como já mencionado anteriormente, o monopólio do grupo se deu principalmente durante o governo do ditador Jorge Rafael Videla (1976-1982), que era amigo pessoal da então presidente do periódico, Ernestina Noble.

Assim, a fim de conter a total influência de grupos como o *Clarín*, perante a população argentina, Cristina Fernández de Kirchner promulgou em 10 de outubro de 2009 a Lei de Mídia (Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual), a qual revogou e substituiu a Lei 22.285 de Radiodifusão, promulgada ainda enquanto o país estava sendo governado por

²²Ver mais em: CHAVES, Daniel; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs). **Argentina, Hoje**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

Videla. A antiga lei consentiu que o Grupo Clarín estabelecesse um verdadeiro monopólio midiático no país²³.

Desde sua promulgação, o governo argentino vem se empenhando para que a lei seja posta em prática, principalmente pelos donos dos maiores meios de comunicação. Há mais de quatro anos, vem sendo travada uma batalha judicial com o Grupo Clarín, que até outubro de 2013 se recusava a cumprir a nova lei.

Acusada de estar seguindo os passos de Cuba e Venezuela, Cristina teve que enfrentar inúmeras críticas e acusações²⁴. Para opositores do governo (CFK), não passou de “uma medida de intolerância aos poucos meios que o poder político não controla”²⁵, já para outros, “maior diversidade de opiniões, mais transparência, mais democracia”²⁶.

O Conselho da Afscsa (Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual)²⁷ – agência responsável pela aplicação/cumprimento da Lei de Mídia – decidiu que o Grupo Clarín deve, ainda em 2014, dividir suas licenças de audiovisual, para que assim se cumpra a Lei. Atualmente, o Grupo possui só no segmento de TV a cabo, 158 licenças, quando a Lei permite o limite máximo de 24 licenças. Segundo Martín Sabbatella, presidente da Afscsa,

*Com a adequação do Clarín à lei, não acaba seu direito de informar e opinar com liberdade. Acaba sua possibilidade de se impor como um gigante econômico e monopólico para manipular a opinião pública e condicionar a democracia*²⁸.

Por sua vez, em nota oficial, o Grupo Clarín, acusou as declarações de Sabbatella como prova da parcialidade e intolerância do governo, segundo os mesmos, a intenção oficial com a Lei de Mídia tem sido a desarticulação das escassas vozes independentes. Em seu site de notícias, o *Clarín* expressou sua visão frente as mudanças no Grupo. Com uma reportagem

²³SILVA, Gabriela Resendes. Cristina Kirchner, o Grupo Clarín e os Impasses na Mídia. *Infonet*, 26 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/gettempo/ler.asp?id=155248> Acesso: 03/04/2014.

²⁴Na mídia internacional houve um alvoroço. Outras empresas jornalísticas tomaram as dores do Grupo – muitos por temerem que o mesmo seja feito nos demais países da América Latina – acusando Cristina de impor a censura na imprensa independente do país. Muitas das acusações partiram de periódicos ligados (direta ou indiretamente) a Direita. Um exemplo é o relato da revista brasileira, *Veja*. Em uma de suas reportagens sobre o assunto, a revista se posicionou contrária a *Ley de Medios*, afirmando se tratar de uma medida antidemocrática, inspirada na política chavista. Ver mais em: TEIXEIRA, Duda. **Como Chávez mandou**. www.veja.abril.com.br/160909/como-chavez-mandou-p-110.shtml Acesso em: 25/07/2014.

²⁵CRETIAZ, José. **Aprueban la división de clarín tras cuatro años de pelea judicial**. *La Nación*, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1665082-aprueban-la-division-de-clarin-tras-cuatro-anos-de-pelea-judicial> Acesso: 31/07/2014.

²⁶Ibidem.

²⁷Autoridade de Serviços de Comunicação Audiovisual. [Tradução nossa].

²⁸REBOSSIO, Alejandro. **Ley de Medios: Argentina aprova a proposta do grupo Clarín de dividir-se em seis**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/58789> Acesso em: 30/07/2014.

intitulada *La AFSCA aceptó el plan de adecuación del Grupo Clarín*, o periódico discorre sobre os principais pontos do acordo e como fará para se adequar. No final da reportagem, no espaço de comentários, diversas são as opiniões acerca do caso:

*Bueno, la cosa comienza a normalizarse: el todo poderoso Grupo Clarín se ve obligado a obdecir la ley. Tardo años, y costo una verdadera batalla judicial y politica, pero se logro. Una enorme lección para las generaciones venideras. Ahora habrá que controlar minuciosamente que no hagan trampa para eludir la ley simulando cumplirla. Ya se sabe que sus directivos carecen de escrúpulos. Mayor diversidad de opiniones, mas transparencia, mas democracia. Nada ni nadie (mucho menos una corporación monopolica de oscuro pasado) puede estar por encima de la ley ni de la voluntad de las mayorias. Una gran alegría, relmentenci.*²⁹

*[...] cuando em nuestro querido país existen muchas otras prioridades por resolver, vemos como este nefasto gobierno dedica importantes esfuerzos para aplicar en forma discrecional que terminaron convirtiendo en una Ley DESIGUAL y FALTA de PLURALIDAD.*³⁰

A pluralidade na construção da informação sem dúvida deve ser uma característica das sociedades democráticas. Não só na Argentina, mas como também nos demais países do Cone Sul, que passaram por ditaduras, se faz necessário romper com esse modelo monopolizador – herdado de períodos ditatoriais – e tornar a mídia um espaço plural, sem monopólios e privilégios.

Assim, o conglomerado, após apresentar a proposta de se dividir em seis grupos distintos, tem até o final de 2014 para se adequar às novas medidas estabelecidas pela Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual. Diferentemente das décadas anteriores, agora o *Clarín* não será tão audível quanto antes, a pluralidade de vozes tende a se fazer presentes na imprensa do país.

²⁹“Bem, a coisa começa a se normalizar. O todo poderoso Grupo Clarín se vê obrigado a cumprir a lei. Levou anos, e custou uma verdadeira batalha judicial e política, mas se conquistou. Uma grande lição para as gerações futuras. Agora temos que controlar cuidadosamente se não há fraudes para burlar a lei, simulando cumpri-la. Já se sabe que seus diretores necessitam de escrúpulos. Maior diversidade de opinião, mais transparência, mais democracia. Nada nem ninguém (muito menos uma corporação monopólica de passado obscuro) podem estar acima da lei nem da vontade da maioria. Realmente é uma grande alegria”. ALFIE, Alejandro. *La AFSCA aceptó el plan de adecuación del Grupo Clarín*. *Clarín*, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: www.clarin.com/politica/AFSCA-acepto-adequasion-Grupo-Clarín_0_1087091283.html Acesso em: 18/02/2014. [Tradução nossa].

³⁰“Quando em nosso querido país existem muitas outras prioridades para resolver, vemos como este mal governo dedica significativo esforço para aplicar de forma opcional uma lei que se converteu desigual e sem pluralidade”. ALFIE, Alejandro. *La AFSCA aceptó el plan de adecuación del Grupo Clarín*. *Clarín*, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: www.clarin.com/politica/AFSCA-acepto-adequasion-Grupo-Clarín_0_1087091283.html Acesso em: 18/02/2014. [Tradução nossa].

Referências Bibliográficas

Obras:

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHAVES, Daniel; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs). **Argentina, Hoje**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). – São Paulo: Contexto, 2005, pp.111-153.

RÉMOND, Réne. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PALACIOS, Ariel. **Os argentinos** / Ariel Palacios. – São Paulo: Contexto, 2013.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina (1916-2010)**. 3ª Ed. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

SIVAK, Martin. **Clarín – El Gran Diario Argentino: Una História**. Buenos Aires: Planeta, 2013

Artigos:

CHAUÍ, Marilena. **O poder da Mídia**. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed710_o_poder_da_midia Acesso em: 23/07/2014.

SILVEIRA, Mauro César. Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín. **Faces da História**, São Paulo, V.1, nº1, jan.-jun., 2014, p.6-23. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/faces/article/view/59/116> Acesso 05/07/2014.

**A REPRESENTAÇÃO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO
NA OBRA DE MANUEL PEDRO DAS DORES BOMBINHO
“CANUDOS, HISTÓRIA EM VERSOS”**

Autor: Alison Oliveira da Silva

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
alisonhistoriaufs@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Escola de Annales na França, criada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), abre-se um leque de possibilidade de se estudar a História com a ajuda de outras ciências, vendo o mesmo acontecimento por vários ângulos diferentes, não deixando a História presa a só um campo de visão e dando a possibilidade do historiador se aproximar de outras ciências, quando Karl Marx ligou a História à Economia para comprovar sua teoria sobre o capitalismo e tendo o seu conhecimento ampliando, assim contribuindo para que um dia pode-se surgir a Nova História ou História de Retalhos, onde grandes historiadores se debruçaram sobre suas teorias e proporcionou trabalhos consagrados sobre o estudo das mentalidades.

Roger Chartier que faz parte da nova geração da Escola de Annales, onde ele trabalha com os livros e suas representações, podendo contribuir de forma significativa para a história, dando a possibilidade de se compreender acontecimentos e ideias de uma época, aparte da literatura.

VENDO COM O OLHAR DO MORTO

Utilizando a teoria de Roger Chartier, sobre as mentalidades e a utilização da literatura como forma de se estudar acontecimentos históricos, aparte da memória de pessoas contada no livro que participaram dos acontecimentos ocorridos e que torna possível a compreensão e o estudo desta nova área do conhecimento histórico. “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

A representação colocada por Roger Chartier utiliza-se de trabalhos de vários autores entre eles se destaca Bourdieu, a utilização da representação como divisões e compreensão da

realidade, o poder e a dominação pelos poderosos estão sempre presentes, a representação não tem um discurso neutro, ela tem um favorecimento de uma classe ou pessoa, depende de quem está escrevendo o qual o propósito da escrita.

“primeiramente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarna de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder” (CHARTIER, 2002, p. 169).

A utilização da representação na literatura como fonte histórica, é um campo novo e que vem crescendo a cada dia que passa uma área interessante e que vem fazendo vários estudiosos entrarem por esta porta e percorrerem os vários caminhos da literatura e possibilitado varias possibilidades de se estudar a historia e mostra um novo campo de visão, interessante e empolgante que vale a pena os investimentos e a dedicação na leitura da história cultura e o olhar sobre a literatura com os olhos do escritor e dos personagens que fazem parte da obra.

CANUDOS, HISTÓRIA EM VERSOS

Uma literatura histórica, escrita por quem estava na frente dos combates da 4ª expedição para a Guerra da Canudos, onde saio duas colunas uma de Salvador, onde chegou primeiro e deu inicio a combate, a outra saio de 28º BC (Batalhão de Caçadores) na cidade de Aracaju-SE, que passou pela cidade de Simão Dias-SE, onde ficava a passei do exército e recrutaram Manuel Pedro das Dores Bombinho que trabalharia como fornecedor de comida no campo de batalha, e que se torna testemunha ocular dos acontecimentos na Guerra de Canudos, ver o próprio Antônio Conselheiro e como o fim da guerra com a morte do messiânico e a destruição de Canudos pelos soldados da república.

Ao retorna para Simão Dias após o fim da guerra, Manuel Pedro das Dores Bombinho escreve o livros Canudos, História em Versos, onde colocar as memórias recolhidas dos soldados que participaram da 1ª e 2º expedição para Canudos sobre o Beato, e a sua própria

experiência no campo de batalha, mostrando uma visão totalmente diferente descrita por outros escritores sobre a Guerra de Canudos.

Manuel Pedro das Dores Bombinho estava na linha de frente dos acontecimentos descrevendo tudo que ele presenciou soldados da alta patente correndo e se escondendo de medo dos tiros, disparados pelos homens do Antônio Conselheiro. As representações que os soldados fizeram do Beato e a sua própria representação escrita no livro, fala sobre a personalidade do messiânico que sai pelos estados de Sergipe e Bahia, recolhendo gente e levando para o sertão da Bahia pra construir o Arraial do Bom Jesus, local onde dizia ser Canaã (terra prometida por Deus) e lá construiu casa e igrejas e tudo que plantava dava e jorrava leite e mel, e o povo vivia feliz, longe dos demônios da república que queria acabar com o casamento da igreja e tomar as terras do povo.

Os governantes não contentes mandam tropas para acabar de vez com este Arraial e matar o Beato, mas as coisas não acontecem do jeito que eles querem e a guerra demora anos e escritores renomados como Machado de Assis acaba lançando uma nota no jornal pedindo que o exército brasileiro deixasse o povo do sertão em paz e parasse de vez com a morte que estava vindo no sertão, as pessoas estavam ficando indignadas com os acontecimentos e o exército estava perdendo sua força e a república estava sendo humilhada no sertão da Bahia, onde os soldados fortemente armados estavam perdendo a guerra para pessoas com estilingues e foice na mão.

Trazendo informações importantes para os estudiosos da Guerra de Canudos, sobre Antônio Conselheiro para se entender os objetivos deste messiânico, diferentes de outras encontradas na historiografia brasileira, por mostra os acontecimentos a partir da visão dos soldados e do autor que estão na linha de frente dos combates, e tem uma visão direta do Beato e dos seus seguidores, fazendo um relato claro dos acontecimentos.

“Antonio nome de santo

Que o povo todo iludia

Com prédicas falando em Deus

O povo crente afluía.

Tido como homem divino

Do céu para terra escolhido

Aquele que o via falando

Ficava por ele perdido.

De crente as provas deu ele

As obras que faz que o diga

Não se pode isto ocultar

No trabalho não tinha fadiga.

Diziam: é o verbo divino,

Outros: é santo vem do Senhor,

Afirmavam: conversa com Deus

Devemos lhe ter grande amor.

Faz milagre não vê? É Jesus,

Sumo o bem de Deus enviado

Vem trazer-nos bonança perdão

É um santo, não tem pecado.”³¹

A importância do estudo, mais aprofundado sobre esta obra, que traz relatos diretos de uma pessoa que participou da guerra como fornecedor de comida no campo de batalha, ao presenciar o Antônio Conselheiro e sua guarda de jagunços que o protegiam dia e noite, e se dizia conversa com Deus, dizendo como deveria agir diante do avanço das

³¹ Bombinha, Manuel Pedro das Dores. “Canudos, História em Versos”, Marco Antônio Villa (org.) Imprensa Oficial, Edufscar. Ed. Hedra. São Paulo, 2002. p. 22-23.

tropas da república que vinha de todo lugar do Brasil, acabando uma por uma, sem misericórdia.

“Corre fama em todo os Estados
Em Canudos há um grande mandão
Logo e logo alguns descontentes
Procuraram angariar proteção.

De Minas, Paraíba, Rio Grande,
Goiás, Amazonas, Paraná,
Florianópolis, Mato Grosso, E. Santo,
Natal, São Paulo e Ceará.

Sergipe, Alagoas, Grão Pará,
Pernambuco, Piauí e Maranhão.
Viram contingentes formidáveis
Para bem ultrajarem a Nação.

O governo inquieto se achava
Mas temia do bandido traição
Esperava com calma o regresso
Não queria afrontar a questão.

O bandido era Rei em Canudos

Tinha amigos fiéis que o servia

Os quais de joelho no chão

Só faziam o que ele entendia.”³²

Manuel Pedro das Dores Bombinho faz relatos incríveis em pleno calor dos combates, falar em um dos seus versos que viu um oficial, em pleno tiroteio escondido, estão próximos de entra na favela, passar momentos cruciais para tropa, descrevendo de forma muito bem relatada, sem deixa de relata sem sinta nomes, com medo a represaria por conta dos seus escritos.

³² Idem p. 33.

“No rio tratei sim de procurar
Um buraco, uma toca um esconderijo
O fogo era terrível e bem medonho
Queria encontrar um bom abrigo.

Ali encontrei bem escondidos
Alguém que não posso declinar
Oficiais, isso em mui segredo
São coisas que não devo relatar.

Os companheiros de viagem não os via
Não sei onde mesmo se abrigaram
Depois de algum tempo de demora
Novamente ali eles chegaram.

Para frente seguia-se sem demora
A trote largo em procura da Favela
O fogo era sempre impertinente
Não é fábula o que digo nem novela.

Já perto da Favela, estou lembrado
Já eu e o impagável José Ricardo
É quando um sargento destemido
Entre nós duma bala é atravessado.”³³

Por conta da nova história cultural, onde se estuda a história não contada pela burguesia, mas pelo povo, uma história de baixo para cima, vista na terceira geração dos Annales, com novos problemas, novas abordagens para se estudar o homem e sua mentalidade.

Se utilizado da teoria apresentada por Roger Chartier, quando ele colocar que tudo só existe quando é representado, dão uma forma diferente para abordagem, a partir da construção que um grupo faz sobre a sua história. Roger Chartier em seu conceito de representação apresenta como alternativa de compreensão do social e cultural da realidade via

³³ Idem p. 226.

representação, o real como sentido, ele recebe sentido, e é representado. Entretanto, a representação abre espaço para o relativismo, uma vez que tudo só existe enquanto representado. “Esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

A história cultural se envolve com textos, livros e literatura, mostra para Roger Chartier a possibilidade de se trabalhar a realidade e como o historiador pode compreender a realidade.

O trabalho consiste em mim debruçar sobre o livro de Manuel Pedro das Dores Bombinha “Canudos História, em Versos” e desvendar os mistérios que rodeiam Antônio Conselheiro, louco ou santo? em sua guerra santa contra os soldados da república. Demonstrei fatos que não foram descritos em outros livros e a importância em se utilizar da obra, que é uma fonte riquíssima de detalhes, escrita por Manuel Pedro Das Dores Bombinha, uma pessoa que foi testemunha ocular dos acontecimentos no Arraial, assim trazendo à tona a memória deste sergipano que estava esquecido da historiografia.

Muito já tem sido escrito sobre o Antônio Conselheiro e sua guerra santa de Canudos, mas nada escrito sobre o livro “Canudos, História em Verso” que foi escrito em pleno calor dos combates por Manuel Pedro das Dores Bombinha, que traz uma representação importantíssima sobre Antônio Conselheiro, diferentes de obras já encontradas sobre a Guerra de Canudos.

CONCLUSÃO

Mostra a importância da representação que Manuel Pedro das Dores Bombinho faz sobre Antônio Conselheiro no livro Canudos, História em Versos, tendo uma visão diferente de outras obras como “*Os Sertões*” de Euclides da Cunha e “*A Guerra do Fim do Mundo*” de Mario Vargas Llosa. Trazendo a visão de uma testemunha ocular dos acontecimentos no campo de batalha.

Retirando do esquecimento esta obra que foi escrita por um sergipano e deixando os seus manuscritos na Biblioteca Pública Epifanio Dorea de onde sumiu e até hoje não se tem notícias do seu paradeiro. Marcos Antônio Villa, organizador da obra que tenho em mãos, conseguiu uma cópia incompleta dos manuscritos através do Professor João dos Santos Filho,

da UEM – Universidade Federal de Maringá, quando estava pesquisado na Biblioteca Municipal de Mário de Andrade, em São Paulo, mas só em 2001, conseguiu fazer uma leitura completa do poemas, graças ao Professor Luís Antônio Barreto, que tinha uma cópia completa do poema.

Utilização deste livro “Canudos, História em Versos”, a representação de Antônio Conselheiro, a partir da fala dos soldados que retornavam para Simão Dias-SE após a derrota para o povo do Conselheiro, tinham suas memórias recolhidas por Manuel Pedro das Dores bombinha sobre o messiânico e a memória do autor quando participar da 4ª expedição.

Espero reviver a memória de Manuel Pedro das Dores Bombinha esquecida da historiografia sergipana, que teve uma participação importantíssima na história de Sergipe, ao escreve um livro relatado o que vivenciou na Guerra de Canudos, uma visão de baixo para cima, diferentes de outras encontradas na nossa literatura. Um homem que foi poeta, escritor, advogado, músico, fez parte da política Simãoense e criou a Banda de Bombinho que com o passar do tempo se torna a banda Filarmônica Nossa Senhora Santana, se muda para a Bahia onde também participar da política da cidade de Paripiranga e morrer na cidade de Ilhéus aos 89 anos.

Aparte do seu livro desmistifica Antônio Vicente este homem que é lembrado até hoje no sertão da Bahia, cidade conhecida pelo nome de Nova Canudos, por levanta um arraial em nome de Deus e que desperte o interesse dos acadêmicos ou dos especialistas na Guerra de Canudos em utilizar a obra, como uma fonte histórica importantíssima para se entender a peregrinação do Bom Jesus.

FONTE:

BOMBINHA, Manuel Pedro das Dores. “*Canudos, História em Versos*”. Marco Antônio Villa (org.). Imprensa Oficial, EdufsCar. Ed: Hedra. São Paulo, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:

BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços*. 2ª edição, Ed: Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª edição, Ed: Difel, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 20ª Edição, Ed: Ediouro, Rio de Janeiro, 1998.

COSTA, Flávio José Simões. *Antonio Conselheiro, LOUCO?* Ed: Editus, Ilhéus, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 70ª Edição, Lisboa, Portugal, 1982, 246 p.

LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. Ed: Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1981.

MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro*. 2ª edição, Ed: Renes, Rio de Janeiro, 1978.

MACEDO, José Rivair, MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da guerra de canudos*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2004.

MOURA, Alexandra Mota Pereira. *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial dos Canudos: Introdução, versão atualizada e notas*. Monografia do Departamento de História – DHI, sala do Programa de Documentação e Pesquisa em História – PDPH, Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves, 2006.

SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. 1ª edição, Ed: AnnaBlume, São Paulo, 2002.

SÁ, Fernando. *Combates entre História e Memória*. Ed: UFS, São Cristóvão, Fundação Oviêdo Teixeira, Aracaju, 2005.

O BRASIL E O ESPAÇO CIBERNÉTICO

Autora: Lidiane Pascoal da Silva

Graduanda em Relações Internacionais – UFS

Bolsista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional -

Prodap/UFS

lidianepascoal@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Júlio C. Rodriguez (DRI/UFS)

Introdução

Este trabalho pretende demonstrar como o Brasil, a partir do Governo Lula, percebe estrategicamente o espaço cibernético como fator de Segurança e Defesa Nacional. Argumenta-se que dentre as novas ameaças que os Estados tiveram que enfrentar no período pós Guerra Fria, tem-se também o fator cibernético como algo que pode facilmente desequilibrar um Estado.

Para se compreender o motivo pelo qual o Brasil passou a enfatizar a segurança e defesa cibernética como setor estratégico e recurso de poder, insere-se aqui um breve panorama, a partir de teorias de relações internacionais e dos estudos de segurança internacional, como o sistema internacional condiciona o comportamento de um Estado. Posteriormente, verificam-se as principais ações que o Brasil tem executado no âmbito da segurança e defesa cibernética como resposta a evolução tecnológica voltada para as realidades virtuais no âmbito da política mundial (KELLO, 2013).

Nesta perspectiva, a corrente realista das relações internacionais (RI) analisa a posição dos Estados no sistema internacional (SI) e os apontam como atores preponderantes deste sistema (CARR, 2001, WALTZ 2002). Estes atores por muito tempo obtiveram o domínio do SI, controlando e regulando fenômenos que surgiam no cenário internacional. Com isso, no que toca aos Estudos de Segurança Internacional (ESI), observam-se que as quatro questões centrais elencadas por Buzan e Hansen (2009, p. 12) delimita-se o Estado como objeto de referência básica, de acordo com uma análise ainda tradicional. Por exemplo, a segurança apenas do Estado deveria ser protegida e estudada. Além disso, as forças armadas deveriam ser consideradas o setor primário da segurança. Deste modo, é importante notar que há uma fronteira tênue entre ESI e RI de modo que permite fazer o paralelo entre teorias de RI e a história da evolução dos ESI (BUZAN e HANSEN, 2009).

Contudo, percebe-se, no período pós-Guerra Fria, com a globalização e a disseminação de aparatos tecnológicos provenientes de revoluções industriais, que os recursos de poder para atuar no SI tem sido constantemente modificados (LASTRES, 1999; NYE 2009; WOHLFORTH, 2012). Assim, Nye (2009, p. 279) observa que “os elementos básicos essenciais da política mundial estão sendo transformados pela nova tecnologia. Se nos concentrarmos unicamente no poder duro das nações-estados, deixaremos de entender a nova realidade”. Neste sentido, o realismo clássico perde parte de sua força explanatória e as questões referentes aos ESI passam a ter novas vertentes e diferentes respostas, uma vez que nota-se a emergência de novos atores nas RI e com isso muda-se a percepção de ameaças que os Estados têm que enfrentar neste novo cenário (MARTINS, 2008; OLIVEIRA, 2009; ÁVILA e SILVA, 2011; CEPIK 2013).

Assim, as assertivas de Nye (2009, 2012) permitirão a aplicação do fator tecnológico para os propósitos deste trabalho. Uma vez que ele afirma que a difusão do poder, no bojo da evolução tecnológica, para além dos Estados, é uma das maiores transformações ocorridas nas relações internacionais contemporâneas. Acerca disto, Nye (2012, p. 154) assegura que “as mudanças advindas das tecnologias vinculadas da computação e das comunicações estão transformando a natureza do governo e acelerando uma difusão do poder”. Adicionalmente, como salienta Oliveira (2009), o debate sobre a configuração no sistema internacional contemporâneo no que toca à ampliação da agenda internacional, traz consigo a alteração na percepção de ameaças que os Estados têm que enfrentar. É importante notar que BUZAN e HANSEN (2009) também estabelecem um debate acerca da ampliação desta agenda e argumentam que a tecnologia caracteriza-se como força motriz na maioria dos debates pós Guerra Fria (BUZAN e HANSEN, 2009, p. 187; CEPIK 2013). Neste sentido, a metodologia selecionada para o desenvolvimento desse trabalho dar-se-á da seguinte forma: será levantado um estudo de caso sobre o Brasil, com a limitação temporal do período Lula e o foco analítico na política nacional relacionada à cibernética. A metodologia, logo será um estudo de caso. Portanto, será uma investigação qualitativa, que pretende explorar uma temática pouco abordada nas relações internacionais do país.

Ainda sobre o assunto, a tecnologia de ponta – baseada em microchips – torna o mundo “menor”, no sentido de que os avanços das tecnologias de informação e telecomunicação (TIC) e a velocidade dos transportes proporcionam um ambiente de maior interação e integração, principalmente, dos mercados econômicos (LASTRES, 1999), ou seja, o mundo tornou-se globalizado no âmbito das informações. Esse processo de globalização,

devido à tecnologia de ponta e ao alto grau de desenvolvimento dos sistemas de informação, faz com que seja possível conectar-se todo o globo em uma mesma rede. Assim, este fenômeno provocou um forte impacto no sistema internacional, levando países a se articularem de forma minuciosa para saber agir neste ambiente complexo e interdependente (NYE, 2009). Através desta ação globalizante, assuntos que outrora eram irrelevantes passaram a ganhar importância e espaço na agenda da política internacional dos Estados, bem como a necessidade de planejar novas políticas econômicas e a emergência de atores não governamentais às relações internacionais. É neste contexto de ampliação do capital e da tecnologia que surge o advento das novas realidades virtuais no âmbito do espaço cibernético (NYE, 2012).

Além da conexão e interdependência dos países, como exposto acima, nota-se que há uma conexão, através da Internet, de computadores que implica no comportamento dos Estados, uma vez que se presencia o fenômeno da informação para além do espaço local e posicionando-se em escala mundial (SOUZA, MEDEIROS, 2011; NETO 2014). Desta forma, as relações internacionais contemporâneas apresentam o ciberespaço como determinante na relação política e econômica tanto no cenário doméstico quanto no internacional. Esse fator traz consigo uma nova concepção de poder que pode, facilmente, desconstruir a concepção e a distribuição do poder tradicionalmente defendido no sistema internacional como um todo (MARTINS, 2008; CEPIK, 2013).

Definição de Espaço Cibernético

Em linhas gerais, o espaço cibernético é o meio o qual permite que a comunicação seja estabelecida através da interligação de computadores. Nesse sentido, a cibernética corrobora para maximizar e/ou antecipar a ação dos Estados diante de algum fenômeno existente. Além disso, os Estados utilizam-se do ciberespaço com a finalidade de desenvolver e planejar os setores estratégicos (MANDARINO, 2010). Neste sentido, o ciberespaço rompe conceitos tradicionais como de soberania, princípio de não intervenção, fronteiras e poder. O que se constitui em um ambiente ainda desconhecido e, portanto, desafiador, como afirma Carvalho (2011, p. 31).

“O espaço cibernético é um ambiente ainda desconhecido, mal definido, sem fronteiras nem leis, constituindo-se uma verdadeira terra de ninguém, com grande potencial para se tornar palco de mais uma disputa de poder no cenário internacional”.

Com isso e reportando-se ao estudo de caso sobre o Brasil, abre-se um leque de questionamentos de como assegurar e combater tais ameaças. Uma vez que ataques cibernéticos afetam diretamente a cadeia de comando e controle de um país e com isso coloca em risco a segurança nacional se a infraestrutura crítica for atingida (OLIVEIRA, 2011). Logo, no tocante aos contornos da cibernética, é necessário delimitar minimamente o que se deve proteger. Deste modo, delimita-se a segurança cibernética das infraestruturas críticas que correspondem aos setores estratégicos do estado brasileiro. Mas questiona-se como serão as prerrogativas legais para o uso do espaço cibernético para promover a segurança nacional.

Ainda sobre o assunto, entende-se por infraestrutura a concepção adotada por Brandão (2011, p. 166): “o termo infraestrutura referia-se originalmente às redes físicas que suportavam o funcionamento das cidades e incluíam estradas, água, esgoto, cabos de energia e linhas de telecomunicações”. Contudo, o conceito atual de infraestruturas críticas ultrapassa a noção física, envolvendo estruturas para interconexões e funções que permitem que a sociedade possa sobreviver e prosperar, incluindo a informação.

Entende-se aqui por infraestrutura a concepção adotada por Brandão (2011, p. 166), a saber: “o termo infraestrutura referia-se originalmente às redes físicas que suportavam o funcionamento das cidades e incluíam estradas, água, esgoto, cabos de energia e linhas de telecomunicações”. Contudo, o conceito atual de infraestruturas críticas ultrapassa a noção física, envolvendo estruturas para interconexões e funções que permitem que a sociedade possa sobreviver e prosperar, incluindo a informação.

Em relação à Infraestrutura Crítica (IC) do Brasil, o Gabinete Institucional da Presidência da República (GSI/PR) definiu que são as “instalações, serviços, bens e sistemas que, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sério impacto social, econômico, político, internacional e à segurança do Estado e da sociedade”. (MANDARINO, 2010, p. 20). Nesse contexto, Pode-se afirmar em relação às ameaças provenientes do espaço cibernético, a segurança das IC considera-se como aspecto estratégico da segurança cibernética que o Brasil deve assegurar para o bom funcionamento da nação. Percebe-se, desta forma, que as ICs são os pilares de sustentação de um Estado, tornando-se fulcrais para este. Assim, o entendimento de proteger este ambiente é determinante para assegurar e guardar o país das possíveis ameaças que o espaço cibernético pode constituir.

Visão brasileira sobre o espaço cibernético

Diante do advento da Era da Informação (WIENER, 1950; SOUZA, MEDEIROS, 2011) e da importância de se ter o domínio em comando e controle, o Brasil busca adaptar-se no que toca a criação de estratégias para a segurança e defesa cibernética. Em vista disso, a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, definiu os três setores fulcrais para a estratégia de defesa nacional, a saber: o nuclear, o espacial e o cibernético. Esta definição salienta que “os setores espacial e cibernético permitirão, em conjunto, que a capacidade de visualizar o próprio país não dependa de tecnologia estrangeira e que as três Forças, em conjunto, possam atuar em rede, instruídas por monitoramento que se faça também a partir do espaço” (BRASIL, 2008). Desta forma, para o END o setor cibernético, que fica a cargo do exército, além de realizar atividades relacionadas à segurança e defesa cibernética, este setor aborda também a Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC), uma vez que esta é “ferramenta básica para a implementação de redes de computadores” (CARVALHO, 2011, p. 19). Ademais, tem-se a informação como de fundamental importância no processo decisório das políticas doméstica e externa dos países e também como bem público, visto que a sociedade civil tem o direito de apropriar-se das informações. Daí percebe-se a necessidade em proteger o ambiente virtual e compreender como esta proteção será feita à luz das regras nacionais.

É importante notar o atraso do Brasil no setor cibernético diante de grandes e médias potências. Mas para tentar preencher esta lacuna, há uma tendência mundial e brasileira em discutir assuntos voltados para a defesa cibernética e permitir a adaptação das capacidades do país para atuar em redes. Como exemplo, em 2005 o Brasil participou de um grupo de trabalho – solicitado pela Federação Russa no âmbito da ONU -, constituído por quinze países com o objetivo de “fortalecer a segurança global dos sistemas de informação e telecomunicações” (ALMEIDA, 2011). As discussões provenientes deste grupo de trabalho focaram na ameaça que o espaço cibernético constitui e versaram acerca da contribuição para este tema de cada país envolvido.

Nesse sentido, como o espaço cibernético é um ambiente desconhecido e não consolidado (CARVALHO, 2011), os países ali reunidos pretendiam agir de forma cooperativa, a fim de analisar cada contribuição apresentada. Nesta reunião, como demonstra Almeida (2011), fica claro um possível alinhamento entre Brasil e a Rússia no que toca a similaridade de interesses, e um maior afastamento daquele em relação aos Estados Unidos

(EUA). Com isso, observa-se que assuntos que tocam o fator cibernético pode, de fato, reconfigurar o jogo da política mundial (NYE, 2012). Além disso, infere-se a tecnologia como força motriz na maioria dos debates que versam as RI (BUZAN e HANSEN, 2012; CEPIK, 2013). Portanto, a difusão da tecnologia nuclear implica em uma difusão de poder (BUZAN e HANSEN, 2012, p. 172). Contudo, o foco não é apenas em armas nucleares, mas em qualquer ameaça que provem dos avanços tecnológicos como ameaças cibernéticas.

Ainda sobre o tema, além da disposição do Brasil em participar da reunião supracitada, nota-se também medidas como a criação do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) em 2006; a inserção na END (2008) da defesa cibernética, bem como as ações no âmbito das Forças Armadas e do Conselho de Defesa Nacional (CDN). Nesse contexto, de acordo com a Reunião Técnica de Segurança e Defesa Cibernética realizada em 2010 da qual resultou a elaboração do Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil, juntamente com a Secretária de Assuntos Estratégicos estabeleceram três metas que o governo brasileiro deverá consolidar, a fim de aprimorar as capacidades cibernéticas do país (BRASIL, 2010), são elas: Estabelecer a Política Nacional de Segurança e Defesa Cibernética; Estabelecer a Estratégia Nacional de Segurança e Defesa Cibernética; Estabelecer o Sistema de Segurança e Defesa Cibernética.

Para a realização de tais metas, nota-se que é necessário destinar um orçamento específico para o setor cibernético, além de recrutar recursos humanos para capacitação em segurança cibernética dos mais diversos níveis e de forma interdisciplinar, bem como a obrigatoriedade de ensino nas áreas de segurança da informação, segurança cibernética (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010).

Neste contexto e em linhas gerais, o Ministério da Defesa em consonância com outros órgãos ministeriais pretende alocar recursos financeiros que viabilizem o desenvolvimento e criação de projetos relacionados à defesa nacional, dentre eles destacam-se: sistemas de comando e controle e de segurança das informações; veículos aéreos não tripulados; equipamentos e plataformas de guerra eletrônica; equipamento individual e sistemas de comunicação do combatente do futuro; sensores óticos e eletro-ópticos; um satélite geoestacionário nacional para meteorologia e comunicações seguras (BRASIL, 2008). É importante notar que a criação e efetivação destes projetos relacionam-se fortemente com a

necessidade do país de adaptação as realidades estratégicas conforme levantado na temática e no problema deste trabalho.

Ainda sobre o assunto, vale listar os principais órgãos do governo vinculados ao Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) os quais são responsáveis por coordenar e adaptar as estratégias do país às novas realidades virtuais no tocante a segurança e defesa cibernética, são eles: Conselho de Defesa Nacional (CDN); Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN); Casa Civil; Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI); Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTI); Diretoria de Telecomunicações (DITEL); Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC); Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores (CTIR.Gov); Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Ministério da Defesa (MD) entre outros (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010).

Em síntese, os exemplos acima elencados demonstram que a questão cibernética, bem como suas ameaças constituem fatores relevantes na política interna e externa do Brasil e, deste modo, tal tema precisa ser tratado com cautela e requer uma investigação mais ampla com levantamento de dados, para estabelecer qual é a visão do Brasil no que toca à infraestrutura crítica do país, assim como o levantamento de informações estratégicas para a implementação de sua política externa (ÁVILA e SILVA, 2011)

Conclusão

Percebe-se nas relações internacionais contemporâneas que, com a ampliação da agenda internacional, há uma modificação da percepção das ameaças, sobretudo provenientes do avanço tecnológico. A partir das teorias de relações internacionais e estudos de segurança internacional, nota-se que as mudanças que ocorrem na política internacional provocam um impacto na política doméstica dos países e, especificamente, do Brasil. Neste sentido, como exposto neste trabalho através da descrição das ações do Brasil sobre a temática proposta, o espaço cibernético torna-se relevante para o país no que toca às áreas de Segurança e Defesa e tal relevância começa a ser destacada a partir do Governo Lula.

Observa-se, então, que este tema é recente na agenda brasileira, mas que tem fomentado diversas ações. Com isso, faz-se necessário acelerar estas ações com o intuito de criar de forma efetiva um sistema que garanta a segurança e defesa cibernética principalmente

no que toca às Infraestruturas Críticas do país, bem como estabelecer uma ação integrada dos setores civil e militar visto que um único ator, o Estado, não conseguirá por si só assegurar a informação e o bom funcionamento do ciberespaço na medida em que tal ambiente é complexo e demanda conhecimentos múltiplos (CARVALHO, 2011).

Por fim, A questão cibernética transcende a área de Defesa perpassando pela segurança humana (OLIVEIRA, 2009). Trata-se de questões civil e militar e afeta as relações internacionais como um todo, configurando-se fulcral para os estudos de segurança nacional e internacional (CEPIK, 2013).

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José. E. P. A tendência mundial para a defesa cibernética. In: BARROS, O. S. R. et al (Org.). **Desafios estratégicos para segurança e defesa cibernética**. – Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011. p. 79-96.

ÁVILA, Rafael Oliveira de; SILVA, Rafael Pinto da. Brasil informacional: a segurança cibernética como desafio à segurança nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. New York, Cambridge University Press, 2009.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. ED. Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Paulo. S. M. O setor cibernético nas Forças Armadas Brasileiras. In: BARROS, O. S. R. et al (Org.). **Desafios estratégicos para segurança e defesa cibernética**. – Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011. p. 13-34.

CEPIK, M. 2013. Segurança internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para a Celac. In: **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. San José. C.R: FLACSO, 2013. p. 307-324.

KELLO, Lucas. **The Meaning of the Cyber Revolution: Perils to Theory and Statecraft**. *International Security*, v. 38, n. 2, p. 7-40, 2013.

LASTRES, Helena MM. **Informação e conhecimento na nova ordem mundial**. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 1, p. 72-78, 1999.

MANDARINO JUNIOR, Raphael. **Segurança e defesa do espaço cibernético brasileiro**. Recife: Cubzac, 182 págs. ISBN: 978-85-61293-13-0; 2010.

MARTINS, J. M. **Digitalização e guerra local: fatores do equilíbrio internacional**. 2008. 327f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

NETO, Ferreira. B. W. **Territorializando o "novo" e (re) territorializando os tradicionais: a cibernética como espaço e recurso do poder**. Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares, v. 8, n. 31, p. 7-18, 2014.

NYE, Joseph. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

_____. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Ariana B. De. **O fim da guerra fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana**. Revista Aurora, v. 3, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, João. R. de. Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Nacional: abordagem com foco nas atividades relacionadas à Defesa Nacional. In: BARROS, O. S. R. et al (Org.) **Desafios estratégicos para segurança e defesa cibernética**. – Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011. p. 105-126.

SOUZA, Gills Lopes Macêdo; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **Da cibersegurança à ciberdefesa Americana: a diplomacia da internet como instrumento de proteção e de integração dos estados da OEA**. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2011, 2011.

SOUZA, Gills Lopes M. **Reflexos da digitalização da guerra na política internacional do século XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá** / Gills Lopes Macêdo Souza. – Recife: O autor, 2013.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of political science**. Cornell University Press, 1997.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, v. 1, 2002.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**, São Paulo, Editora Cultrix, 1950.

WOHLFORTH, William C. **How not to evaluate theories**. International Studies Quarterly, v. 56, n. 1, p. 219-222, 2012.

Fontes:

BRASIL. Ministério da Defesa Nacional. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília: Ministério da Defesa Nacional, 2008. 64 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Gabinete de Segurança Institucional Secretaria Executiva Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. **Livro Verde da Segurança Cibernética no Brasil**. Brasília, DF., 2010, 63pp.

ENTRE SAIAS JUSTAS E JOGOS POLÍTICOS: NOTAS SOBRE AS DIFICULDADES E CONFLITOS NO TRABALHO ETNOGRÁFICO DO CAMPO POLÍTICO

Autor: Jonatha Vasconcelos Santos

Curso: Ciências Sociais Bacharelado

E-mail: vasconcelos.jonatha@globomail.com

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (DCS-UFS)

Introdução

A comunicação tem como proposta mostrar a importância do trabalho reflexivo no exercício da etnografia, aquilo intitulado por alguns autores de Antropologia Reflexiva que, na tradição bourdiana, reaparece como auto-sócio-análise. Ambos os termos têm em comum a problematização do trabalho de campo nas Ciências Sociais.

O presente artigo traz a abordagem reflexiva em uma pesquisa realizada sobre as Juventudes Partidárias em Aracaju/SE. Fazem parte da pesquisa, para problematização e desenvolvimento do texto, duas ferramentas metodológicas: a entrevista e a observação participante direta.

Foi o surgimento de “saías justas” durante o processo de inserção no campo empírico que encaminhou a pesquisa para também problematizar em que circunstâncias e o que, possivelmente, os contratempos poderiam sinalizar do objeto pesquisado. Para isso, o artigo foi dividido em três partes que, em conjunto, apresentam o campo estudado e os seus dilemas.

Inicialmente o tópico *Por uma caracterização das Juventudes Partidárias em Aracaju/SE* é a apresentação mais geral do campo empírico em que a pesquisa se realiza com todas as juventudes catalogadas e as pesquisadas. A segunda parte, *Um jovem em juventudes: dificuldades e conflitos da pesquisa etnográfica nas juventudes partidárias em Aracaju/SE*, traz as dificuldades e conflitos do qual se trata o artigo, é importante ressaltar que os conflitos aparecem em outras circunstâncias mas, para o texto, foram selecionados três momentos e alguns outros momentos informais foram introduzidos na medida em que explicava os eventos formais escolhidos. Por fim, a *Conclusão* que são os resultados aos quais o estudo de tais conflitos encaminha.

Por uma caracterização das Juventudes Partidárias em Aracaju/SE

No Brasil há um grande histórico da presença dos jovens na política partidária e só recentemente tem-se notado a negação, por parte desses jovens, dos partidos políticos como uma possibilidade de atuação política, produzindo assim o que Janice Tirelli (2003) chama de *as novas insurgências de discursos contra o instituído*, ou seja, a militância partidária é vista como tradicional que já não representa a juventude em relação às outras possibilidades como a atuação em coletivos de gênero, culturais, étnicos, ambientais e etc. Ainda assim, se faz necessário, antes de negar a persistência e a existência de jovens que militam em partidos políticos, examinar quais as formas de atuação e inserção atuais dos jovens na militância partidária.

Em Sergipe as juventudes partidárias estão presentes na maioria dos partidos políticos, salvo alguns partidos em estruturação como o recente Partido Solidariedade. As juventudes do PT, PSTU, PSC, PSB, PCB, PSDB e PMDB são algumas que fazem parte da pesquisa e, como se pode perceber, a escolha independe do pertencimento ideológico dos partidos. A diversidade do espectro de posição política das juventudes permite, entre outras coisas, perceber as rupturas e continuidades das mesmas quanto aos critérios de entrada nas juventudes, as formas de organização e atuação. A pesquisa já aponta para diferenças importantes mas que não serão tratadas no texto.

As juventudes, de maneira geral, são compostas por uma média de 15 integrantes fixos e outros que não possuem uma atuação militante estável. São em grande parte universitários e secundaristas, seja de instituições particulares ou públicas mas prevalecendo a universidade e escolas públicas. Dos entrevistados até o momento, todos parecem ter o movimento estudantil como a principal forma de atuação contestatória e política, mas atuando também paralelamente em movimentos como os de gênero e culturais.

A organização dessas juventudes, como as do PCB e do PSTU – principais juventudes analisadas até o momento – ilustram a importância das causas estudantis como a formação de uma frente crítica ao processo de sucateamento das universidades promovido pelo REUNE e a necessidade de políticas que mantenham os alunos mais desfavorecidos no ensino superior. No caso do PCB e do PSTU, ambos possuem comissões ou frentes do movimento estudantil, movimento de gênero e trabalhista, mas em Sergipe, segundo os entrevistados, é a frente do movimento estudantil que se faz mais presente e ativa.

A inserção dessas juventudes em espaços universitários como os centro acadêmicos e os DCE, seja em universidade pública ou privada, também refletem essa forte atuação do movimento estudantil universitário. Se nas universidades públicas a necessidade de atuação é

em prol da disputa por um ensino e condições universitárias dignas, nas instituições privadas é, segundo uma jovem militante do PCB, a necessidade de politizar “a classe trabalhadora que não consegue passar na UFS e está na UNIT e na FASE da vida”.

As formas de atuação são as mais diversificadas mas é possível perceber alguns padrões. Mesmo a discussão entre os posicionamentos políticos de esquerda e direita não serem fundamentais no trabalho, os padrões de atuação estão em conformidade com essa dicotomia na orientação política. As juventudes de esquerda como o PCB e PSTU – as que tive mais contato empírico – estão relacionadas a algumas características organizacionais, individuais e de atuação que Ruskowski e Kunrath (2014) percebe no Levante Popular da Juventude como “um engajamento altruísta, conflitivo, global, coletivo e de ruptura” e reflete em ações de conflito direto com a ordem política e econômica instituída como atos públicos e apoio a movimentos sociais como o Não Pago que reivindica o transporte público de qualidade, a Marcha das Vadias, formação política e etc. Por outro lado, a juventude do PSC tem formas de atuação muito menos conflitiva e tem como as principais ações àquelas referente à solidariedade: campanha de doação de alimentos, distribuição de roupas, agasalhos e alimentos aos mendigos, doação de sangue, formação política com a juventude dos municípios e etc.

A relação entre autonomia e dependência com os partidos é um conflito que caracteriza as juventudes internamente e quando relacionados às outras juventudes. No trabalho de campo, desde o início, pertencer ou não a algum partido se mostrou conflituoso nas relações entre os integrantes das juventudes, chegando alguns a informar “eles são uma juventude partidária, mas estão camufladas no movimento, nós assumimos o que somos e para o que somos” (Jovem militante do PCB). A literatura sobre as juventudes e os jovens com os quais foi feito o contato, percebem o tema da política partidária e juventude a partir de dois comportamentos: a) a negação dos partidos devido à crise de representatividade política e b) ao princípio da autonomia como classificador dos grupos, ou seja, os mais autônomos seriam os mais revolucionários.

No caso das juventudes partidárias pesquisadas em Aracaju, a crise de representação política se revelou um fator secundário, afinal todos consideram os partidos políticos como um meio necessário para a veiculação das insatisfações e do exercício institucional da política.

“Enquanto muitos outros partidos de esquerda negam que não é pra trazer para a militância do partido, a gente não nega... é um dos nosso objetivos, é

ser tipo uma escolinha, uma escola para o partido, para a entrada no partido e a gente não nega. Não forçamos ninguém [ênfatizando a fala] a entrar no partido, a gente nunca vai colocar uma camisa de força na pessoa obrigando ela a entrar no partido, mas você está na juventude do partido comunista brasileiro, isso a gente não nega...” (Jovem militante do PCB)

Em suma, algumas observações ficam por caracterizar as juventudes partidárias que são necessárias para apontar com mais objetividade o que são, atualmente, as juventudes partidárias antes de incorrer em discursos gerais que relacionam as juventudes brasileira contemporânea com um desengajamento e desilusão política.

Um jovem em juventudes: dificuldades e conflitos da pesquisa etnográfica das juventudes partidárias em Aracaju/SE

Durante o trabalho de campo e a participação em rodas de conversas, formação política, debates, conversas informais e entrevistas alguns conflitos e dificuldades se apresentaram. O exercício reflexivo e o registro em diários de campo dos desencontros da pesquisa é fundamental para, inclusive, melhor entender a dinâmica dos grupos em que o pesquisador está inserido e sistematizar o contato constante do pesquisador e o objeto de pesquisar, permitindo o melhor

“controle das pré-noções comuns e eruditas que nos conduzem ao objeto e que, muitas vezes, ‘falamos por nós’ durante a pesquisa; a constante auto-análise tanto do seu próprio ‘interesse’ de pesquisa quanto do conjunto de interações desenvolvidas no decorrer da investigação (teorias, problemas, procedimentos utilizados, etc.); a constante indagação a respeito dos efeitos sociais que certas escolhas e posições assumidas durante o processo de investigação têm em relação a pertinência e qualidade das informações obtidas.” (OLIVEIRA, 2010, p. 126)

A atitude reflexiva frente ao objeto de pesquisa não somente coloca o pesquisador em vigilância com suas preferências temáticas, teórico-metodológicas e pré-noções, mas também questionar o que o campo nos diz e

“Por que certas informações não estão ali onde *deveriam* estar? Quais as perguntas, dúvidas, tensões, conflitos, etc., que surgiram no próprio processo de levantamento dos dados pertinentes (fichas, documentos, entrevistas, etc.)? Em que medida essas questões que vêm à tona durante o processo de pesquisa já nos dizem algo sobre o modo de *configuração* da própria realidade social a ser investigada?” (OLIVEIRA, 2010:127)

A forma com que os jovens que tinham mais afinidade com os termos das Ciências Sociais me classificaram de “pós moderno” ou “pesquisador imparcial” por outros refletem

também a maneira com que se classificam os de dentro e os de fora da juventude e as juventudes entre si. Logo, ser classificado por esses termos refletem também a “definição de fronteira, hierarquias, disputas e conflitos entre tais organizações” (OLIVEIRA, 2010). O distanciamento político, apresentado pelo pesquisador, é encarado pelos jovens em questão como desconfiança. Para outros, fazer parte de um determinado laboratório, perspectiva teórica e até mesmo ter seu trabalho monográfico orientado por um respectivo professor também é motivo de desconfiança e conflitos, em alguns casos, ocultando informações que são oferecidas por outros jovens.

Dois momentos de observação participante e uma entrevista serão descritos como ilustração desses momentos de conflitos entre o pesquisador e os jovens militantes. O primeiro foi a observação de uma formação política de uma juventude partidária que ocorreu na Universidade Federal de Sergipe. O segundo, a participação no Cinemarx, evento que propõe o debate político a partir de material cinematográfico. O terceiro foi a realização de uma entrevista, também no campus universitário, com um jovem militante.

Primeiro momento: formação política da UJC

A observação participante ocorreu mediante a negociação com dois militantes de uma mesma juventude no qual um disse que “você não pode participar das reuniões, só os militantes” e o outro forneceu a informação do evento e me convidou. A formação política aconteceu no campus e foi dividida em três momentos: apresentação das pessoas, apresentação da UJC e formação política.

A apresentação das pessoas é o momento em que todos jovens, sejam principiantes ou veteranos, que estão ali se apresentam e falam um pouco sobre suas características. Nesse momento, um dos veteranos olhou para mim como quem sinalizou para que também se apresentasse e me apresentei. Logo em seguida, outro jovem militante, desde o início desconfiado com minha presença, disse “esse daí é o pesquisador que vai fazer a gente de cobaia” [risos por parte somente dele]. As apresentações prosseguem normalmente.

A apresentação da UJC, segundo momento da formação política, é marcada pela fala coordenada e alternada de dois integrantes (ambos veteranos na UJC e também militantes do PCB) que apresentam a forma de organização da UJC, as principais causas, os objetivos para a existência da juventude, o que normalmente acontece nas reuniões, as próximas atividades da UJC e etc. Todos os jovens, exceto os dois que falam, ouvem e logo depois fazem algumas perguntas que são respondidas.

Por fim, o curso de formação política é o momento em que há as análises de conjuntura política, a situação atual da juventude e acontece as discussões. As falas continuam coordenadas e alternadas entre os mesmos dois integrantes, porém a possibilidade de falar circula entre os demais veteranos na organização que opinam e contribuem para a discussão. Algumas críticas são feitas ao PT, sua forma de governar e sua juventude, quando um dos integrantes critica a juventude se direciona para mim pedindo a confirmação ou não da crítica feita. Em seguida, inicia a discussão sobre ser stalinista, trotskista, leninista e/ou marxista e a mesma integrante do início aponta a necessidade do pensamento marxista frente aos “pós modernos”, aponta para mim e afirma que eu conheço os pós modernos “você já deve ter lido esses caras como o Fukuyama; os pelegos”.

É importante ressaltar que o conflito não ocorre somente entre o militante e o pesquisador, mas entre os militantes, o que mostra a heterogeneidade de posições dentro da própria juventude. O conflito emerge em um momento de discussão sobre a necessidade ou não de uma “revolução armada” e um integrante afirma que é necessário pegar em armas porque nenhuma revolução foi feita com “beijos e abraços”. O outro integrante, por sua vez, diz “vai com calma, os meninos vão ficar assustados... gente não é assim, não vamos pegar em arma agora... isso não é para agora”, irritando o outro integrante que o olha estranho e pede para não interromper sua fala.

Afora os três momentos que demarcam o início e o fim da formação política, antes do início do evento a minha relação com o integrante tem como ponto de partida a desconfiança. Ao chegar na sala, o integrante me olha estranho e pergunta o que eu estava fazendo ali e justifiquei que tinha ido observar a formação política a convite de um outro jovem e o integrante respondeu “Ah, certo, essa você pode ver, é público.”. Ainda nos momentos anteriores as interações são marcadas por conversas sobre temas como: a produção sociológica, a relação entre política e sociologia, a neutralidade sociológica e opiniões pessoais que são proferidas pela jovem sobre alguns professores, entre eles, o antigo coordenador do grupo de pesquisa ao qual pertencço.

Segundo momento: o Cinemarx

Marcado para o dia 27 de setembro, o evento não ocorreu pois quem estava com a chave da sede do PSTU não estava presente. Com isso, foram todos para um bar localizado na praça da Catedral que fica no centro de Aracaju e os acompanhei.

Conversaram sobre várias coisas e o tema da política era o principal da roda. E as palavras soltas eram PT, stalinismo, trotskismo, e quem era stalinista, anarquista, stalinista e, no final das contas, estavam lá todos simpatizados por serem trotskista "o bom é que quando leio Trotsky tenho uma relação de afetividade.". Logo depois, começaram a discutir os cursos que fazem, tinham pessoas de Direito, Comunicação Social, Enfermagem, etc e um dos jovens militante do PSTU disse em tom jocoso "é, o pior sobrou pro viado [se referindo a ele] né?" e o outro jovem responde: "mas foi voluntário, você sabe disso". Pouco antes um jovem militante disse "eu faço Direito porque quero ser útil [ao partido], vou soltar todos os esquerdistas que entrarem na cadeia.". Esse diálogo destacado mostra a influência que a militância tem nas outras esferas de vida como a profissional, escolar, afetiva, familiar, mas, nesse caso em específico a profissional.

Essa mesma interferência nas esferas de vida pode ser observado em outros casos como em outro jovem recente na militância do PSTU e que faz direito que sobre fazer Direito disse "é a única maneira que eu vejo de ser útil para a esquerda. Ou eu fazia direito ou eu fazia ciências sociais ou filosofia.", enquanto conversava e comentava sobre estudar para o ENEM e tentar uma vaga na universidade pública mesmo jovem afirma que "é que ou eu milito, ou estudo para direito que já está prejudicado porque está sendo difícil o final da campanha ou para o ENEM. Aí não dá para se dedicar a tudo". O mesmo acontece com uma militante que fazia Fisioterapia e mudou para Enfermagem, focando em sua utilidade para o partido e o proletariado.

Entre uma conversa e outra, o recém militante do PSTU cantarola uma música considerada pelos jovens do PSTU que "não rimos mais de tudo" como machista e logo se estabelece um clima tenso pois dois dos integrantes mais antigos perguntam se é certo cantar uma música machista que diz que homem não chora, não implora e não pede perdão. O jovem pede desculpa e diz que era uma brincadeira. Esse evento que já aconteceu outras vezes e, em entrevista, um jovem do PSTU diz que o que muda depois de entrar na militância é que consegue enxergar as injustiças e um dos efeitos é que "não rimos mais de tudo" como piadas homofóbicas, preconceituosas, etc.

Terceiro momento: a entrevista

A entrevista realizada com um dos integrantes da juventude do PSTU foi o momento catalizador para iniciar o trabalho reflexivo sobre os conflitos entre o pesquisador e objeto de pesquisa. Já era imaginado que tivesse que inserir tal debate a partir de experiências na Iniciação à Pesquisa, coordenada pelo Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, em contato com os partidos políticos.

As negociações que envolveram a entrevista foram feitas com certa tranquilidade, assim como parte da entrevista. O entrevistado, como já foi dito, era um integrante da juventude do PSTU e cursa Comunicação Social na UFS. A entrevista correu em tom agradável, apesar de alguns sinais de inquietude do entrevistado - e por isso mesmo - e meu. As perguntas envolviam três blocos temáticos: a história da juventude, a estrutura de organização da mesma e a trajetória militante.

A questão que suscitou incluir a entrevista no texto é que no final da entrevista, quando já tinha desligado o gravador, o entrevistado disse “agora venha cá, eu agora vou te entrevistar e vou gravar?”, simulou iniciar a gravação em seu celular e soltou alguns risos. Essa é a primeira vez que acontece de um entrevistado ter tal comportamento e iniciamos uma nova entrevista, dessa vez, regida pelo entrevistado.

Nesse momento, o jovem alto me fez várias perguntas como “você é de esquerda ou de direita?”, “ah, você conhece aquele homem, professor de sociologia, que escreve para o Cinform³⁴?”, “você já participou de algum coletivo? já foi militante?” e sobre a relação entre política e ciência “mas você sabe que fazer ciência é fazer política, como você se posiciona?”. Foram várias as perguntas feitas no momento pós entrevista que durou aproximadamente o mesmo tempo de entrevista. Discutimos sobre esses temas em tom, por vezes, de desconfiança dele em relação, por exemplo, ao uso dos dados que forneceu e, por fim, me chamou para militar na juventude. A resposta foi não, posição que tomada com todos os outros convites para militar ou colaborar em campanhas. Com isso, me perguntou quando estaria possivelmente disponível para militar pelo PSTU e disse que não me envolvo até próximo ano quando concluo o trabalho e o jovem disse “ah, vai demorar”, indicando que o convite a militância era antes uma chamada a colaboração da campanha do PSTU. Esse foi o terceiro caso de entrevistados me propondo militar em partido.

Conclusão

³⁴ Jornal escrito e eletrônico de Aracaju.

A atividade reflexiva das relações internas do campo e pesquisador-campo é necessária na medida em que se apresentam enquanto nova fonte de dados esclarecedores sobre a problemática da pesquisa.

A questão da autonomia ou dependência da juventude com os partidos políticos é um conflito que, se observado na prática cotidiana da relação que as juventudes constrói entre si, é revelador de uma problemática mais geral sobre as juventudes e os partidos políticos. Foram vários os momentos que, durante a pesquisa, algumas falas como a de um militante da UJC “Por exemplo, vai ali e pergunta a eles [o Levante Popular da Juventude] se são a juventude de algum partido? Eles não vão dizer, eles negam, mas são e todo mundo sabe disso” ou de outro militante da UJC que, em entrevista, diz:

“Enquanto muitos outros partidos de esquerda negam que não é pra trazer para a militância do partido, a gente não nega... é um dos nosso objetivos, é ser tipo uma escolinha, uma escola para o partido, para a entrada no partido e a gente não nega. Não forçamos ninguém [ênfatizando a fala] a entrar no partido, a gente nunca vai colocar uma camisa de força na pessoa obrigando ela a entrar no partido, mas você está na juventude do partido comunista brasileiro, isso a gente não nega...” (Jovem da UJC)

A UJC é uma das juventudes que afirmam e aceitam a ideia de serem “uma escolinha” para o partido político, formando em sua juventude possíveis militantes e políticos do PCB. Essa tensão além de muito constante entre as juventudes, é uma forma de classificação e julgamento entre os mesmo. Ser vinculado a uma juventude com uma relação tão próxima com o partido é, de alguma maneira, recusar algumas características que afirmam a jovialidade como a autonomia e a irreverência que estaria presente em outras juventudes menos “dependente” dos partidos.

Relacionada ao problema da relação entre os partidos e as juventudes é o da dependência de pautas a serem incluídas nos programas das juventudes. A introdução de novas causas, principalmente localizadas nos novos movimentos sociais (MESQUITA, 2003) que introduzem em suas pautas as causas de gênero, racial, ambientais e etc. Anexar tais temáticas nas juventudes partidárias é feito sempre mediante a debates pois, em parte, nega as características principais, por exemplo, das juventudes ligadas a partidos de esquerda como PCB e o PSTU. A observação de um militante do PCB ilustra bem tal conflito

“Sei que um dia teremos que aceitar os movimentos LGBT, mas nosso foco é a classe trabalhadora. Eu lembro que me chamaram para o Beijaço [evento que ocorreu no Capitão Cook; bar localizado em Aracaju], eu não fui e não é

que eu seja preconceituosa ou não aceite, mas não é nossa causa” (Militante da UJC)

Esse conflito quanto aos temas vão além da possibilidade de incluir novas causas as juventudes, a tensão revela, também, a hierarquia da juventude. As lideranças da UJC, por exemplo, estão vinculadas a uma trajetória militante em prol do movimento estudantil. O mesmo acontece no PSTU que, inclusive, está mais aberto a tais causas e se relaciona com coletivos LGBT da cidade.

O mesmo acontece com a maneira em que o pesquisador é rotulado. As intimidações em meio a conversas informais e pós entrevista revelam a visão e percepção de mundo que são apreendidos na socialização política das juventudes que vão das formações políticas, as rodas de conversa e os momentos de confraternização. A adoção de tais percepções e intimidações a quem não as adota mostram também a hierarquia das juventudes, como diz um militante “Hoje nós temos de gente que ouve Lady Gaga a quem ouve punk rock, entende? E nossa tradição, historicamente, se você pegar desde a ditadura, a galera de esquerda está vinculada ao punk sujo. Essa galera está aí na juventude e às vezes nem sabe o porquê. Mas os antigos, nós, estamos na luta de verdade.”

Essa tomada de posição, ilustra bem o que Brenner (2014) discute em seu trabalho sobre *comportamento coerente e coerência de comportamento*, conceitos de Becker, entre as diversas camadas da militância partidária, dos líderes aos iniciantes. É o comprometimento ou não com certo tipo de comportamento considerado ideal que localiza os militantes nas juventudes e, explica, por que alguns permanecem em posições iniciantes e outros, como é um caso de militante no PSTU, em pouco espaço de tempo é representante nacional da ANEL. Esses conceitos de Becker juntamente com a noção de alinhamento identitário presente em MacAdam (1993) são fundamentais para explicar, por exemplo, os constrangimentos como o ilustrado do jovem do PSTU que cantarolava uma música “machista”. Esses constrangimentos são os mecanismos utilizados pelas organizações que alinham a identidade individual de cada recém militante à do partido e que façam com que “eles vão aprendendo aos poucos que não se ri de tudo”.

Em suma, a presente comunicação é uma tentativa do exercício reflexivo no trabalho etnográfico. Compreendendo que o mesmo, se explorado enquanto novas possibilidades de fontes de dados, pode esclarecer nas tensões e contratempos que são apresentados ao pesquisador, lógicas de funcionamento dos grupos pesquisados.

Referência Bibliográfica

BECKER, Howard. **Outsider: estudos de sociologia do desvio**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 231 p.

BRENNER, Ana Karina. Entre disposições e interações - redes de sociabilidade de jovens militantes de partidos político. In: **29a Reunião Brasileira de Antropologia: expandindo fronteiras**. GT 69: Práticas Estatais, Formas de Engajamento Político e Relações Pessoais. Natal/RN, agosto de 2014.

_____. Experiência militante e repercussões em outras esferas da vida - jovens engajados em partidos políticos. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, vol.6, n.10, jan-jun.2014

BONNETI, Aline & FLEISCHER, Soraya (org). Entre saias justas e jogos de cintura. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2007.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil. Considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, n. 27, 2012, p. 83 - 100.

CRUZ, Manuel Braga da. A participação política da juventude em Portugal - as elites políticas juvenis. **Análise Social**, vol 25, 1990, p. 223 - 249.

MAHEO, DEJAEGHERE, STOLLE - La non-participation politique des jeunes. **Revue Canadienne de Science Politique**, june-juin 2012, p. 405 - 425.

McADAM, Doug; RONNELLE, Paulsen. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 99, n. 3, Novembro, 1993, p. 640 – 667.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e Política - A experiência dos coletivos de cultura no ME. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, junho de 2008, p. 179 - 207.

_____. Movimento estudantil brasileiro - Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, outubro de 2003, p. 117 - 149.

MISCHE, A - De Estudantes a Cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **Revista Brasileira de Educação**, no.5, 1997, p. 134 – 150.

OLIVEIRA, W.J.F. O antropólogo como “espião”: quando a observação põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. **Revista Pós Ciências Sociais**. Vol. 7, n.14, jul/dez. de 2010.

OLIVEIRA, W.J.F; SANTOS, J.V; ALVES, E.S.M. Relações Pessoais, Inserção Profissional e Organizações Partidárias. **XXIX Reunião Brasileira de Antropologia: expandindo fronteiras**. GT 69: Práticas Estatais, Formas de Engajamento Político e Relações Pessoais. Natal/RN, agosto de 2014

SILVA, MK; RUSKOWSKI, BO. Levante Juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. In: **Revista Brasiliense de Ciência Política**, n.3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp.23 - 48.

SAWICKI, Frédéric. Inventário da Sociologia do Engajamento Militante. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.28, setembro-dezembro de 2011, p. 200-255.

A GEOGRAFIA DE FRIEDRICH RATZEL NO CONTEXTO HISTÓRICO DA MODERNIDADE³⁵

Autor: José Danilo Santos Cavalcanti de Araújo

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
danilogeoufs@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (DGE/UFS)

I - INTRODUÇÃO

No século XX a filosofia da linguagem obteve uma conotação de primordial relevância e atualidade nos estudos marxistas. Neste contexto, Bakhtin (2010) afirmou que as bases de uma teoria marxista ideológica, correspondente aos estudos da religião, da moral, da literatura e do conhecimento científico, possuem relações diretas com a filosofia da linguagem, o que implica na necessidade de desvendar as ideologias embutidas nos discursos literários.

Para Bakhtin o dialogismo “é o princípio constitutivo da linguagem, ou seja, a condição do sentido do discurso” (BATISTA, 2012, p. 1). O discurso em Bakhtin é entendido como veículo de propagação de ideias, logo, o mesmo é carregado de marcas ideológicas. A elaboração do discurso ocorre em determinado tempo histórico, o que determina sua natureza de ordem social, destarte ideológica. (IBID).

Na teoria bakhtiniana tal discurso é ainda permeado por uma tensão dialógica, ou seja, o enunciador para construir seu discurso faz uso da palavra do discurso alheio, que por sua vez está contida em seu discurso. O discurso é condicionado pelo espaço-tempo em que é proferido e pela posição social do enunciador. Conforme Batista (2012), o mesmo sistema linguístico é usado por diferentes classes sociais, resultando na criação de discursos distintos em uma língua. Tal fato determina que a língua seja entendida como complexa, da qual procedem a diversos discursos que buscam apoio em um dos polos, ou valores e mascarar o discurso por meio de ideologias.

No bojo desta carga ideológica do discurso, temos um universo dos signos, o qual deve ser compreendido e decodificado. Para Bakhtin (2010), “Os signos também são objetos

³⁵ Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento, realizada pelo autor/pesquisador do GPECT/Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho.

naturais, específicos e como vimos todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades” (BAKHTIN, 2010, p. 11). Nesta perspectiva, o autor supracitado define que os signos resultam de um consenso dos indivíduos de uma sociedade. É, portanto um produto social e faz parte de uma realidade, que pode ser natural, ou social, e tem por finalidade refletir ou refratar uma realidade, a qual lhe é exterior.

Não obstante, Bakhtin (2010) adverte que um signo pode ser um instrumento de produção, um corpo físico, ou um produto de consumo, desde que o mesmo seja provido de uma carga simbólico-ideológico. Assim, o signo desempenha uma função ideológica e deixa de existir apenas como parte de uma realidade, passando a refletir e/ou distorcer outra realidade.

Embasado nestas questões, o presente artigo discute as primeiras reflexões resultantes de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o discurso literário de Friedrich Ratzel e identificar os signos ideológicos e os sinais presentes em sua obra, através da teoria da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin. Como procedimento metodológico foi realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos e periódicos que abordam a obra de Ratzel e a Modernidade, seguida de reflexão analítica. Nesse sentido, inicialmente será apresentado o contexto histórico em que a obra de Ratzel foi inscrita para compreendermos quais as implicações foram engendradas no pensamento do autor. Em seguida serão discutidas suas principais formulações teóricas e nas considerações finais apresentamos as primeiras conclusões obtidas, embora sucintas.

II – O TEXTO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

O termo moderno surgiu ainda no início do século XVII, fato que se deve a laicização do conhecimento (Nascimento; Santos, 2010). No entanto, o pensamento moderno firmou-se como pilar da sociedade apenas no século XVIII, a partir das ideias iluministas e alcançou maior abrangência no século XIX, quando a ciência passou a ser aclamada de forma prestigiosa como recurso para a compreensão e explicação do mundo.

O pensamento moderno ao surgir buscou romper com o propósito das ideias do medievo, que se pautavam na vertente religiosa, cujos mitos e dogmas possuíam papel relevante na explicação e compreensão da realidade. As formulações sustentadas pela religião não poderiam ser questionadas, pois a mesma estava imbricada com o poder político. Com o

advento da modernidade a razão ganha papel central para a explicação e compreensão do mundo, o que resulta na dissociação entre a Igreja e o Estado, assim como a cisão entre fé e razão, tornando-se esta última parâmetro universal.

Nesta perspectiva, Batista (2013) afirma que o projeto de sociedade moderna tinha por objetivo a emancipação humana a partir da ideia de progresso. Neste processo, o mito do trabalho e a técnica seriam fundamentais para o aprimoramento moral do ser humano, assim como para a ascensão social. A noção de riqueza e a ideia de progresso foram promessas do pensamento moderno, provenientes das ideias iluministas. Desse movimento compartilhavam não apenas intelectuais comprometidos com os interesses burgueses, como também outros que se pronunciavam de forma contrária à sociedade capitalista como, por exemplo, Karl Marx. (NETO, 2008).

Segundo Gomes (2006) a modernidade se propôs a romper com as estruturas da sociedade pretérita, não havendo dessa forma uma continuidade histórica da sociedade antiga. Emerge um novo código de valores pautado na ciência e na universalidade da razão, ocasionando transformações que se estenderá ao campo das artes, da moral, dos costumes, no meio econômico, político, entre outros.

No campo político, ocorreu uma mudança inédita, a ascensão da burguesia ao poder em detrimento do clero e da nobreza. Com o enriquecimento dos burgueses, passou-se a questionar o “sangue azul” e a linhagem real. No campo científico as ciências naturais adquirem prestígio juntamente com as ideias evolucionistas de Charles Darwin e o positivismo que se propõe com principal método de investigação científica de forma a garantir a unicidade das ciências (COMTE, 1978). É neste cenário que a geografia busca se firmar enquanto ciência embasando-se em diversas tendências como o romantismo e o idealismo alemão e o evolucionismo.

O uso da ciência, com o aprimoramento das técnicas propiciou o domínio da natureza, agora visto como sinônimo de civilidade. Dessa forma, a ideia que classifica o homem como superior a natureza, advinda da religião, serviu para legitimar a exploração da mesma. Mesmo o surgimento de novas ideias evolucionistas, que consideram o homem enquanto integrante da natureza, não foi responsável por alterar esta concepção frente a um sistema que beneficia deste dualismo.

Os modernos tiveram acesso à vida, forças industriais e científicas de que em nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a

suspeitar. O maquinário, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornam-se fontes de penúria (BATISTA, 2013, p. 10).

A modernidade foi permeada por profundas transformações, sendo caracterizada por Baudelaire (1996) como “o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”. Foi através do avanço das técnicas que a modernidade propôs a libertação humana. O que não se concretizou em uma sociedade capitalista, pois o uso das mesmas tem servido mais aos propósitos econômicos, do que a felicidade humana. O avanço das técnicas permitiu para esse sistema econômico uma maior integração da produção entre os países e consequentemente das trocas comerciais.

III – AS FORMULAÇÕES TEÓRICAS DE FRIEDRICH RATZEL

Friedrich Ratzel nasceu em 30 de agosto de 1844, na Prússia. Proveniente de uma família da pequena burguesia, sua formação contemplou áreas como Anatomia, zoologia e Geologia, esta última teve a oportunidade de estudar com Haeckel, responsável por difundir as ideias evolucionistas na Alemanha. Sua trajetória incluiu desde passagem pelo exército alemão, formação na universidade de Munique e viagens pela Europa e América, as quais foram fundamentais para suas formulações teóricas.

Para compreender as formulações teóricas de Friedrich Ratzel é preciso contextualizá-las com o momento histórico em que as mesmas foram engendradas, além da sociedade em que Ratzel viveu, pois para Bakhtin um texto deve ser compreendido de acordo com o seu tempo, espaço e a posição do interlocutor. Nesse sentido, Moraes (1998) afirma que enquanto Humboldt e Ritter presenciaram a construção do ideal da unificação alemã, Ratzel vivenciou a constituição do Estado Moderno alemão e sua desenvoltura nas primeiras décadas.

Partimos do pressuposto que a obra de Ratzel desempenhou um papel inovador no corolário de sistematização da ciência geográfica. Este geógrafo alemão desempenhou um papel primordial para a geografia, pois divergiu da produção científico-geográfica daquele período, que se pautava em uma geografia de cunho naturalista e das condições ambientais. Segundo Moraes (1990), Ratzel inseriu uma nova perspectiva na Geografia, pois concebeu explicitamente a primeira proposta de um estudo geográfico dedicado especificamente à discussão dos problemas humanos. O autor supracitado afirma ainda, que Ratzel se destacou

por elaborar a geografia do homem mais bem elaborada e dar ênfase a relação entre a sociedade e as condições ambientais.

A análise do determinismo na obra de Ratzel não é algo simples, pois requer uma análise da conjuntura e circunstâncias em que tal concepção foi formulada. Fabrício e Vitte (2011) apontam que a associação de Ratzel a um determinismo estreito, se tornou uma prática comum após Lucien Fébvre, historiador francês, engendrar a dualidade possibilismo/determinismo, cujos representantes respectivamente seriam Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel. Todavia, precisamos ter clareza que assim como Ratzel, La Blache era um geógrafo com estreitas relações com os interesses do seu respectivo Estado-Nação, a França, sendo esta rival da Alemanha. Dessa forma, a disputa colonial entre as duas potências foi fomentada por este debate no seio da ciência geográfica.

A complexidade da análise determinista em Ratzel justifica-se pela razão de que o mesmo não era adepto de um determinismo estreito. Conforme Moraes (1990), Ratzel era contrário ao determinismo simplista e criticou severamente toda e qualquer formulação imediatista, especulativa e sem base empírica, o que desencadeou na sua crítica a ideia de predestinação dos lugares, defendidas por Karl Ritter. Contudo, é necessário cautela para não afirmar a inexistência do determinismo em sua obra. Apesar de acreditar que não havia uma passividade total do homem, Ratzel também defendia que os condicionantes naturais atuam na vida material da sociedade através da necessidade de recursos. Tal concepção revela que a sua formulação determinista era mais rica e mediatizada. (MORAES, 1990).

Lencione (2003) afirma que Ratzel desenvolveu uma geografia em que as condições naturais eram determinantes na organização social dos homens. As condições naturais e as necessidades humanas eram vistas como fator da distribuição dos homens na terra. Dessa forma, para a autora há uma naturalização da sociedade, visto que os aspectos sociais estavam subordinados aos condicionantes naturais. “Todavia, essa perspectiva não respondia à contradição: se os impasses sociais eram determinados pela natureza, como poderia o homem resolvê-los se ele mesmo era condicionado por ela?” (LENCIONI, 2003, p. 83).

O contexto histórico nos é ainda fundamental quando constatamos que Ratzel é contemporâneo da época em que o método positivista destacava-se no âmago científico. Ratzel comungava com a ideia de unicidade das ciências por meio do método de análise, sendo o responsável pela inserção do positivismo na Geografia. Segundo Moraes (1990) ele

acreditava que a questão das influências ambientais sobre a sociedade iria aparecer **pela primeira vez de forma científica**, com a utilização deste método (**grifo nosso**).

É importante ressaltar que a ideia determinista foi abordada com ênfase no aporte teórico ratzeliano não apenas devido à adoção do método positivista, como também pela própria história do pensamento geográfico, situação que pode ser constatada por meio da análise de Humboldt sobre a paisagem, a geografia ritteriana que já havia desenvolvido uma base determinista com a ideia de predestinação dos lugares e a geografia de Kant, que destinava a geografia à preocupação com os fenômenos da natureza (MORAES,1990). Por fim, outro fator que direcionou a análise da influência das questões naturais sobre a sociedade se deve a formação de Ratzel, Zoologia, Anatomia e Geologia.

O Outro desdobramento das obras de Ratzel refere-se a sua influência estratégica. Contemporâneo do momento de unificação do Estado moderno alemão, ele viveu em um país que tinha o expansionismo territorial como política nacional, além do militarismo como constituinte dos pilares do Estado-Nação. Moraes (1998, p. 19) afirma que “Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo”.

Ratzel não acreditava na existência de raças humanas. Na sua concepção a espécie humana tinha uma única origem, o processo histórico é que seria o responsável pelas diferenças entre os povos. Dessa forma, a civilização seria o critério a ser adotado para classificar os povos.

Pode-se, portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povos e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe. Um simples exame da difusão geográfica dos povos revela como a difusão dos povos primitivos apresenta lacunas que não se poderiam formar entre os povos civilizados; e é fácil perceber que isto deriva do fato de que aquelas comunidades não estão aptas a desfrutar as condições favoráveis de um determinado território, e por outro lado não são capazes de se subtrair à influência das condições desfavoráveis; uma situação que nós injustamente costumamos atribuir inteiramente à influência direta das condições naturais. (RATZEL, 1990, p. 72).

Neste contexto, contata-se que mediante a capacidade técnica de um povo, as condições naturais eram consideradas por Ratzel como fatores que estimulam o freiam o desenvolvimento. Destarte, seria inevitável o domínio dos povos civilizados sobre os naturais, justificando dessa forma o colonialismo. Lencioni (2003) afirma que esta atitude conduziu a sérias implicações políticas, que serviram para legitimar a dominação e exploração do mundo pelas potências européias. Pois neste processo de dominação a guerra e a disputa entre as nações são concebidas por este geógrafo como um evento natural.

Neste cenário, Ratzel formulou o conceito de Território partindo da concepção das ciências naturais, nas quais o território é concebido como área de domínio de uma espécie seja animal ou vegetal (MORAES, 1990). Na sociedade, ele defende o território como uma área apropriada por um grupo humano, cuja segurança e defesa deste território são responsabilidades do Estado.

“Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõem à saúde a necessidade de manter a propriedade do seu território. “Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção” (RATZEL, 1990, p. 75-76).

Segundo Lencioni (2003) Ratzel acreditava que assim como os demais seres vivos, o homem tinha a necessidade de ampliar seu território em detrimento dos outros. Com o intuito de legitimar esse processo expansionista, Ratzel defende o conceito de espaço vital, concebido como o espaço necessário para a reprodução de uma sociedade. Este geógrafo acreditava que para o progresso deveria existir um equilíbrio entre os recursos e a população, mediada pela capacidade técnica. Dessa forma, a medida que uma dada sociedade progredia era necessário a disponibilidade de mais recursos naturais para a efetivação desse processo (Moraes, 1990). O expansionismo foi considerado por Ratzel como a essência do progresso de um povo.

[...] este país emergia como mais uma unidade do centro do mundo capitalista, industrializada, porém sem colônias. A unificação tardia [...], que não impediu um relativo desenvolvimento interno, deixou-a de fora da partilha dos territórios coloniais. Isto alimentava um expansionismo latente, que aumentaria com o próprio desenvolvimento interno. Daí, o agressivo projeto imperial, o propósito constante de anexar novos territórios. E, por esta razão, mais uma vez, o estímulo para pensar o espaço, logo, para fazer Geografia (MORAES, 1998, p. 18).

Nesse sentido, percebe-se que há um objetivo sobreposto as formulações ratzelianas. Fabrício e Vitte (2011) afirmam que a identidade da zona tropical como selvagem, foi fortalecida pelos viajantes, naturalista e geógrafos da época. Estes intelectuais foram responsáveis por elaborar teorias que justificassem os interesses de seus respectivos países. Sendo assim, o determinismo ambiental de Ratzel serviu para autenticar os designios da Alemanha enquanto potência imperialista, fazendo-se necessário a naturalização da história humana.

IV- PARA NÃO CONCLUIR

Sustentando-se na teoria literária bakhtiniana devemos analisar um discurso de acordo com o seu tempo histórico, espaço e a posição social do interlocutor. Nessa perspectiva, as primeiras análises da obra³⁶ de Ratzel revelam a presença das ideias evolucionistas (que usufruíam de grande euforia acadêmica e social naquele período) e naturalistas (Ratzel possuía uma formação advinda das ciências naturais). Dessa forma, o discurso naturalista, presente em sua obra, justifica-se tanto por sua formação, quanto por seu contexto, a modernidade.

Na análise até então realizada, compreendemos que a concepção de território em Ratzel possui forte conotação ideológica, servindo para justificar os desejos expansionistas do Estado-Nação alemão, como se observa na assertiva abaixo.

Àquela parte da população que não encontra no local tudo aquilo de que necessita ocorre naturalmente estabelecer comunicação com outros territórios. Para isto intervém o comércio. Mas a proteção destas comunicações cabe ainda ao Estado; a expansão política e semipolítica que se obtêm através de colônias, leis alfandegárias, tratados de comércio, visa frequentemente este objetivo (RATZEL, 1990, p. 79).

Constatamos ainda uma tensão ideológica, explicitando as ideias de progresso advindas com a modernidade. Ratzel utilizou-se desta concepção tanto em sua análise das influências que as condições naturais exercem sobre o homem (classificando os povos em “primitivos” e “civilizados”), quanto em sua análise territorial (a qual considera o progresso como equivalente do acréscimo territorial).

Ratzel foi importante teórico para a sistematização da Geografia Moderna, foi o propulsor da inserção do método positivista na ciência geográfica, o qual se tornaria o

³⁶ As análises aqui explicitadas foram realizadas a partir da obra “Antropogeografia”, que foi traduzida para o português por Antônio Carlos Robert Moraes e fazem parte do livro “Ratzel”.

principal durante um longo tempo. Apenas em meados do século XX é que as ideias marxistas e fenomenológicas foram inseridas na geografia. Se este geógrafo costuma ser criticado por suas ideias deterministas, precisamos atentar para o contexto histórico em que o mesmo estava inserido, para compreender melhor sua teoria e a funcionalidade da mesma. Além disso, é preciso ter conhecimento da relação entre a França e a Alemanha, para que assim entendamos que ambas as potências imperialistas dispuseram de intelectuais responsáveis pela formulação de teoria para a legitimação de suas ações colonizadoras

V - REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail, (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 7ª edição, tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo: Hucitec, 2010.

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **O Desvelar da Natureza Social do Discurso de Elisée Reclus a partir do Ensaio “Do sentimento da natureza nas sociedades Modernas”**. SCIENTIA PLENA, VOL. 8, NUM. 10, São Cristóvão, 2012.

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **O Desvelar de Um Tempo Histórico: Nas Tessituras do Pensamento Moderno**. Capítulo da Tese de Doutorado intitulada: As afinidades seletivas do pensamento Reclusiano: na trilha da confluência das ideias de Rousseau. Defendida em 2013.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. **Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: Do Contexto Histórico às Monografias Urbanas**. Revista *Cordis*. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert; FERNANDES, Florestan. **Ratzel: geografia**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 7-27.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena historia crítica**. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; SANTOS, Carlos. **Dos Primórdios da Geografia a Construção da Geografia Moderna: Construção e Desconstrução dos Conceitos Geográficos**. I Seringal de Ideias. Rio Branco, N. 3, 2010. p. 1-16

NETO, Manoel Fernandes de Souza. **Os Ventos do Norte Não Movem Moinhos**. In: Boletim Goiano de Geografia. V. 28, n 2. 2008.

RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia**. IN: MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel: geografia. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 7-27.

GT 3:

A MULTIFUNCIONALIDADE DO “ASSIM” NA ESCRITA

Autora: Jaqueline dos Santos Nascimento

Mestranda em Letras – Universidade Federal de Sergipe
jaquelinesnascimento@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko. Freitag (DLEV /UFS)

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Leilane Ramos da Silva (DLEV /UFS)

Introdução

O presente trabalho parte dos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, que compreende a língua de forma dinâmica e como tal possui uma maleabilidade do seu sistema estrutural. Dessa forma, observamos que a concepção de gramática defendida pelos funcionalistas está baseada numa visão de linguagem como instrumento de interação social, diferente de uma visão de gramática estática que impõe uma norma tida como “correta” (gramática tradicional).

De acordo com o enfoque funcionalista se entende por gramática as regularidades linguísticas motivadas pela influência de fatores no âmbito da interação, visto que, a língua reflete a relação entre usuários e contexto social. Assim, a gramática de uma língua consiste nos princípios que regem o seu uso natural, em seus diversos níveis de realização – sintático, semântico e pragmático –, não um sistema fechado de normas impostas, mas um sistema de regularidades descritíveis a partir da observação do uso concreto de uma língua.

Desse modo, adotando uma concepção de gramática e de língua em consonância com os estudos funcionalistas destacamos a necessidade de compreendermos o funcionamento de uma língua, para isso é preciso conhecer melhor o fenômeno linguístico, dessa forma, apresentamos como propósito deste trabalho analisar o comportamento do item *assim* presente na escrita (textos narrativos de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), com o objetivo de apresentar as várias possíveis funções deste item.

Para melhor compreendermos a multiplicidade de funções do *assim*, na próxima seção apresentamos a caracterização deste item.

Caracterização do item ASSIM

A origem de *assim*, segundo Ernout e Meillet (1951 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2006, p. 4), é adverbial e provém do composto latino *ad sic*. *Ad* exercia o papel de preposição com sentido de aproximação no tempo ou no espaço “em direção a”, “para”. Já o *sic*, do antigo *seic*, era advérbio modal, com sentido “dessa maneira”.

Observamos que, ainda hoje, o item *assim* mantém uma relação de significação com o composto do qual derivou, pois segundo o dicionário eletrônico Houaiss (2001), *assim* significa: “deste, desse ou daquele modo”.

A gramática tradicional classifica o item *assim* em duas classes de palavras: na dos advérbios e na das conjunções. Na qualidade de advérbio, tal item caracteriza-se sintaticamente como uma expressão modificadora que desempenha na oração a função de adjunto e semanticamente denota uma circunstância de modo; na qualidade de conjunção liga frases ou porções textuais estabelecendo relações de conclusão.

A seguir, apresentamos um exemplo retirado da amostra analisada em que o *assim* desempenha a função de “advérbio de modo”, pois ao acompanhar o verbo, o *assim* indica uma circunstância de modo.

- (1) Cabe a cada um fazer sua parte, cuidando da sua residência e o governo possa está sempre presente, evitando *assim* que no futuro essa situação vire uma epidemia.

Em (1), o *assim* indica o modo como se deve fazer para que a situação não se torne uma epidemia, aponta a forma de se evitar tal ocorrência.

Já na qualidade de conjunção coordenativa conclusiva, vale ressaltar que alguns autores reconhecem que a tradição gramatical tem incluído alguns advérbios na classificação das conjunções coordenativas. Bechara (2010, p. 324), por exemplo, destaca que essa inclusão dos advérbios na classificação das conjunções, ocorre devido a semelhanças das funções semânticas desempenhadas por estes itens. Dessa forma, o *assim*, além da ideia de modo, também exprime a ideia de conclusão, como podemos observar no exemplo a seguir em que o *assim* está na qualidade de conjunção coordenativa conclusiva:

- (2) Se seu vizinho não faz a parte dele pelo menos faça a sua parte *assim* você está contribuindo para uma boa causa.

Em (2), observamos que a oração que antecede o item *assim* não precisa de um complemento, pois seu sentido está completo, o que vem após o *assim* é, justamente, uma conclusão acerca do argumento que foi lançado, ou seja, de que cada um deve fazer a parte

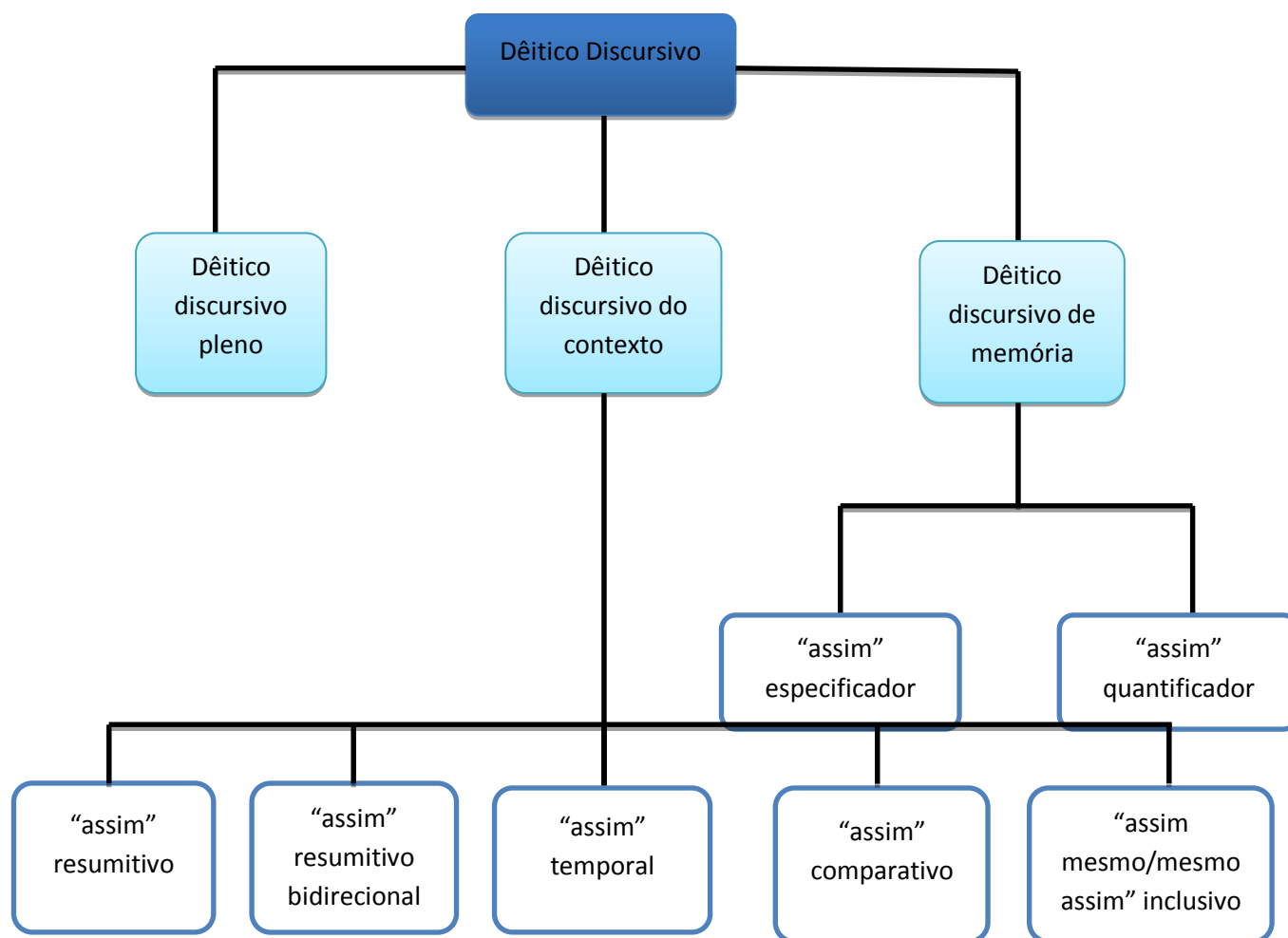
que lhe cabe. Tal comportamento justifica a ocorrência de uma conjunção coordenativa conclusiva.

A partir dos exemplos (1) e (2), notamos como o item *assim* pode se comportar de forma distinta, dependendo da maneira como é empregado. Além dessa diversidade observada na escrita, o *assim* também aparece na fala com função diferente destas destacadas nos exemplos (1) e (2), porém não trataremos aqui das funções do *assim* desempenhadas na fala, pois a nossa proposta é trabalhar com textos escritos.

Muito além do que nos coloca a gramática tradicional, o uso efetivo da língua nos revela outras subfunções que o item *assim* desempenha, como podemos observar nas macro-funções gramaticais e pragmáticas estabelecidas por Martins (2008) em sua tese de doutorado “Mapeamento das multifunções do *assim*: dos dêiticos discursivos aos marcadores do discurso em contextos orais paraibanos” e que apresentamos de forma resumida a seguir.

Martins (2008), a partir de pressupostos da linguística textual, traça um quadro classificatório que explica no nível gramatical como interpretamos os vários usos do elemento linguístico *assim*. Em sua classificação, a autora propõe duas macro-funções gramaticais desempenhada pelo *assim*. A “função gramatical” ou “dêitico discursivo” e a “função discursiva/pragmática” ou “marcador discursivo”. Como nossa análise se centra em textos escritos, destacaremos apenas a composição do dêitico discursivo. Sobre tal composição temos um desdobramento em três: dêitico pleno, dêitico discursivo do contexto (com as subfunções: resumitivo, resumitivo bidirecional, temporal, comparativo e inclusivo) e dêitico discursivo de memória (com os subtipos: especificador e quantificador). A autora sistematiza as funções dessa classificação na figura reproduzida a seguir.

Figura 1: Sistematização de funções do *assim*. FONTE: MARTINS, 2008, p. 129-130.



Acerca dessa composição temos;

- a) **dêitico discursivo pleno:** trata-se do *assim* se referindo a uma expressão corporal – gestos – realizada simultaneamente a pronúncia.
- b) **dêitico discursivo do contexto:** segundo Martins (2008, p. 136) neste caso o dêitico não transpõe as fronteiras textuais, pois sua remissão se superpõe a da expressão como um todo. O dêitico discursivo do contexto apresenta os seguintes subtipos:
 - i. resumitivo: o *assim* resumitivo possibilita que o falante direcione a atenção do ouvinte para informações já proferidas.
 - ii. resumitivo bidirecional: neste caso o *assim* apresenta uma dupla função, resumir informações e prosseguir com o assunto tratado, ou seja, avançar em relação a sua explicação.

- iii. temporal: neste caso, o *assim* aparece acompanhado do “que”, formando a expressão *assim que*, que indicar temporalidade.
 - iv. comparativo: o *assim* junta-se à partícula *como*, a fim de estabelecer comparação.
 - v. inclusivo: esse subtipo diz respeito às expressões *mesmo assim/ assim mesmo*, tais expressões funcionam para enfatizar alguma ideia já mencionada, criando, ao mesmo tempo, uma expectativa para a continuidade da sequência informativa.
- c) **dêitico discursivo de memória:** neste caso, o dêitico chama a atenção do ouvinte/leitor para informação pertencente ao conhecimento partilhado. Para o item *assim* motivado pela memória há duas subfunções:
- i. especificador: apresenta um movimento duplo semelhante ao dêitico bidirecional, pois o dêitico especificador ao mesmo tempo em que volta a atenção do ouvinte para algo já dito, também destaca uma explicação/ especificação do conteúdo que está por vir. Segundo Martins (2008, p. 153) de forma resumida temos que o dêitico discursivo especificador “‘olha para trás’ e ‘aponta para frente’”.
 - ii. quantificador: neste caso, o *assim* também remete a um conhecimento compartilhado pelos interlocutores, porém apresenta algo a mais: a quantidade.

A classificação de Martins (2008) nos mostra uma multiplicidade de funções desempenhadas pelo *assim* em relação ao contexto, funções que vão muito além do que a gramática nos apresenta.

Para a nossa análise, consideraremos a classificação da macro função “dêitico discursivo”.

O corpus em análise

Para a nossa análise, tomamos como *corpus*, narrativas escritas coletadas em turmas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, obtivemos um total de oitenta e três narrativas.

As narrativas coletadas formam dois grupos. Grupo 1: narrativas coletadas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, que apresenta como tema “A morte de asas: o mosquito *Aedes Aegypti*”. Nesse grupo temos vinte e nove narrativas do terceiro ano do Ensino Médio e trinta e nove narrativas do nono ano, narrativas produzidas pelos alunos do Colégio Estadual

Murilo Braga. Grupo 2: neste grupo temos quinze narrativas coletadas no Ensino Fundamental II, mais especificamente no oitavo ano, são narrativas escritas a partir do tema: “Meu cotidiano: situação engraçada”.

Com o *corpus* em mãos, fizemos o rastreamento geral com o objetivo de identificar o item *assim* e prosseguir com a análise, destacando as funções desempenhadas pelo item na escrita. Na próxima seção, apresentamos tais análises a partir de exemplos.

Os usos do *assim* na escrita

Nesta seção apresentamos a análise realizada. Tal análise destaca as múltiplas funções do item *assim* a partir da classificação estabelecida por Martins (2008), que foi destacada de forma resumida na seção “caracterização do item ASSIM”.

Das macro-funções gramaticais desempenhada pelo item *assim*, destacadas por Martins (2008), encontramos em nosso *corpus*:

- Uma ocorrência do *dêitico discursivo do contexto resumitivo*, que apresentamos a seguir:

- (3) Os principais sintomas do mosquito *Aedes aegypti* é dor no corpo, muscular, dor de cabeça, febre, falta de apetite, manchas vermelhas pelo corpo. Com dengue não se brinca, mais só que tem gente que não pensa *assim*.

Observamos que o *dêitico discursivo assim*, no fragmento acima, por se situar no final da proposição, instrui o destinatário a fazer uma busca retroativa, no contexto, com o objetivo de recuperar as ideias apresentadas anteriormente. Em (3), o **assim** é utilizado para se referir à ideia de que não se deve brincar com a dengue, como também, para fazer a conclusão da sua explanação.

- Seis ocorrências do *dêitico discursivo do contexto resumitivo bidirecional*.

- (4) Cabe a cada um fazer sua parte, cuidando da sua residência e o governo possa está sempre presente, evitando *assim* que no futuro essa situação vire uma epidemia.
- (5) Se seu vizinho não faz a parte dele pelo menos faça a sua parte *assim* você está contribuindo para uma boa causa.
- (6) Bom, não tenho mais o que dizer, só vou pedir muito obrigado por mim e pelos meus amigos, pela boa vontade de vocês, vierem ao nosso colégio para que *assim*

podessemos nós prevenir. vocês são uns heróis ao combate a esse mosquitinho danado

- (7) A população parece que só vai se conscientizar quando não tiver mais jeito e muitas pessoas morrerem por causa dos descuido de todos nós temos que combater a dengue diariamente para que se torne um hábito e só *assim* vamos conseguir acabar com ela.
- (8) Devemos combater a dengue não deixando água acumular e e observar se na nossa casa tem algum objeto que possa virar criador do mosquito da dengue, E *assim* não seremos contaminados. E cada pessoa fazendo a sua parte; iremos tomar juntos lutar contra essa epidemia.
- (9) Cara, quando chegarmos na sala, finja que está triste, *assim* vão pensar que nós perdemos, depois vamos dizer que ganhamos, eu vou primeiro ok?

Com esses exemplos, podemos perceber que os conteúdos considerados relevantes foram salientados pelo *assim*, isto é, houve uma espécie de resumo do que foi dito, mas também houve uma progressão do assunto tratado.

Em (5), por exemplo, a presença do *assim* funciona para voltar a atenção do leitor para o compromisso que cada pessoa deve ter em relação ao mosquito *Aedes Aegypti*, isto é, cada um deve fazer algo; depois conclui afirmando que será uma contribuição positiva. Já em (8), notamos que o termo *assim* apresenta a função de conector, uma vez que liga certa preposição a uma conclusão – que não serão contaminados. Neste caso, o termo *assim* promove um elo entre as informações proferidas.

- Uma ocorrência do *dêitico discursivo do contexto temporal*:

- (10) Ontem à tarde, *assim que* acabei o simulado fui embora para casa com Carol e Aryelle, no caminho estávamos falando sobre o simulado.

Neste exemplo, podemos observar que a expressão “*assim que*”, pode ser substituída por “*logo que*”, significando *imediatamente*, ou seja, indica uma temporalidade. Além da ideia de temporalidade o “*assim que*” também dá a ideia de consequência, ou seja, foi preciso acabar o simulado para consequentemente ir embora para casa junto com as amigas.

- Duas ocorrências do *dêitico discursivo do contexto inclusivo*:

(11)Então minha mãe foi pegar as minhas avaliações, o professor levou um susto, a minha mãe também, ninguém esperava . Geografia 6,5, fiquei de recuperação, fiquei decepcionada comigo mesma, triste , mas *assim mesmo* fui estudar para poder recuperá-la.

(12)A charge esta mostrando que a epidemia da dengue esta grande no Brasil, mas *mesmo assim* eles, estão vendo, mais fazem de conta que não esta acontecendo nada, que é pouco os casos de dengue.

O *assim* na função de *dêitico discursivo do contexto inclusivo*, diz respeito às expressões *assim mesmo/mesmo assim*, que podemos observar nesses exemplos. Tais expressões enfatizam informação já proferida e também instiga, no leitor, uma expectativa acerca do que virá. Em (11), por exemplo, temos que o narrador personagem mesmo estando decepcionada (informação já dita), realizará outra ação – estudar – (expectativa do leitor para o que será dito).

- Uma ocorrência do *dêitico discursivo de memória especificador*:

(13)Por um lado pode estar certo, mas onde esta a consciência de cada um para fazer com que juntos resolvamos esse problema por parte do governo, é significante a não preocupação, foi preciso essa doença se alastrar para receber o devido preocupação. Talvez se tivessem feito algo desde o começo a situação não estava tão preocupante *assim*.

Observamos, nesse exemplo, que o *assim* retoma o que foi exposto monitorando o foco da atenção do leitor, ao mesmo tempo em que o convida a pensar no nível de complicação da situação, isto é, a epidemia da dengue, conhecimento esse, que possivelmente é compartilhado pelos interlocutores.

O *assim* com a função de *dêitico discursivo pleno* não foi encontrado. Acreditamos que tal fato ocorreu devido ao *corpus* selecionado ser composto apenas por textos escritos (narrativas), pois é menos comum fazer referência com gestos corporais na escrita, a não ser que seja para fazer a descrição de alguma ação feita por algum personagem, mas mesmo *assim* não foi encontrado tal exemplo no *corpus*. Outras funções do *assim* que não foram encontradas são a de *dêitico discursivo de memória quantificador* e a de *dêitico discursivo do contexto comparativo*.

A seguir, apresentamos o gráfico da distribuição do item *assim* no *corpus* analisado.

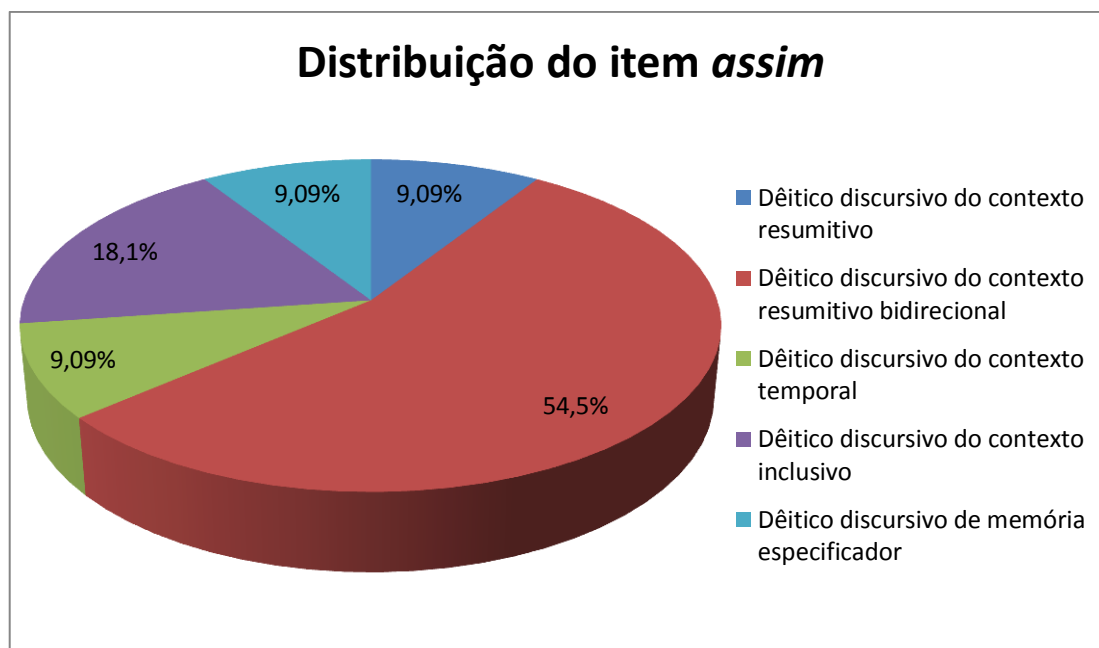


Gráfico 1: distribuição do item *assim* no corpus analisado

Dos 11 *assim* identificados e classificados, obtivemos um percentual de ocorrência de aproximadamente 9,09% do *assim* com a função de *dêitico discursivo do contexto resumitivo*. Com um maior número de ocorrências e com um percentual de aproximadamente 54,5%, temos o *assim* com a função de *dêitico discursivo do contexto resumitivo bidirecional*. Com um percentual de aproximadamente 18,1%, temos o *assim* mesmo/mesmo *assim* na função de *dêitico discursivo do contexto inclusivo*. As outras duas funções: *dêitico discursivo do contexto temporal* e *dêitico discursivo de memória especificador* apresentaram um percentual semelhante de aproximadamente 9,09%.

Como podemos observar, o item *assim* desempenha funções que vão além daquelas pregadas pela gramática.

Considerações finais

A partir da análise e da classificação estabelecida, observamos que o *assim* apresenta várias funções, tais funções dependem do contexto e da necessidade comunicativa do usuário, pois pode significar algo em uma sentença e ao ser combinado com outro elemento pode significar outra coisa completamente distinta. Por exemplo, a expressão *assim que*, apresenta a ideia de temporalidade somada a uma a ideia de consequência, já as expressões *mesmo assim/assim mesmo*, revela uma inclusão.

O caráter multifuncional do item *assim*, nos revela a liberdade que os usuários de uma língua têm para selecionar os elementos atribuindo novas funções, segundo suas necessidades comunicativas.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **GRAMÁTICA ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 2. ed. ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HOUAISS, A. **DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2001.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. **GRAMATICALIZAÇÃO, (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO E MODALIDADE EPISTÊMICA: O CASO DE ‘ASSIM’**. Estudos Linguísticos XXXV, p. 1772-1779, 2006. Disponível em: <<http://gel.locaweb.com.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/375.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2014.

MARTINS, Iara Ferreira de Melo. **MAPEAMENTO DAS MULTIFUNCOES DO ASSIM: DOS DEITICOS DISCURSIVOS AOS MARCADORES DO DISCURSO EM CONTEXTOS ORAIS PARAIBANOS**. João Pessoa, 2008. Disponível em < http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/teses/tese_iara_magno.pdf>. Acesso em 05 de janeiro. 2013.

RENOVATO, Heloísa Cristina. **AS FUNÇÕES DO ASSIM NA FALA E NA ESCRITA DOS ITABAIANENSES**. Monografia – Departamento de Letras. Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana, 2013.

O CONCEITO DE ESPAÇO NA GEOGRAFIA, UMA BREVE ANÁLISE

Autora: Thaís Moura dos Santos

Graduanda em Geografia Literatura pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC/Voluntária
thaissou14@hotmail.com

Coautor: Jonas Emanuel da Rocha Antão

Graduando em Geografia Literatura pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIC
Jonasemanuel96@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista (DGE/UFS)

1. Introdução

Em busca pelo entendimento do que seria o espaço nos deparamos com um termo que possui uma enorme complexidade e abrangência. Definir espaço não é tão simples quanto parece, já que esse termo encaixa-se em diversos contextos. Nessa perspectiva, devemos sempre fazer uma análise sobre esses espaços como criados e utilizados para diferentes práticas humanas, e produto das relações de trabalho.

Compreender um pouco o sentido do que é o espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam é crucial para a construção de uma imaginação geográfica diferente. Mas o espaço revela-se uma palavra-chave extraordinariamente complicada. Ele funciona como uma palavra composta e possui múltiplas determinações, de modo que nenhum de seus significados pode ser propriamente compreendido de forma isolada. Mas é precisamente o que faz deste termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades. (HARVEY, 1980, p.37).

Nesse sentido, o espaço surge como produto da técnica humana aplicada à primeira natureza, em uma constante modificação para atender as necessidades humanas. O espaço é modificado, produzido e reproduzido pelo homem desde seus primórdios. No entanto, o espaço não deve apenas ser visto como produto passível de troca, mas como o *locus* onde ocorrem as relações entre seres humanos, o espaço social.

De acordo com Gomes (1991), foi

por intermédio do seu trabalho de cunho produtivo e social, o homem historiciza a natureza, isto é, repassa a ela o desenvolvimento civilizatório (econômico/social, científico/tecnológico, artístico) na produção de sua capacidade de transformá-la e senti-la dotada de superior dimensão social. (GOMES, 1991, p.14).

O espaço geográfico enquanto produto da técnica aplicada na natureza surge com o intuito de atender as necessidades humanas no processo sócio metabólico da relação sociedade-natureza-trabalho. É nesse sentido que esse texto objetiva analisar o conceito de espaço no processo de produção e reprodução na ciência geográfica a partir do pensamento de David Harvey, Henry Lefebvre e Ana Fani A. Carlos, enquanto contribuição ao pensamento geográfico.

2. Iniciando o pensar pelo conceito de espaço em David Harvey.

Em sua obra intitulada, *O espaço como palavra-chave* Harvey (2002) afirma que é “crucial refletir sobre a natureza do espaço se estávamos buscando entender os processos urbanos sob o capitalismo” (HARVEY, 2002, p.9-10), apontando assim uma divisão tripartite do espaço. O autor trás o espaço como sendo absoluto, relativo e relacional e, considera que esses termos estão imbricados e dependem um do outro para existir, travam assim interações dialéticas. Portanto, o espaço pode ser entendido da seguinte forma:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1980, p.13).

Segundo Harvey, o espaço absoluto é uma extensão absoluta. É o espaço de Newton e Descartes que possui características como: Fixo, concreto, estático e físico. Neste espaço encontra-se a propriedade privada, os trabalhadores individuais, as máquinas, mercadorias, fábricas, estradas, casas, etc. podem ser individualizados, descritos e compreendidos no âmbito do quadro newtoniano de espaço e tempo absolutos. Não obstante, esse espaço serve de moldura e palco para os outros espaços e toda atividade humana.

O espaço relativo é o espaço de Einstein e encontra-se contido no espaço absoluto. É o espaço que está indissociável do tempo, já que é o tempo que transforma o espaço num termo tão rico em possibilidades. É a dimensão móvel do espaço absoluto, pois diferentemente do espaço absoluto, o espaço relativo possui mobilidade e uma dinâmica de fluxo.

Deste ponto de vista, é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade. (HARVEY, 2002, p. 11).

Desse modo, o espaço relativo não é externo, não é palco, mas e sim um elemento componente da sociedade. Assim, pensar nesse espaço como algo que constitui a sociedade, possibilita entender a circulação e fluxo de mercadorias, energia, força de trabalho, dinheiro, crédito, ou seja, circulação e acumulação do capital ocorrem no espaço-tempo relativo, numa relação entre os objetos no espaço concreto.

Outro conceito que surge da interação entre os espaços absoluto e relativo é o espaço relacional. Este é caracterizado por apresentar a relação que ocorre entre o espaço absoluto e o relativo e vice-versa. É o espaço das relações de produção, onde a todo o momento o capital impregna essas relações, pois é no espaço relacional que se encontra as relações sociais, o capital chamado fictício (o dinheiro que não se vê), o processo de trabalho abstrato, e o próprio conceito de valor está contido neste espaço. Harvey (1980) considera-o “como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contem e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p.13).

O terreno do espaço relacional, como afirma Harvey (2002), é extremamente desafiador e difícil para se trabalhar, porque envolve valores simbólicos. Pois questões de cunho político e econômicos tornam-se impossíveis de serem entendidas sem a utilização do viés do espaço relacional. Segundo Harvey (2002) entender a natureza do espaço relacional é a única forma de compreender o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos. É nesse espaço que a vida material ganha valor, e o trabalho assume valor de troca, pois o conceito de valor é por si só relacional. Assim como tal, é impossível medi-lo, exceto por meio de seus efeitos.

Harvey (2002) expõe a conectividade que existe entre o espaço absoluto-relativo-relacional, sem privilegiar nem menosprezar nenhum deles. O autor, afirma haver igualdade e interdependência entre estas três formas de espaço. É impossível se ater apenas a uma modalidade espacial, já que os espaços estão imbricados. Assim, deve-se analisar a seguinte questão: não dá para entender o espaço de forma isolada, pois a sua modificação ocorre associada ao tempo, numa relação espaço-tempo e o tempo é de extrema importância para um entendimento do espaço, já que o espaço apresenta-se de diferentes formas de acordo com o

tempo em que está contido. O tempo que transforma o espaço em um termo rico em possibilidades.

Para Harvey (2002) o espaço é produzido em um processo contínuo e sempre em dialética e com a associação ao tempo. O capital utiliza-se de todas as formas de espaço para sua reprodução, pois, no campo do espaço relacional ele se utiliza do desejo, da vontade, para incitar a busca por algo material, movimentando os recursos no espaço relativo dentro de um espaço absoluto, possuindo dessa forma valor de troca e de uso. Por fim, Harvey (2002) na sua divisão tripartite do espaço revela o quanto o espaço é um objeto amplo e complexo de ser estudado, este autor alerta que o estudo do todo geográfico só pode ser bem sucedido mediante a análise do espaço como sendo absoluto-relativo-relacional, não elegendo apenas um para se trabalhar, mas mantendo a dialética entre os conceitos, pois um possibilita o entendimento do outro.

3. Henry Lefebvre e sua concepção do espaço.

Em sua obra *A Produção do espaço* Lefebvre (2000) elucida que o conceito de produção de espaço não era algo comum na época em que desenvolveu sua teoria. E faz um resgate do princípio fundamental da teoria de Marx, que enfatizava o homem como sujeito da sua história. Lefebvre integra sistematicamente as categorias de *cidade* e *espaço* em uma única e abrangente teoria social. Dessa forma permitiu uma melhor compreensão da análise dos processos espaciais em diferentes níveis, propondo uma teoria que entende o espaço atrelando-o a realidade social. O autor faz uma crítica à confusão feita e a falta de compromisso na leitura espacial e afirma:

Pergunta-se continuamente, espaço disto e/ou espaço daquilo: espaço literário, espaços ideológicos, espaço do sonho, tópicos psicanalíticos etc. Ora, o “ausente” dessas pesquisas ditas fundamentais ou epistemológicas, é não somente “o homem”, mas também o espaço, do qual se fala, contudo, a cada página. (LEFEVBRE, 2000, p.14)

Em Lefebvre (2000) o espaço é visto como “produtivo e produtor” esse autor concede o espaço enquanto dinâmico, nunca vazio, passivo e estático, mas em constante transformação pela ação humana:

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-

produtor, suporte de relações econômicas e sociais. . (LEFEVBRE, 2000, p.5)

Para explicar como ocorre a produção do espaço Lefebvre utiliza-se de três dimensões ou processos, que se dialetizam, a saber: a prática espacial (espaço percebido), As representações do espaço (espaço concebido) e Os espaços de representação (espaço vivido). Contudo, a dialética entre estes três processos trás o reconhecimento de que a realidade social é marcada por contradições, e que a forma como o espaço é produzido somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições.

A prática espacial ou espaço percebido é marcado pelas representações mentais, é o espaço mental, que denota a realidade cotidiana é como percebemos o mundo ao nosso redor. O espaço é percebido de acordo com representações sociais que exercem na sociedade a sua influência. Este conceito designa a dimensão material da atividade e interação sociais. É a forma como os sujeitos percebem o espaço cotidiano, sua família, sua vizinhança, ou seja, são as práticas socioespaciais, onde há o processo de socialização, com o lugar e com as pessoas que compõe o lugar.

Em termos concretos, poder-se pensar como as redes de interação e comunicação que se erguem na vida cotidiana, como exemplo prático pode-se analisar a conexão diária entre casa e o local de trabalho. Não se faz necessário um mapa para chegar ao local de trabalho, porque ele se torna familiar, há uma percepção dos contextos espaciais que cercam esse local.

A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma *competência* certa e uma certa *performance*. (LEFEVBRE, 2000, p. 36).

As representações do espaço ou espaço concebido nos termos de Lefebvre (2000) atribui às representações do espaço como locais de paixões. Da visão dos planejadores, teóricos e o conhecimento generalizado no senso comum. O espaço concebido está associado à produção das representações do espaço “*As representações do espaço*, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”” (LEFEVBRE, 2000, p. 36).

Espaços de representação ou espaço vivido esta é a terceira dimensão da produção do espaço é definida por ser uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo. De acordo

com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, pois trata-se da dimensão simbólica do espaço. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material).

Pode-se igualmente procurar representar a maneira com que este espaço é emocionalmente algo que remete a abstração. No entanto, o espaço vivido também pode ser representado materialmente através de imagens poéticas, composições fotográficas, reconstruções artísticas, algo que rememore momentos e sentimentos vividos. O espaço vivido possui características como afetivo, significativo na própria história de vida. O autor afirma que não é simples trabalhar com essas três dimensões espaciais, nesse sentido:

Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis, tampouco são, mais “positivas”, no sentido em que esse termo opor-se-ia ao “negativo”, ao indecifrável, ao não-dito, ao interdito, ao inconsciente. Esses momentos e suas conexões cambiantes são conscientes? Sim, e contudo mal conhecidos. Pode-se declará-los “inconscientes”? Não, pois geralmente são ignorados, e a análise os retira da sombra, com risco de equívocos. Tais conexões, das quais sempre é preciso *falar*, o que não equivale a *saber*, mesmo “inconscientemente”. (LEFEVBRE, 2000, p 45).

O crucial a ser extraída da crítica e da reconstrução da teoria da produção do espaço de Lefebvre é que as três dimensões da produção do espaço trabalhadas precisam ser entendidas como sendo fundamentalmente de igual valor e de mesma importância. O espaço deve ser entendido ao mesmo tempo como percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta e nenhuma sobressai à outra. Portanto, o espaço é uma construção social. Assim, entender que os espaços são produzidos através do trabalho humano e que este está em constante modificação, permite a compreensão dos diferentes realidades sociais e as contradições existentes, já que o espaço só pode ser entendido a partir da compreensão dessas contradições.

4. O espaço na concepção de Ana Fani A. Carlos.

Carlos (2011) concebe o espaço como uma categoria indispensável ao conhecimento geográfico, enquanto uma realidade concreta responsável pelo movimento de produção e reprodução socioespacial e uma construção humana, pois não existe sociedade a-espacial. A autora defende a questão de que o espaço é uma realidade prática que se constitui no desenvolvimento da história humana enquanto “condição, meio e produto da reprodução

social”. Para a autora, o tempo e o espaço são categorias indissociáveis que revelam os conteúdos dos processos de produção social do espaço. “Nessa perspectiva, ganha centralidade o conceito de reprodução social do espaço. Assim, a sociedade se apropria do mundo, ao se apropriar de um espaço-tempo determinado, num momento histórico definido” (CARLOS, 2011, p.67-68).

O espaço geográfico é produzido pela categoria trabalhadora, no entanto esse espaço tornou-se, na era do capitalismo tornou-se mercadoria, produto passível de compra, venda e troca, ou seja, o lugar de cada sujeito no espaço é delimitado conforme o poder aquisitivo que ele possui, dessa forma surge uma desigualdade socioespacial alarmante e preocupante.

No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em toda a sociedade) incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria (CARLOS, 2011, p.64).

Carlos (2011), no seu livro *A Condição Espacial* afirma que o que fragmenta o espaço e tira dele a acessibilidade é a propriedade privada, que promove uma verdadeira “segregação espacial”, com os espaços fragmentados e com acesso restrito ficam nítidas as diferenças entre classes, a classe trabalhadora e que não possui os meios de produção, detentora apenas da força de trabalho vê os seus membros sendo expulsos de determinados espaços.

Essa realidade só pode ser desmascarada quando há o entendimento sobre a reprodução do espaço de acordo com as necessidades capitalistas e é fundamental para a compreensão dos diversos níveis da realidade social. Assim, o espaço e sua produção evidenciam-se no plano econômico, político e social, que é evidenciada em três dimensões de acordo com essa autora, a saber, a dimensão material, concreta e abstrata.

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana isto é, no plano do lugar (CARLOS, 2011, p.79).

O processo de reprodução do espaço é um elemento central no processo de reprodução da sociedade capitalista atual, ele é contraditório e fundamental na acumulação capitalista que

acontece no espaço e no tempo, nesse sentido, o mundo atual é explicado através da produção de espaço.

Segundo Carlos (2011) o processo de produção do espaço aliena, porque quem o produz não tem acesso a ele, antes será força produtiva e consumidor, o espaço se reproduz como mercadoria para atender a necessidade do capital e não das pessoas. Portanto, se faz necessário entender o espaço como produto social gerado a partir do processo de trabalho na materialização das condições de vida da humanidade.

5. Considerações finais

O espaço é nos autores acima abordados, visto enquanto dinâmico e produzido, em um processo dialético. A produção espacial é resultado da ação social humana que através do seu trabalho produtivo e social transforma a natureza para seu benefício e usufruto. David Harvey trás uma abordagem tripartite: espaço absoluto, espaço (tempo) relativo e espaço (tempo) relacional; Lefebvre contribui com A prática espacial (espaço percebido), As representações do espaço (espaço concebido) e Os espaços de representação (espaço vivido) trazendo a teoria de valor de Marx, onde ele reafirma a necessidade de articulação entre espaço e tempo e Ana Fani Alessandri Carlos com sua teoria que concebe o espaço como uma categoria indispensável ao conhecimento geográfico, enquanto uma realidade concreta responsável pelo movimento de produção e reprodução socioespacial e uma construção humana. E tais autores contribuem muito para uma reflexão acerca do conceito de espaço, sua dinâmica, produção e reprodução no âmbito da ciência geográfica.

Dessa forma, o espaço também é inacabado, assim, é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo. Essa questão é crucial para o entendimento da transformação do espaço no tempo, pois é a associação com o tempo que torna o espaço rico em possibilidades.

Nesse sentido percebemos que o espaço geográfico, dentro de sua dinâmica dialética, está continuamente num processo de transformação, num ciclo de produção e reprodução dentro de um processo histórico constante. Isso torna o entendimento da produção do espaço uma tarefa árdua, e complexa para a Geografia, mas ao mesmo tempo é o que torna essa ciência tão especial.

6. Referências

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. Revista GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2002.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. (Título original: Social Justice and the City) Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDADE MODERNA À LUZ DOS ILUMINISTAS: HOMOSSEXUALIDADE

Autor: Leandro Augusto Oliveira de Melo

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista voluntário PIBIC (MEC/COPES)

lelele.melo@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Matos Antônio (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

O século XVIII é conhecido como a época de ocorrência do Iluminismo (nomeado também de Ilustração ou Aufklärung). A elite intelectual europeia buscou responder várias questões da realidade por meio da razão. Deixando de lado os dogmas e regras até então impostas pela Igreja e o Estado.

É notório como tal ruptura influenciou os mais diversos setores da sociedade, ao passo que ampliou drasticamente o campo do pensamento moderno.

Sua importância foi de tal modo que as indagações relativas ao campo político, econômico e social ganharam novas respostas. Tal feito se deu com o uso da razão a partir de todo arcabouço científico em voga naquele período histórico.

Nota-se o intuito de trazer a luz para a sociedade mergulhada nas “trevas da ignorância”, essa foi a principal motivação dos pensadores iluministas. Sendo assim, a temática da sexualidade e o gênero estão envolvidos nessa procura por respostas plausíveis. Contudo, tais assuntos ficaram em segundo plano na preocupação dos historiadores e são poucos os estudos aprofundados para elucidar as problemáticas nesse campo de análise. Isso é verificado com a escassez de obras científicas direcionadas aos objetos acima mencionados. É sabido que alguns comportamentos eram considerados como desviantes, como a homossexualidade³⁷, uma categoria histórico-cultural formulada e objeto de possível investigação histórica.

³⁷ A homossexualidade é uma característica de quem sente atração física e emocional por outras pessoas do mesmo sexo. O termo homossexual foi criado por um jornalista austro-húngaro chamado Karl-Maria Kertbeny em 1868, acredita-se que desde a antiguidade já existiam pessoas com tal característica. A palavra *homossexual* combina o prefixo grego, *homo*, que significa *mesmo* com um substantivo latino, *sexus*, que significa *sexo* (referindo-se a gênero).

Assim, surge um número cada vez maior de pesquisadores das mais diversas áreas para pesquisar a temática homossexual. A necessidade de explicar cada vez mais sobre esse assunto fomentou no Brasil e no mundo uma procura incessante calcada numa razão para diminuir ou mesmo banir o preconceito existente nas sociedades ocidentais. Não era possível mais negar direitos civis aqueles pertencentes à comunidade GLBT com afirmações religiosas e pseudo-científicas infundadas, geradoras somente de desgosto por aquela parcela da população marginalizada sem um motivo de racionalidade aceitável.

O movimento gay foi fundamental na pressão ao Estado e instituições civis para que houvesse um respeito e aceitação maior aos homossexuais. Não era fácil no Brasil lidar com a censura militar em todos os âmbitos civis e ainda mais requerer um posicionamento favorável do Estado para um grupo visto como ínfimo e corruptor da moral cívica tão propagada pelos tradicionalistas militares.

A configuração mundial não era diferente e também é sabido como era difícil a aceitação do homossexual em outros países. Essa busca por democracia, direitos civis e respeito não foi exclusiva dos homoafetivos com maior força nas décadas de 70 e 80. Onde psiquiatras, psicólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos e demais estudiosos do campo da humanidade voltaram sua atenção para esses grupos.

Outros grupos marginalizados também foram à luta e litigaram por uma mudança significativa no meio social em que viviam. A saber: o movimento negro, feminista, indígena etc. Aludi a esses grupos históricos para demonstrar como o uso da história foi fundamental para uma afirmação positiva desses grupos no requerimento dos seus direitos inerentes a representação das suas cidadanias plenas, estas limitadas em decorrência dos painéis desfavoráveis consoante a situação degradante enquanto membros da sociedade vistos como sub-grupos.

O uso das fontes de pesquisa se dará mediante a utilização de material bibliográfico formado de exemplares da produção intelectual do período iluminista (os verbetes da Enciclopédia de 1751 relacionados à gênero e sexualidade) e alguns textos eróticos de autores como Voltaire (Candide), Marques de Sade, Montesquieu (Le temple de Cnide), Diderot (Les bijoux indiscrets).

A metodologia será baseada na análise de obras acadêmicas que versam sobre o assunto, com o intuito da obtenção do conhecimento teórico sobre o tema e com a problematização a luz dos objetivos da pesquisa.

PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA

Houve de fato então a elaboração de conceitos científicos em torno do objeto de pesquisa descrito nas linhas anteriores acima na época dos iluministas?

Pretendemos responder essa indagação ao final da pesquisa. Por ora ainda não podemos fazê-lo tendo em vista que nossa análise se encontra em fase inicial com a leitura de obras que conceituam a criação do conceito de sexualidade e homossexualidade, a exemplo de “Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud”, de Thomas Laqueur; “As origens do sexo- uma história da primeira revolução sexual”, de Faramerz Dabhoiwala e a trilogia foucaultiana “História da Sexualidade”.

O que se pode apontar foi que avanço da liberdade sexual foi considerado em boa medida, um processo confuso e inconsciente. As ideias de liberdade sexual podiam ser derivadas de fundamentos tanto bíblicos quanto militantemente anti-religiosos.

Às atitudes iluministas em relação à liberdade sexual não se constituíam em uma série de conclusões unânimes, mas sim, em um conjunto de ideias sujeitas a muitas interpretações diferentes, aspecto que traz uma possibilidade de pesquisa.

A época moderna não foi apenas um fenômeno intelectual, trouxe-nos também o nascimento de uma nova cultura de homossexualidade masculina. Nas palavras de Dabhoiwala:

“Principalmente em caráter privado, a liberdade homossexual também era justificada com cada vez mais confiança como algo natural, inofensivo e corriqueiro.” (DABHOIWALA, 2013, p.204)

Em decorrência da pesquisa está em sua fase inicial não fizemos a análise necessária na maioria das obras e fontes citadas na introdução, entretanto, podemos fazer uma abordagem parcial da obra do Marquês de Sade. Posto que já nos debruçamos na leitura do seu livro Os 120 dias de Sodoma.

É sabido que o Marquês de Sade foi importante na construção de um pensamento sobre a sexualidade, uma vez que algumas das suas obras trazem ou remetem em primeiro ou segundo plano a temática da sexualidade.

Através da leitura da obra desse filósofo encontra-se, nas entrelinhas, a forma como ele compreendia tal comportamento humano.

A escassez de estudo deste tipo conhecimento historiográfico nos levou a essa investigação histórica, ou seja, pelo fato de haver poucos estudos em relação à temática apresentada nas linhas anteriores, percebemos o quanto é fundamental e mister para o enriquecimento da história uma análise mais aprofundada nesta linha de pesquisa.

Percebemos na obra Sadiana uma ruptura com toda uma linha de padrão social imposta. Seria melhor dizer que o livro do Marquês de Sade traz à lume tudo aquilo que a sociedade desprezava e ignorava, ou seja, os desequilibrados e era mais cômodo deixar a margem aqueles visto como degenerados.

A figura do homossexual não poderia ficar ausente de algumas das obras do Marquês de Sade visto que aquele era pertencente ao grupo dos marginalizados da sociedade. Sem uma razão plausível para se explicar aquelas manifestações de comportamento sexuais, várias instituições sociais e religiosas respondiam a problemática homossexual com atitudes proibitivas, manifestada em repressões a todo e qualquer comportamento visto como decorrente de pessoas homossexuais e não permitiam uma contestação pautada na racionalidade.

É perceptível que Sade não vê uma natureza humana pura e incapaz de fazer maldade sem a intervenção do mal para isso. O homem é visto de uma maneira racional e desvinculada da ideia cristã de um ser pueril e causador do mal somente sobre a influência das forças diabólica como era o senso comum. Este um reflexo da moral cívica e religiosa daquele tempo. Tal interpretação era estendida em várias outras manifestações coletivas e individuais. A obra Sadiana vem na contramão dessa ideologia e por isso causou um grande mal estar em descrever por meios dos seus personagens características comportamentais totalmente avessas as padronizadas na sociedade.

A leitura da obra “Inventando o sexo-corpo e gênero dos gregos a Freud” de Thomas Laqueur nos ajuda a compreender como se deu a elaboração conceitual de uma divisão entre os sexos e como os mesmos são uma construção histórica e social. Tal leitura é fundamental para entendermos como a partir de interesses políticos foi fundamentada essa elaboração da ideia de sexo e como é inerente do interesse dos grupos dominantes.

Percebendo que a elaboração do conceito de sexo (gênero) é algo construído notamos como a interpretação da homossexualidade é também determinada pelo contexto social e político. A concepção da homoafetividade é variada conforme cada sociedade e não é algo atemporal, isto é, imutável. Mas sim variado pelos motivos supracitados.

As demandas da cultura exemplificão muito bem como o conceito de gênero e sexualidade são um produto social manipulado, uma vez que temos demonstrações nas figuras do mollis, o passivo e efeminado, e a tribade, a mulher que fazia o papel do homem nas relações homossexuais femininas. Estes reprimidos e vistos como anormais não por violarem a heterossexualidade natural mas por representarem- literalmente personificarem- as reservas radicais culturalmente inaceitáveis de poder e prestígio, segundo as palavras de Laqueur.

É impressionante como o homem ativo, o que penetra no coito anal, ou a mulher passiva, a que se deixa esfregar, não ameaçavam a ordem social e em muitas sociedades eram tolerados, como é sabido também o caso dos gregos e romanos que não viam nenhum problema nisso desde que os homens cumprissem os seus papéis sociais.

O conhecimento de que na Grécia antiga havia a cultura de um homem mais velho escolher um jovem para com ele manter relações sexuais para transmitir o seu saber ao mais jovem já foi explanado por muitos estudiosos da história da sexualidade.

Agora, existia um código de conduta para que esse tipo de relacionamento fosse aceito, assim era permitido que um homem maduro, cidadão e provedor de um núcleo familiar mantivesse um relacionamento com um jovem. Contudo, se o envolvimento fosse entre dois jovens ou dois velhos, a relação não era vista com bons olhos.

Ainda havia a questão da cortesia do senhor para com o jovem desejado, se esse fosse muito fácil na concessão da aceitação do pedido feito pelo homem mais maduro para ele isso também não era visto com bons olhos e o neófito era interpretado pelos demais e inclusive pelo solicitante, como o requerido era alguém fácil e de relacionamentos efêmeros. Posto que, possuía uma maleabilidade demasiada. Estas afirmações encontramos no livro do filósofo e historiador francês Michel Foucault em seu terceiro volume da História da Sexualidade- O cuidado de si.

Percebemos como de acordo com os interesses sociais a homossexualidade era encaminhada com uma abertura maior ou uma repressão mais pontual sobre as pessoas de

determinado grupo. Temos um bom reflexo de como a sociedade é pautada no zelo pelo status e honra dos seus membros que tenham uma representatividade política e social relevante.

Notamos como a todo tempo a questão do poder político e social serviam como uma bússola para que houvesse uma abertura maior da manifestação sexual das pessoas. O que estava em jogo não era a sexualidade do indivíduo mais o seu papel social. Laqueur explicou bem usando o exemplo da tese Aristotélica quando o filósofo grego afirmou que o escravo não tinha sexo por não representar nenhum poder político, havendo uma liberalidade para a sua sexualidade mesmo se fosse aquelas citadas nas linhas anteriores que eram mal vistas por representarem uma transgressão aos detentores do poder.

Laqueur demonstrou contundentemente como o estudo da concepção do gênero e a literatura elaborada sobre a anatomia serviram como alicerce para a manutenção dos padrões impostos. Já foi mostrado nas linhas supracitadas como em determinadas sociedades esse controle era imposto e supervisionado através de normas sociais bem definidas.

Sobre a consolidação das teses iluministas, a história nos mostra o quanto foi difícil por em prática ideias racionais em meio a uma sociedade tão arraigada de princípios dogmatizados ligados a Igreja. É impressionante como as principais teses iluministas perduraram por todos esses anos e há um reflexo tão intenso nos dias atuais.

Sabemos que esse período histórico sofreu influências dos séculos anteriores na construção de suas ideias, ou seja, nota-se como há uma busca pela ruptura com conceitos vistos como atrasados pelos filósofos iluministas. Estes imersos também em um mundo de conceitos já bem alicerçados.

A desconstrução de pré-conceitos e uma análise vinculada na racionalidade predominou no grupo dos pensadores da modernidade baseada numa visão de mundo totalmente racional, isto é, interpretação do meio que os cerca baseado não mais em supostas afirmações da intervenção do sobrenatural mais em respostas fundamentadas na razão e na verificação dessas afirmações realizadas por meio de um métodos científicos.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Em decorrência da pesquisa se encontrar em andamento não podemos fazer afirmações totalmente formuladas. Entretanto, percebemos como há muito para ser explorado ainda nessa seara da homossexualidade e dos discursos iluministas formulados em torno dessa temática.

Por conta da repressão e preconceito que esse tema sofreu por séculos é compreensível o número ínfimo de pesquisas realizadas acerca desse objeto de estudo. Felizmente, em razão da busca de novos objetos de estudos na área de história, assuntos antes vistos como insignificantes e não merecedores de uma análise histórica passaram a instigar mais os pesquisadores da área como é o caso da explicação da homossexualidade, de maneira racional e desvinculada de toda e qualquer interferência da Igreja e do Estado conservador e patriarcal para análise racional do tema.

O caminho a ser percorrido é longo para a conclusão da nossa pesquisa, mas temos certeza que encontraremos nas obras já citadas nas linhas anteriores respostas para as indagações levantadas e assim teremos uma noção de como aqueles defensores do uso da razão a utilizaram para dar veracidade as suas teses referentes a sexualidade dos homens que mantinham relações homoeróticas. Na busca de uma resposta lógica e longe dos conceitos já existentes relativos a esse assunto.

A pesquisa está na fase inicial e assim ainda é cedo para termos impressões mais aprofundadas de alguns filósofos da ilustração referente ao assunto supracitado.

Mesmo assim sabemos a importância do estudo dessa temática para uma melhor compreensão do que vem sendo desenvolvido no campo histórico acerca desse objeto de estudo tão importante e trazido a lume nos dias atuais. Prendemos contribuir no final da pesquisa com um material acadêmico utilizável e relevante na tentativa de compreender como se deu o olhar dos filósofos da ilustração face aos homossexuais na Idade Moderna e percebermos se o uso da razão foi predominante numa leitura de sexualidade dos homens pautada na razão.

A homossexualidade é uma questão que reflete uma dominação conceitual em sua definição por grupos desejosos de sua eliminação ou fingimento da sua não existência e assim houve a batalha travada no campo denominativo. Explicações, aliás, fundamentadas numa dicotomia bem evidente do uso racional para observação e análise daquela manifestação sexual.

Os iluministas defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado. Para divulgar o conhecimento, os iluministas idealizaram e concretizaram a idéia da Enciclopédia (impressa entre 1751 e 1780), uma obra composta por 35 volumes, na qual estava resumido todo o conhecimento existente até então. Um trabalho que levou quase trinta anos para ser elaborado

por vários filósofos. Diderot (1713-1784) e Jean d’Alembert (1717-1783) são os principais idealizadores e coordenadores deste projeto ambicioso da difusão do saber.

Houve outros filósofos que ajudaram na composição da obra acima citada, então temos Montesquieu (1689-1755) – fez parte da primeira geração de iluministas. Sua obra principal foi “O espírito das leis”; Voltaire (1694-1778) – Crítico da religião e da Monarquia, Voltaire é o homem símbolo do movimento iluminista. Foi um grande agitador, polêmico e propagandista das idéias iluministas. Conhecido por sua aversão aos dois maiores representantes da opressão da época, a Igreja e o Estado; Rousseau (1712-1778) – redigiu alguns verbetes para a Enciclopédia, suas idéias eram por vezes contrárias as dos seus colegas iluministas, ganhando a fama de briguento. Sua principal obra foi “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”.

Possuía o intuito de dar respostas racionais aos variados temas da sociedade, essa busca pela explicação tendo como arcabouço uma razão em todas as esferas de manifestações sociais e naturais trará uma ruptura irrecuperável com aqueles defensores do uso do sobrenatural como única resposta para variados fenômenos naturais e humanos.

Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe e DUBY, George (dir.) **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. V. 3

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DABHOIWALA, Faramerz. **As origens do sexo**: uma história da primeira revolução sexual. RJ: Editora Globo, 2013.

DARNTON, Robert. **Pornografia filosófica**. IN: Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no século XVIII**. Vol. II. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, sd.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MONZANI, Luiz Roberto. **Desejo e Prazer na Idade Moderna.** Campinas: EdUNICAMP, 1995.

NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos libertários.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHNEEWIND, J.B. **A Invenção da Autonomia:** Uma história da filosofia moral moderna. Trad. Magda França Lopes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Autor: Guilherme Sousa Borges

Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa de Educação Tutorial

Membro do Laboratório de Estudos de Paz e Conflito

E-mail: Guiga.borges94@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Cristina Nascimento França (DRI/UFS)

Introdução

Há cem anos tinha início o conflito que mudaria para sempre as relações humanas. Antes da Primeira Guerra Mundial, nenhuma guerra tinha tido tantos combatentes e nações participantes, assim como nenhuma outra teve tantas baixas (militares e civis), sendo essas baixas pelos conflitos, pelas doenças e pela fome. Estima-se que mais de nove milhões de soldados morreram e outros quinze milhões ficaram feridos nos quatro anos de conflito.

Antes de seu começo, a Europa estava em uma época de relativa prosperidade. Desde a Guerra Franco-Prussiana que nenhuma nação européia tinha entrado em conflito com outra nação de seu continente e o desenvolvimento das ciências e das comunicações nunca foi tão intenso, sendo superado apenas durante a Guerra Fria. Nesse clima de progresso, os últimos impérios continuavam a crescer economicamente, com os avanços da industrialização, quanto territorialmente, com o movimento neo-colonialista, também conhecido como imperialista, nas terras recém exploradas da África e da Ásia. Nesse contexto, cinco impérios se destacavam no velho mundo: o Império Britânico, governado por George V, sendo o mais poderoso daquele período; o Império Russo, liderado por Nicolau II, que era a nação mais populosa da Europa; o Império Austro-Húngaro, tendo uma dupla monarquia, logo com dois imperadores (um austríaco e um húngaro); o Império Otomano, o mais antigo ainda em governo, dominando a região da Ásia Menor e o Oriente Médio; e o Império Alemão, governado por Guilherme II, sendo o que mais crescia.

O crescimento alemão era sem precedentes. Menos de meio século depois da unificação realizada por Otto Von Bismarck, a Alemanha tinha se tornado uma das nações mais poderosas do mundo, além de possuir um exército extremamente poderoso. Esse novo poderio no centro da Europa começou a criar algumas tensões dentro do continente, estas que foram se juntando com as crises que aconteciam por todo território europeu e foram a ignição para a Primeira Guerra Mundial.

Em agosto de 1914, o arquiduque e herdeiro do trono Austro-Húngaro Franz Ferdinand foi assassinado na cidade de Sarajevo, na Sérvia. Seu assassino foi o estudante Gavrilo Princip, que na época tinha apenas 19 anos e era membro da “Mão Negra”, um grupo terrorista que buscava a independência da Sérvia do Império Austro-Húngaro. Assim, o Império Austro-Húngaro declara guerra a Sérvia. Na Rússia existiu um movimento que ficou conhecido como “Pan-Eslavismo”, no qual os russos, que se viam como a nação eslava mais poderosa, se sentiam na obrigação de proteger os outros povos eslavos, e esse dever fez o império do Tzar Nicolau II entrar na guerra em apoio aos sérvios.

Desde o final do século XIX, as grandes nações européias já estavam articulando suas alianças. Porém, estruturar alianças não significa que os líderes já sabiam que a Guerra era inevitável. Então a França se aliou aos russos, pois os alemães tinha se aliado ao império Austro-Húngaro e ao Otomano, então essa seria a forma que eles teriam para se protegerem de qualquer ameaça. A Inglaterra tinha assinado pactos com a França e também com a Rússia, assim terminando os séculos de conflito com os franceses. Após o assassinato de Franz Ferdinand, as alianças estruturando os lados do conflito: a Tríplice Aliança com os Impérios Alemão, Otomano e Austro-Húngaro. Com a quebra do tratado de Londres de 1839, que garantia a neutralidade belga e holandesa, após a invasão da Bélgica pelos alemães, a Inglaterra entra no conflito apoiando a Rússia e a França, assim formando a Tríplice Entente.

Na introdução de Johnny vai à guerra, Dalton Trumbo faz uma breve descrição da Grande Guerra. Nas palavras dele, “A Primeira Guerra Mundial começou como um festival de verão – com saias esvoaçantes e dragonas douradas. Milhões e mais milhões aplaudiam das calçadas enquanto altezas imperiais emplumadas, majestades, marechais-de-campo e outros toleirões desse tipo desfilavam pelas capitais da Europa liderando suas resplandcentes legiões. [...] Nove milhões de cadáveres depois, quando as bandas pararam e as altezas começaram a correr, o gemido das gaitas-de-foles nunca mais seria o mesmo. A Primeira Guerra Mundial seria a última guerra romântica.”

Nós quatro anos que a Grande Guerra ocorreu, estima-se que mais de 60 milhões de combatentes foram mobilizados para a batalha, sendo que mais de nove milhões morreram nos campos de batalha e nas trincheiras. Se contarmos também os que morreram com as doenças que se espalharam depois, mais 20 milhões entram nas estatísticas. Para Margaret MacMillan, “A Europa pagou um custo altíssimo pela Grande Guerra: veteranos que nunca se curaram das seqüelas físicas e mentais do conflito, as viúvas e os órfãos, as moças que nunca

encontraram maridos, pois muitos homens morreram”. Além das casualidades nunca antes vistas em uma guerra, a Guerra das Guerras também foi marcada por novidades científicas e táticas. Armas químicas e veículos de combate eram usados por ambas tríplices e a destruição causada era sem precedente. Das novidades, as trincheiras foi um dos maiores símbolos do confronto e até hoje, muitas paisagens européias são cobertas por trincheiras abandonadas.

Com o fim da guerra em 1918, os alemães foram declarados principais culpados e tiveram que pagar pesadas indenizações aos vencedores. Os últimos impérios, menos o Britânico, foram desestruturados e a Europa já não era mais o centro do poder político, econômico e cultural da Terra: agora quem jogava as cartas eram os Estados Unidos da América. Junto com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), esses eventos foram a base para o início da Segunda Guerra Mundial, esse que foi ainda maior que a Primeira, tendo uma duração maior, maior nações envolvidas e um número de mortos muito maior.

Conhecida como “A Grande Guerra” ou “A Guerra das Guerras” (isso até o início da Segunda Guerra Mundial), o imaginário humano ficou marcado permanentemente por muitos de seus elementos. Do uso das trincheiras nos campos de batalha até os primeiros ataques com armas químicas, o conflito é retratado nas mais diversas produções culturais humanas, sendo representada em peças de teatro, filmes, músicas, poesias, jogos de vídeo-game, Et Cetera. Busco com esse trabalho analisar como a Primeira Guerra Mundial é mostrada em algumas obras lançadas em diferentes épocas depois do seu final. Para isso, usarei o livro “Johnny Got His Gun”, publicado em 1939 e escrito pelo roteirista estadunidense Dalton Trumbo¹, o filme de 1971 que foi inspirado no livro, dirigido pelo próprio Trumbo. Também usarei o jogo “Valiant Hearts: The Great War”, lançado em 2014 pela empresa francesa Ubisoft² em parceria com o projeto Mission Centenaire³ e a música Paschendale, da banda britânica Iron Maiden⁴.³⁸

¹Dalton Trumbo (1905 – 1976) foi um romancista e roteirista estadunidense. Ele foi conhecido por ter escrito o roteiro de filmes premiados como Exedus, Spartacus e Johnny got his gun. Trumbo foi membro dos 10 de Hollywood, um grupo de cineastas que se recusaram testemunhar na comissão parlamentar que iria averiguar as referências comunistas nos filmes. Trumbo foi membro do Partido Comunista dos Estados Unidos da América e ficou na lista negra do governo.

²Ubisoft é uma empresa francesa de jogos eletrônicos com sede em mais de 19 países. É conhecida por ter produzido e distribuído franquias famosas como Assassin’s Creed, Far Cry, Rayman e Splinter Cell.

³Mission Centenaire é um programa feito pelo governo francês juntando os interesses de sete ministérios (educação, relações exteriores, defesa, cultura e comunicação, pesquisa e educação superior, interior e turismo) e várias instituições públicas (como a biblioteca nacional da França e o museu áudio-visual da defesa) que busca expor os principais eventos em comemoração ao centenário da Primeira Guerra, além de auxiliar e informar turistas e instituições francesas sobre o conflito.

Uso de obras culturais como fonte histórica:

Vistas por muitos como meras obras produções que tem como objetivo o entretenimento, filmes, jogos, músicas, romances, entre outras são desconsideradas por muitos estudiosos como fontes para o estudo, não apenas históricos, mas sociais.

Após a criação da escola dos Annales em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, iniciou-se o uso de outras ciências no estudo historiográfico, como a antropologia e a psicologia. Com essa nova forma de se analisar a história, objetos que antes eram desconsiderados pelos historiadores positivistas começaram a serem utilizados como fontes de pesquisa. Existe um propósito ao utilizar obras culturais como fontes: entender como era a mentalidade da época que eram produzidas, pois essas obras falam mais do tempo em que foram produzidas do que do tempo que estão narrando.

Johnny Got His Gun

Publicado em 1939, dez dias depois da assinatura do pacto de não agressão nazi-soviético e dois dias antes do início efetivo da Segunda Guerra Mundial, “Johnny Got His Gun”, traduzido no Brasil como “Johnny vai à guerra”, mas literalmente significa “Johnny pegou sua arma”, é um romance escrito pelo roteirista estadunidense Dalton Trumbo e é considerado o romance mais pacifista já feito. No ano de 1971, o livro recebeu uma adaptação cinematográfica dirigida também pelo Trumbo. O romance, e o filme, conta a história de Joe, um soldado americano que após um bombardeio em sua trincheira fica completamente debilitado, tendo seus quatro membros mutilados e perdendo sua visão, paladar, audição e fala. A partir disso ele começa uma série de reflexões e alucinações sobre sua vida e o seu desejo de morrer para sair daquele estado.

⁴Iron Maiden é uma banda de heavy metal britânico formada em 1975 pelo contrabaixista Steve Harris. Possuem mais de 100 milhões de álbuns vendidos e são considerados um dos maiores nomes da música atual pela MTV.

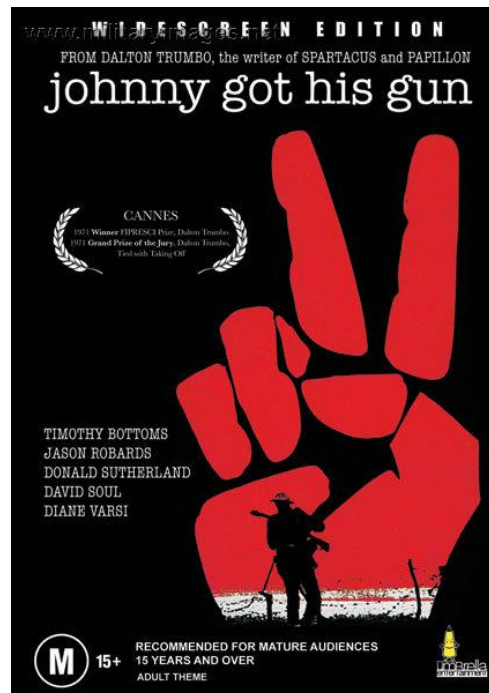


Figura 1: Pôster do filme após sua exibição no Festival de Cinema de Cannes na França.

A principal inspiração do autor foi uma reportagem sobre a visita que o Príncipe de Gales realizou à um hospital canadense para encontrar um soldado que perdeu todos os membros e sentidos durante a Primeira Guerra Mundial. Outra inspiração para a obra, agora em relação ao seu título, é a música “Over There” do músico George M. Cohen. Nessa canção, a frase “Johnny get his gun” (Johnny pegue sua arma) é citada, pois é uma música usada para encorajar os jovens a se alistarem, então a obra mostra o que aconteceu com Johnny após ele pegar sua arma.

Essa produção também faz uma crítica à mentalidade de guerra que os Estados Unidos da América têm. Numa de suas lembranças da infância, Joe se lembra de uma conversa com seu pai na qual ele escuta “Em defesa da democracia, qualquer pai enviaria seu único filho”

O livro fez um sucesso estrondoso quando publicado, principalmente entre os esquerdistas que eram contra a guerra. Mesmo com a grande repercussão da obra, tanto que foi premiado como o livro mais original de 1939 no National Book Award, Trumbo não quis lançar uma nova edição após a quebra do pacto de não agressão nazi-soviético e da invasão alemã a União Soviética, lançando uma nova tiragem apenas depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

O legado que Trumbo deixou com Johnny Got His Gun foi imenso. Além do prêmio de Livro mais original de 1939, o filme foi premiado no festival de cinema de Cannes com o

Grand Prix Spécial Du Jury e com o troféu do FIPRESCI (Federação Internacional de Críticos de Cinema). A obra também recebeu uma adaptação na Rádio NBC em 1940, uma versão teatral em 2008 e é citada em filmes e músicas, em destaque para “One” de 1988, da banda estadunidense de heavy metal Metallica.

Valiant Hearts: The Great War

Produzido e distribuído em 2014 pela empresa francesa *Ubisoft* em parceria com o projeto *Mission Centenaire*, relembrando os 100 anos do início da Primeira Guerra. O game conta a história de quatro personagens que tem suas histórias de vida cruzadas durante alguns eventos reais ocorridos no fronte ocidental, desde a invasão da Bélgica pelos alemães, comandados pelo “vilão” Barão Von Dorf, até a entrada dos Estados Unidos na guerra. Os quatro protagonistas são: Emile é um fazendeiro francês, Karl é o genro alemão de Emile, Freddie é um estadunidense que luta pelos franceses e Anna é uma enfermeira belga. O jogo aborda a guerra de uma forma que difere de outros jogos com temas semelhantes (como as franquias *Call of Duty* e *Medal of Honor*, que se focam nas batalhas e nas trocas de tiros no campo de batalha e muito pouco em outros aspectos), pois os personagens principais não usam armas de fogo em nenhum momento para disparar, muito menos para matar inimigos. *Valiant Hearts* foi inspirado nas cartas que os soldados enviavam do campo de batalha para seus entes queridos, por isso ele tem uma grande carga emocional, conseguindo transmitir a dor, o medo e o terror da guerra mesmo tendo gráficos simples e de certo modo, infantis. Isso torna o game de certo modo, uma obra pacifista.



Figura 2: Cena no quarto capítulo “Wooden Crosses”, na qual Emile (no centro usando camisa branca) está no campo de batalha. Os tons escuros, os soldados feridos e as fontes de fumaça ajudam a transmitir a sensação de pesar e dor dos soldados.

O game também oferece uma grande proposta didática, dando informações gerais sobre a “Guerra das Guerras”, falando da participação dos soldados marroquinos até sobre as enfermeiras de campo, além de mostrar alguns objetos e explicar a importância deles naquele período. Outro ponto interessante, que reforça a exposição de como a Primeira Guerra foi terrível, é em muitas fases ter algumas cartas realmente escritas por soldados de várias nações envolvidas.

Paschendale – Iron Maiden

Lançada no álbum *Dance of Death* de 2003, Paschendale conta a história de um soldado sem nome preste a morrer no campo de batalha. Iron Maiden é uma banda conhecida por usar de temas históricos em suas letras, tanto que o próprio vocalista, Bruce Dickinson, é graduado em história pela Queen Mary College da Universidade de Londres, e temas como a inquisição (abordada na música “*Hallowed Thy Name*”), as batalhas aéreas dos ingleses contra nazistas na Segunda Guerra Mundial (“*Aces High*”) e a própria Primeira Guerra Mundial, abordada em Paschendale, são recorrentes.

A batalha de Paschendale, também conhecida como Terceira Batalha de Ypres foi um confronto entre as tropas britânicas, canadenses, australianas e neozelandesas contra as forças alemãs na Bélgica. Após três meses de luta, o exército canadense conseguiu vencer os alemães e tomaram Passchendaele (como era chamada na época), que era uma zona estratégica para poderem realizar um ataque nas forças navais do Kaiser Guilherme II. Estimasse que mais de quinhentos mil soldados faleceram de ambos os lados, sendo uma das combates com maior número de perdas da Grande Guerra.

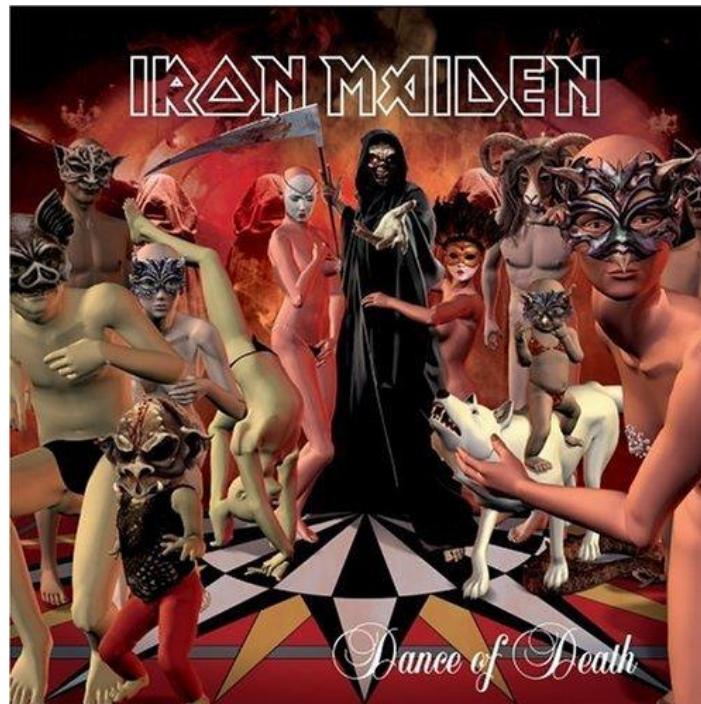


Figura 3: Capa do álbum “Dance of Death” de 2003, na qual foi lançada “Paschendale”. Com esse álbum, eles conseguiram mais dois discos de ouro e três de platina, incluindo um no Brasil.

A letra começa se inicia logo após o final da batalha, com o eu-lírico, ferido mortalmente, se lembrando da guerra e da sua vida antes de ir lutar nas trincheiras. Entre seus últimos pensamentos, ele faz uma reflexão sobre a vida, morte, crueldade humana e seu desejo de ir para casa recomeçar a vida. A canção termina com ele refletindo sobre a guerra não ter vencedores e na outra vida inimigos e aliados vão estar juntos.

Conclusão:

Como pudemos analisar nas três obras citadas, a Primeira Guerra Mundial e sua brutalidade marcaram a mentalidade humana. As três produções se focaram, não apenas em lembrar-se do conflito, mas também em fazer uma “propaganda” anti-bélica, principalmente Johnny vai à Guerra. Como está escrito nas ultimas cenas de Valiant Hearts: The Great War, “Mesmo que seus corpos já tenham se tornando pó, devemos honrar suas memórias e nunca esquecer”.

Bibliografia:

MACMILAN, Margaret “The War that Ended Peace: How Europe Abandoned Peace for the First World War” 2013, Londres.

TRUMBO, Dalton “Johnny vai à Guerra”, 1959, Tradução: Elza Viany

Johnny vai à guerra, Direção de Dalton Trumbo, Produzido por Bruce Campbell, 1971

Valiant Hearts: The Great War, 2014, Produzido pela Ubisoft

IRON MAIDEN, Paschendale, 2003, Dance of Death

WALL, Mick, “Iron Maiden: Run to the Hills, The Authorised Biography”, 2004

<http://whiplash.net/materias/curiosidades/099335-ironmaiden.html>

<http://centenaire.org/en/la-mission/centenary-partnership-program>

<http://www.allmovie.com/movie/johnny-got-his-gun-v26441/review>

<http://www.johnnygothisgunthemovie.com/index.html>

<http://www.festival-cannes.com/en/archives/ficheFilm/id/2402/year/1971.html>

<http://www.ironmaiden.com/>

<http://www.ubi.com/UK/>

FREUD E BENJAMIN: SOBRE OS CONCEITOS DE INCONSCIENTE E HISTÓRIA**Autor: Daniel Francisco dos Santos**

Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe

francisco.daniel58@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Vanderlei de Oliveira (DFL/UFS)

O presente texto se propõe a uma análise da relação entre os conceitos de inconsciente e história. E a análise de tal relação se dará com o objetivo de responder a uma pergunta, a saber, como a filosofia da história de Walter Benjamin pode ser perpassada pelo conceito freudiano de inconsciente? Contudo, para pensarmos numa tal relação se faz mister aclararmos da melhor maneira possível o núcleo do nosso objetivo. Assim, não é aqui nossa intenção psicanalizar a filosofia de Walter Benjamin, muito menos benjaminizar Freud. Neste sentido, nosso esforço mais aponta uma aproximação entre esses autores pelos seus conceitos, do que de uma forçosa subsunção entre os diferentes pensamentos, não respeitando as peculiaridades que lhes são próprias e que por si excluem justaposições ou falsas apropriações. O ponto nodal da aparente ligação entre tais pensadores se dá a partir da concepção filogenética que é imanente ao conceito freudiano de inconsciente e tal concepção toma forma no momento em que Freud conceitua os sonhos típicos, na obra que lhe fez célebre a *Interpretação dos Sonhos* (1900-1901). Denominados por sonhos cujos símbolos têm o mesmo sentido para todos aqueles que sonham, com o significado permanente e fixo em todas as épocas e para todos os povos, o pai da psicanálise abre assim o caminho, para uma interpretação da história muito peculiar para aquele que estivesse atento a tais elementos. É aqui que vemos surgir o interesse de Walter Benjamin. Neste sentido, ao perceber que a concepção filogenética freudiana apontava para a possibilidade de acesso a elementos do passado coletivo e individual por meio dos sonhos típicos, o filósofo alemão vislumbra uma concepção da história com base em sua teoria da experiência, que se propõe a resgatar tais elementos sobrepujados pela ascensão do capitalismo no final do século XIX, elementos de uma experiência autêntica que unem na memória conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo, como bem denominou em seu texto *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo* (1939). Com efeito, temos tanto em Freud quanto em Walter Benjamin, uma teoria da experiência que se vincula a uma concepção de história e que nos leva a concluir que podemos falar de uma filosofia da história benjaminiana com a marca do conceito freudiano de inconsciente.

I. Benjamin e Freud: pistas sobre um diálogo improvável

Em Viena, na Bergasse 19, a História repousa sobre o divã. Como conceber tal imagem? Como elaborar uma alegoria em que pudéssemos evocar nossa imaginação e conceber um possível encontro entre dois dos pensadores mais influentes do século XX? Por parte de Freud, tal relação é aparentemente inexistente. Já em relação a Benjamin, um encontro com grande psicanalista quase foi possível. Com base em sua correspondência com Adorno, a possibilidade de tal encontro se viu vislumbrada ante o desenvolvimento de um quadro neurótico de seu filho Stefan. Em vista do agravamento da situação, Benjamin se vê obrigado a viajar até Viena a fim de procurar por um tratamento adequado. Contudo, Viena é um território totalmente desconhecido sendo a ajuda de Adorno muito bem vinda. Foi assim, que numa carta de 07 de novembro de 1936, Adorno indica a Benjamin a visita a um psicanalista em particular, para tratar da preocupante situação etiológica, cujo endereço era: Bergasse 19, e o nome, Sigmund Freud. Todavia, tal encontro não foi possível. Portanto, aquele contato que outrora fora frustrado em sua efetividade, despontaria de forma textual num plano de estudo em 1935.

Neste sentido, e novamente seguindo o rastro da correspondência entre Benjamin e Adorno, o filósofo alemão numa carta de 10 de junho de 1935, faz menção a um possível plano de estudos, em que aponta o interesse pela incursão no estudo de modo coetâneo, das poesias de Baudelaire e nos trabalhos de Freud. [...] “Uma vez traçada até o fim a periferia mais ampla de meus estudos — e já diviso nisso um termo —, vou me aproximar do centro em círculos concêntricos, e então, depois de Freud, será a vez de Baudelaire.” (ADORNO, 2012, p.170) Com efeito, o primeiro desdobramento de tal incursão se inicia na busca pela relação entre inconsciente e história, a partir de *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (1939).

II. Declínio da experiência, declínio da história

Em *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (1939), Walter Benjamin apresenta as bases para uma teoria da experiência. Em vias de extinção, o eminente fim da experiência se traduz pela marca do apogeu do capitalismo. No contexto de Paris do século XIX, com os fenômenos da grande cidade e do inchaço populacional, somado à industrialização em grande escala, a experiência autêntica sucumbe ante o oposto correlato da vivência. Esta última, devido ao atual estado de coisas brota permanentemente em terreno fértil. O homem moderno encontrava-se num altivo estado de excitação, proporcionados pelos constantes estímulos, que o novo imperativo do Capital imprimia a normatização de suas

vidas. A onipresença das situações de choque é a marca característica da sociedade moderna. Com efeito, o seguinte diagnóstico pode se resumir na seguinte proposição: quanto mais pobre em experiência, mais rico em vivência. E de tal proposição o resultado que se processa é o prejuízo ao âmbito da memória.

[...] Na verdade, a experiência é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória. (*Ibid.*, p.105)

A experiência que é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva, frente a um dos fenômenos da Modernidade, isto é, frente à onipresença das situações de choque se vê ofuscada ante o despontar da vivência. E aqui dizemos que os dados que são acumulados e que com frequência são inconscientes e afluem à memória, tal como na citação anterior caminham num terreno propriamente psicanalítico. E isto não só pelo fato do filósofo alemão fazer menção de modo explícito a palavra inconsciente, uma vez que este poderia utilizá-la com outra acepção que não a psicanalítica. Mas principalmente porque é imanente a tal conceito, que o elemento de maior importância para aquela concepção de experiência autêntica irrompe, a saber, a perspectiva filogenética. Sendo assim, é por meio de tal perspectiva, que a nosso ver, o filósofo alemão elege tal conceito da psicanálise, como principal fio condutor que perpassa a uma só vez sua teoria da experiência e sua concepção da história.

Neste sentido, o conceito de experiência autêntica que aponta para [...] “a conjunção na memória de certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo” (BENJAMIN, 2011, p.107). E é ao âmbito da teoria freudiana do trauma que Benjamin identifica ao seu modo, uma peculiar perspectiva sobre tal teoria da experiência. (ROUANET, 1981)

Freud em *Além do princípio do prazer* (1920) apresenta um importante passo na direção de sua complexa teoria do trauma, a saber, a constituição da dinâmica do aparelho psíquico. Ao descrever um intenso jogo entre energias psíquicas opostas, a organização e o funcionamento do aparelho mental se dão a partir da mediação de dois princípios fundamentais, o princípio do prazer e o princípio de realidade. Desde a mais tenra infância, o sujeito ainda lactante tem seu norte psicodinâmico regido pela constante disputa entre tais princípios. Com a primordial tendência para a satisfação do princípio do prazer, este se vê frustrado de sua completa satisfação, frente ao princípio de realidade. Nesta dinâmica, tal princípio cerceador é o responsável pelo controle do eterno impulso de satisfação e sua

primeira barreira. Do mesmo modo, dirá Freud, uma segunda barreira toma forma ao mesmo princípio e tem por função salvaguardar o equilíbrio psicodinâmico dos indivíduos, o que chamou de processo de repressão, ou recalque. Portanto, são estas as duas barreiras apaziguadoras dos perigos internos que ameaçam a constância do aparelho mental e que também se vê ameaçada por perigos externos. E são justamente tais perigos que reluzirão aos olhos do interesse de Walter Benjamin.

Neste sentido, como perigos externos que também proporcionam o desconforto psíquico levando ao desprazer, o pai da psicanálise atribui as vicissitudes da vida como as principais responsáveis por tal desajuste, vicissitudes tais como as guerras, os acidentes e as catástrofes naturais. Com efeito, tais circunstâncias são igualmente capazes de provocar um desequilíbrio equivalente àqueles fatores internos, sendo estes agora denominados por neuroses traumáticas.

Segundo Rouanet (1981), é sobre o processo de desencadeamento das neuroses traumáticas que Walter Benjamin fundamenta seu conceito de choque, o que se configura num problema ao considerarmos tal afirmação. Como vimos para concebermos uma neurose traumática em Freud, tal etiologia depende de alguns acontecimentos específicos. Porém, do modo como Benjamin concebe o choque, a todo acontecimento e a todo instante, os sujeitos em sua jornada ordinária se encontram sempre vulneráveis a tal fato. É como se a todo o momento os indivíduos no decorrer de suas agitadas vidas nas grandes cidades, se encontrassem imersos em situações-limite, cuja sobrevivência era algo de mais caro em suas vidas infortunadas. Com efeito, ao considerar este panorama, todas as situações em que o homem moderno se encontrava, se traduziam por uma condição e consolidação do choque. E é este o ponto exato, em que Rouanet (1981), aponta o engano benjaminiano, em seu texto *Édipo e o Anjo*.

Ainda segundo Rouanet, Benjamin, repetidas vezes faz menção, a todo e qualquer estímulo externo como se estes equivalessem a excitações traumáticas, portanto, choques. O que seria inadmissível a uma leitura literal do sistema freudiano de percepção-consciência. Uma vez que para Freud, as excitações psíquicas tanto externas como internas tem um papel decisivo no funcionamento do aparelho psíquico e o sistema percepção-consciência têm por função proteger o aparelho psíquico do desconforto de tais excitações. Funcionando como um escudo protetor, tal barreira somente é rompida, mediante uma forte excitação, ou seja, uma excitação potencialmente traumática, o que seria desconsiderado por Walter Benjamin, a luz da perspectiva de Rouanet.

Contudo, o real interesse de Benjamin pode ser identificado na relação entre o sistema percepção consciência, e a memória, uma vez que tal relação aponta para o acesso ao inconsciente, fundamentando deste modo, o cerne de nosso objetivo. Dito de outro modo, Walter Benjamin ao formular sua teoria da experiência não tinha o interesse de fazer uma leitura exegética sobre texto de Freud, muito menos considerar de modo literal os conceitos da teoria psicanalítica. Com efeito, o que subjaz àquela teoria da experiência é o conceito de inconsciente e não a perfeita interpretação e aplicação da teoria psicanalítica do trauma em seu texto. E isso porque, é imanente a tal conceito freudiano de inconsciente, que o elemento de maior importância para aquela concepção de experiência autêntica desponta, a saber, a perspectiva filogenética, que a nosso ver é o que fundamenta a filosofia da história de Walter Benjamin.

III. Sonhos e História

Freud em seu livro dos sonhos conclui que os sonhos são realização de desejos. O sonho é assim, um desejo particular daquele que sonha, e cada pessoa tem a liberdade de conceber seu mundo onírico pintando-os das cores mais caprichosas. Assim, podemos elaborar e sonhar com os mais completos absurdos, tornando os sonhos demasiado inteligíveis quando o relatamos para outras pessoas. (FREUDA, p.269) Ora, se os sonhos podem assim ser considerados, um primeiro obstáculo nos coloca em dificuldade, uma vez que tentamos uma aproximação entre tal concepção de sonho e a perspectiva de história de Walter Benjamin. Como pensar na rememoração de uma tradição que remonta a experiência coletiva, pelo acesso a sonhos de conteúdos egoístas, livre e particular daquele que sonha?

Para Rouanet, pensar numa possível aproximação entre tais perspectivas que não nos coloque em apuros pode ser vislumbrado a partir da concepção pré-freudiana de sonho. Em tal concepção, os sonhos eram considerados pelos antigos não como uma produção individual daquele que sonha, mas sim como algo que foi inserido por uma instância sagrada. Portanto, como uma forma de comunicação entre os deuses e os homens, os sonhos tinham a função de antever o futuro. (FREUDA, p.40). Do mesmo modo, o comentador aponta que aquela função dos sonhos como realização de desejos deve ser considerada inexistente a perspectiva benjaminiana, uma vez que o real é assim, o próprio sujeito dos sonhos, e não o indivíduo como apontava Freud. [...] “o homem é sonhado pelo mundo.” (ROUANET, 1981, p.87).

Este é o desenvolvimento que vemos se delinear nas *Passagens*. Ao considerar os sonhos em sua dimensão macro, em que extrapola o âmbito egoísta daqueles que sonham, as coisas do mundo no século XIX passam a ser o sonho em si. Neste sentido, a moda, as ruas,

as lojas de departamentos, o reclame e o jogo, para falar de algumas das coisas da Modernidade, são os fenômenos urbanos de expressão do sonho e que reclamam ao seu despertar. Dito de outro modo, o século XIX com o seu imperativo das relações de produção capitalistas é traduzido por um sonho que já passa do seu despertar. A condução da história por tais relações é comparável ao inconsciente, à ação inconsciente de um sujeito que sonha e sobre o qual não tem consciência e nenhum plano elaborado. Com efeito, as imagens dos sonhos e seu despertar comportam-se como a expressão e a interpretação. É preciso despertar ante o sonho do século XIX e para isso, é necessário interpretar tais imagens que promovem o fascínio para então podermos despertar. (TIEDEMANN, 2007, p.19)

[...] “assim, como aquele que dorme [...] os movimentos peristálticos, os batimentos cardíacos e as sensações musculares [...] produzem, graças à inaudita acuidade de sua sensibilidade interna, imagens delirantes ou oníricas que traduzem e explicam tais sensações, assim também ocorre com o coletivo que sonha e que nas passagens, mergulha seu próprio interior. É ele que devemos seguir, para interpretar o século XIX, na moda e no reclame, na arquitetura e na política, como a consequência de suas visões oníricas.” (BENJAMIN, 2007, p.434).

A importância da influência da dinâmica de nosso aparelho fisiológico interno nos conteúdos dos sonhos é uma das considerações que faz Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900-1901) [...] “A influência dos estímulos somáticos orgânicos sobre a formação dos sonhos é quase universalmente aceita hoje em dia; (*Ibid.*, p.73)

Neste sentido, com vistas ao que Benjamin apresenta na citação anterior: [...] “assim, como aquele que dorme [...] os movimentos peristálticos, os batimentos cardíacos e as sensações musculares [...] produzem, graças à inaudita acuidade de sua sensibilidade interna, imagens delirantes ou oníricas que traduzem e explicam tais sensações” [...] (*Ibid.*, p.434.), dizemos que o filósofo alemão se encontra em convergência com a psicanálise a todo o momento. Uma vez que nos é explícito a semelhança, tanto na linguagem, quanto na dinâmica utilizada para descrever aqueles fenômenos da Modernidade, com o que Freud utiliza para falar sobre a influência fisiológica interna nos conteúdos dos sonhos.

Contudo a ideia de que [...] “assim também ocorre com o coletivo que sonha e que nas passagens, mergulha seu próprio interior. É ele que devemos seguir, para interpretar o século XIX, na moda e no reclame, na arquitetura e na política, como a consequência de suas visões oníricas.” (*Ibid.*, p.434). Fica a cabo da engenhosa perspicácia benjaminiana nas *Passagens*, ao tentar elucidar os fenômenos da modernidade, apontando tal como vimos, para uma materialização dos sonhos. Mas aqui também dizemos que tais elementos já de certo modo se

encontram naquela obra de Freud. E veremos tais elementos irromperem a partir do conceito de sonhos típicos.

Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900-1901) denomina os sonhos típicos, por sonhos cujos símbolos têm o mesmo sentido para todos aqueles que sonham, com significado permanente e fixo, em todas as épocas e para todos os povos, fornecendo os traços para um caminho a ser trilhado na mira de sua perspectiva filogenética. Nesta direção, tais sonhos fornecem o acesso aos elementos do passado individual e coletivo, justamente aqueles elementos perdidos ao âmbito da sociedade moderna e que são caros a experiência autêntica. Ademais, a menção ao conceito de sonhos típicos no texto de Benjamin não se configura em nenhuma novidade, uma vez que inicia sua investigação sobre Freud a partir de um sonho típico de um neurótico, [...] “A investigação de Freud foi ocasionada por um sonho típico dos neuróticos traumáticos, sonho este que reproduz a catástrofe que os atingiu.” (BENJAMIN, 2011, p.109). O que nos leva a suspeitar que a teoria da experiência de Walter Benjamin realmente se edifica sob o conceito freudiano de inconsciente, e o mais importante, que esta também aponta para o acesso da história.

Nesta direção, seguindo Freud de perto, este vem nos dizer que as estruturas neuróticas quando se valem de seus disfarces efetuam uma trajetória em que toda a humanidade de outrora passou, [...] “trilhas de cuja continuada existência em nossos dias, sob o mais diáfano dos véus, encontram-se provas nos usos lingüísticos, nas superstições e nos costumes.” (FREUD, 1996a, p378). O que nos leva a concluir que o interesse de Benjamin se concentra no conceito freudiano de inconsciente, uma vez que por detrás das estruturas neuróticas se apontam para aquele acesso dos trilhos da história da humanidade e para aqueles elementos da tradição que foram perdidos ante ao ápice da sociedade Moderna.

IV. Considerações Finais

Em busca da relação entre os conceitos de inconsciente e história, vimos que a filosofia da história de Walter Benjamin é perpassada pelo conceito freudiano de inconsciente, por meio de uma teoria da experiência.

Em vias de extinção, o eminente fim da experiência se traduz pela marca do apogeu do capitalismo. No contexto de Paris do século XIX, com os fenômenos da grande cidade e do inchaço populacional, somado à industrialização em grande escala, a experiência autêntica sucumbe ante o oposto correlato da vivência. Considerada como matéria da tradição, que aponta para a conjunção na memória de conteúdos do passado individual com outros do

passado coletivo, esta novamente vê o vislumbrar de uma possibilidade de acesso pela concepção filogenética freudiana, que é imanente ao conceito de inconsciente.

Vimos que Freud, ao denominar os sonhos típicos, por sonhos cujos símbolos têm o mesmo sentido para todos aqueles que sonham, com significado permanente e fixo, em todas as épocas e para todos os povos, fornece os traços para um caminho a ser trilhado na direção do acesso àqueles elementos do passado individual e coletivo, perdidos ao âmbito da sociedade moderna e que são caros a experiência autêntica. E que do mesmo modo, ao falar sobre a influência fisiológica interna nos conteúdos dos sonhos, o pai da psicanálise fornece ao filósofo alemão as ferramentas principais para uma leitura dos fenômenos da Modernidade. O que nos leva a concluir que é por meio de tal perspectiva, que Walter Benjamin elege o conceito de inconsciente da psicanálise, como principal fio condutor que perpassa a uma só vez sua teoria da experiência e sua concepção da história.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Correspondência, 1928-1940** / **Theodor W. Adorno, Walter Benjamin**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo, São Paulo, Unesp, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In: BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa, Hermeson Alves Batista, 3º ed. Brasiliense, 2011. [Obras escolhidas V.3]

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos [1900]**. In: _____. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 2006a, vol. 4 e 5.

_____. **Além do princípio do prazer**. In: _____. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 2006b.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.

TIEDEMANN, Rolf. **Introdução à edição alemã (1982)**. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Ed. alemã de Rolf Tiedmann, org. ed. Brás. Willi Bolle, colab. Da ed. Brás. Olgária C. Féres Matos, trad. do alemão Irene Kajon, trad. do franc. Cleonice P. Barreto Mourão, rev. Téc. Patrícia de F Camargo, posf. De Wille Bolle e Olgária C. Féres Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

GT 4:**UMA HISTÓRIA DIGITAL DA II GUERRA****Raquel Anne Lima de Assis**

Graduanda em História pela UFS

Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)

Bolsista PIBIC do projeto Clio em cliques: a internet nos livros didáticos de História

Email: raquel@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)

Ensino de história, políticas governamentais e sociedade. Esses três planos são ao mesmo tempo resultado e condicionante um do outro. Vamos analisar o caso brasileiro, que é nosso foco de estudo. Atualmente vivemos em um sistema democrático que concebe o ensino como ferramenta para sua manutenção. Ou seja, o ensino de história tem como meta ajudar a formar cidadãos que saibam respeitar a democracia e tolerar as diferenças. Sendo desta forma os estudos históricos um dos condicionantes para a formação desta sociedade.

Ao mesmo tempo o ensino é pensado como fruto de ações governamentais, justamente para manter essa política democrática. Um exemplo é a escolha dos materiais didáticos usados nas escolas. No Brasil o principal suporte utilizado pelo professor é o livro didático. Mas não é oferecido apenas um material produzido pelo governo, e sim, é dada a chance de diferentes autores e editoras produzirem os livros, conforme os princípios de construção de cidadania a todos. O Estado não cria o suporte didático que deve ser oferecido nas escolas, apenas avalia e distribui através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O PNLD é um programa de Estado, existente há 80 anos e que se tornou uma política de Estado no segundo governo Lula (2007-2010), cujo objetivo é avaliar livros didáticos e distribuir os mesmos nas escolas públicas brasileiras. O programa é executado em ciclos trienais alternados. As obras são avaliadas e, em seguida, é produzido o Guia PNLD que contém resenhas destes materiais aprovados. Com esse Guia as escolas escolhem os materiais que melhor se adequam ao seu programa pedagógico (MEC; FNDE 2013). Desta forma, as editoras precisam se enquadrar as exigências do Programa para serem aprovadas e assim garantir a comprar de seus materiais.

No PNLD 2014 para o ensino fundamental houve um investimento de R\$ 879.828.144,04; com 23.452.834 alunos atendidos; 50.619 escolas beneficiadas referentes aos anos finais e 103.229.007 livros distribuídos (<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro->

didático/livro-didático-dados-estatísticos). Isso significa que para as editoras é um mercado propício, conseqüentemente, é importante para elas se enquadrarem às exigências dos editais PNLD.

Por isso, uma nova diretriz atendida por estas empresas foi a produção de Objetos Educacionais Digitais (OEDs). Em 2012 foi aprovado um edital para que a partir de 2014 as editoras disponibilizem também estes suportes em formato de DVD, complementares aos livros impressos. Estes materiais são fornecidos por meios de multimídias que procuram trabalhar com temas curriculares destinados ao ensino e aprendizagem dos alunos. Não trata-se de uma forma impressa do livro didático, o que ocasionaria inclusive sua eliminação do processo de avaliação do PNLD. Mas sim, objetos apresentados na forma de audiovisual, infográficos animados, simuladores e jogos eletrônicos. Ou ainda a junção de todos ou alguns desses nas hipermídias. Conforme o Edital eles devem ser interativos para proporcionar uma aprendizagem prazerosa e significativa. Assim como os livros impressos, os OEDs são produzidos pelas editoras e avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático.

O governo brasileiro entendeu a necessidade de diálogo entre o ensino e os ambientes digitais, por esse motivo o uso dos OEDs. Isso ocorre devido a uma nova cultura emergente, a cibercultura, a qual faz parte do universo dos alunos. Ou seja, esses jovens são o que Marc Prensky chama de “nativos digitais” (PRENSKY, 2001). Isto é, são pessoas que nasceram imersos em uma cultura digital. Ao contrário dos “imigrantes digitais” que se inseriram posteriormente nesta cultura, porque na sua infância e juventude não existiam ainda esses avanços tecnológicos. Desta maneira, a aprendizagem possui a necessidade de interagir com os “nativos digitais”.

Segundo o relatório TIC Educação 2012 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), 62% dos alunos das escolas públicas possuem computador em casa e 54% possuem acesso à internet (CGI, 2012, p. 172). Sendo que 91% já utilizou internet, ou seja, mesmo que não tenham acesso no domicílio, procuram o contato por outros meios, seja escola (9%), *lanhouses* (14%) ou até na casa de outras pessoas (13%) (Ibidem, p. 173). Esses dados nos mostram como o ciberespaço está imerso na vida destes jovens, mesmo aqueles pertencentes às classes mais baixas.

Essa rede digital faz parte da cultura atual e uma nova geração surge nesta sociedade. Essas transformações estão inseridas na vida dos alunos e em toda a sociedade. A escola como instituição pertencente a este meio está integrada à vida destes jovens. Surge assim uma necessidade de interagir com essa nova cultura. Ou seja, o ensino está cada vez mais

mantendo uma relação com a cibercultura por ambas participarem das relações sociais e da cultura, principalmente dos alunos. Logo, esse fenômeno é também objeto da história.

Isso significa que no Brasil já está havendo esta ligação entre o virtual e ensino de história. O governo, através do PNLD, implementou o uso dos Objetos Educacionais Digitais para acompanhar essa virtualização. Desde modo, as novas tecnologias estão presentes também no processo pedagógico do ensino de história. Ou seja, os ambientes digitais são um meio e objeto de investigação histórica.

Por ser virtual não merece ser descartado no entendimento da sociedade. Comprovando isso, Manuel Castells afirma que apesar de ser uma comunidade virtual, ela é real. As ações nas redes conduzem o que somos e o que fazemos off-line. Podemos criar outros perfis nos *chats*, contudo, nosso real está agindo. Isso é uma relação social. O virtual é real e produz significados (CASTELLS, 2003, p. 167). É um fenômeno ligado mais às pessoas do que às máquinas. Este processo trata-se de uma *Digital History*, pois, entendemos o fenômeno cibernético como um acontecimento histórico. Sendo o uso de OEDs um exemplo deste processo.

Assim, estes OEDs depois de aprovados e distribuídos nas escolas brasileiras, deverão colaborar para o ensino de história em ambientes digitais. Por isso, nosso objetivo central com esta pesquisa é investigar a abordagem histórica da Segunda Guerra nestes recursos, produzidos e avaliados em 2013 e distribuídos em 2014. Faremos esta pesquisa por meio da História Comparada. Ou seja, através desta metodologia procuraremos analisar diferentes aspectos presentes nestes recursos produzidos por diversas editoras no que concerne ao conflito mundial. Como há uma grande diversidade de objetos temos a necessidade de compará-los para entendermos as variadas abordagens, métodos e metas.

A História Comparada é uma metodologia que procura encontrar semelhanças e diferenças, conseqüentemente, o que é comum e específico entre os objetos. Seu uso nos proporciona aumentarmos nosso campo de visão e não nos limitarmos ao analisarmos diferentes variáveis. Através desta metodologia os diferentes suportes proporcionam uma iluminação recíproca. Ao confrontarmos diferentes objetos “os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro” (BARROS, 2007, p. 05).

Procuramos desta maneira as semelhanças e diferenças entre os Objetos Educacionais Digitais para compreender a lógica que os envolve. Sendo estes materiais tanto objetos de investigação como fontes para esta pesquisa. Desta forma, compreender por meio do método comparativo como os OEDs ajudam os professores no que tange o conteúdo, análises e ligação com a *Digital History*. Lembrando que estes materiais didáticos são uma forma de

tornar o conflito presente no cotidiano destes jovens, daí a escolha deste assunto. Logo, possuem uma *responsabilidade social*.

Essa responsabilidade significa que a II Guerra é um “passado que não quer passar”. Seria o conflito um tempo vivido ou um tempo presente por fazer parte da memória coletiva. Há uma demanda social de atingir o conhecimento de assuntos, do passado ou do presente estimulados pelos meios de comunicação. Para François Bédarida o historiador possui uma *função social* ou *responsabilidade na sociedade* (BÉDARIDA, 2006, p. 227). O historiador possui um compromisso de atender a esses estímulos. Por isso, deve-se ter cuidado na maneira como determinado conteúdo será abordado.

Um exemplo desse “passado que não quer passar” é a própria II Guerra Mundial. Historiadores como Williams Gonçalves, William Shirer (2008) e Richard Evans (2011), nos dizem que a Segunda Guerra acabou em 1945 com a rendição dos alemães e dos japoneses. Está correto, foi neste ano que as batalhas cessaram, corpos foram enterrados e os sobreviventes puderam reconstruir suas vidas e chorar pelas perdas com mais calma. Todavia, 68 anos depois ainda percebemos que esse passado não passou. Devido a gama de produções bibliográficas sobre o tema; jogos e filmes que representam o conflito e notícias de jornais com novas descobertas. Esses meios são as lembranças de fatos que não vivemos no calor dos acontecimentos, mas que se torna vivo em nossas mentes e na maneira como enxergamos o mundo.

Ao trabalharmos com o assunto, podemos entender nosso presente. Apesar do conflito mundial estar afastado por décadas, podemos observar que ele é um tempo vivido. Segundo Julio Aróstegui “*El tempo presente nunca es un período. La cuestión real es, por tanto, la de articular una forma de tratamiento histórico del presente que es, por definición, una construcción social y cultural*” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 56). Ou seja, o tempo presente não precisa iniciar com uma determinada data e mesmo não vivendo entre 1939-1945, podemos “viver” o conflito ao estudá-lo. Desta maneira, qualquer forma de representação por ser produzida no presente há um olhar para o passado carregado de concepções contemporâneas.

Quando estudamos qualquer assunto e de qualquer época, ele se torna presente. A Segunda Guerra Mundial ao ser investigada é analisada com o olhar do presente sobre o passado. Porque é esse presente que conhecemos e que vivemos. Tornando desta forma o conflito um tempo vivido, um tempo presente, apesar da distância que nos separa dos fatos. Isso significa que o presente é a referência, o historiador traduz o passado para o atual e o olhar do contemporâneo sempre estará presente, porém, de forma equilibrada para que não se cometa exageros, equívocos e análises superficiais (MONTEIRO, 2012, p. 206).

Conforme Henry Rousso, “Here, contemporariness doesn’t refer to —real time, that is, to biological time. It refers to a social and political construction of national history or collective memory”³⁹ (ROUSSO, 2013, p. 05). O presente não possui uma data específica que marca seu início. Em cada país há acontecimentos catastróficos que marcaram o começo deste presente. O presente não é parte de um processo cronológico como a Antiguidade, Idade Média etc. O presente é aquilo que se vive. Para isto não é necessário um tempo biológico para marcar, e sim, estudar e fazer parte da memória coletiva. Mesmo que o acontecimento tenha ocorrido há anos atrás ele é presente se for lembrado.

Assim, podemos concluir que devido ao Brasil atualmente viver em tempos cibernéticos, o governo federal entendeu a necessidade de dialogar essa cultura com o ensino. Como as editoras precisam atender as exigências do PNLD para garantir a compra de seus materiais, estas empresas passaram a produzir também OEDs. Pois, tornou-se um dos recursos de interesse do Programa. Ou seja, os objetos foram uma das formas encontrada no Brasil para dialogar ensino e virtualidade. Além de ser um recurso de *reponsabilidade social*, pois, a abordagem sobre a II Guerra, nosso objeto de estudo, é um “passado que não quer passar”. Isso significa que é um tempo presente ou um tempo vivido, por fazer parte da memória coletiva.

Abordagem histórica da II Guerra

Na pesquisa trabalhamos com 27 objetos de 18 DVDs, mas para este trabalho escolhemos 5 DVDs de editoras e autores diferente que resultam em 9 objetos. São eles:

- **Encontros com a história** (Editora Positivo) – são três objetos em formato de infográficos sobre a expansão alemã; linha do tempo citando os principais fatos do período e a publicidade dos EUA durante a II Guerra. Este material didático procura descrever os principais acontecimentos. Está mais preocupado com datas e narrativas dos fatos do que com análises, questionamentos e interpretações destes eventos.
- **Estudar história - das origens do homem à era digital** (Editora Moderna) – um infográfico sobre *A Batalha de Stalingrado*. É uma descrição resumida sobre os acontecimentos da batalha. Este material não procura interpretar o fenômeno, e sim, narrar os fatos. Entretanto, nas orientações ao professor são levantados alguns questionamentos que possibilitam essa análise interpretativa, como a seguinte questão:

³⁹ “Aqui, contemporaneidade não se refere ao tempo real, isto é, tempo biológico. Refere-se a uma construção social e política da história da nação ou memória coletiva.”

Embora Hitler tenha recebido relatórios de espionagem que o alertavam sobre os riscos de abrir várias frentes simultâneas de ataque à União Soviética, ele insistiu em manter sua estratégia militar, o que resultou na rendição e nas baixas das tropas nazistas.

- **História com reflexão** (IBEP) – um infográfico sobre os motivos da guerra; característica do governo alemão; expansão alemã; conflito entre Alemanha e URSS; conflito no Extremo Oriente; resultado da guerra e sugestões de filmes. Este material faz um resumo dos principais motivos, conquistas e ataques da Segunda Guerra Mundial e oferece alguns números de perdas humanas. Por fim, abre a discussão sobre a Guerra Fria. Não há uma análise mais profunda nem questionamentos, mas, o relato de alguns acontecimentos. Contudo, procura incentivar a discussão sobre a intolerância.
- **História em documento** (FTD) – dois infográficos sobre a vizinhança dos EUA com o Brasil e suas ferramentas na indústria cultural e crítica ao nazismo no cinema. No infográfico *Brasil: dizem que estou americanizado* a meta é apresentar aspectos culturais da política da boa vizinhança norte-americana no rádio, na música, na Disney, em Hollywood e na Coca-Cola. Mas não diz por que os EUA tinham esse interesse no Brasil, somente nas orientações ao professor são levantadas essas questões. Há uma tentativa de estimular o estudo da arte. Já no infográfico *Crítica ao nazismo no cinema* estimulam o interesse em filmes tornando o aprendizado mais dinâmico. Também incentivando o estudo da arte e sua interpretação. Nas orientações ao professor sugere uma discussão sobre o racismo a partir da análise destes filmes. Assim, mostra os perigos do regime Nazista.
- **História Fundamental** (Saraiva) – um infográfico e um vídeo sobre campos de concentração e extermínio nazista e memorial para as vítimas das bombas atômicas. Trata sobre os campos de concentração e extermínio oferecendo dados e informações sobre o Holocausto. Porém, não faz uma discussão aprofundada sobre os motivos e o perigo da intolerância que resultaram nesta tragédia. Mostra um mapa com a localização dos campos, mas com pouca dinâmica.

Ao observar as características destes objetos podemos perceber que a principal semelhança entre eles é o uso de uma história tradicional em um recurso digital. Ou seja, é dada grande importância à descrição dos fatos e adotada uma perspectiva linear, sem levantar questionamentos e análises mais aprofundadas. A maioria se preocupa apenas em fazer o

aluno decorar o assunto. É importante trabalhar com acontecimentos, todavia, mais importante ainda é mostrar os desdobramentos destes episódios na sociedade. Em outras palavras, trabalhar com o além dos fatos.

Como afirma Pierre Nora, “o acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-lo para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema” (NORA, 1976, p. 191). Assim, é preciso interpretar e questionar as condições e consequências dos acontecimentos na sociedade. Pois os eventos não se restringem a datas, e sim, aos seus alcances nas vidas dos homens.

Observa-se que apesar de tanto combaterem o Positivismo nas Universidades, este é o método utilizado no ensino por meio dos OEDs. Acadêmicos não querem fazer uma história factual pura e simples, mas explicar e interpretar fenômenos e a sociedade. Contudo, mesmo formando profissionais de ensino com esta linha de pensamento, na produção de OEDs é adotada a prática de decorar datas e acontecimentos isolados⁴⁰.

Claro que não podemos simplesmente ignorar datas, fatos, nomes e espaços. Não vamos abominar a memorização. Antes de analisar, criticar, interpretar e compreender, isto é, aplicar a Nova História ou a história-problema, é preciso conhecer esses dados. É necessário primeiro conhecer as informações de tempo, espaço e vocabulário para depois pensar a história de forma mais problemática e complexa da sociedade. Para Margarida Oliveira é necessário respeitar a faixa etária dos alunos e suas habilidades cognitivas (Cf: OLIVEIRA, 2007, p. 09-18). No caso dos OEDs ficam apenas na parte da memorização e não seguem para a problematização (no tratamento sobre II Guerra).

Portanto, os OEDs devem contemplar também o que Jörn Rüsen chama de consciência histórica. Ou seja,

“A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro” (Rüsen, 2006, p 14).

Em outras palavras, os objetos devem proporcionar o conhecimento do passado para entender e agir no presente e até mudar o futuro. Será que os Objetos Educacionais atingem essa consciência histórica?

⁴⁰ Estas afirmações se referem somente aos OEDs sobre a Segunda Guerra Mundial. Não temos a pretensão de analisar todo o ensino de história, métodos utilizados pelos professores nem outros recursos didáticos.

Diante desta semelhança, há as especificidades ou diferenças. Alguns objetos chegam a tentar levantar questionamentos e o passado presente na vida dos alunos, cada um a seu modo. Como em **Estudar história - das origens do homem à era digital** que através do exercício proposto ao professor tenta complementar os objetos por meio de análises mais aprofundadas para incentivar os alunos a criticarem e a refletirem. Em **História em documento** tenta trabalhar a capacidade interpretativa através da arte, principalmente no cinema para tornar o ensino mais dinâmico, e elencar questionamentos presentes no cotidiano dos alunos para contribuir na sua formação como cidadãos sobre o racismo por meio de atividades. O mesmo faz **História com reflexão** ao trabalhar com sugestões de filme ao professor sobre o fanatismo ideológico.

Considerações finais

Com este trabalho procuramos observar, por meio do método comparado, alguns aspectos da abordagem histórica sobre a Segunda Guerra Mundial em alguns OEDs. Assim, podemos concluir que todos estes analisados trabalham com uma história tradicional mais voltada para identificação de datas, nomes, lugares e descrição de acontecimento. Não há uma preocupação maior de uma história-problema destes fatos. Porém, alguns possuem suas especificidades na tentativa de suprimir essa falta de um estudo mais crítico. Alguns procuram complementar com propostas de discursões ao professor ou de atividades. Ou ainda aqueles que utilizam de ferramentas mais dinâmicas ao sugerir filmes. Além de alguns temas sugeridos sobre o perigo da intolerância para fazer com que o passado esteja dialogando com o cotidiano dos alunos.

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. Sobre la Historia del Presente. In: **La Historia Viva: sobre la Historia del Presente**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.p.19-62.

BARROS, José D' Assunção. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. Vol. 01, número 01, jun./2007.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. **Usos & Abusos da História Oral**. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.219-232.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar: 2003

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras – TIC Educação 2012**,

2013, p.35. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/pesquisas/index.htm> . Acesso em: 02/04/2014 às 17:33h.

EVANS. Richard J. **O Terceiro Reich em guerra**. Trad.: Lúcia Brito e Solange Pinheiro. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico**. Brasília. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico?highlight=YToxOntpOjA7czo0OiJwbmxkIj9>. Último acesso: 08/12/2013 às 16:52h

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Guia de livros didáticos PNLD 2014**. Brasília, 2013.

GONÇALVES, Williams da. A Segunda Guerra Mundial. In: FERREIRA, J., REIS FILHO, D.A., ZENHA, C. (Orgs.). **O século XX: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras**. Civilização Brasileira, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668 Último acesso: 08/12/2013 às 16:45h

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida [et al.], organizadoras. **Qual o valor da história hoje?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 191-214.

NORA, Pierre. O retorno do fato. LE GOFF, J. NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.p.179-193.

OLIVEIRA, Margarida. Parâmetros curriculares nacionais: suas ideias sobre história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (org.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRRN, 2007, p. 09-18.

PRENSKY, Marc. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2012.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais Imigrantes Digitais**. On the Horizon (NCB University Press, Vol. 9 No. 5, Outubro 2001). Disponível em: <http://poetadasmoreninhas.pbworks.com/w/file/fetch/60222961/Prensky%20-%20Imigrantes%20e%20nativos%20digitais.pdf> . Último acesso: 05/01/2013 às 18:20h.

ROUSSO, Henry. The Last Catastrophe. **Cadernos do Tempo Presente**, mar.2013. disponível on line via www.getempo.org.

RÜSEN, Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: **Práxis Educativa. Ponta Grossa**, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006, p. 7-16.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich (Volume I e II)**: Triunfo e consolidação (1933-1939). Tradução de Pedro Pomar. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

OS FATORES DE FORMAÇÃO DOS SOLOS E A DINÂMICA AMBIENTAL NA ESTRUTURA DA PAISAGEM

Isabela Santos de Melo

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista voluntária do Programa Institucional de Extensão Universitária (PIBIX)
isabela_santosdemelo@yahoo.com

Bruna Leidiane Pereira Santana

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa Institucional de Extensão
Universitária(PIBIX)bruna.leydiane@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Barbosa da Silva

Departamento de Geografia/UFS
deborabarbs@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A paisagem constitui a síntese momentânea da organização do espaço geográfico, pois a ação conjunta dos elementos e dos fatores naturais e antrópicos resultam em processos responsáveis pela configuração das paisagens em diferentes escalas tempo-espaciais.

O solo enquanto componente natural da paisagem resulta da ação de cinco fatores pedogenéticos: clima, relevo, organismos, material de origem e tempo e reflete as características ambientais reinantes em determinada área da superfície terrestre. A compreensão das inter-relações entre os componentes que estruturam a paisagem e a cobertura pedológica é necessária à compreensão da dinâmica ambiental.

Desde os primórdios da humanidade, o solo garante a sobrevivência do homem, consistindo num fator essencial ao desenvolvimento das atividades produtivas. Ademais, o solo integra o meio ambiente e condiciona a manutenção do equilíbrio ambiental, pois permite a estruturação da cadeia trófica e a sobrevivência das espécies da fauna e da flora. Bastos e Cordeiro (2012) consideram que, ao servir de base para a fixação das plantas, os solos exercem influência na distribuição dos ecossistemas tornando-se fundamental à configuração das paisagens.

O manejo inadequado, a degradação dos solos e as repercussões sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos têm motivado inúmeros estudos com a finalidade de solucionar ou mitigar os impactos sobre a organização espacial através de sugestões de práticas conservacionistas a serem implementadas nas atividades produtivas.

Este artigo tem como objetivo analisar a influência dos fatores de formação dos solos e a interferência antrópica na dinâmica ambiental e na estrutura da paisagem.

Para proceder a análise integrada da paisagem, os fundamentos teóricos utilizados neste estudo foram pautados nos princípios da análise sistêmica de Bertalanffy (1973), Christofolletti (1999) e Bertrand (2004), tendo em vista a compreensão da dinâmica da organização espacial a partir da interconectividade entre os componentes bióticos, abióticos e antrópicos.

O enfoque sistêmico derivado da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1973) e aplicado à análise do espaço geográfico parte de uma visão holística dos componentes da paisagem. No estudo da paisagem se faz necessário considerar a conexão existente entre os constituintes naturais e antrópicos para compreender os processos que estruturam o meio ambiente, pois segundo Bertrand (2004),

A paisagem não é uma simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço geográfico, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

Nessa perspectiva, o estudo do solo possibilita entender a dinâmica ambiental através das relações entre o natural e o social, pois o solo resulta da influência conjunta dos componentes biofísicos do meio ambiente, podendo ter suas características alteradas pela interferência antrópica.

Para a execução deste trabalho optou-se por procedimentos metodológicos como pesquisas bibliográficas, discussões teóricas e reflexões de artigos e livros acerca das temáticas estudadas e realização de trabalhos de campo. Esta etapa, efetuada por meio da observação e análise de diversas paisagens no estado de Sergipe, possibilitou a compreensão da influência dos componentes ambientais na formação dos solos e a alteração de suas propriedades pela ação antrópica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O solo enquanto elemento natural do arranjo espacial, cuja formação depende da interação com os demais componentes da organização paisagística, é um condicionante ambiental, pois além de influenciar a existência dos seres vivos, interage com o clima, o relevo, a hidrografia, dentre outros, conforme suas funções ambientais.

Esse “corpo tridimensional” (OLIVEIRA, 2008. p. 13) é produto de processos comandados por fatores exógenos incidentes na interface atmosfera, litosfera e hidrosfera. Os fatores que condicionam a formação e evolução dos solos também influenciam a dinâmica de

organização do meio ambiente, proporcionando alterações nos atributos físico-naturais e nos processos de transformação da paisagem.

A saber, são cinco os fatores de formação dos solos: clima, material de origem, relevo, organismos e tempo (LEPESCH, 2010) que em ação conjunta e ininterrupta, a intensidade de atuação de cada um concorre para a formação de diversas classes de solos que se diferenciam quanto à natureza, composição e processos de evolução.

Os solos têm sua origem conduzida pela ação do intemperismo físico e químico das rochas e sedimentos influenciados por fatores ambientais e evoluem verticalmente do material de origem à superfície apresentando camadas e/ou horizontes pedogenéticos.

O clima condiciona a dinâmica natural das paisagens, interferindo em todos os elementos que a estruturam, como a biota, o relevo, a hidrografia, o solo, a vegetação, além do uso e ocupação das terras. Essa interferência é evidenciada na transformação e evolução das formas do relevo através dos processos morfodinâmicos; na distribuição das espécies; exercendo controle sobre a dinâmica hídrica, erosão, sedimentação, lixiviação, evaporação, salinidade dos solos, dentre outros.

De acordo com Lepesch (2010), a influência dos elementos climáticos temperatura e precipitação pluviométrica definem o grau de decomposição e desagregação das rochas. Os processos de alteração das rochas variam conforme a intensidade de atuação desses elementos e, por conseguinte a evolução pedogenética dos horizontes dos solos.

Os fatores climáticos como latitude, longitude, maritimidade, correntes marítimas e massas de ar influenciam nas características da temperatura e da precipitação pluviométrica e, consequentemente nos processos de intemperismo sobre o material que origina os solos.

Em ambientes de clima semiárido, por exemplo, cujas características marcantes são as elevadas amplitudes térmicas e a reduzida pluviosidade, o intemperismo físico constitui o principal agente de alteração das rochas. Em áreas de clima úmido, a água é o principal agente do intemperismo químico, sendo responsável pela decomposição dos minerais das rochas através de processos hidrolíticos como redução, oxidação, dissolução, hidratação e hidrólise.

Em virtude disso, os solos originados em áreas de clima úmido são bem intemperizados e profundos, a exemplo dos Argissolos e Latossolos predominantes nos Tabuleiros Costeiros sergipanos. Em contrapartida, as características do clima semi-árido favoreceram a formação de solos pouco evoluídos como os Neossolos. Os Neossolos Litólicos ocorrentes em áreas do Pediplano Sertanejo em Sergipe são solos rasos, geralmente,

associados a afloramentos rochosos em paisagens de clima semiárido atestando a reduzida ação do intemperismo químico na sua evolução.

O clima também exerce efeito regulador sobre a distribuição das espécies que determinam a quantidade de matéria orgânica e o estado de evolução dos compostos orgânicos nos solos, além da remoção dos compostos químicos que os compõem.

OLIVEIRA (2008) destaca que em regiões de clima semiárido, onde a vegetação é rarefeita, a presença de matéria orgânica adicionada aos solos é reduzida tornando-se um dos fatores limitantes à existência de solos profundos e com teores reduzidos de carbono orgânico, porém, devido ao reduzido volume de chuvas, os solos são mais férteis face à redução da lixiviação. Em regiões marcadas pela presença de uma vegetação densa e clima úmido os solos são bem evoluídos, mas são intensamente lixiviados, resultando, de modo geral, em solos de baixa fertilidade química.

A formação do solo é dependente das características do material de origem, o qual “exerce um ‘papel passivo’ à formação do mesmo”. (LEPESH, 2010, p.57, grifo do autor), pois constitui a base de evolução dos solos sobre a qual atuam diferentes componentes do meio ambiente como a fauna, a flora, a hidrografia, o clima e o homem.

As diferenças na composição mineralógica, na textura e estrutura das rochas oferecem diferentes graus de resistência aos agentes intempéricos, conferindo à paisagem diferentes feições geomorfológicas, bem como distintos graus de evolução pedogenética. A velocidade do intemperismo e da erosão sobre o material de origem é controlada pelas propriedades geomorfológicas das rochas como grau de coesão e macicez, permeabilidade, plasticidade e heterogeneidade (PENTEADO, 1973).

Segundo Oliveira (2008), a constituição litológica é de extrema importância na gênese dos solos, pois o grau de resistência e a composição mineralógica são fatores responsáveis pela textura e cor dos solos.

A textura é uma propriedade morfológica dos solos determinada pela composição das frações granulométricas predominantes – areia, silte e argila -, podendo conferir aos solos, respectivamente, as texturas, arenosa, siltosa e argilosa. O tamanho e a agregação dos minerais e da matéria orgânica condicionam o teor de água infiltrada e armazenada nos interstícios dos solos, além da aeração.

Assim, os solos de textura arenosa como os Neossolos Quartzarênicos são mais favoráveis à infiltração da água da chuva, porém em razão da elevada macroporosidade há favorabilidade à evaporação rápida e escassez hídrica dificultando o crescimento dos vegetais.

Em contrapartida os Argissolos apresentam incremento no teor de argila em subsuperfície caracterizando o horizonte B textural através de processos de eluviação nos horizontes superficiais e iluviação em subsuperfície. Desse modo, esses solos apresentam elevada microporosidade no horizonte B com infiltração lenta, armazenamento de água e baixa evaporação.

Silva (2007) assinala que as mudanças texturais bruscas - horizonte superficial arenoso e horizonte subsuperficial argiloso - ocorrentes nos perfis de solos podem interromper a intercomunicabilidade entre os poros, favorecendo a origem de processos erosivos. Isso decorre da rápida infiltração da água no horizonte superficial e sua redução quando em contato um horizonte B argiloso, propiciando o seu encharcamento e originando o movimento lateral da água e do regolito.

O teor de nutrientes nos solos disponíveis para o crescimento das cultivares na agricultura também é dependente da composição química do material de origem. Segundo, Lepesh (2010), as plantas retiram quinze elementos essenciais do solo, classificados em macronutrientes e micronutrientes. Os primeiros, absorvidos em quantidades elevadas, correspondem ao nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio e enxofre, enquanto que os micronutrientes são o boro, cloro, cobre, ferro, manganês, molibdênio, níquel, cobalto e zinco.

A análise da relação entre o solo e o relevo nas diferentes paisagens é imprescindível para compreender os processos de evolução dos solos, a distribuição da cobertura pedológica e a relação pedogênese/morfogênese servindo de parâmetro para a análise da vulnerabilidade à ocorrência de processos erosivos e da dinâmica de ocupação, pois as características do relevo exercem influência sobre as propriedades dos solos, definem o tipo e o desenvolvimento das espécies cultivadas, além disso, podem restringir o desenvolvimento de algumas atividades produtivas.

A morfologia do relevo varia na escala temporal e espacial, pois na paisagem é resultante das características climáticas e da composição litológica a partir dos quais ela evolui. De acordo com Oliveira (2008), o relevo exerce influência direta no clima através da distribuição da temperatura e da radiação solar, na dinâmica da água, uma vez que condiciona o escoamento superficial e a infiltração da água da chuva, além da erosão e das formações vegetais.

Desse modo, em função das diferenças na dinâmica da água nos distintos compartimentos do relevo, a morfologia, a altitude e a declividade interferem na drenagem, na profundidade, no teor de matéria orgânica e na cor dos solos.

Os solos são considerados, por alguns autores, como uma camada viva, pois nele estão presentes inúmeros organismos importantes para a existência de matéria orgânica, além de exercer diversas funções na formação e nas propriedades dos solos.

Os microorganismos, por exemplo, decompõem a biomassa lançada à superfície do solo, transformando-a em húmus que tem a capacidade de adsorver nutrientes e água e disponibilizá-los para as plantas. O húmus também influencia consideravelmente a estrutura dos solos, pois favorece a formação dos agregados e da macroporosidade, possibilitando maior resistência à erosão.

A biomassa disponível é um dos fatores que potencializam a atividade microbiana, sendo esta proporcional à quantidade de materiais orgânicos e às condições climáticas em que o solo se desenvolve como temperatura e umidade. Neste sentido, a diversidade de espécies é de extrema importância para as propriedades dos solos e para a ciclagem de nutrientes na cadeia trófica.

A distribuição da formação vegetal está condicionada às características edáficas, do relevo e do clima. Devido à capacidade de favorecer a infiltração da água, a vegetação exerce ação direta na umidade do solo que, através da evapotranspiração, a transfere para atmosfera. O sistema radicular das plantas promove a agregação das partículas dos solos, enquanto que a cobertura vegetal reduz os impactos diretos das gotas de chuva, a velocidade do escoamento superficial e as feições erosivas. Ademais, por conter grande quantidade de nitrogênio e enxofre, os ácidos orgânicos têm efeito acidificante contribuindo para a aceleração da decomposição dos minerais das rochas.

As principais contribuições da meso e macrofauna no solo são a trituração de resíduos orgânicos, a biotubação e o revolvimento do solo, promovendo a mistura dos minerais dos diversos horizontes. Melo et al, (2009) destacam que a meso e macrofauna do solo, ao escavar ninhos e incorporar matéria orgânica, realizam diversas funções como o aumento da porosidade e da drenagem, reduzindo a densidade do solo e aumentando o teor de matéria orgânica e nutrientes.

Tendo em vista que as diferentes características da paisagem originam classes de solos distintos em virtude da variação na intensidade de atuação dos processos pedogenéticos, o tempo é um fator que influencia os processos de evolução dos solos. Ele condiciona a distinção entre os horizontes pedogenéticos e os estágios evolutivos dos solos.

O solo, cujas propriedades são primordiais à qualidade do meio ambiente, desempenha diversas funções ecológicas, além de ser o habitat de inúmeros organismos. Neste sentido, “A evolução pedogenética é fundamental para possibilitar as sucessões ecológicas dos

ecossistemas até que eles possam atingir seu clímax ecológico” (BASTOS e CORDEIRO, 2009. p. 8). Outro atributo do solo é reter e liberar água e nutrientes para as raízes das plantas possibilitando o desenvolvimento das espécies vegetais, a manutenção da cadeia trófica e a ciclagem da água através do fornecimento de umidade para atmosfera e água para a hidrosfera e biosfera.

O solo é um recurso essencial ao desenvolvimento das atividades produtivas. No espaço rural, por exemplo, em interação com os demais componentes da paisagem, o solo é de extrema importância para o desenvolvimento da agropecuária e da agricultura, constituindo um elemento da paisagem fundamental à sobrevivência humana e à qualidade de vida.

As alterações nas propriedades dos solos decorrentes do uso dos solos pelas atividades produtivas podem interferir no equilíbrio do sistema ambiental e nas características socioeconômicas do produtor rural.

A degradação dos solos no espaço rural, comumente, está associada ao manejo inadequado das atividades agrícolas e agropecuárias desenvolvidas desconsiderando a necessidade da conservação deste recurso ambiental.

Dentre as principais as atividades que desencadeiam problemas ambientais estão a agropecuária extensiva que propicia a compactação da superfície dos solos originando feições erosivas de terracetes.

Contudo, práticas de manejo agrícolas que possibilitam a remoção da cobertura vegetal por meio de queimadas e desmatamentos concorrem para reduzir a infiltração dos solos e acelerar os processos erosivos, além da redução da fertilidade dos solos e a extinção de espécies.

A substituição de policultivos por monocultivos também consistem em práticas que repercutem em alterações nas características dos solos, porque, conforme apontam Ferraz et al (2003), a redução da variedade de espécies proporciona a infestação de pragas e insetos predadores, além de facilitar o aumento da acidez e a absorção de metais pesados como Chumbo, Cádmio, Cobre, Zinco e Mangânes.

Segundo estes autores, as principais fontes de acidez e de contaminação destes metais nos solos são o uso excessivo ou desordenado de defensivos agrícolas, corretivos e fertilizantes químicos, não compatíveis ao desenvolvimento de determinadas espécies cultivadas, além de contaminar o lençol freático e os alimentos consumidos pelo homem. Em áreas de monocultivo, o uso intensivo de insumos químicos comprometem as características químicas dos solos, pois podem promover a morte dos microrganismos e a proliferação de fitopatógenos prejudiciais à qualidade do solo.

Outro problema relacionada a degradação das terras agricultáveis é a salinização dos solos. Conforme enfatizam Fullen e Catt (2004, apud Guerra e Jorge, 2012), a salinização é a concentração de sais na superfície dos solos, ocorrendo em áreas de clima semi-árido, com lençol freático raso, onde a evaporação excede a precipitação pluvial. Entretanto, embora consista num processo natural, segundo estes autores a salinidade na agricultura também decorre das práticas de irrigação inadequada, uma vez que estas tornam os solos mais salinos, pois grandes quantidades de sais dissolvidos nas águas são adicionados à superfícies dos solos, dificultando o desenvolvimento das espécies cultivares.

Dentre os principais problemas socioeconômicos decorrentes da degradação dos solos estão a redução da produtividade das atividades econômicas, principalmente, no espaço rural e a perda de terras agricultáveis, repercutindo em impactos na economia e do município, na rentabilidade do produtor rural e na variação dos preços dos alimentos obtidos pelo consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação estabelecida entre os fatores de formação dos solos e a intervenção humana na natureza é responsável pela dinâmica ambiental, evidenciada nas transformações que se sucedem na paisagem na escala temporal e espacial.

Em razão das interações com os demais componentes da paisagem e com as atividades humanas, as características dos solos podem inferir na qualidade ambiental e na qualidade de vida.

O manejo das atividades produtivas propiciam alterações substanciais nas características físicas e químicas dos solos, bem como nos demais componentes que estruturam a paisagem, repercutindo nos processos dinâmicos responsáveis pelo equilíbrio ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Frederico de Holanda; CORDEIRO, Abner Monteiro Nunes. Fatores naturais na evolução das paisagens no semiárido brasileiro: uma abordagem geral. **Revista Geonorte**. Edição especial. v.2, n.4, p.464 – 476. 2012.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**; trad. De Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes, 1973.

BERTRAND, G.. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Editora UFPR. Curitiba, n. 8, p. 141-152. 2004.

FERRAZ, José Maria Gusman. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: Marques et. al. **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Jaguariúna – SP. Embrapa Meio Ambiente. 2003. p. 16 – 35.

GUERRA, Antônio José Teixeira; SILVA, Antônio Soares; BOTELHO, Rosângela, Garrido Machado. **Erosão e Conservação dos Solos**. 3ª ed. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007. 340 p.

GUERRA, Antônio José; JORGE, Maria do Carmo Oliveira. Geomorfologia do Cotidiano dos Solos. **Revista Geonordeste. Edição especial, v. 4, n. 4, p. 116-135**. 2012.

MELO, Fernando Vaz de; BROWN, George G.; CONSTANTINO, Reginaldo; LOUZADA, Júlio N.C.; LUIZÃO, Flávio J.; MORAIS, José Wellington de; ZANETTI, Ronald. A importância da meso e macrofauna do solo na fertilidade e como bioindicadores. **Boletim Informativo da SBCS**, 2009. p. 39-49 < disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32719/1/a-importancia-da-meso-e-macrofauna-do-solo.pdf> >. Acesso em: 25 de maio de 2014.

OLIVEIRA, João Bertolo de. **Pedologia Aplicada**. 3 ed. Piracicaba. FEALQ. 2008. 592 p.

ROSOLEM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio. **Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica**. Seminário Latino-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SOARES, Jefferson Paulo Ribeiro; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de. Análise sistêmica: contribuição teórico metodológica e aplicações no estado do Piauí. Universidade Federal do Piauí – Brasil. **ACTA Geográfica, Boa Vista, v.6, n.13**. p.239-255. 2012.

SILVA, Antônio Soares da. Análise morfológica dos solos e erosão. p. 102-124. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; SILVA, Antônio Soares; BOTELHO, Rosângela, Garrido Machado. (Orgs.). **Erosão e Conservação dos Solos**. 3ª ed. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007. 340 p.

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR (PIBIC JR) EM SERGIPE: RUMOS E CONTRIBUIÇÕES

Autora: Cristiane Tavares Silva Barreto

Graduanda em Pedagogia – UFS

Bolsista FAPITEC-SE

cristianetavares2013@bol.com.br

Coautora: Adriana Santos de Andrade

Graduanda em Pedagogia-UFS

Bolsista FAPITEC-SE

drikaduda1996@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves (DED-UFS)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Junior (PIBIC Jr) oferecido pelo CNPq, em parceria com a FAPITEC-SE, objetivando avaliar os indicadores, a gestão e os resultados do programa operacionalizado em Sergipe no período de 2003 a 2013.

O trabalho divide-se em expor a trajetória da experiência científica no Brasil a partir do século XX, como também um parecer sobre o PIBICJR em forma geral, para em seguida tratar sobre o foco que é “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Junior (PIBIC JR) em Sergipe”.

A análise pautou-se em documentos - questionários, respondidos via e-mails por ex-alunos e coordenadores/orientadores participantes do PIBICJR em Sergipe, além dos dados disponíveis nos sites da FAPITEC-SE, FAPS nacionais e CNPq. As questões do instrumento de coleta de dados têm como objetivo analisar o desempenho dos participantes do PIBICJR-SE, a contribuição, o resultado que o programa trouxe para a vida acadêmica dos alunos e coordenadores como também colher sugestões de melhorias para editais futuros, a fim de expandir o programa em venturos editais.

Com as leituras realizadas e os dados adquiridos é possível ter uma compreensão da satisfatória contribuição desse programa para cada participante, mesmos com os vastos

desafios da pesquisa, devido à ausência de alguns registros do programa em anos anteriores nos sites consultados, como também a falta de retorno das respostas aos questionários.

ASPECTOS HISTÓRICOS

No início do século XX, segundo Moreira (2002), o Brasil ainda não tinha a prática de pesquisa científica consistente. Há registro de grupos que divulgavam e procurava essa valorização, buscando a criação e manutenção junto ao poder público de instituições ligadas à ciência e a valorização social da atividade de pesquisa.

Em 1951 é fundada a primeira agência pública de fomento à pesquisa no Brasil o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq. São vários os projetos e pesquisas financiados por essa instituição, dentre elas o Programa de Iniciação Científica Júnior, disponibilizado aos alunos da Educação Básica da rede pública de educação. O programa teve início no ano de 2003 e em 2005 alcançou todos os Estados da Federação brasileira.

Sergipe foi contemplado desde os primórdios deste programa, por meio da FAP (Fundação de Apoio à Pesquisa, hoje FAPITEC-SE), alcançando cada vez maiores números de estudantes e coordenadores envolvidos.

De acordo com o site da CNPq, a proposta de alicerçar a pesquisa no Brasil nasceu antes da fundação do Conselho Nacional de Pesquisa, por volta dos anos 20. Com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), houve a suscitação, o interesse de estabelecer no Brasil um centro de pesquisa que fosse de cunho governamental. A partir de Moreira (2002), as instituições de pesquisa existentes no início do século XX, eram de pessoas que tinham o interesse nessa área de forma individual, com recursos próprios ou patrocinados por alguém de posses, onde muitos deles eram estrangeiros residentes ou que estavam apenas de passagem no Brasil.

Para Ildeu de Castro Moreira (2002), esses pesquisadores eram professores, engenheiros ou médicos, homens ligados à ciência por sua prática profissional. Não era significativa a atuação de jornalistas ou escritores interessados em ciência. Somente no final de 1931 a Associação Brasileira de Ciências (ABC), sugeriu ao governo a criação de um conselho de ciências, mas só em 1936 o então presidente Getúlio Vargas, ainda em seu primeiro mandato, alvitrou ao Congresso Nacional a criação de um centro de ciências experimentais, com o objetivo de incrementar o setor agrícola do país, porém os parlamentares não aderiram à proposta do Governo Federal.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), o mundo passou a investir em pesquisas científicas com mais afinco. O Brasil por sua vez começou a se entusiasmar voltando-se para a pesquisa científica. Em 1946 a Organização das Nações Unidas – ONU propôs ao governo do Brasil, por meio da Associação Brasileira de Ciências (ABC) a fundação de um centro de pesquisa científica, e 1948 um grupo de cientista fundou um centro de pesquisa no Brasil sem fins lucrativos.

Em 1949, o presidente em exercício Gaspar Dutra, nomeou uma equipe para apresentar propostas junto aos parlamentares no intuito de fundar um conselho de pesquisa vinculado ao Governo Federal, mas apenas em 1951, um dia antes do governo Gaspar Dutra passar a faixa para o novo presidente que entraria em exercício, Getúlio Vargas, ele aprovou a lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisa Científica, nascendo o CNPq.

O CNPq - Conselho Nacional de pesquisa é uma instituição compromissada com a ciência, a tecnologia e a pesquisa e dentre seus vários programas de incentivo à pesquisa está o PIBIC JUNIOR ou Iniciação Científica Júnior, criado no ano de 2003.

O PIBICJR – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Júnior, é um programa financiado pelo CNPq em parceria com entidades estaduais de fomento a pesquisa, (Fundação de Amparo a Pesquisa - FAPs) ou Secretarias Estaduais, desenvolvido nas instituições de ensino público municipais, estaduais e federais. Com o objetivo de despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais da rede pública por meio de pesquisa científica ou tecnológica mediante sua participação em atividades orientadas por pesquisadores de instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas, distribuídos nas seguintes áreas: Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas, Engenharias, Exatas e da Terra, Linguística, Letras e Artes.

No início (2003), o programa atendia apenas estudantes do ensino médio e ensino profissionalizante, mas a partir do ano de 2007 passou a abrir edital também para os alunos do ensino fundamental. O programa vem a cada ano crescendo e alcançando um número maior de estudantes do ensino básico e técnico. O aluno participante do PIBICJR recebe incentivo financeiro em bolsa, no valor de R\$ 100,00 durante o período de doze meses. Para ingressar nesse programa o aluno deve estar regularmente matriculado no ensino fundamental, médio ou profissional de escolas públicas; estar desvinculado do mercado de trabalho; possuir frequência igual ou superior a 80% (oitenta por cento); apresentar histórico escolar.

Em 2005, o programa conseguiu atingir todos os Estados brasileiros. Também a partir de 2005, o CNPq lançou o edital Prêmio Construindo Igualdade, entre os estudantes de

iniciação científica, dentre eles o PIBICJR, no qual os alunos inseridos no programa mediante uma redação concorriam a nível nacional, a um computador, e as escolas dos alunos vencedores, recebiam uma biblioteca de referência, com publicações no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

Para desenvolver um país é necessário desenvolver pessoas: elevar o patamar de informação disponível e prover a população de conhecimentos básicos de ciência e tecnologia, porque esses conhecimentos são centrais hoje em dia. (CNPq, disponível em: www.cnpq.br/web/guest/iniciacao_cientifica). Acessado em 15/09/2014.

Com essa visão o CNPq, vem expandindo o programa PIBICJR, desempenhando junto aos jovens um importante papel, facilitando o contato com a ciência logo nos primórdios da sua vida estudantil, afim de que possam desde cedo compartilhar a sua imaginação e competência, sendo capazes de identificar sua área de interesse, criando objetivos e produzindo conhecimento.

Ao visitar a literatura existente acerca do PIBICJR a nível nacional, observamos a presença de trabalhos publicados em revistas, eventos científicos, referentes às pesquisas realizadas. Vejamos a seguir os gráficos para análise observando o crescimento gradual do programa PIBICJR, no Brasil, no período de 2003 a 2013.

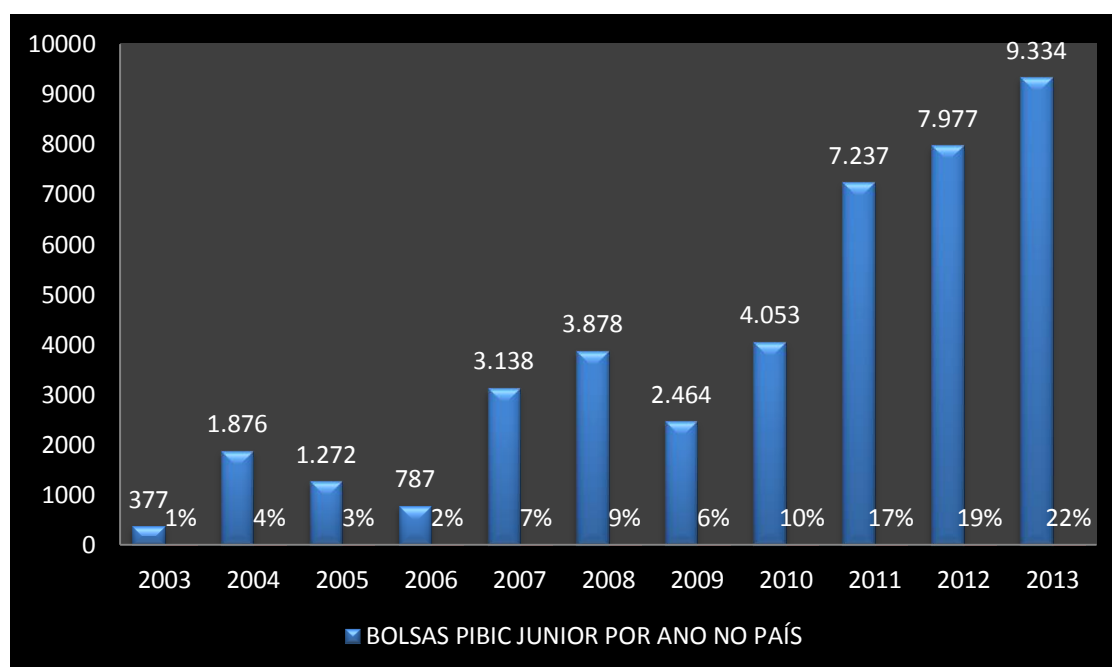


Gráfico. 01 Dados extraídos do site: <http://www.cnpq.br/web/guest/series-historica> acessado em 15/09/2014.

Nesse crescimento, Sergipe está presente, com a implantação do PIBICJR desde o ano de 2003, de modo a atender alunos do ensino médio das redes pública estadual, municipais e

institutos federais, antigas escolas técnicas localizadas em território sergipano pela FAP-SE (Fundação de Apoio a Pesquisa em Sergipe) e CNPq. No final de 2005, a FAP-SE, foi extinta, voltando à ativa em 2007 com o nome FAPITEC-SE.

Vejamos no gráfico o percentual de bolsas por instituições em Sergipe

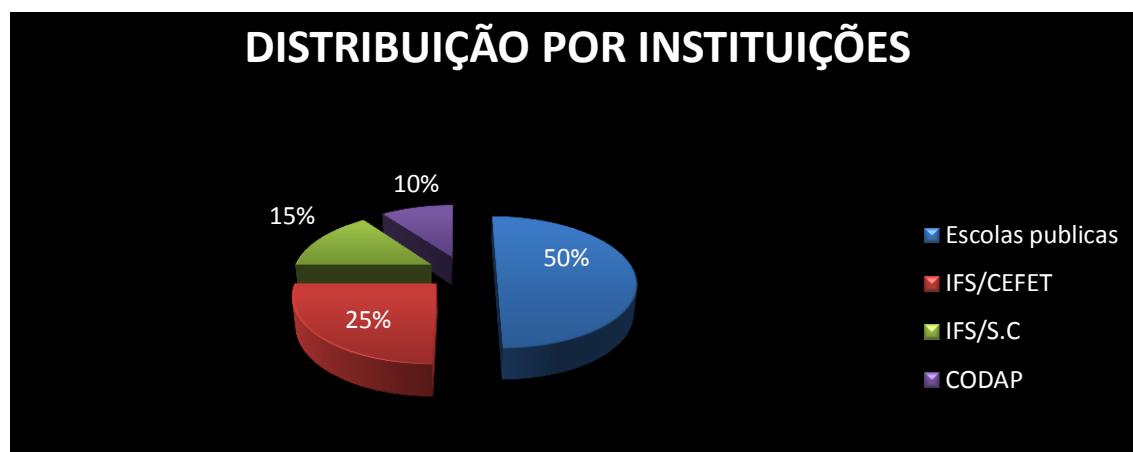


Gráfico 02 dados coletados a partir dos sites da FAPITEC-SE, acessado em 15/09/2014.

A figura 02 demonstra as porcentagens de bolsas de ICJr distribuídas entre as instituições públicas de ensino em Sergipe (Escolas municipais e estadual, Institutos Federais de Sergipe antiga escolas técnicas, Instituto Federal de Sergipe/ São Cristóvão-antiga Escola Agrotécnica e Colégio de Aplicação).

A tabela seguinte expõe a distribuição de bolsas do PIBICJR por ano em Sergipe.

DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS POR ANO EM SERGIPE

ANO	BOLSA	OBSERVAÇÕES	VALOR DA BOLSA
2003	60		R\$ 80,00
2004	-- Edital Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica Júnior	Não houve edital para alunos, somente para orientadores.	
2005	170	-	R\$ 80,00
2006	-	Destituição da antiga FAP_SE	-
2007	Implementada 72	Ativação da FAPITEC-SE	R\$ 100,00

2008	-Não houve edital	-	-
2009	160		R\$ 100,00
2010	40		R\$ 100,00
2011	78		R\$ 100,00
2012	200		R\$ 100,00
2013	-	Ainda não consta o edital no site da FAPITEC-SE	-
TOTAL	780 bolsas implantadas em Sergipe	-	-

“O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR EM SERGIPE (PIBIC Jr)”

Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC-SE) aprovada por meio do EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 13/2012 NAPs, tendo por principais objetivos “avaliar os indicadores, a gestão e os resultados do programa operacionalizado pela FAPITEC-SE no período de 2003 a 2013”.

Os avanços tecnológicos junto com as mudanças que vem ocorrendo no contexto educacional dá origem a uma nova cultura voltada para o fomento científico, o qual carece de engajamento cada vez maior de pesquisadores envolvidos nessa prática. A partir desse entendimento compreende-se a importância e a necessidade de estimular os jovens na área da pesquisa científica e tecnológica, possibilitando o surgimento de novos questionamentos ou novas áreas para se pesquisar, compartilhando o conhecimento junto a sociedades, gerando debates e questionamentos a partir dos mesmos sobre as diversas áreas. Mas para que isso flua é preciso que as descobertas, os resultados das pesquisas sejam publicadas de forma acessível, onde a população possa ter conhecimento e também possa expor seu pensamento.

(...) meu desejo é divulgar os conhecimentos das maravilhas da ciência moderna nas camadas populares. Essa a razão dos estudos que estou agora realizando. Eu quero tirar a ciência do domínio exclusivista dos sábios para entregá-la ao povo (Roquette-Pinto, apud Moreira (2002)).

Os alunos participantes desse programa são incentivadores nas suas escolas e também na sociedade em que os mesmos estão inseridos. O PIBICJR tem sido um referencial na vida dos alunos dando a oportunidade de ingressarem em um campo multidisciplinar, vinculadas às várias áreas do conhecimento, chegando a Universidade, mais preparados e aptos para melhores resultados.

Nesta perspectiva, o estudo em questão tem como objetivo analisar as contribuições apresentadas pelo PIBICJR no estado de Sergipe, tendo em vista que os resultados parciais obtidos mostram que os ex-bolsistas desse programa tornam-se professores das redes de ensino nas disciplinas nas quais participaram dos projetos, bem como em continuar no campo da pesquisa participando dos cursos de Mestrado e Doutorado.

A pesquisa investigou até o momento vários estudos bibliográficos relativos ao PIBICJR, levantamento de dados junto a FAPITEC-SE, elaboração de questionários formulário enviados aos alunos e coordenadores por meio do Google DOC'S. Foram pesquisados também dados junto às outras FAPs e CNPq, a fim de colher o máximo de dados para melhor entendermos e acompanhar o crescimento deste tão renomado programa - PIBICJR.

Até o momento, conseguimos obter quarenta e sete respostas enviadas pelos ex-alunos do PIBICJR, via questionário, onde identificamos que a maioria dos ex-participantes, quando ingressaram no programa tinham a idade de dezesesseis anos, eram alunos do ensino médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP). Tomaram conhecimento do programa através dos professores, que procedeu a seleção por meio de redação, seleção das maiores médias gerais dos alunos, seleção a partir de entrevistas, interesse do aluno na área identificado pelo professor, além da indicação dos próprios professores.

As contribuições do PIBICJR na vida dos ex-participantes foram muitas, dados coletados através dos questionários que responderam de forma positiva. Das contribuições relatadas destacam-se: mentes abertas, ensinando a ler de forma correta, interpretar texto, debater obras científicas, incentivando o ingresso na universidade, desenvolvimento da escrita, certeza que existe um mundo muito mais amplo de conhecimentos do que o que se aprende apenas em sala de aula. Alguns ex-participantes do PIBICJR, ao ingressarem na universidade, escolheram a graduação na mesma área que a do seu orientador, outros se identificaram com a área da pesquisa e estão inseridos na universidade, participando de projetos de pesquisa. Todos os egressos do PIBICJR do ano de 2013 afirmam que o programa os ajudou a dar continuidade nos estudos, estando ainda concluindo o ensino médio. Outro percentual de ex-participantes que responderam, afirmaram que já ingressaram na

universidade, e estão distribuídos em vários cursos, entre eles: Serviço Social, Direito, Ciências Biológicas, Engenharia Agrônomas, Engenharia da Computação, Jornalismo, Ciências Atuárias, Química Industrial, Ciências Contábeis, Economia, Sistema de Informação, Engenharia Civil, História, Eletromecânica (IFS). Alguns com especialização em: Audiovisual e Especialização em Direito Infante-Juvenil.

Dentre os egressos do PIBICJR há os que estão em fase de conclusão de Mestrado em Ciências Fisiológicas, Ciências do Solo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e também Doutorado em andamento no programa de Solos e Nutrição de Plantas pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP.

Vejamos neste gráfico o percentual de dificuldades encontradas pelos ex-participantes do PIBICJR, em Sergipe.

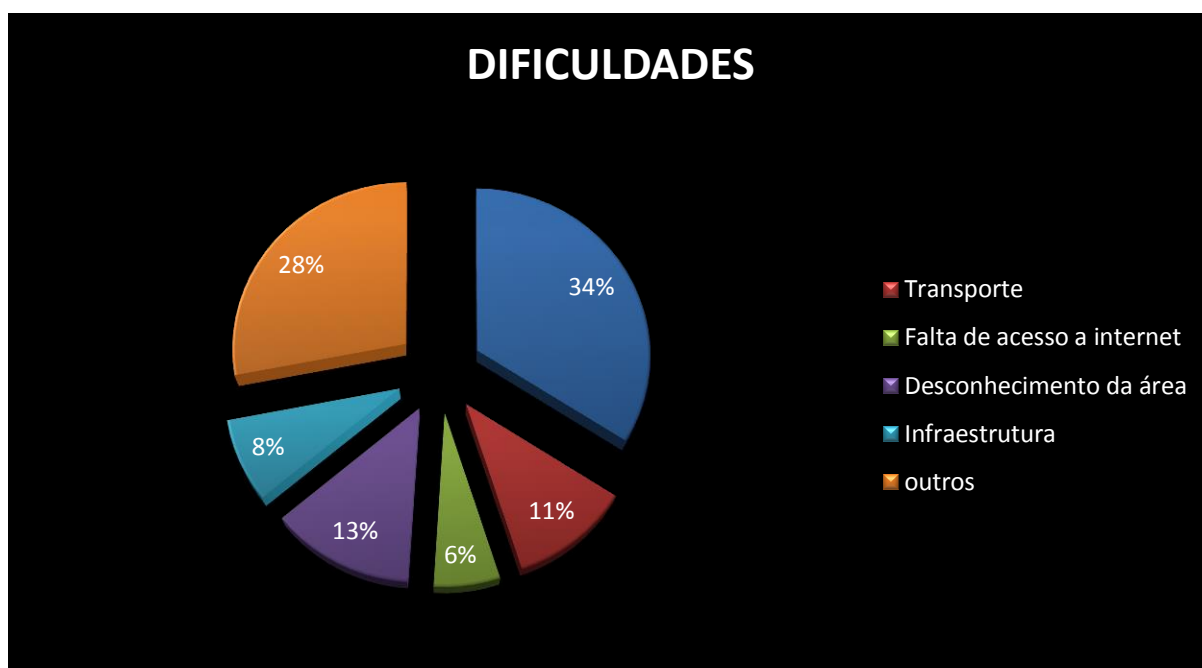


Gráfico 03 Dados extraídos dos questionários respondidos pelos ex-alunos do PIBICJR.

O gráfico 03, mostra as dificuldades encontradas na execução do programa, destacando-se: a falta de transporte para locomoção até o local onde estava sendo realizada a pesquisa, visto que alguns alunos desenvolveram seus trabalhos em outro local fora da sua instituição de ensino, a falta de acesso à internet também dificultou o trabalho, pois em algumas instituições não era possível essa conexão; o desconhecimento da área da pesquisa oferecida ao aluno devido à falta de preparo da base do aluno; a infraestrutura precária de algumas escolas como falta de equipamentos foi um dos fatores que dificultou na trajetória do programa, entre outros imprevistos ocorridos no decorrer da sua execução.

Com o olhar para possíveis mudanças os ex-alunos do PIBICJR, deram sugestões de melhorias e alargamento para editais vindouros, é o que apresenta o gráfico seguinte.

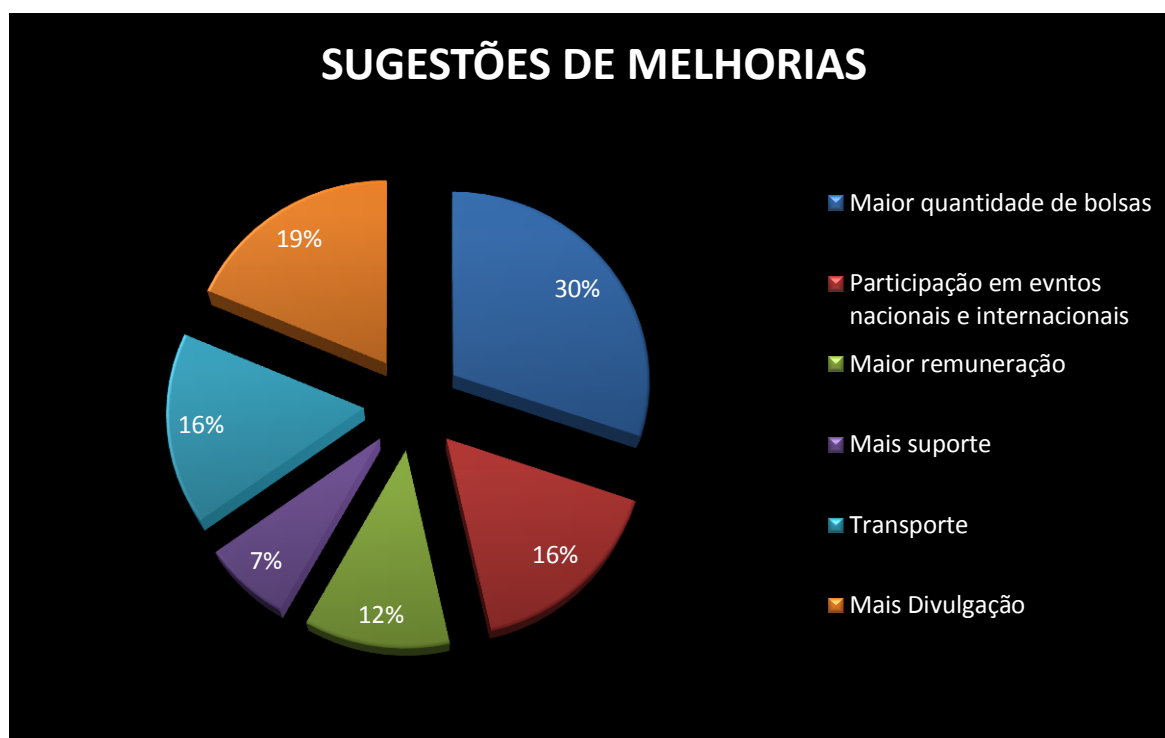


Gráfico 04 Dados extraídos dos questionários respondidos pelos ex-alunos PIBICJR.

Através das respostas que obtivemos dos ex-alunos PIBICJR, e coordenadores/orientadores, uma vez que as respostas dos coordenadores/orientadores são semelhantes às respostas dos alunos, percebemos a influência positiva que o programa trouxe para a vida dos envolvidos, no qual os mesmos sugeriram como melhoria do programa a propagação de bolsas e o aumento da remuneração a fim de alcançar o máximo possível de estudantes, contribuindo assim para uma educação mais proveitosa, despertando cada vez mais o interesse pela área da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

As contribuições que o PIBICJR tem oferecido na vida dos estudantes de educação básica são imensas, visto que os mesmos estão sendo inseridos no mundo da pesquisa ainda no início da vida estudantil, permitindo que os mesmos tenham esse contato, concedendo a oportunidade de descobrir seu real interesse em áreas científicas ou tecnológicas.

Ainda assim existem alguns desafios a serem enfrentados, mas quando são superados, os resultados são evidentes, é o que vemos nos depoimentos de alunos que relatam que o PIBICJR foi seu incentivador para entrar na Universidade e querer ser pesquisador.

É certo que existem algumas dificuldades, como por exemplo, em relação a infraestrutura de algumas escolas para desenvolver a pesquisa, a não regularidade do Programa por meio de Editais lançados pela FAPITEC-SE. Porém o crescimento na vida acadêmica dos envolvidos é incontestável.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jimena Felipe (org.) **Pesquisa em comunicação de ciência na Amazônia Oriental Brasileira**: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

LESSA, Livia Lima. **Educação e a criação de uma cultura científica**: reflexões a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior em Sergipe. Dissertação de Mestrado. DPE/Universidade Tiradentes (UNIT) 2013.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. M.. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**. In: Massarani, L. M; Moreira, I. C; Brito, F.. (Org.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002, v. 1, p. 43-64.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. M.. **A divulgação científica no Jornal do Commercio (1958-1962)**. In: MASSARANI, Luísa; JURBERG, Claudia; MEIS, Leopoldo. (Org.). Um gesto ameno para acordar o país: A ciência no Jornal do Commercio [1958-1962]. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/COC/Museu da Vida, 2011, v. 1, p.43-62.

www.cnpq.br/web/a-criacao acessado em 15/09/14.

www.cnpq.br/web/guest/ic-ju/faps acessado em 15/09/14.

www.cnpq.br/web/guest/iniciacao_cientifica acessado em 15/09/2014.

www.cnpq.br/documentos/10157/140433/jornaldocomercio.pdf acessado em 15/09/14.

www.cnpq.br/web/guest/series-historicas acessado em 17/09/14.

www.centrodememoria.cnpq.br/relatorio-gestao acessado em 18/09/14.

www.apec.unesc.net acessado em 18/09/14.

GT 5:**CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO EM SERGIPE****Autora: Denise Maria de Souza Bispo**

Graduada em História pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB
Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Sergipe – UFS
Mestranda do Programa de Pós-graduação em História – UFS
E-mail: denisebispo@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues (DHI/UFS)

As articulações sobre o Centenário da Abolição mostram leituras importantes para compreendermos a articulação dos sujeitos e instituições durante o período selecionado. O texto privilegia em especial os jornais sergipanos que noticiaram o Centenário da Abolição com exposição de informações sobre o evento e a situação do negro no Brasil do século XX, sendo também observados documentos oficiais referentes ao centenário.

As iniciativas para celebrar o Centenário da Abolição foram originadas da portaria nº 059, de 13/02/86. Uma das propostas do Centenário era contribuir para a “superação de uma vez o preconceito que toma o negro (como alias também o índio) sempre no passado, como objeto fixo, quase arqueológico.” Sendo estabelecidos “critérios como apoiar direta ou indiretamente as perspectivas de nacionalizar a questão do negro por meio de avaliação do desempenho do negro no pós-abolição” bem como eixos e ações de caráter permanente com a criação⁴¹ de “centros de estudos, de pesquisa, de documentação e registro e os de ensino, pedagógicos e didáticos – com efeitos de médio e longo prazo,” assim como iniciativas de caráter transitório como a realização de simpósios, festivais, congressos restritos ao ano de 1988.⁴² De acordo com o documento o Centenário da Abolição:

⁴¹ Uma das iniciativas do período foi o Memorial Zumbi na Serra da Barriga no município de União dos Palmares, Alagoas. Outra proposta sugerida foi a reedição de clássicos da problemática negra tal como Manoel Quirino, Cruz e Souza, e publicação da História do Movimento Negro no Brasil.

⁴² Outra proposição colocada foi à necessidade de se perceber a relação do escravismo com as continuidades presentes nos 100 anos de escravidão passados que ainda eram latentes na sociedade brasileira quando observamos que o povo destituído da década de 80 “os sem-terra de agora descendem dos escravos despossuídos de ontem.” Posições sobre a mudança de construções sobre o negro também foram notadas quando o negro marginalizado, atônito e despreparado para o mercado de trabalho capitalista e embebido em uma cultura de festa observados em muitos estudos que coisificava o sujeito negro dão espaço a uma presença diferenciada representada principalmente na década de 1930 com uma agitação por meio de organizações negras que o discurso produzido para o negro em pauta, pois na medida em que se “protestava contra a marcação dos papéis –

dará à sociedade brasileira uma oportunidade preciosa: avaliar nossos quase quinhentos anos de história. O escravismo, a abolição e o longo processo de subalternização do negro que se lhe seguiu, não são com efeito, episódios acessórios de formação brasileira, mas o seu próprio desdobramento. Como no Centenário da Independência ou, mais recentemente no Cinquentenário da Semana de Arte Moderna, o que se porá em discussão são caminhos da civilização brasileira.⁴³

Para a organização das comemorações do centenário foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial representado pelos Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Interior, Planejamento, Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores. Sendo o Ministério da Cultura responsável por constituir uma coordenação encarregada de centralizar as questões pertinentes ao Centenário da Abolição.⁴⁴ Dentro dessa coordenação houve a colaboração da coordenadora do NEAB – UFS Maria Neli dos Santos⁴⁵ que realizou atividades durante o Centenário da Abolição. Segundo o Programa Nacional do Centenário da Abolição da

‘o lugar de negro’ – exigia tratamento igualitário, iniciando, timidamente, uma revisão da sua história que daria frutos depois.” Inicialmente o estado brasileiro por meio do mito da democracia racial tenta elaborar mecanismo que neutralizem esses conflitos raciais e observem a benevolência da escravidão brasileira e as categorias das classes sociais e que impedião o desenvolvimento tanto de negro como de brancos pobres. No entanto a década de 70 com a ascensão de negros que começam a ingressar em melhores postos de trabalho (principalmente professores, militares e servidores públicos em geral) começam a questionar a não existência de um tratamento igualitário entre negros e brancos influenciados em especial pelos movimentos políticos ideológicos africanos e afro-americanos. Informações retiradas do documentos Centenário da Abolição: Considerações e propostas. Documentação enviada pelo Ministério da Cultura (MINC) para o Núcleo de Estudos afro-brasileiros NEAB – UFS. Arquivo do NEAB. Caixa 01 – 1986-1997. Correspondência expedidas e recebidas. Malote: Correspondência expedidas e recebidas – 1988. Diversos. pp. 01, 02 e 04.

⁴³ Centenário da Abolição: Considerações e propostas. Documentação enviada pelo Ministério da Cultura (MINC) para o Núcleo de Estudos afro-brasileiros NEAB – UFS. Arquivo do NEAB. Caixa 01 – 1986-1997. Correspondência expedidas e recebidas. Malote: Correspondência expedidas e recebidas – 1988. Diversos. p. 01

⁴⁴ De acordo com a portaria de 10 de julho de 1987 observamos que em seus incisos V e VI as obrigações e o caráter: “V - Tal comissão teve por obrigação apresentar ao Ministério da Cultura (MINC) no prazo de 60 dias proposta circunstanciada ao evento e atividades permanentes a serem implementadas por ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura do Brasil. VI - Aspectos observados na Comissão: "o caráter pluriétnico da sociedade brasileira; a recuperação da verdade histórica sobre a escravidão no Brasil; a promoção de eventos que evidenciem a decisiva contribuição do negro a formação sociocultural do Brasil; a realização de atividades destinadas a preservar bens e manifestações culturais ligadas a história do negro no Brasil; a desmistificação do preconceito racial; o apoio a todas as iniciativas que tenham por objetivo a ascensão cultural, social, econômica e política do na sociedade brasileira."

⁴⁵ Diário Oficial - quinta feira, 16 de julho de 1987 - Ministério da Cultura – convoca a participação da coordenadora do NEAB – UFS, além de outros pesquisadores no Conselho Consultivo que acompanhou as atividades da Comissão do Programa Nacional do Centenário da Abolição - PORTARIA Nº 314, de 14 de julho de 1987 - Termos do Decreto n 94326, de 13 de maio de 1987. Arquivo do NEAB. Caixa 01 – 1986-1997. Correspondência expedidas e recebidas. Malote: Correspondência expedidas e recebidas – 1988. Diversos.

Escravidão⁴⁶ aconteceria atividades de janeiro a dezembro do ano de 1988 em diferentes cidades brasileiras.

1. 1. Centenário da Abolição em Sergipe nos jornais de 1988

Dentre os autores que discutiram o Centenário da Abolição José Murilo de Carvalho⁴⁷ aponta o sentido que o dia 13 de maio assumiu no momento do centenário. Para o autor, o 13 de maio de 1988 pode ser dividido em três momentos: o primeiro – *o 13 de maio tradicional*, o da doação da liberdade, representado pelo ato da coroa que na figura da princesa Isabel libertou os escravizados; o segundo – *o 13 de maio maldito*, do engodo, o do golpe branco de cortar a ascensão do negro, o qual deve ser substituído pelo *20 de novembro*, dia da morte de Zumbi, e que significa a resistência contra a ordem vigente da escravidão; e *o 13 de maio crítico* que observa a ação dos grupos populares, incluindo a reação dos próprios escravizados motivadores da ação do governo geral de abolir o escravismo, motivado pela revisão da historiografia sobre a escravidão.

Em 2005, Souza também discute o momento de celebração do Centenário da Abolição para recuperar a memória na qual os movimentos negros desconstruem o discurso historiográfico que envolveu o 13 de maio na medida em que:

(...) Os movimentos negros, há algum tempo, propõem a revisão do significado histórico da abolição e da escravidão e destacam que este fato, consagrado pelos discursos oficiais hegemônicos, não modificou muito a situação dos negros e afro-descendentes, pois que trouxe como desastrosa consequência a fixação das práticas discriminatórias. Entendem muitos que a data não pode ser comemorada pela comunidade negra como marco de uma história a ser resgatada, pois negros e negras continuaram a não desfrutar do direito à cidadania. (2005, p.146)

Por esse sentido, a eleição do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra rememora a luta de Zumbi dos Palmares símbolo de resistência ao regime escravista e torna-se importante para compreendermos a resistência as comemorações ao Centenário da Abolição para o contexto em que estavam inseridos os movimentos sociais negros no Brasil de 1988.

⁴⁶ Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravidão. Arquivo do NEAB. Caixa 01 – 1986-1997. Correspondência expedidas e recebidas. Malote: Correspondência expedidas e recebidas – 1988. Diversos. pp. 01-08.

⁴⁷ Especial 100 anos de abolição. Folhetim – Folha de São Paulo – Sexta 13 de maio de 1988. Nº 588. José Murilo de Carvalho. A Abolição aboliu o quê?. p. B.8. Arquivo do NEAB. Caixa 02 – 1985-1989. Publicações e jornais. Malote: Publicações e jornais. Diversos – 1988.

Em Sergipe, alguns espaços foram dedicados à divulgação e reflexão das Comemorações do Centenário da Abolição, como a divulgação de eventos, publicação de textos com informações críticas sobre a comemoração dos 100 anos e informações a respeito das questões do negro sergipano, e a apresentação de trabalhos de estudiosos que na década de 80 discutiram a escravidão e a pós-abolição.

O *Jornal Gazeta de Sergipe*, de 13 de maio de 1998, apresentou posições sobre a comemoração da abolição, de um lado um grupo que valorizava a data como importante pela evocação da lei áurea e outro segmento, principalmente ligado às entidades negras, propôs a figura de Zumbi e o 20 de novembro como uma data que deve ser referenciada e comemorada pelo seu significado simbólico. O artigo também apresentou questões históricas sobre a participação do negro no cultivo agrícola, o que pode ter sido um dos motivos para o seu aprisionamento no século XIV, apontou pontos sobre a chegada dos escravizados, que segundo a informação colocada de cada negro vivo que chegou aos portos cinco morreram durante a viagem por doenças, castigos ou por causa das condições nos navios negreiros, dialogando inclusive com a contribuição dos negros para o desenvolvimento das ações que sustentou economicamente por muito tempo a colônia. O processo contra a escravatura também é lembrado por meio da figura de Castro Alves, pela sua poesia, ao lado de outros poetas. No texto, observa-se também notas a respeito da necessidade da pesquisa sobre os 100 anos depois da abolição da escravatura "quando os negros entregues à própria sorte tentaram sobreviver nos campos e na cidade, sem o gozo legal da cidadania conquistada pela lei Áurea." E segundo aponta "o centenário da Abolição, ao tempo em que remete ao sentido festivo da liberdade, deve igualmente sugerir o compromisso sério do estudo de tudo aquilo que houve nesses 100 anos passados."⁴⁸

No *Jornal da Cidade* encontrou-se a nota de capa "100 anos de Abolição com protestos" com informações sobre o centenário da abolição e o protesto realizado pelo Grupo Cultural Unidos do Quilombo, no dia 13 de maio, um dia de manifestações contra o racismo. Data comemorada com festividades e debates sobre a causa negra. A nota cita também eventos que foram realizados pela prefeitura de Laranjeiras junto com o governo do estado através da FUNDESC, organizou-se uma programação para comemorar o centenário com realização de missa em "Ação de Graças na Igreja de São Benedito", realização de

⁴⁸ *Jornal Gazeta de Sergipe* -1988 - meses: Abril a junho. Caderno Opinião. Editorial, Aracaju, 13 de maio de 1988. Artigo *100 anos de abolição*. Pág. 03. PASTA - Nº 55-A 96.

Conferência no Centro de tradição onde falou-se sobre o “*Negro no Contexto Socioeconômico de Sergipe*.”⁴⁹ No entanto, no interior do jornal não encontramos maiores informações sobre a nota de capa.

Essa edição ainda contou com uma reportagem especial sobre a abolição da escravidão, com um texto de página inteira, intitulado “*A trajetória do negro em 100 anos de abolição*”, na sessão Caderno Nacional, o 13 de maio de 1988, dia de Comemoração do Centenário da Abolição foi noticiado como feriado nacional – com um pronunciamento do presidente José Sarney em rede nacional de rádio e televisão, além da realização de muitos eventos.⁵⁰ Nesse texto há críticas dos militantes do SOS Racismo do Rio, os quais colocaram o 13 de maio como um dia de manifestações nos principais pontos turísticos do Rio, uma estratégia para mostrar aos turistas e moradores como o “Brasil ainda é um dos países mais racistas do ocidente e que aqui a abolição não se consumou na prática.” E a colocação da pesquisadora Moema Toscano, presidente do Centro da Mulher, engajada nas questões sobre a mulher negra e que aponta as diferenças e a existência de uma burguesia negra, uma classe média negra, que segundo ela, não sofre as discriminações que a maioria do contingente negro sofre diariamente. E a apresentação de projetos que discutem a possibilidade inserção da cultura negra na educação.⁵¹

⁴⁹ Jornal da Cidade, Aracaju (Sergipe), 13 e 14 de maio de 1988 - Sábado e Domingo. ANO XVII- Nº 4.761. 100 anos de Abolição com protestos. p. 1. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória.

⁵⁰ De acordo com a fala do ministro da Cultura Celso Furtado presente no texto, a proposta do programa de Centenário da Abolição: “é que a sociedade abra espaço expressamente para a ascensão da população negra. Cada escola, por exemplo, tem que ter um regime especial para os estudantes negros. É preciso tratar desiguais de forma desigual. Enfático, observa o ministro que o Brasil precisa ver, nesse momento histórico, “que o negro escravo contribuiu de forma fundamental para o desenvolvimento da economia nacional. (...) aprendi que foram os escravos negros que trouxeram a metalúrgica para o Brasil, não foram os europeus. As principais fundições de ferro no Brasil foram trazidas da África. Isto tudo se ignora quando se estuda história.” Idem. Jornal da Cidade, Aracaju (Sergipe), 13 e 14 de maio de 1988 - ANO XVII- Nº 4.761. A trajetória do negro em 100 anos de abolição. p. 10. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória.

⁵¹ Nessa trajetória, localizamos a citação dos projetos de Abdias do Nascimento em relação a constituinte e sua articulação nas esferas públicas, na luta contra o racismo e como a estrutura social deve ser mudada na formação de moldes escolares que combatam o racismo desde a educação infantil. E os projetos de Joel Rufino, escritor de livros que discutem valores e práticas da comunidade negra voltadas, em sua maioria, para crianças e adolescentes. O projeto desenvolvido por ele também é citado como modelo que favorece a redução da evasão de alunos negros, realizado na escola Juvenil Tia Ciata no Rio de Janeiro com orientações pedagógicas aos professores e direcionamentos para o trabalho com livros que não reforcem apenas a valorização dos referenciais brancos na formação da identidade da criança. Sendo identificado, nesse período ainda, um balanço sobre os debates feitos em São Paulo junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a publicação de coletâneas sobre o papel dos negros na economia paulista pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Além de caminhadas com a participação de delegações da África e dos Estados Unidos em alusão à luta sobre o dia 13 de maio.

Algumas posições contrárias às comemorações do centenário, foram expostas na reportagem citada, para muitos entrevistados o Centenário da Abolição não foi um dia de comemorações e sim de reivindicações. Em Salvador no 12 de novembro de 1988 foi realizada uma manifestação para protestar contra o 13 de maio. Alagoas reflete por meio de alguns representantes o dia 13 de maio como um dia de reflexão e não de comemoração, um dia nacional de luta contra o racismo. Para o movimento negro unificado de Minas Gerais a Lei Áurea não significa a integração do negro na sociedade. A líder do Movimento negro mineiro coloca que "o racismo continua sendo um instrumento de opressão, exploração econômica, controle e dominação social." Em Pernambuco, foram observadas críticas ao centenário da abolição quando foi vista a necessidade de ações críticas durante sua passagem, sendo citado o caso de discriminação sofrida por uma bailarina norte-americana para questionar a imagem de que negros e brancos vivem igualmente no Brasil;⁵² O Ceará protestou com o slogan contestatório "Negros, o 13 de maio não é nosso dia." O Espírito Santo, por meio da figura do diretor do centro de Estudo da cultura Negra, Luís Carlos Oliveira, afirma "*Não são 100 anos de Abolição. São 100 anos da Lei Áurea.*" Na matéria também observamos o ponto de vista do historiador Joaquim Felizardo, secretário municipal de cultura de Porto Alegre, observa a abolição a como a questão social mais importante da pré-república atrelada a um erro apontado por André Rebouças, que foi a época, a falta da reforma agrária que impediu a integração de 700 mil libertos. Sergipe aparece com a fala da coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da UFS, que observou as continuidades na vida dos libertos e dos bóias-frias que não têm suas condições de sobrevivência alteradas com a abolição, pois continuam em situações deploráveis de sobrevivência. E ainda apontou o Centenário em Sergipe com um fato inusitado, o fechamento da entidade cultural voltada para o trabalho dos artistas negros a Casa de Cultura Afro-brasileira pela falta de recursos financeiros para sua manutenção. A cidade de João Pessoa, apresentou a realização de eventos que debateram as questões do escravismo e do racismo dentro das comemorações do centenário da Abolição e alertou a necessidade dos negros conscientizarem-se do seu papel de

⁵² Katherine Dunham (1909 – 2006) bailarina, coreógrafa, antropóloga pela Universidade de Chicago e ativista social, foi barrada em um Hotel em São Paulo, em 1951, por ser negra, esse fato repercutiu mundialmente e apresentou e abalou a imagem do Brasil da democracia racial, onde negros e brancos viviam cordialmente, obrigando ao governo brasileiro aprovar a Lei Afonso Arinos.

sujeito na história e de que se tem uma história que foi apagada, mas que precisa ser recontada e “que a história contada não é a história verdadeira do negro.”⁵³

O artigo do *Jornal de Sergipe*⁵⁴ “*Negros acham que não têm o que comemorar*”, produzido por José Araújo, assinalou o fechamento da Casa de Cultura Afro-sergipana⁵⁵ por falta de apoio do governo, esta que funcionava a mais de 20 anos e a realização pelo Neab de debates e mesas redondas antes do dia 13 de maio para que a data “passe em branco.” No jornal também vemos notas sobre a exposição promovida pelo Arquivo Público Estadual de Sergipe a respeito de documentos alusivos à escravidão em Sergipe e o ato público realizado pela União dos Negros de Aracaju (UNA) no calçadão da João Pessoa, cidade de Aracaju, na tarde do dia 11 de maio, por não reconhecer o “13 de maio, dia da libertação dos negros no Brasil”, o que estava presente na fala de um dos membros da UNA, Pedro Neto, “a libertação dos negros em nosso país, foi fruto da luta sangrenta desencadeada em vários quilombos contra os Senhores de Escravos e não uma dádiva da Princesa Izabel”. O fechamento da Casa de Cultura foi priorizado nas informações por ser a entidade, um espaço de observação das práticas de racismo e apoio que estava sendo fechado, outro fato notado foi a discriminação de mulheres negras no mercado de trabalho, levado ao delegado Regional do Trabalho pelo fundador da entidade sob a alegação de boa aparência que exclui a mulher negra do trabalho formal. A coordenadora do NEAB foi lembrada por meio da realização do ciclo de debates, tendo como um dos temas “A Escravidão e a Abolição em Sergipe.”

⁵³ As informações sobre a trajetória dos negros nos dão um panorama de como as questões do negro estavam presentes em alguns espaços, sendo necessário observarmos as posições de representantes de diferentes esferas sobre os 100 anos de abolição e o espaço de reflexão que deveria ser colocado para a sociedade brasileira e não apenas comemorações, as quais não mudariam em nada as questões dos negros e dos pobres existentes no período da escravidão e que ainda tem resquícios muito fortes na sua pós-abolição, como o racismo e as dificuldades sociais motivadas pela divisão injusta dos bens sociais. *Jornal da Cidade, Aracaju (Sergipe)*, 13 e 14 de maio de 1988 - ANO XVII- Nº 4.761. A trajetória do negro em 100 anos de abolição. p. 10. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória. Esse mesmo artigo foi reeditado no Segundo Caderno do *Jornal Gazeta de Sergipe* intitulado *Uma avaliação sobre o Centenário da Abolição*. Aracaju, 13 e 14 de maio de 1988. PP. 9 e 10.

⁵⁴ Aracaju, sexta-feira e sábado 13 e 14 de maio de 1988. Arquivo do NEAB. Caixa 02 – 1985-1989. Publicações e jornais. Malote: Publicações e jornais. Diversos – 1988.

⁵⁵ De acordo com informações do jornal observado a Casa de Cultura foi fundada em 1968, pelo ativista e ator negro Severo D' Acelino que protagonizou o filme *Chico Rey* (1985). Segundo seu fundador o objetivo da entidade era “estudar e divulgar a cultura em Sergipe”, dizendo ainda que, nesses 20 anos, tiveram como projeto o Tombamento do Terreiro Filhos de obá, localizado em Laranjeiras; o resgate da história do herói negro sergipano, João Mulungu; a introdução da disciplina sobre a cultura negra no currículo de primeiro grau da rede estadual de ensino.

No *Jornal da Manhã*⁵⁶ de 13 e 14 de maio de 1988, encontramos reportagens e notas sobre o centenário, sendo esse o jornal que mais noticiou sobre o negro no período alusivo ao centenário. Logo na primeira página, encontramos a manchete “*Abolição: A festa da origem brasileira*”, onde são apresentados eventos ocorridos durante uma semana, todos ligados à comemoração do Centenário da Abolição, organizados pelo Serviço Social do Comércio – SESC e a Universidade Federal de Sergipe. Segundo o jornalista Luís Melo, nas festividades ocorridas em Aracaju, os negros mostraram suas danças típicas, foram realizadas palestras com a participação de professores, dentre eles Fernando Lins, Beatriz Cruz e Ronaldo Nunes para discutir as questões do negro no contexto nacional. O jornal reserva um espaço considerável para apresentar o 13 de maio de 1988, dedicando espaço para reportagem especial “onde estudiosos sobre a causa do negro falaram sobre liberdade, recriminaram a discriminação e destacaram cultura, luta e revolta, porque os 100 anos de liberdade segundo esses estudiosos “não foram suficientes para apagar a marca da dor e da exploração dos escravos.”

No mesmo jornal, verificamos no texto de Jorge Mirandôla o enunciado de como a decretação da liberdade assinada pela princesa Izabel foi um ato de renúncia dos Braganças, já que a atividade escravista sustentava a economia nacional e a sua decretação iria determinar conflitos no cenário nacional e conseqüentemente acerca dos poderes da família real. O autor também assinala críticas sobre a postura de discriminação baseada na cor da pele, para ele, por ser da religião espírita, o que deve ser observado nas relações humanas são as virtudes, o seu interior e a riqueza de seus sentimentos, de sua alma. Tal opinião foi a deixa para o texto “*Abolição*” que discute o centenário da abolição da escravatura comemorado no Brasil e

sobre a necessidade de se refletir no “13 de maio, data oficial que livrou os negros da escravidão” e não apenas existir festas e homenagens, pelo motivo da não existência de razões, já que outras formas de preconceitos e de marginalização dos negros persistem no Brasil “herdados do ranço senhorial dos canaviais e da casa grande dos senhores de engenho, o preconceito sobre a raça que foi o esteio do desenvolvimento brasileiro”, apontando no texto a contribuição de estudiosos sergipanos sobre a escravidão e a contribuição do negro em

⁵⁶ Jornal da Manhã – Aracaju, Sexta e Sábado, 13 e 14 de maio de 1988. Nº 609. Pasta nº 37-A, Ano 1988. Meses – Abril a junho. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória.

Sergipe, com registros sobre os engenhos e a “saga dos negros” inclusive as revoltas e a formação dos quilombos.⁵⁷

No Caderno Especial, temos *Centenário da Abolição: a luta continua*⁵⁸, nesse espaço observamos críticas às posições do negro na sociedade de 1988 que para o autor não foram muito diferentes da situação de 1888.⁵⁹ Em meio às notícias, também foi observada informações ligadas a manifestação “*Cem anos sem abolição*”, realizada pelo UNA (União dos Negros de Aracaju), o percurso foi do Centro de Criatividade até a Praça Fausto Cardoso com o intuito de protestar contra a situação do negro e as comemorações do centenário. Para o presidente da UNA, Carlos Alberto Santos, “se for feita uma análise do papel do negro na sociedade. (...) Continuamos sendo a mão de obra mais barata, as maiores vítimas da violência policial e as mulheres negras continuam sendo massacradas como empregadas domésticas ou subempregadas”. De acordo com Maria Angélica de Oliveira representante do Conselho de Estudos Afro-brasileiros da Secretaria Estadual de Educação “o 13 de maio foi uma oportunidade de gerar consciência sólida. (...) a hora de passar para todos nas escolas e nas universidades, toda a potencialidade da raça negra e aproveitar dela toda a riqueza vinda da África e absorvida pelo Brasil na língua, na arte, na religião e nos costumes.”

A segunda reportagem do *Caderno Especial*, denominada “*Uma conquista dos que acreditam na justiça*”, indicou a percepção do negro como sujeito do seu próprio processo, citou-se a influência de negros como Martin Luter King, nos Estados Unidos, o Bispo da África do Sul, Desmon Tutu, e no Brasil Zumbi dos Palmares e a Negra Anastácia. Trazendo

⁵⁷ A Abolição - Jornal da Manhã – Aracaju, Sexta e Sábado, 13 e 14 de maio de 1988. Nº 609. Pasta nº 37-A, Ano 1988. Meses – Abril a junho. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória. P.2

⁵⁸ FARO, Antônio. Centenário da Abolição: a luta continua. Jornal da Manhã – Aracaju, Sexta e Sábado, 13 e 14 de maio de 1989. Nº 609. Pasta nº 37-A, Ano 1988. Meses – Abril a junho. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória. P. 6

⁵⁹ Antônio Faro cita que pesquisas “comprovam que 100 anos não bastam para apagar a marca de dor e exploração de 400 anos de escravidão”, diante do racismo oculto nos costumes e nos valores ainda burgueses que empurram a população negra. De acordo com o autor, 30% das crianças negras morreram antes de completar cinco anos de idade e 70% da população carcerária seria de cor preta, sendo esses fatos motivados pelo o que nosso modelo econômico reservou desde o início da escravatura até os dias atuais “uma posição marginalizada para o negro, que não é suficiente para lhe garantir uma vida digna como homem”. Ele também apresenta posicionamento de pesquisadores como Neli dos Santos, a qual observa que para “resolver o racismo temos que passar pelos problemas das classes sociais”, ou seja, na medida em que for resolvida a pobreza e a exploração econômica, a discriminação do negro não existirá. Ressaltou que o esforço do negro para alcançar posições na sociedade pode levá-lo ao processo de embranquecimento e ao afastamento de sua identidade cultural, sendo esse um risco. Na colocação do professor Nunes Linhares foi observada a relação do racismo com as formas de produção. Além das colocações do professor e do estudante de História colaborador do NEAB, Ronaldo Acioli Silveira, nas quais se observou a existência de destaque de sujeitos negros na sociedade brasileira seja na música, na política, etc., mas que a exploração do negro continua para a maioria da população negra brasileira.

para o processo de escravidão, o autor apresenta “que a abolição foi produto crescente da inquietação do negro”, embora não sejam retratados nos livros didáticos, muitos foram os episódios que comprovam a organização dos negros contra o sistema escravista. Uma das maiores representações sobre tal vertente são os quilombos, com destaque para o Quilombo dos Palmares.⁶⁰

No sub tópico da notícia intitulada “*Abolição o que significa?*” observa-se as colocações da professora do Departamento de História da UFS, Maria Nele dos Santos, sobre a autoafirmação da cultura negra no mercado e como elementos identitários da cultura negra, utilizados anteriormente como modismo, têm espaço cada vez mais crescente em cidades como Salvador, por exemplo. Há a afirmação também que a realidade de Sergipe ainda estava muito longe desse processo de autoafirmação identitária, na proporção que para a professora “o negro sergipano não tem consciência, ele está muito parado no tempo e no espaço. Até tem vergonha de ser negro, quando começa a se embranquecer um pouquinho com sua ascensão social.”⁶¹

Os jornais que circularam em Aracaju e observados registram informações diversificadas sobre as Comemorações do Centenário da Abolição, desde pequenas notas que reafirmam as posições da democracia racial vivida no Brasil de 1988 há reportagens que questionam tais comemorações, ao passo que a situação do negro pouco mudou muito nesses cem anos de abolição, pela emergência da assistência à população negra liberta em 1888, retirados das senzalas e expostos a uma vida sem direitos básicos de sobrevivência garantidos.

Muitas colocações mostram críticas realizadas em Sergipe e em outros estados que manifestaram suas indignações e demandas que não foram resolvidas nesses 100 anos do processo de abolição da escravatura. Várias manifestações foram realizadas, dentre elas debates, encontros, passeatas⁶², panfletagem, distribuição de cartilhas apresentando problemas

⁶⁰No artigo também foi apontada pesquisas relacionadas a Sergipe do professor Francisco Carlos Teixeira (UFRJ) que observou que em 1867 quilombos foram localizados em Neópolis, antiga Vila Nova, Capela e Rosário e no ano de 1869 foram localizados em Laranjeiras e Divina Pastora. Segundo ele, em 1871, houve ataques de negros em Rosário e em Laranjeiras. O ano de 1873 foi marcado por conflitos com os quilombos de Divina Pastora, Capela e Japarutuba e o de 1874 pelos os de Riachão e Rosário.

⁶¹ FARO, Antônio. Uma conquista dos que acreditam na justiça. *Jornal da Manhã* – Aracaju, Sexta e Sábado, 13 e 14 de maio de 1988. Nº 609. Pasta nº 37-A, Ano 1988. Meses – Abril a junho. P .7. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Epifânio Dória.

⁶² Segundo notícia *Racismo mostra sua cara com repressão* presente no *Jornal Mutirão* a marcha *Nada mudou, vamos mudar* foi realizada no dia 11 de maio de 1988 com cerca de 10 mil que marcharam até a Central do Brasil, em protesto contra a Farsa da Abolição onde entidades da comunidade negra, principalmente do Rio de

ligados à população negra que deveriam ser pensados pelos poderes públicos durante e após as comemorações do centenário. Uma leitura apresentada nesse contexto, foi uma cartilha⁶³ produzida pelo Movimento Negro Unificado - MNU, Ilê Aiyê, Grupo Ginga de Salvador que apresentava críticas relacionadas ao negro durante os 100 anos de abolição para questionar a real situação do negro e a luta do povo negro para o processo de “liberdade” onde mostra a seguinte prerrogativa:

nossos antepassados lutaram, todos os dias, para a sua libertação. Se não fosse essa luta não existiria abolição. O maior exemplo de luta organizada do negro para a libertação foram os quilombos e as revoltas. 100 anos após assinatura da lei que abolia, oficialmente, o trabalho escravo, continuamos na luta pelo direito de cidadania no Brasil. Direito ao trabalho, à terra e moradia, à saúde e à educação. Esses direitos são negados à maioria da população brasileira e, em especial, a nós negros que temos de viver num sistema racista onde os bens materiais e culturais produzidos por nós, são usufruídos por uma minoria branca, herdeira dos senhores de engenho. (COLINA, Paulo. 1988. p. 01)

Entretanto, mesmo com todas as críticas ocasionadas às Comemorações do Centenário da Abolição de 1988, devemos observar as possibilidades motivadas no processo do centenário, como a observação e o reconhecimento do Brasil como um país que passou por um processo longo de escravidão e que tinha reflexos do processo de exploração e exclusão dentro sociedade brasileira. Outros resultados foram a criação da Fundação Palmares, bem como a divulgação de pesquisas sobre a escravidão que, conseqüentemente, criou caminhos para que novas leituras a respeito do negro fossem realizadas com mudanças no olhar historiográfico referente a construção da História do Negro no Brasil, colocando-o como

Janeiro e centrais sindicais e partidos políticos de esquerda queriam mostrar seu repúdio “pela mentira do 13 de maio, cujo o centenário os poderosos de hoje tanto se empenham em comemorar.” Outro fato ocorrido nesse protesto foi a quantidade de policiais deslocados para cobrir a marcha e a não chegada dos participantes a Central do Brasil, um dos impedimentos para a chegada na Central do Brasil, segundo nota oficial da segurança, seria a informação de que o patrono do Exército Duque de Caxias seria alvo das manifestações. Informação retirada do *Jornal Mutirão – O negro e sua luta*. Ano I, nº 7 – Rio 1988. p. 4 e 5. Arquivo do NEAB. Caixa 02 – 1985-1989. Publicações e jornais. Malote: Diversos – 1988. O livro organizado por Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira, *História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* publicado em 2007 apresenta uma fala sobre a crítica a Duque de Caxias. p. 262-263.

⁶³COLINA, Paulo. 13 de maio. A princesa esqueceu de assinar nossa Carteira de Trabalho. Movimento Negro Unificado, Ilê Aiyê, Grupo Ginga – Maio, 1988. As ilustrações abaixo foram produzidas por Nildão e estão na página 6 da cartilha. Arquivo do NEAB. Caixa 02 – 1985-1989. Publicações e jornais. Malote: Diversos – 1988.

sujeito ativo do processo de libertação da escravidão e da preservação de práticas e modos de vida característicos da cultura negra existente em terras brasileiras.⁶⁴

Considerações finais:

Em relação às notícias dos jornais foi possível notar os três momentos colocados por José Murilo de Carvalho nas fontes observadas o questionamento do movimento negro a partir de suas ações para negar o 13 de maio e refletir sobre a condição do negro nesses 100 anos da falsa de abolição; a posição de Universidades que formularam eventos para refletir a condição do negro, com a observação de estudos que acrescentavam novos olhares sobre o período da escravidão e a sua pós-abolição; e a posição da grande maioria da população brasileira, a veneração da princesa que alforriou os negros da condição de exploração que viviam durante a escravidão.⁶⁵ Sobre as comemorações do Centenário da Abolição Sueli Carneiro comenta:

em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado Brasileiro, as tentativas de manipular o sentido do Centenário da Abolição. Aquilo que a gente havia definido anos atrás como uma data de denúncia, acho que agente havia feito isso cabalmente no contexto do centenário. Tanto que, no Rio, a repressão que foi em torno da Marcha contra a Farsa da Abolição é a medida de quanto à gente conseguiu confrontar aquela tentativa de mistificação das condições em que se deu a Abolição.⁶⁶

⁶⁴Muitas produções foram apresentadas pelos incentivos causados pelo Programa do Centenário da Abolição, bem como a valorização de pesquisas que estavam sendo realizadas sobre o negro no Brasil que possivelmente contribuíram para observar lacunas colocadas sobre negro no processo de construção da História do Brasil. Autores como Clóvis Moura, Joel Rufino, Décio Freitas, João José Reis, Eduardo Silva, dentre outros que apontaram novas pistas para a leitura sobre o negro e suas contribuições para a compreensão da História do Brasil.

⁶⁵A discussão de Carvalho sobre as barreiras que o negro liberto devia vencer desde a de cor da pele, econômica, educacional dentro de um sistema social em que moralmente a escravidão foi extremamente “instituída” por aproximadamente 400 anos. Aponta que durante a abolição “o ex-escravo das fazendas via-se interligado a propriedade rural, analfabeto, expropriado, sujeito aos senhores da terra” enquanto o ex-escravo urbano aumentava a fila do proletariado despreparado para das cidades exposto a um sistema político que não lhe dava espaço para o seu desenvolvimento enquanto cidadão e o via como um “bestializado.” Especial 100 anos de abolição. Folhetim – Folha de São Paulo – Sexta 13 de maio de 1988. Nº 588. José Murilo de Carvalho. A Abolição aboliu o quê?. p. B.8-9. Arquivo do NEAB. Caixa 02 – 1985-1989. Publicações e jornais. Malote: Publicações e jornais. Diversos – 1988.

⁶⁶Entrevista de Sueli Carneiro em 01/07/2004. In: ALBERTI, Verena e PEREIRA, Almicar Araújo (orgs.). História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC -FGV, 2007. p. 252.

Por fim, os protestos de grupos sociais ligados ao movimento negro e sujeitos da sociedade civil também aconteceram, mostrando o compasso do movimento negro sergipano com as ações dos movimentos negros no Brasil. Em Sergipe, o que chama atenção no Centenário foi o fechamento da Casa de Cultura Afro-sergipana, fato noticiado no pleno momento em que deveria ter o apoio para o desenvolvimento contínuo de suas atividades, por ser um espaço que aglutinava referências às questões do negro no estado. Alguns acontecimentos marcaram tal momento e foram noticiados, como os encontros e debates sobre o negro realizados com a participação de entidades e do NEAB, exposições de documentos sobre a escravidão, palestras com foco na escravidão em Sergipe e a condição do negro. Além de eventos de cunho nacional foram realizados no estado, tendo a cidade de Laranjeiras como um palco das comemorações oficiais sobre o centenário.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Almicar Araújo (orgs.). *História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC - FGV, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A Abolição aboliu o quê?*. P. B.8-9. Especial 100 anos de abolição. Folhetim – Folha de São Paulo – Sexta 13 de maio de 1988. Nº 588.

DOMINGUES, Petrônio José. *Movimento negro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. Revista de História (UFES), v. 21, 2008, p. 110-111. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf. Acesso em 28/09/12.

PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 20013.

SOUZA, Florentina Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMPSON E O PROTAGONISMO POLULAR: ALGUNS ASPECTOS IGNORADOS PELA ANÁLISE ESTRUTURALISTA

Autor: Edvaldo Alves de Souza Neto

Graduado em História - UFS

Mestrando em História pelo PROHIS/UFS

edvaldo.asn@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Petrônio Domingues (DHI-UFS)

“Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
mas foram os reis que transportaram as pedras? [...]
[...] Em cada página uma vitória.
Quem cozinhou os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias.
Quantas perguntas.”⁶⁷

Ao falar em protagonismo popular no discurso histórico, devemos levar em consideração as mudanças de paradigmas existentes na historiografia ao longo dos anos. Se antes existia uma tendência estruturalista que sufocava a ação popular em categorias generalizantes, hoje, os historiadores estão cada vez mais cientes da superficialidade dessas categorias, e para uma análise mais aprofundada é preciso “recortar” o objeto no tempo e o no espaço e classificar as individualidades existentes nessas condensações.

A História Social desenvolvida pelo movimento francês dos Annales ampliou as possibilidades de pesquisa, veio como uma alternativa aos debates da história política que até então venerava os grandes homens (os condutores do processo histórico). No entanto, as últimas gerações da escola dos Annales transferiram a condição de intérprete dos sujeitos para as estruturas com a longa duração. Diante desse quadro, as palavras de Bertold Brecht no excerto que dar início a este ensaio, anunciam uma lacuna na historiografia que precisa ser preenchida. É nesse contexto que devemos enquadrar a contribuição do movimento iniciado pelos historiadores ingleses, mais especificamente Edward Palmer Thompson, com quem iremos dialogar ao longo deste ensaio.

Thompson nasceu na Inglaterra em 1924, filiou-se ao Partido Comunista Inglês e posteriormente, em conjunto com um grupo de historiadores (Eric Hobsbawm, Christopher

⁶⁷ Excerto do poema “Perguntas de um Operário que Lê” publicado no ano de 1936 por Bertold Brecht.

Hill, Maurice Dobb, etc.) entrou em dissidência com os dirigentes do partido, o que acarretou no seu desligamento. Nesse período longe do partido, ele participou dos debates que constitui a nova esquerda inglesa, se distanciando da teoria estruturalista do francês Louis Althusser.

Em seus estudos, Thompson desenvolveu uma “lógica histórica” pautada na relação entre teoria e evidência, também cunhou alguns conceitos como “experiência” e “paternalismo” cuja investigação estruturalista acabava sufocando. O objetivo desse ensaio é refletir sobre a influência dos estudos de Thompson na criação de uma nova abordagem que contemple a experiência do protagonismo popular, na chamada história “vista de baixo”. A intenção não é abordar a obra desse historiador no geral, mas discutir alguns aspectos teórico-metodológicos em contraponto ao estruturalismo e, tecer uma breve consideração a respeito da sua influência no Brasil contemplando estudos históricos para além do contexto da Inglaterra do século XVIII.

A ideia de experiência é captar a ação de homens e mulheres reais, a relação entre si e sua consciência social, em outras palavras, o viver social e como a cultura interfere nesse viver, para além do plano ideológico. O que nos interessa aqui, é observar que ao contrário do entendimento althusseriano, não há prevalência dos fenômenos econômicos, e sim uma imbricação entre econômico, cultural e social. Outro ponto é no que diz respeito à forma como é concebido o conhecimento histórico, não como produto unicamente determinado pelo pensamento, mas como fruto proveniente do contexto histórico-social. É a partir daí que vemos o espaço aberto para novas interpretações, novos caminhos e possibilidades que contemplem o objeto de estudo desse ensaio (participação ativa das camadas populares na história) e que iremos percorrer ao longo do texto.

Antes de irmos ao debate sobre o protagonismo popular propriamente dito, é importante fazer alguns comentários sobre o conceito de “lógica histórica”. Pois o conhecimento da ideia de história é indispensável para entender como Thompson abordou essa questão.

A lógica histórica dentro de suas limitações, tanto pela evidência (fonte histórica) como pela contingência e por ambas em um determinado contexto, apresenta uma alternativa de conceber o conhecimento histórico frente aos pressupostos estruturalistas. Esta por sua vez se distancia do pensamento marxista ortodoxo, dentro de uma racionalidade característica que se emana através da desordem. Assim, Thompson define o que entende por lógica histórica, “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses, quando à estrutura, causação, etc.” (1981, p.49). Por sua natureza,

ela rejeita “os procedimentos autoconfirmadores” de tal forma que os seguidores da análise pautada nas estruturas não conseguiam enxergar.

Conforme esse raciocínio, o conhecimento histórico deve ser produzido da relação entre teoria (abstrações) e a sua comprovação no campo prático por via das evidências. O método desenvolvido por Thompson não busca compor leis, como faz as ciências físicas, e nem se apoia exclusivamente em teorias que examinam objetos ordenados, a exemplo dos filósofos estruturalistas. Ao discutir a operacionalidade deste método de construção do conhecimento histórico, em *A Miséria da Teoria* (1981), Thompson se utiliza da metáfora de um tribunal, não no sentido de proferir sentenças sobre o passado vivido, uma vez que essa não é tarefa do historiador, mas na maneira de interrogar a fonte histórica em busca de informações. Nesse processo, as hipóteses lançadas pelo historiador irão conduzir o interrogatório das evidências, e essas delimitam quais perguntas podem ser feitas, quais estão devidamente adequadas aos condicionantes de tempo, espaço, etc.

Trata-se de uma metáfora válida, podendo somar a esse processo investigativo, o paradigma indiciário defendido por Ginzburg e que ampliou as ferramentas disponíveis ao historiador. A busca do “dito” no “não dito” por meio de indícios, ou seja, a execução de uma investigação profunda com o intuito de descobrir alguma informação que não apareceu de maneira clara e direta nas evidências, tem se mostrado eficaz no processo de investigação das fontes históricas, muitas delas vêm sendo utilizadas com um propósito diferente daquele que ocasionou a sua produção. Sem dúvida, é um avanço metodológico no campo da história, medrando as possibilidades de averiguação de uma mesma fonte.

Tanto na abordagem thompsoniana de lógica histórica, quanto no paradigma indiciário, vemos que a história não perde de vista o seu caráter real, que acabou ganhando posições secundárias com os estruturalistas, à medida que suas análises sufocaram as ações dos sujeitos, mais especificamente àqueles oriundos das camadas populares, pelo peso das estruturas. Desta forma o conhecimento histórico só pode ser concebido por meio de um diálogo mútuo entre as abstrações e as evidências. Foi com essa perspicácia que Thompson afirmou “não é verdade que a teoria pertença *apenas* à esfera da teoria” (1981, p.53, grifo do autor), a comprovação da teoria deve ter bases sólidas no mundo prático e dinâmico do real.

Uma vez apresentada ao leitor à forma como Thompson concebe a história, iremos ao que ele chamou de história “vista de baixo” e logo em seguida ao “paternalismo” como uma possibilidade de solucionar alguns problemas oriundos dessa nova abordagem.

Na Inglaterra, conforme analisou Thompson (2001) – no caso do Brasil discutiremos mais adiante – determinadas correntes historiográficas abordaram a história das camadas

populares como sendo a história do problema, e não a “história problema” como propuseram os franceses dos Annales. Em outras palavras, uma história que desafia a história oficial no sentido de representar um problema com o qual o governo tem que conviver constantemente.

A essa história social, nota-se uma aproximação com a sociologia, um “terreno de testes” para o desenvolvimento de novas ferramentas, novos problemas, novas abordagens e a sua aplicação em antigos problemas característicos do campo da história. Os temas que os paradigmas estruturalistas desconsideraram, em certa medida, uma história do trabalhador para além das estruturas, surgiram como propostas de pesquisa ao passo que devolve aos sujeitos a condição de protagonistas da sua própria história saindo da condição de força de trabalho ou meros dados estatísticos. Cada vez mais o historiador passou a se interessar pelo estudo de padrões de comportamentos, valores culturais, relações comunitárias, entre outros temas. Dessa forma a história da Revolução Industrial, por exemplo, não deve ser lida apenas pelo prisma do crescimento econômico, o surgimento de novos temas abriu caminho para perceber que o conjunto das mudanças também alterou o estilo de vida do povo.

O poema do Bertold Brecht que mostramos logo no início desse ensaio é bastante significativo, se nos apropriarmos da metáfora do tribunal que Thompson utilizou, veremos que Brecht propõe uma mudança na sala de interrogatório das hipóteses. Se a história tradicional insistia em ouvir a versão dos homens ilustres, agora é a vez de completar o processo investigativo ouvindo o que as evidências dos que não compõem a elite tem a contar sobre as mais variadas questões que o historiador lhe apresentar. É nesse sentido que nasce uma história vista de outro plano de observação dos fenômenos. A proposta da história vista de baixo expõe ao historiador a importância, à medida que se aproximar da compreensão das complexidades sociais, e a necessidade, do ponto de vista de se problematizar determinadas tendências historiográficas, de caminhar pela base da escala social.

Segundo Jim Sharpe (1992), essa nova perspectiva analítica oxigenou os mais variados campos historiográficos suscitando uma série de debates. Uma constatação desse processo é o campo da biografia, que caiu no esquecimento quando puseram em xeque as potencialidades dos grandes homens condutores dos processos históricos e que foram tão venerados outrora. Atualmente vem crescendo o interesse em estudar “o homem comum”, e de acordo com Sabina Loriga “[o] caminho foi aberto, nos anos 60, por Edward P. Thompson que, em oposição tanto ao marxismo ortodoxo quanto ao estruturalismo, devolveu sua dignidade pessoal aos vencidos da história” (1998, p.244).

Como nem tudo são flores há alguns problemas que o historiador adepto a esse novo modo de examinar os problemas históricos deve considerar. Dentre as dificuldades, podemos

citar a questão do acesso às fontes que contemplem as vozes das pessoas comuns. Ultimamente, apesar de não ser consenso, muitos historiadores têm recorrido à documentação do judiciário. Hobsbawm (Apud SHARPE, 1992) aponta que a burocracia oriunda a partir da Revolução Francesa produziu uma série de documentos que podem ser usados pelo pesquisador para ter acesso ao passado. No entanto, quanto mais recuamos no tempo, mais difícil é a tarefa de encontrar as evidências das camadas populares.

Do ponto de vista conceitual discute-se quem integra esse “baixo”, sendo o conceito de povo um termo intrinsecamente heterogêneo, composto por uma série de itens variáveis. Se o termo “de baixo” em si gera dúvidas quanto à identificação dos seus componentes, a forma como deve ser feita a relação baixo – cima e quais as contribuições dessa nova abordagem também tem gerado algumas discussões.

A visão de “baixo” só existe porque há a de “cima” e ambas só podem ganhar sentido lógico quando relacionadas. O historiador não deve estudar a história de baixo por si mesma, mas como uma peça integrante de um quebra-cabeça mais amplo. Então a separação de uma e outra é feita pelo historiador para facilitar o seu trabalho, contudo os processos de desordem do mundo real não podem ser pedidos de vista.

O conceito de paternalismo desenvolvido por Thompson e que analisaremos mais detalhadamente logo abaixo, surge como uma das ferramentas disponíveis ao pesquisador para examinar a forma como se dá a relação conflituosa – cima-baixo; baixo-cima – em determinadas sociedades e a sua materialização no mundo real. Entendemos que esse conceito foge aos perigos da despolitização e fragmentação da história (ao privilegiar apenas um plano de observação), aos quais Jim Sharpe apontou se apoiando na análise de Tony Judt.

A história vista de baixo, como uma abordagem, possibilita recuperar o protagonismo das classes populares no discurso histórico. Sharpe atribuiu aos marxistas britânicos o pioneirismo, à micro-história outra possibilidade de estudo e aos ensinamentos dos Annales a função de construir o contexto das análises, a carne que envolve o esqueleto (o problema da pesquisa). Ao refletir sobre a nova história social, Natalie Zemon Davis entende que ao estudar os indivíduos que constituem as classes populares, e relacioná-los dentro de um contexto macro, passamos a obter um maior conhecimento de determinados contextos sociais a depender do tempo e lugar. Ela também observa que os estudos mais recentes tem se aproximado com a Antropologia, enquanto que anteriormente via-se uma estreita relação estabelecida entre a História, a Sociologia e a Economia.

Sendo o objetivo do historiador uma melhor compreensão das complexidades sociais, Jim Sharpe já deu uma dica, que é o casamento entre erudição e imaginação para lançar

dúvidas sobre o esteio de antigos axiomas. A imaginação enquanto processo cognitivo, atua tanto na busca de causas para explicar os fenômenos históricos como também na sua compreensão.

Sharpe aponta o campo cultural como sendo uma das áreas de crescimento da história social, suscitando discussões sobre o mundo de referências das classes populares. O surgimento de um novo olhar sobre o protagonismo dos sujeitos perpassa pela forma como a cultura e os costumes foram encarados na pesquisa histórica, o papel dessas categorias na vida dos sujeitos. Neste sentido, os estudos desenvolvidos por Thompson a respeito dos trabalhadores ingleses do século XVIII e que viabilizaram a criação do conceito de “paternalismo” foram fundamentais. Para entender esse conceito, vamos seguir os caminhos que esse historiador trilhou.

As modificações existentes têm a ver com o espaço de ação que ele delega as classes populares e a sua forma de análise a partir de um conflito de classe sem classes, estrategicamente definido e operado no campo da cultura com desdobramentos nas práticas costumeiras.

A classe no singular, segundo Thompson (2001), é um “fenômeno histórico” e não uma “estrutura” como foi reduzida pelos adeptos do estruturalismo. Na ótica desse autor nenhum conceito fora tão descaracterizado quanto o de classe. O que podemos perceber nessa proposição é a importância do caráter do real na análise histórica e como a sua ausência, de certa forma, acaba tornando inoperantes termos que só podem adquirir sentido quando estão inseridos naquilo que Thompson chamou de “lógica histórica⁶⁸” conforme vimos anteriormente.

Ao falar em costume, denota-se sua “função racional” na sociedade e a sua capacidade de se modificar ao longo do tempo, e não como resquício de um passado em extinção. Essa racionalidade costumeira, a depender das circunstâncias, convergia com o direito consuetudinário e suas codificações, que por se tratar de uma prática muito antiga “podiam ter força de lei”.

Na perspectiva thompsoniana (e aqui o autor se refere ao contexto da Inglaterra do século XVIII) o costume enquanto ensinamento transmitido por gerações através da oralidade é um campo de conflitos entre patrícios e plebeus. O nascimento de uma nova ordem reguladora, vindo de cima, ao passar pelo filtro das práticas costumeiras (tradicionais) dos de baixo revela elementos considerados nocivos aos costumes, tornando-se assim, alvo de

⁶⁸ A mesma lógica é válida para a noção de consciência de classe, Thompson (2001) a define como a maneira pela qual a experiência da classe se expressa em termos culturais.

contestação. É evidente que o processo de contestação não é bem recebido pelos de cima, e essa percepção da resistência numa perspectiva vertical (cima - baixo) gera termos intrinsicamente dotados de valores normativos. É na submissão desses termos a uma análise crítica que é possível resgatar o protagonismo histórico das pessoas comuns, contestando a passividade ou a indolência das suas ações políticas normalmente aceitas acriticamente pelos historiadores, conforme assinalou Thompson, ao alertar para o caráter direcional imposto pela fonte. Por isso, a compreensão do protagonismo das classes populares também traz em seu bojo a necessidade de uma releitura das antigas fontes e a busca por novas fontes que contemplem as vozes dos de baixo. Empecilho que já discutimos anteriormente.

Na análise da sociedade inglesa do século XVIII, Thompson percebe o papel desempenhado pelo dinheiro e a posse da terra, e como a posse desses elementos influenciava nas relações de poder. O poder político operava como um campo de disputa por acesso, manutenção, obtenção e ampliação de outros poderes. De fato, o que esse historiador trouxe de novo para os estudos históricos foi a percepção da atuação de uma série de fatores para que não existisse uma dominação de classe por completo, “uma classe explorando sem limite a outra”, conforme vinha sendo defendido pelos historiadores marxistas ortodoxos.

Para tal compreensão, é interessante observar os passos seguidos por esse historiador inglês. Distanciando de abstrações e de elementos já prontos e disponíveis para serem aplicados à realidade social, Thompson resolveu fazer o caminho inverso, e foi buscar no próprio contexto histórico seus significados. No caso inglês, apontou a tradição “country” da pequena gentry, a imprensa, a lei e a resistência da multidão como elementos capazes de estabelecer limites a essa dominação direta. O conjunto dessas variáveis forma uma sociedade conflituosa de mediação, entre avanços e recuos, noções vindas de cima e repelidas ou reinterpretadas pelos de baixo, donde os costumes podem ganhar força de lei. Sob essas condições a ideia do controle paternalista absoluto começa a ser desfeita. O processo de resistência percorre variadas facetas, a exemplo da construção de novas terminologias para se referir as novas relações sociais que vão se desenvolvendo ao longo do tempo. Aqueles vocábulos que lembrem o antigo sistema de dependência como “senhor” passam a ser duramente contestados pelos de baixo. Aliado a isso, o surgimento de uma classe cujo sistema de dependência com a gentry pouco ou nada interferiu e a perda de usos e costumes não monetários.

A tese defendida é de que a dominação se dá através da hegemonia cultural, numa relação de convívio de dominantes e dominados com a inexistência do contato direto entre ambos, utilizando-se de mediadores. Munidos do “anonimato”, “contrateatro” e a “ação

direta” a plebe se organiza para resistir à dominação. Tratando-se de uma sociedade de mediação, o ato de resistência das camadas populares tende a ser protegidos pelo anonimato – turba, multidão –, uma vez que a possibilidade do poder dominante identificar facilmente seus integrantes acarreta em retaliações. Já o “contrateatro” é uma investida voltada a lembrar aos dominantes os seus deveres com os mais pobres, se a dominação se dava através de um conjunto de relações que Thompson denomina de teatro, as classes populares também se utilizam do mesmo teatro para articular sua resistência através da ameaça. E por último a ação rápida, direta e bem arquitetada, que por meio da multidão destruía, intimidava ou cumpria outro objetivo claramente definido.

Nesse prisma analítico, Thompson nos convida a interpretar as ações populares, o protagonismo histórico, através de uma análise dos conceitos “brandos das autoridades dominantes”, procedimento necessário para não transportar para a pesquisa histórica os valores dominantes inseridos e que traduziam os trabalhadores livres em “dissolutos e desordeiros”, as ações de motim como “espontânea, cegas” e outros atos acabam sendo condensados na categoria de “crime”, ou seja, na ideia de justiça dos de cima.

Com isso, viu-se que as pesquisas históricas até então haviam minimizado o protagonismo popular, e em grande parte, assumiram a visão dos de cima como a “verdade” intrínseca dos fatos. Esse novo modo de encarar as relações entre os de cima e os de baixo através do conceito de paternalismo cunhado por Thompson, identificou a superficialidade das análises, e assim, criou possibilidades de resgatar as ações populares e seus sentidos. Por mais que não se firme como uma classe estruturada, organizada e consciente de si com objetivos claros e definidos, já não se pode negligenciar os significados desenvolvidos pelos de baixo e que estão presentes em suas condutas.

O reconhecimento do protagonismo das classes populares na construção de identidades nacionais tem inspirado diversas correntes historiográficas para além da conjuntura inglesa. No Brasil, vemos o esforço de alguns historiadores sociais ligados ao campo do pós-abolição em estabelecer uma comunicação mais profícua entre a experiência do trabalho escravo e a história do operariado brasileiro. Segundo Silva Hunold Lara (1998), tal separação originou-se por conta do lugar destinado ao escravo e a maneira que se dava a interpretação da relação senhor-escravo na história. Acreditava-se que o sistema escravista havia “coisificado” o escravo e retirado dele a possibilidade de viver sobre si. Assim, a leitura do processo de abolição através do conceito de “transição” acabou separando dois brasis, um do trabalhador coisificado e outro, a partir de 1888 com a chegada dos imigrantes europeus, trabalhadores dotados de vontades próprias.

Para entender essa relação conflitante, essa autora já havia sinalizado em outro artigo (1995) o caminho aberto por Thompson com a noção de “paternalismo” para captar a experiência negra no Brasil. Conforme Lara as pesquisas mais recente tem mostrado a ineficácia dessas propostas, dando voz a negros e as suas experiências, analisando suas articulações, estratégias e projetos de vida. Tal proposta só foi possível com a análise da história e os avanços teórico-metodológicos engendrados por Thompson.

Por tanto, os debates que se iniciaram com os historiadores britânicos acabaram ecoando em diversos centros de produção do saber histórico, suscitando debates e promovendo um processo de reescrita da história com o propósito de incluir as aspirações populares. A história vista de baixo reconheceu e demonstrou o protagonismo popular através do paternalismo.

Thompson desenvolveu uma concepção de história capaz de tornar perceptível o que os estruturalistas acabaram ignorando por conta do distanciamento de suas análises com a ação dos sujeitos. O conceito de lógica histórica evidenciou as propriedades do conhecimento histórico, reforçando o seu carácter humano e contingente, cheio de rupturas, das quais só podem ser percebidas quando analisamos homens e mulheres inseridos em seu devido contexto.

De fato, a contribuição de Thompson foi importante não só aos estudos das camadas populares com a sua proposição de história, mas ao interrogar as evidências, ele abriu caminhos para perceber a inconsistência das análises puramente abstratas, que em muita das vezes atribuiu aos fatores econômicos a predominância frente aos demais. Enfim, a obra de Thompson demorou a despertar o interesse do público brasileiro, e entre as resistentes e os adeptos, o que é notório e que sua obra está sendo cada vez mais lida.

Referências Bibliográficas:

DAVIS, Natalie Zemon. “ Las formas de la história social”. **História Social**, n.10, 1991, pp. 177-182.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

_____. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da (Orgs.). **Nova História em perspectiva**. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 341-358.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo (12) out., 1995 p. 43 – 56.

_____. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev. 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In Revel, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.

MUNHOZ, Sidinei José. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. **Revista de História Regional**, edição de inverno, p.153 – 185. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/196/showToc> > Acesso em: 22 de Agosto de 2014.

PROST, Antoine. Imaginação e atribuição causal (cap. VIII). In: Id. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.5, n.2, p. 159 -173, dez. 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, pp. 39 – 62.

THOMPSON, E. P. A Lógica Histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, pp;47-62.

_____. Introdução; Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 13-85.

_____. A história vista de baixo. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** (orgs. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 185 – 201.

O PROJETO BRASILEIRO PARA A AMÉRICA DO SUL: ANÁLISE DO DISCURSO DIPLOMÁTICO.

Autor: Felipe Ferreira de Oliveira Rocha

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe
fferreira135@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (DRI/UFS)

Introdução

Em *Alice's Adventures in Wonderland – Through the Looking Glass*, Lewis Carroll esboça um pertinente diálogo acerca da relação entre a significação das palavras, os interesses e jogos do poder:

“Eu não sei o que você quer dizer por ‘glória’”, disse Alice. Humpty Dumpty sorriu com desdém. É claro que não, até que eu lhe diga. Significa: ‘há um belo argumento decisivo para você.’ ” “Mas ‘glória’ não significa ‘um belo argumento decisivo’”, objetou Alice. Quando EU uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty, num tom de deboche, “ela significa apenas aquilo que eu quero que ela signifique, nem mais, nem menos. ” “A questão é”, disse Alice, “se você pode fazer com que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes. ” “A questão é”, disse Humpty Dumpty, “quem é o senhor – isto é tudo. ” (CARROLL, 1978, p. 247).

O que o diálogo retrata está além de uma visão realista e outra idealista da sociedade e sua construção social: O que se percebe com tal diálogo é a crítica a formulação da verdade e seus reflexos nas palavras, nos discursos. O que se apreende do diálogo acima é uma importante constatação: A de que a adaptação retórica desenvolve-se em paralelo com a mudança de foco dos interesses enunciados. O que pretende-se, nesse artigo, é fazer justamente uma avaliação crítica dos diferentes interesses e significados presentes no discurso diplomático brasileiro, no que diz respeito a atual tendência a sul-americanização da Política Externa Brasileira.

Autores como GALVÃO (2009a, 2009b), COUTO (2007, 2010), MIRANDA (2014), SANTOS (2005) e CERVO (2008) demonstram que o discurso da identidade internacional do Brasil tem mudado com o decorrer do tempo e das alterações dos interesses estabelecidos no cálculo dos tomadores de decisão. Segundo SANTOS (2005), o discurso identitário brasileiro mudou conforme a evolução histórica. Desse modo, durante o período imperial, a noção de pertencimento a civilização europeia, tida como superior, fazia com que a retórica brasileira

desse pouco foco à americanidade. O termo América do Sul, por exemplo, segundo o autor, só aparece pela primeira vez em 1844 nos Relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, mas sem incluir a Colômbia. O termo voltaria a aparecer mais uma vez em 1855 e em 1888, não mais. O movimento republicano, vencedor em 1888, foi uma ruptura, pois enfatizou a identidade americana do Brasil, com sua tendência à identificação com os Estados Unidos da América (EUA). Ai, o autor destaca o papel do Barão do Rio Branco ao atuar na aproximação do Brasil com os EUA e ao dar ênfase a América do Sul – embora tal termo limita-se ao que hoje consideramos por América Platina. Para Santos, é a partir do segundo governo Vargas e dos presidentes subsequentes que a identidade americana une-se com o fato econômico, isto é, percebe-se que há uma América desenvolvida e uma subdesenvolvida, há um centro e uma periferia. Boa parte dessa percepção graças ao trabalho da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cabe mencionar. É, então, que o Brasil vê-se latino-americano. A Política Externa Independente (PEI), especialmente durante Jânio Quadros e João Goulart (presidentes em 1961-1961 e 1961-1964, respectivamente) aprofundou tal percepção, bem como fez com que o país, de certo modo, liderasse o movimento terceiro mundista. Ainda segundo o autor, é a Constituição Federal de 1988 do Brasil que representa o auge da noção da identidade latino-americana como foco retórico brasileiro.

A partir de 1993, desenvolve-se as condições para a emergência da substituição dos conceitos de América Latina por América do Sul. (CERVO, 2008; GALVÃO, 2009a; MIRANDA, 2014). O principal motivo é a ingerência dos EUA nos assuntos dos países sul-americanos. Ora, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) serviu como fonte de sustentação (prática discursiva) para o discurso estadunidense para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A norte-americanização do México levou a sul-americanização do Brasil. (CERVO, 2008; GALVÃO, 2009a; OLIVEIRA, 2009). Além disso, o Plano Colômbia para combate as drogas em tal país era vista como grande ameaça pelo Brasil e Argentina. A noção da unidade sul-americana passou a tornar-se algo essencial para definir um conjunto aparentemente coeso a fim de balancear interesses de países tão fracos perante os EUA em termos de poder. Itamar Franco, então, em 1993 propõe, não apenas retórica, mas também a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), que embora não tenha ocorrido serviu como superfície primeira de sustentação das outras formas de visibilidade ocorridas a partir dos anos 2000. Entre 2000 e 2004 ocorre o que GALVÃO (2009a) chama de “era das cúpulas”, com as reuniões de presidentes da América do Sul, sendo a primeira em Brasília nos anos 2000. Tais reuniões estabeleceram espaços de

conversações políticas e base para prioridades de interesses, como energético e de infraestrutura, com a realização da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) em 2001. Em 2004 emerge uma proposta de institucionalização através da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), transformada em União Sul-Americana de Nações (UNASUL) em 2008. Mas o que há de retórica e de realidade nisso tudo?

Nesse artigo é preciso livrar-nos desse jogo binário entre retórica e realidade, entre verdadeiro e falso; mas também é necessário não considerar tudo como discurso, como se não houvesse nada além do texto. Para tanto, considera-se, como Foucault, que existem práticas, discursos e práticas discursivas. Pode-se dizer que toda prática é um discurso, mas nem todo discurso uma prática. Assim, embora a realidade seja feita de discursos (e seja ela mesma um discurso) nem todo discurso atua na realidade, para tanto existem as práticas discursivas que são atos específicos de dar significado a determinado enunciado, elas são sistemas que tornam o enunciado um acontecimento. Portanto, o enunciado América do Sul toma significado novo com as novas práticas discursivas e formas de visibilidade de tal significante.

É preciso, por fim, esclarecer a que universo pertence esse artigo. Ele é produto inicial de um projeto de estudos acerca da construção epistemológica do campo do saber acadêmico sobre Política Externa Brasileira e as influências da diplomacia nele. Para tanto, utiliza como metodologia os trabalhos de Foucault em sua fase arqueológica e dos teóricos críticos de Relações Internacionais. Aqui, optou-se por não apresentar de forma direta tais métodos, uma vez que esse é um artigo menos procedimental do que hipotético, mais como carta de intenções do que como afirmação de conclusões. Ora, é um esforço de mostrar em que ponto estamos da construção do saber. Portanto, muito já se mudou e ainda há muito para se mudar. Esse artigo é, porém, importante por mostrar com transparência os esforços e por considerar que como o diálogo é a base de construção da verdadeira ciência acadêmica. Nesse ínterim, dividiu-se o artigo em duas partes, para além dessa introdução e das considerações finais: O discurso diplomático brasileiro, como a primeira delas, e consequências e direcionamentos futuros de estudo, como a segunda. Uma nota final sobre a metodologia: Embora não se apresente de forma direta, ela será diluída na apresentação de conceitos, quando eles aparecerem necessários, assim dá-se um quê didático ao artigo.

O discurso diplomático brasileiro

Por que uma análise crítica do discurso diplomático brasileiro em um trabalho cujo universo maior é a epistemologia adotada pela comunidade brasileira acadêmica de Política Externa? Aparentemente, a resposta está na história do saber no Brasil. Segundo PINHEIRO e VEDOVÉLI (2012) há grandes laços entre os campos diplomático e acadêmico especializados em Política Externa Brasileira. Acontece que só a partir de 1970, com a consolidação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil é que os estudos diplomáticos passaram a serem vistos a partir de um viés crítico e científico. Ainda assim, muitos trabalhos foram [e em certa medida ainda seguem sendo] incorporados sem grande avaliação acerca dos propósitos por trás dos escritos desses profissionais. As autoras defendem que até 1930 prevalecia no Brasil “intelectuais enquanto diplomatas”, isto é, a função social exercida dos diplomatas era passageira, enquanto a sua intelectualidade era a sua essência. Entre 1930 e 1970, com a institucionalização do Itamaraty, criou-se um corpo diplomático burocrático que passava a incorporar tais intelectuais e educa-los em funcionários públicos altamente institucionalizados, transformando-se em “diplomatas enquanto intelectuais”. Em 1970, surgiram os primeiros esforços da academia brasileira em produzir conteúdo científico e intelectual, com alta preocupação metodológica. Os intercâmbios entre diplomatas e acadêmicos, por um lado, foram quantitativamente relevantes. Por outro lado, surgiram também as críticas acadêmicas. Atualmente, o campo do saber acadêmico produz com autonomia sua ciência, entretanto, o Itamaraty estimula os seus funcionários públicos a participarem da comunidade especializada em Política Externa Brasileira, para exercerem sua função social definida pela instituição. Desse modo, as autoras percebem que os acadêmicos têm incorporado boa parte dos estudos diplomáticos como se esses tivessem o mesmo rigor, lugar social e estratégias funcionais que o saber científico (PINHEIRO, VEDOVÉLI, 2012).

Cabe, então, esboçar a natureza do discurso diplomático. E aí, três são as principais características que devem ser discutidas: Palavras constitutivas, lugar social e metodologia de trabalho. Segundo LAFER (2004), o diplomata utiliza as palavras como instrumento de seu trabalho público. No entanto, para o autor as palavras não são meramente declaratórias, mas constitutivas da realidade. Portanto, as palavras devem ser usadas de acordo com o propósito e com o cenário que se deseja constituir. O lugar social é o papel desempenhado por determinada instituição na rede microfísica do poder [para tomar emprestado o vocabulário de Foucault]. O Itamaraty e seus funcionários tem seus lugares sociais e funções estratégicas na sociedade; assim, suas palavras são pensadas tendo em mente os interesses institucionais definidos pela alcunha da nação. Por fim, no que concerne a metodologia de trabalho: Os estudos diplomáticos têm visões diferentes de métodos de estudo, já que fazem uso do saber

de forma diferente da comunidade acadêmica. Sobre isso, cabe nos apoiar nos autores. *Diplomats, even when producing ostensibly academic works, will tend both to avoid saying certain things (an occupational hazard) and to say certain other things for reasons that are much more political than academic*". (VARGAS, 2009, p.1 apud PINHEIRO, VEDOVÉLI, 2012, p.212) é o que alerta o diplomata de carreira. Recomenda ainda o Curso de Altos Estudos do Itamaraty (CAE):

(...) conviria estabelecer uma distinção entre um trabalho a ser apresentado no CAE e uma tese a ser apresentada na academia. No caso da tese acadêmica, busca-se, sobretudo, o avanço em alguma área do conhecimento humano, para o que a metodologia empregada resulta mais importante do que as conclusões (sic). Já com relação a um trabalho do CAE, o objetivo é avançar uma política pública, razão porque as conclusões se impõem sobre o método. (PINHEIRO, VEDOVÉLI, 2012, p. 227).

Portanto, é preciso analisar com cautela o discurso diplomático antes de adotá-lo como verdade para o saber acadêmico. Percebe-se, então, que a atual tendência a sul-americanizar a retórica diplomática não é mera consequência da mudança do cenário ocupado pelo Brasil ao longo dos anos 2000, mas um substrato relevante de um cálculo estratégico de forças e de interesses, de meios e fins, de recursos e capacidades. Avaliemos, então, três discursos diplomáticos. Cabe anteriormente mencionar que, a partir daqui, utilizar-se-á a palavra atos de formulação e performances verbais e não discurso. No método arqueológico de Foucault (ANOS), considera-se discurso como o resultado de uma família de enunciados esquematizados a partir de estratégias e objetivos pré-estabelecidos. Nesse universo, atos de formulação são o que costuma-se chamar de discurso ou de retórica e as performances verbais, o meio pelo qual se formula os atos. Desse modo, o sujeito [ao menos o habilitado institucionalmente] incorpora a sua função e, através de performances verbais [palavras, jogos de imagem, etc.] formula e transmite seus enunciados (FOUCAULT, 2010; 2012a; 2012b). Aqui, o sujeito são os três atores analisados que, com suas obras – suas performances verbais, formulam, sintetizam e transmitem os enunciados institucionalmente adquiridos. Vejamos, então, tal estrutura na prática.

O enunciado da América do Sul deposita-se em sua devida família. Afinal, todo enunciado age em relação com outros enunciados em um tipo de constelação (FOUCAULT, 2010; 2012a; 2012b). O discurso da identidade internacional do Brasil parece ser a superfície primeira de emergência da América do Sul. É frequente perceber uma relação de causalidade entre a América do Sul e os interesses do Brasil. A construção argumentativa faz parecer que é a América do Sul que ocasiona os interesses internacionais do Brasil, quando, na verdade,

parece mais verossímil afirmar que o que ocorre é o contrário: Foram os interesses brasileiros que definiram a América do Sul como prioridade de atuação. Mas o que permitiu tal inversão? A hipótese que aqui se defende é a de que o discurso de identidade internacional do Brasil deslocou as discussões dos interesses reais e fez com que tal inversão discursiva fosse possível. Foi Celso Lafer quem melhor sistematizou essa noção de que existe uma identidade internacional brasileira que age de acordo com forças profundas determinante e historicamente estabelecidas. Portanto, ao afirmar que o Brasil reage de acordo com sua identidade que é definida por forças profundas, LAFER (2004) justifica a empresa em direção à América do Sul. Mas qual são as forças profundas e como a América do Sul ganha destaque nessa construção argumentativa? Primeiro, o Brasil é definido por sua geografia – é um gigante de escala continental. Mas esse dado apenas poderia assustar, pois, enfim, a maioria dos gigantes são vistos, na sua vizinhança e fora dela, como países ameaçadores [o que o autor chama *monster country*]. É, então, que o discurso geográfico dá abertura ao histórico, afinal, é preciso defender um interesse. O autor mostra, então, que uma análise histórica mostra o Brasil como país pacífico e distante dos focos de tensão. O Brasil é apresentado como gigante pacífico, como evitar o discurso do isolacionismo? O autor então faz uso dos argumentos econômicos para construir uma identidade comum: Embora seja gigante e pacífico, o isolacionismo não resolveria o seu maior problema, o da estratificação social, o do subdesenvolvimento. E é nesse íterim que a América do Sul, em específico, e o Sul Global, em geral, ganha destaque. A identidade internacional do Brasil torna forçoso o enunciado da América do Sul. Por que não da América Latina? Para evitar esse questionamento, o autor mostra que com o afastamento do México em direção aos EUA desintegrou a unidade antes existente. A América do Sul passa a ser um dado e não mais uma opção (LAFER, 2004, p. 52).

O trabalho assumido por Celso Lafer em inserir a América do Sul numa relação causal para com a identidade internacional do Brasil – descentralizando, assim, de seu discurso a discussão dos interesses, parece ter sido bem sucedido. Quantitativamente: uma pesquisa no *Google Scholar*® mostra que o livro do autor foi citado 286 trabalhos, os quais incluem importantes autores acadêmicos – dos quais Carlos Lessa, Amado Cervo, Maria Regina Soares de Lima, Henrique Altemani de Oliveira, Tulio Vigevani, entre outros. Cabe destacar que nem todos autores adotam a relação de causalidade do argumento do Lafer, mas, de qualquer forma, que criticando, quer dando razão, isso mostra que o autor segue como perspectiva incontornável.

Uma vez colocada a América do Sul como componente da identidade brasileira seguiu-se esforços a fim de harmonizar o enunciado da América do Sul com o interesse da liderança brasileira. No discurso diplomático brasileiro, a liderança tem sido uma questão polêmica, muitas vezes negadas, muitas vezes afirmada. Aqui, discute-se o argumento em prol de um Brasil líder. Esse argumento foi esquematizado por nos capítulos III, V, VI e VII de *A Escola da Liderança* (DANESE, 2009). O diplomata fragmenta a identidade internacional do Brasil – que já é tida como pressuposto, como realidade, em duas ontologias: A sul-americana e a periférica. A liderança é vista como uma escola, uma lição a ser aprendida e estudada. A América do Sul seria o laboratório [embora o autor não use essas exatas palavras]. É a geografia que determina que o Brasil deva guiar – esquece-se, assim, a questão dos recursos e das capacidades. O subcontinente tem apenas a ganhar. Destarte, diz o autor:

(...) dois traços fundamentais da sua identidade, o de ser um país *em desenvolvimento* e o de ser um país *sul-americano*. Tautologia? Talvez, se examinarmos a questão *a posteriori*. Mas a verdade é que foi preciso que essa dupla identidade, hoje tão óbvia, fosse sendo construída no discurso e na autoimagem brasileiros ao longo de todo século XX. Porque, se é verdade que o Brasil sempre foi sul-americano, é também verdade que esse traço essencial de sua identidade era deliberada ou inadvertidamente esquecido na construção da nossa visão do mundo e de nós mesmos até bem entrado o século.

Eis a lógica da retórica diplomática: A explícita tautologia é posta de lado em prol de um determinismo identitário que tudo justifica e deixa pouco espaço para discussões. Enfim, Samuel Pinheiro Guimarães (2005; 2007) dá um tom bem mais ideológico a questão do Brasil na América do Sul. O Brasil está num cenário de gigantes, mas ele também o é – com a diferença que sua identidade é pacífica, justamente por causa das demandas da sua região. É condição essencial, para a estabilidade do país, que ele assuma os *trade-offs* das demandas da América do Sul, pois, em última instância, garantirá a liderança internacional que tanto busca e assegurará a sua percepção como um gigante pacífico.

Em suma, esses são três exemplares da retórica diplomática brasileira. Logicamente, a realidade do discurso diplomático não está inteiramente apresentada em sua complexidade. Entretanto, é da generalização e simplificação da realidade que pode-se construir inferências científicas concretas. O grande desafio é simplificar sem perder a profundidade inerente de todo objeto com base em dados da realidade; em outras palavras: como fazer uso da navalha de Occam [que diz que se deve simplificar ao máximo a realidade e que a questão mais simples é sempre a mais correta] sem nos cortarmos com ela? Não tentaremos responder essa

questão: fica com um ponto fraco do nosso trabalho, na verdade, diriam os filósofos da ciência, de todo trabalho científico.

Consequências e direcionamentos futuros de estudo.

A primeira pergunta a se responder é: consequência em relação ao que? O discurso diplomático brasileiro deixa resquícios em boa parte da literatura da academia brasileira (PINHEIRO, VEDOVÉLI, 2012). É preciso constituir o *modus operandi* e *modus procedendi* do campo do saber científico em relação ao discurso diplomático. É preciso, portanto, ampliar a análise do discurso aos atos de formulação constituintes de enunciados. É preciso relacionar, sistematizar o que se diz na diplomacia com o que se pensa na academia. Para isso, abre-se um leque amplo de estudo. Um estudo que requer uma visão histórica da construção do saber e da intelectualidade na sociedade brasileira, as suas relações com as mais diversas instâncias de poder. É preciso tratar também da história das relações internacionais do Brasil, da sua história de política externa, tanto a um nível histórico e factual [baseado em seus eventos], quanto a partir da superfície epistemológica, ou seja, entender como tais fatos foram interpretados na pesquisa científica e como essa última influenciou os tomadores de decisão. É preciso, entretanto, não apenas uma análise histórica e quantitativa, em tom de estudo da arte, mas uma empresa crítica, arqueológica.

Conclusões

Enfim, esse trabalho tentou empreender uma análise de três atos de formulação enunciados a partir de performances verbais de sujeitos específicos: Celso Lafer, Sérgio Danese e Samuel Pinheiro Guimarães. Mostrou-se o arcabouço retórico diplomático para constituir a América do Sul como enunciado prioritário da Política Externa Brasileira ao longo dos anos 2000. Vimos, assim, a lógica causal entre a unidade do subcontinente tratado e da identidade internacional do Brasil, em que se descentraliza a discussão acerca do interesse nacional, pelo da ação em termos de forças profundas. Viu-se como a liderança e a noção de identidade ontológica dupla permitiu equivaler a busca da liderança brasileira como algo não paradoxal. Há ainda importantes considerações a se fazer e provavelmente muito dessa pesquisa seja alterada com o ganhar de maturidade intelectual e conhecimento de causa, entretanto, como é da dialética que se constrói o conhecimento científico, acredita-se que essa exposição [digamos] sincera do processo de construção do saber seja extremamente relevante para necessários futuros aprimoramentos e novos levantamentos de hipóteses.

Referências Bibliográficas.

CARROLL, Lewis. **Alice's Adventures in Wonderland** – Through the Looking Glass and what Alice found there. Rand, McNally, 1978.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p.

COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas–Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 23-44, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**, 8ª. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012a.

_____, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2012b. 74 p. (Leituras filosóficas ; 2)

_____, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Trad. Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 50, n. 1, p.159-176, jan. 2007.

GALVÃO, Thiago Gehre. **América do Sul**: a ideia brasileira em marcha. Curitiba: Juruá, 2009a. 189 p. (Relações internacionais)

_____, Thiago Gehre. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 52, n. 2, p.63-80, jul. 2009b.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2004. 151 p.

MIRANDA, Samir Perrone de. **A Integração da América do Sul no Discurso da Política Externa Brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PINHEIRO, Letícia; VEDOVÉLI, Paula. Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de política Externa Brasileira. **Política Hoje**, Recife, v. 21, n. 1, p.211-254, jan. 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 48, n. 2, p.185-204, jun. 2005.

AS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NO CINEMA BRASILEIRO (1910-1940)

Autora: Keline Pereira Freire

Graduanda em História da Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/FNDE/MEC).
Integrante do Laboratório de Pesquisa e Produção Audiovisual (LAPPA/UFS)
kelinepereira1@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Ângela Farias Gomes (DCOS/UFS)

O nascimento do Nordeste

Nos anos da primeira década do século XX a região Nordeste, tal qual conhecemos hoje, ainda não existia. O Brasil era imaginariamente dividido entre Norte e Sul. Regiões separadas por discrepâncias naturais, culturais e econômicas. De um lado o Norte, que apesar de ter vivido um período de intensa produção econômica sendo talvez a região mais produtiva do país no exitoso ciclo do açúcar, agora sofria por conta da decadência do mesmo. O fim do período imperial, bem como o da escravidão e as consequências da grande seca ocorrida em 1877 traziam dificuldades para a população nortista. Na posição oposta, o chamado Sul vivia um período de ascensão, grande fluxo migratório, grande parte de ex-escravos, e promessa de intensa modernização e industrialização por conta do crescente ciclo cafeeiro.

O mundo vivia um cenário pós-guerra, e no Brasil o fim do império e o fracasso gradual da ideia de *Belle époque* trouxe por parte da elite do país uma necessidade de reafirmação da nação. Um sentimento de nacionalidade impulsionada por um novo conceito de regionalismo que passa a buscar as especificidades das diferentes áreas do país. Surge a curiosidade conduzida pela necessidade de saber como se vivia nas demais regiões brasileiras e encontrar em suas características formas de diferenciá-las, e porque não dizer, rotulá-las. É neste cenário que começa a se formar a noção do Nordeste que conhecemos atualmente, que de forma gradual foi sendo inventado tal qual defende Durval Muniz de Albuquerque Jr., em sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999).

Segundo Albuquerque (1999), o Nordeste, instituído como região na década de 1920, foi criado ou inventado sob a ótica de uma elite sulista que enxergava o território sempre tomando como referência os costumes e modos de ser e viver do “Sul”. Dessa forma, tudo o que vinha do chamado “Norte”, era encarado como o diferente, exterior, algo que fugia dos

“costumes originais” dos sulistas. Além disso, segundo o autor, o Nordeste do país era quase sempre visto como uma grande unidade. Uma região onde não havia variações de costumes e linguagem: “Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área que são apresentados e descritos como ‘costumes do Norte ou do Nordeste’” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 42).

Essas impressões a respeito do Norte eram muitas vezes propagadas pela imprensa sulista que por meio de veículos como o jornal *O Estado de S. Paulo* traziam notícias sobre a região destacando o mal momento em que vivia, contrapondo com o período de ascensão em que se encontrava o Sul. Entre essas notícias ganha destaque na obra de Albuquerque duas séries de artigos publicados pelo jornalista do *Estado de S. Paulo*, Paulo de Moraes Barros, que enviado a Juazeiro escreveu “Impressões sobre o Nordeste”, onde além de enfatizar a situação calamitosa da região, chega a falar em uma inferioridade racial dos nordestinos. A outra série posteriormente publicada intitulava-se “Impressões sobre São Paulo”, onde o estado sulista é mostrado como uma área inicialmente vazia que teria sido habitada por populações europeias.

A seca é outro aspecto constantemente destacado para diferenciar Norte e Sul do Brasil. O termo “Nordeste” é, segundo o autor, inicialmente utilizado para apontar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), mas posteriormente passa a designar todo o Norte. A situação de escassez e calamidade em que viviam algumas áreas do Norte era frequentemente lembrada tanto por sulistas, em suas reportagens e discursos evidenciando as distinções com sua região e convidando a população a fazer doações aos nordestinos, quanto por alguns dos próprios nortistas que entre comerciantes e empresários se beneficiavam com o “Discurso da Seca”, fazendo parecer que toda a região era um imenso chão rachado:

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno [...]. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 68).

Os discursos a respeito das particularidades do Nordeste reverberaram também nas produções artísticas da época e contribuíram para a formação de uma imagem sertaneja e triste da região. Obras como *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, que relata a

*peregrinação de uma família nordestina sofrida com os flagelos e dificuldades causados pela seca e problemas políticos locais, ou O quinze (1930), romance mais popular de Rachel de Queiroz, onde as desigualdades e mazelas trazidas pelos grandes períodos de estiagem no Nordeste, no caso desta ficção no Ceará, trazem sofrimentos e limitações para a história de amor protagonista da obra. No campo cinematográfico, inúmeras produções deste período buscaram retratar o Nordeste e os nordestinos trazendo elementos como o cangaço, o messianismo, a seca, a promiscuidade, frequentemente retratados nestas realizações. O Nordeste com suas paisagens rústicas e naturais, e seus habitantes com personalidade dita peculiar e vida sofrida pareciam o cenário e personagens perfeitos para filmes e documentários entre 1910 e 1940. Produções como *Lampião, a fera do Nordeste* (1930) e *Lampião, o rei do cangaço* (1934), mais os documentários *Sob o céu nordestino* (1929) e *Brasil Pitoresco: Viagens de Cornélio Pires* (1925) são algumas realizações que mostraram um Nordeste de seca, de violência, de fanatismo religioso e do erotismo. Mas nem todas as películas seguiram esse caminho. O chamado *Ciclo do Recife*, iniciado em 1925 por iniciativa de cerca de 30 jovens na capital pernambucana, fugiram dessa linha de Nordeste como sinônimo de seca, cangaço e sofrimento para trazer às telas imagens de uma Recife moderna e engajada.*

Todos esses filmes e tantos outros, que serão posteriormente analisados, bem como as obras, as reportagens, as opiniões acima citadas contribuíram, uns em maior, outros menor quantidade, para a construção de uma ideia, muitas vezes estereotipada, do Nordeste e dos nordestinos que permeou o imagético popular no início no século passado.

O Nordeste no cinema brasileiro (1910-1940)

Partindo de um discurso de região da seca, do pitoresco, da calamidade que vinha se firmando quando se falava do Nordeste do Brasil, produções cinematográficas entre as décadas de 1910 e 1940 buscaram retratar aspectos da região. Entre ficções e documentários, o Nordeste foi sendo apresentado ora como a terra das grandes estiagens e da intensa pobreza, ora como o lugar exótico, distinto de todos os outros no Brasil por seus habitantes, clima e cultura peculiar.

Dentre os documentários produzidos neste período alguns se detiveram especificamente aos aspectos naturais e ao problema da falta de água em alguns locais, focando principalmente nas ações promovidas pelo governo em relação à seca. Entre eles,

estão *Inspeção de obras contra as secas* (1922) realizado pela Comissão Rondon⁶⁹, *Cultura do algodão na Paraíba* (1925), da Federal Filmes, *Inauguração dos filtros no Açude Acarape do meio abastecimento de água em Fortaleza* (1926), *Obras contra a seca no Nordeste* (1933), *Açudes do Ceará* (1935), *Serviços experimentais de irrigação do Nordeste* (1935), *As construções do Nordeste* (1935), *A lavoura mecânica no Ceará* (1935), todos da ABA Films (uma produtora cearense). Ainda nessa linha, também foi produzido *Grandes construções e barragens do Nordeste brasileiro* em 1936 (sem menção a produtora). Segundo Sheila Schvarzman “[...] as obras associam-se à ideia do desastre natural que a ação dos homens e do governo vinha socorrer e corrigir”. (2010, p. 191).

Seguindo o mesmo formato de documentário, houve também produções que buscaram apresentar aspectos culturais da região. Esses aspectos eram frequentemente mostrados como exóticos e particulares desta parte do país. “[...] sobressai um olhar exotizado que busca em cada lugar a expressão das diferenças, a cor local, manifestações julgadas extraordinárias, estranhas” (SHVARZMAN, 2010 p. 192).

Títulos como, *Brasil maravilhoso* ou *Viagens ao Brasil*, produzidos em 1930 aproximadamente, *Pega do boi*, *Juazeiro do Padre Cícero* (1922) de Adhemar de Albuquerque, *Nordeste brasileiro* (1925) e *Sob o céu nordestino* (1929), da Federal Filmes, representam as imagens de práticas ditas “folclóricas”, que vão da típica vaquejada até a religiosidade de Padre Cícero. E tudo isso, como lembra Shvarzman (2010), com o “apoio” da seca. Em *Brasil pitoresco: as viagens de Cornélio Pires* (1925,) o jornalista, escritor e folclorista brasileiro especializado em cultura e dialeto caipira, viaja pelo país procurando características peculiares de cada lugar onde passa. No Nordeste não ocorre de forma diferente, segundo a edição de 28 de janeiro de 1926 do *O Estado de São Paulo*: Cornélio Pires,

“ [...] Fez questão de só filmar aspectos típicos, danças e exercícios de capoeiragem, trabalhos de vaqueiros e hábitos de cangaceiros, em suma: coisas pitorescas do Brasil (O Estado de São Paulo 28.01.1926 cf. Filmografia Brasileira).”

Sobre Lampião e o cangaço destacaram-se *Lampião e o Banditismo no Nordeste* (1927) e *Lampião, a fera do Nordeste* (1930) produzidos por José Nelli, que trazia como principal tema as “maldades” do conhecido líder do cangaço. O documentário *Lampião, o Rei*

⁶⁹ Comissões formada em 1890 sob iniciativa do governo federal com o objetivo de ocupar partes ainda desconhecidas do território brasileiro e defender as fronteiras nacionais. As comissões foram chefiadas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

do cangaço (1936), de Benjamin Abraão, traz imagens reais e bem próximas dos cangaceiros de Lampião, fruto de um contato direto com o seu bando. As filmagens mostram de perto Virgulino, Maria Bonita e os demais cangaceiros em atividades do cotidiano do grupo: montando o acampamento, transportando água, carregando armas, matando o animal que possivelmente seria seu almoço, dançando.

Nota-se também uma movimentação que aparenta ser um confronto do bando de Lampião possivelmente com outro bando, ou quem sabe, com a polícia. Os cangaceiros correm em meio a mata e atiram em uma direção. O filme segue e após o fim da movimentação eles avançam sorridentes em direção à câmera mostrando suas armas. Este último aspecto, aliás, se repete durante todo o filme. Vez ou outra um dos cangaceiros se detém em frente à câmera mostrando suas armas e vestimentas com algo de orgulho e curiosidade. Lampião, como o título sugere, é figura destaque no filme, sempre em posição do chefe que era. É possível perceber a liderança que Virgulino representava para o grupo quando nota-se por exemplo a presença de um ou dois cangaceiros do bando apostos do lado ou atrás dele em diversos momentos da película.

Uma das passagens mais interessantes do filme mostra Lampião e todo o seu bando ajoelhados diante de uma imagem, possivelmente de Jesus, ou de uma outra figura religiosa, realizando preces. Lampião ao centro com uma bíblia em mãos lê para o grupo que ouve atentamente. É possível ver Lampião lendo a bíblia em outros momentos da película. O filme, inicialmente censurado pelo governo Vargas sob acusação de idolatria a figura de Lampião, foi um sucesso quando lançado nas salas de cinema do Brasil e contribuiu para fortalecer uma imagem selvagem, violenta e por vezes devota de Lampião e dos nordestinos, segundo Schvarzman:

“[...] de fera, de facínora e todos esses adjetivos que por décadas serviram para caracterizá-lo, associando o Nordeste à violência, à irracionalidade, ao machismo e ao primitivismo” (2010, p. 196).

Nem todas as produções cinematográficas dessas três décadas buscaram destacar o Nordeste da seca, da calamidade, do cangaço, da violência e do fervor religioso. Para um grupo de 30 jovens nordestinos, mais precisamente pernambucanos, esses aspectos não precisavam necessariamente estar em evidência em todas as imagens sobre a região. O chamado Ciclo de Cinema do Recife trouxe para as telas um Nordeste visto sob a ótica da modernidade, mostrando uma Recife requintada, num formato de cinema que para alguns seguia as produções hollywoodianas.

Iniciado em 1923 por Edson Chagas e Gentil Roiz, também fundadores da produtora Aurora Filme, responsável por boa parte das realizações do Ciclo, o grupo era constituído por jovens jornalistas, servidores públicos, músicos, artesãos, operários, comerciantes, atores influenciados pelo que Alexandre Figueirôa (2010) chama de “admirável novo mundo”.

A série de filmes tem início com *Retribuição* (1925,) produzido por Gentil Roiz. A fita, que demorou dois anos para ficar pronta, trazia as aventuras de um casal que enfrentava bandidos para alcançar um tesouro. O melodrama, ao estilo americano, lançado no Cine Royal, é sucesso de público ficando vários dias em cartaz. A novidade da produção regional empolga não só o público, mas principalmente os participantes do Ciclo, que neste mesmo ano lançam *Jurando Vingar*, dirigido por Ary Severo, e *Aitaré da praia*, de Gentil Roiz. O destaque nesta produção fica por conta dos elementos regionais incorporados, como uma resposta às críticas que reclamavam o fato dos filmes anteriores não retratarem “as coisas da terra”. “O filme chamou atenção por introduzir elementos regionais nos quais a realidade da vida dos pescadores nordestinos era destacada e a beleza da paisagem litorânea explorada pela fotografia” (FIGUEIRÔA 2010, p. 213).

Filho sem mãe foi outra das realizações deste ano. Produzido por Paulinho Gomes e Tancredo Seabra, retratava um romance que tinha como obstáculo os conflitos entre políticos e cangaceiros. Além destes são lançados o sacro *História de uma alma*, dirigido por Eustórgio Vanderlei, inspirado em manuscritos de Santa Tereza, e *Grandezas de Pernambuco*, da Olinda Filmes. Essa efervescência de produções é gerada entre outras coisas pela criação de novas produtoras de cinema e pelas dificuldades em cobrir os gastos das produções, fatos esses que comprometem a continuação das obras em 1926. O retorno vem em 1927 com a entrada de um novo empresário na Aurora Filmes, e a comédia *Heróis do século XX*, dirigida por Ary Severo, que dividida em dois atos teve como inspiração os filmes americanos de Mark Sennett⁷⁰.

Mas a grande produção deste período ficou por conta da película *A filha do advogado*, dirigida por Jota Soares, na época com apenas 20 anos. O filme é considerado por muitos a realização mais ambiciosa do Ciclo do Recife. A obra, que mistura romance, drama e mistério, traz imagens de uma Recife luxuosa, vista sob a perspectiva de uma classe mais alta daquela sociedade. A história se desenrola de forma ágil em cenários requintados onde a trilha

⁷⁰ Cineasta americano (1880- 1960) era conhecido como *The King of Comedy* ("O Rei da Comédia") por suas produções nos Estúdios Keystone, responsável por lançar nomes como Charles Chaplin.

sonora acompanha cada momento da trama dando um toque especial à produção. Para Ana Lúcia Lobato, “*A trama cheia de surpresas é capaz de provocar fortes emoções na plateia... O desenrolar das ações nos salões elegantes da sociedade recifense e as preocupações moralizantes do enredo são ingredientes bastante favoráveis para que o filme crescesse aos olhos do pessoal da Cinearte, que exercia na época uma forte influência internacizante*”. (LOBATO, 1987, p. 81-82).

O sucesso do filme atravessou o Recife e ele chegou a ser exibido com êxito no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apesar disso, no mesmo ano a Aurora Filme decretou falência e a continuidade nas produções se deu por conta da fundação de uma outra produtora, a Liberdade Filme, por Edson Chagas, Ary Severo e Luiz Maranhão. A realização inaugural da produtora foi *Dança amor e ventura* (1927,) que dirigida por Ary Severo trazia muita ação em um romance entre ciganos. Também dirigido por Severo, o filme *Destino das rosas* chega aos cinemas em 1930, época do início do cinema sonoro e da decadência das produções locais. Assim, o ano de 1931 marca o fim do Ciclo do Recife com a produção *No cenário da vida*, de Mário Mendonça e Jota Soares, segundo Figueirôa:

“[...] com o advento do cinema sonoro, o público passou a se desinteressar pelos filmes mudos e a impossibilidade de acompanhar a nova tecnologia impediu que a produção pernambucana tivesse continuidade” (2010, p. 216).

O exitoso Ciclo de Cinema do Recife dividiu opiniões. Segundo Alexandre Figueiroa em *Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia* para Tenório Vieira, a única motivação do grupo era mostrar que era capaz de realizar produções tão boas quanto às americanas. Já para Paulo Cunha, em *Relembrando o Cinema Pernambucano- dos arquivos de Jota Soares* (2006), os filmes do ciclo eram provincianos, mas introjetavam na cidade uma tecnologia cosmopolita e faziam com que Recife se acreditasse capaz de se tornar um centro produtor de imagens. Críticas à parte, é inegável o pioneirismo dos jovens do Recife na produção cinematográfica feita no Nordeste, e a importância que isso teve tanto para uma afirmação da capacidade da produção regional dessa arte, como também para mostrar para o Brasil um Nordeste além da seca e da violência.

Considerações Finais

Desde que a imagem do Nordeste começou a ser construída nas primeiras décadas do século XX, o retrato de uma região pobre, tomada pela seca e habitada por personalidades violentas era o que frequentemente habitava sobre o imagético, principalmente dos residentes

do chamado Sul do país. A construção desse discurso sobre a região foi impulsionada entre outras coisas por interesses de uma elite nacional, preocupada em construir um novo olhar regionalista que evidenciasse a nação. Esta nação precisava ser constituída por regiões diferentes nos aspectos naturais e sociais. Considerando que diferentemente do Nordeste o Sul, especialmente São Paulo, vivia um período de grande crescimento e modernização. Restou então, à parte Norte, que enfrentava dificuldades por conta da baixa no ciclo açucareiro e as consequências da grande seca de 1877, o papel de região carente do Brasil.

O fortalecimento desse discurso se deu através de reportagens de jornais, obras literárias e produções cinematográficas que retratavam a região sob a ótica da seca, da pobreza e da violência. Entre os documentários ganham destaques aqueles ligados ao governo federal que buscavam mostrar as construções que estavam sendo empreendidas para o enfrentamento dos períodos de estiagem, os que mostravam a natureza e a cultura do Nordeste como pitorescas, particulares e até algo distante, além dos que ressaltavam o tema do cangaço, colocando sempre em evidencia o comportamento selvagem e impetuoso de uma das figuras mais representativas da região, Lampião.

Mas o Nordeste não era só seca e violência e para mostrar isso é iniciado em 1923 o Ciclo do Recife, que além de ser o pinheiro nas produções locais mostra um Nordeste diferente, moderno, não mais sob a ótica dos sulistas, mas sob o ponto de vista dos próprios nordestinos.

Todas as diferentes representações feitas pelas produções mencionadas acima sobre o Nordeste brasileiro tiveram influência na formação da imagem que se construiu sobre a região nas décadas de 1910 a 1940 e nas posteriores. O retrato dessa parte do Brasil que começa a ser moldado nesse período acompanha a região até os dias atuais. As representações do nordestino ora raivosos, ora sofridos, ora engraçados, ora fanáticos religiosos. E da região, de paisagens, ora belas e tropicais, ora tristes e secas foram assimiladas e as produções cinematográficas acompanharam esse movimento.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**/ Durval Muniz de Albuquerque Júnior; prefácio de Margareth Rago. – 4ª. Ed. rev.-São Paulo: Cortez, 2009.

LEAL, Wills **O Nordeste no cinema**, João Pessoa, Editora Universitária/FUNAPE/UFPb, 1982.

A invenção do Nordeste no cinema/O ciclo do Recife e a entrada do Nordeste na modernidade audiovisual: in MATTOS, Geísa, Elisabete Jaguaribe, Ana Quezado (orgs) **Nordeste, Memória e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/ Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 182-206.

Módulo 2: in RAMOS, Fernão (org) **História do cinema no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Art Editora Ltda., 1987, p. 78-84.

A REVISTA SEMANAL ÉPOCA E O CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA

Autor: Maria Cristiane Santos

Graduando em Comunicação Social hab. Jornalismo - UFS
marie.csanthos@gmail.com

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Matos Antonio. (DHI/UFS)

Introdução

No período de julho de 2013 a julho de 2014 realizamos a pesquisa crescimento da classe média. A metodologia utilizada foi realizar leituras teóricas para instrumentalizar o procedimento da análise dos discursos presente nas reportagens da Revista Época referente ao processo de Crescimento da Classe Média no Brasil. Foram encontradas no total 40 reportagens extraídas do conteúdo online, do período de 2005 a 2012. As análises das matérias foram procedimentos essenciais para verificar qual a posição ideológica que esse canal de comunicação confere ao crescimento da classe média.

Como resultado da pesquisa desenvolvida, podemos apontar a discussão sobre a economia brasileira no governo Lula, a análise do conceito de classe média pela literatura especializada, a reflexão sobre discurso jornalístico e, finalmente, a análise dos conteúdos das matérias coletadas na revista semanal com o objetivo de atender a proposta da pesquisa.

Cenário político e econômico

O maior fenômeno sociológico do Brasil recente tem sido o surgimento da nova classe C. Sua ascensão veio redefinir alguns padrões de comportamento da sociedade brasileira. Compreendida pelos indivíduos situados acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século XX, o critério na sua definição foi analisar o seu potencial de consumo, na compra de bens duráveis como: televisor, rádio, lava-roupa, geladeira, freezer, aparelho dvd, banheiro e empregada doméstica. Essa classificação foi elaborada pelo o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a análise do economista Marcelo Neri, observamos que

Classe C: a mesma que atingia 37,56 % da população brasileira em 2003, passa a 50,45% em 2009, ou 94,9 milhões de brasileiros que tem acima de 1126 até 4854 reais mensais, a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento acumulado de 34,34% no período de seis anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos 5 anos (3,2 milhões só no último ano). (NERI, p. 31, 2010)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República Federativa do Brasil entre os anos 2003 – 2010 mantiveram em sua trajetória pessoal e política o compromisso firme com a democracia, a redução da pobreza, o combate à fome e a erradicação da miséria.

Sua gestão na economia iniciou dando segmento à política econômica do governo anterior Fernando Henrique Cardoso, tendo como presidente do Banco Central Henrique Meirelles, com forte desenvolvimento na economia internacional. Como Ministro da Fazenda nomeou Antônio Palocci, que renunciou o cargo devido denúncias, quem o substituiu em 27 de março de 2006, foi o economista e professor universitário Guido Mantega.

Sem dúvidas a gestão econômica foi responsável pela garantia deste novo consumo, da esperança de segurança e mobilidade social, nos últimos anos. As mudanças econômicas que o PT mobilizou para alcançar através dos projetos sociais criados e lançados começaram a sair do papel depois que Palocci assumiu o cargo de Ministro da Fazenda no ano de 2003 e dessa forma o partido ganhou reconhecimento de suas ações no combate à inflação, dívida pública, mudanças no Plano Real, esses fatores foram fundamentais para que o Brasil a reduzisse significativamente o grau de extrema pobreza.

Segundo o autor Giambiagi “ao longo dos últimos 10 anos, o Brasil reduziu significativamente o grau de extrema pobreza em cerca de 4,5 pontos percentuais, apresentando um dos melhores desempenhos entre os países latino-americanos” (2005, p.37). Segundo a análise do pesquisador e economista Marcelo Neri, podemos verificar quais as mudanças no governo de Lula.

Após a recessão do primeiro ano do governo Lula até 2008, 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza adicionamos ano passado mais de 1 milhão no último ano, chegamos a uma população de 28,8 milhões de pobres, um contingente ainda expressivo, sem dúvida. A taxa de pobreza caiu de 16,02% para 15,32 % entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise. (NERI, 2010, p.11,)

No Brasil, o processo de aumento da renda das famílias, motivado por fatores sociais, econômicos e institucionais presentes no cenário nacional da primeira década do século XXI, ocasionou um reordenamento da estratificação socioeconômica da população brasileira. Ajustar a inflação, crescer a economia e superar a crise externa foi desafiador, pois Lula assumiu justamente no período em que o mundo vive uma crise econômica, quase impossível de vencer.

Conforme afirma o autor Giambiagi “O desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face

à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação”. (2005, p. 211)

Um projeto político de grande porte inseriu políticas públicas que possibilitaram o aparecimento dessa nova classe. A estabilidade monetária, resultante do Plano Real, tornou mais previsível os fluxos de recursos da área social e o longo aprendizado institucional possibilitou à criação dos incentivos a descentralização de responsabilidades entre os níveis de governo para o provimento de bens e serviços sociais.

Nos primeiros anos da nova administração foram lançados programas como Programa Fome Zero, Reforma da Previdência Social, Bolsa-Família que constituíram as principais iniciativas do governo na área social. Para o autor Giambiagi

“esse padrão de gestão, fortemente baseado nas transferências diretas a indivíduos – através de aposentadorias, aumento reais do salário – mínimo, benefícios assistenciais do LOAS, seguro desemprego e Bolsa-família – implicou um estímulo poderoso ao consumo, especialmente em um contexto marcado pela inflação baixa” (2005,p.224)

A pesquisa realizada pela FGV intitulada de “*A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*, no ano de 2010, nos esclarece que entre 2003 e 2009, a renda per capita média do brasileiro cresceu 4,72% em termos reais (isto é já descontada a inflação e o crescimento populacional) passando de 478 para 630 reais por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (12,9%) influenciada pela expansão do Bolsa Família criado em 2003.

A seguir veio a parcela de renda da previdência vinculada ao salário mínimo. Os efeitos dos reajustes do salário mínimo que cresceu mais de 45% neste período pressionaram o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população.

A renda da previdência acima do piso cresceu abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 4,61% ao ano o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A renda do trabalho corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro e de lá saiu 75,3% do ganho de renda observado.

É evidente que todos os investimentos e os projetos no governo Lula contribuíram para ajudar a definir a classe C, no Brasil ela é composta por 91,8 milhões de pessoas. Uma família é considerada classe C, quando sua renda mensal chega entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Segundo o economista Neri “foi o aumento da massa salarial e a democratização do acesso ao crédito, associado, no caso das classes mais baixas, a políticas públicas como a do “Crédito

Consignado”. A ampliação do crédito popularizou o acesso aos bens, sendo essa também uma forma de aferir a redução da desigualdade.” (2005, p.230).

No Brasil o crescimento econômico foi tão notório que foi possível perceber que o país diminuiu a desigualdade social. E medidas como manter uma inflação baixa, potencializando o impacto de um conjunto de políticas sociais implementadas pelo governo federal e municipal tem demonstrado com essas experiências, que o país é capaz de atuar no processo de combate a pobreza e na redução das desigualdades sociais.

A reformulação atinge diretamente a forma como está concebida a política nacional nas diversas áreas de gestão social, colocando em questão a presente hierarquização das esferas de governo, e nos obriga a repensar o processo de domínio das macroestruturas privadas que dominam a indústria da saúde, os meios de informação, os instrumentos de cultura, afirma Dowbor (2001, p. 37)

Os efeitos, ganhos e problemas advindos dessa nova realidade tem sido alvo de muitas interpretações dos estudiosos, o que confirma sua importância e complexidade. Isso relaciona-se com o fato de que o cenário econômico que permitiu a mudança na renda das famílias brasileiras e a ampliação de sua capacidade de compra tem adquirido um significado profundo no desenvolver das questões sociais no Brasil. Para o economista

“o que de fato caracteriza a nova classe média brasileira é sua capacidade produtiva. A nova classe média luta para construir seu futuro sobre alicerces sólidos, capazes de sustentar seu novo padrão de vida – não somente como uma nova classe consumidora, mas, sobretudo, como indivíduos plenamente (formalmente) empregados, cujo aumento de renda foi viabilizado por meios de salários mais altos. (2013, p.17)

As mudanças que ocorreram no campo sociopolítico e socioeconômico fatores que permitiram o aparecimento dessa classe média, evoca sentimentos positivos de famílias brasileiras que tem alcançado e continuam avançando na economia e estão conquistando um novo padrão de vida.

Divergências sobre o conceito de classe média

Para um país emergente e com uma extrema desigualdade social no governo, o crescimento de uma classe média é um fenômeno muito importante. Contudo, não existe um consenso entre os economistas e os especialistas em desenvolvimento sobre como identificar e definir a classe média.

Cada estudioso possui uma definição diferenciada para explicar a ascensão de “nova classe média” brasileira. Conceito conferido à classe econômica C no Brasil foi

conferido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV) começou a monitorar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, C, D e E).

Para o economista Neri

“o que de fato caracteriza a nova classe média brasileira é sua capacidade produtiva. A nova classe média luta para construir seu futuro sobre alicerces sólidos, capazes de sustentar seu novo padrão de vida – não somente como uma nova classe consumidora, mas, sobretudo, como indivíduos plenamente (formalmente) empregados, cujo aumento de renda foi viabilizado por meios de salários mais altos”. (2013, p.17)

Segundo o escritor e diretor da Fundação Heinrich Boll no Brasil Bartelt, “a ‘nova classe média’ brasileira não é um fator sociológico, mais um projeto de estratégia e marketing políticos” (2013, p.4). Partindo para uma definição social, os sociólogos aceitam essa classe quando estiver inserida em termos de padrões de ocupação, posse de bens, valores, atitudes a uma mobilidade social.

A professora e filósofa Marilena Chauí apresenta outra definição quando pensamos em classe, de certo modo se opõe aos pensamentos dos sociólogos. Para Chauí, “uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes.” (2013, p.21)

A Revista Época e o jornalismo Econômico

A revista Época foi fundada em 1998 pela editora Globo considerada a melhor editora do Brasil, se faz presente em todas as plataformas, é uma revista semanal com tiragem de aproximadamente de 420 mil exemplares e que trata de informações de interesse geral, que possui as seguintes seções: *Brasil, Negócios & Carreira, Ciência e Tecnologia, Mundo, Sociedade, Saúde & Bem-Estar, Colunistas e todas as notícias*.

O crescimento econômico em seus diversos segmentos faz com que os meios de comunicação despertem o interesse pelas notícias de cunho financeiro e a editoria de economia tem sido uma maneira de tornar os assuntos econômicos valorizados, assim o jornalismo econômico ganha destaque.

O jornalismo econômico proposto por essa revista semanal e com grande número de leitores poderá proporcionar um maior esclarecimento das questões que motivaram o aparecimento da nova classe, as mudanças financeiras e econômicas no nível macro e micro do Brasil. O crescimento dessa classe é fruto de diversas intervenções do governo que alterou a economia do país, impossível não chamar atenção. Conforme assinalou Scalzo

A periodicidade das revistas (geralmente semanais, quinzenais ou mensais) também as diferencia dos outros meios – o que, consequentemente, interfere muito no trabalho dos jornalistas envolvidos em sua produção. Hoje, reforçando a tendência de segmentação, as empresas produzem revistas para se comunicar diretamente com seus clientes e funcionários, além de utilizá-las para sedimentar sua imagem institucional junto ao mercado. (SCALZO, 2004, p.41-47).

O jornalismo econômico tem a função de informar e explicar sobre os principais acontecimentos que interessa a sociedade, e o jornalista como mediador das informações, deve facilitar que tais notícias sejam compreensíveis ao leitor. Esse comprometimento independe do veículo de comunicação que o profissional atue, tais recomendações servem para aqueles que exercem sua função no jornalismo de revista. Conforme orienta Scalzo

“Os princípios básicos do jornalismo são iguais para qualquer tipo de veículo: o esforço para apurar os fatos corretamente, o compromisso com a verdade, ouvir todos os lados que envolvem uma questão, mostrar diversos pontos de vista na tentativa de elucidar histórias, o respeito aos princípios éticos, a busca constante da qualidade de informação, o bom texto.” (SCALZO, 2004, p. 54)

O leitor de economia precisa entender com clareza as notícias divulgadas para que quando relacioná-las com o cotidiano, possa formular ou formar uma opinião de tudo o que lhe foi apresentado. É possível verificar que a Revista Época concentra o maior número das matérias pesquisadas e publicadas pela ótica do jornalista. O jornalismo econômico divulgado na revista são direcionados para públicos específicos. Segundo Scalzo

“as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos.” (2004, p.14)

Com esses princípios o jornalista precisa compreender que sua responsabilidade é levar ao seu público a informação de forma traduzida e praticamente pedagógica. A economia e o jornalismo possuem uma relação complexa e saber recolher a informação, tratá-la e passá-la à sociedade é uma tarefa que cabe ao jornalista desenvolvê-la muito bem.

A classe média brasileira pelo olhar da revista Época

As matérias da revista Época sobre a classe média nos esclarecem uma análise detalhada do discurso dos responsáveis pela carga ideológica inserida no material publicado. A abordagem desse veículo de comunicação na divulgação do crescimento da classe média tem sido a prioridade dessa pesquisa e com tal devemos estar atento ao conjunto de

informações. Conforme o autor Basile “ as notícias surgem, produzem seus efeitos e com frequência formam consensos de opinião inapeláveis”. (2002,p.190).

1. A nova classe média do Brasil (08/08/2008): a matéria traz como personagem uma manicure, moradora da Rocinha favela do Rio de Janeiro para demonstrar quais são os personagens da nova classe média e enfatiza o poder de consumo das pessoas como uma maneira de legitimizar essa nova classe média.

2. Um mergulho na nova classe média 1, 2 e 3 (04/11/2009): é uma reportagem de capa divididas em três partes que valoriza o crescimento da classe C. Os repórteres reconhecem que essa nova classe é uma clientela cobiçada pelo mercado nacional e para descobrir o consumo dela tiveram que conviver por quatro meses com famílias paulistanas da classe C. Na primeira parte da reportagem é mostrado com as famílias da classe C gastam sua renda e os objetos de consumo foram: sapatos, perfumes, roupas de grifes, carro, computador, ingresso na universidade, prioridade em comer bem. Na segunda parte da reportagem, há um esclarecimento de que boa parte das empresas ignorou essa camada de consumidores e para conquistar esses consumidores as empresas resolveram adotar pesquisas de consumo. A terceira e última reportagem desvenda os mitos que foram criados para nova classe média.

3. Custo de vida da classe média sobe 4,04% em 2009, segundo Fecomércio (15/01/2010): A matéria oferece informações de quais setores houve um aumento dos preços, destacando a habitação, transporte e alimentação. As informações foram adquiridas de um levantamento do Fecomércio junto com a Ordem dos Economistas do Brasil (OEB), a única fonte utilizada foi um economista do Fecomércio. Não existe um contraponto e pouca abrangência do assunto.

4. Ascensão à classe C pode estar ameaçada (03/06/2010): a matéria tem como fonte de informação os dados da pesquisa realizada pelo Fecomércio de São Paulo. As principais ameaças que essa classe sofre são as deficiências estruturais e o crescimento indiscriminado do crédito, e uma maneira de superar isso é ela se organizando financeiramente.

5. Classe C é mais da metade da população, diz FGV (10/09/2010): a matéria baseada no relatório *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres* do economista Marcelo Neri, dá maior visibilidade ao aparecimento dessa classe. Os fatores que contribuíram para esse deslocamento foram os investimentos da população, o aumento da oferta de empregos formais com carteiras assinadas formadas

por pessoas com renda familiar per capita entre R\$ 1.126 a R\$ 4.854, somando um total de 94 milhões de pessoas, afirma o economista.

6. Decifrando a classe média, a queridinha dos partidos (05/05/2011): o texto foi construído pelo colunista quinzenal Fernando Abrucco – doutor em Ciência Política pela USP e professor da FGV (SP). Sua opinião vem acompanhada de dicas aos partidos PSDB e PT. Segundo especialista essa classe média é garantia de vitória eleitoral, mas não pertence a nenhum partido. Caso um desses partidos deseje conquistar os votos dessas pessoas é necessário que haja investimentos e estratégias com boas políticas públicas, sendo que o PT tem vantagem devido o apoio de grupos, afirma Abrucco.

7. Nova classe média: maioria é de mulheres brancas com mais de 25 anos (08/08/2011): a matéria esclarece o perfil sobre a nova classe média brasileira, divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Segundo os dados da pesquisa essa classe é formada por 95 milhões de brasileiros, sendo a maioria feminina (51%) e branca (52%), (63%) tem 25 anos e (89%) é urbano, concentrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

8. Brasil, nação classe C (20/01/2012): apresenta críticas pesadas à presidente Dilma Rousseff, principalmente no que se refere à classificação de uma nova classe e como o governo vem fazendo sua divulgação. As críticas chegam atingir o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e alguns representantes da cúpula do PT (Partido dos Trabalhadores).

9. Classe C representará 40% do crescimento do PIB até 2020 (29/02/2012): a matéria se utiliza da pesquisa realizada pelo Fecomércio de São Paulo que prevê o aumento de consumo das famílias brasileiras em 2020. Esse aumento deve-se porque o consumidor brasileiro evoluiu no seu modo de consumo básico para um patamar mais sofisticado.

10. O que a nova classe média quer vestir?(24/08/2012): há uma proposta de mostrar e desmitificar qual o comportamento da classe C no que se refere ao consumo de roupas. A matéria conta com os dados da pesquisa Data Popular “*Moda para nova classe média*” que mostra que houve um crescimento de 153% de gastos com a moda e que a nova classe média mostra-se mais fácil as marcas, gosta de comprar por preços promocionais e compra para presentear amigos e familiares.

11. Classe Média de araque (20/09/2012): chama atenção por o título vir carregado de um peso crítico. As informações vêm do estudo sobre a nova classe média, divulgadas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. A revista faz uma comparação com os dados da SAE e da FGV em relação à classificação da renda dessa classe. Para a SAE a classe média é composta por famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019, para a FGV a renda mensal das famílias deve ser de R\$ 1.200 a R\$ 4.500 para fazer parte da nova classe média.

12. Negros são quase 80% da nova classe média, diz estudo do governo (20/09/2012): a revista mais uma vez utiliza da pesquisa “*Vozes da Classe Média*” da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República que mostra a elevação dos negros inseridos na nova classe média. Segundo a pesquisa, houve um equilíbrio entre negros e brancos, mas as desigualdades raciais ainda não foram superadas.

13. Especialistas divergem sobre a ascensão da nova classe média (02/10/2012): a matéria através das vozes dos especialistas reconhece que houve uma diminuição da desigualdade social, redução da concentração da riqueza e a melhoria da renda dos mais pobres. Mas quando questionados sobre o crescimento da classe média, os economistas argumentam que a renda não deve ser o único fator levado em conta.

Percebe-se que poucas foram às publicações sobre o crescimento da classe média que a revista divulgou. Ao todo foram encontradas treze matérias abordando o crescimento da classe C, a maioria desse material teve participação do jornalista, que tem a função de oferecer conteúdos deva se enquadrar na seguinte perspectiva. Conforme esclarece Sacalzo

“Enfim, usando as mesmas regras para fazer uma boa reportagem, o jornalista também fará, inevitavelmente, uma boa matéria de prestação de serviços. Isso significa checar informações, ouvir fontes confiáveis, cruzar dados, enfim, fazer jornalismo, mesmo que seja para redigir uma pequena nota sobre a estreia de uma nova peça teatral.” (SCALZO, 2004, p. 55)

Nas análises dos textos das revistas semanais voltados ao crescimento da classe média foram percebidas algumas deficiências em seu formato jornalístico. Como a falta de pluralidade e muito *releases*. Alguns fatores podem ser os causadores dessa debilidade conforme explica Francisco “a falta de tempo para trabalhar melhor a apuração da notícia e para a construção do texto é uma delas”. (2006, p.118).

O compromisso do jornalista com o público é uma das suas prioridades e, a ausência de notícias esclarecedoras impede que a sociedade tenha uma visibilidade da dinâmica social, nesse caso no campo da economia.

Conclusão

A revista semanal *Época* avalia o processo de ascensão da Classe C, podemos indicar que esse meio de comunicação utilizou na maioria das suas matérias as pesquisas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para esclarecer ao leitor a origem do crescimento da classe. De acordo com as pesquisas desse órgão a ascensão foi devido a investimento da população em educação e ao aumento da oferta de empregos com carteira assinada. As matérias atribuíram o surgimento da classe C no Brasil às medidas econômicas e sociais do governo Lula, sendo o Bolsa-Família um dos principais projetos responsável pelas mudanças econômicas na vida de inúmeras famílias brasileiras.

Na análise sobre juízo de valor (político e econômico) que poderia ser captado no conteúdo apresentado por essa importante publicação formadora de opinião, a concepção econômica nas matérias enfatiza que essa nova classe são consumidores potenciais com características diferentes da elite. Afirma que as empresas demoraram para se adequar a esse novo público consumidor e que tiveram que fazer pesquisas especializadas para saber seus gostos, seus desejos e sonhos de consumo com objetivo de alcançar esses consumidores. Na concepção política a maior crítica é ao governo em afirmar através da pesquisa da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República que 104 milhões de pessoas e famílias com renda per capita de R\$ 291 a R\$ 1.019 determine o conceito de classe média brasileira. Para revista o governo utiliza desse conceito apenas com um único intuito: ganhar votos.

Ao pesquisar que tipo de construções discursivas sobre o tema pode ser captada nessa revista de circulação nacional, percebemos que o discurso das matérias não revela uma negatividade ao tema. O texto vem carregado de dados com muitas porcentagens, uma linguagem própria do jornalismo econômico. Não tratou de fazer comparações com outros países e o discurso dominante foi o da perspectiva do governo devido a maioria das matérias ter como base as pesquisas Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República o qual revela positividade sobre a ascensão da classe C para o Brasil, valorizando as mudanças econômicas que o poder de consumo dessa classe provocam no Produto Interno Bruto (PIB).

Referências

- ARBIX, Glauco. **A queda recente da desigualdade no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. Vol.22, 2007.
- BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político** – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO** (CIP-CI). Grupo de pobreza, escritório de Políticas para o desenvolvimento do PNUD, n.26, 2013. (vários textos) disponível em: www.ipc-undp.org/pressroom/pdf/IPCPressroom291.pdf data de acesso < 20/04/2014>
- CHAUÍ, Marilena. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo, SP.Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, Brasil 2013.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Org). **Economia social no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 13 imp. São Paulo: Contexto, 2005.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- GIAMBAGGI, Fábio; CASTRO, A. Barros de; HERMANN, J. **Economia Brasileira contemporânea** (1945-2004). Ed. Campus. 2005.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6 ed. – São Paulo: Ática, 2006 (Princípios; v. 29).
- MAINGUENEAU, Dominique. **A análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- NERI, Marcelo Cortês. (Coord). **A nova classe média: O lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2006.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção comunicação)

MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE ARACAJU/SE: AS MÚSICAS CANTADAS PELOS PRETOS-VELHOS

Autor: Mateus Tayslan Andrade de Carvalho

Graduando em Música pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista do Programa de Iniciação à Docência – Pibid/Música

Bolsista da Biblioteca Nacional

mateusufsmusica@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mackely Ribeiro Borges (DMU/UFS)

Introdução

O Brasil possui uma grande riqueza cultural oriunda de diversas origens, sendo a cultura de origem africana uma das mais ricas em diversidade, mas é, ao mesmo tempo, discriminada. Por causa desta riqueza, as religiões de matriz africana precisam ser estudadas e apresentadas à sociedade como uma forma de sensibilizar a todos sobre a sua organização, cultura e fé, e assim contribuir para a diminuição do conceito pré-estabelecido que favorece a intolerância.

Quantos terreiros de Umbanda existem na cidade de Aracaju? Quais são as suas origens? De que matriz eles vieram? Como são as músicas usadas dentro dos terreiros? Qual a função dos Pretos-Velhos e das suas músicas? Este projeto visa responder estas e outras questões que giram em torno da Umbanda, uma religião de matriz africana, mas de origem genuinamente brasileira.

Fundamentação teórica

Atualmente, quando cada vez mais prega-se a valorização da identidade cultural de um povo, pesquisas sobre a Umbanda a definem como uma religião brasileira resultante da mistura de várias matrizes culturais como o Kardecismo e Cristianismo europeu, o Candomblé com os orixás africanos e o indígena como legítimo representante brasileiro. O professor Ademir Barbosa Júnior (2011, p. 05) define a palavra Umbanda como:

Em linhas gerais das línguas africanas Umbundo e Quimbundo, cujo significado é arte de curandeiro, ciência médica, medicina. O termo passou a designar, genericamente, o sistema religioso que, dentre outros aspectos, assimilou elementos religioso afro-brasileiro ao espiritismo urbano (Kardecismo).

Já no Dicionário Aurélio (2001, p. 695), o verbete Umbanda é definido como uma “Religião originada na assimilação de elementos culturais afro-brasileiros pelo espiritismo”. A Umbanda como o resultado de uma junção de diferentes influências também é ressaltado por Borges (2006), que diz:

Há na sua formação uma fusão de elementos de várias procedências e naturezas diversas, entre eles influências das culturas indígena, branca européia e negra, além da adoção de elementos de culturas orientais. (BORGES, 2006, p. 01)

Rubens Saraceni (2014, p. 22-23), dividiu a Umbanda em quatro correntes: a primeira corrente seria formada pelos espíritos nativos que viviam antes da chegada dos estrangeiros conquistadores. A segunda corrente seria formada pelos cultos de nação africana, sem contato com os nativos brasileiros. A terceira corrente seria formada pelos kardecistas de mesa, que incorporavam espíritos de índios, de ex-escravos negros, dos orientais etc; e assim criaram a corrente denominada “Umbanda Branca”. A quarta corrente seria a magia em comum a toda a humanidade e as pessoas recorrem a ela sempre que se sentem ameaçadas por fatores desconhecidos ou pelo mundo sobrenatural, principalmente pelas atuações de espíritos malignos e por processos de magia negra ou negativa.

Há um consenso na literatura de que o surgimento da Umbanda ocorreu no Rio de Janeiro na década de 1920. Em uma sessão espírita Kardecista, o médium Zélio Fernandino de Moraes incorporou o espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas que firmou a criação desta nova religião e seus fundamentos. Além do Caboclo⁷¹, o Preto-Velho também é considerado uma entidade fundante do culto umbandista. Zélio de Moraes também incorporava o espírito dos escravizados africanos em suas sessões e, além disso, a Macumba⁷² cultuada no Rio de Janeiro foi fundamental na formação da Umbanda. Nas palavras de Borges (2006, p. 13):

Considerando a sua matriz negra, a Umbanda teria surgido da Macumba, uma religião afro-brasileira originada no Rio de Janeiro a partir dos negros bantos que migraram do Estado da Bahia. A mudança da capital do Brasil de Salvador-Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, provocou um intenso desenvolvimento político e econômico e com isso a necessidade de mão de

⁷¹ Originalmente, a palavra Caboclo significa mestiço de branco com índio, mas, na percepção umbandista, se refere a todos os indígenas que antes da colonização habitaram a América. Na Umbanda, os Caboclos constituem a falange mais elevada e, como tal, podem se movimentar entre as demais falanges.

⁷² A Macumba, surgida no Rio de Janeiro, é uma religião afro-brasileira cuja crença está voltada ao culto aos Orixás, da mesma forma como o Candomblé na Bahia, o Xangô em Pernambuco, o Tambor de Mina no Maranhão e o Batuque no Rio Grande do Sul.

obra escrava. Com a vinda destes povos para a nova capital, o Rio de Janeiro passou a abrigar diversas manifestações religiosas que, aliada ao Catolicismo e ao Kardecismo deram origem à Macumba. Não se sabe ao certo quando surgiu a Macumba.

O Preto-Velho, entidade muito importante para a Umbanda, também fazia parte das entidades cultuadas na Macumba, conforme nos mostra Borges (2006, p. 15):

Outra entidade presente na Macumba, criada dentro deste conceito é o Preto-Velho, o negro escravizado. Ele será decisivo na criação da Umbanda e vai assumir um duplo papel: o de entidade-chave dessa religião e o da perpetuação da prática do culto aos antepassados, sendo o negro um dos responsáveis pela formação do povo brasileiro.

Para os umbandistas, os Pretos-velhos são entidades com funções semelhantes às de um psicólogo, pois como tal escuta todo e qualquer tipo de problema. Sempre com uma palavra amiga, dão conselhos, aplicam passes, descarrego e executam outros tipos de trabalho. Ademir Barbosa (2011), assinala os Pretos-Velhos como exemplos de humildade, tolerância, perdão e compaixão. Os Pretos e Pretas-Velhas compreendem os espíritos que, na roupagem de escravos, evoluíram por meio da dor, do sofrimento e do trabalho forçado. A este respeito, o mesmo autor ressalta: “Enquanto encarnados, cuidaram de seus irmãos, sustentando lhes a fé nos Orixás, sincretizada com o Catolicismo, seus santos e rituais, a sabedoria milenar, a medicina popular e outros.” (BARBOSA, 2011, p. 80).

Vale ressaltar que todas as entidades são importantes para a formação da Umbanda, porém, a sua base são os Caboclos, Pretos-Velhos e Erês (crianças). Além dessas entidades, também conhecidas como os espíritos fundadores da Umbanda, existem a linha do oriente, Marujos, Exus etc.

Pontos cantados

Na Umbanda, os pontos cantados são a forma como os praticantes denominam a música nesta religião. Etienne Sales de Oliveira (2005), diz que os pontos cantados são orações em forma de canto. Já Barbosa Júnior (2011, p. 122), diz que:

Um dos responsáveis pela manutenção da vibração das giras e de outros trabalhos, o ponto cantado impregna o ambiente de determinada energia enquanto o libera de outras, indesejadas. Verdadeiros mantras, os pontos mobilizam de natureza, atraem determinadas vibrações, Guias e Entidades.

Para Borges (2011, p. 52), na “Umbanda, a música é um componente importante dentro de um sistema onde estão presentes as representações simbólicas, as divindades, os conceitos, os comportamentos, o papel dos praticantes (povo-de-santo e assistência), os rituais, entre outros.”

Cada ponto cantado tem sua finalidade dentro da sessão umbandista, como os pontos de abertura e de fechamentos de trabalhos, os pontos de boas vindas que são cantados em saudação aos dirigentes de outras casas, os pontos de consagração do congá⁷³ que são cantados em homenagem aos Orixás e os Guias, os pontos de defumação e os pontos de firmeza que são cantados para fortalecer o trabalho sendo feito.

Na tabela a seguir encontramos os tipos de pontos cantados na Umbanda e suas respectivas atribuições ritualísticas.

Pontos de chegada e partida	São cantados para a incorporação e desincorporação das entidades nos médiuns.
Pontos de vibração	São cantados para atrair a vibração de um determinado Orixá ou Guia para os trabalhos do terreiro.
Pontos de defumação	Para serem usados apenas durante a defumação.
Pontos de descarrego	São cantados quando se fazem descarregos.
Pontos de fluidificação	São cantados durante os passes, ou em momentos em que algum elemento esteja sendo energizado no terreiro.
Pontos contra demandas	São cantados apenas quando solicitados pelo guia incorporado, quando o mesmo julgue necessário.
Ponto de abertura e fechamento de trabalhos	São cantados no início e no final das sessões.
Pontos de firmeza	São cantados com objetivo de fortalecer um trabalho que esteja sendo realizado no

⁷³ Para os umbandistas, o congá é o altar onde são depositados as imagens das divindades cultuadas, especialmente a do protetor do terreiro de Umbanda.

	terreiro.
Pontos de doutrinação	São cantados quando um espírito sofredor está sendo encaminhado.
Pontos de segurança ou proteção (são cantados antes dos de firmeza)	São cantados com objetivo de fortalecer a corrente contra as más influências antes de algum trabalho a ser realizado.
Pontos de cruzamento de linhas e Pontos de cruzamento de falanges	Servem para atrair mais de uma vibração ao mesmo tempo, com objetivo de que trabalhem em conjunto.
Pontos de cruzamento de terreiro	São cantados no momento em que o terreiro está sendo cruzado, para início da sessão.
Pontos de consagração do Gongá	São cantados para homenagear os Orixás e Guias responsáveis pela direção espiritual do terreiro.
Pontos de boas vindas	São cantados para saudar o dirigente de outra casa ⁷⁴ que esteja presente na sessão, e para convidá-lo a adentrar o terreiro, caso deseje.
Pontos de Homenagem	São cantados para homenagear os Orixás e Guias.

Na Umbanda, a música possui um papel primordial. Além do encaminhamento do culto, conforme verificamos acima, os pontos cantados também acompanham as entidades umbandistas, isto é, cada divindade possui um repertório musical específico. No caso dos Pretos-Velhos, seus cantos retratam a sua personalidade, suas características, sua história e sua identidade dentro da religião. Por esta razão, acreditamos que conhecer este repertório musical é um caminho para a compreensão não apenas desta entidade, mas também a Umbanda como um todo.

Os instrumentos musicais

Na Umbanda, o acompanhamento instrumental é um componente fundamental na execução dos pontos cantados. Nos rituais, o instrumento que se destaca é o atabaque. Tiago de Oliveira Pinto (2001, p. 272) lembra que os atabaques, assim como os tambores, são

⁷⁴ Na Umbanda, o local de culto pode ter várias denominações como casa, terreiro, centro, tenda, entre outros.

instrumentos da família dos membranofones, isto é, aqueles que são percutidos sobre uma pele de animal ou sintética. É uma membrana que entra em vibração e assim é responsável pelos sons emitidos. Há um grande número de formas diferentes de tambores. O seu corpo, a maneira e como são fixadas as peles denotam sua origem e seu universo cultural.

Em grande parte dos centros umbandistas é utilizado um conjunto formado por três atabaques denominados Rum, Rumpi e Lê. O Rum, o maior dos três, é o que possui o som mais grave, se destacando na percussão. É ele o responsável por ditar o ritmo e acompanhar os pontos cantados. O Rumpi é o atabaque intermediário, produzindo um som semelhante ao do Rum, é usado como acompanhamento do atabaque principal (Rum). O menor dos três é o Lê, diferenciando-se dos demais, pois é usado como contratempo.



Figura 4: Os atabaques Rum, Rumpi e Lê (ordenados da esquerda para a direita).

Os responsáveis por tocar os atabaques nos terreiros são chamados de Ogãs. Para ocupar o cargo, além das habilidades musicais, é necessário não ser médium de incorporação, isto é, não receber os espíritos em estado de transe. Os Ogãs, além da execução dos atabaques, muitas vezes também têm a função de puxar os cantos dentro dos trabalhos da casa. Existem também outros instrumentos de percussão que são executados junto com os atabaques, como o agogô, chocalho, triângulo, pandeiro etc.

Objetivos da pesquisa

O objetivo principal da pesquisa é realizar um levantamento dos terreiros de Umbanda na cidade de Aracaju, Sergipe, identificando suas origens e seus respectivos pontos cantados, especialmente dos Pretos-Velhos que representam a matriz negra da religião. Para isso a pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

Verificar quantos terreiros existe na cidade de Aracaju.

Conhecer as atividades realizadas em cada terreiro.

Levantar informações sobre a origem de cada terreiro.

Transcrever e analisar os pontos cantados dos Pretos-Velhos nos terreiros de Aracaju/SE.

A Pesquisa

Neste presente momento a pesquisa se encontra em fase inicial, pois o projeto teve início em julho de 2014. Nossa primeira providência na busca pelo levantamento das casas de culto umbandistas de Aracaju foi procurar a Federação Umbandista de Sergipe, localizado no Bairro Getulio Vargas. Infelizmente não houve colaboração da federação para indicar, a princípio, onde seria possível encontrar alguns terreiros. Diante desta situação, procuramos o professor e pesquisador Fernando Aguiar que gentilmente nos indicou algumas casas de Umbanda. Ao visitar algumas casas, pedimos informações para cada terreiro sobre outras casas e assim por diante, como se diz popularmente, “num trabalho de formiguinha”. Assim, nesta fase da pesquisa, podemos constatar que o cenário umbandista aracajuano se encontra em um momento delicado: grande parte dos terreiros que visitamos se encontra de luto pela morte dos seus pais e mães de santo. Na Umbanda, quando há a perda do sacerdote o terreiro não realiza cerimônias num período que pode variar de seis meses a um ano. Neste período, a comunidade do terreiro espera a definição do novo pai ou mãe de santo. Cada terreiro tem o seu tempo de luto, fundamental para administrar a perda sentimental dos filhos de santo do terreiro, e sua forma de escolha do seu novo líder espiritual. Diante desta circunstância, ainda não foi possível investigar a atuação e o repertório musical dos Pretos-Velhos.

Considerações finais

Espera-se que esse projeto contribua para valorização do patrimônio cultural e religioso afro-brasileiro. O levantamento dos diversos terreiros umbandistas e o registro dos seus repertórios musicais é uma forma de manter suas histórias e tradições. O Preto-Velho é uma entidade de suma importância dentro desta religião, cuja música ou ponto cantado revela sua trajetória e a sua função no universo da Umbanda.

O mapeamento dos terreiros e centros de Umbanda cria uma poderosa ferramenta de informação, pesquisa e identificação dos centros, suas raízes e espaços ocupados nos contextos culturais e do cotidiano de Aracaju. Acreditamos que os resultados desta pesquisa poderão servir de referência para futuros estudos, análises e projetos, bem como para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para manutenção e fomento das culturas de matrizes afro-brasileiras.

Referências Bibliográficas

BARBOSA JÚNIOR, A. B. **Curso Essencial de Umbanda**. São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

BORGES, M. R.. **Gira de Escravos: A Música Dos Exus e Pombagiras no Centro Umbandista Rei de Bizara**. Dissertação (Mestrado em Música/ Etnomusicologia) - Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

_____. **A Prática Musical dos Caboclos: o Centro Umbandista Rei de Bizara (Salvador, BA)**. Tese (Doutorado em Música/ Etnomusicologia) – Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, E. S. **Umbanda de Pretos-Velhos: a tradição popular de uma religião**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências da Religião, Instituto Superior de Educação La Salle, UNILASALLE, Niterói, 2005. Disponível em: <http://povodearuanda.files.wordpress.com/2009/07/umbanda-de-pretos-velhos-a-tradicao-popular-de-uma-religiao.pdf>

PINTO, T. O. Som e Música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 221-286, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v44n1/5345.pdf>

SARACENI, Rubens. **Doutrina e Teologia da Umbanda Sagrada: a religião dos mistérios um hino de amor a vida**. São Paulo: Madras Editora, 2014.

UMBANDA. In: Ferreira, A. B. **Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GT 6:

PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS DENTAIS /t/ e /d/ ANTECEDIDA DA SEMIVOGLAL /y/ NAS COMUNIDADES DE PRÁTICA SERGIPANA

Autora: Valéria Santos Sousa

Graduanda em Letras- Português pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista FAPITEC (UFS/SE)

valeriawinx@live.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (DLEV/UFS)

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo analisar a ocorrência da palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecidas por glide, de acordo com os estudos da sociolinguística variacionista, a fim de verificar os efeitos da variável gênero/ sexo nas comunidades de práticas “PIBID de Matemática”, que é um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal de Sergipe e o *praesidium* “Mãe da Divina Graça”, situado no povoado Açuzinho, município de Lagarto-SE.

A sociolinguística é o ramo da linguística que investiga as relações entre língua e sociedade, e tem como foco analisar o comportamento linguístico de determinadas comunidades. *A sociolinguística desenvolveu-se entre a década de 1950 e 1960, sendo dividida em duas áreas: a sociolinguística interacional, que estuda a linguagem no processo comunicativo em meio social a partir do papel que o indivíduo desempenha; e a sociolinguística variacionista, que se preocupa com a mudança linguística que ocorre em determinado contexto social.*

A Sociolinguística Variacionista é uma abordagem proposta por William Labov, na década de 1960. A partir de seus estudos ele evidenciou que a língua é heterogênea e não homogênea, pois em seu uso real esta sofre constantemente modificações, possuindo regras variáveis, pois a língua em seu uso real sofre modificações quando o falante se comunica. Como afirma Tarallo, as “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” (1986, p. 8).

Partindo desse princípio de heterogeneidade e variação, evidencia-se que a linguagem é constituída pela interação dos indivíduos de uma determinada comunidade que

compartilham os mesmos ideais, crenças e valores linguísticos. Para Freitag (2010, p.47), “uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meios de redes comunicativas diversas”.

O fator sexo/ gênero é determinante para observar os efeitos de prestígio social, a fim de verificar como se comporta o traço linguístico quanto aos falares, femininos e masculinos. Coulthard (1991) indaga “se há diferenças entre o estilo interativo de homens quando falam com homens, e os de mulheres entre si ou homens se comportam de maneira diferente quando conversam com mulheres ou vice e versa”.

Os estudos de Paiva (1992) e Mota (2008) apontam que “as mulheres tendem a conservar e liderar processos de mudança linguística em que as formas envolvidas são de prestígio, já os homens independem da forma de prestígio social”.

Um processo de mudança pode ser a instalação de uma forma prestigiada socialmente ou estigmatizada, que infringe padrões linguísticos vigentes. A distinção entre esses dois tipos de mudança permite definir com maior clareza o papel da variável gênero/sexo nos processos de mudança (PAIVA, 2003, p. 36)

Partindo dessas premissas, procuramos investigar quais as diferenças entre os falares femininos e masculinos nas duas comunidades em análise, tomando como base os fatores extralinguísticos escolaridade, faixa- etária e localização geográfica. Nosso foco é a análise em torno da palatalização das oclusivas dentais antecédida da semivogal /y/ em duas comunidades de práticas distintas.

“A palatalização é um fenômeno particular de assimilação sofrido por certas vogais e consoantes em contato com um fonema palatal” (DUBOIS, 2004, p. 448). Quando as oclusivas dentais /t/ e /d/ ocorrem antecédidas por glide assimilam-se podendo produzir fonologicamente os alofones /tʃ/ e /dʒ/. Diversos estudos realizados em torno da palatalização da oclusiva dental diante da semivogal /y/ apontam resultados sociais diferenciados, considerando a natureza heterogênea e variável da língua, já que a palatalização é condicionada por fatores sociais, como a faixa etária, gênero/ sexo, escolaridade.

1 Metodologia

A metodologia adotada nessa pesquisa implicará em dois níveis : um é o nível macro, seguindo a sociolinguística clássica, aos moldes labovianos, que categoriza os sujeitos da pesquisa segundo critérios como sexo, idade, escolaridade e classe socioeconômico; e o outro é o nível micro, que visa focar o levantamento de dados em comunidades de prática, nesse nível faz-se necessário realizar uma abordagem de base etnográfica. A etnografia aplicada aos estudos sociolinguísticos tem envolvido diferentes procedimentos e caracteriza-se pelo envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação de entendimento dos dados coletados, fazendo com que ele tome parte de alguma atividade peculiar da comunidade. “Nesse método, os dados coletados podem ser feitos em narrativas ou história de vida, entretanto, não se pode de maneira alguma perder o ponto chave da etnografia, que é a descrição contextualizada dos fenômenos pesquisados” (SILVA; OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2010). Com base nisso, decidimos analisar as mudanças linguísticas ocasionadas pelos variáveis gênero/sexo e faixa etária nas comunidades de práticas “Mãe da Divina Graça” e o “PIBID de Matemática” utilizando essas duas metodologias para o levantamento dos dados.

O primeiro passo da metodologia foi identificar as duas comunidades de práticas que possibilitassem estudar a questão do gênero em relação à faixa etária, o “PIBID de Matemática”, na Universidade Federal de Sergipe e o *praesidium* “Mãe da Divina Graça”, no povoado Açuzinho, município de Lagarto-SE. Nosso segundo passo foi realizar visitas frequentemente nesses dois ambientes, após o primeiro contato iniciamos a realização das anotações de campo para logo após fazer as gravações das reuniões, o primeiro passo foi observar o comportamento dos membros das comunidades para descrever e fazer um estudo detalhado sobre a história da região e do grupo com a finalidade de identificar fatos que pudessem ser relevantes para análise dos dados. Já, para o terceiro passo cuidadosamente foi elaborado um roteiro para a comunidade de prática do PIBID e o *praesidium* Mãe da Divina Graça de acordo com o fator sexo/ gênero e escolaridade para que fosse possível analisar algumas nuances linguísticas.

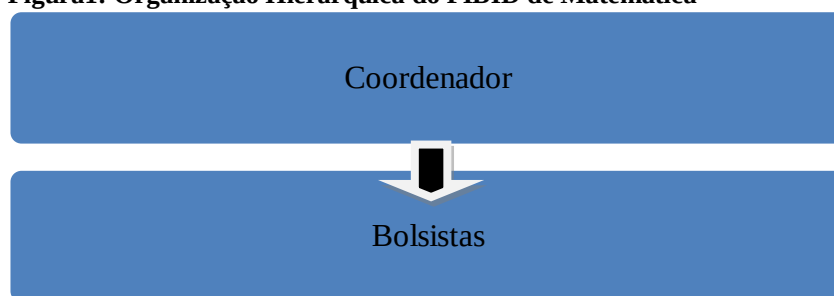
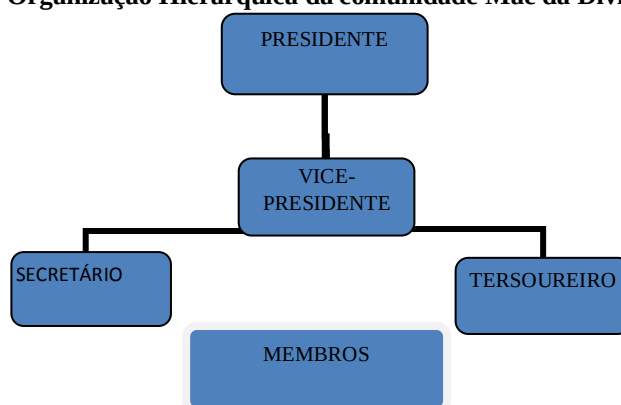
Em seguida realizamos as entrevistas individuais, nessa etapa optamos em fazer a entrevista dos membros. De cada comunidade foi essencial selecionar as entrevistas dos informantes considerando os que tinham maior interação no grupo. As entrevistas duraram em média 40 a 60 minutos com a finalidade de captarmos nuances, estilos, e marca identitárias e os papéis sócios pessoais dos informantes.

1.1 Comunidades analisadas

O PIBID de matemática, atualmente conta com a participação de 15 bolsista, possuindo 2 voluntários. Possuem 12 homens, incluindo o coordenador, 6 mulheres. Os membros do PIBID são compostos por estudantes de faixa etária entre 20 a 27 anos, possuindo o mesmo nível de. O grupo se reúne no departamento de matemática no campus de São Cristóvão – SE, uma vez por semana, toda quinta-feira. Os membros dessa comunidade residem em diferentes municípios (Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e São Cristóvão), porém eles passam a maior parte do tempo no município de São Cristóvão, no bairro Rosa Elze, zona urbana, onde fica localizado a Universidade e as escolas cujas atividades são aplicadas. Já a comunidade “Mãe da Divina Graça”, grupo de cunho religioso, possui no total 13 membros, composto por 4 oficiais, e 9 membros, entre, crianças e adultos. Com o passar dos anos o grupo cresceu e se espalhou pela paróquia Santa Luzia. A maioria dos membros são pessoas mais velhas entre 51 a 83 anos; com um nível de escolarização bastante diversificado, indo do fundamental menor ao ensino superior, e também pessoas não escolarizadas, todos residentes da zona rural, no povoado Açuzinho em Lagarto/SE; os assuntos por eles debatidos são referentes a: religiosidade, família, trabalhos voluntários etc.

Diante das assimetrias existentes entre as comunidades descritas acima, nós acreditamos que essas distinções influenciam na ocorrência ou não da palatalização de /t/ e /d/ antecidas por glide. Levamos, também, em consideração a relação de hierarquia, ou seja, de poder, uma vez que ambos os grupos apresentam uma hierarquia bem demarcada, e analisamos em quais momentos eles se monitoram mais, nas reuniões, ambiente onde o indivíduo apresenta sua face pública, ou nas entrevistas individuais, momento privado no qual ele está menos preso às pressões sociais.

Para exemplificar como essas comunidades estão organizadas hierarquicamente, apresentamos as figuras 1 e 2.

Figura1: Organização Hierárquica do PIBID de Matemática**Figura2: Organização Hierárquica da comunidade Mãe da Divina Graça**

1.2 Processo da análise de dados

Para que pudéssemos dar início ao processo de análise da palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida pela semivogal /j/ nas comunidade de prática PIBID e o *praesidium* Mãe da Divina Graça, primeiramente, cabe destacar que as transcrições foram iniciadas no software *Exmeralda*, porém foi necessário transferir as transcrições para o *Transcriber*, logo após, foi realizada a codificação de dados pelo software *Rstúdio*. Posteriormente, para a realização da quantificação dos dados linguísticos colocamos a tabela de codificação de dados no software *Goldvarb* para obtermos o número total, percentual e peso relativo em relação à palatalização das oclusivas dentais nas comunidades de práticas.

2 Comunidades de Práticas

Nesta seção, apresentamos a descrição das comunidades de práticas investigadas: o PIBID de Matemática e o Praesidium Mãe da Divina Graça. A escolha dessas comunidades deu-se pelo fato de ambas nos possibilitarem estudar de que forma fatores externos contribuem para a construção de uma identidade linguística.

2.1 PIBID de Matemática

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como intuito em apoiar os estudantes de licenciatura plena das instituições de Ensino de Superior pública. Os principais objetivos do projeto são: a incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio; valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente; melhoria da qualidade da educação básica.

Embora, o edital do PIBID tenha sido lançado no ano de 2007, e só foi implementado nas universidades que aderiram ao programa no ano de 2009. Em junho deste mesmo ano, o PIBID de matemática iniciou suas atividades na Universidade Federal de Sergipe. A seleção para o PIBID ocorre da seguinte forma: primeiramente acontece através de um edital interno; os coordenadores estabeleceram quatro critérios para seleção dos bolsistas: a disponibilidade de horário e a carta de intenção com peso 3, e os outros dois são a MGP e a entrevista individual com peso 2. Logo no início do programa, no Departamento de Matemática, foram selecionados 9 bolsistas; após dois anos, ampliado para 15.

O grupo PIBID, atualmente conta com a participação de 15 bolsista, possuindo 2 voluntários. Possuem 12 homens, incluindo o coordenador, 6 mulheres. Os membros do PIBID são compostos por estudantes de faixa etária entre 20 a 27 anos, possuindo o mesmo nível de. O grupo se reúne no departamento de matemática no campus de São Cristóvão – SE, uma vez por semana, toda quinta-feira. A reunião inicia às 9 horas e encerra às 12 horas; para discutir os assuntos.

2.2 Comunidades de Práticas “Mãe da Divina Graça”

A comunidade *Praesidium* Mãe da Divina Graça situa-se no povoado de Açuzinho/SE. Trata-se de uma associação de católicos, denominada Legião de Maria. Essa Legião foi criada por Dona Petronila da Conceição Santos Souza no município de Lagarto/SE, especificamente no povoado de Açuzinho. No dia 2 de outubro de 1988 foi realizada a primeira reunião da Rosa Mística da Legião de Maria na Igreja Santa Rita de Cássia (*Praesidium*), povoado Açuzinho – paróquia Santa Luzia Colônia Treze – Lagarto, Sergipe. Nesta reunião compostas de religiosos estavam participando 26 membros, sendo 4 oficiais; entre eles, Sr. Edvaldo Firmo de Cerqueira, primeiro presidente do grupo, assumiu essa função há 10 anos; quando tinha 47 anos, era lavrador; junto com dona Eralda Menezes de

Santana foi à vice-presidente e Dona Petronila da Conceição Santos Souza (fundadora do movimento no povoado) e outros expandiram esse movimento.

Em 1989, o grupo teve que ser desmembrado, pois o grupo havia ultrapassado a quantidade de membros, com isso, surgiu a comunidade da Mãe da Divina Graça. A Mãe da Divina Graça possui no total 13 membros, composto por 4 oficiais, e 9 membros, entre, crianças e adultos. Com o passar dos anos o grupo cresceu e se espalhou pela paróquia Santa Luzia.

3 Resultados e discussão

Para a realização da análise da palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida pela semivogal /Y/ foram considerados os seguintes fatores sociais: grupo, sexo/gênero e escolaridade.

Realizando uma análise dos dados gerais, observa-se que a localização influencia no repertório linguístico, pois os indivíduos que residem na capital estão sujeitos a não palatalizar, já, os indivíduos que residem em povoados tendem a palatalizar com frequência.

Tabela 1: Palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida por glide

COMUNIDADES DE PRÁTICAS	Não Palatalizaram		
	Aplicação/Total	%	Peso relativo
PIBID	836/850	98,4%	0,61
AÇUZINHO (MÃE DA DIVINA GRAÇA)	629/979	64,2%	0,39
TOTAL	1465/1829	80,1%	

Na tabela 1, podemos observar que os estudantes da comunidade de prática do PIBID não palatalizam em 98,4% dos contextos, ou seja, em quase todos os contextos foi realizada a variante dental, ao passo que a comunidade do povoado de Açuzinho não palatalizou em 64,2% dos contextos. Esse resultado deve-se pelo fato dos estudantes do PIBID morarem na zona urbana, mas também por estarem cursando o nível superior, já, a comunidade “Mãe da Divina Graça” palataliza mais possivelmente porque o povoado é localizado na zona rural e alguns dos membros não são escolarizados.

Tabela 2: Grupo de ocorrência palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida por glide

Faixa etária	Não Palatalizaram		
	Aplicação/total	%	Peso relativo

18 a 30 anos	705/714	98,7%	0,82
31 a 49 anos	532/640	83,1%	0,27
mais de 50 anos	228/475	52%	0,23
TOTAL	1465/1829	80,1%	

Significância: 0,010

A tabela 2 apresenta resultados por faixa etária e vemos que o grupo de 18 a 30 anos é o que mais conserva a forma de prestígio, em seguida o grupo de 31 a 49 anos ainda conserva a forma de prestígio; mas é o grupo com mais de 50 anos que mais utiliza o fenômeno.

Tabela 3: Palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida por glide fator sexo/gênero

Não Palatalizaram			
SEXO/GÊNERO	No./total	%	Peso relativo
Masculino	654/735	89%	0,41
Feminino	811/1094	74,1%	0,56
TOTAL	1465/1829	80,1%	

Significância: 0,010

Em relação ao fator sexo/gênero, os informantes homens apresentaram em sua fala maior uso das variantes em análise, preferindo a realização dento- alveolar (a variante prestigiada) com peso relativo de apenas 0,41, as mulheres, por sua vez, o fizeram em 0,56. A aplicação, o percentual e o peso relativo do uso não palatalizado de /t/ e /d/ de homens e mulheres das comunidades de prática “PIBID de Matemática” e “Mãe da Divina Graça” são exibidos na tabela 3. .

Tabela 4: Palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedida por glide fator escolaridade

Não Palatalizaram			
ESCOLARIDADE	No./total	%	Peso relativo
DOUTORADO	180/186	96,8%	0,91
NÍVEL SUPERIOR	925/955	96,9%	0,64
ENSINO FUNDAMENTAL	167/235	71,1%	0,29
4ª SÉRIE	193/453	57,4%	0,15
TOTAL	1465/1829	80,1%	

Significância: 0,010

Quanto ao fator escolarização, na tabela 4, podemos observar que o fenômeno ocorre com mais frequência em membros com menos escolaridade.

Com esse resultado, é possível afirmar que os fatores sexo/gênero, escolarização, idade e contexto social influenciam nos resultados da palatalização.

Conclusão

Portanto, nossos resultados apontam que a palatalização das oclusivas dentais ocorre com maior frequência na zona rural, e o processo é influenciado pelos fatores como: contexto social, sexo/gênero, escolaridades, faixa etária. Pessoas mais velhas, não escolarizadas, residentes da zona rural tendem a palatalizar as oclusivas dentais /t/ e /d/ antecedita por glide por estarem em um ambiente propício a mudança. Diferentemente dos informantes mais jovens, escolarizados, de sexo feminino e masculino, residentes da zona urbana, que conservam a forma de prestígio.

Constatamos que a forma prestigiada é utilizada na maioria das situações por mulheres, por sua vez, os homens apresentam mais o uso da palatalização das oclusivas dentais antecedita por glide. Cabe ressaltar do fato de ambas as comunidades analisadas possuírem uma construção hierárquica definida, faz com que os membros sejam influenciados pelo repertório linguístico de seus líderes.

Referências Bibliográficas

- COULTHARD, Malcolm. **Linguagem e sexo**. São Paulo: Ática, 1991.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; LIMA, GERALDA DE OLIVEIRA. **Sociolinguística**. São Cristóvão: CESAD, 2010, p. 47. Sou EVENTO
- MOTA, Jacyra. **Como fala o nordestino**: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Resumo. In: I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. I SIMELP. São Paulo: USP - FFLCH, 2008. v. 1.
- PAIVA, Maria da Conceição de. **A variável gênero/sexo**. In: Maria Cecília Molica; Maria Luiza Braga (orgs.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. PAIVA, Maria da Conceição. Sexo. In: MOLLICA, M. (Org.) Cadernos didáticos UFRJ: **Introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- PAIVA, Maria da Conceição de. **A variável gênero/sexo**. In: Maria Cecília Paulo: Contexto, 2003, p. 36.

SILVA, M. O. L. ; OLIVEIRA,S.S ; PEREIRA,V.A ; LIMA,M.G.S.B . **Etnografia e pesquisa qualitativa**: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). LNE EVENT

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COLÔNIA DE ASSENTAMENTO MANOEL DIONÍSIO CRUZ

Autora: Tatiane Santos da Cruz

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista Voluntária do PIBIX

tatiane.cruzz@hotmail.com

Co-autora: Izabella Santos de Macedo Carvalho

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista Voluntária do PIBIC

izamace@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Neise Mare de Souza Alves (DGE/UFS)

INTRODUÇÃO

O Brasil, como outros países da América Latina, apresenta registros no seu território que são heranças do período colonial, a exemplo das grandes propriedades de terras – os latifúndios. A concentração da terra produziu um elevado contingente de trabalhadores no campo sem terra. Assim, as tensões e conflitos sociais tornaram-se crescentes na zona rural brasileira, favorecendo a organização de movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por outro lado, como forma de controlar tal situação o Governo Federal passou a promover um modelo de Reforma Agrária, com a implantação de assentamentos rurais, estando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por estas ações.

O Nordeste é a região com a segunda maior população e se destaca por uma estrutura fundiária que revela forte concentração de terras. A atuação do MST propiciou a instalação de famílias em assentamentos rurais em todos os estados nordestinos, inclusive em Sergipe, apesar das dificuldades impostas pelo clima Tropical Semiárido, ou seja, irregular distribuição e escassez de chuva.

No estado de Sergipe, dos setenta e cinco municípios trinta e dois estão inseridos no polígono das secas. Dentre estes, Canindé de São Francisco onde está situada a Colônia de Assentamento Manuel Dionísio Cruz. Desde agosto de 2009, cento e dezessete famílias tomaram posse dos lotes que serão irrigados, cujas dimensões que variam entre 12 (doze) e 15 (quinze) tarefas.

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados preliminares dos estudos desenvolvidos sobre o perfil socioeconômico das famílias da Colônia de Assentamento

Manuel Dionísio Cruz, caracterizado a partir dos indicadores – educação, saúde e renda. Além disso, aborda sobre as relações sociais presentes na comunidade.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este estudo abrange uma pesquisa de cunho socioeconômico. Portanto, requer a adoção de metodologias que permitam a participação da população-alvo enquanto sujeitos, como propõe Freire (1987).

Além da análise qualitativa, contempla ainda a análise quantitativa, uma vez que possibilita conhecer o quadro com “[...] questões ou problemas específicos. Adota tanto em um quanto em outro a utilização de questionários e entrevistas (DALFOVO, et al, 2008, p. 05)”. Com isso, deve-se levar em consideração a representatividade da informação o modo de vida da comunidade.

A concepção deste estudo se harmoniza com os princípios sistêmicos de Bertalanffy (1973) uma vez que o homem ao interagir em determinado espaço geográfico – transforma a paisagem, pois interfere na dinâmica natural, e ao mesmo tempo estabelece fluxos de relações sociais.

MATERIAIS E PROCEDIMENTOS

Esta proposta envolveu como procedimentos: levantamento bibliográfico sobre a temática – livros e artigos, que propiciaram uma análise reflexiva; levantamento de dados secundários sobre a população de Canindé de São Francisco, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), que permitiram ter noção prévia do contexto social e econômico onde se inserem os assentados; levantamento de material cartográfico do Projeto RADAMBRASIL (BRASIL, 1983), para conhecimento das características regionais da área onde se encontra o assentamento; trabalhos de campo, para aplicação do roteiro de entrevistas semi-estruturadas junto às famílias assentadas e observação participante.

As observações efetuadas visaram identificar como se desenvolvem as principais atividades econômicas e as práticas associadas a elas – o plantio, o manejo do solo, entre outros. Nessas ocasiões, um dos assentados que atuava como guia do grupo, formado por estudantes e professor, prestava informações. Durante estas atividades e eram feitos registros escritos em caderneta de campo e fotográficos, com câmera digital.

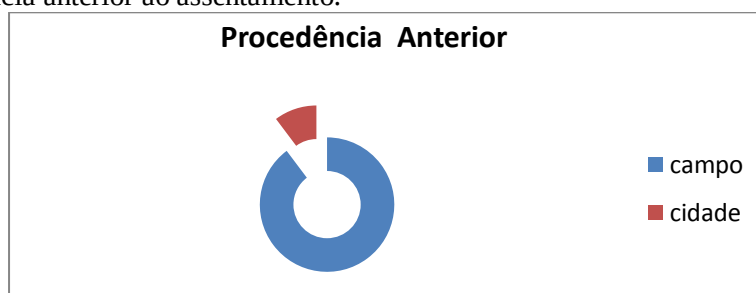
As informações obtidas durante as entrevistas permitiram que estes dados fossem, posteriormente, analisados e tabulados, tendo sido confeccionados gráficos e tabelas. As questões elaboradas contemplavam os aspectos social, econômico e ambiental.

Embora, o assentamento seja constituído por cento e dezessete famílias, foram entrevistadas trinta e nove, devido a exiguidade do tempo para a realização do projeto de extensão e a distância do local em relação à Universidade. Para a aplicação dos questionários considerou-se o critério da distribuição das casas nos diferentes setores do assentamento.

RESULTADOS PRELIMINARES

A realização das entrevistas na Colônia de Assentamento Manuel Dionísio Cruz, permitiu alcançar os seguintes resultados parciais, uma vez que ainda não foram concluídas as tabulações e interpretações dos dados. Das cento e dezessete famílias assentadas, foram entrevistados trinta e nove proprietários dos lotes, que correspondem ao percentual de 33%. Dos assentados que responderam às questões, a maior parte informou que procede do campo, enquanto uma pequena minoria são oriundos de cidade (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Procedência anterior ao assentamento.



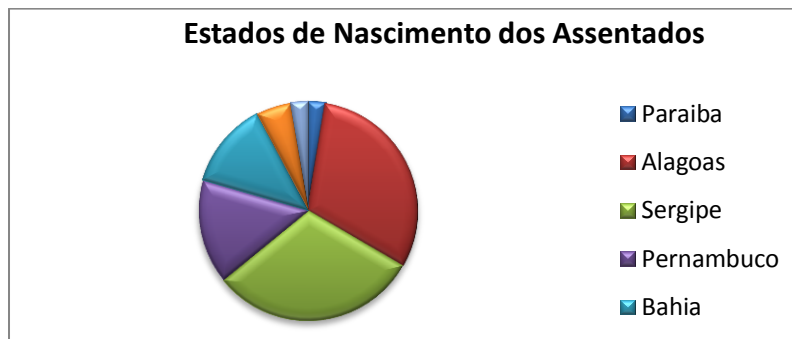
Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

As pessoas assentadas são de diversos estados, predominando os da região Nordeste, dentre estes: Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Ceará. Foi citado também o Paraná, estado da região Sul do país (Gráfico 02).

Foram catalogados os municípios de origem dos entrevistados: Nova Olinda/ CE, Canapi/AL, Pão de Açúcar/BA, Pedro Alexandre/ BA, Malhada Nova/BA, Mata Grande/ BA, Santana do Ipanema/BA, Dois Riachos/BA, Canindé de São Francisco/SE, Gararu/SE, Nossa Senhora das Dores/SE, Carira/SE, Poço Redondo/SE, Monte Alegre/SE, Porto da Folha/SE,

Floresta do Navio/PE, Limoeiro/PE, Corrente/PE, Garanhuns/PE, Iati/PE, Águas Belas/PE, Assaí/PR e Londrina/PR.

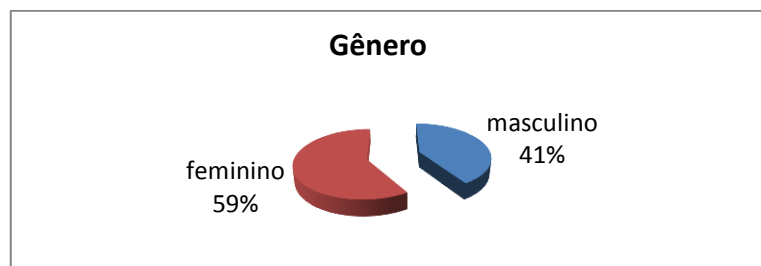
Gráfico 02 – Estados de origem dos assentados.



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

O Gráfico 03 demonstra que as mulheres predominam como proprietárias dos lotes, correspondendo a 59% do total de entrevistados. Em contrapartida os homens aparecem com um percentual de 41%. Essa realidade reflete as políticas públicas de proteção a mulher, pois em caso de separação dos cônjuges, a mesma não fica desamparada com os respectivos filhos.

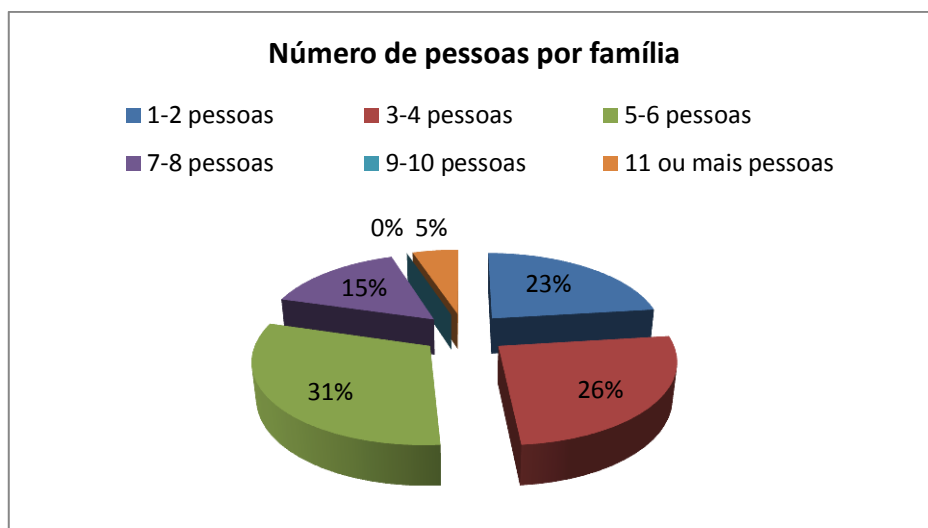
Gráfico 03 – Número de assentados por gênero.



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

Dados verificados durante a pesquisa permitiram representar no Gráfico 04 o número de pessoas por família. Constata-se que os grupos familiares predominantes estão compostos por 5 a 6 pessoas – 31%, seguidos de 3 a 4 e de 9 a 10 indivíduos, que correspondem respectivamente aos percentuais – 26% e 23%. Muitas destas famílias são constituídas pelo casal, filhos e netos.

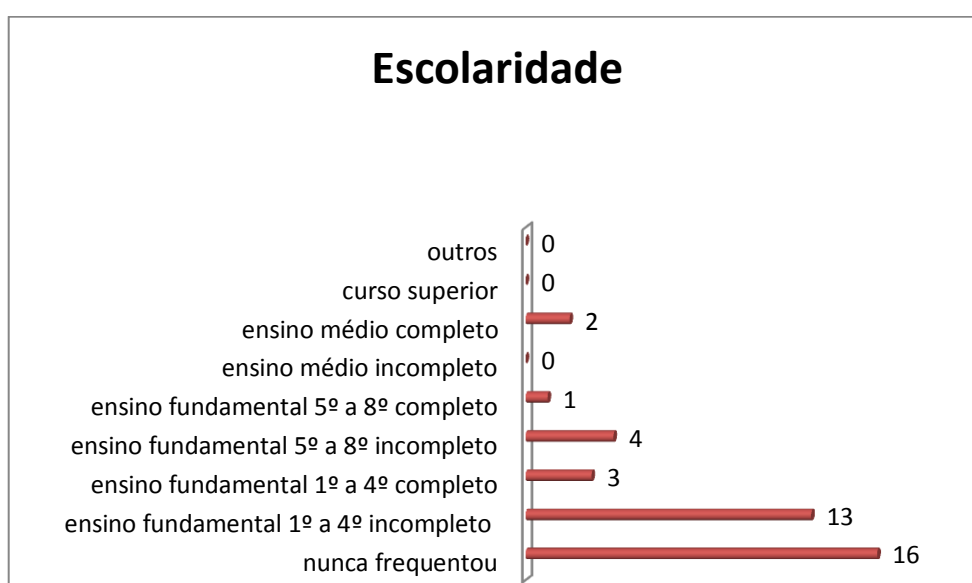
Gráfico 04 – Número de pessoas por família



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

Quanto à educação, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), entre 2000 e 2010 o município de Canindé de São Francisco apresentou um crescimento em termos absolutos. No entanto, pode ser constatado que o analfabetismo ainda permanece alto entre os assentados, correspondendo ao percentual de 41% dos entrevistados. Apesar desse dado, há pessoas na comunidade assentada com diferentes níveis de escolaridade (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Escolaridade



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

No assentamento o número de crianças em idade escolar é elevado. Os pais são os maiores incentivadores e declaram não querer para os filhos o mesmo destino que o deles (quando analfabetos ou semi-analfabetos). Pela manhã as crianças aguardam o transporte público escolar que as recolhe e conduzem até o povoado Curituba, onde se situa a escola.

A sobrevivência da comunidade assentada, em parte, é obtida das atividades econômicas desenvolvidas nos lotes, com destaque para os cultivos de subsistência. Os entrevistados declaram que o tamanho dos lotes é diferenciado, para compensar a ocorrência de áreas com afloramentos de rocha, pois reduz a disponível para o plantio. Por esse fator natural, os lotes possuem tamanhos que variam entre dez e quinze tarefas, a fim de que nenhum proprietário seja prejudicado.

No Gráfico 06 pode ser observada a principal destinação econômica nas terras. A agricultura familiar de subsistência predomina, com os plantios de milho e feijão, respectivamente, com os percentuais de 24% e 21% dos lotes. A produção obtida destina-se ao consumo do proprietário e sua família. Quando há um excedente, este costuma ser comercializado na feira local.

Gráfico 06 – Cultivos dos lotes



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

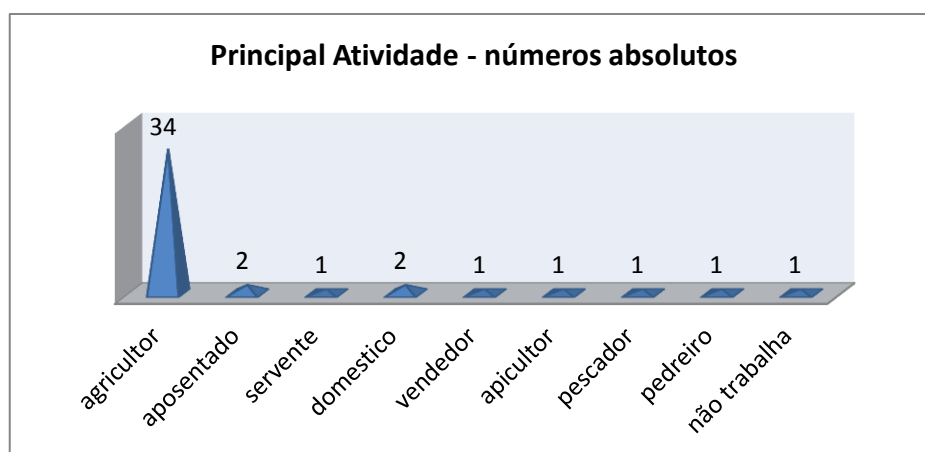
Na atualidade está sendo introduzido o plantio da palma, que já está ocupando cerca de 15% dos lotes, uma vez que esta espécie se adapta bem às condições de deficiência hídrica

e às características dos solos da área. Nem todas as famílias assentadas podem desenvolver este cultivo, pois dependem de projetos do Governo Federal que liberam recursos para financiar esta produção.

Vale salientar que além da agricultura existe a criação de galináceos, caprinos e abelhas. A apicultura tem se revelado como uma alternativa econômica. Atualmente, um pequeno grupo de assentados está desenvolvendo a produção de mel. Entretanto, afirma que no período de estiagem prolongada as abelhas migram para outras áreas, devido a não floração das espécies da Caatinga e à escassez de água, e aquelas que permanecem são alimentadas por eles na tentativa de conservar o enxame, mas a produção de mel é reduzida.

Quando indagados sobre as atividades laborais exercidas antes de conquistarem os lotes, a maioria dos assentados respondeu ser agricultor, correspondendo a 87% dos entrevistados. Alguns responderam que além dessa atividade exerciam e/ou exercem outras, como forma de complementar a renda familiar. Foi observado também, entre os entrevistados, que existem pessoas aposentadas (Gráfico 07). De modo geral, o proprietário e familiares trabalham na produção agrícola nos lotes, sendo poucos aqueles que contratam diaristas.

Gráfico 07 – Principal atividade econômica exercida pelos assentados

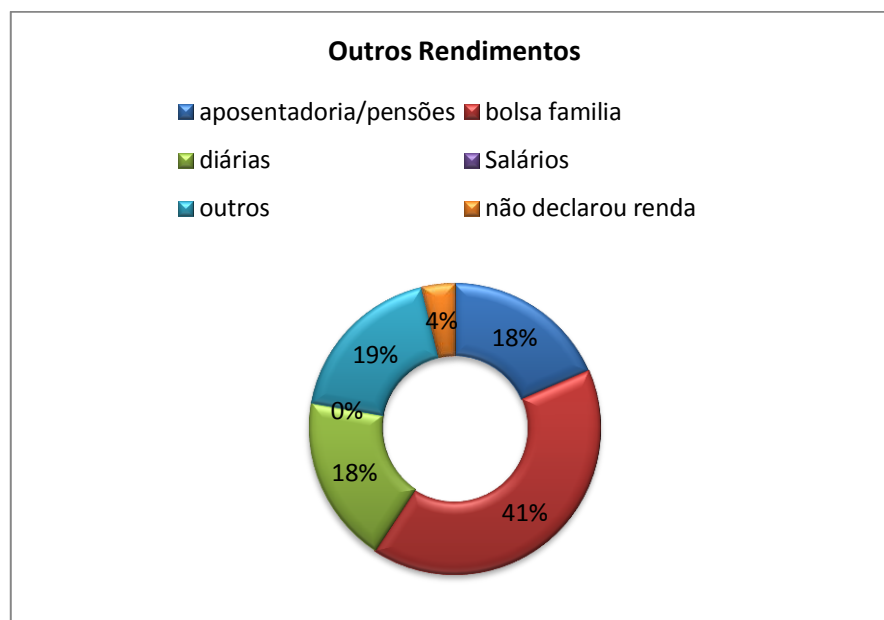


Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

Diante das dificuldades para assegurar maior produtividade na agricultura e garantir a sua subsistência, pode-se constatar que as famílias têm a renda complementada por políticas públicas compensatórias do Governo Federal, a exemplo da Bolsa Família e da Prefeitura Municipal – Bolsa Canindé (GRÁFICO 08). Das famílias assentadas e entrevistadas, 41% recebem a Bolsa Família, 18% têm a renda oriunda de aposentadorias e pensões e, este

mesmo percentual corresponde outras atividades laborais sem vínculo empregatício – são prestadores de serviço diaristas, que atuam como pedreiro e agricultor, entre outras.

Gráfico 08 – Outros rendimentos dos assentados



Fonte: Projeto de extensão, 2014
Organização: CRUZ, T. S.da, 2014.

Apesar das dificuldades atribuídas pelas condições naturais do meio ambiente, população assentada procura manter-se com a agricultura de subsistência. E as políticas públicas são complementares, assegurando a permanência das famílias no assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais problemas apontados pela população da Colônia de Assentamento Manuel Dionísio Cruz, como sendo um fator limitante e que compromete o seu desenvolvimento encontra-se a seca – associada ao clima Tropical Semiárido. Além disso, o fato do projeto de irrigação, que vai abranger a área dos lotes onde estão situadas as residências, não ter sido implementado, contribui para que as dificuldades se agravem.

Na área do assentamento predomina a agricultura familiar e as famílias entrevistadas garantem a sua sobrevivência e permanência nos lotes com auxílio de políticas públicas do Governo Federal e Municipal. Os assentados acreditam que uma vez implantado o projeto de

irrigação, eles poderão obter melhor renda e conseqüentemente, melhor qualidade de vida na comunidade. A pesquisa ainda não foi finalizada e os resultados até o momento são considerados satisfatórios.

REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**: folha SC.24/25 Aracaju/Recife: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1983. 851 p. (Levantamento de Recursos Naturais,30).

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IDHM - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Município de Canindé de São Francisco, 2013.

GT 7:

PASSADO COMO CONTESTAÇÃO DO PRESENTE: AS MEDIEVALIDADES EM O SENHOR DOS ANÉIS

Autor: Andrey Augusto Ribeiro dos Santos

Graduando em História – UFS

Bolsista PET História – UFS

Integrante do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)

e-mail: andrey_long@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

O Senhor dos Anéis é uma estória de fantasia épica criada pelo britânico John Ronald Reuel Tolkien. Lançada entre os anos de 1954 e 1955, em três volumes, a obra narra a batalha dos povos livres de um local fictício, chamado Terra Média, contra as ambições tirânicas de Sauron que pretende escravizá-los sob seu domínio. Nesta batalha há um artefato importante, um anel que abriga todo o poder deste ser maligno, e é dito que se ele o recuperar estariam acabadas as esperanças dos povos livres nesta guerra. Assim, a narrativa acompanha um grupo de personagens que tem como missão levar este anel até as terras de Sauron - na Montanha da Perdição, único lugar onde o objeto pode ser destruído - e os desdobramentos causados por eles na tentativa de cumprir esta demanda.

Depois de um começo modesto estima-se que *O Senhor dos Anéis* tenha vendido cem milhões de exemplares e *O Hobbit*⁷⁵ sessenta milhões em todo o planeta, com estes números crescendo em torno de três milhões por ano. Para atestar ainda mais seu sucesso podemos apresentar também o fato de cada livro ter sido traduzido para trinta línguas, além da palavra *hobbit* estar incluída no *The Oxford English Dictionary*. (WHITE, 2013. Pg. 221)

Com todo este sucesso é difícil não ter algum tipo de contato com estas obras hoje em dia, logo, também é difícil não perceber as várias influências que se encontram nas estórias, tendo o autor as utilizado conscientemente ou não. A experiência de Tolkien com o Inglês Antigo e sua forte religiosidade são perceptíveis durante a leitura, mas o que mais nos chamou a atenção para este trabalho foi a aproximação entre a Terra Média e o Medievo.

⁷⁵ Livro do mesmo autor lançado anteriormente e que abriu caminho para o lançamento da obra trabalhada aqui.

Assim, sabendo como a Literatura sempre foi uma área próxima da História - inclusive suscitando por muito tempo discussões sobre suas semelhanças e diferenças - e de como esta tem o poder de demonstrar através de mundos imaginários, experiências e opiniões de autores sobre o seu mundo, revelando aspectos menos visíveis aos historiadores sobre um certo período é que pensamos em iniciar esta pesquisa.

Analisando a trilogia de livros, a biografia de Tolkien e mais um conjunto de 350 cartas deste autor pretendemos discutir neste artigo as referências medievais contidas em *O Senhor dos Anéis*. Estas ficaram muito mais evidentes nos filmes, devido aos seus recursos imagéticos, mas, como demonstraremos, nos livros também ficam explícitas, denotando aquilo que temos defendido como hipótese de pesquisa: o quanto o Medievo influenciou na obra de Tolkien e converteu-se numa fuga da Modernidade.

Um conceito indispensável para as reflexões feitas foi o de Medievalidades, citado por José Rivair Macedo. Ele nos explica que estas são manifestações onde a Idade Média aparece apenas como uma referência fugidia, muitas vezes estereotipada, estando muito presente em manifestações lúdicas e obras artísticas, fazendo com que estas possuam um certo índice de historicidade. Porém, o Medievo pode ser bem mais impreciso quando inspira temas produzidos pela indústria cultural, e é indiscutível o quanto esta explora essas manifestações.

Segundo Macedo, é justamente a estes traços fantasiosos que podemos atribuir o sucesso deste Medievo, esta Idade Média “sonhada” possui uma relação com o vazio deixado pela sociedade de consumo, em que o indivíduo é pulverizado e valores tradicionais são reiteradamente banalizados. A evocação dos refúgios familiares de uma floresta encantada ou da segurança simbolizada pelo castelo teria algo a ver com a busca de um retorno às origens quase míticas, afirmando que no imaginário produzido pela cultura de massa atual a Idade Média é percebida como um “refúgio frágil e infantil”. (MONGELLI, 2009. Pg. 18)

É muito importante ressaltar que dentro deste meio o mundo criado por J.R.R. Tolkien é amplamente utilizado como referência, estando nas origens da criação deste estereótipo de Idade Média. Não alegamos que o próprio Tolkien tenha feito isto intencionalmente, mas por ter sido um filólogo especializado em Inglês Médio e tendo simpatizado com o estudo de idiomas nórdicos antigos fica claro que seu trabalho o influenciou na montagem do seu mundo literário, deixando evidente que a Idade Média foi uma de suas inspirações, fazendo com que suas obras carreguem várias referências a este período, como veremos neste artigo.

O MEDIEVO DE J.R.R. TOLKIEN

Começaremos as reflexões a partir das referências a este que sempre foi um tema muito apreciado por Tolkien, além de seu instrumento de trabalho, a mitologia nórdica. Para o ocidente os povos nórdicos sempre foram tidos como bárbaros, porém, nos anos 1960 a historiografia conseguiu dar uma nova concepção a eles, reabilitando-os ao contexto dos tempos medievais, mostrando a complexidade de sua cultura e como ela interferiu na do ocidente, marcando-a até hoje.

Neste campo as fontes que mais nos interessam são as literárias, pois foram os tipos de documentos com os quais Tolkien teve contato no seu trabalho como filólogo, e foi a partir delas que sobreviveram as histórias que inspiraram o autor. Destas a mais importante para a nossa discussão será a *Prose Edda* ou *Edda poética*, obra datada do século XII, quando o cristianismo já estava estabelecido, mas ainda havia interesse pelas lendas pagãs dos deuses. Nesta época os velhos mitos começavam a se apagar na cabeça dos mais velhos e os mais jovens eram criados no aprendizado cristão, ocorreu então a um erudito islandês chamado Snorri Sturlusson a ideia de escrever sobre estes mitos, antes que eles sumissem definitivamente.

Ao analisarmos a obra de Sturlusson podemos perceber inspirações trazidas por Tolkien da *Edda Poética* para *O Senhor dos Anéis*. Nas raças que habitam a Terra Média podemos observar uma destas inspirações. Os elfos de Tolkien remetem aos elfos da mitologia nórdica, habitantes do círculo de Alfheim, apontados como belos assim como os que habitam a Terra Média. Nos anões da literatura tolkiana temos uma referência ainda mais direta aos seres de mesmo nome dos contos de Sturlusson, já que as duas espécies são descritas quase da mesma forma. Numa carta endereçada a um fã, o próprio autor comenta estas similaridades, porém, não deixa bem explícito a real diferença entre os seres criados por ele com os presentes nos mitos nórdicos. (CARPENTER, 2006. Carta 29, pg. 40)

Mas, é numa narrativa presente na *Edda poética* que reside a influência com maior papel em *O Senhor dos Anéis*. No conto intitulado *O resgate da lontra* há um anel mágico e dourado que possui o poder de trazer ouro ao seu dono, porém, se o objeto caísse em outras mãos o seu único poder seria trazer ruína ao usuário. Em *O Senhor dos Anéis*, temos claramente representado o anel deste conto no Um Anel.

Como já explicado no início deste artigo este artefato é o centro da narrativa e em vários trechos fica evidente como o Anel tem o poder de causar o mal por onde passa, chegando até a possuir vontade própria e escolher seu portador, assim como a hora em que o deixa, sempre tentando retornar as mãos do seu verdadeiro dono, trazendo assim desgraça e

discórdia a seus portadores, com exceção do seu mestre legítimo, semelhantemente ao anel dourado do conto da *Edda poética*.

Saindo das referências à mitologia nórdica e nos focando nas aproximações encontradas entre paisagens e personagens da Terra Média com a sociedade do Medievo, é perceptível como o cenário demonstrado na história nos remete em muito ao da Alta Idade Média, começando por seu plano de fundo. Ainda no Condado podemos perceber como há uma situação muito parecida com o declínio comercial e urbano que a Europa passou logo após a queda do Império Romano.

É dito que quando os Hobbits migraram para a região, que viria a ser conhecida como Condado posteriormente, havia um reino que governava grande parte das terras do norte da Terra Média, Arnor. Assim, o líder dos hobbits teve que pedir permissão ao rei de Arnor para entrar no território e dele recebeu o direito de manter a terra, desde que fizessem a manutenção de pontes e estradas, facilitando a passagem dos mensageiros do rei, e que reconhecessem o poder real. Porém, devido a guerras com invasores e intrigas entre os herdeiros do trono, este reino se desfaz, mais precisamente após a morte do suposto último descendente da linhagem real. Assim, os hobbits criaram o que era para ser um sistema de governo provisório próprio, até a volta do rei, que não ocorre até o fim de *O Senhor dos Anéis*. (TOLKIEN, 2000. Pg. 04)

Além da situação política, podemos perceber também um pouco da dinâmica comercial do Condado, que lembra muito uma economia predominantemente de subsistência, como a da Europa logo após a queda de Roma. Durante a Alta Idade Média a fragmentação, enfraquecimento e desordem advinda da queda do Império Romano causaram o declínio do comércio, não sua extinção, mas uma redução significativa, reduzindo-o a uma escala regional. Bem como ocorre no Condado, um comércio regionalizado, principalmente se tratando de produtos alimentares, com alguns artigos que saem ou entram do Condado. A influência da queda de Arnor neste declínio comercial fica mais aparente ainda quando, ao descrever Bri, uma aldeia ao leste do Condado, é dito como ela havia sido um grande ponto de convergência de pessoas, quando a estrada ainda era segura e o comércio mais intenso, mas com o esvaziamento das terras devido à queda do rei tudo isso acabou. (TOLKIEN, 2000. Pg. 155)

Junto com o comércio as cidades também sofreram um declínio durante o início da Idade Média, não sendo mais nem a sombra do que foram durante o auge do Império Romano. É claro que, assim como o comércio, elas não desapareceram totalmente, e algumas sobrevivem devido à autonomia das elites urbanas, ao desenvolvimento da função episcopal e

ao fraco controle dos reis germânicos. Voltando à região próxima ao Condado, encontraremos uma paisagem muito semelhante, com poucas povoações pequenas e distantes entre si. (TOLKIEN, 2000. Pg. 154)

Outro efeito do declínio urbano são as grandes extensões de terra cobertas pela natureza, já que com o recuo das cidades, esta pôde avançar sobre a paisagem. (BASCHET, 2006. Pg. 102) Em *O Senhor dos Anéis* essa referência fica bem explícita ao longo de todo o desenrolar da história. Durante as jornadas dos personagens, graças ao grande prazer de Tolkien em descrever paisagens, o que mais percebemos durante a leitura é o quanto a natureza prevalece na Terra Média, algumas vezes bela e reconfortante, outras terrível e agressiva.

Todas as análises feitas até agora apontam aspectos presentes na obra que estão bem próximos do que apontam os pesquisadores do Medieval, porém, como já deixamos explícito anteriormente, *O Senhor dos Anéis* é responsável por uma gama de estereótipos sobre Idade Média que até hoje está incrustada em vários meios da indústria cultural. Um dos mais recorrentes clichês, e que deve muito a Tolkien, é o dos exércitos medievais gigantescos, que na obra costumam ultrapassar a conta dos milhares. Este mito foi desmentido há muito tempo pelos medievalistas, que provaram que as condições em que viviam a sociedade medieval não permitiriam exércitos de tal amplitude. (GARCÍA FITZ, 1998.)

A chamada “castelanização do ocidente” foi fundamental para o estabelecimento da aristocracia. Os castelos eram os pontos de ancoragem em torno dos quais os senhores definiam seu domínio, e eram o coração prático e simbólico do poder destes sobre terras e homens. A função defensiva era evidente e a princípio o castelo consistia numa moradia para o senhor, seus servos e soldados. Ele também era um centro de exploração rural e artesanal, onde se reunia o tribunal senhorial e também centro de poder, já que era onde os camponeses pagavam tributos. Se apropriando do terreno mais elevado o castelo dominava o território, como o senhor dominava os habitantes das suas terras, no fim, um símbolo da hegemonia da aristocracia e sua posição dominante e separada naquela sociedade. (BASCHET, 2006. Pg. 112)

Seguindo a sua caracterização medieval, *O Senhor dos Anéis* também nos mostrará vários castelos e fortalezas que se aproximam muito do que é escrito pelos medievalistas. Durante a história, a função defensiva deste tipo de construção será extensamente utilizada e veremos vários cercos onde, na grande maioria das vezes, os personagens principais se defendem dos exércitos do Senhor do Escuro.

A aristocracia, dominante no Ocidente Medieval era caracterizada pela união do comando dos homens e pelo poder sobre a terra e atividades guerreiras. Seus critérios de definição não paravam de variar, é por isso que alguns pesquisadores preferem utilizar o termo *aristocracia* ao invés de *nobreza*, pondo a ênfase na dominação social exercida por uma minoria cujos contornos permaneceram por muito tempo abertos e fluídos. (BASCHET, 2006. Pg. 109) Ela vinha de grandes famílias que remontavam à aristocracia romano-germânica, surgida das alianças entre elites romanas e germânicas durante a queda do Império Romano perpetuando um modelo real degradado, ou seja, um conjunto de valores que exprimiam sua antiga participação na ordem pública, porém, desgastado na medida em que esse passado ficava mais longínquo.

Só no final do Medievo é que se delimitará a nobreza como uma categoria fechada e definida por um conjunto de critérios estritos, o sangue primordialmente. (BASCHET, 2006. Pg. 110) Tolkien usa muito esse valor do sangue, podemos vê-lo na diferença sempre bem afirmada entre os Homens Médios e os chamados Homens do Ponente. Estes são uma raça dita superior aos outros homens, devido ao seu parentesco com os elfos e uma dádiva concedida pelos Valar⁷⁶, e que, mesmo em menor número, tem sua superioridade frente aos homens menores, como também são chamados os Homens Médios, frequentemente lembrada.

Outro traço característico da sociedade medieval que está muito presente em *O Senhor dos Anéis* são as relações feudo-vassálicas. Estas, ao contrário da visão clássica, que as colocava como um sistema homogêneo e bem estruturado, tem provado hoje que sua ocorrência era condizente a um ou dois por cento da população da época. Isto não faz com que ela perca a importância nas relações dentro da classe dominante, mesmo que não fosse a única forma de laço que assegurava solidariedades e distribuição de poder dentro da aristocracia, já que tinha a capacidade de criar uma relação ao mesmo tempo próxima e hierárquica, com um valor quase familiar.

Esta relação se dava da seguinte forma: o vassalo era homem do seu senhor e o servia de acordo com as obrigações do costume feudal, estas variavam de região para região, mas três aspectos prevaleciam: a obrigação da incorporação aos empreendimentos militares do senhor, a ajuda financeira e o bom aconselhamento.

Destas, a obrigação militar era particularmente importante e era a partir dela que se montavam os exércitos feudais. Um senhor também concedia um feudo ao vassalo, que dava a este as condições para manter suas obrigações e manter sua posição. Mais do que um bem, um

⁷⁶ Seres equivalentes aos deuses da Terra Média.

feudo era a concessão de um poder senhorial, podendo este ser uma terra e seus habitantes ou um direito particular, por exemplo, o de exercer justiça, recolher uma taxa ou cobrar um pedágio.

A relação vassálica era instituída por um ritual, a homenagem, que era constituída de três partes: a homenagem propriamente dita; um engajamento verbal do vassalo, se declarando homem do senhor; seguida pelo gesto da *immixtio manuum*, onde o vassalo, ajoelhado, punha sua mão entre as do senhor, deixando expressa uma relação hierárquica onde fidelidade correspondia a proteção. (BASCHET, 2006. Pg. 123)

A segunda parte correspondia ao juramento, prestado sobre a bíblia, seguido de um beijo entre o vassalo e o senhor, nas mãos ou na boca. Por último, vinha a cessão do feudo, feita através da entrega de algum objeto simbólico, um punhado de terra, ramo de palha, galho ou bastão. Assim era montado o ritual que consolidava uma relação ao mesmo tempo hierárquica e igualitária, uma hierarquia entre iguais, estruturando as diferenças internas da aristocracia. É importante afirmar que não existia apenas um modo de feudalidade, e sim feudalidades, que variavam de região para região.

Na estória encontramos muitos exemplos dessas relações, grande parte delas na região em que estão presentes Gondor e os feudos ao seu redor. Como durante a narrativa todos estes locais se encontram em estado de guerra não pudemos analisar se as outras obrigações presentes nos tratados vassálicos são efetuadas pelos vassalos de Gondor, mas a principal delas aparece muito bem, e os governantes destas regiões ao sul, mesmo apresentados como grandes senhores, comparecem ao chamado do seu regente para lutar contra os exércitos de Sauron, compondo a maior parte do efetivo militar da cidade. Outro fator bem aparente são os juramentos, estes que são a base da cerimônia necessária para se colocar a serviço de alguém na obra lembram muito uma homenagem medieval, podemos atestar isso no trecho que mostra o juramento do personagem Pippin ao regente de Gondor, Denethor. (TOLKIEN, 2000. Pg. 798)

Porém, nestas relações montadas por Tolkien, o que se percebe é uma inexistência de tensões, uma harmonia total, assim, em quase todos os momentos, o que vemos são bons senhores com vassalos de uma honra inabalável que cumprem seus juramentos sem pestanejar. Vemos esta romantização também na inexistência dos termos mais exploratórios das relações feudo-vassálicas, a ajuda financeira que tinha que ser dada ao senhor pelo vassalo, por exemplo, em nenhum momento na estória é citada a não ser para falar da época da queda dos Homens do Ponente, quando eles estavam se tornando mesquinhos e exploravam os homens menores exigindo altos tributos. Até o dever vassálico mais presente

em *O Senhor dos Anéis*, a obrigação militar, é amenizada devido ao valor honroso colocado na ação de lutar contra Sauron.

Outro grupo que também é romantizado na obra de Tolkien são os cavaleiros. No Medievo, estes formavam um grupo constituído, cujo estatuto foi melhorando até se fundir com a nobreza. Mesmo sem que essa unificação tenha ocorrido de forma plena, a absorção foi tão forte que com o tempo era difícil assumir o status de nobre sem ser um cavaleiro. (DUBY, 1989)

Era uma função normalmente designada a filhos de nobres, que se sagravam cavaleiros através do *adoubement* – ritual que supunha a assimilação de valores do grupo e de competências físicas que faziam alguém apto ao ritual – foi a partir desta cerimônia que foram integrados novos homens à nobreza, o que a salvou do declínio. Com o tempo a guerra nobre se tornou um compromisso a cavalo e lutar no chão era considerado indigno.

O equipamento militar deste grupo aperfeiçoou-se durante a Idade Média, e consistia em: cavalo adestrado para o combate; espada de lâmina dupla; a loriga ou cota de malha em ferro; o elmo protegendo nuca, face e nariz; o escudo e a lança longa, os dois últimos adicionados ao fim do século XI. Todo o equipamento somado pesava, aproximadamente, quinze quilos. Mas este conjunto era caro e consta-se que eram necessários cento e cinquenta hectares de terra para assumir as atividades de cavalaria. (BASCHET, 2006. Pg. 116)

Tolkien os traz para sua história através dos habitantes das terras de Rohan. Chamados de Senhores dos Cavalos, ou rohirrim, que após socorrerem Gondor numa guerra passada ganharam uma terra na qual morar, além de manter uma relação vassálica com este reino. Eles incorporam quase todas as referências da cavalaria, começando pelo seu arsenal militar, já que seu uniforme de guerra é praticamente igual ao que é apontado pelos medievalistas como descrito na sua primeira aparição. (TOLKIEN, 2000. Pg. 450) Além disso, a referência medieval destes personagens é atestada pelo próprio Tolkien numa carta onde ele os compara aos cavaleiros da *Tapeçaria Bayeux*.⁷⁷ (CARPENTER, 2006. Carta 211, pg. 268.)

Mas, não é apenas nos instrumentos de guerra em que a referência fica explícita, sua conduta também remete aos cavaleiros do Medievo. Na medida em que ocorreu a unificação da aristocracia com a cavalaria, consolidaram-se os códigos de valores deste grupo. O primeiro valor era a proeza, que pode ser entendida por: força física, coragem e habilidade no combate, e de maneira específica a essa sociedade a honra e a fidelidade, mesmo que tivessem

⁷⁷ Um imenso tapete bordado, datado do século XI, que descreve os eventos-chave da conquista normanda da Inglaterra por Guilherme I, notadamente a batalha de Hastings.

um menosprezo pelos humildes, muitas vezes comparados aos cavalos montados pelos nobres.

O segundo, prodigalidade, distinguia os cavaleiros pela sua capacidade de despende e distribuir. Para isso, eles frequentemente praticavam o butim, sendo descritos por quem não era nobre como ávidos e cheios de cobiça. Faziam isto para manter ornamentos, festas suntuosas, cortes numerosas que lhes davam mais prestígio e para manter as despesas militares necessárias a sua posição, além de manifestar caridade aos pobres. Porém, estes gestos se diferenciavam da caridade, virtude cristã que devia ser realizada pela humildade de um laço fraternal, já que para eles tratava-se de distribuir com excesso e ostentação para afirmar sua superioridade e poder. (BASCHET, 2006. Pg. 118)

Com a Igreja exercendo um papel importante na estruturação e unificação da cavalaria ao redor de um ideal, a distinção entre bons e maus cavaleiros apareceu e com ele um esforço da Igreja para transmitir a este grupo os antigos valores reais de justiça e paz. Assim, o bom cavaleiro era aquele que colocava sua força e coragem a serviço de causas justas, como a defesa da Igreja e dos humildes, enquanto o mau cavaleiro era pilhador, tirânico e ímpio. Esse ideal de cavaleiro se tornou o eixo da estrutura deste grupo. Assim, a cavalaria ganhava legitimidade já que, ao mesmo tempo que o clero se esforçava para enquadrá-los, afirmava que o ofício das armas era necessário e desejado por Deus, desde que para fins justos.

Analisando os rohirrim podemos dizer que Tolkien se utilizou deste modelo de bom cavaleiro da Igreja Medieval, já que eles demonstram quase todas as características elevadas dos bons cavaleiros e em nenhum momento as dos maus. Exceto talvez contra os exércitos de Sauron, o que se configura como uma guerra justa, visto que este pretende acabar com a liberdade de todos os povos livres da Terra Média. Além disso, seu valor em batalha se mostra indiscutível durante a narrativa, e em vários momentos eles demonstram uma coragem e habilidade de combate muito caros nos conflitos em que participam.

O último aspecto a ser demonstrado aqui será como o chamado amor cortês aparece na obra. Um dos grandes impasses entre Igreja e Cavalaria foi a sexualidade e as práticas matrimoniais, esta tensão foi atenuada com o advento do *fin'amors*, ou amor cortês na expressão do século XIX. Este era a afirmação de uma arte refinada do amor, que marcava a superioridade dos nobres e os distinguia dos dominados, que só podiam conhecer o amor vulgar ou obsceno.

Um dos aspectos que chamava a atenção nele era a inversão do papel da mulher, que assumia a posição de senhor feudal em relação ao seu pretendente através da relação amorosa, a fidelidade vassálica era exaltada e posta à prova através de uma série de testes impostos pela

dama. O amor cortês era então uma ascese do desejo, que era mantido irrealizado tanto tempo quanto o possível, para que crescesse em intensidade e fosse sublimado por atos cavaleirescos realizados em nome da amada. O *fin'amors* promovia assim um culto do desejo: convencido de que a paixão cessava com o alcance de seu objetivo, fazia de sua impossibilidade a fonte do mais alto júbilo. (BASCHET, 2006. Pg. 120)

Em *O Senhor dos Anéis* temos um exemplo de amor cortês na relação entre os personagens Aragorn e Arwen. Este relacionamento enfrenta diversos obstáculos, principalmente raciais, já que ela é uma elfa e ele um homem, mesmo que da raça do Ponente. Contrariando tudo isso, mesmo assim eles se apaixonam, porém, para conseguirem ficar juntos, Aragorn tem de se provar digno de tal relação, já que ela não desistiria de sua dádiva⁷⁸ por uma causa menor, como o pai dela explica a ele. (TOLKIEN, 2000. Pg. 1124)

Durante a narrativa, veremos então Aragorn passar por diversas provas e sofrimentos, sempre superando-os através de força e nobreza até conseguir chegar ao trono dos reinos dos homens, que é quando finalmente pode se casar com a elfa. Não podemos esquecer também que a relação de Tolkien com sua esposa e a dificuldade pela qual eles passaram para ficar juntos podem também ter influenciado na criação deste romance. (WHITE, 2013.)

CONCLUSÃO

Analisando a biografia e as correspondências pessoais de Tolkien pudemos perceber como ele era um crítico ferrenho da época na qual viveu, direcionando pesadas críticas a quase todo os aspectos do progresso cada vez mais veloz que ocorria na época. Assim, defendemos que Tolkien, como expectador de grande parte dos eventos do século XX - e tendo odiado profundamente as mudanças ocorridas nesta época – teria recorrido a um Medievo em grande parte utópico, onde a honra e grande parte das virtudes que valorizava, e que para ele estavam sendo desvalorizadas em favor das políticas da modernidade, estavam presentes. Podemos dizer assim, que ele se utiliza da Idade Média na sua obra como ferramenta de contestação as transformações da sua época.

Mesmo percebendo que esta visão do Medievo não é a que deveria ser difundida, se mostrando como um dos principais entraves à diminuição do vazio que há entre o conhecimento produzido no mundo acadêmico com o do grande público, nosso objetivo foi demonstrar como Tolkien, um acadêmico do século XX, utilizou-se de características típicas da História Medieval e criou a partir dela representações que deram à sua obra *O Senhor dos*

⁷⁸ A dádiva aqui se refere à vida eterna concedida aos elfos, que é perdida quando eles se unem aos homens em matrimônio.

Anéis, não podemos negar, originalidade e traços que a mantém, ainda hoje, como uma das obras literárias mais lidas e de influência na História.

Mesmo assim, acreditamos que o estudo das Medievalidades, que ainda sofre um relativo preconceito dentro da academia, pode ajudar os historiadores a lidar com essas manifestações de uma maneira melhor e diminuir esse abismo tão profundo que há tanto tempo separa o mundo acadêmico do grande público.

REFERÊNCIAS:

ALVARO, B.G.; PRATA, R.C. As ideias não correspondem aos fatos: Luzes sobre a Idade Média. **Gnarus: Revista de História**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.10-15, nov. 2012. Disponível em: <http://issuu.com/gnarusrevistadehistoria/docs/gnarus1>

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso - História e Literatura**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

CARPENTER, Humphrey; TOLKIEN, Cristopher. **As cartas de J.R.R. Tolkien**. Curitiba: Arte e Letra Editora, 2006.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. **Deuses e Mitos do Norte da Europa**. São Paulo, Madras, 2004.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ESTEVES, Lenita Maria Rimoli. Tolkien e a literatura Celto-Germânica. Entrevista realizada por CAMPOS, Luciana de; LANGER, Johnni. **Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos**, v. 5, n. 1, p. 151-154, 2005. Disponível em: http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/tolkien_e_a_literatura_celto.pdf

GARCÍA FITZ, Francisco. **Ejércitos y actividades guerreras em la Edad Media europea**. Madrid: Arco Libros, 1998.

LANGER, Johnni. **Deuses, monstros e heróis: ensaios de mitologia e religião nórdica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACEDO, José Rivair. **Introdução - Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem**. In: ____; MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MONTEIRO, Maria do Rosário. O Senhor dos anéis: Mitos, História e Fantasia. **Revista História**, ano XXIV, Série III, p. 53-55, jan. 2003. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/rmonteiro/pdf/LOTR_rmonteiro.pdf

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

TOLKIEN, J.R.R. **O Hobbit**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

____. **O Senhor dos Anéis**. Volume único. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

____. **O Silmarillion**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WHITE, Michael. **J.R.R. Tolkien: O Senhor da fantasia**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013.

REACIONÁRIOS VIRTUAIS: O DISCURSO AUTORITÁRIO ATRAVÉS DA PÁGINA “CANAL DA DIREITA”

Autor: Paulo Roberto Alves Teles

Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFS
pauloteles_aju@hotmail.com

Orientador: Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

1.0. Introdução

“(…) O ciberespaço possui o caráter de sistema dos sistemas mas, por isso mesmo, também é o sistema do caos. Máxima encarnação da transparência técnica, acolhe, no entanto, devido à sua irreprimível profusão, todas as opacidades do sentido. Desenha e redesenha a figura de um labirinto móvel, em extensão, sem plano possível, universal, um labirinto com o qual o próprio Dédalo não poderia ter sonhado. Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica, eu a chamo o «universal sem totalidade». Constitui a essência paradoxal da cybercultura (...)” (LÉVY, p.111, 2009)

O dilúvio. É sobre essa realidade que se debruçam os historiadores no alvorecer do século XXI devido a revolução dos meios de comunicação proporcionada pela internet. Ferramenta capaz de produzir a divulgação instantânea da informação, a rede mundial oferece aos historiadores novos desafios metodológicos e novos campos de pesquisa, especialmente, no que se refere ao uso desse ciberespaço por inúmeros grupos e movimentos sociais.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as razões para a construção do discurso autoritário apresentado pela página brasileira *Canal da Direita* exibida através da Rede Social Facebook e que tem a frase *Sim, somos reacionários; nossa reação é contra tudo que não presta* como slogan de abertura de sua página. Auto-definida como organização política, o *Canal da Direita* foi lançado em 15 de maio de 2013 e tem como principal administrador o usuário Rafael Novais. Atualmente a página apresentou um crescimento de 38 mil 836 curtidas para 129 mil 269 curtidas entre março e outubro de 2014. Um espantoso e compreensível crescimento diante do cenário eleitoral que o país apresenta.

A página ainda exibe uma cartilha, cuja missão é “*Preservar as liberdades individuais e a propriedade privada em oposição a conceitos coletivistas e ao Estado paternalista*”. Além disso, ela se posiciona claramente em defesa daquilo que ela entende como: “*Valores cristãos, Família, Pátria Brasileira, Democracia, Direito de Propriedade, Liberdades individual e econômica, Forças armadas, Justiça, Redução da Maioridade penal e Direito ao porte de*

arma”. E ainda combate: “Doutrinas marxistas, Socialismo, Comunismo, Nazismo, Agenda LGBT (e não contra homossexuais), Aborto, Liberação das Drogas”¹. No entanto, apesar de ser bastante claro naquilo que pretende, a página é repleta de equívocos conceituais, apresenta posturas autoritárias e revisionistas, além de postagens caracterizadas pela defesa de comportamentos presentes em manifestações do fascismo ressurgente discutido por Robert Paxton (2007).

O discurso misógino e a convocação da sociedade para uma suposta tentativa de golpe político são também nítidos e presentes nesse ciberespaço. Alicerçados por um suposto combate ao comunismo, os seguidores da página elegem como representantes de suas ideias inúmeras figuras públicas, especialmente Olavo de Carvalho, o Deputado Federal Jair Bolsonaro, a jornalista Raquel Sheherazade, artistas como Lobão e Danilo Gentili.

2.0. O Historiador e a Internet: Novos desafios e novas abordagens.

A construção do passado ou produção da memória deve ser realizada a partir de uma confluência de informações e, sobretudo, de uma metodologia capaz de compreender o “tempo” histórico no qual a memória foi produzida e no qual ela será divulgada. E exatamente nesse aspecto que os historiadores se veem diante do mesmo desafio: Como lidar com a produção de informações trazidas pela Internet?

Wikipédia, Hoax¹, ciber-ativismo, ciber-cultura, ciber-guerra são apenas alguns exemplos de ferramentas, expressões e temáticas surgidas com a Internet. E todas elas, dedicam-se de alguma forma à produção de informações sejam elas verdadeiras ou não em prol da construção do discurso sobre determinado evento. Como a produção é altíssima, a manipulação desses discursos incorre muitas vezes no prejuízo da veracidade, visto que, atendem a interesses específicos e em muitos casos, políticos-ideológicos. Os entusiastas da Internet enaltecem sobre os benefícios da propagação da informação, no entanto, é necessário alertar: Que informação é essa? Qual o tratamento dado a elas? Historiadores e jornalistas, ambos vítimas da sobrecarga, visto que é impossível controlar essa produção são certamente os profissionais mais atingidos por essa realidade. Ainda que, seja necessário estabelecer território e principalmente dissociar as atividades dos dois profissionais.

“(...) Os seres humanos criam significado interagindo com o seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da

produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança (...) (CASTELLS, p. 15, 2013).

Nesse sentido, a produção de significados e a sua imensa propagação através dos recursos oferecidos pela internet, principalmente as redes sociais, tem desafiado os historiadores do tempo presente que ainda se apresentam mal resolvidos com os seus colegas jornalistas. A construção ou reconstrução de eventos históricos e as formas de interações sociais nesse universo são obstáculos abissais para o trabalho do historiador, tanto pela falta de uma metodologia adequada como também pela velocidade de produção de informações desse veículo. No entanto, é necessário situar a dimensão das transformações em seu momento histórico, isto é, caracterizá-la como uma das ferramentas de velocidade da transmissão de informações trazidas pela Globalização¹.

Esse período caracterizado por uma metamorfose digital estaria acompanhado de avanços e retrocessos contínuos, ainda pouco estudados pelos historiadores. Nesse sentido, quais os impactos dessa realidade sobre os indivíduos? Quais as reações dos indivíduos perante essa realidade? Ao entendermos a historiografia como o estudo da produção humana ao longo tempo, os impactos trazidos pela internet anseiam pela abordagem metodológica do historiador.

O professor Dilton Cândido Maynard (2013) alerta por exemplo que a internet se tornou um espaço de disseminação de inúmeras ideias intolerantes e extremistas que propagam o ódio contra minorias e imigrantes ao redor do mundo, visto que, a internet se tornou um campo fértil e de baixo custo para a propaganda de diversos grupos marcados por posturas políticas de extrema-direita.

(...) a Internet deixou de ser um privilégio de pesquisadores, militares e nerds e se tornou um produto comercializável. O sucesso foi rápido e o potencial do novo veículo logo foi percebido por diferentes movimentos sociais e partidos políticos. Além disto, o advento da chamada Web 2.0, com a rápida difusão das redes sociais, promoveu transformações de ordem qualitativa e quantitativa na produção de informações, permitindo que grupos de baixa capacidade financeira lançassem suas ideias no ciberespaço, sendo este um aspecto ainda pouco analisado pelos historiadores quando se trata da Internet (...) (MAYNARD, p. 149, 2013).

Maynard (p. 151, 2013) aponta que a Internet foi primeiramente percebida como veículo de divulgação por grupos de extrema-direita principalmente pelas fragilidades jurídicas existentes nesse espaço (...) antes, cabe lembrar que esta apropriação foi facilitada pela falta de uma legislação específica e pela própria característica supra territorial da rede, que dificultava a ação das autoridades (...)1.

3.0. O *Canal da Direita*: Uma página de intolerância no Facebook?

Uma das primeiras análises possíveis da página *O Canal da Direita* é que ela é, antes de tudo, uma página de oposição ao governo presidido pelo PT (Partido dos Trabalhadores) instituído desde as eleições de 2003 na presidência da República brasileira. No entanto, o que se apresenta como oposição ao partido político desemboca numa enxurrada de discursos autoritários contra tudo aquilo que possa ser vinculado a políticas públicas realizadas pela gestão presidencial. Não obstante, as críticas direcionadas a presidência e suas práticas políticas provocam o aparecimento de discursos revisionistas e uma profunda oposição a quaisquer políticas pautadas em princípios norteados pelos Direitos Humanos.

Antiesquerdista e Anticomunista declarada, a página emite opiniões que consideram as práticas de Direitos Humanos como medidas de proteção a criminosos. Seu discurso é claro no que se refere às minorias: Na visão da página, elas não existem. São fruto de uma ditadura comunista e *gaysista* que vem sendo implantada pelo Partido dos Trabalhadores. E continua, com a defesa de uma intervenção militar imediata semelhante ao que aconteceu em 1964, que para eles foi uma Revolução necessária para evitar a implantação do comunismo no Brasil.

Alicerçada em ícones midiáticos e políticos como o Deputado Federal Jair Bolsonaro, os colunistas Rodrigo Constantino e Reinaldo de Azevedo, a âncora do jornal do SBT (emissora televisa) Raquel Sheherazade e no filósofo Olavo de Carvalho, a página *Canal da Direita* tem apresentado um crescimento contínuo de seguidores e consta atualmente com 129 mil 505 curtidas em outubro de 2014. Chama-nos a atenção que em março desse mesmo ano ela contava com 38 mil 836 inscritos (dados fornecidos pelo próprio Facebook). Seu último *grande* feito foi a divulgação da nova *Marcha da Família com Deus*, organizada por grupos políticos de extrema-direita que solicitavam a reedição da intervenção militar ocorrida em 1964. Dito isto, após identificar um de seus principais veículos de divulgação (a internet), uma pergunta nos instiga: Quais as razões desse discurso autoritário?

De acordo com Theodor Adorno (1950), os indivíduos que aderiram ao fascismo apresentavam uma série de elementos psicossociais que explicariam aquilo que ele considerava *personalidade autoritária*. O individualismo exacerbado, presente no mundo industrial, teria sido responsável pela produção de uma *multidão solitária*, ou, nas palavras de Adorno, *lonely crowd*, que forneceria esse ambiente psicologicamente favorável. Sua argumentação se insere na análise das opiniões, atitudes e valores, mas, sobretudo, nas atitudes. Adorno considerava o Fascismo como uma prática, que poderia ser adotada quando fosse conveniente: até lá, essa personalidade autoritária ficaria adormecida, aguardando o momento ideal para se manifestar.

No entanto, esse aspecto poderia variar de acordo com cada pessoa, visto que a sua construção estaria relacionada às interações sociopolíticas e culturais realizadas pelos indivíduos que consolidariam suas opiniões e valores. Obviamente, Adorno ainda considera que as frustrações socioeconômicas forneceria condições psicossociais para a proliferação e o amadurecimento de comportamentos antidemocráticos, pois estes seriam mecanismos de inserção desses indivíduos em grupos extremistas, ou seja, uma tentativa, ainda que desesperadora, de pertencimento e, consequentemente, de identificação.

“(...) O que outrora era exemplificado apenas por alguns monstros nazistas pode ser constatado hoje a partir de casos numerosos, como delinquentes juvenis, líderes de quadrilhas e tipos semelhantes, diariamente presentes no noticiário. Se fosse obrigado a resumir em uma fórmula esse tipo de caráter manipulador – o que talvez seja equivocado embora útil à compreensão – eu o denominaria de o tipo de consciência coisificada. No começo as pessoas desse tipo se tornam, por assim, dizer iguais às coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais às coisas. Isto é muito bem traduzido pela expressão aprontar, que goza de igual popularidade entre os valentões juvenis e entre os nazistas (...)”. (ADORNO, p. 129, 1970)

Em seu polêmico trabalho, *Educação após Auschwitz* (1970), o século XX e a sua modernidade teriam sido responsáveis por um esfriamento das relações humanas. Assim sendo, Adorno considera que a afirmação do individualismo e de suas responsabilidades consistiria em mecanismos para evitar o retorno dessas práticas. Portanto, a tecnificação da sociedade teria sido uma das responsáveis pelo distanciamento das relações humanas.

“(...) Isto se sedimentou do modo mais profundo no caráter das pessoas. O que contradiz o impulso grupal da chamada lonely crowd, da massa solitária, na verdade constitui uma reação, um enturmar-se de pessoas frias que não suportam a própria frieza mas nada podem fazer para alterá-la. Hoje em dia qualquer pessoa, sem exceção, se sente mal-amada, porque cada um é deficiente na capacidade de amar. A incapacidade para a

identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz em meio a pessoas mais ou menos civilizadas e inofensivas (...)” (ADORNO. São Paulo, 1970).

Dito isto, Adorno argumenta que a personalidade autoritária é percebida pelas suas práticas fascistas e explicada por condições subjetivas que corroborariam os seus mecanismos. Tais condições subjetivas estão relacionadas a momentos históricos que poderiam explicar práticas autoritárias realizadas por sociedades democráticas, tal como tem ocorrido desde a Alemanha dos anos 1930 até a recente postura americana com o *Patriot Act*¹, que legitimou o uso da força e de práticas de tortura pelo governo estadunidense em interrogatórios de prisioneiros considerados terroristas, em Abu Ghraib e Guantânamo.

Sendo assim, caberia à educação uma espécie de gerenciamento das diferenças para se evitar esse tipo de comportamento. Mas, no entanto, ela também falhou. É o que constata o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, ao se debruçar sobre os eventos ocorridos na ilha de Utoya (Noruega)¹, na escola judaica Ozar Hatorah, em Toulouse (França)¹ e mais recentemente em Zwickau¹. Na opinião dele, o crescimento de eventos vinculados à intolerância estão diretamente relacionados a uma ascensão das direitas conservadoras em várias regiões da Europa. Aquilo que ele denominou como *maré neonazi* tem sido marcante em países onde os péssimos índices econômicos têm como alvo, nos discursos direitistas, o imigrante.

A abordagem do professor Francisco Carlos Teixeira é, na melhor das hipóteses, preocupante, visto que ele apresenta, ao longo de suas análises, um constante processo de aproximação entre a direita conservadora mundial e grupos políticos de extrema-direita. Além disso, ele destaca inúmeros segmentos e dados que comprovam e atestam um crescimento estrondoso do fascismo ressurgente, que volta seus olhos contra imigrantes (estrangeiros em geral), muçulmanos, judeus e inúmeras minorias, associando a todos eles a responsabilidade pelos problemas socioeconômicos. No caso brasileiro, há uma espécie de onda fascista em curso que cada vez mais se apresenta como legitimadora de uma proposta segregacionista e preconceituosa em relação aos Nordeste brasileiro e os seus habitantes, casos como a propagação de discursos extremistas presentes em páginas mais recentes como a *Dignidade Médica*, chamaram a atenção do cenário midiático nacional¹, ao defender castração química contra nordestinos e minimizar eventos como o Holocausto. Dito isto, o que se percebe é que a internet proporcionou esse espaço para a propagação de ideias e práticas autoritárias devido ao seu aspecto fluído e capaz de proteger esses indivíduos das responsabilidades de seus atos.

4.0. Considerações finais

Alicerçados no argumento de exercício da liberdade de expressão, inúmeros grupos autoritários tem apresentados comportamentos e posturas preocupantes no alvorecer do século XXI. Ao mesmo tempo, o historiador se depara sobre a complexidade dessas novas manifestações sociais e o ambiente no qual elas ocorrem. As dificuldades metodológicas trazidas pela internet e pela história do tempo presente tem sido a nova fronteira dos estudos historiográficos.

Obviamente não pretendemos aqui esgotar a discussão sobre uma temática tão espinhosa, mas sim trazer provocações com o intuito de contribuir para o debate da história do tempo presente. Ao apontarmos a história digital como um subgrupo de estudos dessa historiografia, entendemos também a internet como um dos (senão o maior) obstáculos para os historiadores da atualidade. Entender o funcionamento da produção humana e as relações sociais ali construídas não é apenas necessário como também vital para a compreensão dos métodos e das formas de pensamento de inúmeros movimentos sociais, sejam eles extremistas ou não. Além disso, redefinições conceituais sobre memória, testemunho, fonte, passado e presente são urgentes diante desse novo cenário metodológico.

Assim como apontamos anteriormente, a história se dedica ao estudo da produção humana e as formas como essa se relaciona entre o passado e o presente. Ao considerarmos isso pretendemos incluir e considerar a internet como veículo e meio de produção e reprodução cultural. Cabe aos historiadores do tempo presente definir métodos necessários para a sua análise. Somente assim, evitaremos equívocos e surpresas, muitas delas infelizes, visto que os solos férteis da web também permitem o cultivo do ódio, da violência e da intolerância.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Introdução a “A Personalidade Autoritária”**. Harper. Nova York, 1950.

_____. **Educação e Emancipação**. São Paulo.ed. Paz e Terra, 1970;

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999;

MAYNARD, Dilton Cândido. (2013). **Cibercultura e extremismos: notas sobre Brasil e Argentina no tempo presente**. Sociedad y discurso, AAU, (23), 148-170;

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2013;

CASTRO, Davi de. **Saiba o que é um Hoax**. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2012/09/saiba-o-que-e-um-hoax>>. Acesso em 11 fev 2014;

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009;

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2007;

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Um estrondo na Noruega: quando o diabo bate à porta**. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5134>. Acesso em 20 fev 2013;

_____. **O retorno: é primavera em Zwickau, Alemanha**. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5423>. Acesso em 20 fev 2013;

A PRÁTICA MUSICAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SERGIPE

Autora: Lindiane de Santana

Graduando em Música – UFS

Bolsista PIBIC – UFS

lindyrion@gmail.com

Orientadora: Mackely Ribeiro Borges (DMU/UFS)

Introdução

Neste estudo investigamos a prática musical do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de Sergipe. Entendemos, através de diversas características da prática e da produção musical do MST, sua música como uma formadora da identidade coletiva do movimento em Sergipe. Assim, compreendemos que o encontro dos sujeitos sem-terra com a música possibilita processos de identificação e de produção de sentidos.

Em diversos momentos da história, a música teve seu papel na luta revolucionária. No Brasil, existiram músicas com este caráter político durante a ditadura militar, a partir de 1964, canções que traziam mensagens políticas escondidas em suas letras e que inspiravam todos que lutavam contra o regime.

Sabemos que a música é uma prática social que está presente em todas as sociedades e culturas, e que todos os seres humanos entram em contato com ela em diferentes momentos da vida. O ser humano reconhece e responde à música de maneiras distintas, de acordo com o momento e as funções que a música assume em sua vida. Para Ribeiro (2007, p. 1), o repertório de um grupo musical “tende a ser um reflexo da sociedade e contexto em que vivem”. Neste sentido, a música do MST está imbuída do seu dia-a-dia e de suas visões, valores e ideologias. Por esse motivo, se fez necessário caminhar por entre a história do MST para conhecer o movimento, seus momentos históricos, que são expressos em seu repertório, bem como para conhecer suas ideologias e visões de mundo.

A prática e produção musical do MST tem se mostrado um forte aliado em sua luta política. Vimos nelas um caráter de libertação e incentivo aos militantes na luta cotidiana contra a opressão. Ao levar sua canção em todos os seus passos (BOGO, 2002), como nas

Marchas, nas ocupações, nos atos públicos etc.; o MST faz suas reivindicações em forma de música, fazendo da canção uma arma, seja contra o “latifúndio, a ignorância ou o capital”⁷⁹.

A forma de fazer e estudar música por parte do MST foi outro aspecto importante para nossa investigação. A figura do músico, do compositor, a melhor performance e o resgate das raízes culturais foram outros temas que fizeram parte deste estudo.

Este estudo nos levou à reflexão em torno da presença e da importância da música produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe. Concluímos que, para o movimento, a experiência musical é muito mais que um elemento expressivo, mas também um elemento construtor de identidades. Além do conhecimento e a compreensão de diferentes formas de fazer música, a importância desta pesquisa perpassa também a construção de um material original a respeito da música e sua utilização no contexto de uma luta política e social no Estado de Sergipe.

Um pouco de história e uso da música

Em fins da década de 1970, em pleno regime militar, onde a sociedade lutou pela democratização do país, a economia do Brasil em crise e a agricultura sofrendo profundas transformações condicionaram o crescimento dos movimentos sociais rurais e urbanos. Neste contexto, com a necessidade de se realizar a reforma agrária, estava florescendo um movimento social, no âmbito nacional, em prol da luta pela terra e pela defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, que também inovou nas formas de se fazer política. Este movimento era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (PIANA, 2001; STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Em Sergipe, a primeira ocupação ocorreu em 1985, na Fazenda da Onça, localizada na cidade de Nossa Senhora da Glória (LAGE, 2008). De acordo com Lopes (2008, p. 160), “embora presente nas lutas desde 1985, a sua importância como ator social e político em Sergipe se dá a partir das primeiras ocupações [em 1987]”. Atualmente, neste Estado, o MST é o principal representante das organizações que lutam pela terra. Conforme dados coletados por Ramos Filho (2012, p. 10), junto à Direção Estadual do movimento em Sergipe, existem 10 mil famílias acampadas em todas as regiões do Estado.

⁷⁹ O latifúndio, a ignorância e o capital são as bases da luta do MST, é contra essas três cercas que eles lutam. (STÉDILE; FERNANDES, 1999)

Entre as lutas do MST, existe a preocupação com o resgate dos valores nacionais, “como a bandeira, o hino, as músicas e a cultura do povo brasileiro” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 124). Em um país sem autoestima que encontra-se moldado pela mídia, que uniformiza a cultura, o MST luta para que o povo recupere seu orgulho de ser brasileiro. Neste sentido, existe uma inquietação quanto à indústria cultural, pois essa busca interesses econômicos e a dominação cultural que favorece a classe dominante (PIANA, 2001). Dessa maneira, é possível afirmar que a luta contra a indústria cultural nos forneceu alguns questionamentos acerca da produção musical do MST.

De acordo com Sampaio (2002), o movimento afronta diretamente a elite brasileira quando a questiona, denuncia, exige e principalmente quando “faz política”, desafiando as estruturas de classe da sociedade brasileira. Enquanto questiona, desafia e provoca, o MST mantém escolas para seus assentados com propostas fundamentadas em alguns nomes como Paulo Freire, Vygotsky, Emília Ferreiro etc (MEIHY, 2002). Assim, os “sem-terra rompem com a longa tradição pedagógica que dissocia a prática educacional da prática política.” (MEIHY, 2002, não paginado). Dessa maneira, no MST, é possível afirmar que a música, além de uma prática política e histórica, é também considerada uma prática educativa. Neste sentido, podemos ir além e delinear uma trajetória de reflexões acerca da educação por meio da música, com música e de música. Onde a música tanto pode ser usada com propósitos não musicais, estes podem ser políticos, educacionais, históricos como meio para atingir objetivos ideológicos, como também pode ser usada com objetivos musicais, sendo uma área do conhecimento tão importante quanto outras, configurando-se como mais uma “janela” contra a “ignorância”.

Na relação entre a música e a mística, Piana (2001), Groff; Maheirie (2011) concordam que só é possível compreender a música do MST levando em consideração a importância da mística. Entende-se por mística a representação de um fato ou acontecimento que envolve música, poesia e outras manifestações artísticas. Visto que, durante a mística, a música tem o papel principal de ligar símbolos e gestos, “dando-lhes um sentido próprio” (PIANA, 2001, p.55).

De acordo com Stédile; Fernandes (1999), a mística, além de unir os sujeitos, dá sustentação as suas ideologias, transmitindo experiências, conhecimentos e práticas. E deve ser praticada sempre que houver uma aglutinação de pessoas, pois é uma forma de manifestação coletiva, que produz o mesmo sentimento na coletividade. Para Sampaio (2002),

a mística move o MST a lutar. Bernardo Mançano Fernandes define Mística da seguinte forma:

É um ato cultural e político desenvolvido por meio de diversos rituais, quando os sem-terra expressam suas leituras das realidades vividas, por meio da poesia, da música, da mímica, da pintura, da arte em geral. É também uma forma de linguagem dos iletrados que constroem [sic] suas expressões, se comunicam e se interagem na construção da consciência da luta pela terra. FERNANDES, s/d, não paginado)⁸⁰.

Descrição do estudo

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro momento foi o da pesquisa bibliográfica por meio da organização e revisão das fontes bibliográficas disponíveis (livros, banco de dados, periódicos, teses, dissertações etc.), a partir do qual foi possível solidificar a fundamentação teórica do assunto. A pesquisa bibliográfica teve como principais temas pesquisados os usos e funções da música, a identidade coletiva, cultural e musical, música e política, a história, as ideologias, a mística e a música do MST. Objetivamos analisar o caso específico da música do MST em Sergipe. Neste sentido, entendemos que o referencial bibliográfico de alguns temas é mais amplo do que o contexto que abordamos, porém, essas fontes nos deram suporte para a compreensão da prática e produção musical neste contexto específico.

O segundo momento, a pesquisa de campo, foi pautado na observação, transcrição e análise dos exemplos musicais colhidos no campo (CD's, gravações, vídeos), assim como na coleta de dados referente aos mesmos por meio de entrevistas com os principais representantes dessa música nos assentamentos sergipanos (compositores, músicos e ouvintes). A pesquisa de campo e a coleta de dados foram feitas a partir de três ações. O primeiro deles foi a análise da produção musical do próprio MST (dos acampados, assentados, assessorias e/ou mediadores) presente em livros de cantos, CDs, folhetos das músicas cantadas nos encontros e congressos nacionais e estaduais. A segunda ação corresponde às visitas realizadas na Secretaria Estadual do MST, em Sergipe, com o objetivo de buscar dados e informações acerca dos compositores mais expressivos a nível estadual, coletâneas de músicas e CDs do movimento. Foram realizados, também, contatos telefônicos e por correio

⁸⁰ Esta definição de Mística por Bernardo Mançano Fernandes pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.shtml?rd=CONFEREN657&ng=p&sc=3&th=43&se=0>

eletrônico para solicitação de material a alguns membros do Coletivo de Cultura. Nesta fase foram realizadas entrevistas com sete membros do MST, são eles: Esmeraldo (membro da direção estadual), Val, Lupércio, Pedro Munhoz, Camaleão e Sérgio (cantores, compositores, educadores musicais e membros do Coletivo de Cultura) e Jamaica (cantor e compositor), com o objetivo de perceber qual o significado e importância da música e como estas são produzidas e selecionadas pelo movimento. A terceira ação foi a observação participante do lançamento do CD *“Canção Camponesa do São Francisco: histórias, verdades, resistência”* produzido pela *Juventude do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)* e pelo *Grupo Raízes Nordestinas*. O CD apresenta composições musicais criadas por jovens camponeses e artistas populares da região do sertão de Sergipe.

Resultados e discussões

Considerando os dados coletados, pudemos destacar uma relação existente entre as entrevistas, o repertório musical do MST e a literatura produzida a respeito da música do movimento. É interessante observar que esta pesquisa nos possibilitou o conhecimento de uma vasta produção e prática musical que, dentro de suas características, revela um processo de formação da identidade coletiva do MST.

Podemos dividir o repertório musical do MST em dois grupos: o primeiro é a sua produção musical, aquela feita pelos acampados, assentados, assessores e/ou mediadores do/para o movimento, e o segundo grupo são as músicas que são produzidas fora do movimento, mas que carrega consigo as causas sociais, portanto, ideologias e valores que são compartilhados pelo movimento.

Esta pesquisa se deteve no conhecimento do primeiro grupo de artistas, porém, a importância do segundo grupo para o MST foi muitas vezes citada nas entrevistas. Em se tratado de Sergipe, percebemos a presença da música em cada passo dado pelo movimento.

Durante as entrevistas, pudemos observar a importância dada à mística, neste sentido, todos os entrevistados a citaram apontando que a música, dentro da mística, “toca” e “provoca transformação”. Segundo Sampaio (2002), a mística expressa-se em uma linguagem de símbolos que une a palavra ao gesto. Seu tema normalmente está envolto à história do movimento, onde a música, a poesia e as encenações são as principais formas de comunicação e expressam os sentimentos incentivando os participantes a continuar na luta (SAMPAIO, 2002). Nas palavras de Piana (2001, p. 59):

A mística e a música do MST podem ser consideradas como dois aspectos de grande importância tanto para a construção de uma identidade coletiva, como para estabelecer o sentido da luta, fazendo com que a esperança seja mantida mesmo diante de tantas adversidades.

A diversidade cultural, a cultura midiática e o resgate histórico das raízes culturais e musicais são outras importantes referências feitas pelos entrevistados. O próprio movimento prega uma música que tenha relação com o povo e sua história, que aponte as contradições presentes na sociedade e que faça parte dos atos e eventos do movimento. Essas características são encontradas dentro das letras e estruturas de suas músicas.

Considerando que a música sempre foi uma forma do ser humano expressar os seus sentimentos e convicções, constatamos que as músicas do MST estão imbuídas do discurso ideológico e dos valores do movimento. Elas são parte de suas expressões políticas. Diante de uma vasta produção musical, o MST se depara com uma preocupação: a “indústria cultural”. Para o MST, o “vender” não é o central, por isso muitas de suas músicas são disponibilizadas livremente para apreciação na internet⁸¹. Como constata Piana (2001, p. 88) “O importante é ‘dizer’ a palavra, expressar o sonho, soltar o grito.”

A importância dada pelo movimento à educação também se reflete em suas músicas. “A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital.” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.74). A música se configura como um importante instrumento de educação. Segundo Molina (2012, p. 7):

Dependendo como é vivenciada, a prática musical apresenta-se como um laboratório privilegiado para o exercício de determinadas qualidades transversais a toda educação, como a cooperação, a paciência, a gentileza, a relativização da competição, a escuta de si e do outro.

Durante a pesquisa de campo observamos uma educação pela música e para a música. As letras das canções demonstram as visões do MST sobre a educação. O CD *Arte e Movimento*, com a canção *Para Soletrar a Liberdade* de Zé Pinto é um exemplo. Criar, vivenciar, apreciar e interpretar músicas são práticas comuns entre os militantes do MST, principalmente crianças e jovens, tanto junto à mística, quanto em um contexto lúdico-educativo.

⁸¹ Para a consulta e apreciação do repertório musical do MST, recomendamos o acesso aos CD's que podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-04.phtml?sc=1&ng=p&se=0&th=12>

A educação das crianças está presente na luta MST, e a música neste aspecto é pensada como um instrumento pedagógico. O CD *Plantando Cirandas* (que se encontra no 3º volume) nos permite visualizar este aspecto, além de apresentar o jeito de ser *sem terrinha*⁸². Neste terceiro volume cabe destacar a canção *Vamos Sem Terrinha*, produzida pelas crianças do assentamento *Escrava Anastásia (Nova Canadá)*, localizado na cidade de Canindé do São Francisco-SE. Aqui a música vem em ritmo regional de forró, com sanfona, zabumba e triângulo caracterizando este gênero. A letra retrata a vida e as brincadeiras das crianças no assentamento.

Podemos compreender que a música produzida pelo MST traz consigo elementos do cotidiano do movimento. De acordo com Piana (2001, p. 41):

Cada composição marca um acontecimento, uma experiência que pode ser um curso sobre a conjuntura nacional, uma Marcha, uma ocupação, um enfrentamento com a polícia, enfim, experiências coletivas que vão marcando a vida do compositor e que vão permitindo que ele vá traduzindo esta experiência em música.

Assim, a história vai sendo desenhada e a música segue marcando cada momento da luta. No decorrer dos anos, esta música produzida reflete um momento histórico do movimento, podendo ser recuperado todas as vezes em que ela é novamente cantada. Desta forma, durante experiência musical, os momentos são lembrados, dando sentido à luta.

Quanto à identidade coletiva provocada pela experiência musical, Piana (2001, p. 61) afirma que a música atinge mente, corpo, sentimento e as emoções, provocando uma “interrelação [sic] entre os sujeitos com identidades específicas, mas que possuem uma ‘identidade em comum’: são do MST.” Entendemos identidade como a sensação de pertencimento que se constrói ao longo do tempo. Para isso é empregado uma série de representações compostas por elementos de diversas naturezas como imagens, crenças, mitos, discursos, ideologia e música. Por ser uma atividade social por excelência, não há dúvida quanto à importância da música na construção, negociação e transformação da identidade. Na opinião de Behague (2006, p. 101), a música, como uma forma de comunicação não verbal, é, talvez, a mais alta expressão estruturada do comportamento humano e uma das mais poderosas ferramentas de auto declaração e autoconsciência na relação da visão de mundo de um dado grupo social.

⁸² Termo dado pelo MST às crianças que vivem nos acampamentos e assentamentos rurais.

Meihy (2002, não paginado), ao “dar contexto às histórias de vida dos trabalhadores sem-terra”, considerou a escrita um meio de discurso que isola os não alfabetizados. Neste sentido, observamos nas entrevistas que a música tem sido uma das melhores estratégias do MST para ensinar e divulgar suas ideologias e valores, pois, dependendo como se pratica, a música será coletiva e democrática, pois não exclui os sujeitos, sejam eles alfabetizados ou não.

Por meio desta pesquisa constatamos que no MST em Sergipe a música assume o papel de mediadora no processo de formação da identidade coletiva do movimento, através da memória histórica, educação, sensações de pertencimento, das emoções e da mística que a música provoca nos militantes.

Considerações finais

A presente pesquisa nos trouxe à luz a variedade da produção musical do MST, que por si traz uma abertura em leque de possibilidades de estudos, entre eles o da prática musical fora do movimento. Neste caso, nos referimos às canções produzidas por artistas não filiados ao MST, mas que se envolvem diretamente com as causas, valores e ideologias do movimento. Artistas que compõem músicas que se enquadram às lutas sociais e até gravam canções do MST em seus próprios CDs, ou seja, são artistas que apoiam o movimento.

Outra perspectiva de estudo a ser considerada é a respeito de como se dá o processo de aprendizagem musical no interior dos acampamentos e assentamentos rurais do MST. Este viés nos permite investigar de forma mais aprofundada como as músicas são utilizadas no cotidiano do movimento e como contribuem para o fortalecimento de suas reivindicações e da sua relação com a sociedade como um todo.

Até o presente momento concluímos que a música tem um papel significativo na construção e ressignificação das identidades coletivas e do ‘modo de ser sem-terra’⁸³ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe. A experiência musical proporciona para os sem-terra processos de identificação com o movimento e com os “companheiros” de luta. Através das características contidas nesta música e as preocupações do movimento a este respeito, constatamos que a música é também um instrumento político, ético, estético e educativo.

⁸³ Nos referimos à forma de viver das pessoas que moram nos acampamentos e assentamentos rurais.

Referências Bibliográficas

BÉHAGUE, Gerard. Regional and national trends in Afro-Brazilian religious musics: a case of cultural pluralism. **Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana** 27, no. 1, p. 91-103, 2006.

BOGO, A. O vigor da Mística. **Cadernos de Cultura**, nº 2, MST, 2002.

GROFF, Apoliana Regina; MAHEIRIE, Kátia. A mediação da música na construção da identidade coletiva do MST. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 351-370, 2011.

LAGE, Allene Carvalho. A pedagogia que emerge da luta política do MST. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 487-508, set./dez. 2008.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe:1985/2005. In: CURADO, Fernando Fleury (org.). **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 11-30, 2008.

MOLINA, Sérgio. Vozes e Ouvidos para a Música na Escola. In: JORDÃO, Gisele et.al.(orgs.). **A Música na Escola**, São Paulo: Alluci & Associados Comunicações, p.7-9, 2012.

PIANA, Marivone. **A Música-Movimento: estratégias e significados da produção musical do MST**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992-2011). **NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, n.58, out. 2012. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 10 de Março de 2013.

RIBEIRO, Hugo L. . Folclore versus Paráfolclore. **Música & Cultura** (Online), Salvador, Bahia, v. 2,p. 01-08, 2007. Disponível em:

<http://musicaecultura.abetmusica.org.br/index.php/revista/article/download/102/46>. Acesso em: 28 de Julho de 2014.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a Luta pela terra no Brasil**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

Referências virtuais:

As imagens e as vozes da despossessão: A luta pela terra e a cultura emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-04.phtml?sc=1&ng=p&se=0&th=12> Acesso em: 20 de Julho de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Mística**. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONFEREN657&ng=p&sc=3&th=43&se=0> Acesso em: 20 de Junho de 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Escutar as Vozes da Marcha**. 2002. Disponível em: <http://www.landlessvoices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=LISTENIN691&ng=p&sc=3&th=42&se=0> Acesso em: 20 de Junho de 2014.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A Mística**. 2002. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=MSTICAOF657&ng=p&sc=3&th=42&se=0> Acesso em: 15 de Janeiro de 2014.

DESAFIOS A INVESTIGAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Autor: Jonas Ribeiro Marques Barbosa

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID (CAPES/UFS) PICVOL (CNPQ/UFS)

jonatasmquestb@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Núbia Dias dos Santos (DGE/UFS)

INTRODUÇÃO

“O camponês é um gato de sete vidas, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se histórica e socialmente”
(Souza, 2012, p. 141)

É cada vez mais constante a temática acerca do espaço do homem camponês e das transformações que ocorreram e que estão ocorrendo atualmente no campo com a introdução do modo de produção capitalista e com a introdução da industrialização. Esse temário vem gerando muitas polêmicas dentro das ciências sociais e principalmente dentro da Geografia. Em sua complexidade esse é um tema que trouxe muitas contradições e paradoxos. Primeiro porque constata-se que há uma resistência e uma adaptação do campesinato a esse modo de produção que foi imposto. E segundo porque esta é uma classe que vem mostrando sua força e sua importância no cenário social e econômico atual, apesar de tentarem definitivamente aniquila-la. No livro *Camponeses* de Margarida Moura (1986) fica evidenciado a força do campesinato pois ela explicita que nada mais nada menos do que sete importantes revoluções do século XX tiveram intensa participação camponesa desde a Revolução Mexicana de 1910 a Revolução Cubana de 1958. Para José de Souza Martins (1991) a Revolta do Contestado, que durou cerca de um ano foi a maior revolta na História de movimentos do Brasil.

Margarida Maria Moura (1986) traz algumas contribuições importantes sobre a existência dessa classe nessa sociedade capitalista e também sobre as interpretações com relação a mesma. Ela aponta como um dos pontos negativos as interpretações que consideram as formas de reprodução camponesa oriundas de resíduos de uma formação social anterior, como resquícios ou sobrevivência de épocas passadas o que para esta autora “essas interpretações revelaram-se instrumentos inadequados de apreensão de sua condição social” (p. 68) Nesta perspectiva enquadra-se da questão agrária Karl Kautsky (1998). Ela aponta ainda as possíveis razões que justificam o crescente estudo sobre esta classe tais como; o fato de o camponês controlar terras no capitalismo sem ser possuidor de capital; há também o fato

de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização sem se recusar a sociedade que o abrange e circula. Um outro fator propulsor para tais estudos também está relacionado a expansão dos complexos agroindustriais que tem transformado o camponês em mão de obra para o capital sem torna-lo necessariamente um operário. Essas são algumas das contradições que se instalam nas concepções sobre a vida do homem no campo.

Vários teóricos defendem a tese de que o camponês passou e vem passando por transformações e adaptações sob um olhar ortodoxo do marxismo. Desde o século XIX alguns estudiosos da questão agrária argumentam o total desaparecimento dessa classe ou a tendência a total proletarização de tais trabalhadores do campo. Também há aqueles que defendem a existência do campesinato como uma condição a existência do próprio capitalismo, esse sistema de produção cria suas próprias contradições, José de Souza Martins (1991) destaca-se nesta última perspectiva teórica mais recentemente.

Para alguns, ocorre a generalização das relações capitalistas no interior da produção agrícola, enquanto para outros, a própria expansão capitalista no campo é responsável por criar e recriar as relações não-capitalistas de produção, em função do próprio processo contraditório de desenvolvimento deste modo de produção. Ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção que geraria relações capitalistas e não-capitalistas de produção, combinadas ou não (CARNEIRO, 2009, p. 53).

Autores como Karl Kautsky (1998) defendem que a introdução do modo de produção capitalista e as transformações no campo levaram o pequeno produtor a tornar-se proletário. Porém sob uma perspectiva dialética percebemos que de fato aconteceram tais transformações e adaptações, porém o camponês ainda preserva traços de sua essência em suas relações com a terra, a família e o trabalho. Sob estas adaptações Moura (1986) argumenta o seguinte;

[...] o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital. (MOURA, 1986, p. 18-19 apud SOUZA, 2012).

Pelo exposto percebemos que o contexto atual requer um olhar apurado sobre as transformações em curso na vida do trabalhador do campo as quais refletem no conjunto da sociedade, pois geram uma série de impactos sociais e econômicos que (re) criam novos arranjos espaciais. A industrialização no campo resulta em mudanças de ordem sócioespacial e afeta a qualidade das relações estabelecidas entre distintos sujeitos e agentes sociais os quais

implicam na expropriação da terra ou na exploração da força de trabalho camponesa. Com base nesta investigação constata-se o paradoxo e as contradições inerentes a complexa relação do camponês com o Estado, a Sociedade e o Mercado e suas diversas e instigantes implicações para a compreensão da formação sócioespacial brasileira

PARADOXO E CONTRADIÇÕES NORTEADORES DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ESPAÇO DO HOMEM CAMPONÊS

A história do homem camponês é uma história marcada pela exploração de suas forças de trabalho e da expropriação da sua fonte de reprodução e sobrevivência da sua família, a terra. O processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista trouxe uma nova realidade que ao longo do tempo vem se mostrando perversa para o pequeno agricultor. Houve uma diminuição do pequeno estabelecimento agrícola em contrapartida houve um aumento nos grandes latifúndios. Essa nova realidade reconfigurou as relações do camponês com a sociedade, com o mercado e com a indústria. Este (o camponês) foi ficando cada vez mais dependente ou subordinado do capital e do mercado “o único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-las ao mercado para a venda. [...] o camponês caíra agora sob a dependência do mercado [...]. (KAUTSKY, 1998, p. 32)

O Estado por sua vez garantiu e criou vias tanto para a implantação da indústria quanto para a exploração do camponês. Do ponto de vista teórico Karl Kautsky (1998) representa um dos estudiosos que mais detalhadamente sistematizou por meio de sua investigação as transformações ocorridas no campo com o processo de expansão do capital e da indústria sobre o campo. Sua importância reside nesta análise das transformações que ocasionaram as adaptações e transformações na vida do pequeno agricultor.

O referido autor, Karl Kautsky (1998), considera que paralelo ao modo de produção capitalista existem outros modos de produção remanescentes e contraditoriamente aponta que o pequeno estabelecimento agrícola não está desaparecendo, mas no entanto faz projeções sobre o futuro do campesinato chegando à conclusão de que cada vez mais o pequeno agricultor se torna dependente do mercado o que gera uma demanda de consumo de mercadoria e de dinheiro para a manutenção da sua família e da pequena propriedade agrícola. Para ele o destino da agricultura doméstica é a total proletarianização ou o trabalho assalariado. Kautsky (1998) previa que outros modos de produção naturais que não fossem do sistema de

produção capitalista iriam sucumbir pois neste modo de produção só poderiam existir duas classes: a burguesia e o proletariado.

É importante destacar que as conclusões alcançadas por Kautsky (1998) tem mais um teor político que teórico pois discutia-se no Partido Social-Democrata se os camponeses eram proletariados ou apenas camponeses pobres que resistiam à expansão capitalista.

Nos meios socialistas, o debate consistia justamente em compreender se os camponeses pobres poderiam ser tratados como proletários ou, por outro lado, se seriam capazes de manter a sua situação social, vista como entrave à passagem para uma “forma superior de exploração”, representada pelo socialismo (CARNEIRO, 2009, P. 54)

Neste sentido percebemos o cenário político em que surge a obra mais importante de Karl Kautsky “A Questão agrária” (1998) e de outros teóricos que defendem a ideia do desaparecimento do camponês ou da sua total proletarização tais como Vladimir Lênin. Numa citação de Carneiro podemos verificar a postura deste último

O velho campesinato não está apenas se “diferenciando”; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1985, p.177 apud CARNEIRO, 2009, p. 59)

Assim como esses autores citados anteriormente defendem que as transformações na agricultura ou no campo resultariam na expropriação do campesinato do campo, também há teóricos que defendem a permanente e resistência dessa classe como uma forma não-capitalista de produção. Entre estes destacamos mais um teórico que se tornou um clássico dentro da questão agrária Alexander Chayanov. Na percepção de Chayanov, apesar do predomínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países um tipo de exploração campesina cuja racionalidade não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássica (CARNEIRO, 2009, p. 53).

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de

lucratividade. (CHAYANOV, 1981, p.133-134 apud CARNEIRO, 2009, p. 53).

Dentro do grupo que defendia a resistência do campesinato encontrava-se os narodniks que visualizava a classe camponesa como sendo uma classe revolucionária. Nas palavras de Souza (2012) “os narodniks buscavam, desde então, situar o campesinato como força revolucionária, enxergando na comuna russa”. Um questionamento dos narodniks a respeito do papel do campesinato na revolução socialista apontado pelo referido autor é o seguinte.

[...] que papel poderia desempenhar o campesinato neste processo [na Revolução Socialista]? E na Rússia esta questão era ainda mais angustiante porque o estágio futuro pelo qual lutavam os revolucionários era o sócio lista e a comuna rural já vivia e praticava um tipo de igualitarismo bastante eficiente e fincado nas tradições populares da Rússia rural. Para que então destruir estas relações igualitárias, firme e profundamente ancoradas no campesinato e, por decorrência, em todo o povo russo, se o passo atual era lutar contra a desigualdade capitalista, se o socialismo já estava na ordem do dia? (MALAGODI, 2005, p. 107 apud SOUZA, 2012 p. 147-148)

Os embates acerca da resistência e ainda do papel do campesinato para a sociedade e também para a revolução socialista não pararam por aí. Em suas colocações sobre a permanência do camponês Souza (2012) nos traz uma resposta a uma carta enviada com questionamentos dos narodniks a Karl Marx, onde este último evidencia claramente a sua posição e deixa claro alguns pontos relevantes para esse debate. Primeiro que a teoria criada por este teórico teria sido construída com base na realidade inglesa considerando este fato ele aponta que para compreensão do caso russo era necessário estudar os elementos característicos do campesinato na Rússia. Além disso ele também ressalva que em vez de destruir as formas de reprodução camponesa “aldeia arcaica” a Rússia deveria ajudar a desenvolvê-la e transformá-la. Para Marx as formas de russo estavam em vantagem se considerado ao campesinato da Europa ocidental. Primeiro pelo fato do campesinato russo ter se mantido em escala nacional e ser contemporâneo do capitalismo ocidental o que lhe permitiria não absorver o que o modelo que o capitalismo lhe imprimia. “Portanto, especificamente nesta carta, Marx não nega a possibilidade de sobrevivência e adaptação do camponês ao modo capitalista de produção. Pelo contrário, reafirma a dialética inerente às possibilidades camponesas” (SOUZA, 2012, p. 148).

Contribuição importante também é trazida por um importante Geógrafo Ellise Reclus que segue na sua linha de raciocínio pela defesa do campesinato e o papel nocivo dos latifúndios para as pequenas propriedades onde. Segundo Souza Reclus

(...) defendeu a consistência do desenvolvimento camponês que de acordo com ele, não estava estagnado, mas, ao contrário, em franco processo de evolução e aprendizagem (...) Ressaltou que, enquanto a produção capitalista desenvolvida nos países ocidentais europeus e americanos já entrava em crise no fim do século XIX, a produção camponesa coletiva construía gradativa e dialeticamente seu lugar no capitalismo (IDEM, 2012, p. 149).

Para consolidar essa afirmativa é importante destacar uma citação trazida por essa mesma autora onde fica perceptível o posicionamento de Reclus frente ao latifúndio e ao camponês.

[...] é preciso não esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985, p. 90 apud ibidem, 2012, p. 150)

Nesse sentido percebemos através dessa citação que o referido autor considera que o grande mal da sociedade e da questão agrária é o latifúndio que sucumbi a vida do camponês. Para este o latifúndio é considerado o responsável pela pobreza em todo o mundo.

Nesse sentido, construíram uma proposta que situou o campesinato como grupo destacado no processo de mudança social, capaz de evoluir tanto social como tecnicamente. Elementos presentes nas teorias de Kropotkin e Reclus, como a ajuda mútua e o poder evolutivo cadenciado do camponês, podem ser identificados, de forma bastante atual, na prática cotidiana da agricultura camponesa brasileira. (Ibidem, 2012, p. 150)

Neste paradigma esses autores deram suas contribuições baseando-se no marxismo, isto é, não no marxismo ortodoxo, mas buscando elementos dentro desta corrente que evidenciasse a resistência e a existência do campesinato dentro do modo de produção capitalista. É conveniente perceber que foi esquecendo-se nos meios científicos e acadêmicos a importância e o papel político do homem camponês. No Brasil o cenário no campo se mostra cada vez mais dramático. A agroindústria invadiu o campo de tal forma que a exploração das forças de trabalho do homem no campo se mostram cada vez maiores. Esse modelo econômico de exportação onde o agronegócio impõe seus mecanismos gera uma série de problemas e consequências nefastas para a sociedade e a economia desta. Principalmente para a população pobre que sente com maior intensidade essas consequências. Primeiro as

produções em largas escalas que aqui se implantaram exigiram e exigem maiores extensões de área para o cultivo da monocultura que conseqüentemente serão exportadas para fora. Logo expulsam as famílias camponesas para a aquisição de novas terras. Além disso esse modelo baseado na exportação traz como consequência o enfraquecimento do mercado interno e da policultura com a plantação de gêneros alimentícios para serem consumidos aqui. O uso constante de agrotóxico e de fertilizantes além dos adubos fabricado trazem muitos problemas de saúde que nos últimos anos tem sido responsável pelos altos índices de várias doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos repensar nossas ideias e posturas frente ao instigante desafio de investigar a atual situação do campesinato e os debates acerca da questão agrária no mundo, mas principalmente no Brasil. Na apresentação do livro paradigmas do capitalismo agrário em questão de autoria de Ricardo Abramovay (1992) Plinio de Arruda Sampaio ressalta que a questão agrária brasileira constitui exclusivamente uma questão social, dissociada do problema da produção agrícola, da modernização, da agricultura e da retomada do crescimento econômico do país. Para ele a unidade familiar constitui uma unidade de produção apta a incorporação do progresso técnico e produzir a baixos custos, o que para ele a questão da reforma agrária deixaria de constituir um programa social para constituir uma estratégia de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.

Disso concluímos que definitivamente essa classe que desde de o feudalismo foi, e ainda é, a base de sustentação de uma sociedade não esta desaparecendo e nem tão pouco esta sendo totalmente proletarizada. Uma vasta literatura comprova este fato e como vemos autores como Chayanov e Elise Reclus e outros apontam para esse caminho. Ricardo Abramovay faz críticas pertinentes as abordagens de kautsky e Lênin em sua obra. Para ele as ideias desses autores não se enquadram mais para nesse paradigma. O homem é um ser adaptativo que vem transformando-se e transformando o seu meio de acordo com o modo de produção que se estabelece. Porém há adaptação que conserva algumas características e exclui outras. Antes de mais nada precisamos ter consolidado qual o papel e a importância do camponês para uma sociedade. Qual ou quais os impactos socioeconômicos gerados com a sua exclusão ou diminuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992, p. 19-134.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. **A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Minas Gerais. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998, p. 25-308. (Coleção Pensamento Social Democrata)

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Geo. Élisée. UEG**, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

GT 8:**REDEMOCRATIZAÇÃO E REPARAÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL E ARGENTINA (1973- 1985): COMPARAÇÕES A PARTIR DOS RELATÓRIOS NUNCA MAIS****Autora: Thaíse dos Santos Silva**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID (CAPES/UFS)

Integrante do Grupo de Pesquisa Poder e relações sociais na História (CNPq/UFS)

thaise_black22@hotmail.com**Orientadora: Profª Drª Célia Costa Cardoso (DHI-UFS)****Introdução:**

Na chamada Guerra Fria, quando o mundo estava emergido na bipolaridade entre a URSS (representando o comunismo) e os EUA (representando o capitalismo), cada um representava um bloco político- econômico que procurava alargar sua influência política, com os Estados Unidos da América exercendo presença constante nas decisões diplomáticas latino- americanas. Assim, entendemos que os golpes militares do Brasil (1964- 1985) e Argentina (1976- 1983) foram deflagrados nesse contexto, no qual a Doutrina de Segurança Nacional era o grande carro- chefe das ações anticomunistas, cujos dois golpes se inserem. A DSN permitia qualquer tipo de desrespeito aos direitos humanos com os considerados subversivos, em nome da legitimidade do regime e da extinção do inimigo ideológico, aquele que poria em risco a paz da população. Essa prática possuía a tortura como mola motor.

Os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina foram bastante marcantes nas memórias de suas nações, que enfrentaram vários momentos de cerceamento de sua liberdade e da impossibilidade de exercer sua cidadania. No Brasil, ainda havia uma suposta democracia, com eleições parciais. Na Argentina, nem isso... O primeiro Presidente, General Jorge Rafael Videla, permaneceu no poder pelos cinco primeiros anos do regime, entregando o posto apenas dois anos antes do fim do *Proceso*⁸⁴, às mãos de Roberto Viola.

Já no Brasil, a repressão ocorreu, em vários ritmos, até o fim do governo militar, em 1985. Seu período de maior intensidade da repressão civil foi no governo do General Emílio Garrastazu Médici, quando a prática de tortura tornou-se mais corriqueira. Assim, utilizamos

⁸⁴ O período ditatorial em questão na Argentina foi denominado de *Proceso de Reorganización Nacional* pelos próprios militares. A ideia era reformar a sociedade argentina com base na segurança nacional e no catolicismo.

a cronologia 1973 a 1985 que corresponde tanto à fração quase completa da ditadura argentina, quanto ao período em que a repressão política ganhou força no Brasil, principalmente a partir de 1968.

Assim, após os “anos de chumbo” nos países vizinhos, os clamores de verdade e justiça, não só pelos mortos, mas também pelos desaparecidos cujos responsáveis era o Estado, tornou-se a única voz da nação. Na Argentina, o número de atingidos e a intensidade da repressão foram bem mais elevados em relação ao Brasil, constituindo um dos maiores traumas da nação portenha. No Brasil, segundo Gilberto Dimenstein, cerca de 1800 pessoas foram torturadas 240 mortas e 144 estão até hoje desaparecidas.⁸⁵ Na Argentina, segundo as estimativas em que se baseiam grupos de Direitos Humanos, foram mortas oficialmente ou por meios de desaparecimento, algo entre 8 e 9 mil pessoas (REATO: 2012, pg. 23).

Neste artigo, objetiva-se mostrar como as duas nações marcadas por golpes militares de extrema direita lidaram com o retorno à democracia e o julgamento dos culpados por desrespeitos aos direitos humanos. Ambos os países produziram o relatório *Nunca Mais* (na Argentina, *Nunca Mas*) na década de 80, em plena transição. O Relatório tinha por objetivos elucidar e denunciar as consequências das ditaduras bem como dar voz às vítimas, através de seus relatos. A partir dele, analisaremos aspectos da transição em cada país, mostrando suas similitudes e disparidades.

A transição política na Argentina e no Brasil

Na Argentina, o regime vinha se tornando insustentável há alguns anos, pelas reivindicações da população em campos diversos e pela pressão da comunidade internacional para o fim dos desaparecimentos. O estopim para a distensão foi a Guerra das Malvinas (1983), que surpreendeu a população portenha tanto por ser inesperada quanto pelo seu resultado negativo. A economia já não vinha bem, assim como a autoestima da população, fatores que a Guerra só agravou. Jorge Rafael Videla, comandante em chefe do exército, e líder da junta que tomou o poder, permaneceu neste até 1979. Após ele, Roberto E. Viola, Leopoldo F. Galtieri e Reynaldo Benito Bignone ainda figuraram como presidentes. Esse último conduziu a transição para Raul Alfonsín.

⁸⁵ Grupo Tortura Nunca Mais.

Reynaldo Bignone foi o último presidente nomeado pela junta militar. Em 1983 o poder foi entregue a Raúl Alfonsín. Entre as medidas mais importantes, criou a *Comisión Nacional de Desaparecidos de Personas*, produzido a partir de grande número de depoimentos de ex- presos políticos que conseguiram sobreviver ao Terrorismo de Estado que tomou conta da Argentina naquele período.

Con la técnica de la desaparición y sus consecuencias, 'todos los principios éticos; que las grandes religiones y las más elevadas filosofías erigieron años de sufrimientos y calamidades fueron pisoteados y bárbaramente desconocidos. (CONADEP:1985, pg. 3)

No Brasil, o regime que se implantou em 1964, com forte apoio civil, teve como motivo principal acusações de comunismo ao então Presidente constitucional, João Goulart. Este, embebido de ideias progressistas e populares, tinha como objetivo o favorecimento da grande massa que sofria com as desigualdades sociais. Diante disso, temendo a perda de poder e *status*, a classe média apoiou o golpe, que durou 21 anos. Com cinco presidentes oficiais, o golpe militar deixou um saldo grande de vítimas da repressão. No Brasil, houve a promessa de uma transição “lenta, gradual e segura”, por parte do General Ernesto Geisel, último presidente militar. Em seu governo, os Atos Institucionais- instrumentos através dos quais o governo ampliava cada vez mais o seu poder- foram finalmente abolidos, embora nesse período tenha havido graves casos de torturas e assassinatos, como o caso de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho.

Tendo se mantido por muitos anos, a crise do sistema político aprofundou-se a partir da década de 70, tendo seu colapso em 1985. As eleições para presidente eram até então indiretas, por isso, a cada ano o clamor por “Diretas Já!” e “Abaixo à Ditadura!” tornaram-se muito fortes. O regime militar brasileiro acabou sem o menor reconhecimento de culpa por parte do Estado acerca dos crimes cometidos.

Assim, podemos dizer que as transições políticas na Argentina e Brasil ocorreram de forma bastante diversa, pois também bastante diversas foram as suas formas de ditaduras. A partir do governo do Alfonsín, houve uma transição para a democracia, já com eleições diretas. No Brasil, os próprios generais indicaram o próximo a ser candidato. E não foram pressionados por parte da justiça a responder pelos crimes cometidos e muito menos, pela localização dos corpos dos centenas de desaparecidos desde os primeiros anos do regime.

Diversas também são as mentalidades da população em relação aos períodos militares em questão. Na Argentina a importância que se dá ao evento, a seus aniversários e às suas consequências são gigantescas. E até hoje, 40 anos após o golpe, há reivindicações em relação

ao paradeiro dos milhares de corpos e também em relação ao paradeiro das crianças roubadas de várias mães que hoje integram a lista de desaparecidos. Várias organizações foram criadas, como *Las Madres y Abuelas de La Plaza de Mayo*. A bibliografia também é intensa sobre o tema. A população não se deixa esquecer.

No Brasil, onde a maioria da população é despolitizada, os 50 anos do Golpe, completados nesse ano de 2014 foi lembrado sem muito entusiasmo no meio televisivo e com menos entusiasmo ainda no meio popular. Salvo o esforço em propagar o tema e discuti-lo no meio acadêmico, através de vários eventos por todo o país sobre o tema, o assunto teria sido bem menos falado. Também temos desaparecidos, mortos políticos, páginas rasgadas da história, mas a maioria infelizmente não se importa.

A escrita do *Nunca Más*

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) foi criada através do decreto 187, de 19 de dezembro de 1983, pelo presidente Raúl Alfonsín, eleito democraticamente em 1982 após oito anos de um regime de Terrorismo de Estado. O relatório *Nunca Más* na Argentina, sob a coordenação de Ernesto Sábato, começou a ser escrito ainda durante o regime, contando com centenas de testemunhos de ex- presos políticos que conseguiram sobreviver. Sem a intenção de fazer qualquer tipo de julgamento, o Informe visa elucidar os crimes cometidos durante o chamado *Proceso de Reorganización Nacional*. O informe da CONADEP foi entregue ao presidente em 20 de setembro de 1984.

O *Nunca Más*, informe da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, configura-se, por sua criação – vinculada ao Estado, portanto, oficial –, como a memória oficial 2 sobre a repressão da última ditadura militar na Argentina (1976-1983). Além disso, o processo de constituição do informe argentino foi público, com a participação direta da sociedade, que forneceu informações e testemunhos sobre a ação repressiva das forças de segurança e pode acompanhar o trabalho da comissão criada pelo presidente Raúl Alfonsín. (REATO:2012, 93)

A lista dos torturadores citados pelos depoentes, que, diferentemente da lista dos desaparecidos políticos, nunca foi divulgada. (ZORZOLI, 2007, pg. 21) De acordo com Sábato, a divulgação dos torturadores não faria parte dos objetivos da comissão, pois

“nuestra Comisión no fue instituida para juzgar, pues para eso están los jueces constitucionales, sino para indagar la suerte de los desaparecidos en el curso de estos años aciagos de la vida nacional.” (COMISIÓN, 1995: 7)

O *Nunca Más* é constituído de 02 capítulos, nos quais são abordados todos os temas referentes à repressão sumária: torturadores, métodos, causas do golpe, etc. Assim como o brasileiro, o Informe é farto de relatos crus das vítimas que não se constrangeram nem se

intimidaram em falar. Assim como o Nunca Mais brasileiro, o informe argentino tem uma leitura densa e forte, pois são ilustrados todos os aspectos da prisão política. Há muitos casos de depoimentos de torturados, que descrevem em minúcias o tratamento desumano a que tantos milhares foram submetidos.

A escrita do Brasil: Nunca Mais

O Projeto Brasil Nunca Mais, finalizado em 1985, foi encabeçado por Dom Paulo Evaristo Arns. A obra nos dá um fiel quadro de como funcionava o sistema de repressão no período de 15 anos do regime militar, considerados como “os anos de chumbo”, mais especificamente, no Governo Médici. É um relato verídico do que se passava nos porões da ditadura, em instituições como os DOI- CODIs (Departamento de Operação e Informação e Centro de Operações de Defesa Interna), Quartéis de Polícia, do Exército, DOPS (Departamento de Ordem e Política Social), além dos lugares mantidos por órgãos clandestinos, como as várias casas e fazendas espalhadas pelo interior do país servindo à “Justiça” Militar. Nos relatos, partir dos quais o livro foi escrito, há todas as etapas da tortura, desde a prisão, até as consequências físicas e psicológicas desta.

A obra está dividida em 06 partes, 21 capítulos e 04 anexos que abordam ricamente cada característica do pior modo de se obter informações. Segundo o autor, o livro é uma

“reportagem sobre uma investigação no campo dos direitos humanos. é uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros considerados pelos militares como adversários do regime inaugurado em abril de 1964. É também uma anatomia da resistência.” (ARNS:200, pg. 21)

Sendo uma das obras mais completas no assunto, sua principal característica é seu caráter forte, chocante, detalhista, no que diz respeito aos relatos de tortura. Construído a partir de depoimentos obtidos sob a lucidez dos ex-presos políticos, possui uma minuciosidade extrema, com o poder de quase nos transportar para um dos centros de tortura da época. A partir da leitura da obra fica muito nítido que o sistema repressivo não diferenciava sexo, cor, idade ou profissão. O que variava era (e com grande criatividade) as formas de tortura.

O livro possui uma linguagem de fácil entendimento, assim como um caráter delator da situação pela qual passaram os civis da época, já que ele viu a olho nu o desespero das vítimas do sistema repressivo, principalmente as mães de presos políticos desaparecidos, dedicando a esses últimos um de seus capítulos. Para o autor, “a perpetuação do sofrimento,

pela incerteza sobre o destino do ente querido é uma prática de tortura muito mais cruel que o mais criativo dos engenhos humanos de suplício.” (ARNS:2000, pg. 260)

O tratamento à memória e as Políticas Públicas de Reparação no Brasil e na Argentina

A Argentina é caracterizada pelo acerto de contas entre os militares entre a sociedade civil, pois de 1976 a 1982, 09 militares foram julgados, sendo que 05 foram condenados à prisão perpétua. O país inovou ainda na criação de outros tipos de políticas, como a criação do Banco Nacional de Dados Genéticos, com o objetivo de facilitar a identificação dos restos mortais das vítimas, bem como buscar os filhos roubados por pessoas complacentes ao regime. Foram implementados vários projetos, voltados para vários campos: educação e memória do golpe, políticas de gestão e documentação de arquivo, políticas de espaço para a memória, etc.

Finalmente entre los años 2000-2009 se identificaron treinta y ocho políticas públicas. Entre ellas están: la creación de cuatro Comisiones Provinciales de la Memoria 46 y una Comisión Municipal de la Memoria 47, el Archivo Nacional de la Memoria en el 2003 48 y de cuatro Archivos Provinciales de Memoria 49 incluido el Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires 50, cuatro Registros Únicos de Verdad 51 en provincias, y las resoluciones del Ministerio de Defensa sobre la supresión de reconocimientos públicos a las autoridades de la dictadura en dependencias de las Fuerzas Armadas 52. De las treinta y ocho iniciativas registradas para el período, treinta se concentran entre los años 2004 y 2009⁸⁶. (pg. 29)

Já o Brasil é caracterizado pela ausência de julgamento aos torturadores. Na gênese desse acontecimento, pode-se destacar a Lei da Anistia de 1979, que ao mesmo passo que perdoou politicamente os civis que estavam em países estrangeiros, incluiu os militares e seus crimes aos direitos humanos. Criou-se, em 1993 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, responsável pela confecção de listas de pessoas desaparecidas por razões políticas no período compreendido. Foram criadas ainda, 19 políticas públicas, 14 a nível federal. Predominam as de reconhecimento público, criação de espaços de memória, investigação e difusão, etc. Não há nenhuma data comemorativa sobre a questão.⁸⁷

Assim, pode-se ver que o caso argentino configura-se totalmente diferente do caso brasileiro. Lá a condenação dos culpados foi quase que imediata. Videla ficou preso até maio do ano passado (2013), na Prisão do Campo de Maio, onde faleceu por causas naturais. Não

⁸⁶ Estudos do período de 1983 a 2009.

⁸⁷ Estudos do período de 1985 a 2009.

que os militares tenham assumido a culpa, ou que tenham se arrependido. Isso não aconteceu e nenhum dos países. Nega-se tudo. Numa entrevista concedida ao jornalista Ceferino Reato, um ano antes de falecer, Videla declara que foi preciso que 8 ou 9 mil pessoas morressem para se ganhar a guerra contra a subversão e que o que ocorreu foi uma guerra justa. Quando aos desaparecidos, eram “peças” irrecuperáveis, aos quais só havia disponível, a “disposição final”, ou seja, a eliminação.

No Brasil, ao contrário, ainda há os que afirmam que o que houve foi uma “ditabranda” em afirmação a um caráter passivo do governo militar. Ainda há também, ruas, escolas, avenidas e outros tipos de obras públicas com nomes de torturadores e presidentes do ciclo militar e infelizmente, as políticas para uma mudança se arrastam em ritmo de formiga.

Conclusão

O tratamento dado às vítimas da repressão política nos dois países é muito diferente e reflete a politização ou a falta dela em ambas as sociedades. Ao passo que a Argentina dá passos largos em busca de perpetuação da memória das vítimas e do julgamento dos militares, no Brasil, os torturadores ainda vivos estão tendo uma velhice tranquila, mais saudável que a da maioria da população. O país não se preocupa efetivamente em empreender ações como a abertura plena dos arquivos dos órgãos de repressão, nem em cobrar a localização de restos mortais de presos políticos, como os mortos na Guerrilha do Araguaia.

Após 50 anos de golpe, o Brasil não respeita a memória nem a dor das famílias que viram seus filhos desaparecer sem sinal algum. Um país que se esquece tão facilmente de momentos traumáticos como esse, que não faz questão de um acerto de contas, demonstra que dá pouco valor à história de sua nação e aos direitos humanos como um todo. Quanto à isso, só temos a lamentar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais**: estado militar na América Latina. O calvário na prisão. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil**: Nunca Mais. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CHERESKY, Isidoro. **Rumo à Argentina pós- autoritária**. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (compiladores). Crise e transformação dos regimes autoritários. São Paulo: Ed. Cone, 1986.

CONADEP. **Nunca Más:** informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina, presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CORRALDI, Juan. **A Cultura do medo na sociedade civil:** reflexões e propostas. IN: CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (compiladores). Crise e transformação dos regimes autoritários. São Paulo: Ed. Cone, 1986.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Intr/org.). **Os anos de chumbo:** A memória militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 336 p.

FALCON, Francisco. **História e Poder.** IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Dictaduras y democratización.** Santiago de Chile. Ed. Flacso. 1984.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983:** Do Golpe de Estado à Restauração Democrática – tradução Alexandra de Mello e Silva. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência:** segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino- americanas. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes ; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina: histórico e perspectivas. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2008.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado na Argentina de 1976 a 1983.** Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2004.

REATO, Ceferino. **Disposición final:** la confesión de Videla sobre los desaparecidos. Argentina: Sudamericana, 2012.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Trad. de Dora Rocha. RJ, Ed. UFRJ-Ed.FGV, 2004.

RIBEIRO, Marcos Vinícius. **De Perón a Videla.** Revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na Argentina (1976-1978). Marechal Candido Rondon, Ed. Da UNIOESTE, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **La violencia em la historia argentina reciente**: um estado de la cuestión. IN: historicizar o passado vivo em la América Latina. Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica, 2007.

AS EXTREMAS DIREITAS COLOMBIANA E VENEZUELANA NA INTERNET, UMA ANÁLISE COMPARATIVA (2005-2013)

Autora: Anailza Guimarães Costa

Graduanda em História (UFS)

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS)

anailza@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/PPGED/UFS)

O século XX foi marcado por mudanças sociais, políticas e econômicas. Foram, sobretudo, tempos de guerra, genocídios e extremismos. Segundo Silva, foram tempos sombrios, no sentido de que as luzes brilhavam de forma intermitente, obscurecidas por períodos de escuridão e sombrio, no sentido de que a luz foi sempre possível, contudo adiada (SILVA, 200:01). Neste século, o mundo assistiu aos dois maiores conflitos mundiais a I (1914-1918) e a II Guerra (1839-1945), assim como a emergência de líderes fascistas na Itália com Benito Mussolini e na Alemanha com Adolf Hitler.

Porém, apesar dos horrores provocados pelas práticas das ideias fascistas e de toda repercussão dentro da História, estas ideologias emergiram com força e têm atraído principalmente a jovens. Mas, ao contrário dos primeiros fascistas, estes novos foram educados, tiveram acesso a filmes, livros, aulas de História e provas concretas dos horrores provocados por esses ideais. A conjuntura mundial hoje é outra, não temos mais uma crise econômica nos moldes de 1929. Mas, o que vemos são indivíduos que repercutem os discursos e até mesmo colocam a violência em prática ao atacarem fisicamente judeus, negros, homossexuais, estrangeiros, etc.

Assim, considerando a emergência de novos grupos fascistas e sobretudo, o significativo uso da internet pela extrema-direita como meio de propagandear suas ideologias, neste artigo analisaremos através do monitoramento e arquivamento das páginas dos sites selecionados, como grupos de extrema-direita sul-americanos se apropriam da internet para expandirem sua atuação no século XXI. Para tanto, selecionamos dois sítios: o colombiano *Tercera Fuerza “Herencia - Tierra- Comunidad”* (<http://www.tercerafuerzanacion.org>) e o blog venezuelano *Grupo Nacional Socialista pro liberación de Venezuela* (<http://nacionalsocialismovenezuela.blogspot.com.br/>).

Através dos dados obtidos na análise desses sites, buscamos perceber o uso que estes grupos fazem das ferramentas que a Web proporciona para difundir seus ideais de intolerância. Assim, este artigo analisa que tipo de relação se constrói entre o espaço virtual e

a defesa de ideologias extremistas. Como método, escolhemos o uso da História Comparada por nos possibilitar analisar como um mesmo problema – a ressurgência de organizações fascistas na América do Sul, e as relações desses com a cibercultura – atravessa duas ou mais realidades distintas.

Conforme Barros, comparar é uma forma de propor e pensar questões. É uma prática que o homem exercita em suas atividades cotidianas, e que surge com maior intensidade quando ele se depara com situações novas. “A comparação nos ajuda a precisamente compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças” (BARROS, 2007). Tendo essa definição em mente, a comparação nos possibilita fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças, perceber as variações entre os movimentos neofascistas na América do Sul, neste caso, da Venezuela e Colômbia.

A História Comparada, conforme Marc Bloch deve ser uma história que problematiza e formula questões (BLOCH, 1963). Um método que nos possibilita enxergar novos problemas e encontrar respostas que talvez de outro modo não conseguíssemos, visto que a comparação obriga o historiador a buscar mais de uma realidade de estudo, o que lhe dá o privilégio de enxergar mais de um problema na pesquisa.

Dessa forma, já na segunda metade do século XX, constatou-se em muitas sociedades a crescente estruturação e o fortalecimento de movimentos neofascistas que, por volta dos anos 1980/1990, ampliaram seu espaço político. A partir da década de 1990, estes grupos ganharam um novo aliado, a internet. Diferentes organizações de extrema-direita passaram a utilizar a web para atrair novos adeptos. Através da internet, membros de diversos movimentos neofascistas se relacionam, trocam experiências, propagam o ódio, e divulgam seus ideais de intolerância.

A Web acabou se transformando em palco de ativismo político. Os extremistas aproveitam a rapidez, o anonimato e a economia que este ambiente proporciona para divulgar seus ideais intolerantes. Na internet, eles conseguem alcançar um público amplo, divulgam facilmente suas ideologias e praticamente qualquer pessoa que possua um dispositivo tecnológico consegue acessá-las.

Assim, temos o ressurgimento em muitas sociedades, de ideologias fascistas, que se reestruturaram e se fortaleceram. Mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, da queda de Hitler e Mussolini e ainda assim, após os constantes esforços significativos empreendidos pela Educação, para que este tipo de ideologia jamais se repetisse, o fascismo ganha nova

cara, se modifica e ressurgue com fortes influências na política, ganhando cada vez mais espaço.

Os fascismos e a sua ressurgência

O fascismo enquanto movimento político nasceu oficialmente em Milão em 23 de março de 1919, num discurso de Mussolini na sala de reuniões da Aliança Industrial e Comercial de Milão. Porém, a palavra *fascismo* já tinha sido apropriada anteriormente, desde antes de 1914 e, só ao fim da Primeira Guerra Mundial o termo foi cunhado por Mussolini. Portanto, esse regime acabou dando seus primeiros passos na Itália, com Benito Mussolini e, só anos mais tarde surgiu um outro partido fascista na Alemanha, o Partido Nazista (PAXTON, 2007).

Muitos autores preferem utilizar o termo no plural, *fascismos*, considerando que dele existiu uma grande variedade, não só o alemão e italiano. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, *fascismo* ou *fascismos* é o “conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945”. Ainda segundo este autor, a palavra *fascismo* tornou-se uma denominação genérica por causa da primazia cronológica do regime italiano e também porque este movimento serviu de modelo para a maioria dos regimes de extrema-direita que surgiu depois (SILVA, 2005).

Considerando que existem vários fascismos, uma definição exata do que seria, torna-se difícil. Cada um desses movimentos possui suas particularidades. No entanto, todos eles tem aquilo que Robert Paxton chama de “paixões mobilizadoras”, ou seja, características gerais que nos levam a identificar esse fascismo, como por exemplo: um senso de crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais; a primazia de um grupo, no qual têm deveres superiores a qualquer direito e subordinação do indivíduo a esses deveres; a crença de que o próprio grupo é vítima, o que justifica qualquer ação violenta contra seus inimigos (PAXTON, 2007).

Dentro dessas características, podemos destacar a falta da alteridade social e a frieza perante o outro. A falta de amor foi o que permitiu os horrores praticados, como o holocausto, o assassinato de gays, homossexuais, ciganos, comunistas, entre outras minorias. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva,

No fascismo não há espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tampouco para sua educação e conversão num homem novo, como o comprova o extermínio de judeus e gays. Uma idéia força, raça ou nação, torna-se o único valor moral em torno do qual ergue-se um poderoso código de ação. Assim, armado com um sistema ideológico e mental

adequado, o fascismo identifica em si mesmo valores absolutos e qualquer diferença tornar-se-á objeto de eliminação violenta (SILVA, 2005:149).

Havia uma crença que o fascismo tinha acabado com o fim da Segunda Guerra Mundial. Os horrores apresentados após a derrota da Alemanha e Itália, juntamente com as novas condições do mundo moderno, fizeram muitos estudiosos acharem que esse fascismo não mais voltaria a existir. Principalmente os autores que fizeram uma análise historicista, ou seja, que ligaram a existência do fascismo apenas aos acontecimentos específicos da História, como o tratado de Versalhes ou a crises econômicas, afirmavam que este fascismo havia terminado com a queda de Mussolini e Hitler. No entanto, sobretudo a partir das décadas de 1990, o fim desse regime foi posto em dúvida quando uma série de acontecimentos começou a preocupar.

As condições para esse ressurgimento existem até os dias de hoje, como, a radicalização do individualismo, a crise dos projetos sociais coletivos, das utopias, o fim dos anteparos sociais representados pelas garantias do Estado (SILVA, 2004). Porém, esse fascismo não é mais o mesmo da II Guerra Mundial. Ele se adaptou as condições do mundo moderno, sendo um renascimento atualizado que se adequa a cada realidade nacional e não como uma repetição exata.

Esse renascimento – também chamado por alguns autores como neofascismo e neonazismo - apesar da Europa ter tido as condições mais propícias, surgiu também fora dela, principalmente nos territórios colonizados por europeus. Segundo Paxton (2007), a América Latina, entre 1930 e inícios da década de 1950, chegou mais perto que qualquer outro continente que não a Europa do estabelecimento de algo próximo a regimes fascistas. Como exemplo, o autor cita o governo de Getúlio Vargas no Brasil com o regime do Estado Novo, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado e o governo de Juan Péron na Argentina que tomou o poder em 1943.

Ao mesmo tempo que temos a ressurgência dos fascismos, sobretudo a partir das décadas de 1990, a internet explode para usuários domésticos. Diferentes organizações de extrema-direita passaram a utilizar a web para atrair novos adeptos. Na Internet eles conseguem divulgar facilmente seus ideais de maneira rápida, segura - por promover o anonimato - econômica e alcançam um público amplo.

Dentre as características destes novos fascistas, estão a desconfiança perante o outro, a violência e a agressividade como uma forma de linguagem, a recusa da alteridade social e um nacionalismo extremado. A falta de amor e a frieza permanecem como elementos centrais.

Mas, outras características foram acrescentadas, como novos símbolos, uniformes, novos meios de propaganda, além de um leque maior de “inimigos”. Hoje este “inimigo” pode ser o homossexual, o negro, o nordestino, o africano, dentre outros. Na verdade, o fascismo acabou ganhando novas formas e se adaptou à realidade do país. Como diz Paxton (2007), “Cada cultura especifica seu próprio inimigo nacional”.

Assim, através de uma propaganda atraente, que veicula ideias de progresso, de superioridade racial e de combate aos “inimigos”, esses grupos expandem seu espaço de atuação, atraindo pessoas do mundo inteiro. Como exemplos desses novos grupos e dessas novas formas de atuar e divulgar suas ideologias destacaremos dois sites de movimentos de extrema-direita: o *Tercera Fuerza Herencia, Tierra, Comunidad* (<http://www.tercerafuerzanacion.org>), e o *Grupo Nacional Socialista pro liberación de Venezuela* (<http://nacionalsocialismovenezuela.blogspot.com.br/>).

Porém, antes veremos alguns aspectos gerais sobre as pátrias destes grupos que nos ajudarão a conhecer um pouco dos dois países e a perceber as variações dos movimentos. Assim, abordaremos algumas informações sobre a história, a sociedade e a política de ambos os países.

Colômbia e Venezuela: aspectos gerais

Começaremos pela Venezuela, que possui uma população de 27.657 milhões de pessoas, sendo que 93,4% desse total vive nas cidades. O desemprego do país gira em torno de 8,8% da População Economicamente Ativa (PEA) e há três países em torno de sua fronteira: Colômbia, Brasil e Guiana. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,844 e 95% da população é alfabetizada. Economicamente o país se destaca na produção de petróleo, sendo que praticamente toda a economia venezuelana está atrelada ao ouro negro.

Não há como falar da Venezuela no tempo presente sem lembrar do chavismo, época que ficou conhecida pelo governo de Hugo Chávez, que assumiu a primeira presidência em 1999 com 56% dos votos e ficou até o ano de 2012. Durante seu governo, seu discurso esteve atrelado à busca de um maior equilíbrio internacional e na promoção de uma integração regional mais abrangente, tendo suas ações voltadas para a defesa dos direitos humanos e de combate à desigualdade e a exclusão social.

Chávez pregou como a “revolução bolivariana”, utilizando-se do “Bolívar revolucionário” para legitimar o “socialismo bolivariano chavista” ou também chamado de “Socialismo do século XXI”. Segundo Francisco das Chagas Leite Filho, consiste na

nacionalização dos setores estratégicos, começando pelo petróleo (que antes da ascensão de Chávez estava quase terceirizado) depois a eletricidade, a telefonia e o setor alimentar. Porém, este Socialismo pregado pelo ex-presidente venezuelano não abolia a propriedade privada e nem pedia para a ditadura de classes.

Os anos de Hugo Chávez na presidência ficaram marcados por uma retórica clara anti-Estados Unidos, o que acabou dando a Chávez notoriedade mundial, transformando o presidente venezuelano em uma das figuras políticas mais comentadas do cenário internacional. Vale ressaltar que, muitos países temiam uma maior aproximação com a Venezuela, tendo em vista a relação instável que Hugo Chávez manteve com os Estados Unidos.

Apesar de polêmico e das acusações de ditador, Chávez manteve durante seus anos de governo grande popularidade, comprovada na grande comoção popular quando se deu a notícia de seu falecimento em 2013. Os dados mostraram que Hugo Chávez fez uma mudança social na Venezuela, com melhorias na taxa de desemprego, no crescimento econômico do país, na saúde e na educação, através de programas sociais gratuitos, chamadas de Missões Bolivarianas. Atualmente, quem governa a Venezuela é Nicolas Maduro, que foi indicado pelo próprio Hugo Chávez.

A Colômbia faz fronteira a leste com a Venezuela e Brasil, e ao sul com o Equador e Peru. Tem uma população de mais de 45 milhões de habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,719 (2012) e possui 90,5% da população alfabetizada, sendo que 85% da população vive em áreas urbanas.

Na Colômbia, o governo enfrenta há anos o combate as guerrilhas como as FARC – Forças Revolucionárias da Colômbia - e os ELN – Exército de Libertação Nacional e também contra o tráfico de drogas, especialmente a cocaína, porém, sem muito sucesso. Durante o governo de Avaro Uribe (2002-2010), foi adotada uma política de enfrentamento e tolerância zero com as guerrilhas, que infringiu sérias perdas às FARC e os ELN e até mesmo chegou-se a pensar que as guerrilhas haviam sido derrotadas. Porém, já no governo do sucessor de Uribe, Juan Manuel Santos, as guerrilhas voltaram a mostrar força.

Essas guerrilhas surgiram como resultado de sangrentos conflitos entre trabalhadores e pequenos proprietários contra setores da oligarquia que já se desenvolviam desde 1946. Porém, a FARC só surgiu em 1962 e os ELN em 1964. Inicialmente o governo os percebeu como grupos isolados, sem organização. Porém, depois seu poder de organicidade foi notado pelas ações violentas e cada vez mais ousadas de sequestros de políticos e grandes proprietários, assaltos a bancos e ocupações de cidades (FILHO, 2012).

Se tratando da relação Colômbia e Venezuela, embora dividam as fronteiras, os dois possuem políticas diferentes e já entraram diversas vezes em conflitos, principalmente durante parte do governo de Hugo Chávez (1999-2012) na Venezuela e de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) na Colômbia. Os dois países mantiveram relações atribuladas por conta de posições político ideológicas bem distintas de seus governos. A começar pela estreita relação que a Colômbia mantinha com o governo dos Estados Unidos, enquanto que a Venezuela tinha uma política externa distinta, se distanciando do governo norte-americano, que empunhava severas críticas ao governo chavista.

Políticas tão diferentes que fizeram com que Hugo Chávez cortasse relações com o governo de Álvaro Uribe em 2010, chegando até mesmo a cogitar um enfrentamento armado. Uma das questões mais delicadas foi o tratamento dado às FARC. As tentativas de Chávez de tentar intermediar entre os militares e as FARC gerou desconfiança por parte de Álvaro Uribe que acusava o presidente venezuelano de dar cobertura à guerrilha.

No entanto, o governo venezuelano continuou nas negociações por meio de mediações, como a que aconteceu em julho de 2008, quando Chávez assumiu um papel crucial nas negociações para a libertação da ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, sequestrada em 2002. Mas, mesmo assim as relações entre os dois países continuaram difíceis e Chávez continuou sendo acusado por Uribe de ajudar as guerrilhas colombianas. Só com a chegada de Juan Manuel Santos à presidência da Colômbia que houve diminuição dessas tensões. Em pouco tempo, Santos restabeleceu as relações com a Venezuela e restaurou o diálogo e a colaboração entre os dois países.

Esse panorama geral é essencial porque nos proporciona o entendimento da história e política dos países em que o movimento de extrema-direita se encontra, neste caso Venezuela e Colômbia, além de nos auxiliar no entendimento das ligações que estes sítios fazem com a história e a atual política de seus países. Adiante, na análise comparativa que faremos dos dois sítios, perceberemos que eles se colocam como uma alternativa política para solucionar os problemas econômicos e sociais de seus respectivos países diante de governos que eles criticam ferozmente, através de notícias e textos tendenciosos, que revelam o seu verdadeiro apreço pelas ideologias fascistas.

Site *Tercera Fuerza* e blog *Nacional Socialista* em perspectiva comprada

Da Colômbia, selecionamos o site *Tercera Fuerza* (<http://www.tercerafuerzanacion.org>), uma organização neofascista que possui grande

respaldo entre os grupos skinheads locais adeptos desta ideologia e políticos de tendências de extrema-direita no país. Nascida em 2005, pertencente a um grupo homônimo, que tem como lema “Herencia, Tierra, Comunidad” e também chamada pelos criadores como “asociación cultural y centro de estudios sócios-políticos”.

Segundo a própria descrição, em seu site, é a continuação de um projeto que nasceu na cidade colombiana de Pereira e que permaneceu adormecido por anos, graças ao regresso de seus idealizadores à Espanha, país considerado por eles como a “mãe da Colômbia”. Eles têm como princípio restabelecer o espírito nacional-socialista na Colômbia e um de seus principais objetivos é a preservação da herança hispânica.

Segundo o movimento, dentre as formas de ser formam um novo homem do século XXI estão a firme disciplina, onde se deve obedecer à ordem das autoridades sem discussão, o espírito comunitário, o desprezo pelo dinheiro, não devendo haver discussões entre os seus membros sobre questões econômicas e, ainda precisam ter um espírito desportivo, sempre se preocupando com a forma física. Segundo o sítio, também é necessário que se preocupem com a formação cultural, lendo livros, se interessando pelas artes e por fim, uma ética de luta, onde eles defendem que a violência terá sentido quando o movimento for atacado injustamente.

Logo percebemos que se trata de um movimento bem organizado com um site sofisticado e com muitas imagens que nos remetem ao nazismo de Adolf Hitler. Seu principal símbolo é uma águia e uma bandeira vermelha, lembrando a bandeira do Partido Nazista. Na primeira página, temos espaços para propaganda de eventos organizados pelo movimento, fotos de reuniões e vários textos divididos da seguinte forma: “Arte y Cultura”, “Biografías”, “Doctrina y Fundamentos”, “Esoterismo y Paganismo”, “Historia”, “Libros e Archivos”, “Mujer Nacional Socialista”, “Naturaleza”, “Reza” e por último textos sobre o “Revisionismo”.

Sobre os textos, destacamos os da categoria “Revisionismo”, onde encontramos várias acusações contra os judeus. Eles os colocam como grupos que tem organizações e clubes que mantêm uma política constante de agressão à identidade e cultura ariana. Invertem a situação, ou seja, para o movimento, as vítimas foram os nazistas e os judeus são causadores de calúnias. Eles dizem que fazem análises da História e colocam argumentos que desmentiriam a versão de que houve a morte de 6 milhões de judeus nos campos de concentração. Tudo isso com base na defesa de que na História, nenhuma verdade é absoluta. Além de serem antissemitas, apesar de negarem, são extremamente nacionalistas, se consideram como o sangue puro por serem de herança hispânica.

No site também estão dispostas fotos de vários eventos que o movimento cria para seus participantes, alguns em comemoração ao aniversário de *Adolf Hitler* ou em homenagem a algum integrante do movimento que foi preso ou morto. Também é possível encontrar fotos do grupo em shows com bandeiras com a suástica, imagens de membros em acampamentos e treinamentos com uniformes militares fazendo alusão ao exército do III Reich.

Em relação aos eventos, são muitos aqueles que o movimento organiza. Pelo acompanhamento no site, é possível ver que os cartazes com as propagandas desses shows estão sempre sendo atualizados. Alguns deles nos chamaram mais atenção, como o do dia de 12 de outubro, chamado de o “Dia de la raza”, quando a organização comemora com muita festa a data que simboliza a chegada de Cristovão Colombo à América. Porém, estes jovens vão mais além. Eles se reúnem para reverenciar a chegada do homem branco ao continente americano. Sentem-se orgulhosos de serem descendentes hispânicos. Conforme diz Pedro Carvalho, “para os jovens o 12 de outubro celebrava o processo civilizador europeu, a herança branca trazida por seus viajantes e desbravadores, o sangue puro do Velho Continente” (CARVALHO, 2013).

Da Venezuela, o internauta pode encontrar o blog intitulado *Grupo Nacional Socialista proLiberación de Venezuela* (<http://nacionalsocialismovenenezuela.blogspot.com.br/>). É um grupo fundado em agosto de 2006, que diz que tem como intuito divulgar o nacional-socialismo e que o blog é um meio para propagandear suas ideias. Também se afirmam claramente como anticomunistas, antiliberais, nacionalistas e que são “uma alternativa política que convoca e é dirigida a todos os venezuelanos”.

No blog encontramos textos que fazem críticas à “Revolução Bolivariana” proposta pelo ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez e aos regimes de esquerda. Nesses mesmos textos, eles colocam os valores nazistas como a solução para problemas do mundo de hoje. Navegando nesse site, o internauta também vê a descrição de um Adolf Hitler como “um grande homem valoroso e sábio, um homem como poucos hoje em dia” e a comemoração do aniversário de figuras nazistas como Rudolf Hess descrito como “O grande Rudolf Hess”. Tudo que Hitler e seus apoiadores fizeram durante a II Guerra desaparece e tudo que resta para eles são os valores ditos como honestos, de amor à pátria e de bons gestores. Para o movimento, Adolf Hitler, Rudolf Hess, Joseph Goebbels entre outros, foram homens bons e exemplos a serem seguidos.

Em termos de estrutura física do site, não há grandes recursos, como o *Tercera Fuerza*, até por ser constituir num blog. Porém, é rico em textos tendenciosos que distorcem a verdade dos fatos e que se apoiam no uso do direito à liberdade de expressão para defenderem

suas ideias intolerantes. Além dos textos, também é possível encontrar links de outros sites que comportam a ideologia extremista e intolerante, como por exemplo, o “Tercera Fuerza”, já analisado aqui, o “Metapedia” e o “Nueva Orden”, entre outros.

Ainda que os dois grupos selecionados para o estudo estejam situados em países com histórias diferentes, políticas dessemelhantes, possuem muitas características e ideias similares. Nos dois, os grupos justificam a divulgação de suas ideias no direito de liberdade de expressão, se auto-afirmam como nem da esquerda e nem da direita e se colocam como uma nova alternativa para estabelecer a igualdade, justiça e dignidade. Comparando com o *Tercera Fuerza*, o *Nacional Socialista* da Venezuela, até mesmo por se constituir em um blog, é mais simples, sem tantos recursos e imagens quanto o sítio colombiano. Porém, nos dois sites, vemos uma ideologia inspirada no fascismo que prepondera em todos os conteúdos dos textos.

Em ambos, há a preocupação de mostrar um Hitler “amoroso”, há tentativas de justificar as ações dos nazistas durante a II Guerra Mundial, principalmente em relação ao holocausto e é forte a presença de textos revisionistas, onde se nega que morreram 6 milhões de judeus nos campos de concentração. Dentre os muitos textos, aqueles que colocam a culpa nos judeus para os problemas que afetaram a Alemanha durante os anos de guerra ganharam mais espaço. Nos dois, além de haver a xenofobia, o racismo, o antissemitismo, também se manifestam contrários aos imperialismo imposto por países da União Europeia e principalmente dos Estados Unidos, valorizando sua identidade nacional São adeptos desse Nacional Socialismo, entretanto, ele é adaptado à realidade de cada país e de cada movimento.

Considerações Finais

Ao estudarmos a ressurgência dos fascismos através de sites na internet, concluímos que isso se deu de forma adaptada, atualizada e não como uma repetição do que ocorreu nas décadas de 1920 e 1940. Hoje, esses fascismos se adequam ao local onde ressurgem. Os símbolos, uniformes, músicas e discursos foram adaptados e, como vimos, o leque de inimigos ampliou, podendo ser o negro, o judeu, o homossexual, o nordestino, cigano, entre outras minorias. Entretanto, a essência do fascismo - a falta de amor ao próximo e a frieza - permanecem como elementos centrais.

Nessa pesquisa, percebemos que a extrema-direita se apropria do ciberespaço para divulgar seus ideais de ódio ao outro que não se encaixa em seus padrões de raça e sociedade. Assim como no passado, os fascistas utilizavam dos meios mais modernos disponíveis para

propagandear suas ideologias, hoje os neofascistas fazem uso das facilidades que a internet proporciona – rapidez, acessibilidade, baixo custo, anonimato - para ganharem cada vez mais adeptos.

Em ambos os sites, através da História Comparada, vimos semelhanças e diferenças nesses movimentos de extrema-direita. O colombiano *Tercera Fuerza* é mais ativo, promove principalmente na capital colombiana Bogotá, eventos com grande número de participantes, passeatas nas ruas onde divulgam seus ideais, inclusive deixando símbolos e frases fascistas pintados pelas cidades.

Percebemos que o site do movimento *Tercera Fuerza* é uma comunidade muito organizada, atualizada com as notícias de seu país e vemos que eles investem fortemente na propaganda de seus ideais, com músicas, cartazes e redes sociais. Já o movimento venezuelano é menos ativo e, ao contrário do colombiano, não é um sítio que está sempre sendo atualizado com notícias referentes a Venezuela, tanto que sua última publicação, até o momento de encerramento deste texto 29/07/2014, data de 07 de setembro de 2013.

Nosso método escolhido, a História Comparada, por fazer o historiador sair do seu conforto e analisar mais de uma sociedade, nos permitiu conhecer alguns aspectos ligados às realidades política e social da Venezuela e Colômbia e, isso oportunizou observar que mesmo existindo diferenças - por ser dois países com histórias e culturas distintas – a capacidade de adaptação dessas ideologias fascistas é muito ampla. Esses movimentos conseguem absorver os problemas de seus países, das suas sociedades e transformam isso num discurso elaborado, colocando as ideias de Hitler, Mussolini como uma alternativa e solução para seus problemas.

Portanto, o estudo comparativo desses movimentos nos mostrou diferenças que vão desde estrutura dos sites até a própria movimentação dos grupos em seus respectivos países. Entretanto, notamos também muitas similaridades que demonstram que esse neofascismo, apesar de atravessar duas realidades distintas, na sua essência continua um só: intolerante, frio e visceral. Assim, fica evidente que o fascismo não terminou com o fim da II Guerra Mundial, que ainda hoje existem adeptos que divulgam com força esta ideologia.

Referências:

ARAÚJO, Rafael. **É possível um chavismo sem Chávez? Um balanço histórico da Revolução Bolivariana e do Futuro Político da Venezuela.** Cadernos do Tempo Presente, n. 11, janeiro-março de 2013.

BARROS, José D' Assunção. **História Comparada** – Um novo modo de ver e fazer história – volume 1, número 1, 2007.

BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: GODOY, Gigi; HOURCADE, Eduardo. **Marc Bloch: una historia viva. Estudio preliminar y seleccion de textos**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

CARVALHO, Pedro. **O som da intolerância: a hate music e os fascismos da América do Sul (1990-2010)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

COHEN, Dan; ROSENZWEIG, Roy. **Promises and Perils of Digital History**. In: Digital History: a guide to gathering, preserving and presenting the past on the Web.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FILHO, LEITE. **Quem tem medo de Hugo Chávez? América Latina**: integração pra valer. São Paulo: Aquariana, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carolos Irineu da Costa. São Paulo, Editora 34, 1999.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Fapitec/Multifoco, 2011.

_____. (Org.). **História, Neofascismos e Intolerância**: Reflexões sobre o Tempo Presente. São Cristóvão/Rio de Janeiro: EDUFS/Multifoco (Luminárias), 2012.

PAXTON, Robert. **A anatomia do Fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SALEM, Helena. **As Tribos do Mal**: O Neonazismo no Brasil e no Mundo. São Paulo: Atual Editora, 1995.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O século XX: entre luzes e sombras. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Os Fascismos. In: FILHO R. A Daniel; FERREIRA Jorge; ZENHA Celeste (Orgs). O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O Terceiro Reich: O Império do Terror. In: CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei (Coord.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GT 9:**MONOTONGAÇÃO DOS DITONGOS /ay/, /ey/ E /ow/ NA ESCRITA DE ALUNOS DOS ANOS FINAIS DA PRIMEIRA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ITABAIANA (SE): INFLUÊNCIA DA FALA NA ALFABETIZAÇÃO****Autor: Evando Marcos dos Santos**

Graduando em Letras Português - UFS

Bolsista PIBIC Letras - UFS

evandovascao@hotmail.com

Coautor: José Humberto dos Santos Santana

Graduando em Letras Português - UFS

Voluntário IC Letras - UFS

humbertosantana88@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariléia Silva dos Reis (DLI-UFS)**Introdução**

O fenômeno da monotongação refere-se ao apagamento da semivogal de um ditongo decrescente, reduzindo o encontro vocálico a somente uma vogal. Neste artigo, analisa-se o modo como vem se manifestando o referido processo na produção textual escrita de crianças que completam o ciclo da infância, designação atribuída aos três primeiros anos de escolarização voltados à alfabetização, bem como descrevem-se os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a recorrência do apagamento das semivogais /y/ e /w/ dos ditongos orais decrescentes /ay/, /ey/ e /ow/ na escrita dos referidos sujeitos, nos anos finais da primeira etapa do Ensino Fundamental de uma escola pública da região periférica de Itabaiana/SE⁸⁸.

A opção por este nível de escolaridade dá-se pelo fato de os três primeiros anos escolares serem marcados por uma escrita muito fiel aos traços de oralidade da língua: para a criança, a escrita assume uma relação biunívoca com a fala, o que não é verdadeiro. Neste sentido, a proposta pretende subsidiar uma pedagogia da variação linguística que auxilie o

⁸⁸ O presente estudo constitui parte da segunda etapa do projeto “Ensino de leitura em Itabaiana (SE): por uma pedagogia da variação linguística”. Na primeira fase da pesquisa, descreveu-se a monotongação da fala das crianças-sujeito da pesquisa. Neste segundo momento, a língua escrita. Trata-se de uma proposta de iniciação científica coordenada pela Profa. Dra. Mariléia Silva dos Reis, com três planos de trabalhos de alunos de graduação: um voltado para uma escola de zona urbana, um para uma escola de zona rural; e um para uma escola de zona periférica (escola situada numa região de invasão).

professor na mediação do processo de automonitoramento do aluno no que diz respeito à distinção entre escrita e fala dos usuários de uma dada língua: de posse aos resultados desta pesquisa, os professores poderão melhor orientar os alunos em relação aos ambientes fonológicos mais favoráveis à incidência da monotongação, na modalidade escrita da língua.

No português do Brasil, o apagamento da semivogal /y/ dos ditongos /ay/ e /ey/ é considerado um processo estável, visto que está sujeito a restrições estruturais fortes, isto é, a condicionamentos fonológicos precisos (MOLLICA, 1998, p. 59). A supressão da semivogal /w/ do ditongo /ow/, entretanto, já é considerada uma mudança implementada no português brasileiro (CRISTOFOLINI, 2011, p. 206).

O processo de monotongação e a variação linguística

Estudos sociolinguísticos evidenciam que, dentre os 11 ditongos orais decrescentes existentes no português brasileiro, somente [ay], [ey] e [ow] são passíveis de sofrerem apagamento das semivogais na fala (MENECHINI, 1983; CABREIRA, 1996; PAIVA, 1996 ARAÚJO, 2000). Este fenômeno, que consiste em uma redução do ditongo à vogal simples ou pura, por um processo de assimilação completa (SEARA, 2008), existe desde a passagem do latim clássico ao vulgar e mantém-se nas línguas românicas. Como não sofre nenhuma avaliação que o estigmatize, nem representa um “erro”, pois não apresenta alteração no sentido da palavra, o apagamento das semivogais /y/ e /w/ é bastante produtivo no português brasileiro oral (HORA, 2007). Segundo Aragão (2000), trata-se de uma variante diastrática (social) e não diatópica (regional) porque pesquisas sociolinguísticas constataam a ocorrência desse fenômeno em todas as regiões brasileiras.

Câmara Jr. (1979) considera a monotongação um fenômeno puramente fonético, porque o ditongo, embora seja monotongado na fala, permanece na grafia formal, razão que nos motivou à realização da pesquisa, na fase inicial da escrita.

“Mudança fonética que consiste na passagem de um ditongo a uma vogal simples. Para pôr em relevo o fenômeno da monotongação, chama-se, muitas vezes, monotongo à vogal simples resultante, principalmente quando a grafia continua a indicar o ditongo e ele ainda se realiza numa linguagem mais cuidadosa. Entre nós há, nesse sentido, o monotongo /ô/, em qualquer caso, e os monotongos /a/ e /ê/ diante de uma consoante chiente: (c)caixa, como acha, (d)deixa, como fecha.” (CÂMARA Jr, 1979, p. 170)

De acordo com Collischonn (1999), somente os ditongos leves, que são formados ainda no nível lexical, podem sofrer monotongação. Esses ditongos são ligados a um único

elemento V e ocupam apenas uma unidade de duração, ocorrendo a divisão melódica somente no nível da raiz.

Para Hora (2007), o processo de monotongação tem sua ocorrência condicionada, principalmente, pelo contexto fonológico seguinte, portanto os ditongos [ay] e [ey] monotongam mais frequentemente diante de fricativas alveolopalatais [ʃ], [ʒ] e tepe [ɾ] (LOPES, 2002; PEREIRA, 2004; BAGNO, 2012). Na mesma direção, Bisol (1994) descreve que, nos contextos /ʃ, ʒ/, os ditongos [ay] e [ey] possuem apenas uma vogal na forma subjacente, portanto a presença ou a ausência do glide em [veyʹfami] e [ˈkaʃa], por exemplo, deve-se à presença da consoante palatal. Esse fato decorre de um processo assimilatório que ocorre no *tier* melódico, em que o traço alto da consoante / ʃ / é compartilhado por dois segmentos vizinhos.

No ambiente de tepe /ɾ/, por sua vez, por alternar livremente com a vogal simples e por não implicar mudança de sentido, como em [caʹdeyra ~ caʹdera] e [priʹmeyru ~ priʹmeru], a autora considera a estrutura [ey] um ditongo leve, portanto, quando seguido de líquida não lateral, não existe na estrutura profunda. Para defender esse ponto de vista, a autora parte da existência de pares /a, ey/ – primário, primeiro – em que há uma relação de metátese, de modo que a vogal /a/ alterna com /ey/ na derivação; e do pressuposto de que as consoantes líquidas /l, r/ formam com as vogais, considerando a escala de sonoridade, a classe que possui o traço vocálico e de que existe entre a vogal e a consoante líquida /ɾ/, considerando a organização de traços binários, um vazio que pode ser preenchido por um glide.

O ditongo [ow], no entanto, pode sofrer monotongação em qualquer contexto fonético (LOPES, 2002; COSTA, 2004; BAGNO, 2012). Ao correlacionar as variáveis linguísticas (i) ponto e modo de articulação do segmento seguinte ao ditongo, (ii) extensão da palavra, (iii) tonicidade da sílaba em que o ditongo ocorre e (iv) a estruturação interna da palavra (incidência do ditongo no radical ou no sufixo do vocábulo), os estudos de Paiva (1996) evidenciam que o apagamento de [w] ocorre independentemente de qualquer restrição, tendo por motivação somente a estrutura inteira do ditongo. Para a autora, a natureza fonética da vogal-base é o único fator que atua positivamente na supressão de ambas as semivogais.

Nos estudos de Cabreira (1996), Silva (2004) e Hora (2007), o ditongo [ay] é o mais resistente à monotongação; o ditongo [ey] é menos restritivo que [ay], porém, menos monotongado que [ow]. Para Silva (2004), a monotongação de [ow], uma vez que ocorre em

qualquer contexto, independentemente das variáveis linguísticas e/ou sociais, pode ser considerada um estado de mudança praticamente consumada.

De acordo com Cristofolini (*op. cit.*, p. 224), o ditongo /ow/, em relação às variáveis linguísticas e extralinguísticas, é sensível somente à tonicidade da sílaba do próprio ditongo. Entretanto, ao analisá-lo acusticamente, a autora constata a existência de duas variáveis: a manutenção do ditongo (retenção da semivogal) e a monotongação (apagamento total). Quando ocorre a monotongação, o apagamento da semivogal alonga a duração da vogal [o] ou a semivogal é reduzida, mostrando indícios de sua presença na coarticulação da vogal para o segmento seguinte.

Como pressuposto teórico-metodológico, adotamos a teoria da variação e mudança linguística, que consiste na análise e descrição da variação das estruturas básicas de funcionamento da língua. Segundo Tarallo (1985), variação linguística são duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade. Motivada por um conjunto complexo de parâmetros, por condicionamentos ou variáveis que favorecem ou inibem o emprego de variantes (LABOV, 2008 [1972]), a variação linguística consiste em um fenômeno sistemático, organizado e explicado no próprio processo evolutivo da língua (BORTONI-RICARDO, 2004).

Metodologia e resultados

Para o estudo dos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a recorrência do processo de apagamento das semivogais /y/ e /w/ dos ditongos decrescentes orais /ay/, /ey/ e /ow/, respectivamente, na produção textual escrita, adotou-se como *corpus* de análise 38 textos escritos por alunos dos três últimos anos da primeira etapa do Ensino Fundamental de uma escola pública da região periférica de Itabaiana/SE. Os textos foram coletados em três oficinas de alfabetização e letramento. Em cada oficina, que teve duração de 03 horas/aula, lemos e contextualizamos, com os alunos de cada ano, a obra infantil “Uxa, ora fada, ora bruxa”, de Sylvia Orthof, cujo enredo é constituído de inúmeros vocábulos que apresentam ocorrências dos referidos ditongos decrescentes. Após a leitura e contextualização, cada aluno escreveu um pequeno conto da referida obra, dando ênfase às características das personagens e aos fatos (acontecimentos) que consideraram mais interessantes.

Foram analisadas 77 *ocorrências* de ditongos decrescentes orais /ay/, /ey/ e /ow/, em que identificamos: a) /ay/: 3 *monotongos*; b) /ey/: 3 *monotongos*; e c) /ow/: 26 *monotongos*. Tais *ocorrências* foram cotejadas às variáveis linguísticas: *classe de palavra*, *tonicidade da sílaba*, *contexto fonológico anterior* e *contexto fonológico posterior*; e às variáveis extralinguísticas: *localidade geográfica*, *faixa etária*, *escolaridade* e *sexo* dos informantes, conforme tabelas abaixo:

Variáveis extralinguísticas	Variáveis linguísticas
1. Faixa etária A: (8 – 9 anos) B: (9 – 10 anos) C: (10 – 12 anos)	1. Classe de palavra Verbo Não verbo
2. Sexo Masculino Feminino	2. Tonicidade da sílaba Tônica
3. Escolaridade Ensino fundamental I – (3º ao 5º ano)	3. Contextos fonológicos anteriores Vogais
4. Localidade geográfica Zona periférica	4. Contextos fonológicos posteriores Consoantes e vogais

Tabela 1: Relação das variáveis independentes controladas

Controlamos como variável dependente a presença/apagamento das semivogais /y/ e /w/ nos ditongos orais /ay/, /ey/ e /ow/, na produção textual escrita de crianças que cursam os três últimos anos da primeira etapa do Ensino Fundamental. Os dados coletados foram submetidos à análise estatística.

Na análise das variáveis independentes de natureza linguística, controlamos:

a) *classe de palavra*: classificamos as palavras em: *verbo* e *não verbo* (substantivos, adjetivos, advérbios, etc) para observarmos o condicionamento da variável independente “classe de palavra” à variável dependente: presença/apagamento das semivogais dos ditongos em questão, na modalidade escrita.

Na amostra estudada, foram encontradas, na classe de palavra “não verbo”, duas *ocorrências* de apagamento da semivogal /y/ do ditongo /ey/, que corresponde a 9% do total; vinte e cinco *ocorrências* de apagamento da semivogal /w/ do ditongo /ow/, que corresponde a 76%; e nenhuma *ocorrência* de apagamento da semivogal /y/ do ditongo /ay/. Na classe “verbo”, entretanto foi encontrada uma *ocorrência* de apagamento da semivogal /w/ do

ditongo /ow/, que corresponde a 4% do total; e três ocorrências de apagamento da semivogal do ditongo /ay/, que corresponde a 75%.

Observando a motivação desta variável independente em relação à variável dependente, constatamos que a variável “classe de palavra” condiciona, significativamente, a presença/apagamento dos ditongos em questão, no uso da modalidade escrita da língua, porque o percentual de apagamento das semivogais /y/ e /w/ dos ditongos /ay/ e /ow/, em palavras *verbo* foi maior do que em *não verbo*. Desse modo, há maior probabilidade de apagamento dos ditongos /ay/ e /ow/ em verbos do que em substantivos, adjetivos e advérbios. Em relação ao ditongo /ey/, o maior percentual de apagamento da semivogal ocorreu em palavras *não verbo*, embora o índice não seja tão expressivo: 9%.

b) *tonicidade da sílaba*: observando a motivação desta variável independente em relação à variável dependente, verificamos que a variável “tonicidade da sílaba” não condiciona a presença/apagamento dos ditongos em estudo, no uso da modalidade escrita da língua, porque o apagamento dos ditongos /ay/, /ey/ e /ow/ também ocorreu em sílabas pretônicas, como em: ap/ai/xonou ~ ap/a/xonou, enf/ei/tiçava ~ enf/e/tiçava e ch/ou/riço ~ ch/o/riço.

c) *contexto fonológico anterior*: observando a motivação desta variável independente em relação à variável dependente, verificamos que a variável “contexto fonológico anterior” não condiciona a presença/apagamento dos ditongos em questão, no uso da modalidade escrita da língua, pois o contexto que antecede a semivogal /y/ é a vogal /a/ ou a vogal /e/, e o contexto que antecede a semivogal /w/ é a vogal /o/.

d) *contexto fonológico posterior*: observando a motivação desta variável independente em relação à variável dependente, constatamos que a variável “contexto fonológico posterior” condiciona, significativamente, a presença/apagamento dos ditongos em questão, no uso da modalidade escrita da língua.

Na análise desta amostra, foram controlados os contextos posteriores: alveolopalatais /ʃ, ʒ/, bilabiais /p, b, m/, velares /k, g/, labiodentais /f, v/, alveolares /l, n/, tepe /r/ e vogal, entretanto foram encontradas ocorrências somente em contexto alveolopalatal /ʃ, ʒ/, tepe /r/ e bilabial /p/.

Em contexto alveolopalatal, encontramos três ocorrências de apagamento da semivogal /y/ do ditongo /ay/, que corresponde a 100% do total de ocorrências. Embora o

total de ocorrências de apagamento desta semivogal, em nossa amostra, seja pequeno, o resultado alcançado evidencia que o segmento consonantal alveolopalatal / $\int$ / é o contexto fonológico posterior de maior motivação de apagamento da referida semivogal, na modalidade escrita da língua.

Também encontramos, em contexto alveolopalatal, duas ocorrências de apagamento da semivogal /y/ do ditongo /ey/, que corresponde a 66% do total de três ocorrências. Em tepe, por sua vez, encontramos uma ocorrência, que corresponde a 33%. Este fato evidencia que a consoante alveolopalatal é o contexto fonológico posterior de maior motivação de apagamento da semivogal do ditongo /ey/, na modalidade escrita da língua, e que o tepe é segundo maior motivador. Essa constatação corrobora os estudos de Bisol (1994), que defendem o pressuposto de que, diante de palatal ou vibrante simples, o ditongo consagrado pela escrita possui, em muitos vocábulos, apenas uma vogal na forma subjacente.

Em contexto bilabial, encontramos duas ocorrências de apagamento da semivogal /w/ do ditongo /ow/, que corresponde a 8% do total de vinte e cinco ocorrências. Em tepe, por sua vez, encontramos vinte e três ocorrências, que corresponde a 92%. Este fato evidencia que o tepe é o contexto fonológico posterior de maior motivação de apagamento da referida semivogal, na modalidade escrita da língua.

Na análise das variáveis independentes de natureza extralinguística, controlamos:

a) *localidade geográfica*: os informantes que constituem nosso *corpus* são residentes na zona urbana da cidade de Itabaiana (SE). Como o projeto “Ensino de leitura em Itabaiana (SE): por uma pedagogia da variação linguística” abrange não só a zona urbana da referida cidade, mas também as zonas periférica (de invasão) e rural, estabelecemos uma comparação entre os percentuais de apagamento dos ditongos /ay/, /ey/ e /ow/, obtidos por meio de estudos realizados nas três zonas de abrangência de tal projeto.

Observando a motivação da variável independente “localidade geográfica” em relação à variável dependente, verificamos que as crianças residentes na zona periférica de Itabaiana (SE) apagaram mais o ditongo /ow/, na modalidade escrita, do que as residentes nas zonas urbana e rural; que as crianças residentes na zona rural apagaram mais o ditongo /ey/ do que as residentes nas zonas urbana e periférica; e que as crianças residentes na zona urbana e as residentes na zona rural apresentaram o mesmo percentual de apagamento do ditongo /ay/, na escrita. Desse modo, constatamos que a localidade geográfica condiciona a

presença/apagamento dos ditongos de modo individual. Sendo assim, o percentual de apagamento do ditongo /ey/ é maior na zona rural e menor na zona periférica; o de /ay/ é maior na zona periférica e menor na zona urbana; e o de /ow/ é maior na zona periférica e menor na zona rural. Esse fato contradiz os estudos de Preti (1994), que evidenciam que os habitantes da zona urbana, uma vez que tem maior acesso aos meios de comunicação de massa e a práticas sociais de uso da escrita, adquirem mais rapidamente a linguagem próxima da norma gramatical do que os residentes nas zonas periféricas e rurais.

b) *faixa etária e escolaridade*: os resultados alcançados referentes à idade e escolaridade dos informantes demonstram que tais variáveis condicionam a presença/apagamento das semivogais dos ditongos em questão, na modalidade escrita da língua.

Observando o percentual de apagamento da semivogal do ditongo /ay/, considerando a faixa etária e a escolaridade dos informantes, constatamos que os alunos de faixa etária A (8 a 9 anos) e escolaridade terceiro ano apagam mais a semivogal /y/ do que os de faixa etária B (9 a 10 anos) e C (10 a 12 anos) e escolaridade quarto e quinto anos, pois, enquanto os alunos mais velhos apagaram 50% do total de ocorrências, os mais novos apagaram 100%.

Quanto à semivogal do ditongo /ey/, verificamos que os alunos de faixa etária B (9 a 10 anos) e escolaridade quarto ano, apagam mais a semivogal /y/ do que os de faixa etária C (10 a 12 anos) e escolaridade quinto ano porque, enquanto os alunos mais novos apagaram 25%, os mais velhos apagaram 11% do total de ocorrências.

Em relação à semivogal do ditongo /ow/, averiguamos, também, que os alunos de faixa etária C (10 a 12 anos) e escolaridade quinto ano apagam menos a semivogal /w/ do que os de faixa etária A (8 a 9) e B (9 a 10) e escolaridade terceiro e quarto anos, pois, enquanto os alunos mais velhos apagaram 27% do total de ocorrências, os mais novos apagaram, respectivamente, 55% e 55% do total de ocorrências. Essas evidências corroboram os estudos de Mollica (*op. cit.*), que demonstram que o apagamento das semivogais dos referidos ditongos é reduzido, na modalidade escrita da língua, com o avanço simultâneo da idade e escolaridade.

c) *sexo*: os resultados alcançados, considerando os sexos (masculino e feminino) dos informantes, evidenciam que a variável independente “sexo” condiciona a presença/apagamento das semivogais dos ditongos em questão, na modalidade escrita.

Observando a motivação desta variável em relação à variável dependente, verificamos, na amostra, que, embora os percentuais de apagamento de /ey/ sejam equivalentes, o sexo masculino apresentou percentuais de apagamento dos ditongos /ay/ e /ow/ maiores do que os do sexo feminino. Esta evidência corrobora nossa hipótese e os estudos realizados por Mollica (*op. cit.*), que demonstram que as meninas, que são mais sensíveis ao uso de formas linguísticas padrão, apresentam menor percentual de apagamento dos ditongos /ay/ e /ow/ em relação aos meninos, que são mais sensíveis ao uso de formas linguísticas não padrão.

Conclusão

Os resultados alcançados evidenciam que a presença/apagamento das semivogais /y/ e /w/ dos ditongos decrescentes orais /ay/, /ey/ e /ow/, na produção textual escrita, é condicionada pelos fatores extralinguísticos: faixa etária, escolaridade e localidade geográfica; bem como pelos fatores linguísticos: contexto fonológico posterior (tipo de consoante) e classe de palavra (verbo).

Em relação à variável independente de natureza linguística “contexto fonológico posterior”, constatamos que o maior índice de apagamento do ditongo /ow/, na modalidade escrita, ocorre em ambiente fonológico seguido de tepe /t/, como em: /loura ~ lora/, /cenoura ~ cenora/, e /vassoura ~ vassora/. Em relação a variável classe de palavra, averiguamos que o maior percentual de apagamento de /ow/ ocorre em verbos. O maior percentual de apagamento de /ey/, entretanto, ocorre em ambientes seguidos de consoantes fricativas alveolopalatais vozeada /ʃ/ e desvozeada /ʒ/, como em beijo ~ bejo, e de tepe ou vibrante simples, como em /dinheiro ~ dinhero/; e em palavras não verbo. O maior percentual de apagamento de /ay/, por sua vez, ocorre em contextos seguidos de consoantes alveolopalatais /ʃ, ʒ/, como em /apaixonou ~ apaxonou/, e em verbos.

Quanto às variáveis independentes de natureza extralinguística, verificamos que, quanto menor a faixa etária e o nível de escolaridade, maior é o percentual de apagamento dos ditongos em estudo, na modalidade escrita. Desse modo, evidencia-se que a inserção (presença) das semivogais ocorre, gradativamente, com o avanço simultâneo da idade e da escolarização, pois depende, necessariamente, da compreensão e assimilação das diferenças existentes entre fala e escrita, e, conseqüentemente, do contato constante do aprendiz com as práticas de leitura e com as práticas sociais de uso da escrita. Quanto à localidade geográfica,

averiguamos que esta variável condiciona a presença/apagamento dos ditongos de modo individual. Sendo assim, o percentual de apagamento do ditongo /ey/ é maior na zona rural e menor na zona periférica, o de /ay/ é maior na zona periférica e menor na zona urbana, e o de /ow/ é maior na zona periférica e menor na rural. Quanto ao sexo, constatamos que esta variável condiciona a presença/apagamento das semivogais dos ditongos em questão, na modalidade escrita, pois os percentuais de apagamento do sexo masculino são maiores do que os do feminino.

Tendo em vista que, nesse trabalho, avançamos em direção à escrita de crianças da primeira etapa do ensino fundamental, delimitando os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o processo de apagamento das semivogais dos ditongos /ay/, /ey/ e /ow/, na modalidade escrita da língua, esperamos que os resultados alcançados na amostra estudada possam conscientizar os professores quanto ao conjunto de parâmetros que favorecem ou inibem o reflexo de tal fenômeno na escrita, para que possam melhor orientar os alunos em relação aos ambientes fonológicos mais favoráveis à incidência de monotongação, pois conhecer os usos linguísticos (adequações e inadequações) e desenvolvê-los de modo sistemático constituem as precondições fundamentais à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno da língua escrita.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, M. S. S. Ditongação x Monotongação no falar de Fortaleza. **Graphos**. João Pessoa, p. 109-122, dez. 2000.
- ARAÚJO, M. F. R. de. Considerações sobre a monotongação do ditongo decrescente [ɛy] no dialeto de Caxias (MA). **Revista Letras**, PUC-Campinas, v. 19, n. 1/2, p. 121-137, dez. 2000.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BISOL, Leda. Ditongos derivados. **DELTA**, v. 10, n. Especial, p.123-140, 1994.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CABREIRA, Sílvia Henrique. **A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1996.
- CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

COLLISCHONN, Gisela. A sílaba em português. In: BISOL, Leda (org). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 91-124.

COSTA, Cristine Ferreira. **Fonologia lexical e controvérsia neogramática: análise das regras de monotongação de /ow/ e vocalização de /l/ no PB**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CRISTOFOLINI, Carla. Estudo da monotongação de [ow] no falar florianopolitano: perspectiva acústica e sociolinguística. **Revista da ABRALIN**, v.10, n.1, p. 205-229, jan./jun. 2011.

HORA, Dermeval da. A monotongação na produção escrita: reflexo da fala. In: X SIMPOSIO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 1, 2007, Santiago de Cuba. **ACTAS I del X Simposio Internacional de Comunicación Social**. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, v. 1, p. 127-131, 2007. Disponível em: <http://www.santiago.cu/hosting/linguistica/actas.php?Simposios=X&Actas=1>.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LOPES, Raquel. **A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA**. Dissertação (Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

MENECHINI, F. M. **O fenômeno da Monotongação em Ibiacá**. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: PUCRS, 1983.

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M. & SHERRE, M. M. D. (orgs). **Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 217-236.

PEREIRA, Gerusa. **Monotongação dos ditongos [aj], [ej], [ow] no português falado em Tubarão (SC): estudo de casos**. Dissertação (Mestrado). Tubarão: Unisul, 2004.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: Os níveis da fala: Um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SEARA, Izabel Christine. **Fonética e Fonologia do Português Brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

SILVA, Fabiana de Souza. O processo de monotongação em João Pessoa. In: HORA, Dermeval da. **Estudos Sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa: CNPq/ILAPEC/VALB, 2004. p. 29-44.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE DITADURA E EDUCAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA NA DÉCADA DE 70.

Autora: Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PIBID/CAPES

tais.historia-ufs@hotmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO:

A história do Brasil dos anos de 1964 a 1985 foi marcada por uma ditadura civil-militar caracterizada por extremo autoritarismo, repressão, violência, nas relações entre o estado que estava se estabelecendo e a oposição, formada por uma sociedade de insatisfações e de diversos movimentos sociais. Desenvolveu-se a partir desta conjuntura um discurso político dominante, que tinha por finalidade manter os militares no domínio do poder, procurando convencer o povo de que as medidas utilizadas por eles tanto no campo físico quanto no campo ideológico e intelectual fossem beneficiárias a todos.

Com o golpe civil militar de 1964, defendido pelos golpistas como “Revolução de 1964”⁸⁹, que seria necessária para a instauração de um regime democrático e correspondente à vontade do povo, reforçou-se a ideia de que seria fundamental a intervenção militar para o restabelecimento e manutenção da ordem e para a boa convivência em sociedade no país. Os militares, associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, incentivados e respaldados pelo governo norte-americano, justificaram o golpe como “defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista” (HABERT, 2003:8), longe da ameaça ao desenvolvimento econômico e ao progresso. A disseminação desse pensamento tentava legitimar o uso da autoridade em nome do “bem comum”. Havia, entretanto um contexto mais amplo neste processo de mudanças, como “o papel que a economia brasileira vinha desempenhando no sistema econômico mundial” (ALVES, 1984:19).

Buscar o entendimento dos interesses e valores envolvidos pelos segmentos sociais que constituíam o poder naquele momento é essencial para tentar compreender como os diversos mecanismos autoritários desenvolvidos foram instrumentos de dominação política e

⁸⁹ Tendo como *Revolução* a quebra da hierarquia social e política de determinada nação, derrubando o que estava no topo e colocando os que estavam embaixo desta hierarquia no topo, o que aconteceu neste período foi um movimento armado que quebrou a ordem jurídica buscando conter o movimento de caráter socialista, de oposição e impor não um regime liberal, mas sim um regime de rígido controle perante a nação.

social. Tentavam não somente controlar como também ter o consenso da população, nas atitudes utilizando a força, inculcando ideias ou fazendo uso da “Doutrina de Segurança Nacional”⁹⁰, e assim atuavam em diversas esferas da sociedade.

Promover o Brasil a “Grande Potência” fazia parte dos objetivos contidos na Doutrina de Segurança Nacional – sustentação ideológica de todos os governos militares desde 1964 [...] “Segurança Nacional” significava, pois, desenvolver a economia [...] (HABERT, 2003:20).

Os anos 70 podem ser observados como mais duros do período ditatorial, os “Anos de Chumbo”⁹¹ trouxeram diversos exílios, prisões, torturas, desaparecimentos de presos políticos, luta armada e forte combate a movimentos sociais. Foi também o período em que o setor da economia passava pela consolidação da expansão do capitalismo o chamado “Milagre Econômico” (1968-1974). A censura estava institucionalizada logo nos primeiros anos do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e tornou-se uma das mais fortes formas de apoio à ditadura, desta forma, foram censuradas diversas atividades que fossem contra o regime. Aqueles anos resultavam de anos anteriores e caminhavam para os anos posteriores de regime repressivo constituintes do processo histórico em que o país vinha vivendo.

A década de 70 esteve mergulhada numa ditadura militar que não começou e nem terminou naqueles anos. O governo Médici foi a consolidação de uma trajetória cujas pontas mais próximas estavam no golpe civil e militar que depôs o presidente João Goulart (Jango) em março de 1964, instaurando uma ditadura militar que viria a durar 21 anos. (HABERT, 2003:8).

O governo Médici, ocorrido nos primeiros anos da década de 70 trouxe uma legitimidade de Segurança Nacional “baseada em crescimento econômico contínuo e acelerado” (ALVES, 1984:150). O estado estava mudando, e desde o decreto do AI-5⁹² a atuação ditatorial começou a fazer restrições mais severas a ações da sociedade civil por meio de limitação dos direitos sociais coletivos e individuais concentrando-os nas mãos da presidência do país. Neste sentido, houve a intervenção sobre todas as instituições, inclusive

⁹⁰ A Doutrina de Segurança Nacional – DSN foi elaborada pelos EUA. O funcionamento de um corpo humano saudável daria o critério para o funcionamento harmônico das sociedades, com seu critério finalista, em que cada parte contribui para o bom funcionamento do todo. Como consequência, qualquer segmento que não esteja nessa lógica, estaria sabotando o funcionamento harmônico da totalidade e deveria ser extirpado.

⁹¹ Entendido desde o fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo Médici, em março de 1974. Alguns destinam o termo “anos de chumbo” especificamente para o governo Médici, período onde o Estado se destaca pelo aparelho repressivo da ditadura, apoiado por organizações militares e grandes empresas, tendo como pano de fundo, o contexto da Guerra Fria.

⁹² Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros.

no que diz respeito ao setor educacional. Atos institucionais, leis, decretos, se tornaram mais rígidos já nas primeiras medidas tomadas pelo governo. Mudanças em disciplinas como História estavam ligadas a concepção de que a mesma seria responsável por influenciar a formação das mentes dos cidadãos e torná-los ameaças para o regime.

O programa imposto ao ensino de história, resultante da Reforma educacional de 1971⁹³ foi extremamente rígido quanto ao conteúdo a ser ensinado e como ensiná-lo, impedindo o desenvolvimento de uma análise crítica dos fatos, estava intrínseco ao objetivo de controle do pensamento e manipulação da realidade vivida no país naquele momento.

O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História. (LIMA E FONSECA, 2007:55).

A repressão causada pelo estado se impôs em nome do discurso ideológico da ditadura, e desde 1969 medidas foram sendo tomadas em todos os níveis de ensino. Discutir certos assuntos em sala de aula, que levassem a alguma movimentação ou expressassem descontentamento por parte do docente, discente ou qualquer componente do sistema escolar era considerado “ato de subversão” a ser punido.

Essa norma repressiva dizia que cometeria “infração disciplinar” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito e distribuir material subversivo de qualquer natureza. (CUNHA e GÓES, 1994:38).

Com a perda da valorização e modificações na estrutura do ensino de história, que tem o propósito de desenvolver o pensamento crítico, o mesmo foi reduzido a uma reprodução de conteúdos controlados por ideais militares, e assim retirava do cidadão a participação na construção da história a qual estava inserido. O aluno não construía o conhecimento, passava a ser apenas simples receptor do que deveria ser aprendido. A dominação no sistema

⁹³ A Reforma Educacional 5.692/71 provocou impactos na sociedade brasileira, uma vez que refletiu, sobretudo, em mudanças políticas, estruturais e organizacionais profundas no ensino, ocasionando uma série de mobilizações de alunos, professores e escolas.

educacional brasileiro dava-se na forma de atuação de poder e violência simbólica⁹⁴. Mesmo não apresentando uma repressão física, o poder repreendia a forma de reprodução de conceitos.

Uma das medidas implementadas no ensino foi a criação e obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica – EMC. Essa medida pode ser observada para melhor entendimento das mudanças no ensino de história. O objetivo principal da disciplina EMC era moldar o comportamento dos jovens e convencer a população do bem do regime militar. Era apresentado que seu propósito seria o “aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática.” (BRASIL, 1970:9).

Os conteúdos transmitidos aos alunos eram utilizados de acordo com o contexto político, econômico e social vividos na época da ditadura militar, com a introdução dos ideais de patriotismo e de uma conduta disciplinar dos educandos. A EMC atuava na mente dos estudantes buscando o controle do pensamento, o convencimento de que o regime era democrático, incutindo valores como ordem, obediência, passividade e assim, interferindo na forma de agir.

Partindo deste discurso ditatorial disseminado na época, repleto que conceitos como revolução, democracia, bem comum, e que muitas vezes não condizia com as atitudes e medidas utilizadas, o presente artigo procura realizar uma reflexão sobre a influência da ditadura civil-militar brasileira no processo educacional do país nos anos 70. Baseando-se na abordagem da disciplina educação moral e cívica, pretendeu-se questionar sobre o aparato repressivo do governo. Através de uma breve análise procura possibilitar o conhecimento de uma possível forma de dominação e poder que se instaurou no país, tendo por finalidade conter as possíveis manifestações ideológicas e contrárias ao regime dentre das salas de aula.

Faz uma análise sobre a moral e o civismo através da educação, mesmo que de forma inicial, com preocupação em como se caracterizava o ensino de história mais precisamente nos primeiros anos da década de 70, já que durante o período da ditadura militar o governo impunha nas escolas e em todo o Brasil uma formação moral e cívica para os cidadãos.

UMA DISCIPLINA COMO APARATO DE DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA:

⁹⁴ Segundo Bourdieu e Passeron, *Poder de violência simbólica* é todo poder que chega a impor significações e impô-las como legítimas.

A disciplina Educação Moral e Cívica foi criada em 12 de setembro de 1969, por meio do decreto-lei nº 869 “Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.” (BRASIL, 1969). Foi subscrito pelos ministros da marinha de guerra, do exército e da aeronáutica militar em uso das atribuições do artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, que dispõe sobre o exercício temporário dos ministros na função da presidência por impedimento do General Artur da Costa e Silva (1967-1969) devido a problemas de saúde nos termos de Atos institucionais e complementares, combinado também com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que dispõe sobre o poder do presidente em decretar o recesso parlamentar, onde o poder Executivo fica autorizado a Legislar e exercer atribuições previstas na constituição de 1967.

O mesmo decreto-lei criou a Comissão Nacional da Moral e Civismo⁹⁵ – CNMC, que afirmava que a disciplina teria o papel de estimular uma atitude e consciência cívica nos jovens. Dois anos depois da aprovação do decreto-lei, em 1971 o presidente Médici transforma a comissão em órgão de doutrinação que passou a controlar o ensino de forma absoluta além de avaliar e aprovar do material didático utilizado na disciplina. Cabia a comissão a indicação de professores e fixação de programas curriculares. O órgão estabeleceu a obrigatoriedade de no mínimo duas aulas semanais de EMC em todas as séries, níveis e cursos.

O Regime Militar ao criar a disciplina EMC pretendia torná-la a principal responsável pela formação política do cidadão brasileiro. Dessa maneira procurou retirar de outras disciplinas essas responsabilidades – como a História e a Geografia. Os saberes relacionados ao civismo foram transferidos dessas disciplinas e apresentados como especificidades da Educação Moral e Cívica. A EMC deveria formar o cidadão para combater as ideias subversivas – o comunismo, e criar uma moral religiosa. (FIGUEIRAS, 2006:5).

Segundo o decreto-lei, no seu artigo 2º, a EMC teria algumas finalidades apoiadas nas tradições nacionais:

⁹⁵ A CNMC foi o órgão normativo criado pelo poder executivo, seus membros eram escolhidos sem a participação popular, com cargos de nomeação pelo Estado. A Comissão era integrada por nove membros, sendo eles brasileiros e pessoas “dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica, de ilibado caráter e valor cultural, e acordes com a orientação dos dispositivos do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969” (Decreto nº. 68.065/71).

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Ao analisarem a EMC, em seu trabalho intitulado “*A Educação Moral e cívica – Doutrina, Disciplina e Prática Educativa*”, Vanessa Kern de Abreu e Geraldo Inácio Filho consideram que:

No texto das Leis, principalmente, fica claro que a moral e cívica não era concebida primeiro como disciplina escolar, e doutrina depois; era o contrário. A moral e cívica foi uma doutrina elaborada, ao lado da Segurança Nacional, e fazia parte do projeto de construção de um “BRASIL GRANDE” ou “BRASIL POTÊNCIA”, tal como desejavam os militares. (ABREU; FILHO, 2006:2).

O aparato repressivo utilizado pelo regime militar constituiu formas de perdurar, e uma delas foi à dominação ideológica através na disciplina EMC, que foi a concretização do pensamento, da doutrina defendida pelo mesmo. O ensino envolvia toda a escola, a comunidade, a atuação dos pais e dos professores. Como prática educativa a EMC deveria permear toda a formação do estudante, fazendo parte de todos os momentos da vida escolar das crianças e dos jovens. Os eventos cívicos, desfiles ou comemorações relacionadas a datas e “heróis” nacionais eram parte de atividades de disciplinas escolares como a história,

geografia e estudos sociais, como também a matemática, gramática e ciências (BRASIL, 1971).

A produção didática específica elaborada para a disciplina transmite e permite a constatação de aspectos constituintes da mesma. Constavam no material os objetivos, conteúdos, metodologia de ensino e aprendizagem a serem utilizadas. Durante toda a década de 70 foram produzidos diversos livros e a produção foi crescendo ano após ano. Demonstrar a construção de uma disciplina está relacionada a diversas determinações políticas e econômicas de uma determinada época. Podemos considerar assim, a disciplina EMC como a batalha contra o que poderia fragilizar o regime como valores, ideias, manifestações. Buscava-se convencer os estudantes de que os militares eram os únicos capazes de consolidar uma suposta forma de democracia, onde não havia espaço para contestação de qualquer natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Partindo da análise de obras sobre ditadura militar, ditadura e educação, ensino de história, e de caráter teórico, como também trabalhos anteriores sobre a temática, artigos, teses e dissertações, buscou-se uma concepção que situa a investigação e problematização da proposta educação, ensino de história no Brasil na época da ditadura.

Com a intervenção do estado, ou seja, a influência da ditadura civil-militar no ensino percebemos a privação do caráter crítico do estudante, da liberdade de pensamento e de expressão, que são essenciais para o desenvolvimento educacional e humano na formação do indivíduo. Nota-se também que no regime militar, mais precisamente na década de 70 a interferência nas formas de pensar e de agir baseada na ideologia “Educação e Segurança” tida com o civismo relacionado com a ordem e o patriotismo.

Conclui-se ao analisar as imposições do regime um poder e a violência simbólica como instrumento de dominação. O poder era autoritário, havia difusão ideológica de que o país vivia em uma democracia garantindo assim a legitimidade da ditadura. As mudanças educacionais buscavam reformulação e adaptação do sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 1964, relacionadas ao interesse da classe dominante e a interesses particulares que se apresentavam como universais comuns à sociedade brasileira.

Diziam priorizar a formação de sujeitos capazes de corresponder às necessidades do mercado de trabalho, fortalecendo assim o desenvolvimento econômico do país e o bem de todos.

O aparato ideológico para sustentar um regime de força e antipopular, como foi o regime instalado em 64, precisa ser extremamente sofisticado e bem articulado para que possa ser legitimado pela sociedade civil. [...] A administração é, portanto, o instrumento pelo qual se aplica e se consolida o poder. (PELLANDA, 1986:95).

Quanto ao efeito desta forma de ensino “Uma educação ideológica que impede o sujeito de ver a si mesmo e ao seu mundo, que por isso mesmo o violenta pelo uso de manipulação, é necessariamente uma educação desumana e deformante” (PELLANDA, 1986:9).

Portanto, não se pode negar através das reflexões feitas neste trabalho que no Brasil houve uma extrema ligação entre educação e ditadura, e que seu aparato repressivo e autoritário foi utilizado como forma de controle, mesmo que por vezes se apresentasse de forma sutil. A forma de ensino aplicada mostra-se prejudicial na formação do cidadão por não privilegiar um discernimento da verdade, transmitida de forma distorcida, por privar a liberdade de pensamento.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Vanessa Kern de; FILHO, Geraldo Inácio. **A Educação Moral e cívica – Doutrina, Disciplina e Prática Educativa.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985).** 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984. 362 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

_____, Pierre. **O poder simbólico.** 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007. 315 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, 15 de set. de 1969. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CNMC. **Amplitude e desenvolvimento dos programas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino**: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69 e § 2º do art. 35 da Lei 4024/61). Brasília, 1970.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 95 p.

FIGUEIRAS, Juliana Miranda. **A educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3301. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. **O Ensino de História do Brasil**: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

PELLANDA, Nize Campos. **Ideologia, educação e repressão no Brasil pós 64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PLAZZA, Rosimary. **O Ensino de História Durante a Ditadura Militar**. Em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

O TEATRO NEGRO NO BRASIL

Autora: Thamyres Suélen Sobral Lopes

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista PET (MEC/FNDE)

thamyres_suelen@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues (DHI/UFS)

INTRODUÇÃO

A pesquisa está em fase inicial e busca reunir assuntos relacionados ao teatro negro no Brasil, como entrevistas, peças, atores, projetos, como foi criado o teatro brasileiro, entre outros assuntos. Esse estudo mostra a ausência dos cânones oficiais da história artística e cultural do país.

Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra *Teatro* significa o conjunto das obras dramáticas de uma nação, de um autor ou de uma época; Arte de representar; Lugar onde se passa algum acontecimento memorável; Aparência, ilusão. Percebemos assim, que o teatro não é exclusivamente uma peça ou uma encenação, mas um conjunto de elementos como a dança, a música ou qualquer forma de expressão artística.

Podemos notar que nem todos têm um conhecimento, não só sobre o teatro, mas também sobre a grande diversidade cultural que há no Brasil, e é importante refletirmos como se deu essa construção cultural afro-brasileira que é tão influente no tempo presente.

Ao longo do artigo poderemos conhecer um pouco sobre como se consolidou o teatro brasileiro, em seguida conheceremos o primeiro grupo que reuniu negros e negras das mais diversas classes sociais e veremos também como esse teatro está no tempo presente.

Portanto, segundo o ilustre Abdias Nascimento menciona em seu artigo para Revista Estudos Avançados, o teatro não era só um espetáculo para divertimento do povo, mas também “denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da brancura”.

A HISTÓRIA DO TEATRO

Há muito tempo vemos a luta da personagem negra frente a toda sociedade. A dificuldade de sua inserção na política, na religião e inclusive nas artes cênicas.

A história do teatro brasileiro começou com o fim do século XIX e o início do século XX. As peças tinham características musicalizadas, traços do teatro português e com repertório de traduções francesas, mas Artur Azevedo⁹⁶ queria libertar-se da influência internacional, pois esse tipo de temática sempre dominava o nosso meio teatral prejudicando as companhias nacionais ou quem quisesse fundar alguma (MENDES, 1993), desta forma teve a iniciativa de criar um projeto com peças totalmente nacionais, com atores, direções e obras brasileiras. Mas em 1908, Azevedo morre na cidade do Rio de Janeiro e seu projeto sofre uma parada, sendo apenas retomado em 1912, pelo empresário português Eduardo Vitoriano que prossegue com o propósito de Azevedo, buscando para a formação de seu teatro, os melhores e mais conhecidos atores brasileiros da época.

No mesmo ano, com a industrialização dos Estados Unidos, o teatro musicado teve uma afetação, pois o Brasil não tinha condições de industrializar-se da mesma forma. Com isso, em 1915, Cristiano de Sousa cria o Teatro Trianon, que seria inaugurado com o propósito de transmitir peças exclusivamente nacionais para fortalecer o teatro brasileiro.

Em 1917, o teatro nacional tomaria um rumo decisivo para o seu futuro. Foi com a peça *Flores de sombra* (1916) de Cláudio de Sousa⁹⁷, que viria o êxito dos textos e intérpretes nacionais.

Com o apogeu da Primeira Guerra Mundial as companhias portuguesas e francesas tiveram dificuldades de vir ao Brasil. Desta forma, os laços que nos prendiam a Europa foram rompidos, com isso, o teatro recorreu a elementos nativos.

A consolidação da classe média também influenciaria no aumento de espectadores, fator responsável pela base financeira que as companhias nacionais tanto necessitavam (MENDES, 1993). Apesar das peças terem um aparato não tão intenso com textos dramáticos, no palco o sucesso possibilitou aos atores nacionais a viverem apenas da escrita para o teatro.

⁹⁶ Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (7 de julho de 1855 – 22 de outubro de 1908) foi um grande jornalista, dramaturgo, poeta e contista. Também foi fundador da Academia Brasileira de Letras e tinha uma paixão pelo teatro.

⁹⁷ Cláudio Justiniano de Sousa (20 de outubro 1876 – 28 de junho 1954) foi um médico, dramaturgo, escritor e grande orador brasileiro.

E entre 1920 e 1930 o cenário focaria na comédia dos costumes e com a alienação, que não focalizaria somente na Europa, mas no próprio contexto social presenciado no país.

E mesmo com o passar dos anos a figura negra, persistia em peças como figurante ou até mesmo exercendo funções subalternas por conta dos estereótipos tidos do negro pela sociedade, como por exemplo, usar o negro numa peça como um servente. Miriam Garcia diz em seu livro, *O Negro e o teatro brasileiro*, que “a mulata é xucra demais, comete *gafes*, contínuas que o desesperam, e fala errado que é um horror”. Mas essa visão do negro desempenhar tais funções viria mudar na década de 1940.

DÉCADA DE 1940 (CRIAÇÃO DO TEN)

Na década de 1940 a história do negro sofreria uma grande modificação.

Em 1941, um grupo argentino chamado *La Santa Hermandad* apresentou-se com a peça de Eugene O'Neill⁹⁸, *O imperador Jones (1920)*, no qual o protagonista era um branco pintado de negro. Vendo essa prática, Abdias do Nascimento⁹⁹, enxergaria o plano perfeito, lutar contra esse método, também comum no Brasil e para concretizar o seu plano criaria, em 1944, o Teatro Experimental do Negro, propondo-se a “resgatar no Brasil os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia” (NASCIMENTO apud MENDES, 1993).

Em seu artigo, publicado na Revista Estudos Avançados, Abdias conta como reagiu ao ver o branco pintado de negro “Àquela época, 1941, eu nada sabia de teatro, economista que era, e não possuía qualificação técnica para julgar a qualidade interpretativa [...]. Porém, algo denunciava a carência aquela força passional específica requerida pelo texto, e que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas. Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça?” (NASCIMENTO, 2003). Com isso, Abdias pensou nas seguintes possibilidades: fazer com que o próprio negro se conscientizasse da situação em que estava inserido e denunciar os equívocos que estavam ocorrendo quanto ao estudo afro-brasileiro,

⁹⁸ Eugene Gladstone O'Neill (16 de outubro de 1888 – 27 de novembro de 1953) grande dramaturgo anarquista. Recebeu o Nobel de Literatura de 1936 e o prêmio Pulitzer. Também ajudou a dar o ponto de partida ao Teatro Experimental do Negro.

⁹⁹ Abdias do Nascimento (14 de março de 1914 – 24 de maio de 2011) o pai defensor da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil. E criador do TEN.

lembrando que mesmo depois da abolição em 1888, o negro ainda era escravo espiritual, político e cultural em prática, ou seja, Abdias teria uma tarefa difícil pela frente, mas não impossível.

Oferecendo um novo modo de vida, o TEN alfabetizou seus primeiros participantes. Os integrantes eram empregados domésticos, sem uma profissão definida, operários e funcionários públicos dando a eles uma nova esperança de mudar suas vidas, o teatro abriu novas portas de como o negro seria visto na sociedade.

TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO – TEN

Antes das peças ocorrerem foi necessário um ensino básico para os inscritos. Cerca de seiscentas pessoas haviam se matriculado para o curso de alfabetização do TEN. As aulas eram ministradas pelo escritor Ironides Rodrigues, que além de ser um grande estudante de direito tinha um conhecimento sobre cultura admirável. E ao mesmo tempo em que Abdias doutrinava sobre interpretações e noções de teatro, ocorriam também debates a cerca do assunto palestrados por professores nacionais e internacionais.

Depois de seis meses atuando de forma prática através de treinamentos, debatendo acerca da questão e tendo aulas teóricas de como funcionava a estrutura do teatro, os primeiros artistas do TEN estavam preparados para entrar em cena pela primeira vez. Em meio a tudo isso Abdias pensou, que ao mesmo tempo em que ele queria chamar a atenção das pessoas para a inserção do negro em meio à sociedade, também queria resgatar a cultura africana e mostrar ao povo, as raízes culturais que o Brasil herdara. Sendo assim, a ideia dele foi criar um teatro baseado nas “reminiscências”, ou seja, elementos folclóricos e também do candomblé, valorizando tanto a cultura quanto disseminando um novo meio de exploração na indústria turística.

E ao pensar em alguns dramas literários, onde o negro se fazia o cômico, muitos foram descartados, pois nenhum atendia a dramática da situação existencial, por isso *O imperador Jones* parecia encachar como uma luva as expectativas esperadas. Então desesperados para conseguir essa oportunidade na qual seria fundamental aos propósitos do TEN, os mesmos escreveram uma carta para Eugene O’Neill pedindo a autorização para que interpretação sua obra e o mesmo respondeu:

“O senhor tem a minha permissão para encenar *O imperador Jones* isento de qualquer direito autoral, e quero desejar ao senhor todo o sucesso que espera com o seu Teatro Experimental do Negro. [...]

Depois que O imperador Jones, representado primeiramente por Charles Gilpin e mais tarde por Paul Robeson, fez um grande sucesso, o caminho estava aberto para o negro representar dramas sérios em nosso teatro. [...]” (O’NEIL para TEN. NASCIMENTO, 2003).

E depois dessa resposta dada por Eugene, o TEN apresentou seu primeiro espetáculo de inauguração no dia 8 de maio de 1945. E para interpretar Bruto Jones, Aguinaldo Camargo subiu ao palco pela primeira vez, mostrando ao povo que não só um branco podia interpretar, sendo esta a estreia de um negro protagonizando uma peça. E logo depois da primeira apresentação surgiram as melhores críticas que se podiam imaginar, o Teatro Experimental do Negro foi saudado imensamente pelo seu surgimento e iniciativa. Aguinaldo Camargo foi a grande revelação, tendo a crítica também de Henrique Pongetti, cronista do jornal *O Globo*, dizendo que o Brasil tinha mais um novo astro dramático.

Algumas das críticas diziam até mesmo que o espetáculo de estreia foi tão empolgante



Fonte: Revista Estudos Avançados, 2004.

Figura 5: Arinda Serafim e Marina Gonçalves ensaiando para peça *Imperador Jones*.

e tão notável que deveria se repetir, mas existia aí uma impossibilidade de realizar essa vontade, pois o Teatro Municipal do Rio de Janeiro onde havia sido realizada a peça, fora apenas emprestada durante uma única noite para o TEN através de ordens diretas do presidente que estava regente no período, Getúlio Vargas. Mas em 1946, no Teatro Fênix no Rio de Janeiro, a TEN apresentaria outra grande obra de Eugene O’Neill, *Todos os filhos de Deus têm asas*, mas desta vez ocorreria uma troca nas funções, Aguinaldo Camargo ficaria com a organização do elenco e Abdias Nascimento faria parte dele. E posteriormente mais algumas obras de O’Neill seriam interpretadas pelo TEN.

O TEATRO COMO MEIO SOCIAL PARA CONSTRUÇÃO DE DEMOCRACIA

Através do teatro, o TEN, queria constituir uma sociedade democrática, onde houvesse sempre a transformação na estrutura social, onde reprimisse a opressão racial da sociedade dominante. O objetivo era simples teoricamente: Construir um país livre da exclusão social, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades (NASCIMENTO, 2003).

Com a proposta similar ao TEN, porém voltado para gostos e interesses mais populares e com raízes culturais afro-brasileiras, surgiu em 1949, o Teatro Folclórico Brasileiro, inicialmente chamado de Grupo dos Novos, dirigido por Solano Trindade¹⁰⁰ e Haroldo Costa¹⁰¹. O grupo não tinha nenhum objetivo comercial e era constituído por pequenos operários, empregadas domésticas e comerciários (AUGEL, 2000). Desta forma, tentando sair um pouco dessa linha dramatúrgica, o grupo buscava focar em apresentações de dança e do folclore afro-brasileiro, explorando produções exóticas onde seu interesse fosse atingir a conservação da cultura negra no Brasil. Com seu novo método de espalhar a cultura e ao mesmo tempo de manter a igualdade racial, o grupo fez sucesso não só nacionalmente, mas também no exterior, sendo conhecida por *Brasiliانا*. A ideia foi mantida e focava em mostrar as cerimônias religiosas do candomblé ou macumba e as festas populares.

E enquanto o *Brasiliانا* estava em uma espécie de turnê internacional, em 1959, vendo o rumo que o grupo havia tomado, Solano Trindade, resolveu desligar-se totalmente, pois segundo ele o *Grupo dos Novos* estava voltado totalmente a interesses comerciais, sendo assim, fundou o então Teatro Popular Brasileiro sua essência também baseava-se em elementos da cultura folclórica, sendo formado predominantemente por negros.

E foram pelo meio dessas novas maneiras de mostrar a cultura através do teatro, que constituíram vários grupos apresentando diferentes formas de disseminar o folclore, costumes e tradições afro-brasileiros. Alguns grupos que tiveram destaques foram: Grupo Folclórico, onde adotou o exemplo de *bullet étnico* e a companhia de dança *Olorum Baba Mim*, na qual destacava a herança coreográfica compromissada com a conscientização da cultura afro-brasileira.

¹⁰⁰ Solano Trindade (24 de julho de 1908 – 19 de fevereiro de 1974) ator, cineasta, poeta brasileiro, etc. Integrou na produção artística a cultura negra e tradições afrodescendentes. Escreveu algumas obras.

¹⁰¹ Haroldo Costa (13 de maio de 1930) é ator, escritor, sambista brasileiro, etc. Sua iniciação teatral deu-se no TEN. Escreveu várias obras literárias.

O TEATRO NEGRO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1960 AO TEMPO PRESENTE

O teatro atual herdou a mesma linha de pensamento que teve na criação do TEN. Com a repercussão que o Teatro Experimental do Negro trouxe, suas ideias de mostrar ao povo uma nova maneira de lembrar a si mesma as raízes que o país herdara.

Inicialmente o grande precursor de grupos folclóricos, populares e culturais no âmbito geral, surgiu no Rio de Janeiro, que hoje, é o polo de desenvolvimento do teatro negro¹⁰². Quando o TEN encerra sua jornada teatral na década de 1960, alguns dos seus antigos participantes veem a necessidade de se organizarem. Sendo assim, durante a ditadura militar, muitos atores se envolveram em outra forma de teatro: o Teatro Político, desta maneira, a luta contra o regime militar leva também a luta contra o racismo.

Com o começo da ditadura militar, um grupo de jovens engajados politicamente, elaborou um novo modo de refletir como seria se os papéis invertissem, ou seja, como seria se os brancos fossem escravos e os negros fossem seus patrões, esse grupo formou-se em 1966, por Milton Gonçalves¹⁰³, nomeando-se Grupo Ação, além do humor que a peça passava, também fazia os espectadores refletirem sobre o abuso de cativo. O grupo constituía de trinta participantes: vinte negros e dez louros dos olhos azuis. Mas, mesmo o grupo fazendo sucesso em suas apresentações, o elenco encontrava muitas dificuldades para sobreviver, pois com o número elevado de integrantes a tomada de qualquer tipo de decisão era quase impossível, sendo assim o grupo não encontrou outra solução a não ser se desfazer. (DOUXAMI, 2001)

Por todo Brasil, no tempo presente, são encontradas várias ações onde jovens, crianças, adultos ou idosos levam a cultura afro-brasileira. Pode ser difícil acreditar, mas todos os Estados brasileiros possuem, pelo menos, um grupo que mostre essa cultura tão rica e tão importante de nossa história. Eventos como folclore, onde são levados o bumba meu boi ou a capoeira; festas juninas, onde ocorrem as quadrilhas e comidas típicas; o teatro, negro ou cantado a partir de lendas, são de grande valor para que o povo saiba de suas origens, de onde surgiu sua cultura, de como nosso antepassado lutou pela sua inserção na sociedade livre de preconceito, etc.

¹⁰² Dado gerado em 2001.

¹⁰³ Milton Gonçalves (09 de dezembro de 1933) é um grande ator brasileiro. Já escreveu quatro peças, sendo uma delas representada pela TEN. Hoje, é ator da rede globo televisão.

Sendo assim, notamos que não é estritamente em Estados como, Rio de Janeiro ou Salvador que se limitam a difusão de nossa cultura. E caso você duvide dessa afirmação ou caso você nunca tenha ouvido falar no desenvolvimento desse tipo de trabalho, procure informar-se antes, pois há pelo menos um grupo que se preocupa em levar essa cultura até você em seu Estado.

CONCLUSÃO

Vimos no artigo a grande importância que a nossa cultura representou e ainda hoje representa, tanto para nós quanto para o desenvolvimento do próprio país.

A luta para a inserção do negro na sociedade, ainda hoje é tida como difícil, pois não só no Brasil, como também em todo o mundo, há pessoas que não aceitam o fato dos negros se misturando com os “puros sangues”, vemos aí uma problemática, infelizmente, muito presente em todos os lugares.

E ainda contamos com a falta de uma disciplina sobre a história dos negros nas escolas brasileiras. *Mas como assim? Na escola nós vemos a abolição!* Além da abolição o que vemos mais? O comércio de negros? A mestiçagem entre negros e brancos? Muito pouca coisa sobre a história do negro nos é ensinada. O ideal seria vermos não só como foram as revoluções, ou o acontecimento de guerras, ou doenças que exterminarem uma grande população europeia, pois assim como esses temas são importantes para o conhecimento das pessoas, a história da população negra também nos é, porque foi através dela que temos a cultura que temos hoje.

Sendo assim, grande parte da população ainda não conhece a história do teatro negro ou da trajetória que o homem negro teve em sua vida. E uma das soluções básicas seria a isenção desse estudo nas escolas.

REFERÊNCIAS

MENDES, Miriam Garcia. **O Negro e o teatro brasileiro (entre 1889 e 1982)**. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC – IBAC – Fundação Cultural Palmares, 1993.

AUGEL, Moema Parente. A fala identitária: Teatro afro-brasileiro hoje. In: **Revista Afro-Ásia**. Bahia: UFBA: 2000 pp. 291-323.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: Trajetória e reflexões. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP: 2004 pp.209-224.

DOUXAMI, Christine. Teatro negro: A realidade de um sonho sem sono. In: **Revista Afro-Ásia**. Bahia: UFBA: 2001 pp. 313-363.

GT 10:**DIANTE DO “MORTO ILUSTRE”: AS VISITAS DE GRACILIANO RAMOS E JORGE AMADO AO TÚMULO DE LENIN****Talita Emily Fontes da Silva**

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe

Integrante do GETS (Grupo de Estudos em Teoria Social)

talifontes@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves

No tenebroso frio moscovita, uma imensa fila cruza toda a Praça Vermelha. Nenhum mísero raio de sol consegue atravessar as pesadas nuvens, e a multidão ali permanece, aguardando, persistente. Alguns carregam flores, outros estão acompanhados de toda a família. O que estariam esperando?

Entre vários outros costumes construídos ao decorrer do regime stalinista (1924 – 1954), encontramos um bastante peculiar: A visita semanal ao túmulo de Lenin. O mausoléu luxuoso, inaugurado em 1930, situado ao lado do famoso Kremlin, guarda o corpo mumificado do primeiro governante da União Soviética. Aos pés do “morto ilustre”, a população deposita flores e reverências.

Através da política de propaganda soviética, que promovia viagens a estrangeiros para conhecerem as “maravilhas” da URSS, alguns brasileiros tiveram a oportunidade de presenciar este costume. Essas excursões eram uma arma importante no conflito ideológico existente na Guerra Fria (1947 – 1989), pois tinham por meta incentivar os visitantes a produzir e publicar relatos positivos sobre o país vermelho.

Estas visitas foram comuns principalmente entre o fim da década de 1940, indo até os anos 1960. Eram organizadas pela **Sociedade para as Relações Culturais da URSS com os Países Estrangeiros** (VOKS), instituição que tinha funções semelhantes aos ministérios de relações exteriores dos países do bloco capitalista. É importante salientar que todas as viagens realizadas tinham os custos totalmente cobertos pelo governo soviético

Retornado aos relatos referentes ao Mausoléu de Lenin, para a felicidade da posterioridade, dois dos maiores escritores brasileiros do século XX decidiram transcrever suas impressões acerca deste fenômeno.

O primeiro deles foi produzido por Jorge Amado, contido no livro **O mundo da Paz**, publicado em 1951. A obra é fruto da excursão que realizou a União Soviética neste mesmo ano, e revela-se puramente propagandista. Intercaladas as suas experiências na viagem, o autor tentará demonstrar o quanto a União Soviética é o modelo perfeito de civilização, inverso ao que era imposto pelos “ianques” no ocidente. No decorrer das páginas, o baiano não mede esforços para tecer exagerados louros ao regime e a figura de Stalin.

O segundo relato foi escrito pelo alagoano Graciliano Ramos, em sua obra **Viagem: Tcheco-eslováquia-URSS**, publicada postumamente em 1954. Conhecido por sua literatura regionalista, Ramos diz ter formulado **Viagem** com o objetivo de “apresentar” tudo aquilo que viu na excursão de um mês que realizou no território soviético. Ao contrário de Jorge Amado, seus escritos são mais minuciosos, descrevendo as visitas que realiza a escolas, fábricas, kolхозes, etc. É notório que, apesar de todo afeto que possuía pelo regime comunista, o alagoano pondera sua pena no número de elogios.

É importante ressaltar que ambos os escritores eram filiados ao Partido Comunista neste período. Jorge Amado, sob essa tutela, conseguiu se eleger a deputado federal em 1945. Graciliano possuía uma postura bastante ativa nas atividades do Partido, escrevendo alguns manifestos e orientações para os intelectuais comunistas (RAMOS, 2012).

Apesar de possuírem, em seu hall de escritos, uma obra que aborda uma mesma temática, seus relatos se desenvolvem de maneira diferente. São poucos os momentos em que suas narrativas se assemelham. Entretanto, um destes momentos de convergência são justamente as observações acerca do Mausoléu de Lenin, provavelmente uma parada obrigatória nos roteiros de visita elaborados pela VOKS.

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise destas duas narrativas. A metodologia consiste em um exame individual de ambos os trechos, relacionando-os as políticas de propaganda e controle das massas exercidas pelo regime stalinista. Ao fim, pretendo expor de que maneira cada autor visualizou as manifestações populares ali concentradas; quais seriam os principais aspectos convergentes de cada narrativa; discutir de que forma podemos encontrar nestes trechos vestígios da política stalinista de propaganda, e como esta expressão de reverência e culto a figura de Lenin está totalmente ligada ao culto a personalidade de Joseph Stalin.

- O LÍDER QUE REPOUSA:

A visita semanal ao túmulo de Lênin pode ser considerada uma importante chave para compreendermos o poder que o regime stalinista exercia sobre considerável parcela da população. Neste costume está refletido o sucesso dos esforços desempenhados pelos comunistas no âmbito da propaganda e da doutrinação. Começamos com a perspectiva de Graciliano Ramos acerca deste fenômeno.

G.R narra que, ao chegar a Necrópole da Muralha do Kremlin, lhe é informado que três vezes por semana, habitantes de diversas regiões da União Soviética visitam o Mausoléu de Lenin, para prestar reverência e depositar flores. Segundo o alagoano, a fila para realizar este ato é imensa¹⁰⁴. Apesar do grande número de pessoas, ele fica surpreso com a gentileza que a população expressa diante dos turistas, ao permitir que a comitiva brasileira passasse a frente, como se “fossemos figuras ilustres”.

A narrativa de Graciliano Ramos não esconde o clima “religioso” em que a visita ao túmulo de Lenin estava impregnada. Ao descer a cripta, o visitante se depara com um homem do povo, que aparenta estar adormecido. G.R se assombra com a “imortalidade ali exposta”, sucedido por uma sensação de magnetismo ao fitar o “catafalco de mármore negro”. Fazendo o máximo de silêncio, “pisando com pés de lã”, os visitantes depositam flores e prestam reverência ao morto ilustre ali conservado.

A narrativa de Jorge Amado desenvolve-se de maneira semelhante. O tom utilizado remete a um clima de reverência que beira a religiosidade.

Chegando a famosa praça, sobre a sombra do Kremlin e de uma cortante temperatura abaixo de zero, o escritor baiano também é surpreendido por uma imensa fila, aonde as mais diversas pessoas, com os mais diversos traços, carregavam flores e ornamentos para serem depositados na “última habitação” do primeiro líder da União Soviética.

Amado depositará neste momento da narrativa uma forte carga emocional. Reforçará o caráter pioneiro de Vladimir, sendo aquele que “chefiou no começo a grande revolução”. No seu mausoléu, o herói soviético recebia o “descanso” merecido. Outro ponto de destaque na narrativa de Jorge Amado, que não encontramos de maneira saliente nos escritos de

¹⁰⁴ “Três vezes por semana uma comprida fila se torce na rua, desemboca na Praça Vermelha, avizinha-se no Kremlin, paciente e vagarosa, entra no túmulo de Lenin.” (RAMOS. 1980. Pg. 74)

Graciliano, é a ligação direta entre Lênin e Stalin. O baiano não deixa de frisar a importância que Stalin representava para a nação comunista, sendo o real continuador da revolução. O segundo chefe soviético era aquele que havia herdado a energia de seu antecessor, sendo estando apto a dar continuidade a árdua tarefa de solidificar os ideais comunistas. Lênin seria o gênio adormecido, enquanto Joseph seria o gênio “dos nossos dias”.¹⁰⁵

Uma das ferramentas mais utilizadas no regime stalinista, com o intuito de controlar a sociedade, foi o incentivo do culto a Lenin. Como nos relata Dmitri Volkogonov, foi construído em torno da figura do primeiro líder soviético um sinônimo de “pureza ideológica”, na qual Stalin personificava o seu irremediável sucessor. A partir deste status, tendo como base as peculiaridades do povo russo, Stalin pôde construir um cenário propício para a proliferação de uma “fé ideológica” e uma sujeição aos ensinamentos leninistas, na qual ele seria o grande interprete e guia.

Em suma, a construção do culto a Lenin possuía uma ligação direta com o culto a Stalin. Em ambos os relatos podemos observar o quanto a formação de uma imagem do líder “perfeito” foi enraizada não só no imaginário do povo soviético, mas em grande parcela dos comunistas ao redor do mundo. Nossos narradores brasileiros são um bom exemplo disto.

Ramos, em determinado momento, afirma ser plenamente justificável o estadista ser objeto de adoração. O assunto vem à baila em diversos passos da obra. Sobre isto ele narra um episódio significativo. Uma das guias da comitiva brasileira irá comentar que o povo russo não tinha como proceder de outra maneira com respeito ao seu líder, a não ser cultuando-o. Era como se a necessidade de prestar culto fosse inerente ao povo¹⁰⁶. A generosidade de Stalin, mais a sua dedicação pela pátria soviética justificavam aquela adoração popular.

É interessante notar como o “Velho Graça”, comumente portador de um olhar crítico, não encontrou nenhuma objeção neste comportamento do povo soviético. Em seu texto, o historiador Francisco Alves acentua que entre os vários hábitos brasileiros que desagradam o autor de São Bernardo, estão o fanatismo e a grandiloquência. Podemos concluir que tais

¹⁰⁵ “Ele [Lênin] os libertou e chefiou no começo da grande construção. Sua memória está viva e ela renasce cada manhã no trabalho (...) Renasce cada manhã no trabalho infatigável de Stálin, seu melhor companheiro, seu continuador. (AMADO, Jorge. Pg. 113)

¹⁰⁶ “(...) nenhum russo admitia que as coisas se passassem de outra maneira [com relação ao culto a Stalin]. Essa réplica [dada pela guia explicando as razões do culto a Stalin] isenta de motivos era, no meu juízo, superior a um longo discurso estreado em razões.” (RAMOS, 1980. Pg. 60)

vícios, na União Soviética, poderiam ser perdoados devido a “imponência” e a “eficácia” que aparentemente este regime possuía.

Indo pelo mesmo caminho, J.A afirma, em sua narrativa, que o amor dedicado ao estadista soviético era unânime. Pelas palavras do nosso narrador, não existe sentimento mais belo na URSS do que este amor direcionado ao Estado e a Stalin, minando qualquer tentativa inimiga de caluniar e influenciar os “milhões e milhões de corações”. Para ele seria estranho se isso não ocorresse, já que no mundo não existiria homem mais dedicado a sua obra do que o “incansável” Stalin, que só havia lutado “pelas boas causas”. E este sentimento não seria exclusivo desta nação. Os povos dos outros países também amavam o estadista soviético. “Como o mais dedicado amigo, ao mais seguro guia.”, o líder estava incumbido de expandir a revolução pelos quatro cantos do mundo.¹⁰⁷

Além da imagem de líder implacável, Stalin é taxado, em alguns trechos, como uma espécie de ser onisciente e onipresente. Em determinado momento da narrativa, um escritor georgiano, em conversa com J.A, conta que logo após publicar uma de suas obras, o próprio Joseph Stalin havia entrado em contato por telefone elogiando o trabalho e solicitando uma continuação urgentemente. Para este homem das letras, o estadista soviético era o melhor leitor das obras de seu país, não deixando nada passar despercebido.

Isso não se resume apenas ao campo literário, mas a todas as áreas da URSS. Da mesma maneira, ele estava atento a todos os planos da indústria, e detinha também a sua atenção para os últimos lançamentos no cinema ou no teatro. “Seu cérebro não tem descanso”, afirma o escritor baiano. Para este, era nítido que a presença do estadista estava em “cada detalhe da vida soviética”.

É notório que o líder de origem georgiana é visto como a personificação do poder soviético. Nos termos de Roger-Gérard Schwartzenberg, ele consegue proporcionar a integração social (unificação da nação); a estabilização do regime (o líder e o seu governo acima de qualquer crítica); e a mobilização popular (a fácil coerção das massas) (Pgs. 268-272).

¹⁰⁷ “Nenhum sentimento mais belo na URSS que esse reconhecido amor por Stalin. Cada homem, cada mulher, cada jovem soviético ama profundamente a Stalin por que sabe que foi ele companheiro e continuador de Lênin (...).” (AMADO, 1951. Pg. 230)

A sacralização da figura de Lenin, e por consequência, de Joseph Stalin, refletidas na visita semanal ao Mausoléu, estão ligadas, sob a ótica de Schwartzberg, a **cultura da sujeição**. Totalmente desprovidos de uma experiência efetivamente democrática, o governo stalinista encontrou no povo russo o terreno perfeito para lançar os alicerces de um programa governamental unilateral e personalista, pautado no culto ao líder. As próprias sequelas deixadas pelo período czarista não permitiram que o povo agisse de uma maneira diferente.

A partir das narrativas aqui trabalhadas, podemos perceber o quanto as políticas de propaganda e doutrinação comunistas daquele período haviam sido bem sucedidas. Diversos literatos, intelectuais esquerdistas, teceram louros ao líder “altruísta” e “poderoso”. A propaganda comunista conseguiu, com precisão, depositar em seus representantes diversos papéis. Na tipologia dos líderes políticos formulada por Richard Schwartzberg, podemos associar Stalin a um herói; um protetor paternal; e um guia da nação¹⁰⁸.

- CONCLUSÃO

É inevitável não notarmos um “que” de hagiografia na visão oficial de Lenin e Stalin que são adotadas pelos escritores brasileiros. E não é em vão. Daniel Aarão Reis Filho comenta que, por exemplo, o status de Stalin no fim da vida equiparava a de um semideus.

Em alguns momentos da obra de Jorge Amado, como já foi comentado, entende-se que o líder georgiano possui os atributos da “onipresença”, “onisciência” e “onipotência”. Volkogonov vai além, ao apontar, no regime stalinista, uma espécie de “fé ideológica”. Os escritos de G.R também são uma prova deste culto, e de como os meios de propaganda soviética estavam montados para disseminar esta imagem.

Não duvidamos que as comitivas em que G.R e J.A estavam incluídos encontravam-se imersas em uma grande excursão propagandista. Só as maravilhas da URSS foram expostas. A imagem de um regime em que a aceitação ao seu líder era unânime também era reforçada constantemente.

¹⁰⁸ Muito da “mística” que envolvia o chefe soviético começou a se esvaír após a sua morte, com o processo “destalinização” iniciado por Nikita Kruchov, no ano de 1956. Este procedimento tinha como objetivo principal desenraizar o culto a personalidade do cerne da política soviética, trazendo o poder para as mãos do Partido. Aos poucos a imagem de Joseph Stalin como “Pai dos Povos” e “Guia infalível”, deu lugar a espantosos relatórios de prisioneiros políticos, execuções em massa, e sucessivos erros de estratégicos ocorridos na Segunda Grande Guerra.

Em suma, temos ao nosso alcance dois ricos registros da União Soviética stalinista, escritos por dois dos mais importantes literatos brasileiros do século XX. **Viagem: Tchecoslováquia - URSS**, e **O Mundo da Paz**, mesmo não estando posicionadas no hall de obras mais populares destes autores, são interessantes janelas para o regime stalinista. Além disto, são peças importantes nas publicações que foram frutos do período da Guerra Fria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Francisco José. **A pátria é um orangotango: O Brasil nas crônicas de Graciliano Ramos**. Síntese, Brasília, n.5, p.46-55, 2000.

AMADO, Jorge. **O Mundo da Paz**. Rio de Janeiro: Editora Vitória. 1951.

CLEWS, John C. **As técnicas da Propaganda Comunista**. Rio de Janeiro: Cruzeiro. 1966.

DUCOULOMBIER, Romain. **La VOKS**. Disponível em: anrpaprika.hypotheses.org/567.

HOLLANDER, Gayle Durham. **Doutrinação política soviética: Os progressos nos meios de comunicação em massa e de propaganda desde Stalin**. Rio de Janeiro: Agir. 1974

JUDT, Tony. **Pós Guerra: Uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LEVI, Lúcio. Regime Político. IN.: BOBBIO, Noberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília – Editora UnB, 1998, pgs. 1081 – 1084.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. IN: **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/131.pdf>

PAULO NETTO, José. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense. 1981

RAMOS, Graciliano. **Viagem: Tchecoslováquia - URSS**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

RAMOS, Graciliano. **Garranchos**. [Org.: Thiago Mio Salla] – Rio de Janeiro: Record, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SANI, Giacomo. Propaganda. IN.: BOBBIO, Noberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília – Editora UnB, 1998, pgs. 1018- 1021.)

SOTANA, Edvaldo Correa. **Relatos de viagem a URSS em tempos de Guerra Fria: Uma prática de militantes comunistas brasileiros**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

VOLKOGONOV, Dmitri A.. **Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khruchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gosbachev**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

**QR CODE CULTURAL/SE:
MEMORIAL DE SERGIPE E CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE**

Autora: Valéria Oliveira Barbosa

Graduando em Museologia e História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos em Memória e Patrimônio de Sergipe (GEMPS,CNPq/UFS)
PIBITI-GEMPS/CNPq 2013-2014(COPES-UFS)
lela.crazy@hotmail.com

Coautor: Sérgio Dário Silva da Rocha

Graduando em Museologia e História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos em Memória e Patrimônio de Sergipe (GEMPS,CNPq/UFS)
Pesquisador 2014 (Voluntário-UFS)
sergio.tiger18@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)

INTRODUÇÃO

Os centros de memória traçam a trajetória das instituições e organizações, possuem grande importância para a sociedade, pois estes preservam a memória e assim a identidade de seu povo ou de uma organização. Os centros de memória busca preservar a memória e os valores da instituição contribuindo para a história que está sendo apresentada e traz percepções diversas sobre a história construída por todos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer [...] que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, APUD. ITAÚ CULTURAL, 2013, P.11)

Assim, entende-se a memória como patrimônio de um grupo, para obter conhecimento a transmissão de valores e a administração de seus negócios. Buscando reunir, organizar, identificar, conservar e produzir e assim disseminar a documentação histórica para os demais públicos.

Cada vez mais surgem centros de memória. Deve-se salientar, entretanto, que somente no início deste século que as instituições passaram a investir consistentemente na memória de seus respectivos espaços e conseqüentemente a importância para a preservação destes.

Visto alguns apontamentos de fundamental importância que no Manual básico para implantação cita;

Transmitindo o valor das instituições, com isso geram produtos e serviços, em diálogo com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional. No Brasil, se inicia na década de 1970, quando ocorria uma série de ações de proteção e organização do patrimônio documental nacional. Alguns Centros de memórias institucionais importantes tiveram origem nas décadas de 1980 e 1990, mas ainda não faziam parte de um movimento significativo. Foi somente a partir dos anos 2000 que as organizações passaram a investir consistentemente em memória, contando com o apoio de consultorias especializadas. Desde então, os Centros de memórias têm se consolidado como espaços fundamentais, tendo como seus principais objetivos preservar documentos, atender a pesquisas internas e externas e gerar serviços e produtos relativos à trajetória das instituições (Itaú cultural, 2013, p.12).

A partir do Manual básico para implantação (2013) vai mostrar que um dos papéis do centro de memória é fortalecer o compromisso da instituição em que está alocada com as suas responsabilidades social e histórica. Visto que ao demonstrar o valor que dá ao seu passado, tratado como um patrimônio a ser propagado e apropriado por todos, também estará inserindo sua própria história num contexto mais amplo. Assim, torna-se evidente o enraizamento da história particular de cada instituição na história do setor em que atua e mesmo na história nacional, revelando como ela está em constante articulação com a sociedade. A partir do patrimônio histórico, estabelece-se um diálogo com a sociedade, que colabora para o fortalecimento da reputação empresarial.

Outra dimensão desse compromisso está na importância que assume ao disseminar internamente a cultura organizacional, uma vez que ela perpassa todas as suas áreas internas e direciona as relações e a conduta de todos os funcionários.

Nesse sentido, partindo da essência da cultura, um Centro de memória colabora ativamente na difusão dos valores entre os funcionários e o público externo. Mas o inverso também é verdadeiro: ao promover uma reflexão sobre a história da instituição, um Centro de memória dá subsídios para que os gestores moldem e atualizem os componentes da cultura organizacional (...). A atuação de um Centro de memória deve atender às necessidades e às demandas da instituição à qual pertence. Por isso, sua composição reflete a decisão sobre o que será preservado. Cada empresa ou entidade deve avaliar quais documentos serão recolhidos para integrar seu acervo. Embora uma parte desses documentos esteja nos arquivos, sabe-se que sua utilização é prejudicada pela dificuldade de acesso e de tratamento técnico. Trata-se de transformar os depósitos de documentos acumulados em arquivos vivos, disponíveis para utilização. a criação dos Centros de memórias vem ao encontro desse desejo de preservar o acervo histórico das organizações e dar-lhe utilidade concreta, tornando os

arquivos novamente vivos. É comum, porém, que no início da implantação já exista um conjunto de documentos previamente definidos como históricos, que foram recolhidos ou colecionados ao longo do tempo, para a realização de projetos específicos, como um livro comemorativo. Esse conjunto original costuma não ter consistência por ter sido recolhido aleatoriamente, de acordo com critérios pouco representativos, como antiguidade ou a presença de uma assinatura do fundador. (Itaú Cultural, 2013).

Partindo destes pressupostos, vale reiterar as assertivas de Ana Maria da Costa Leitão (2013), pós-graduada em Museologia e membro do Conselho de Assessoria do Museu de Imigração da Argentina, visando subsidiar e singularizar as discussões pertinentes ao conceito de memorial. Em seu artigo, intitulado "*Memoriais são um novo gênero de museu?*", a autora deflagra debates acerca do itinerário conceitual de memorial, contrapondo-se a algumas proposições de Jorge Barcellos.

Conforme Leitão (2013), mediante análise em perspectiva comparada com pressupostos filosóficos, a definição conceitual de memorial não deve, de fato, vincular-se a parâmetros de natureza tipológica. Para tanto, ela afirma que "Os memoriais são monumentos à memória, onde a cultura material seria, portanto, meio e não fim." (LEITÃO, 2013: 09-10).

A articulação das categorias de informação/memória/documento foi potencializada por ferramentas tecnológicas capazes de realizar o trânsito do valor patrimonial no ciberespaço enquanto vetor de comunicação. Esse saber socializado promove o interesse, o desejo por experimentar mais e concretiza a vontade da visita aos museus.

Partindo-se do princípio de que um museu é a materialização da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de um determinado grupo, configurando-se como uma emissão de discursos, o Vértice Mouseion nessa segunda fase, busca ampliar a comunicação tecnológica com os usuários através da interatividade. Filiando-se nesse sentido à função comunicativa (CHAGAS, 1994) que compõe as atribuições dos museus, pois segundo Cândido:

[...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado (2006: 34-35).

O roteiro da exposição de longa duração compreende: a Justiça eleitoral, o organograma do Poder Judiciário, os diplomas, as urnas, a votação, a cronologia, o direito do voto, os títulos, a Galeria dos Presidentes, o voto feminino e a evolução das sedes.

Assim, o plano de trabalho busca desenvolver aplicativos geradores de QR Codes para leitura por telefonia móvel, tablets e notebooks relacionados às instituições Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e Centro de Memória do TRE, buscando conferir a acessibilidade tecnológica da comunidade aos seus acervos, memórias e histórias.

SOBRE O CENTRO DE MEMÓRIA ELEITORAL DES. JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE GÓES - CEMEL/TRE

O Centro de Memória Eleitoral Des. José Antônio de Andrade Góes - CEMEL/TRE, localizado nas instalações do TRE/SE - Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho. Durante a gestão do jurista que concedeu o nome da instituição, iniciada em meados de 1999, foi constituído o Programa Cidadão, cujo objetivo consistia em organizar o acervo documental dos cartórios eleitorais regionais. Após a resolução nº 15, promulgada em novembro de 2000, é oficializada a criação do CEMEL.

Ao término das eleições municipais daquele ano, uma comissão prontificou-se a cumprir um programa de pesquisa sistematizado acerca de alguns períodos da historiografia eleitoral de Sergipe, desenvolvendo atividades concernentes a análise, seleção e organização dos materiais. Com isto, após a concretização dos ditames prescritos pelo projeto do TRE, o CEMEL é inaugurado em 06/02/2001. Representa um marco para o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Sua missão institucional consiste em recuperar, preservar e disseminar a trajetória das eleições em Sergipe mediante exposição de objetos, documentos como as primeiras legislações e ao primeiro livro de Ata do tribunal iconografias e documentos o que compuseram a evolução dos processos eleitorais de nosso Estado. Objetos que no passado tinham uso como a Urna eleitoral em madeira do século XIX, e outras peças como títulos eleitorais da época do Brasil imperial até hoje vão retratar a evolução do processo eleitoral.

O objetivo é disponibilizar o acervo histórico-documental da Justiça Eleitoral de Sergipe desde seus dados, documentos, objetos de valor histórico relativos à memória da Justiça Eleitoral, à toda comunidade acadêmica, pesquisadores e demais interessados contribuindo, assim, para ampliação e construção de novos conhecimentos.

Figura 2: Grupo de pesquisa (GEMPS) na entrada do CEMEL. Foto: Janaína Cardoso de Mello. 2014.



QR CODES

Para Okada e Souza pode-se definir da seguinte maneira “QR Code é um Código de Barras em 2D, uma matriz ou código de barras bidimensional, criado pela empresa Japonesa Denso-Wave, em 1994. O QR vem de Quick Response, pois o código pode ser interpretado rapidamente, mesmo com imagens de baixa resolução, feitas por câmeras digitais em formato VGA, como as de celulares”. (OKADA; SOUZA, 2011: p 60).

Ao passo o uso de QR Codes irá auxiliar no momento de interatividade único com o seu público alvo. Embora estas tecnologias exijam o desenvolvimento e instalação de aplicativos, até mesmo nos dispositivos do usuário (aplicativo em QR code), elas favorecem bastante a interatividade entre usuário e máquina, o que pode deixar mais sutil o uso da tecnologia, mantendo o foco na obra de arte. Além disso, tal proposta possibilita eliminar boa parte das dificuldades das formas de interação citadas, pois faz uso do próprio aparelho móvel da pessoa associado a uma interface mais dinâmica de uso (no caso de aparelhos com tela *touch* e o uso de QR code) ou mesmo de operar um totem com um monitor, para os casos de RA. (Silva et El. S.d,p.02)

Conforme Okada os aspectos econômicos e de sustentabilidade ambiental são relevantes além das facilidades de uso e acesso com o QR Code, pois ele é decodificado na tela do celular não havendo a necessidade de uso de papel e de tinta para impressão. Outra vantagem é que os códigos podem ser armazenados no próprio celular podendo ser

compartilhados com outras pessoas. Com o uso do *móvil* Tagging podemos criar uma convergência absoluta de mídias de informação. (OKADA; SOUZA, 2011: p 62).

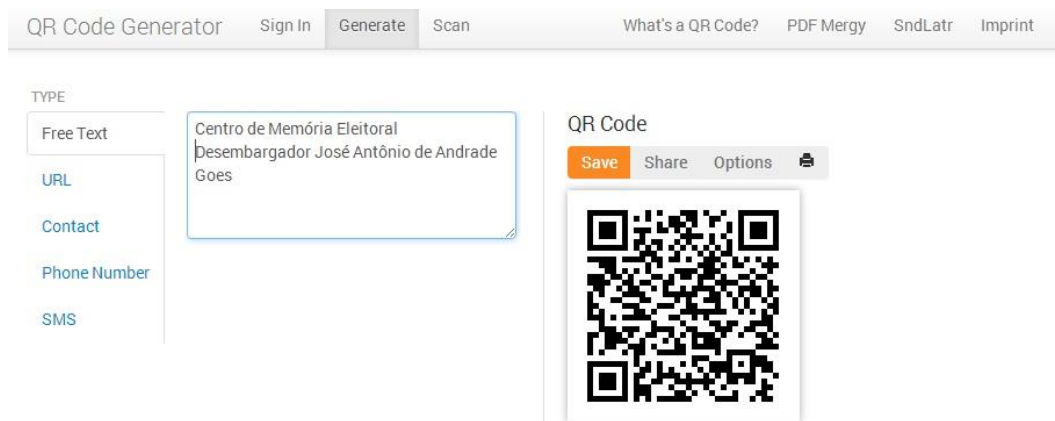
Por isso, no decorrer do projeto, pretende-se espalhar os *QR Codes* pela capital e centros de cidades históricas de Sergipe (Aracaju, Laranjeiras e São Cristóvão), fazendo com que os transeuntes usem equipamentos previamente preparados com os aplicativos para desvendar as informações contidas nos impressos de forma lúdica e desafiadora, convidando-os a visitar os espaços físicos do judiciário, indo conhecer o Centro de Memória do TRE apresentado no plano virtual. Na ocasião serão filmadas reações e depoimentos daqueles que tiveram essa experiência, sendo o material postado no *site* da instituição.

A articulação das categorias de informação/memória/documento foi potencializada por ferramentas tecnológicas capazes de realizar o trânsito do valor patrimonial no ciberespaço enquanto vetor de comunicação. Esse saber socializado promove o interesse, o desejo por experimentar mais e concretiza a vontade da visita aos museus.

Outro aspecto imprescindível a se ressaltar, também, é o processo de documentação dos objetos expostos. Esta etapa da cadeia operatória museológica, comumente aplicada em memoriais e instituições afins, é parte integrante da Ciência da Informação e deve, por excelência, proporcionar a comunicação entre acervo e visitante, acondicionando a construção de conhecimento (YASSUDA, 2009).

Em síntese, a referida autora afirma que a documentação é incumbida de converter as informações implícitas, que estão perpetradas no acervo, em conhecimento sistematizado, cumprindo proficuamente sua proposta de inter-subjetividade. O CEMEL, contudo, em virtude da exigüidade de profissionais instruídos para tal atividade, não disponibiliza uma programa bem definido de documentação para registrar a aquisição dos objetos expostos, segundo informações do técnico administrativo do arquivo, que compartilha do âmbito do CEMEL, Heribaldo Vilanova.

Para dirimir esta problematização, a gerência administrativa do CEMEL, no uso de suas atribuições, oficializou um convênio com o Núcleo de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Este projeto propõe alguns vértices norteadores, a saber: remontagem da exposição permanente, concepção de exposições itinerantes, elaboração de um programa de documentação acervística e conferir visibilidade a instituição.

Figura 2: Geração de QR Code à partir de programa gratuito (CEMEL)

Optou-se por trabalhar com a criação do *Quick Response (QR-Code)*¹⁰⁹, gerando-os através de programas gratuito, para o acondicionamento dos dados da instituição visitada enquanto exemplo de aplicação de Realidade Ampliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário reafirmar que, embora detentor de rico acervo particular, o CEMEL, veementemente alocado no curso desta produção, é desprovido de programas bem definidos de documentação e, sobretudo, visibilidade. A aplicação destas diretrizes, contudo, modificarão a realidade da instituição.

É sabido, portanto, que os objetivos traçados pelo projeto configuram-se como imprescindíveis para a concretização deste. Em síntese, as proposições aqui serão de eloqüente relevância para a continuidade do legado dos museus sergipanos, sobretudo de seus lugares de memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Esse trabalho é uma ramificação do artigo “**Museus de Sergipe: realidade aumentada e documentação na Museologia**”, de Valéria Oliveira Barbosa com co-autoria de Raphael Vladmir Costa Reis, apresentado no XVI Simpósio Regional de História – Saberes e práticas científicas, apresentado em agosto de 2014.

¹⁰⁹ Resposta Rápida (Tradução Livre)

JULIÃO, Letícia. **Cadernos de diretrizes museológicas 2 : mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa** / Letícia Julião, coordenadora ; José Neves Bittencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

Uellisson Lopes da Silva, Robson Ferreira Braga, Daniel Scherer. **Uso de QR Code e Realidade Aumentada como suporte a visita de museu**. Departamento de Computação – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campina Grande – PB.

OKADA, S. I.; SOUZA, E. M. S. de. Estratégias de Marketing Digital na era da busca. **Revista Brasileira de Marketing**. V. 10, n. 1, jan./abr. 2011.

Centros de memória: manual básico para implantação. – São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo**. In: versão modificada da palestra apresentada no Fórum estadual de Museus. Porto alegre, 1999.

SARACENI, Gabriela Souza. **QR code como Realidade Aumentada: Mobilidade e Cibridismo na Sociedade Ciber cultural. Especialização em Comunicação Digital**. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 2012.

LEITÃO, Ana Maria da Costa. **Os memoriais são um novo gênero de museu**. Revista Museu, Rio de Janeiro, V. 13, n. 5, mai. 2013. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28640> . Data de acesso: 03 abr. 2014.

VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A ESCOLA, NAS VOZES DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES DA CIDADE DE ITABAIANA/ SE: COMO OS ALUNOS VÊM A ESCOLA?

Autor: Islan Bispo de Oliveira

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – Campus prof. Alberto Carvalho
Bolsista PIBIC (COPES)
islan43@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni (DLI/UFS)

Introdução

Com base nos princípios teóricos- metodológicos da análise do discurso de linha francesa (pechêutiana), esse artigo baseia-se em uma proposta de pesquisa de iniciação científica intitulada de “Como os alunos vêm a escola?”, no qual foi proposto pesquisar aportes recente da Análise do Discurso que levantam questões epistemológicas, teóricas e analíticas a serem enfrentadas no contexto histórico da modernidade. Dentre os principais objetivos que o citado projeto propôs alcançar, o mais relevante sem dúvida foi de investigar as representações de estudantes do ensino médio de Sergipe sobre a escola, através das formações discursivas nas quais se inserem para falar desse objeto, além de estudar as representações que alunos de duas escolas escolhidas, sendo uma pública e uma particular da cidade de Itabaiana, se fizeram ao se referir à escola onde estudam. Foi identificada a ocorrência de genéricos discursivos do tipo “Entra burro; sai ladrão” nesses discursos sobre a escola; E por fim, foram feitos mapeamentos e interpretações desses genéricos, tendo em vista a ideologia que os determina: crítica a escola, elogio à mesma e etc.

Para a formação do corpus, foi usado um *slogan* depreciativo sobre a escola, anteriormente usado por TFOUNI, F. E. V. “& TFOUNI, L. V (2007) e enunciados pelos alunos de uma determinada escola pública da cidade de Ribeirão Preto- SP, cujo quais possuíam uma visão bastante negativa ao que se refere à instituição de caráter público, o slogan” “Entra burro, sai ladrão”. A partir desse **genérico discursivo**, foi coletado um conjunto de textos produzidos pelos alunos de escolas públicas e particulares da cidade de Itabaiana e posteriormente analisados.

Na análise de dados foi observado que tipo de discurso foi produzido por alunos de rede pública e particular sobre o que eles pensam sobre a escola, e se houve discordâncias e

contradições nas posições discursivas que os dois grupos ocuparam. Em tal projeto, objetivou-se também, compreender como os alunos observam a questão do sucesso e do fracasso escolar, como relacionam isso com a vida social mais ampla e como pensam a importância da formação escolar em suas vidas.

Metodologia

Na pesquisa acima citada, o slogan “Entra burro; sai ladrão” se tornou o ponto de partida, pois foi a partir dele que estabeleceu o foco de pesquisa para o trabalho. Esse ponto de partida é o que chamamos de superfície textual ou corpus, neste caso, constituído pelo material linguístico- discursivo produzido pelos alunos de escolas particulares e públicas sobre o slogan (comentários, críticas, questionamentos, discordância, etc.). É aí que se pode detectar o movimento dos sentidos, bem como o modo de interpelação pela ideologia. O método da Análise do Discurso consiste em partir dessa superfície textual para que o analista realize um trabalho nela para chegar ao processo discursivo (PÊCHEUX & FUCHS, 1993). Tendo em vista o enunciado “ Entra burro; sai ladrão”, foi tratado, entre outros aspectos dos sentidos que ficam no nível do não dito, do não formulado, mas que retornam para o analista na forma de silenciamentos (ORLANDI, 2002).

A análise do discurso, no entanto, ultrapassa ainda mais essas concepções, e passa a trabalhar o texto a fim de descobrir como ele significa. A AD trabalha a confluência desses campos de conhecimento e constitui um novo objeto: o discurso. Ao eleger o discurso como seu objeto, A AD procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, em parte do trabalho social geral, que é constitutivo do homem e de sua história.

A análise do corpus é um processo que se inicia pelo próprio estabelecimento do mesmo e que se organiza face à natureza e a pergunta, ou ponto de vista que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo o momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação. Todavia, também não dizemos da análise que ela é objetiva, mas que ela deve ser a menos subjetiva possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação.

Para a formação do *corpus* desta pesquisa, trabalhamos com dados anteriormente coletados em duas escolas (uma pública e uma privada), em 2011, cujo quais foram convidados para participar voluntariamente de uma pesquisa, alunos de uma classe de ensino médio de cada escola. Inicialmente, foi feito um “rapport” com o grupo, onde foram

explicados os objetivos da pesquisa, e foi exaltado que seria garantida a privacidade e anonimato dos participantes. Foi dirigida uma dinâmica especificamente para falar sobre a escola: foi explicado aos alunos que o slogan pretende ser uma crítica ao espaço escolar e foi indagado aos mesmos sobre o que pensam acerca disso. Com isso, toda essa etapa não foi direcionada; ou seja, não pretendemos que os sujeitos se posicionassem em uma ou outra formação discursiva específica. Em seguida, foi lhes solicitado que escrevessem um texto composto por duas partes:

- Comentando sobre a escola em geral, enquanto instituição;
- Comentando sobre a escola onde estudam.

A partir da coleta desses dados, trabalhamos com trechos de redações caracterizadas pelo uso de conjunções adversativas tais como: porém, contudo, todavia, entretanto, mas em contrapartida, conjunções estas que melhor explicitam a ideologia dos alunos de natureza que melhor contrastam ou opõem suas ideias e opiniões expressas nas formações discursivas dos alunos, e que constituíram o *corpus* para ser analisado. Dessa forma, fizemos uma análise mais detalhada e categórica das redações coletadas, observando as opiniões, contradições e julgamentos presentes no imaginário dos alunos.

Resultados e discussão

O ponto de partida para a análise é sempre a materialidade linguística. O analista, aí, assume uma posição de quem se deixa afetar pelos dados, assumindo um distanciamento que lhe permita “entrar” na superfície linguística como se fosse a primeira vez que lesse/ouvisse tal ou qual sequência.

No caso do corpus coletado nesta pesquisa, composto por comentários, julgamentos, críticas, etc., ao slogan “Entra burro; sai ladrão”, um fato discursivo atraiu a atenção: o uso de orações adversativas. Fazendo recortes na superfície linguística, construímos um conjunto de enunciados para submeter à análise, nos quais existe uma relação de adversidade entre a oração principal e a coordenada, duas orações ou palavras, expressando ideia de contraste ou compensação. Também pode gerar um sentido de consequência a algo dito anteriormente (ex.: *mas, porém, todavia, entretanto, no entanto, senão, não obstante, contudo*, etc.).

A seguir, serão apresentadas anotações sobre as adversativas, a fim de embasar teoricamente a análise.

A seguir, apresentamos a análise de algumas dessas sequências discursivas.

Escolas Particulares

“SD1: As escolas em geral deveria puxar mais dos alunos, e essa frase de entrar burro, e sair ladrão eu não concordo, pois depende de cada pessoa, **mais** esse é o defeito da nossa sociedade, achar que só é “bom” os do escola particular. (S1 PR);”

O sujeito S1PR considera o fato de que a boa escola seria aquela que mais exige dos seus alunos. Para ele, as escolas em geral deveriam cobrar mais de seus educandos em relação a resultados positivos obtidos em seu aprendizado. Sobre o slogan “entra burro, sai ladrão”, o sujeito afirma ainda que isto é uma questão que varia de indivíduo para indivíduo, atribuindo à questão pessoal os resultados negativos ou positivos obtidos pelos alunos de cada escola, e concluiu afirmando que a falha está ligada a sociedade, por esta rotular os alunos de escola particular como estes sendo superior em relação aos alunos de escola pública.

Tentando fazer uma relação entre a sequência discursiva acima as máximas e genéricos, notamos a presença de um enunciado universal, a saber: “só é bom os de escola particular”. Podemos dizer que se apenas os alunos de escola particular são bons, então os de escola pública são maus. É como se houvesse uma representação social da escola segundo a qual “todo aluno de escola pública é ruim”. No entanto a SD critica esse ponto de vista apontando uma contradição. Esse é o efeito de sentido criado aqui pela adversativa.

Em lógica, a universal afirmativa e a particular negativa não podem ser ambas verdadeiras. Segundo Copi (1978), a contradição é uma relação na qual uma proposição é a negação da outra, tanto na qualidade quanto na quantidade, não podendo ser ambas verdadeiras nem falsas. Afirma Copi: “Duas proposições são contraditórias se uma delas for a negação da outra, isto é, se não puderem ser ambas verdadeiras e não puderem ser ambas falsas” (COPi, 1978 p.146).

A posição assumida pelo sujeito S1PR é a de que isso “depende de cada pessoa”, ou seja, existe pelo menos um particular que nega a afirmação universal de que “só é “bom” os da escola particular”. Como a relação entre a universal afirmativa e a particular negativa está no eixo da contradição, então ambas não podem ser verdade. Se o sujeito assume a posição da particular negativa (depende de cada pessoa) então a universal afirmativa “só é bom os de escola particular” tem que ser negativa para satisfazer o princípio da não contradição. Nota-se, aí, a ideologia agindo, no sentido de fazer parecer natural que é o esforço de cada um individualmente que vai determinar o sucesso, tal como prega a ideologia liberal.

Resumindo: Notamos que existe um julgamento generalizante através de uma máxima, e que o sujeito nega essa máxima ao validar sua contradição. Assim, a relação estabelecida pelo *mas*, no discurso deste aluno, cria uma relação de contradição entre um universal e um particular: o sujeito toma posição diante da interpelação que o dirige a “pensar” que as escolas públicas são sempre de baixa qualidade.

“SD4: Escolas particulares, tem uma boa visão na sociedade **já** as publicas levam fama ruim **apesar** de todas fazerem as mesmas coisas que é ensinar aos interessados. (S2 PR);”

Na SD acima, o sujeito se refere a uma representação que não seria sua, mas da sociedade: “Escolas particulares, tem uma boa visão na sociedade **já** as publicas levam fama ruim”. Justamente a representação que temos tentado estudar e compreender, ou seja: aquela que valoriza a escola privada e desvaloriza a escola pública. A adversativa **já** marca a posição entre esses dois juízos distintos (valorização/desvalorização) da sociedade sobre as escolas.

A adversativa **apesar** traz para o discurso que desmente essa visão que a sociedade tem, tanto das escolas públicas como das escolas particulares na medida em que, para o sujeito “todas fazerem as mesmas coisas...”. Isso, que pode ser lido como uma afirmação de que escolas públicas e privadas seriam iguais, ao contrário da visão que a sociedade tem sobre esses dois tipos de escola.

Nesse sentido, o sujeito S2PR tem uma visão positiva do ensino tanto das escolas privadas quanto das escolas públicas, na medida em que compara as metodologias de ensino, ressaltando que ambas as escolas ensinariam do mesmo modo, com a mesma competência, dedicação e comprometimento todos os alunos que demonstram interesse pelos estudos.

Fica nítido que segundo o sujeito, a sociedade preconceituosa é a única responsável pela desvalorização e degradação do ensino público porque valoriza somente o ensino privado. “Há um posicionamento acrítico do sujeito, quase ingênuo”, pois ele se filia a uma formação discursiva romântica, que retrata a escola e o ensino como algo que só tem coisas boas e que é carregado das melhores intenções. Ora, quem é mais informado sobre o ensino público, sabe que há muitas mazelas, problemas estruturais e de recursos humanos, além de falta de verba destinada à educação no Brasil, o que sucateia nossas escolas e desmotiva os professores. Quanto ao ensino particular, o sujeito ignora que, como a relação estabelecida com os alunos e pais é empresarial, os alunos são colocados no lugar de clientes, e, como tal, acham-se no direito de cobrar da escola coisas às vezes absurdas, como ser aprovado sem ter

demonstrado competência para tal. Assim, a “qualidade de ensino” é relegada para segundo plano: o que importa é o diploma.

A figura chave do sucesso ou do fracasso escolar seria o aluno, pois a função dessas escolas públicas e privadas (que fazem a mesma coisa) “é ensinar aos interessados”. Isso nos leva a interpretar que depende do aluno e do seu interesse, a sua boa formação e o objetivo almejado em relação ao aprendizado nas instituições de ensino tanto privado quanto estatal.

O discurso do sujeito acima evidencia uma das vertentes apresentada por ANGELUCCI, C. B., KALMUS, J. PAPARELLI, R., e Patto, M. H. S., de que o fracasso escolar está atribuído categoricamente ao sujeito, sendo um problema individual e não da escola ou da sociedade. A incapacidade para aprender, segundo essa ideologia, seria culpa do aluno, e não dos conteúdos e do trabalho do professor. Trata-se de culpabilizar as crianças pelo problema em questão, cujas raízes são sociais e estruturais.

Vemos também aí, tal como na SD analisada acima, um discurso liberal que valoriza o indivíduo e o esforço individual. Nesse discurso, o sucesso e fracasso dependem do indivíduo (no caso das escolas, do aluno). É aquele discurso que afirma que o todo mundo pode vencer na vida, basta que o sujeito trabalhe muito para atingir seu objetivo. Não é de estranhar a ausência de uma preocupação com o papel da sociedade mais ampla em amparar as escolas e os alunos para que haja um ensino de qualidade.

Escolas Públicas

“SD21: Ao invés de olhar os alunos maus, por que não olham os alunos que se destacam os professores que se importam com a educação e na parte da estrutura basicamente ela importa, **mas** não é porque o colégio é pouco organizado que vai interferir no resultado, **mas** sim a motivação de cada aluno. (S1 PU);”

No recorte precedente, o sujeito S1 PU sugere que a opinião pública deve abonar maior relevância e observação aos profissionais da educação que realmente possuem uma metodologia de ensino eficaz, instigando os alunos a instruir-se da melhor forma possível, e que consequentemente tenham destaque em relação aos demais que não se influem de maneira positiva nos resultados colhidos sobre a qualidade do ensino público nacional. Com base nos estudos de ORLANDI, 2002, a primeira parte da formação discursiva acima é um exemplo do que podemos classificar de esquecimento número dois, ou seja, o que é da ordem da enunciação, pois a maneira em que o nosso informante diz que: “Ao invés de olhar os alunos maus, por que não olham os alunos que se destaca os professores que se importam com a educação[...]”, ele poderia ter dito que o importante para os resultados benéficos na educação

pública, seria o observância nos alunos e professores que se destacam em suas” obrigações” e “deveres” etc. Este “esquecimento” produz em nós a realidade do pensamento. Para Orlandi: “Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” (ORLANDI, 2002 p. 35).

“SD25: O público tem sido motivo de zombaria, pois, em relação ao privado não é organizado, disciplinado, **apesar** que o público recebe capital do governo **mas** devido a corrupção existente, este dinheiro que seria investido nos alunos, nas escolas e etc, não é. **S5 PU**);”

“Na sequência discursiva aqui apresentada, aparecem duas conjunções ou dois conectores discursivos “apesar” e” “mas”. Inicialmente, o informante trás a ideia de como as instituições de ensino de natureza pública são vítimas de gozação e da pouca relevância que esse último possui em comparação as instituições de natureza particular. A primeira oração acima poderia sem dúvida alguma, ser substituída sem nenhum prejuízo de sentido, se fosse substituída pelo conectivo “*embora*”. Podemos comprovar isto, seguindo os estudos de (Guimarães, 2007), cujo qual, caracteriza o “*embora*” como conector discursivo argumentativo. Para Guimarães, a analogia de subordinação está ligada categoricamente à construção da oração. Dessa forma, poderíamos então explicar a consideração de que, para nosso informante, as instituições de origem pública, embora tivessem um apoio financeiro muito maior do comando governamental, são bastante ridicularizadas e menosprezadas ao compararmos com as escolas particulares, sendo essas últimas, modelo de disciplina, preparo e resultados positivos no setor educacional.

Ainda na sequência discursiva que ora apresentamos, destacamos o uso da conjunção “mas” no seguinte trecho: “*mas devido a corrupção existente, este dinheiro que seria investido nos alunos, nas escolas, etc, não é*”. Com base nos estudos e leituras feitas à partir do trabalho de (Guimarães, 2007), essa conjunção acima destacada, caracteriza-se como sendo um “masPA”, ou seja, essa conjunção no contexto aqui apresentado, tem a função de conector ou conjunção argumentativa. Quando se tem um “masPA” as orações não podem ser tomadas como um todo. Podemos dizer assim que introdução de uma nova oração com o “mas”, fazendo oposição à oração anterior, é uma constatação objetiva e clara de que esse é um “mas” argumentativo. O informante atribui a desaprecio da sociedade, em relação ao ensino público, à corrupção existente nesse setor pelo mau uso ou desvio das verbas

financeiras que são destinadas as escolas públicas, e que não são devidamente aplicadas para tal.

Conclusão

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, evidenciar o conceito que os alunos têm sobre o atual sistema educacional brasileiro, seja ele na esfera pública ou privada, além de discorrer sobre a instituição de ensino aos quais estão inseridos, bem como toda a problemática que se refere à ineficiência e/ou eficiência do atual sistema do ensino no Brasil.

Considerando análise do corpus de nossa pesquisa, dando ênfase na observância das conjunções adversativas presentes em grande número, nos dados coletados, constatamos, nos discursos e nas ideologias dos próprios alunos, uma série de fatos que contribuem, de maneira significativa, para a permanência dos problemas crônicos que afetam a educação em nosso país, como a culpabilização aos professores, o método ineficiente adotado em sala de aula, o descaso que o poder público mantém para com o setor educacional e a culpabilização da própria sociedade, que desqualifica o ensino público nacional, dando importância, exclusivamente, ao ensino de natureza privada.

Além disso, as adversativas nos permitiram observar, nas sequências discursivas, que tanto o ensino público quanto o privado apresentam ineficientes e ineficazes metodologias de ensino-aprendizagem. Dessa forma, nossa pesquisa nos leva a uma reflexão sobre a perspectiva negativista que os alunos e a sociedade possui sobre a atual situação educacional do Brasil, propondo dessa forma, a resolução da problemática ligada aos referidos fatores que levam nossos educandos ao *fracasso escolar*, como também erradicar ou pelo menos abrandar os aspectos ou características negativas presentes na realidade escolar brasileira.

Na medida em que os alunos de escola pública e particular tiveram discursos semelhantes em relação aos problemas das escolas no Brasil, chegamos à constatação de que temos ideologias disseminadas por grupos e classes sociais de todos os tipos, não havendo, portanto, uma ideologia específica dos alunos de escola privada e outra dos alunos de escola pública.

Referências Bibliográficas:

ANGELUCCI, C. B, KALMUS, J. PAPARELLI, R., & PATTO, M. H. S. **O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório**. Educação e pesquisa. 30,51-72. 2004.

GUIMARÃES, E. **Texto & Argumentação**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PECHEUX (MICHEL), FUCHS (CATHERINE). "**Mises au point et perspectives a propos de l'analyse automatique du discours**", Langages, 37, mars 1975.

_____. Les Vértices de la Palice, Maspero, Paris. Trad. Brasileira **Semântica e Discurso**, E. Orlandi *et alii*, Editora da Unicampi, 1975.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F.& HAT, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

STEIN, Adeline. **A conjunção adversativa “MAS” como mecanismo de coesão em textos escolares**. Trabalho de conclusão de curso, submetido ao curso de especialização em gramática e ensino da Língua Portuguesa – 7ª Edição, em março de 2014, Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

TFOUNI, F. E. V. & TFOUNI, L. V. Entra burro sai ladrão: O imaginário sobre a escola materializada nos genéricos. **Linguagem em (dis)curso**. Tubarão: Unisul. Vol. 7 N°2. 2007.

O NORDESTE E A SEGUNDA GUERRA: ESTUDO DO COTIDIANO DE ARACAJU**Autora: Caroline de Alencar Barbosa**

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PICVOL do projeto O Nordeste e a Segunda Guerra Mundial
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: caroline@getempo.org

Coautora: Mônica Porto Apenburg Trindade

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PIBIC do projeto O Nordeste e a Segunda Guerra Mundial
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: monica@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)**INTRODUÇÃO**

A Segunda Guerra (1939-1945) influenciou significativamente o cenário mundial na intensificação da tecnologia e no âmbito político. Também produziu um grande número de mortos, frutos dos combates entre os países do Eixo e Aliados, e dos campos de concentração graças à política nazista de destruição aos judeus, ciganos, oposicionistas e prisioneiros de guerra.

Quem pensaria, por exemplo, numa união entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, sendo estes capitalistas, liberais e anticomunistas, com a União Soviética de regime socialista? Isso só foi possível mediante interesse comum: deter o avanço político-econômico alemão.

O Brasil acostumado a tomar posição de neutralidade desde a Primeira Guerra assume agora uma postura diferente. Permite a construção de uma base aeronaval em Natal, RN, onde passavam os materiais necessários para o combate à Alemanha, desempenhando considerável papel na estratégia americana em guerra. Por sua vez, Getúlio Vargas, que nutria o desejo de participar efetivamente da guerra desde 1939, encontrou nos torpedeamentos a navios brasileiros entre as costas da Bahia e Sergipe, em agosto de 1942, uma motivação para entrar na guerra apoiando os aliados.

Em 16 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 atacou diversos navios mercantes brasileiros nos mares de Bahia e Sergipe. Entre os navios torpedeados estavam o Baependi, Aníbal Benévolo e o Araraquara.

“Primeiro chegaram malas, caixotes, fardos de algodão e lascas de madeira de algo que lembrava uma embarcação; mais tarde, cadáveres. A imagem de corpos de homens, mulheres e crianças boiando ou já estiradas nas areias brancas da praia perto da vila de Mosqueiro alarmou os habitantes das redondezas”. (SANDER, 2001, p.9).

“Dedicando ao menos uma página de cada edição à Guerra, com fotos, mapas, caricaturas, etc.” os jornais se caracterizavam como a principal fonte de informação sobre a Segunda Guerra Mundial (MAYNARD, 2010, p. 521). A realidade vivida na Europa parecia distante e restrita às notícias e aos filmes exibidos no cinema.

Sendo assim “É mais correto dizer que não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros” (FERRAZ, 2005, p.9), os torpedeamentos promoveram uma experiência de guerra que não pertencia ao cotidiano de lugares como Sergipe. A notícia oficial tardou a chegar, pois a imprensa necessitava da autorização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para publicar notícias. O DIP “viu-se obrigado a protelar a notícia, de forma a evitar um pânico maior do que acabou sendo gerado” (ASSIS; MAYNARD, 2013, p. 62).

Seguido a esse fato um clima de insatisfação, medo e insegurança se instalou na cidade de Aracaju. Revoltada, a população foi às ruas exigir das autoridades uma posição. Assim, os torpedeamentos se configuraram como o estopim para a declaração de guerra ao Eixo por parte do Brasil, além de um “ambicioso projeto de estabelecer um papel de destaque na configuração das relações internacionais do Pós-Guerra” (ASSIS; MAYNARD, 2013 p. 65) por parte do presidente Getúlio Vargas.

Esses torpedeamentos acabaram por afetar o cotidiano de Aracaju, que passou pelos blackouts, toques de recolher e treinamentos de Defesa Passiva Antiaérea. Além disso, “a deflagração do conflito mundial comprometeu o abastecimento de produtos que chegavam à capital sergipana pela via marítima.” (CRUZ, 2012 p.125), causando assim um aumento nos preços dos alimentos básicos da população como o pão, o leite, o café e até mesmo a carne do sol.

“Eram tempos difíceis, uma época de rarefação de liberdade, de carestia, de escassez de alimentos e de produtos de toda ordem. Isto teve um influxo negativo no cotidiano dos aracajuanos” (MAYNARD, 2010, p.524). A partir dos torpedeamentos as desconfianças recaíram sobre os estrangeiros e Integralistas declarados.

“Uma série de suspeitas e intrigas apareceu. Conversas de todo tipo podiam ser percebidas. Feixes luminosos projetados sobre a escuridão da noite, tocando na colina do Santo Antônio, zona Norte da cidade, assustaram muita gente, alimentaram notícias nos jornais, provocaram investigações” (MAYNARD, 2013 p. 513).

A polícia passou a investigar as atividades subversivas e muitos desses suspeitos foram presos, acusados de ligação com as potências do Eixo e de ajudarem os alemães no ataque aos navios mercantes brasileiros, repassando informações privilegiadas do Brasil.

SOB SUSPEITAS: ESTRANGEIROS E INTEGRALISTAS

Os Estrangeiros na visão da Imprensa

Debruçando nosso olhar agora sobre os estrangeiros, procuramos observar o tratamento dispensado a eles por intermédio da Imprensa, na tentativa de compreendermos se as suspeitas de auxílio e participação nos torpedeamentos eram pertinentes ou não. Segundo alguns periódicos, este grupo teria o papel de espionagem dentro do Brasil a fim de passar informações que interessassem aos países do Eixo (Correio de Aracaju, 18/07/1942.p.3). No entanto, pelo que podemos observar, por exemplo, no jornal Correio de Aracaju, esse papel não coube somente aos alemães. De acordo com a informação verificada, a Gestapo utilizou noruegueses, franceses e húngaros, fingindo serem refugiados, como meio de desviar a atenção sobre os germânicos (Correio de Aracaju, 03/08/1942.p.2). Ariosvaldo Figueiredo fala a respeito da Alemanha ter infiltrado agentes tanto alemães, como brasileiros, em vários Estados e setores. O tratamento dispensado a eles pelo autor é de conspiradores e, juntamente com os integralistas, de componentes do "Quinta Coluna" (FIGUEIREDO, 1989).

Percebemos também como o governo, na tentativa de legitimar seu discurso, colocou a população como verdadeiros incomodados com a presença dos eixistas no Estado (Correio de Aracaju, 22/10/1942.p.2). Figueiredo menciona que o povo sergipano associou por si mesmo, os torpedeamentos à espionagem estrangeira. Mas, lembremos que haviam outras intenções por trás dessa atitude. De acordo com Maynard, Vargas, já vinha delineando o apoio aos aliados desde 1939, objetivando a consolidação de seus projetos políticos e econômicos, em detrimento aos eixistas (MAYNARD, 2010). Incitar a população contra os estrangeiros, aguçando seu sentimento nacionalista e deixando transparecer que isso teria partido da própria iniciativa popular, talvez fosse um dos métodos mais eficazes para os planos dos Governos de Getúlio Vargas e Maynard Gomes.

Outro ponto a ser analisado, foram as notícias das prisões de estrangeiros dentro desse contexto. Alguns chegaram a ser presos como suspeitos de praticarem atividades contrárias aos interesses do país, sendo realizadas detenções em vários Estados do Nordeste. Da mesma forma, a Imprensa tratou de divulgar amplamente essas ações, exaltando a iniciativa coercitiva de Getúlio Vargas. (Correio de Aracaju, 22/09/1942, p.4).

Observamos ainda, que transações comerciais realizadas com firmas estrangeiras foram suspensas nessa ocasião. Segundo o jornal Correio de Aracaju, não só essas relações romperam-se, como também estrangeiros foram demitidos de órgãos públicos municipais e contratos de locação de empresas, sociedades e firmas estabelecidas desfizeram-se mediante despachos judiciais.

Aconselhou-se ao público abster-se de comprar qualquer mercadoria dos estabelecimentos comerciais dos eixistas (Correio de Aracaju, 22/08/1942). Somados a isso, existiu um desejo de forçar os estrangeiros nesse contexto, alegando sua traição ao povo por causa dos torpedeamentos, a trabalharem forçados em obras públicas como meio de uma "justa vingança" da população (Correio de Aracaju, 26/08/1942, p.2).

Considerações sobre o relatório do Chefe de Polícia ao Interventor: os estrangeiros sob investigação

Além da análise dos jornais, procurando compreender melhor a visão da Imprensa no tocante à repercussão dos torpedeamentos e no tratamento dispensado aos estrangeiros, verificamos o relatório do Chefe de Polícia Enoch Santiago ao Interventor.

A lista feita por Enoch no relatório trata de estrangeiros presos mediante suspeita tanto de auxílio à Alemanha no episódio dos torpedeamentos em 1942, como de estabelecerem possíveis atividades contra o governo. Foram ouvidos ao todo, vinte e quatro estrangeiros, entre eles alemães e italianos.

De acordo com o documento, o primeiro estrangeiro a ser inquirido foi o italiano Nicola Mandarino, sob a acusação de manter em sua casa, segundo a polícia, um verdadeiro arsenal de guerra. Embora radicado ao meio sergipano, Nicola sempre manifestava exaltações a seu país de origem e andava ao lado de "súditos do Eixo" e antigos extremados partidários do integralismo. Também pesou sobre ele a acusação de ter **uma estação de rádio transmissora; de hospedar em** sua fazenda agrícola, situada no município de Itaporanga, tripulantes do submarino alemão que bombardeara os nossos navios mercantes e de possuir

grande cópia de armas e munições. Maynard cita os desdobramentos que essas suspeitas geraram na vida de Mandarin: “Outros, a exemplo de Nicola Mandarin e João Ouro, tiveram suas casas invadidas por manifestantes, destruindo e pilhando o que puderam. Nessas residências foram encontrados armamentos, explosivos e material propagandístico” (MAYNARD, 2010).

Nicola era um homem de posses, provavelmente bem conhecido. A população na hora da chegada a esta capital, dos naufragos do Baependi, correu para a residência de Nicola Mandarin, e não houve quem os controlassem em sua determinação. O artigo de Anailza Guimarães demonstra que a população sentiu o quanto deveria reagir e resolveu colaborar com o governo (COSTA, 2012). Logo, a polícia, fazendo-se impor sobre a grande massa popular, conseguiu retirar Nicola Mandarin e sua família da própria residência, evitando piores resultados. Vemos aqui simultaneamente o papel da polícia como ordeira e protetora da sociedade e o sentimento de vingança gerado na população contra os estrangeiros. De acordo com Assis e Maynard: “Num intervalo de pouquíssimo tempo, a ofensiva havia causado a morte de 600 pessoas. Revoltada, a população exigiu das autoridades vingança aos mortos” (ASSIS; MAYNARD, 2013).

Contudo, o italiano procurou defender-se, argumentando que as armas encontradas pela polícia na sua residência caíram do bernal de um soldado, o que aumentou ainda mais as contradições e suspeitas sobre ele.

Sobre o alemão Otto Apenburg, na folha quarenta e dois, informa-se que ele teria dito não ter participado do serviço militar na Alemanha e disse considerar o regime nazista uma praga para o mundo. Ainda de acordo com o documento, afirmava não abraçar o comunismo porque ele eliminava o indivíduo. Teria contado também, que as leituras de seu agrado eram obras que tratavam dos problemas sociais do mundo.

Carlo Ginzburg ao tratar do processo do moleiro Menocchio afirma o seguinte: “Não é fácil entender pelos autos do processo qual era a reação dos conterrâneos de Menocchio às suas palavras. É claro que ninguém estava disposto a admitir ter escutado com aprovação os discursos de um suspeito de heresia” (GINZBURG, 2006). No contexto da Segunda Guerra e principalmente após os torpedeamentos de 1942, Sergipe vivia sob constante vigilância (MAYNARD, 2010) e provavelmente os estrangeiros, principalmente alemães, sabiam e sentiam isso na pele. Portanto, não sabemos se as afirmações de Otto Apenburg são frutos de

franqueza e espontaneidade, ou se as afirmações dele decorreram de uma estratégia para desviar a atenção sobre si. Afinal, quando Otto diz repugnar o comunismo, ideologia voltada à coletividade, procura reforçar tal postura exaltando o individualismo. Deste modo, aparenta querer diferenciar-se dos demais e, conseqüentemente, proteger-se.

O também alemão Rodolfo Von Doehen, argumenta por sua vez, que quando a guerra começou, a fim de orientar alguns amigos sobre geografia da Europa, mostrava um atlas geográfico e discutia guerra. Mas depois que a situação do Brasil se concretizou, entrando na guerra, deixou de mostrar mapas e discutir. Admitia ainda, na folha de número quarenta e cinco, não ser contrário ao regime nazista, achando que o mesmo, poderia dar resultado benéfico para a Alemanha. É curioso apreciarmos como cada um deles possuía discurso próprio em sua defesa.

Diante do que constatamos, podemos fazer alguns apontamentos. Primeiramente, percebemos que o grande questionamento da polícia era saber o que esses estrangeiros pensavam sobre o nazismo, e alguns deles, estrategicamente ou não, diziam considerar o nazismo uma praga para a humanidade. Em segundo lugar, foram indagados se tinham participado dos torpedeamentos, sobre seu estado cível e o tempo de residência no país. Mas, atenta-nos o fato de serem presos mais por suas declarações inflamadas em favor dos seus países de origem, do que mediante provas concretas.

Os ex-integralistas no relatório do Chefe de Polícia Enoque Santiago

No que diz respeito a Sergipe, os adeptos do movimento Integralista passam a ser investigados após os torpedeamentos de 1942. Foram acusados de traidores e de espões do Eixo. Marc Bloch afirma que “das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas, estamos a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime que não assistiu”.

Portanto o relatório do chefe de Polícia Enoque Santiago ao interventor sobre o inquérito instaurado no Estado contra os brasileiros apontados como ex-integralistas nos auxilia na análise das possíveis ações desse grupo, como também nos apresenta nomes dos possíveis participantes do Integralismo em Sergipe.

Segundo o chefe de polícia o inquérito fora instaurado “para apurar as responsabilidades, de quem as tivesse, em face ao inimigo agressor, ou contra a pátria”.

Investigando as reuniões secretas em pontos variáveis ou fixos. “Reuniões em lugares mal iluminados, como a zona da Draga do Porto, nas proximidades do Trapiche Brown, levantavam suspeitas” (MAYNARD, 2013), porém nada ficou comprovado. Essas reuniões sempre chamaram atenção da polícia desde o primeiro inquérito, iniciado após o decreto 37 do ano de 1937, que confirmou reuniões integralistas na residência de Antonio de Faria Lima.

O relatório divide os investigados em “integralistas fervorosos” aqueles que segundo Enoque Santiago “trazem sempre acesa a chama viva do Integralismo” e “amigos comerciais da Alemanha” que “se vêem alegres com as vitórias de suas forças armadas”.

Dentre os integralistas “fervorosos” são apresentados os nomes de Gerônimo Moreno Garcia, Jacinto de Figueiredo Martins, Doutor Joaquim de Fraga Lima, Antonio Lima de Faria, Rosalvo Rosa Queiroz, Agnaldo Alves Celestino, João Alves da Costa Ouro, Carlos Augusto Travassos Serrado e Sergio Valerio.

Dentre os “amigos comerciais da Alemanha” temos os nomes de Jaime Aragão, Manoel Ferreira Santana, Raimundo Leituga, Valter Loeser, Amando Almeida Leão, Antônio Dutra de Alemida, José Vieira de Menezes.

Percebemos nos depoimentos dos indiciados, que apesar de afirmarem o abandono do movimento, ainda são simpatizantes com a ideologia Integralista. Como declara Rosalvo Rosa Queiroz, Integralista veterano, detido pelo seu integralismo fervoroso e pela sua falta de piedade e patriotismo em relação aos torpedeamentos ocorridos, que: “Conserva as suas ideias integralistas, pois são estas que o governo deve aplicar neste momento: união de todos os brasileiros, respeito às autoridades constituídas e extinção dos partidos políticos” (p. 9). Destacam-se no inquérito três nomes: Jacinto Figueiredo Martins e Geronimo Moreno Garcia e Doutor Joaquim da Fraga Lima.

Jacinto de Figueiredo Martins afirma que não lhe interessa mais o aspecto político do integralismo, mas em relação aos seus princípios doutrinários “morrerá com eles” (p. 5). Declara que após o fechamento do Integralismo, recolheu-se aos seus serviços de funcionário Público.

Geronimo Moreno Garcia é considerado pela investigação como a figura central do Integralismo. Sobre ele o chefe Enoque Santiago afirma que “Se algum dia o integralismo ainda surgir em Sergipe, há de ser, fatalmente, pela mão de Moreno Garcia, este é o homem; penso que ninguém lhe colhe a palma da inteligência no Integralismo”. O fator que chama a

atenção da polícia em relação a ele é uma carta escrita para Jacinto onde, segundo Enoque, se encontra o atestado de suas convicções acerca do Integralismo.

Doutor Joaquim da Fraga Lima ex-chefe do Integralismo declara que não conserva mais os ideais Integralistas e que apoia a Política do Presidente Getúlio Vargas. Após essa declaração a investigação se consideraria satisfeita se não fosse por um carroceiro de nome Argemiro dos Santos que afirma ter transportado para o Doutor um carregamento do que pareciam ser balas e um fuzil. Nada foi comprovado.

A partir desse relatório, podemos perceber que o Integralismo não estava “fechado” como se afirmava. A experiência dos torpedeamentos fez a polícia voltar sua atenção para os adeptos desse movimento e suas possíveis atividades de espionagem em favor do Eixo, pois anteriormente,

“os verdadeiros responsáveis por investigar e combater tais atos, os aparelhos policiais brasileiros, não o fizeram com afinco. Especializados em “caçar” comunistas e anarquistas, esses aparelhos abrigavam centenas de adeptos do integralismo e simpatizantes dos regimes fascistas.” (FERRAZ, 2005).

Portanto, a investigação é concluída com a ideia de que os indiciados não abandonaram o Integralismo, mas o conservam. A prova disso reside no fato, segundo o chefe de Polícia, que todos se ofendem quando suposições sobre fatos funestos recaem sobre o Integralismo ou seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os torpedeamentos de navios brasileiros entre as costas da Bahia e Sergipe, em agosto de 1942, promoveram a experiência da guerra, não mais como uma realidade distante, observada apenas nas páginas dos jornais ou nos filmes exibidos nos cinemas de Aracaju.

Podemos perceber como o fenômeno da Guerra alterou o cotidiano sergipano interferindo na alimentação, hábitos, economia, política e nas relações sociais. Procuramos compreender os motivos do tratamento dispensado aos estrangeiros e ex-integralistas declarados, suspeitos de atuação nesse episódio. Concluímos que esses indivíduos foram vítimas de xenofobia e perseguição política, apesar disso não impossibilitar uma possível presença de agentes espões ligados ao nazismo.

Os relatórios produzidos pelo Chefe de Polícia Enoch Santiago sugerem que não foi considerado plausível a existência de um suporte logístico aos ataques de agosto de 1942.

Todavia devem-se ressaltar as estratégias semelhantes utilizadas por alguns estrangeiros para se defenderem como a negação destes de qualquer relação com o país de origem, bem como a rede de solidariedade estabelecida entre integralistas em Sergipe, que ainda conservavam alguns ideais do movimento, porém não declaram qualquer participação no episódio dos torpedeamentos.

Portanto, a partir do que foi produzido percebemos como o cotidiano de Aracaju foi afetado pela Segunda Guerra Mundial e de que forma a polícia empreendeu o combate a todos os considerados “inimigos da pátria” acusados de promoverem atividades subversivas em relação ao governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Artigos e Livros

ANTOINE, Prost. **Doze lições sobre a história**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **História de Sergipe**. v.2. Sergipe: Gráfica J. Andrade, 1967

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.p.513-558

ASSIS, Raquel Anne; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942**. Navigator, Subsídios Para a História Marítima do Brasil. (ISSN:01001248) Rio de Janeiro, 2013.p.59-68

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**, In:Fontes históricas. org. PINSKY, Carla Bassanezi. - São Paulo: Contexto,2005. p. 23-79

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARMEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Estados Fascistas, Estado Integralista**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

CERTEAU, Michel de,. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Forense,2011. p. 45-111

COSTA, Anailza Guimarães. **Os Torpedeamentos no Litoral de Sergipe em 1942: estrangeiros e integralistas sob suspeitas**. Artigo foi publicado na edição Nº 6 do Caderno do Tempo Presente

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidney J. (organizadores). **Relações Brasil- Estados Unidos: séculos XX e XXI**.—Maringá: Eduem, 2010.

DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. - 2. ed.- UPF, 2001. p.19-31

DOSSE, François,. **A História.**; tradução Roberto Leal Ferreira- 1º Ed.-São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DUTRA, Eliana,. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977.

FERRAZ, Francisco Carlos,. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe.** 3v. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe,1989

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras,2006

GONÇALVES, Williams da Silva. **A Segunda Guerra Mundial.** In.O século XX O Tempo das Crises Revoluções, fascismos e guerras/ org.FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p.167-192

GRINBERG, Keila. **A História nos porões dos arquivos judiciais.** In. O Historiador e suas fontes. org. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina. - São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139

LUCA, Tânia Regina de,. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In. Fontes históricas. org. PINSKY, Carla Bassanezi. - São Paulo: Contexto, 2005. p. 112-153.

MAGNOLI, Demetrio. **História das Guerras.** - 1. ed.-São Paulo: Contexto.2006

MALATIAR, Tereza,. **Narrador Registro e Arquivo.** org. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. - São Paulo: Contexto, 2009. P. 195-221.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial Histórias e Estratégias.** - ed. São Paulo: Contexto,2010

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A Batalha Doméstica: Conflitos entre Patrões e Empregadas Durante a Segunda Guerra Mundial.** In. Visões do Mundo Contemporâneo. org. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. - v. 1. - São Paulo: LP-Books. p. 123-145

MAYNARD, Dilton Cândido Santos, MAYNARD, Andreza Santos Cruz (organizadores). – **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe.** São Cristóvão, Editora UFS, 2013

PARENTE, Josênio Camelo Parente. **Anauê- Os camisas verdes no poder.** Fortaleza, EUFC, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes.** – 1º Ed, 3º reimpressão. – São Paulo, Contexto, 2013.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas.** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial**. Programa de educação e pesquisa histórica. Universidade Federal de Sergipe.

SHIRER, William L. **Ascensão e Queda do Terceiro Reich: O começo do fim (1939-1945)**. v.2. Rio de Janeiro: Agir, 2008

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio à Castelo**. tradução Berilo Vargas. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Hélio. **O Estado Novo 1937-1938**. Edições História da República Brasileira. Edições Istoé, São Paulo, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da,. **O Terceiro Reich: O Império do Terror**. In. Impérios na história/ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo; MUNHOZ, Sidnei. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 271-280

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY Igor, SCHURSTER, Karl (organizadores). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Editora Multifoco. 1ª edição, 2010.

WYNNE, J. Pires, **História de Sergipe (1930-1972)**. v.2. ed. Pongetti, 1970

DOCUMENTOS

- Relatório do Chefe de Polícia ao Interventor: estrangeiros e integralistas

(Correio de Aracaju, 16/10/1942), p.23, caixa 04/1836, Arquivo do Judiciário de Sergipe.

PERIÓDICOS

(Correio de Aracaju, 18/07/1942, p.3)

(Correio de Aracaju, 03/08/1942, p.2)

(Correio de Aracaju, 26/08/1942, p.2)

(Correio de Aracaju, 11/09/1942)

(Correio de Aracaju, 22/09/1942, p.4)

(Correio de Aracaju, 22/10/1942, p.2)

(Correio de Aracaju, 22/08/1942)

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM ARACAJU: O USO DOS ESPAÇOS DE LAZER

Autora: Mônica Porto Apenburg Trindade

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PIBIC do projeto “Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra”
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: apenburg@getempo.org

Coautora: Caroline de Alencar Barbosa

Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq)
Bolsista PICVOL do projeto “Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra”
Graduanda em História na Universidade Federal de Sergipe
e-mail: caroline@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/PPGED/UFS)

INTRODUÇÃO

Em uma época de incerteza, ditadura política e de culto ao trabalho, quais as práticas incentivadas fora do ambiente produtivo? Quais os espaços destinados à diversão e como eles foram utilizados na Aracaju que vivenciou a Segunda Guerra Mundial? Como esta cidade, tão distante geograficamente da Europa, experimentou o conflito que tomou a atenção dos jornais do mundo durante anos? Esta e outras perguntas nos levaram a investigar os anos de 1939 a 1945, tentando entender como diferentes grupos sociais consumiram espaços de diversão.

Em agosto de 1942, cinco navios mercantes foram torpedeados pelo submarino alemão U-507 causando a morte de mais de 600 pessoas. . Raquel Anne Lima de Assis e Dilton Maynard abordam no texto elaborado para a Revista Navigator, a respeito dos resultados nefastos dos torpedeamentos no cotidiano aracajuano, devido ao medo, insegurança e revolta que provocaram (ASSIS,2013; MAYNARD,2013).

Esse texto nos ajudou a perceber melhor os impactos do conflito numa cidade pequena e distante da efervescência da Guerra. Anteriormente, Sergipe só tinha contato com o conflito através dos cinemas e jornais (ASSIS; MAYNARD,2013). Ainda conforme Maynard, "a preocupação com a Guerra em território brasileiro circulava de modo periférico. O confronto não era considerado algo a abater-se territorialmente sobre Sergipe. Deste modo, era como algo devidamente localizado, europeizado, que a Guerra chegava diariamente ao aracajuano".

Além disso, “a deflagração do conflito mundial comprometeu o abastecimento de produtos que chegavam à capital sergipana pela via marítima” (CRUZ, 2012 p.125), causando assim um aumento nos preços dos alimentos básicos da população como o pão, o leite, o café e até mesmo a carne do sol.

“Eram tempos difíceis, uma época de rarefação de liberdade, de carestia, de escassez de alimentos e de produtos de toda ordem. Isto teve um influxo negativo no cotidiano dos aracajuano” (MAYNARD, 2010, p.524). Faltava de tudo, de gêneros alimentícios à energia elétrica; de peças para os bondes à liberdade de expressão, o que não parece ter faltado foi astúcia aos habitantes da cidade para driblar as normas estabelecidas.

Outro texto que aborda o cotidiano de Aracaju no período de 1939-1945 é o de Andreza Santos Cruz Maynard, destacando os conflitos que envolveram as empregadas domésticas. Ela mostra também como a cidade enfrentava a revolta da população que passou a atacar residências dos acusados de espões e inimigos do Estado, os *blackouts* e os treinamentos de defesa antiaérea. Em Aracaju os treinamentos foram iniciados em 1943 (MAYNARD, 2012).

No que diz respeito às domésticas foi imposto um lugar social a ser ocupado por elas. Com isso, passaram a utilizar os locais públicos, o que incomodaria os grupos mais conservadores da sociedade aracajuana. As domésticas começaram a ser vistas com "perturbadoras da ordem", pois reuniam-se à noite nos espaços públicos invertendo a relação de poder observada durante o dia no interior das casas dos patrões. O seu comportamento se constituiu como um inconveniente. Afinal, simples empregadas não podiam frequentar os mesmos locais que os "distintos patrões" (MAYNARD, 2012).

Neste sentido, esta pesquisa passará por um levantamento de alguns dos principais espaços de lazer e sociabilidade em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, abordaremos os cafés, cabarés, praças, restaurantes, bares e clubes em Sergipe.

Os cafés, por exemplo, funcionavam como espaços públicos nos quais aspectos da vida privada vinham à tona onde meio às bebidas e ao entra e sai da clientela, muito da vida política era comentado. As mesas dos cafés também podiam assistir a negociações, a jogos de informações sobre empreendimentos governamentais. Havia “cafés” para gostos distintos.

Locais como o “Ponto Chic”, por exemplo, que Ariosvaldo Figueiredo chamou de um dos pontos da oligarquia: “é no ‘Ponto Chic’ que se sabe de tudo, as verdades possíveis, as mentiras prováveis”. Espaço de políticos, intelectuais, jornalistas, advogados, o Ponto Chic

oferecia bebidas, refrescos, charutos, sorvetes etc. Além deste recinto, podia-se ir ao “Café das Sete” e o “Café Central”, que reuniam “homens de negócios, cavadores de emprego, os profissionais mais distintos” (FIGUEIREDO, 1989:23).

Mas Aracaju não possuía somente espaços requintados, havia também aqueles de pouca ou nenhuma respeitabilidade, nos quais as brigas não eram raras. Eram as bodegas e os bares situados, por exemplo, na “Zona do Bomfim”.

Numa época de escassez de diversões, em que os passos dos trabalhadores eram cuidadosamente vigiados, os cabarés constituíam-se em espaços de lazer bastante requisitados, pois iam muito além de meras áreas de comércio sexual. Afinal, espaços como estes eram um meio dos marinheiros, maloqueiros e demais populares buscarem bebidas, jogos e sexo. Nos cabarés, era possível inclusive começar até mesmo uma carreira artística.

Alguns dos artistas do rádio sergipano tiveram os seus primeiros contratos em estabelecimentos como estes. Como se vê, espaços como o Bomfim iam muito além de meras áreas de comércio sexual. Ainda assim, foi por este estigma que a zona ficou conhecida. Porque, não bastasse possuir suas casas de prazer, a Rua do Bomfim era via de acesso à “Rua Siriri” e ao “Beco dos Cocos”, outras conhecidas regiões da prostituição. No “Beco dos Cocos” um “cabaré de classe”, frequentado pela elite.

Deste modo a pesquisa aqui proposta pretende verificar se regiões aracajuanas como a zona do meretrício, com uma hierarquia própria, além dos papéis já apontados, possibilitaram que os seus frequentadores, excluídos da sociedade de consumo encontrassem na região da boêmia vaga para participarem de uma espécie de comunidade. Dentro desse contexto onde o toque de recolher, os blackouts e a ação dos pracinhas nas ruas era constante, a população utilizava esses locais como forma de “fugir” da realidade durante a Guerra.

Para os operários, bêbados, prostitutas, maloqueiros e mesmo para aqueles da classe média, esses ambientes eram de certo modo, táticas de ação diante de um Estado que se projetava como único agente da história, controlando a liberdade de forma autoritária.

JUSTIFICATIVA

Um dos principais motivos para esta pesquisa reside no fato de que poucas cidades americanas sentiram tão de perto os efeitos destruidores da Segunda Guerra Mundial. O episódio dos torpedeamentos de navios brasileiros em águas nacionais configurou-se como

estopim para que Getúlio Vargas declarasse oficialmente guerra à Alemanha e demais países do Eixo (MAYNARD & MAYNARD, 2011 e 2013).

“Dedicando ao menos uma página de cada edição à Guerra, com fotos, mapas, caricaturas, etc.” Os jornais se caracterizavam como a principal fonte de informação sobre a Segunda Guerra Mundial (MAYNARD, 2010, p. 521).

A realidade vivida na Europa parecia distante e restrita às notícias e aos filmes exibidos no cinema. Apesar da relevância do acontecimento para a memória local e para a história contemporânea do Brasil, a historiografia sergipana aponta uma carência de análises de maior fôlego sobre aqueles dias. Muito pouco se sabe da vida cotidiana, dos usos do espaço urbano, das alternativas de lazer, quase nada se estudou sobre como os cidadãos ocupavam de fato, no cotidiano a cidade de Aracaju.

Ainda há carência de trabalhos que abordem este período da vida aracajuana com interpretações que contemplem, além do aspecto partidário, o político em uma análise mais profunda que aborde a vida cotidiana, a repercussão promovida pelos meios de comunicação, as manifestações culturais, a formação de uma opinião pública.

Diante do exposto pretendemos oferecer interpretações inovadoras, apontar novos tipos de registros sobre um período importante da vida da cidade, aprofundar questionamentos, expandir reflexões e ajudar a escrever uma história que não contemple apenas as lutas partidárias ou que insista em transformar os líderes em protagonistas e condutores da sociedade.

OBJETIVOS GERAIS

Pretende-se desenvolver pesquisas sobre a época da Segunda Guerra Mundial em Sergipe, contribuindo assim para a consolidação do Grupo de Estudos do Tempo Presente (CNPq/UFS) como espaço de produção de trabalhos acadêmicos sobre a História Contemporânea em Sergipe. Para tanto, o projeto privilegiará aspectos do cotidiano em Aracaju, identificando e analisando os espaços de lazer e de sociabilidade como cafés, bares, prostíbulos, cassinos, restaurantes, no que se refere aos usos da cidade neste período.

Além disso, objetivamos discutir a produção historiográfica sergipana, promovendo a elaboração de estudos dos principais temas referentes à História Contemporânea, com ênfase na Segunda Guerra Mundial e produzindo artigos, resenhas, relatórios e demais tipos de publicação resultando na ampliação de análises sobre o tema.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Discutir a produção historiográfica sobre a Segunda Guerra Mundial em Sergipe, situando-a na produção regional e nacional;
- b. Promover a capacitação de pessoal técnico de alto nível nos principais temas referentes à História Contemporânea, com ênfase na Segunda Guerra Mundial;
- c. Manter e ampliar a produção sistemática de artigos, resenhas, relatórios e demais tipos de publicação visando assim inserir o GET/UFS como espaço produtor de material de referência sobre a história contemporânea sergipana;
- d. Estabelecer a produção de monografias de conclusão de Graduação abordando a temática, além de dedicar a devida atenção à confecção de projetos de Mestrado.
- e. Estimular a formação de uma massa crítica entre alunos da graduação e preparar candidatos com alto potencial para o ingresso em Programas de Pós-Graduação, promovendo assim a ampliação de pesquisadores em História Contemporânea em Sergipe.

METODOLOGIA

A metodologia parte a princípio de leituras que nos deem um suporte metodológico e teórico. Em seguida, utilizaremos um repertório diversificado de registros compreendendo fontes impressas (jornais, revistas, boletins, processos, etc.), virtuais ou até mesmo orais (depoimentos).

Nos jornais buscaremos observar as propagandas, as notas policiais, as crônicas, notificações sobre atividades da Polícia e dos responsáveis pela Defesa Civil, reproduções de discursos e palestras.

A pesquisa utilizará uma ficha-padrão, na qual cada bolsista deverá identificar a fonte utilizada e inserir resumo ou reprodução integral do texto, a partir da relevância do mesmo para a pesquisa. Buscando estabelecer uma ordenação temática que permita a análise e a articulação entre as fontes. Essa investigação comportará as seguintes etapas:

- 1) Levantamento e catalogação de registros cafés, restaurantes, clubes, cassinos, bares e prostíbulos nos principais aracajuanos jornais do período (O Nordeste, Correio de Aracaju, Folha da Manhã) ;

- 2) Fichamento de todo o material identificado e classificação temática dos registros;
- 3) Produção de verbetes sobre cada um dos cafés, bares, cabarés e demais lugares identificados;
- 4) Levantamento de dados sobre o município de Aracaju na Seção de periódicos da Biblioteca Pública Epifânio Dória – serão consultados relatórios relativos ao Censo, a Revista de Aracaju, além de sinopses estatísticas disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere à divulgação dos seus resultados, a pesquisa passará pela produção de relatórios bimestrais e semestrais dos alunos envolvidos na pesquisa; produção de textos para publicação na coluna semanal de divulgação científica mantida pelo GET em parceria com o portal Infonet; publicação de resenhas, artigos no “Boletim Historiar” (ISSN 2357-9145, <http://www.seer.ufs.br/index.php/historiar>); publicação eletrônica discente do Grupo de Estudos do Tempo Presente (<http://www.getempo.org>);

Além disso, cabe aos envolvidos a apresentação de comunicações científicas sobre os resultados da pesquisa em eventos regionais, nacionais e internacionais; organização de publicação coletiva abordando os problemas levantados pela pesquisa; divulgação de notícias sobre o tema ou ações do projeto no site do GET através do endereço <http://www.getempo.org/> e através do portal www.memoriasegundaguerra.org.

IMPACTOS TECNOLÓGICOS ESPERADOS

- a) Ampliação da produção historiográfica sobre a Segunda Guerra Mundial, com a publicação de livros e artigos sobre o assunto;
- b) Maior inserção dos pesquisadores do GET/UFS nos debates sobre o Brasil a Segunda Guerra Mundial;
- c) Incremento na integração do GET/UFS e do DHI/UFS junto a grupos de pesquisa de excelência do Brasil;

d) Redução significativa da lacuna historiográfica sobre o período da Segunda Guerra em Sergipe, com a produção de dois livros sobre o tema, um vídeo, um site, além de seis monografias, seis relatórios de pesquisa e uma série de artigos e resenhas;

e) Ampliação nos estudos sobre História Contemporânea em Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segunda Guerra Mundial assumiu contornos tão extremos que foi capaz de influenciar a rotina em grandes e pequenas cidades. Os efeitos do conflito foram sentidos de forma intensa pela capital de Sergipe. Era preciso estar atento aos novos problemas que apareceram em decorrência da Guerra e a outros, já bem conhecidos, que continuaram participando da realidade local.

Assim, o projeto "Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra" analisa aspectos do cotidiano citadino e propõe um levantamento de alguns dos principais locais de sociabilidade em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Pretende-se compreender como os diferentes grupos sociais consumiam os espaços de diversão e recepcionavam as instruções sobre os comportamentos desejados pelas autoridades da época de uma maneira específica entre os anos de conflito.

Para tanto, enfocaremos os cafés, cabarés, praças, restaurantes, bares e clubes da capital sergipana procurando diminuir a lacuna significativa existente em nossa historiografia no que se refere aos usos da cidade neste período. Estes ambientes representavam uma forma de lazer e diversão, como também eram recintos em que se faziam acordos políticos, falava-se da vida alheia, criticava-se o governo pela carestia e vigilância constante imposta à população.

O lazer aracajuano, embora projetado como politizado, moralizado e destinado a cumprir uma missão normatizadora junto aos cidadãos, apresentou divergências a tais desígnios. Astutamente, estes indivíduos moveram-se nas malhas do poder, assenhorando-se do máximo de terreno possível no cotidiano de uma sociedade disciplinadora apenas superficialmente. Este, talvez, tenha sido seu lado de "inconformidade" perante o autoritarismo local.

A documentação utilizada comporta fontes impressas (jornais, revistas, boletins, processos) obtidas em arquivos públicos locais, virtuais ou até mesmo orais (depoimentos).

Desta maneira, pretende-se produzir sínteses históricas a partir da documentação analisada, procurando estabelecer relações entre a ocupação do espaço urbano no período e a percepção que os registros jornalísticos construíram dos locais que serão estudados. Com isso pretendemos promover uma ampliação do tema para a História Contemporânea em Sergipe.

REFERÊNCIAS

- AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.p.513-558

ASSIS, Raquel Anne; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942**. Navigator, Subsídios Para a História Marítima do Brasil. (ISSN:01001248) Rio de Janeiro, 2013.p.59-68

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**, In.Fontes históricas. org. PINSKY, Carla Bassanezi. - São Paulo: Contexto,2005. p. 23-79

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY Igor, SCHURSTER, Karl (organizadores). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Editora Multifoco. 1] edição, 2010.

DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. - 2. ed.- UPF, 2001. p.19-31

LUCA, Tânia Regina de,. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. Fontes históricas. org. PINSKY, Carla Bassanezi. - São Paulo: Contexto, 2005. p. 112-153

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A Batalha Doméstica: Conflitos entre Patrões e Empregadas Durante a Segunda Guerra Mundial**. In. Visões do Mundo Contemporâneo. org. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. - v. 1. - São Paulo: LP-Books. p. 123-145

MAYNARD, Dilton Cândido Santos, MAYNARD, Andreza Santos Cruz (organizadores). – **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS, 2013

GT 11:**DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: OFICINAS DO DICIONÁRIO VÉRITAS MOSEION PARA
INSTITUIÇÕES CULTURAIS****Autora: Irla Suellen da Costa Rocha**

Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIX (UFS)
irlasuellen@gmail.com

Coautora: Adirany da Silva dos Reis

Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBIX (UFS)
adirany15@bol.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello (NMU/UFS)**Introdução**

O educador Paulo Freire é reconhecido pelo papel ímpar do pensar uma educação voltada para o povo e com o povo. Conhecido por sua chamada a luta e por uma educação que chama para a observação e conhecimento sobre a realidade do local de atuação do educador. Freire mais que levar a reflexão dos seus leitores, em seu texto provoca o profissional que somos ou que devemos ser. No livro **Extensão ou Comunicação**, Paulo Freire tece uma reflexão crítica sobre o papel da universidade e a prática extensionista através do respeito à cultura local e o compromisso com as mudanças.

A extensão universitária é um espaço de aprendizagem reconhecido institucionalmente e busca, através da construção de laços com a comunidade, uma relação de ensino e pesquisa em favor do desenvolvimento social por meio de uma ação interdisciplinar e qualificada em problemas específicos (OLIVEIRA, 2004). Partindo deste pressuposto conceitual, o projeto de inovação e tecnologia Vértas Mouseion busca estabelecer a relação universidade – comunidade nas instituições museais. Difundindo o conhecimento museológico e fomentando a discussão do exercício da Museologia na prática. A atividade extensionista do Vértas é coerente a uma visão mais contemporânea da Museologia, como explica Primo¹¹⁰ (1999), sobre a era aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia facto

¹¹⁰ No estudo intitulado “Pensar contemporaneamente a museologia”, a professora Judite Primo, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, analisa cinco documentos básicos que traduzem o Pensar Museológico no século XX.

que contrariava o saber isolado, absoluto e redutor da museologia tradicional instituída, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica.

Retomando o pensamento de Paulo Freire e o projeto de extensão Vértas Mouseion, identifica-se nesta proposta uma curiosidade de conhecer a cultura local museal, além da prática profissionalizante desenvolvida na academia, mas através de uma relação mais próxima e dialógica. Ao somar os saberes provenientes da reflexão científica à experiência cotidiana, compreende-se o outro enquanto sujeito e o seu papel no desenvolvimento da pesquisa na área museológica. O presente texto busca traçar diálogos entre a educação patrimonial, de acordo com as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e extensão universitária.

1. O Projeto Vértas Mouseion e a promoção do saber da Museologia

Esta proposta de extensão cultural em inovação tecnológica vincula-se à continuidade dos trabalhos iniciados na elaboração do Vértas Mouseion – Dicionário Eletrônico de termos museológicos em língua portuguesa entre 2011 e 2013. Partindo-se do princípio de que um museu é a materialização de memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Ao partir de pesquisas com bolsa PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) e PIIC (Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica) para coleta de dados e elaboração de um produto tecnológico, o Vértas Mouseion agora necessita ser compartilhado com aqueles que atuam nas instituições culturais e somente um projeto extensionista possibilita essa difusão da pesquisa para que ela não se encerre entre os muros da universidade. Assim, essa proposta pretende em suas oficinas promover o acesso de funcionários e monitores de instituições culturais de Laranjeiras, Aracaju e São Cristóvão uma perspectiva de formação museológica e tecnológica inovadora.

A Museologia enquanto Ciência Social Aplicada e veículo comunicativo de saberes interdisciplinares cumpre assim seu papel social e acadêmico em prol da salvaguarda e difusão do patrimônio cultural junto a 110 funcionários e monitores que atuarão como multiplicadores desse saber, melhorando a qualidade de seu trabalho e atendimento ao público mais amplo formado pela sociedade sergipana.

O trabalho com os significados dos primeiros termos levantados mostrou o quanto a relação entre a experiência profissional do museólogo e o termo influencia na definição de um

sentido. Os verbetes têm sido construídos via colaborações multi-institucionais e interdisciplinares, por meio de entrevistas junto aos profissionais de diversas instituições museais. A organização estrutural do dicionário segue a metodologia de aplicação dos tesouros, tendo como base a hierarquia de assuntos em uma relação associativa e não de simples palavras isoladas conceituadas em ordem alfabética.

Tais processos técnico-formativos serão socializados com o público pretendido, para facilitar seu acesso à usabilidade dessa ferramenta tecnológica-cultural aplicada aos Museus e patrimônio cultural. Desse modo, para o desenvolvimento desse trabalho extensionista procura-se através de oficinas nas cidades de Laranjeiras, São Cristóvão e Aracaju, desenvolver entre as instituições culturais um diálogo sobre a prática museal e os estudos mais recentes na área. As oficinas são destinadas a funcionários e monitores, tendo como base o uso de PC's, internet, vídeos, blogs e apostilas em PDF com o Vértices Mouseion - dicionário de termos museológicos.

Quando a instituição museal passa a ser vista enquanto instrumento de mudança social, a museologia se dedica a compreender a relação que o homem estabelece com o patrimônio cultural. Contrapondo-se à educação bancária, a ação educativa dialógica passa a compreender o homem como ser participativo que pauta suas ações na colaboração e união com seus pares cuja relação se fundamenta no diálogo. Propõe-se, dessa forma, o desenvolvimento da reflexão crítica como exercício para a libertação. (JUNQUEIRA, 2012, p.4)

No quadro abaixo estão dispostas as instituições museais atendidas no projeto de extensão:

Tabela 1.

INSTITUIÇÕES ATENDIDAS NO PROJETO EXTENSIONISTA	
ARACAJU	
✓	Palácio Museu Olímpio Campos
✓	Museu Galdino Bicho e Pinacoteca (IHGSE)
✓	Museu do Homem Sergipano
✓	Museu da Gente Sergipana
✓	Galeria Álvaro Santos
✓	Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe
✓	Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe

LARANJEIRAS	
✓	Museu de Arte Sacra Museu Afrobrasileiro
✓	Casa João Ribeiro
✓	Casa Zé Candunga
✓	Secretaria de Cultura do Município de Laranjeiras UFS
✓	Campus de Laranjeiras nos cursos de graduação em Museologia, Arqueologia, Teatro e Dança
SÃO CRISTÓVÃO	
✓	Herbário (UFS)
✓	Museu de Anatomia (UFS)
✓	Museu de Arte Sacra
✓	Museu Histórico de Sergipe
✓	Museu de Ex-Votos
✓	UFS Campus São Cristóvão nos cursos de graduação em História, Ciências Sociais; Letras e Artes

2. Breves considerações sobre Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura ao mundo que rodeia levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

O Iphan considera que:

os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (FLORÊNCIO et al, 2012, p.19)

Neste contexto, educação patrimonial viabiliza a coletividade de um grupo ou conjunto de indivíduos onde os conhecimentos são transmitidos de gerações futuras, os avanços, as rupturas e as experiências no convívio social e cultural. A proposta da Educação Patrimonial tem a pretensão de mostrar a importância do patrimonial cultural em qualquer

espaço educativo onde possibilita a coletividade por via das experiências positivas, eliminando as experiências negativas. Utilizando de meios educativos como os recursos tecnológicos, mídias, artes, dança, música, entre outros, com a finalidade formar e ampliar essa ideia de cidadania, identidade cultural e memória.

Nesse sentido buscando através dos profissionais educadores, um processo educativo com planejamentos de aulas relacionando a cultura como também históricos com o seu cotidiano, partindo da escola com espaços amplos e privilegiados de suporte de evidências culturais, nas salas, pátios, bibliotecas, laboratórios dentre outras opções que possibilita multiplicações de ideias, opiniões individual ou em grupo valorizando o que é o individual e do coletivo. Alunos e professores juntos fazendo trocas de experiências e conhecimentos no processo de educação patrimonial e de formação dos futuros educadores.

A Educação Patrimonial configura-se como aporte teórico-prático para o desenvolvimento desta atividade de extensão que tem o museu como

um banco de dados concretos acessível a todos, torna-se numa escola de saber não formal, um local de encontro com o público, um sítio particularmente propício à criação de novas formas culturais, novas relações sociais e novas soluções para os problemas existenciais que afetam os indivíduos e as comunidades” (ROQUE, 1989/90, p. 25).

Para a sugestão extensionista de educação patrimonial proposta leva-se em consideração a necessidade de compreender atividade profissional enquanto objeto de discussão, diálogo e de formação contínua, a ser descortinado pela academia em comunicação com as instituições museais. O desafio é desenvolver o olhar para compreender a importância da prática e pesquisa museológica ao mesmo tempo em que promove a educação patrimonial, despertando o interesse sobre a ação educativa dos que compõem o museu.

Desta maneira busca-se uma incentivar o papel de educador nos profissionais que atuam nas instituições museais, instruindo os funcionários sobre a terminologia museológica para que os mesmos possam atuar com mais conhecimento sobre termos técnicos específicos, proporcionando um melhor serviço às instituições e seus usuários.

3. Extensão Universitária e o papel social do projeto Vértices Mouseion

As reflexões de Paulo Freire (1987) sobre a extensão universitária foram de grande importância para o desenvolvimento e legitimação para o que conhecemos hoje como prática universitária. Segundo Serrano (2001) durante o período de redemocratização do Brasil a

extensão passou a ter foco na população. Antes as atividades eram pautadas no voluntariado e ações comunitárias, que com o período militar passa a desenvolver atividades de maior ênfase aos objetivos do Estado. Porém foi durante este mesmo momento que Paulo Freire (SOUSA, 2001) deu início a um pensamento mais autônomo e transformador da universidade através da extensão, que, por conseguinte, significou uma ação de risco para o regime militar no Brasil.

As idéias e práticas de Paulo Freire passam portanto a fundamentar os conceitos e práticas da Extensão Universitária de que se institucionaliza a partir dos anos 80. No caminhar institucional, inicia-se a discussão sobre indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos e a desmistificação da Extensão Universitária como militância política; o conceito da troca, da extensão como via de mão dupla, e a Extensão como produção de conhecimento. (SERRANO, 2001, p.10)

A visão mais abrangente, social, popular, comunicacional e participativa de Paulo Freire (1987) favoreceu a concepção de extensão como compromisso social da universidade e o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental (NOGUEIRA *apud* SERRANO, 2001). Contribuindo assim para compreensão da extensão como uma troca de saberes populares e acadêmicos de maneira sistematizada, através da produção de conhecimento resultantes do confronto com a realidade brasileira.

Partindo desse pressuposto, a ação extensionista do *Véritas Mouseion* busca desenvolver o caráter lúdico e educativo da Museologia em seu lugar de ação – o museu. No entanto trabalhando na contramão: do servidor para o que é servido. As pesquisas na área de museus e museologia são recentes, o que torna o debate sobre os termos e instrumentos de uso do profissional de instituições museais um importante caminho de estabelecimento do diálogo entre a universidade e a comunidade profissional da área em Sergipe.

A Extensão é processo educativo e científico, ao fazer extensão estamos produzindo conhecimento, mas não qualquer conhecimento, um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa. Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.

Este conceito apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social. (SERRANO, 2001, p. 11).

Quando Paulo Freire (1987) destaca que o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo e que se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. Freire instiga o pesquisador a pensar a prática da extensão universitária a partir de uma visão popular, participativa e comunicativa em que universidade não se coloca como detentora do saber, mas que ela atue como uma das partes na construção de um saber que está disperso nas relações do homem em sociedade, problematizando criticamente e buscando curiosamente soluções.

Considerações finais

Compreendemos a Museologia, através do ser caráter enquanto ciência que utiliza-se de outros saberes, como um espaço rico e abrangente para a atividade prática dialógica da extensão. O projeto Vértice Mouseion desde o início com a concepção colaborativa dos conceitos dos termos já mostrava sinais de que a pesquisa científica pode resultar além de relatórios e resultados comprobatórios, caminhos para o desenvolvimento da reflexão crítica social e humana. A Educação Patrimonial é ambiente teórico que ampara esta ação, enquanto prática científica, e processos educativos que prima pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2013).

REFERÊNCIAS

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação**. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3838>> Acesso em 14 set 2014.

JUNQUEIRA, Ivanilda Aparecida Andrade. Museus e Educação: a aplicação das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação em museus de Goiás. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA, 2012, Maringá. Anais do **II Congresso Internacional de Museologia**. Maringá: UEM, 2012. Disponível em: <

<http://www.mbp.uem.br/cim/pages/arquivos/anais/TS4/TS4-01.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

OLIVEIRA, Claudia Hochhein Oliveira. Qual é o papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao15.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. In: **Cadernos de SócioMuseologia nº16**; 1999, p.05-38

ROQUE, Maria Isabel Rocha. **A comunicação no Museu**. Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio Artístico. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1989/90.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010.

SERRANO. Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf >. Acesso em: 12 set. 2014

ÁFRICA E AFRODESCENDENTES: REVISTA ÁFRICA (2004-2013)**Autora: Ruzilane Rabelo dos Santos**

Graduada História pela Universidade Federal de Sergipe

Membro do Grupo de Pesquisas sobre Ensino de História (GPEH/DED/UFS)

ruzilane@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)**Introdução**

Os debates acerca da legislação e inclusão da história da África e afrodescendentes nos currículos ganharam mais respaldo com a aprovação de duas leis. A primeira delas é a lei 9.394 de dezembro de 1996, que incluía a história da África e dos afrodescendentes. A segunda, a lei 10.639 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. A pauta de temas transversais na educação brasileira e no ambiente escolar é preocupação desde os PCNs de 1996 e tudo indica que a discussão dos PCNs sobre Pluralidade Cultural foi o precursor da lei 10.639/03.

Esse artigo se debruçará sobre a análise dos recentes trabalhos vinculados aos afro-brasileiros e o movimento da negritude no Brasil, além de verificar qual o seu espaço na revista *África*, do Centro de Estudos Africanos¹¹¹ da Universidade de São Paulo. Além disso, mostremos o que a literatura acadêmica vem debatendo sobre a África nesses últimos anos ao promover a construção de uma nova historiografia sobre a África e afro-brasileiros.

As discussões da historiografia acerca do estudo de História da África nas escolas são importantes para entender a identidade nacional, ou seja, não somos culturalmente homogêneos, existe a diversidade cultural, a mistura de culturas, o que Oliva (2012) chama de “mosaico cultural”. Os estudos acerca dessas realidades tão complexas, com contextos diferentes, levam pesquisadores nacionais e internacionais a construírem novos conceitos que expliquem essa diversidade cultural.

Vários são os debates e a formação de novos conceitos e categorias como, por exemplo, multiculturalismo, culturas híbridas, pluralidade cultural e identidades plurais. No caso do Brasil, o termo mais frequente para entender a diversidade cultural tem sido

¹¹¹O Centro de Estudos Africanos (CEA), criado em 1965, obteve autorização para funcionamento em 1969, constituindo-se, atualmente, em Centro Interdepartamental/Intraunidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP – e encontra-se instalado em dependências dessa Faculdade.

multiculturalismo¹¹². Dessa forma, o estudo de África nas escolas reflete na construção de identidades individuais e coletivas dos estudantes.

Esse artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, será traçada a história e o perfil da revista bem como o critério utilizado para o estudo. Na segunda parte, intitulada “Os recentes debates historiográficos que envolvem a África e os afrodescendentes”, abordamos alguns estudiosos que trazem os últimos debates acerca da História da África e dos Afrodescendentes. Por último, na terceira parte, “A Revista África e suas temáticas recentes sobre os afro-brasileiros e o movimento da negritude no Brasil”, discutimos como esses recentes debates da historiografia vêm influenciando a Revista África.

História, perfil da revista e o critério de análise

Durante seus 35 anos de existência, pouco foi alterado no formato da revista *África*. Dentre as pequenas transformações, o que se destaca é a mudança no layout das capas, que trazem o símbolo do Centro de Estudos Africanos (CEA), uma máscara Bakota. Este artefato foi escolhido porque abrange e representa todos os diferentes povos e etnias africanas. Assim como a revista, ele não privilegia nenhuma etnia ou povo.

Essa revista faz parte do Centro de Estudos Africanos da USP, lançada em janeiro de 1978. Ela contribui na divulgação dos estudos sobre o continente africano, tanto do passado quanto do presente, compreendendo algumas especialidades, tais como: sociologia, antropologia, ciência política, relações internacionais, geopolítica, história e literatura. Pretendendo servir como um elo cultural entre o Brasil e a África, a revista publica textos inéditos de autores de várias nacionalidades, ou seja, de diferentes idiomas, como o português, o inglês, o francês, o espanhol e o crioulo de Cabo Verde.

OCEA tem por finalidades principais: difundir a realidade africana através de cursos, conferências, encontros e publicações; promover e incentivar, no âmbito da Universidade de São Paulo, o estudo, a pesquisa e a especialização sobre as sociedades africanas e suas problemáticas, desdobramentos e influência manifestadas no continente africano e fora dele; manter e incentivar intercâmbios e relações científicas, acadêmicas, culturais e artísticas com instituições congêneres ou relacionadas com os objetivos do centro, nacionais ou estrangeiros.

¹¹² Segundo Gusmão, “o multiculturalismo é entendido como uma constatação da presença de diferentes culturas num determinado meio e da procura de compreensão das suas especificidades [...]” (apud OLIVA, 2012, p.34).

Tudo indica que o número 26 da revista *África* tenha sido o último no que se refere aos estudos africanos até o presente momento. Não foi possível identificar a periodização da revista. A publicação é editada pelo CEA, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. O CEA busca organizar trabalhos inéditos, associados com realidades africanas e afro-brasileiras, e os artigos da revista são de especialistas de diversas áreas do conhecimento.

De tal modo, a revista conta com apoio de especialistas nacionais, trabalhos de pesquisadores europeus, norte-americanos e africanos e destaca-se por ser um dos poucos periódicos no Brasil que trabalha exclusivamente dos estudos sobre África. As colaborações submetidas para publicação na revista *África* deverão constituir-se de trabalhos inéditos, artigos, resenhas ou notas de leitura, relacionados com a realidade africana, afro-brasileira e da diáspora negra em geral. A proposta é estabelecer um intercâmbio acadêmico entre a África e outros continentes, com a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas no Brasil e no exterior.

O método utilizado para a pesquisa desse periódico está baseado em análise de conteúdo¹¹³ por título, e, em alguns casos, foi empregado também o exame das palavras-chaves como forma de identificação das temáticas. Para classificar o perfil dos artigos publicados na revista, a análise se pautou em levantar todos os artigos do último periódico publicado pela revista. Após esse levantamento, foi criado um banco de dados onde constam todos os títulos do trabalho. Na classificação, o teor analisado voltou-se para os assuntos relacionados ou correlacionados ao Brasil, tendo em vista que, desde a sua última publicação, a revista divulgou 15 trabalhos.

Destes artigos, somente 6 autores são brasileiros e 9 são de outros países. Alguns são de universidades africanas de Língua Oficial Portuguesa, universidades dos EUA e universidades da França.

Os recentes debates historiográficos que envolvem a África e os afrodescendentes

¹¹³ Segundo Moraes: "A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum" (MORAES, 1999, p.2).

Schwartz (2009), em seu artigo *A Historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas*, traz as duas últimas décadas do Brasil como principais responsáveis pelos debates acalorados com as grandes comemorações, como o aniversário de 500 anos do Brasil, os 500 anos da viagem de Cabral e o centenário da abolição, que levaram os pesquisadores a se interessarem em estudar a escravidão e a cultura afro-brasileira, além da leva de publicações e estudos a respeito do Brasil Colonial.

Segundo Schwartz (2009), esses novos debates historiográficos criaram espaço para a escrita de uma história até então esquecida, e o interesse por escravos e seus descendentes entram em pauta. Isto resulta em várias obras que colocam os escravos, afrodescendentes e afro-brasileiros enquanto agentes históricos e reconstroem as vidas de indivíduos com suas crenças, relações sociais do tempo em que eles viveram desenvolvendo novos estudos acerca do Brasil colonial. Essa nova historiografia tenta romper com as interpretações estruturalistas, bem como ver o passado com uma nova visão interpretativa de acordo com os estudos culturais e sociais que surgiram a partir da década de 90. Assim, os esquecidos da história, como escravos, indígenas, mulheres, negros, passam a fazer parte da historiografia como sujeitos históricos.

Além disso, para Schleumer (2012), essa nova historiografia da escravidão colonial tem como eixo central a temática da resistência escrava. Isso se justifica devido ao debate racial no Brasil nos últimos anos, fruto das discussões do centenário da abolição. A influência de autores revisionistas e a postura política de intelectuais afrodescendentes contribuíram muito para essa nova revisão historiográfica no Brasil, que traz o escravo não como submisso, mas como agente de sua própria história. Segundo a autora, “os historiadores nacionais e estrangeiros partilham das novas percepções do conceito de resistência, entendendo esse processo como algo complexo que não deve ser polarizado (SCHLEUMER, 2012, p. 115)”.

O autor Luciano Everton Costa Teles (2012), em seu artigo *Um olhar sobre a historiografia africana e afro-brasileira*, destaca o movimento histórico que promoveu o processo de construção desta nova historiografia sobre a África e suas características. Para ele, no campo da história, os estudos sobre a África remontavam a tempos antigos. Tais estudos primeiro incorporavam o norte da África e, posteriormente, o sul. Também o século XIX começou a ser um campo de estudos, porém a construção discursiva sobre a África constituiu-se em função de interesses políticos e econômicos. Devido à expansão militar, as

investigações eram pautadas eurocentricamente¹¹⁴ e deturpada pelos denominados “historiadores modernos”. De acordo com o autor:

[...] a África era vista como algo menor. Os movimentos e as dinâmicas das etnias que ali estavam presentes eram literalmente encarados como se não tivessem nenhuma influência sobre as regiões da própria África e do mundo (TELES 2012, p. 242).

Como Mattos afirma, em seu artigo intitulado *O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil*,

Desenvolver condições para uma abordagem da história da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história europeia e suas influências sobre o continente americano. Já começaram a estar disponíveis em língua portuguesa alguns títulos que tornam esta tarefa relativamente viável, para além dos dois volumes monumentais sobre história da África pré-colonial, de Alberto da Costa e Silva. Ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira (apud OLIVA, 2003, p. 428).

Para Franco (2008), as mudanças que vêm ocorrendo na educação mostram como temas transversais são importantes para a inclusão da diversidade étnica e cultural em sala de aula. A educação étnico-racial nas escolas é relevante para a tomada de consciência e levanta em sala aula discussões em torno da discriminação racial e preconceito. Segundo Oliva: “a Escola [é] um espaço de grande relevância na formação de algumas de nossas múltiplas identidades” (OLIVA, 2012, p. 37).

Carvalho, por sua vez, afirma que “O etnocentrismo consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas ‘diferentes’ [...]” (apud FRANCO, 2008, p. 71). Isto é, tendência a considerar as normas e valores da própria cultura como critério de avaliação de todas as demais.

Contudo, os olhares de fora eram cheios de preconceitos e elitistas, não contribuindo para a história e cultura africana. Dessa forma, um grupo de intelectuais africanos, estudiosos e instituições externas da África, decidiram reescrever a história da África, em meados dos

¹¹⁴Expressão utilizada por quem emite opiniões e julgamentos sobre determinado assunto tendo a cultura Europeia como centro de referência.

anos 80 e 90. Assim, uma nova história foi reescrita, considerando o africano como sujeito da sua própria história e participando decisivamente nos acontecimentos históricos. O suporte para essa nova historiografia foi a história oral. De acordo com o autor:

[...] a História Oral passou a ser utilizada como suporte para construir uma nova interpretação da África, e a interdisciplinaridade tornou-se instrumento para estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento visando uma compreensão maior de determinados aspectos, sobretudo materiais e culturais. Enfim, estabeleceu-se, entre 1950 e 1980, um processo de (des) construção da história da África pelos profissionais africanos. [...] a participação de intelectuais estrangeiros, principalmente africanos, num projeto com apoio e financiamento da Unesco que visava produzir uma nova história da África (TELES, 2012, p.245).

Entretanto, para Schleumer (2012), as mudanças significativas nos recentes estudos historiográficos sobre a África e afrodescendentes os últimos anos, foram influenciadas pela lei 10.639. Novas demandas sociais e raciais foram incorporadas a uma nova historiografia colonial brasileira. Esses debates, como já citado, foram frutos das discussões sobre o centenário da abolição no Brasil. Esse novo fazer historiográfico aponta novas perspectivas para trabalhar o tráfico negreiro, a família escrava, o quilombo, as relações matrimoniais, a convivência entre os escravos, os laços de parentesco, entre vários outros temas. Assim, o escravo passa a não ser mais visto como objeto (passivo) sem ação, e sim agente de sua própria história. De acordo com a autora,

[...] As novas perspectivas sobre o tráfico negreiro constituem elemento fundamental para se pensar os homens e as mulheres africanas como sujeitos de sua própria história, indivíduos capazes de reelaborar cultura e estratégias de ação. A percepção da família como mecanismo de resistência negociada contrapõe e ao mesmo tempo completa a visão do quilombo, como espaço de resistência, demonstrando as múltiplas possibilidades de resistência presentes no cenário colonial [...] (SCHLEUMER, 2012, p. 98).

Portanto, vários são os autores que trabalham os últimos debates historiográficos que envolvem a África e os afrodescendentes. Dentre eles, temos: Schwartz, Schleumer, Teles e Oliva. Estes revisam a historiografia sobre a África e trazem novas visões e perspectivas historiográficas. Diferente deles, Franco, a partir da nova demanda histórica após a publicação da lei 10.639/2003, que obriga as escolas públicas e privadas a ensinar História da África e Cultura Afro-Brasileira em seus currículos, faz um estudo sobre as concepções elaboradas por estudantes do ensino fundamental da Escola Municipal Helena Magalhães em Salvador, diante da diversidade étnico-cultural.

A Revista *África* e suas temáticas recentes sobre os afro-brasileiros e o movimento da negritude no Brasil (2004/2013)

Como dito anteriormente, a revista *África*, em seu último periódico, contém 15 artigos, sendo 9 em inglês e 6 em português e os autores de diferentes nacionalidades. Esse periódico trabalha com diferenciados enfoques e temáticas. Nos títulos e palavras-chaves dos artigos analisados, os temas são dos mais variados. Dessa quantidade, somente 1 trata da relação com o Brasil e nenhum trata da história da África nos currículos escolares. A maioria dos artigos trabalha diversos temas referentes à África, como política externa para África (governos Jânio e Goulart), conflitos entre território (Nilo e Tigre), disputa política e poder (Guiné Bissau), pobreza na Nigéria, justiça tradicional (sociedades africanas), sociedade angolana (Luanda).

De acordo com a análise de títulos e palavras-chaves elaborada neste trabalho, conseguimos identificar um artigo sobre o Brasil que discute a recente historiografia e tem como palavras chaves: negritude, negro, relações raciais, racismo. O artigo intitula-se *Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica* do autor Petrônio José Domingues¹¹⁵ e tem por objetivo reconstruir, em concisos apontamentos, a história do movimento da negritude, apresentando alguns de seus dilemas, contradições e reflexo no interior do movimento negro internacional na luta pela libertação dos povos africanos e como esse movimento foi introduzido no Brasil.

Apesar da lei 10.639/2003 completar 10 anos em 2013, é nítido que ainda precisamos avançar na divulgação dos estudos africanos e afro-brasileiros e utilizar a literatura acadêmica que traz os novos debates historiográficos. A revista *África* não se articula muito com a lei 10.639 em seus artigos, pois não teve um que trabalhasse o ensino da África nas escolas.

Dessa forma, a revista especializada em África, em seus artigos não trabalha a lei 10.639/03. Para os autores Franco (2008) e Oliva (2012), a sua efetiva aplicação nas escolas ainda vai demorar. Com os resultados obtidos, fazemos um questionamento: como efetivar uma lei que não está sendo posta em prática até mesmo na revista especializada em África? Não afirmamos que a revista estudada neste trabalho não esteja empenhada e comprometida em divulgar estudos sobre a África e afrodescendentes, mas, apesar de trazer discussões sobre

¹¹⁵Para maiores detalhes, ver: DOMINGUES, Petrônio José. *Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica*. *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 24-25-26: 193-210, 2002/2003/2004/2005.

as novas abordagens historiográficas da África e do Brasil, deixa de lado assuntos relevantes como a África nas escolas.

Conclusão

Como vimos, a nova historiografia que envolve os assuntos pertinentes à África, afrodescendentes e a cultura afro-brasileira surgiu com os estudos culturais e pós-coloniais e estão presentes em artigos, palestras e revistas eletrônicas especializadas em África. Esses novos estudos fazem uma revisão historiográfica da escravidão do período colonial e imperial brasileiro, trazendo à tona os escravos enquanto sujeitos históricos de sua própria história, em vez de submissos e sem ação.

Segundo Oliva (2012), a aprovação da lei 10.639/2003, que tornou o ensino da história da África e dos afrodescendentes obrigatório gerou muitos debates nos meios escolares e acadêmicos. Para ele, mesmo após a lei, a África continua sendo vista de forma preconceituosa pela sociedade brasileira e talvez demore mais um tempo para que professores e alunos tenham propriedade no que se refere à história da África.

Por fim, os resultados referentes à análise de conteúdo por título nesse trabalho foram importantes para também percebermos que, apesar dos debates acerca da lei, a revista, em suas últimas publicações, não trouxe a temática do ensino de África nas escolas. Percebemos o quanto a nova historiografia sobre a África influencia os estudos sobre a História da África e dos afrodescendentes, que anteriormente eram desprezados e hoje são cruciais, como a história oral e a cultura africana. Assim, na revista *África*, encontramos somente um artigo sobre o Brasil, o qual discute a recente historiografia da negritude, e os demais são de temáticas variadas. Porém, nenhum artigo trata do ensino de história da África nas escolas brasileiras, lembrando que foi o último número da revista até o presente momento.

Fonte:

ÁFRICA. Revista do Centro de Estudos Africanos da USP-24-25-26, 2002/2003/2004/2005. ISSN 0100-8153- Versão Impressa. Disponível em: <<http://cea.fflch.usp.br/node/8>>. Acesso em: 25 de março de 2013.

ÁFRICA. Entrevista Revista África. Disponível em: <<http://cea.fflch.usp.br/node/28>>. Acesso em: 25 de março de 2013.

Referências Bibliográficas:

FRANCO, Nanci Helena Rebouças. **Educação e diversidade étnico-cultural:** concepções elaboradas por estudantes no âmbito da escola Municipal Helena Magalhães, 2008, 210 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.22, n.32, p.7-32,1999.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje**. v. 1, nº 1, p. 29-44, 2012.

_____. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3, pp. 421-461, 2003. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2012. (Dossiê “Ensino de história da África e da cultura afro-brasileira”).

SCHLEUMER, Fabiana. Cenários da escravidão colonial: histórias e historiografia. **Revista Ultramares**, v. 1, n. 1, p. 97-120, Jan./Jun., 2012.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 50, p. 175-216, Jan./Jun., 2009.

TELES, E. L. C. Um olhar sobre a historiografia africana e afro-brasileira. **Revista História Hoje**. v. 1, nº 1, p. 239-252, 2012.

A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DA PAISAGEM E NA QUALIDADE DE VIDA

Autora: Maria Heluiza de Carvalho

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Bolsista COPES/UFS

heluizastatus2010@hotmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Barbosa da Silva (DGE/UFS)

INTRODUÇÃO

O clima é definido como a “síntese do tempo num dado lugar durante um período de aproximadamente 30-35 anos” (AYOADE, 2010, p.2). Este componente do espaço geográfico influencia as características da paisagem, as atividades produtivas, bem como a qualidade de vida no espaço rural e urbano.

A estrutura da superfície terrestre é dependente da variação da distribuição da radiação solar devido à forma do planeta, ao ângulo de inclinação da Terra em torno do seu eixo e aos movimentos que realiza diante do sol. Estes fatores atuam na diferenciação dos elementos climáticos temperatura, umidade, pressão atmosférica, velocidade e direção dos ventos e precipitação.

Os elementos do clima são controlados por um conjunto de fatores geográficos como latitude, altitude, continentalidade/maritimidade e massas de ar, possibilitando a existência de diversos tipos de clima como resultado da dinâmica atmosférica nas diversas regiões do planeta.

As características climáticas e suas variações são importantes para a manutenção da vida na Terra, pois, dentre os recursos essenciais à sobrevivência do ser humano e das demais espécies, o ar, a água e a produção de alimentos são influenciados pelo clima. O modo de vida do homem é direcionado pelas variações climáticas do planeta apesar deste possuir a capacidade de adaptar-se aos diferentes tipos de climas.

Ayoade (2010, p.1), considera que “os processos atmosféricos influenciam os processos nas outras partes do ambiente, principalmente na biosfera, hidrosfera e litosfera”. Dessa forma, o autor afirma que

[...] O clima influencia diretamente as plantas, os animais (incluindo o homem) e o solo. Ele influencia as rochas através do intemperismo, enquanto as forças externas que modelam a superfície da terra são basicamente controladas pelas condições climáticas. Por outro lado, o clima

particularmente perto da superfície, é influenciado pelos elementos da paisagem, da vegetação e do homem, através de suas várias atividades [...]. (AYOADE, 2010, p. 1-2)

De modo geral, as atividades humanas realizadas no espaço rural, como a agricultura e a agropecuária, bem como o comércio e a indústria realizados expressivamente no espaço urbano, são influenciadas pelas características climáticas repercutindo na qualidade de vida.

Estas atividades são mediadas pelos elementos que compõe o clima, principalmente pela precipitação pluviométrica e temperatura, pois condicionam a dinâmica da organização da paisagem através das alterações propiciadas nas características de seus componentes.

A complexidade da organização da paisagem é materializada por um conjunto de processos econômicos, sociais e ambientais que estão interrelacionados e que resultam no aspecto paisagístico visível.

A análise integrada da paisagem é realizada em escalas de grandeza têmporo-espaciais a partir de uma abordagem interpretativa dos elementos que estruturam e dinamizam a paisagem. Nesta perspectiva de análise, a paisagem apresenta uma organização espacial passível de ser observada e compreendida através da utilização de métodos científicos.

A paisagem é um sistema integrado cuja compreensão ocorre através da sua totalidade, ou seja, a partir das interrelações entre os diferentes elementos que a integram e realizam as trocas de energia e matéria formando uma unidade sistêmica.

O conceito de sistema pode ser aplicado na análise da paisagem, pois refere-se a um conjunto de elementos que se inter-relacionam, segundo determinadas leis, para atingir um objetivo específico. Assim, para Maciel (1974, *apud* Camargo 2005, p.54).

um sistema é composto de elementos, ou partes, porém ao se conceber a ideia de sistema, é necessário incluir mais dois atributos: o conjunto das relações que ligam entre si os elementos do sistema e o conjunto das atividades desses elementos, pois todo o sistema implica sempre a existência de um processo operacional global, e não meramente uma coleção de partes ou elementos justapostos de uma maneira qualquer.

A combinação dos diversos elementos presentes no meio ambiente, como o relevo, o solo, a biodiversidade, a hidrografia e as espécies, principalmente da flora, existente em diversas regiões do planeta está interrelacionada com o clima, resultando na fisionomia da paisagem que se apresenta em constante evolução. Conforme a análise sistêmica da paisagem por Bertrand (1972, p.141), a complexidade da organização da paisagem é um fato considerado ao afirmar que

A paisagem não é uma simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e

antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto, único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1972, p. 141)

O clima, dentro da visão sistêmica do estudo integrado da paisagem, é um dos agentes modeladores do relevo através dos seus elementos como a temperatura e a precipitação pluviométrica.

Em razão das interrelações existentes entre a natureza e a sociedade, as características climáticas interferem na realização de diversos tipos de atividades produtivas no ambiente, contudo os elementos do clima podem ser alterados em detrimento das atividades desenvolvidas tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

A principal finalidade deste artigo é analisar a influência das características climáticas na organização da paisagem e na qualidade de vida.

Para a execução deste artigo foram adotados procedimentos metodológicos como pesquisa bibliográfica, discussões de artigos, embasados a partir de contribuições teóricas fundamentadas por Bertrand (1972) através da análise da integração entre as variáveis ambientais que constituem fatores da dinâmica climática na paisagem.

Os estudos realizados por diversos autores, como Ayoade (2010); Mota (1983); Carlesso et al. (2007) e Neto (1998), contribuíram para a análise das repercussões das características climáticas, temperatura e precipitação pluviométrica na organização espacial e na qualidade de vida.

Ayoade (2010) apresenta os princípios fundamentais da climatologia, descrevendo e explicando as características climáticas e sua influência sobre a agricultura, bem como no modo de vida.

Mota (1983) ressalta a importância da compreensão da dinâmica climática, principalmente, para os produtores agrícolas que têm suas atividades diretamente influenciadas pelos elementos do clima.

Carlesso et. al. (2007) contribuíram para o entendimento dos elementos meteorológicos com a finalidade de possibilitar o planejamento ou execução de atividades agrícolas.

Nesta perspectiva, torna-se relevante a compreensão da configuração das paisagens no espaço rural e urbano, pois refletem as características do clima influenciando a organização espacial, as atividades econômicas desenvolvidas e a qualidade de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interação entre os diversos elementos e fatores do espaço geográfico impulsiona a esculturação das paisagens. A precipitação pluviométrica e a temperatura destacam-se por interferir diretamente na configuração da paisagem orientando as atividades produtivas organizadas no espaço rural e urbano.

A temperatura é um dos atributos do clima consequente da radiação solar que transmite energia através de ondas eletromagnéticas, proporcionando calor à superfície terrestre. A temperatura pode ser definida como a medida da energia cinética das moléculas da atmosfera ou de um corpo qualquer. Esta energia pode se deslocar em forma de calor, passando de um corpo com grau térmico alto para outro corpo com baixa temperatura (AYOADE, 2010).

A radiação solar aquece a superfície terrestre de forma desigual, pois com a variação da latitude ocorre uma diferenciação na incidência dos raios solares que, são mais perpendiculares na zona equatorial que nas zonas polares. Como consequência da diferença de temperatura nas zonas climáticas do planeta, na circulação geral da atmosfera há constante deslocamento de massas de ar entre as diferentes zonas climáticas do planeta, redistribuindo a energia da radiação solar.

A temperatura além de influenciar a fisionomia da paisagem também é mediada por uma série de fatores como a altitude, a latitude e as massas de ar originadas tanto nos continentes e quanto sobre os oceanos.

Na modelagem do relevo, o clima possui um papel de suma importância para as alterações físicas e químicas das rochas na superfície terrestre, pois os tipos de processos de intemperismo predominantes dependem das características da temperatura e da precipitação pluviométrica. Desse modo, as rochas são expostas aos processos de intemperismo, tanto por desagregação física ocasionada pela dilatação térmica, quanto pela decomposição dos minerais proporcionada pela ação da água.

As transformações físicas que ocorrem na superfície da crosta dependem do tipo de clima ao qual uma região está submetida. Em zonas de clima tropical (quente e úmido) há maior favorabilidade ao predomínio dos processos de intemperismo químico, pois as precipitações pluviométricas propiciam as reações químicas.

Diferentemente do que acontece em clima quente e úmido, em áreas submetidas ao clima semi-árido e árido, a amplitude térmica provoca, predominantemente a fragmentação das rochas em virtude da dilatação e contração dos minerais, em detrimento da decomposição, pois há reduzida precipitação pluviométrica.

A distribuição espacial das espécies da flora e da fauna é consequência das diferentes características climáticas, pois depende da adaptabilidade das características morfológicas e fisiológicas que permite o desenvolvimento e a reprodução dos seres vivos. Em razão disto, quaisquer alterações nas características climáticas repercutirão diretamente em processos têmporo-espaciais como extinção e dispersão das espécies bem como o desenvolvimento das atividades produtivas principalmente no espaço rural.

As atividades produtivas desenvolvidas no espaço rural são diretamente dependentes das condições climáticas, pois a variação da temperatura do ar, do volume e distribuição da precipitação pluviométrica têm consequências sobre a produtividade agrícola e agropecuária, interferindo na produção de gêneros alimentícios e consequentemente na comercialização devido à variação dos preços de mercado.

A seca é um dos fenômenos climáticos que mais afetam a agricultura e a agropecuária, pois a insuficiência na quantidade de chuva por um período longo resulta na escassez hídrica e compromete o desenvolvimento das cultivares, bem como a criação de animais.

No que se refere à agropecuária, a seca reduz, consideravelmente, a reprodução das gramíneas e a degradando as pastagens, além de comprometer a disponibilidade de água para os animais e causando a morte devido à fome e a sede (AYOADE, 2010).

Para Mota (1983), as condições climáticas ou meteorológicas e a agricultura estão intimamente relacionadas.

[...] o clima assume significância em quase todas as fases das atividades agrícolas desde a seleção de regiões ou lugares para a instalação de culturas e experimentos agrícolas, até o planejamento a longo ou curto prazo das atividades agrícolas.(Mota, 1983, p. 45)

No desenvolvimento da agricultura, as espécies cultivadas possuem limites térmicos adequados para o crescimento. Pode-se considerar então que, tanto o calor excessivo quanto o resfriamento prolongado, podem ocasionar a morte dos vegetais. Segundo Ayoade (2010, p. 264)

[...] Temperaturas abaixo de 6° C podem ser letais à maior parte das plantas. As temperaturas letais mais altas para a maior parte das plantas situam-se entre 50 e 60°C, dependendo da espécie, estágio de crescimento e tempo de exposição à alta temperatura. As baixas temperaturas matam ou prejudicam as plantas. O resfriamento prolongado das plantas, com temperaturas acima do ponto de congelamento, retarda o crescimento vegetal e pode matar as plantas adaptadas somente a condições quentes. (AYOADE, 2010, p.264)

O conhecimento sobre as condições climáticas e meteorológicas torna-se importante para o desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente na produção agrícola. Por

isso, são realizados investimentos através de capital e tecnologia para elevar a produtividade. Quando o produtor não obtém informações prévias sobre as temperaturas e quantidade de precipitação pluviométrica poderá ter prejuízos em razão das possíveis variações dos estados da atmosfera. Portanto, as oscilações térmicas, a seca e a irregularidade de chuvas podem ocasionar impactos negativos sobre a produtividade das espécies cultivadas.

A precipitação pluviométrica - fenômeno atmosférico resultante da aglutinação e condensação das moléculas de água que precipitam da atmosfera e atingem a superfície da litosfera - é o principal fator que interfere intensamente nos sistemas produtivos.

Carlesso et al. (2007, p.60) distingue a quantidade de precipitação pluviométrica da intensidade da mesma. Para ele

A quantidade de precipitação pluviométrica é a medida em termos de volume de água precipitada por unidade de área, enquanto a intensidade de precipitação pluviométrica é a medida em termos de volume de água precipitada por unidade de área e de tempo.

Esta forma de precipitação é responsável pela diferenciação dos biomas e das formações vegetais existentes na superfície terrestre, pois as regiões úmidas, semi-áridas e áridas tem paisagem diferentes em virtude da quantidade e distribuição das chuvas, além de apresentar variação nos tipos de vegetação presentes na paisagem.

Ayoade (2010, p. 164) considera que “o padrão da precipitação sobre o globo é, portanto, bastante complexo devido à influência de vários fatores, tais como topografia (elevação), à distância a partir dos grandes corpos hídricos, a direção e caráter das massas de ar predominantes, entre outros”.

No espaço rural, a temperatura e a precipitação pluviométrica são alteradas devido às práticas de manejo adotadas como as queimadas e o uso intensivo do solo, desencadeando processos de degradação ambiental que refletem não só nas mudanças de regime das chuvas e temperatura, como também, repercutem na produção econômica, na qualidade de vida e nas modificações das paisagens.

As alterações nas características climáticas do espaço urbano são desencadeadas a medida que o homem altera o espaço de vivência. Estas modificações ocorrem de forma intensiva através do processo de industrialização, bem como pelo crescimento populacional nas cidades.

A urbanização contribuiu para a intensificação das alterações do ambiente natural, resultando em uma paisagem construída artificialmente a partir de uma série de necessidades

e interesses relacionados com o modo de uso e ocupação do espaço. Sobre os processos de urbanização e os seus efeitos no ambiente, Neto (1998, p. 126) afirma que o

[...] uso intensivo do território urbano pela grande concentração de atividades humanas como a industrialização, os transportes e os serviços urbanos essenciais (abastecimento de águas e esgoto), provocam grande quantidade de poluentes no ar, degradação do solo e poluição da água.

A partir de estudos sobre o clima em áreas urbanas observou-se que as transformações do ambiente natural proporcionadas pelas edificações e suas verticalizações, impermeabilização dos solos e as atividades econômicas desenvolvidas, desencadeiam uma série de alterações no ar e nos recursos hídricos repercutindo negativamente no clima local e/ou regional e planetário, afetando a qualidade de vida.

De acordo com Lima (2013, p. 2),

As cidades constituem a forma mais radical de transformação da paisagem natural, pois seus impactos não se limitam a mudar a morfologia do terreno no qual se inserem, modificam, também, as condições ambientais e climáticas, gerando, assim, um espaço eminentemente antropizado, no qual a atuação do homem se manifesta direta ou indiretamente e cujos resultados mais significativos são a degradação ambiental e a geração de um clima específico dos centros urbanos.

O clima urbano é o reflexo de um conjunto de fatores decorrentes do processo de urbanização que tem a capacidade de alterar o clima local. Para Monteiro (2003, p. 20) “o clima urbano é um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre”. Este clima, portanto, é resultante de um conjunto de modificações da superfície pelas atividades humanas desenvolvidas em uma porção do espaço.

As alterações no espaço urbano, muitas vezes, ocasionam impactos negativos sobre o meio ambiente, resultando em variações na dinâmica climática local que através da impermeabilização do solo, edificações verticalizadas, remoção da cobertura vegetal, excesso de poluição na baixa troposfera, dentre outros fatores, contribuem para a alteração e/ou intensificação dos fenômenos meteorológicos do clima local.

A impermeabilização do solo e remoção da cobertura vegetal nas áreas urbanas dificulta a infiltração da água contribuindo para a ocorrência de enchentes e a intensificação do calor, pois com a modificação do albedo - coeficiente de reflexão que expressa à radiação refletida (MOTA, 1983, p.65) -, os solos impermeabilizados refletem maior radiação enquanto que em áreas com a presença de cobertura vegetal ocorre maior absorção. Conti (2001, apud Lima, 2013, p.3) afirma que

No processo de urbanização, a remoção da cobertura verde e sua substituição por áreas construídas elevam o índice de albedo e, conseqüentemente, a

superfície do solo passa a reter menor quantidade de energia, aumentando a refletância. Sabe-se que quanto mais é elevado o volume de energia armazenado, maior é o equilíbrio térmico.

Algumas atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano como as atividades industriais, a utilização de veículos automotores são os principais responsáveis pela maior parte da poluição do ar, pois lançam gases poluidores na atmosfera formando uma camada que proporciona a retenção do calor próximo à superfície e que torna a qualidade do ar pouco propícia, principalmente as áreas metropolitanas, contribuindo para a má qualidade de vida.

De modo geral, as áreas urbanas possuem regimes térmicos maiores do que as áreas circunvizinhas. A elevação da temperatura local pode favorecer a formação de fenômenos como ilhas de calor devido à densidade das edificações e a impermeabilização do solo com asfalto e concreto dificulta a absorção da radiação solar pela superfície e reduz a circulação do ar.

Segundo Neto (1998, p. 126), a energia antrópica também resulta no aumento do calor no espaço urbano, pois “o calor produzido pelo trânsito, pelas indústrias, e pelas habitações eleva consideravelmente a temperatura do ar na cidade e reduz a umidade relativa, formando o que se convencionou denominar “ilha de calor””.

Outro fenômeno inerente ao espaço urbano refere-se à inversão térmica, esta ocorre quando a superfície é resfriada bruscamente durante o inverno, o ar próximo à superfície torna-se frio bloqueando o movimento de convecção, retendo as partículas de gases poluentes que se encontram nas camadas mais baixas da troposfera interferindo na qualidade do ar. Este fenômeno pode desencadear diversos problemas na saúde da população afetando a qualidade de vida.

As cidades densamente povoadas, com intensas atividades industriais e grande frota de veículos circulando pelas vias, apresentam maior favorabilidade às alterações do clima local. O clima urbano possui características específicas que o distingue das características climáticas predominantes no espaço rural, pois “a substituição da cobertura vegetal por áreas construídas (cimento, concreto, alvenaria), a pavimentação asfáltica das ruas, a concentração de parques industriais e o adensamento populacional” (NETO, 1998, p.126) alteram, principalmente, a temperatura e a precipitação pluviométrica.

O conjunto de alterações ambientais ocasionadas pela ação antrópica decorrente do processo de urbanização, além de modificar a temperatura local, também pode acentuar o regime das chuvas ocasionando enchentes devido à impermeabilização do solo que reduz a infiltração e amplia o escoamento superficial.

Tendo em vista a minimização dos efeitos das alterações do clima local na qualidade de vida do espaço urbano, algumas medidas preventivas precisam ser adotadas pelo Poder Público para conter os principais problemas deste ambiente construído como a redução das emissões de gases poluentes, aumento das áreas arborizadas, incentivo à redução da frota de veículos particulares através do uso e melhoria dos transportes públicos, dentre outras medidas que podem favorecer a qualidade ambiental, bem como a qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características da temperatura e da precipitação pluviométrica influenciam constantemente na organização e configuração da paisagem tanto do espaço urbano quanto no espaço rural, repercutindo na transformação da paisagem e na qualidade de vida.

O clima e seus elementos são necessários para a manutenção da vida, influenciando o desenvolvimento das atividades econômicas, principalmente a agricultura, agropecuária, comércio e indústria. Porém, não se pode esquecer que as intervenções antrópicas sobre as características climáticas estão refletidas na transformação das paisagens do espaço rural e urbano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elis Dener Lima et al. **Varição Termohigrométrica em espaços intra-urbanos: Estudo de caso em Iporá – GO**. Cuiabá: UFMT, 2010, 13 p. Acesso em: <<http://www.simehgo.sectec.go.gov.br/downloads/publicacoes/artigos/019.pdf>> Disponível em: 25 set. 2014.

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 13ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 332 p.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico**. Curitiba: Editora UFPR, 2004. 141-152 p.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente, conhecendo as mudanças do planeta através de uma nova percepção da ciência: A Geografia da complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 240 p.

CARLESSO, Reimar et al. **Usos e benefícios da coleta automática de dados meteorológicos na agricultura**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. 170 p.

LIMA, Gabriela Narciso de. **A temática da Paisagem nas pesquisas de climatologia. Uma análise baseada no Geossistema**. São Paulo: Encontro de Geógrafos da América Latina -

Egal Perú, 2013. 18 p. Disponível em: < <http://www.egal2013.pe/10-geografia-fisica/>> Acesso em: 25 set. 2014.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Teoria do clima urbano: Um projeto e seus caminhos. In: MENDONÇA, Francisco et al. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. 192 p.

MOTA, Fernando Silveira da. **Meteorologia agrícola**. São Paulo: Nobel, 1983. 376 p.

NETO, João Lima Sant'Anna. **Clima e Organização do Espaço**. Paraná: ISSN, Boletim de Geografia, v.16. n.1, 1998. 119-132 p. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12158>> Acesso em: 25 set. 2014.

AÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO EM SERGIPE

Autora: Amanda Marques dos Santos

Graduanda em História da Universidade Federal de Sergipe
amandamarques.ufs@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso (DHI/UFs)

Introdução

Esse trabalho visa principalmente traçar considerações sobre a AP (Ação Popular) em Sergipe. O interesse em estudar esses grupos surgiu de uma pesquisa realizada por mim sobre o GESPS (Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe), um grupo de esquerda vinculado ao catolicismo que articulou-se em Sergipe em meados da década de 60 do século XX. Com a referida pesquisa surgiu a vontade de compreender, de modo mais geral, como se deu as articulações em oposição ao Regime Militar em Sergipe. Esse artigo é um dos primeiros resultados de uma pesquisa realizada por mim, e com certeza trará outros resultados no futuro.

O que fundamentou o presente artigo foi a leitura do livro *A Tutela Militar em Sergipe*, do professor Ibarê Dantas¹¹⁶, no qual o referido autor faz um amplo estudo sobre a ditadura em Sergipe, e assim, analisa alguns grupos que atuaram em oposição ao regime em Sergipe. Também utilizei alguns trabalhos realizados por Cristiane Soares de Santana, que tem uma grande contribuição sobre a Ação Popular na Bahia. Me ajudou também vários textos sobre a ditadura de modo geral, afinal me possibilitou uma visão mais crítica do período estudado e do assunto tratado.

Pretendo fazer uma análise simples e geral de sua existência e de seus membros, para futuramente trabalhar com aspectos mais específicos dessa organização. Farei isso com o objetivo de mostrar que em Sergipe também existiu pessoas que se articularam em movimentos para manifestar a sua insatisfação com o regime instaurado. Afinal, pouco se fala desse tipo de articulação. Pretendo também mostrar como se deu a inserção dos jovens da Ação Popular em outros grupos em Sergipe, isso porque com o golpe e a intensificação da repressão à AP entrou na clandestinidade e seus membros migraram para outros grupos.

¹¹⁶ Nascido em Riachão do Dantas, além de bancário é um historiador sergipano de grande destaque. Atualmente dedica-se apenas a pesquisas. Possui vários livros sobre a história política de Sergipe. Além de *A tutela Militar em Sergipe*. Escreveu também *O tenentismo em Sergipe*, *A Revolução de 1930 em Sergipe- Dos Tenentes aos Coronéis*, *Coronelismo e dominação e os Partidos Políticos em Sergipe- 1889/1964*.

Diante disso, vou trabalhar especificamente com a inserção desses jovens universitários no GESPS (Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe).

O grupo GESPS foi formado por intelectuais de Sergipe, que visavam articular ideias sobre o que ocorria naquele momento, existiu por quatro anos, ou seja, de 1964 a 1968, quando com a adição do Ato Institucional número 5 (AI-05) ficou impossível manter as reuniões. Contou com a participação de homens importantes do Estado de Sergipe, como jornalistas, juízes, professores, advogados, além desses intelectuais contou também com a participação de alguns estudantes que já faziam parte da AP (Ação Popular). Esse grupo foi marcado principalmente por uma luta ideológica, se afastando da luta física, ou seja, eles se reuniam e discutiam questões de cunho filosófico, político e social, mas não chegaram a ir para as ruas. Isso porque eles acreditavam que poderiam fazer algo contra a ação dos militares dessa forma.

No entanto, é possível afirmar que o GESPS se distanciou um pouco dos ideais dos membros da Ação Popular. Isso porque os membros da AP atuaram com uma mobilização política mais efetiva. Outra distinção é o fato de que a AP existia em outros Estados do país, diferente do GESPS, que era um grupo exclusivamente sergipano.

Outros textos foram de fundamental importância para um maior aprofundamento sobre o período trabalhado nesse artigo. A exemplo de *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores* Marcelo Ridenti. *O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional* de Moniz Bandeira. E também *1964: Temporalidade e interpretações* de Lucília Neves Delgado.

As lacunas existentes neste trabalho devem-se em grande parte a ausência, até o momento, de maiores informações e documentação sobre estes grupos, afinal como já foi falado anteriormente a referida pesquisa está em seu momento inicial.

Ditadura Militar em Sergipe

No dia do golpe o governador de Sergipe Seixas Dória estava no Rio de Janeiro, chegando em Aracaju apenas na tarde do dia 01.04.1964. Diferente dos governadores de outros Estados, quando ele chegou foi bem claro ao manifestar sua oposição ao movimento que estava ocorrendo, e por este motivo, foi preso e em seguida encaminhado para Salvador. De Salvador foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por mais de

100 dias. Nesse contexto quem assumiu o governo do Estado foi o atual vice-governador Sebastião Celso de Carvalho.

Em Sergipe a categoria que mais se movimentou contra o regime autoritário foi a dos estudantes. O primeiro movimento que teve repercussão de fato foi o caso dos estudantes do Atheneu. Nesse episódio seis alunos foram expulsos do colégio, sendo eles: Wellington Mangueira, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo, Mário Jorge de Menezes Vieira, Abelardo Silva Souza e José Anderson Nascimento. Isso porque, segundo Wellington Mangueira, eles negaram o juramento de fidelidade a uma associação criada pelos militares a caça aos comunistas. Eles foram até presos. Entretanto, como eram filhos de pessoas importantes do Estado de Sergipe, o caso repercutiu na sociedade expondo os abusos dos militares. O movimento estudantil era considerado pelos militares como um grupo de grande potencial subversivo, e por este motivo foi duramente reprimido.

Após esse momento inicial os estudantes continuaram sendo a categoria que mais se movimentou. Passaram a se articular, formando grupos e intensificando os que já existiam para combater os militares, e a Ação Popular foi um desses grupos em Sergipe.

Nos dois primeiros anos as movimentações em oposição ao regime foram bem discretas em Sergipe. Isso porque nos primeiros meses ocorreram muitas prisões, o que de certa forma reprimiu a população. Somente no ano de 1966 as manifestações contra o Regime Militar atingiram maiores proporções. Principalmente quando as agremiações de esquerda tornaram-se mais evidentes.

Ainda assim, nesse momento de grande florescimento, a participação dos grupos de esquerda em Sergipe foi relativamente discreta, se comparada ao que ocorria em outros centros do país. Mesmo assim, os estudantes acompanharam com atenção os acontecimentos nacionais. Diferente do que aconteceu no âmbito nacional que os militantes de esquerda já haviam feito opção pela luta armada, em Sergipe o movimento estudantil tendia a desenvolver ações mais moderadas.

Em meio a esse contexto de ditadura militar, onde prevaleceu a ausência da democracia existiu em Sergipe vários grupos que se articularam como uma forma de resistir e reprimir o poder dos militares, entre esses grupos estava a AP (Ação Popular) um grupo ligado ao catolicismo e que já existia antes de 1964 e tinha ramificações em diversos Estados do Brasil.

Origem da Ação Popular

A Ação Popular surgiu de uma das ramificações da JUC¹¹⁷. A Juventude Universitária Católica (JUC) nasceu nos anos de 1959 e 1960, um grupo que tomando consciência dos problemas do Brasil uniu-se em lutas políticas e ideológicas. Apesar de não ser um grupo muito grande em quantidade de militantes, a JUC era um dos maiores grupos de estudantes. Assim, é possível destacar que possuía uma participação ativa na luta política do momento, e posteriormente passou a desenvolver atividades também religiosas. Dessa forma, ainda em 1959 passou a desenvolver atividades ligadas a política, mas também religiosas.

Com o passar do tempo a JUC passou a ter uma certa influência dentro do movimento de esquerda, e se aliou ao Partido Comunista Brasileiro, que era o partido que predominava na militância estudantil. A política extremista e conservadora da UNE (União Nacional do Estudantes) fez com que a JUC fosse mal vista dentro e fora do meio universitário, onde estes eram vistos apenas como representantes dos comunistas. Com isso, a Igreja (afinal a JUC tinha uma participação religiosa) passou também a intervir, proibindo os membros da JUC de exercerem cargos dentro do movimento estudantil.

Diante desse novo quadro alguns membros mais politizados e influenciados da JUC, fundaram um novo movimento. E foi assim que no ano de 1962 surge a Ação Popular, um grupo que possuía ideais políticos e ideológicos. A partir de então a AP exerceu uma certa hegemonia dentro do movimento estudantil, elegendo todos os presidentes da UNE, até pelos menos o golpe de 1964.

Nos anos seguintes, diante de toda falta de homogeneidade dentro da AP, surgiu uma divisão dentro do próprio movimento. Com isso, em 1972 ocorreu uma separação dando origem a duas facções: Uma era a AP, que manteve inclusive esse nome, um grupo que era mais próximo do PCdoB. E o outro lado formou a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Apesar de inicialmente a Ação Popular fazer parte de uma linha mais humanista, sob a influência da Igreja católica, com o passar dos anos ela foi se afastando dessa linha pacífica. E em nível nacional a partir de 1965 passou a se aproximar da doutrina marxista e declarou inclusive a opção pela luta armada. E como uma forma de resistir aos militares, e ajudar os militantes muitos de seus membros passaram a promover atentados e assaltos.

¹¹⁷ A JUC foi um grupo de jovens universitários católicos. Uma associação civil criada com o objetivo de difundir o pensamento católico no meio universitário.

AP (Ação Popular) em Sergipe

Como já foi falado anteriormente a AP (Ação Popular) originou-se do movimento da esquerda católica em 1962, e em Sergipe foi composta basicamente por estudantes universitários. Com o golpe instaurado pelos militares e uma mudança de regime a AP foi um dos grupos mais afetados em Sergipe. Perdeu a influência que tinha no Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB foi criado e financiado pelo governo, mas era administrado pela Igreja. Esse movimento tinha como principal objetivo alfabetizar os adultos por meio de escolas radiofônicas implantadas em regiões onde tinha um alto índice de analfabetismo. Assim, em Sergipe eram os membros da AP que auxiliavam esse projeto.

Joaquim Acioly era um dos seus principais líderes da organização em Sergipe, mas com o golpe instaurado foi preso, e assim que foi solto deixou Sergipe de forma definitiva. Desde então a maioria dos membros da AP eram remanescente da JUC (Juventude Universitária Católica), que participavam do movimento estudantil. É interessante notar que em Sergipe a Ação Popular depois do golpe se restringia a alguns estudantes, isso porque com a grande repressão muitos jovens deixaram a militância.

Na fase de reestruturação da AP em Sergipe os nomes que mais se destacaram foram José Rolemberg Cortes, aluno de medicina, que trouxe para o movimento seu irmão João Bosco Rolemberg Cortes, e sua cunhada Ana Maria Santos da Faculdade de Serviço Social, Gilza Luiza Mota Gomes, da Faculdade de Serviço Social e Carlos Roriz estudante de Química. Os militantes de Sergipe eram orientados pelos de Salvador, onde a organização estava mais estruturada, sob a direção de Jorge Gonçalves.

Em uma entrevista concedida a Hugo Sidney, Bosco Rolemberg afirma que “fazíamos pichações contra a ditadura e nos engajávamos nas lutas do movimento estudantil, inclusive para a fundação da Universidade Federal de Sergipe”. Com isso é possível perceber os ideais de luta desses jovens da AP, acreditavam que o enfrentamento era a melhor forma de resistência.

É interessante notar como a repressão afetou a vida dessas pessoas. João Bosco Rolemberg e Ana Maria Santos deixaram Sergipe e viveram muitos anos em constantes mudanças, trabalhando muitas vezes como feirantes e com documentação falsa, na tentativa de fugir dos militares deixando suas vidas de lado na busca pela democracia. Bosco ficou preso em Pernambuco por mais de quatro anos, e sua mulher Ana Maria só foi liberada após

alguns meses porque estava grávida do primeiro filho do casal. O irmão de Bosco, Jose Rolemberg Cortes foi uma das lideranças da AP, e foi por várias vezes preso em Sergipe. Mas acabou deixando Sergipe.

Gilza Luiza Mota Gomes da faculdade de Serviço Social depois de formada foi por muito tempo professora da Universidade Federal de Sergipe, sempre participando ativamente das questões políticas. Carlos Roriz atualmente é auditor fiscal e está inclusive trabalhando para a publicação do livro “Tempo de Lutas- Uma contribuição para a história da AP (Ação Popular). Onde conta um pouco de sua história e também os movimentos populares que atuaram no período do golpe militar. É interessante destacar que Carlos Roriz também foi preso ainda em 1964, e ficou preso por mais de um mês.

Em 1966 e 1967 o interesse da AP era a luta política nas ruas, vista como forma de denunciar a ditadura. O pensamento deles era basicamente a ideia de que em manifestações públicas os militares mostrariam suas armas, e isto poderia ser usado como forma de desmascará-los.

Um caso importante onde podemos citar a participação da AP de Sergipe é o Congresso da UNE. Em outubro de 1968 a União Nacional dos Estudantes mesmo na ilegalidade se mobilizou para mais um encontro. Em Sergipe um grupo de universitários fez uma campanha para arrecadar dinheiro para a viagem. De Aracaju saíram representantes das 3 agremiações de esquerda- AP, POLOP, e PCB- que militavam na área estudantil- que foram para Ibiúna no Estado de São Paulo.

Dentre os sergipanos que viajaram para o Congresso em Ibiúna estavam Benedito Figueiredo, Wellington Mangueira, João Augusto Gama, Antônio Vieira da Costa, João Rolemberg Côrtes, João Bosco Rolemberg e Laura Marinho Ribeiro. Mas as forças policiais invadiram o local e todos estudantes foram presos. Durante o período em que ficaram presos em São Paulo houve em Sergipe arrecadação de dinheiro para pagar os advogados, como também passeatas pelas ruas de Aracaju. Após algum tempo, foram soltos e voltaram para o Estado.

Entre os membros da AP, em 1968 ocorreu também uma espécie de estágio para seus militantes, onde cerca de quatro sergipanos participaram. Mas, infelizmente até o momento não possui a informação de quem eram esses estudantes. Durante esse período eles trabalhavam no campo, em uma fazenda no interior do Estado, entre Laranjeiras e Riachuelo, em trabalhos pesados, e a noite estudavam o pensamento de Mao Tse-Tung. Pretendia-se

desenvolver um trabalho político voltado para a organização e mobilização da classe trabalhadora, como uma forma de se aproximar mais dessa realidade. Foi possível perceber esse tipo de atitude em todo o país, ou seja, era algo constante entre os membros dessa organização.

O movimento estudantil dos militantes da AP exerceu grande influência em Sergipe. Os jovens distribuíam panfletos pelos bairros, faziam pichações, faziam campanha pelo voto nulo nas eleições de 66. E com essa participação ativa ficaram conhecidos como um dos movimentos estudantis mais radicais, justamente por causa dessa postura mais desafiadora.

Ação Popular e GESPS

Participaram do GESPS alguns homens intelectuais e importantes do Estado de Sergipe, como já foi citado. Entretanto, algumas pessoas que participavam das reuniões já faziam parte da AP (Ação Popular), que foi um grupo maior e que existiu em vários Estados do Brasil, e inclusive em Sergipe.

Durante o Regime militar os nomes que mais se destacaram na AP foram: José Rolemberg Cortes que trouxe para a militância seu irmão João Bosco Rolemberg Cortes, e sua cunhada Ana Maria Santos, Gilza Luiza Mota Gomes, Carlos Roriz, e Eliana Bellini, todos esses eram jovens alunos, exceto Eliana que era socióloga, recém chegada de São Paulo. Passados os primeiros meses do novo regime os membros da AP se destacaram com uma luta política nas ruas, pois era dessa forma que eles acreditavam que iriam denunciar a ditadura.

Com a repressão a AP em Sergipe ficou desestruturada nos primeiros anos do regime militar. Assim, esses jovens passaram a fazer parte das reuniões do GESPS, que ocorriam uma vez por semana. É interessante notar que esses grupos tinham ideais diferentes, o GESPS optava por uma resistência mais restrita ao campo das ideias, ou seja, não exerciam uma luta política mais ativa, discutiam apenas aquilo que estava ocorrendo no Brasil naquele momento. Já a AP preferia uma resistência nas ruas, lutando de fato para reduzir o poder dos militares.

Essa postura mais ativa que os membros da Ação Popular tinha existiu também no GESPS quando eles passaram a fazer parte deste grupo. É possível perceber essa participação ao analisar o último ano de existência do GESPS. Isso porque nesse momento houve uma pressão para uma participação mais ativa, e ações mais engajadas na oposição ao regime, e,

segundo o professor Ibarê Dantas, foram os membros da AP que articularam essas ideias de resistência dentro do Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe.

Dessa forma, é possível perceber que grande parte dos membros mais ativos da AP faziam parte das reuniões do GESPS. A nível nacional a AP teve mais destaque que o GESPS, isso porque o Grupo de Estudos Sociais e Político de Sergipe foi um grupo com atuação local, restringindo-se ao Estado de Sergipe, enquanto a AP foi um partido que existiu também em outros Estados.

Conclusão

A Ação Popular foi um grupo muito importante que atuou em Sergipe em oposição ao regime militar. Com esse trabalho ficou evidente que a Ação Popular foi um grupo político com uma grande influência sobre o movimento estudantil e sobre os movimentos de educação, não somente em Sergipe, mas em todo o Brasil. E ao estudá-lo é possível compreender como ocorreu a resistência aos militares em Sergipe.

Apesar das limitações metodológicas do presente trabalho, é possível destacar que ele possui uma importância fundamental, pois ajuda a reforçar a ideia de que houve no Estado de Sergipe uma oposição ao Regime Militar instaurado no Brasil com a deposição do Presidente João Goulart. Através desta pesquisa foi possível conhecer melhor a história da Ação Popular e dos seus membros, como também a sua atuação em Sergipe. Este artigo é apenas o primeiro trabalho sobre essa pesquisa, que com certeza terá outros resultados no futuro.

A importância deste grupo está basicamente na ideia de que houve em Sergipe também lutas de resistência ao regime instaurado pelos militares, fato este que muitas pessoas desconhecem. Por mais que tenha sido em menor proporção com relação a outros Estados, podemos dizer que houve sim uma resistência.

Referência

BANDEIRA, L. A. Moniz Bandeira. “O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional”. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1997.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984:** partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DANTAS, Ibarê. **Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe (GESPS).** Aracaju, Sergipe. 24 de agosto de 2013. Entrevista concedida a Amanda Marques.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004). Bauru-SP, EDUSC, 2004.

LIMA, Jackson da Silva. **Os Estudos Filosóficos em Sergipe.** Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

RIDENTI, Marcelo. “**Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura:** armadilhas para pesquisadores”.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Salvador: PPGH/UFBA, 2012 (Tese de doutorado).

SANTANA, Cristiane Soares de. O **processo de “integração na produção” da Ação Popular:** Uma experiência maoísta na Bahia (1967-1970). In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.